

SÉRIE V . VOLUME 3

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA, 2013

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



Revista fundada em 1895 por José Leite de Vasconcelos

SÉRIE V . VOLUME 3

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA, 2013

DIRETOR

António Carvalho

COORDENAÇÃO

Ana Ávila de Melo

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Doutor Armando Coelho F. da Silva – Universidade do Porto

Prof. Doutor João Luís Cardoso – Universidade Aberta

Prof. Doutor José d'Encarnação – Universidade de Coimbra

Dr. Luís Raposo – Museu Nacional de Arqueologia

Prof. Doutor Nuno Bicho – Universidade do Algarve

Prof.ª Doutora Rosa Varela Gomes – Universidade Nova de Lisboa

Prof. Doutor Victor S. Gonçalves – Universidade de Lisboa

DESIGN GRÁFICO

Artlandia

PAGINAÇÃO

Undo

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

TIRAGEM

1000 exemplares

Impresso em dezembro de 2015

Periodicidade anual

ISSN 0870-094X

Depósito legal n.º 3161/83

Solicita-se permuta – On prie l'échange – Exchange wanted – Tauschverkehr erwünscht – Sollicitiamo scambio

As opiniões expressas em texto e imagens são da exclusiva responsabilidade dos seus respectivos autores, salvo quando devidamente assinalado.

© Toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a expressa autorização dos autores ou dos detentores dos direitos legais, nos termos da lei vigente, nomeadamente o DL 63/85 de 14 de Março, com as alterações subsequentes.



Museu Nacional de Arqueologia
Praça do Império
1400-260 Lisboa
Portugal
Tel.: 213 620 000 Fax: 213 620 016
E-mail: diretor@mnaarqueologia.dgpc.pt
www.museuarqueologia.pt

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. António José de Almeida
1000-042 Lisboa
Portugal
Tel.: 217 810 700
E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt
www.incм.pt

Sumário

- 11 In Memoriam
Recordando Justino Mendes de Almeida (Benavente, 1924; Lisboa, 2012)
JOÃO LUÍS CARDOSO
- 15 A ourivesaria arcaica no Ocidente Peninsular.
Estado da questão, problemáticas arqueológicas e perspetivas
de desenvolvimento do campo de estudo.
VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA
Comentado por
ANA ARRUDA, BARBARA ARMBRUSTER, MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO, RAQUEL VILAÇA
- 115 A indústria lítica do concheiro das Amoreiras (coleção Heleno) e o seu
enquadramento cultural no vale do Sado – um caso consonante?
DIANA NUKUSHINA
- 171 As placas de xisto gravadas da anta da Herdade da Lameira
(Alto Alentejo, Portugal)
MARCO ANTÓNIO ANDRADE
- 197 A Time for Change and Exchange: an ethnoarchaeological perspective of
material production, trade, networks and political economies within the
Portuguese Estremadura during the Chalcolithic period
EMILI NORDÉN RAMOS
- 213 O povoado campaniforme fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de
Xira, Lisboa) e a sua cronologia absoluta
JOÃO LUÍS CARDOSO, ANTÓNIO M. MONGE SOARES, JOSÉ M. MATOS MARTINS
- 255 O achado de Bornacha (Cacela, Tavira). Identificação de instrumentos
da Idade do Bronze para o trabalho do couro
VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA
- 283 As *oil bottles* de tipo fenício no território português e o consumo
de substâncias aromáticas
FRANCISCO B. GOMES

- 305 Lápides islâmicas da necrópole do *ribât* da Arrifana (Aljezur)
CÁRMEN BARCELÓ, ROSA VARELA GOMES, MÁRIO VARELA GOMES
- 325 Moeda islâmica no Olival do Parque (Alfange, Santarém)
e a degradação de emissões monetárias em reinos de Taifas
MIGUEL TELLES ANTUNES, TÂNIA MANUEL CASIMIRO
- 349 Cerâmica Islâmica do Ġarb al-Andalus. Contextos sócio-territoriais de
distribuição
SANDRA CAVACO, JAQUELINA COVANEIRO, ISABEL CRISTINA FERNANDES, ANA GOMES,
SUSANA GÓMEZ, MARIA JOSÉ GONÇALVES, MATHIEU GRANGÉ, ISABEL INÁCIO, GONÇALO LOPES,
CONSTANÇA DOS SANTOS, JACINTA BUGALHÃO, HELENA CATARINO
- 381 Normas de redação

In Memoriam

Justino Mendes de Almeida
(1924-2012)



Recordando Justino Mendes de Almeida (Benavente, 1924; Lisboa, 2012)

JOÃO LUÍS CARDOSO

Evocar a memória do Doutor Justino Mendes de Almeida constituiria para mim disposição do espírito que se impunha, não fosse também uma oportuna ocasião para pessoalmente recordar o seu espírito atento e exigente, sempre disponível e generoso, de uma lealdade sem mácula, qualidades que explicam os amigos e admiradores que foi granjeando no decurso da sua vida longa e operosa.

Era um académico, um Humanista à maneira do Renascimento, cujo fulgor, avesso a exteriorizações descabidas de erudição, se manifestava sempre de forma objetiva e útil, fosse sobre o rigor da transcrição e interpretação de uma dada passagem de um texto clássico, fosse sobre a leitura de uma desgastada epígrafe milenar, que, qual campo fecundo, melhor lhe permitia evidenciar a vastidão da sua cultura.

A figura de Luís de Camões despertava-lhe carinhoso afeto e admiração, a ponto de, na Academia Portuguesa da História, de que foi por longos anos o Primeiro Vice-Presidente até à data do seu falecimento, a evocar ano após ano, por alturas do dia 10 de junho, destacando-se a diversidade das abordagens que adotava, que bem sublinham a profundidade dos seus conhecimentos, a par da criatividade do seu espírito.

A sua longa e aturada meditação e estudo permitiram que atingisse o patamar enunciado por Roland Barthes: «Nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria, e o máximo de sabor possível.» Testemunhei pessoalmente esse anseio do seu espírito, que só conseguiu concretizar tarde na vida, ao ser, enfim, progressivamente liberto de responsabilidades públicas desde muito cedo assumidas.

Ao contrário de muitos, que irremediavelmente se lamentam de não terem, na altura própria, relegado as responsabilidades da alta administração, que conferem poder e visibilidade, mas roubam a seiva do pensamento para sempre, assumiu-as sem que delas tivesse alguma vez retirado qualquer proveito pessoal – pois as entendia como «missões» a cumprir – procurando compatibilizá-las com o ofício de Humanista.

Na casa que possuía na sua terra natal, Benavente, em fins de semana propícios ao recolhimento profícuo, entregava-se totalmente ao prazer da leitura, da meditação e da escrita, no seio dos livros que tanto amava, ali produzindo muitos dos seus estudos.

Cedo foi chamado a desempenhar responsabilidades públicas na alta administração do seu País, que culminaram com o exercício do difícil cargo de Subsecretário de Estado da Administração Escolar, no período conturbado de 1968-1971, justificado pelo seu bom desempenho como Presidente da Junta de Investigações do Ultramar (1961-1968), função iniciada logo que concluído o doutoramento em Filologia Clássica na Universidade de Lisboa, em 1961.

Em 1977, assumiu as funções de Vice-Presidente do então recém-criado Instituto Português do Património Cultural, onde mais uma vez evidenciou a sua capacidade de administrar as coisas e gerir os homens, tão diversas aquelas quanto desconhecidos os interesses tantas vezes manifestados por estes! No decurso de tais mandatos, foi clara a importância que atribuiu à atividade arqueológica, a qual se encontrava então sob sua jurisdição prova disso foi também a sua nomeação, no ano de 1980, para a Comissão Directiva do Museu Nacional de Arqueologia, conjuntamente com os saudosos amigos Caetano de Mello Beirão e Carlos Penalva. Tal realidade foi, aliás, cedo comprovada aquando da presidência do Grupo de Missões Científicas do Zambeze, no âmbito da qual se desenvolveram os primeiros estudos de impacto ambiental na componente arqueológica realizados em todo o espaço então português, no âmbito da construção do empreendimento hidroelétrico de Cabora Bassa.

Se dúvidas houvesse sobre a importância que o nosso homenageado conferia à Arqueologia, bastaria reler as palavras por si proferidas na qualidade de Subsecretário de Estado, na sessão inaugural do II Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em 1970 em Coimbra, transcritas no primeiro volume das respetivas atas.

Mas a importância da sua obra humanística, que não desmereceu a da sua carreira pública, justificou compilação em dois volumes, reunindo os contributos considerados mais significativos, publicados pela Academia Portuguesa da História em parceria com a Universidade Autónoma de Lisboa. Mais tarde, a Academia Portuguesa da História, sentindo o muito que devia a quem tão empenhada e desinteressadamente a tinha servido, dedicou-lhe, em 1999, volume de Homenagem, por ocasião do seu cinquentenário de atividade científica, sob o sugestivo título *Studivm Dilectvm*, cuja apresentação foi acompanhada de uma exposição bibliográfica da sua vasta obra.

Era um espírito simples, disponível e generoso, tanto para aqueles que dele se abeiravam, como para a Sociedade e as suas agremiações: assoberbado pelas suas funções, jamais deixava de assistir às reuniões das numerosas academias, associações e sociedades científicas a que pertencia, desde aquelas onde detinha

altas responsabilidades – como a Academia Portuguesa da História e a Academia das Ciências de Lisboa, onde, à data do seu passamento, era o Inspetor (Diretor) da sua preciosa biblioteca – até àquelas de que era simples associado. Foi o último Presidente do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, agremiação oficial sediada no Museu Nacional de Arqueologia, cujo acervo transitou, com o seu acordo, para o referido Museu. No órgão científico deste, *O Arqueólogo Português*, publicou diversos contributos do foro epigráfico, destacando-se estudo sobre antropónimos de origem germânica em inscrições alto-medievais do norte de Portugal. Outros estudos de índole epigráfica, especialmente de epigrafia romana, foram dados à estampa em numerosas revistas, como a *Arqueologia e História* e a *Revista de Guimarães*, por vezes em parceria com o seu grande amigo e companheiro das lides arqueológico-epigráficas, Fernando Bandeira Ferreira, em série intitulada *Varia epigraphica*.

Como colega e seu companheiro mais novo, recorro a sua proverbial disponibilidade, já Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, ao ter acedido, a meu pedido, para elaborar uma evocação nos 400 anos da publicação da segunda edição, em Roma, no ano de 1597, da célebre obra de André de Resende, *De antiquitatibus Lusitaniae libri quatuor*, ensaio que me dedicou, simplesmente por ter sido eu o responsável por mais aquela sua inquietação que, como sempre, soube cumprir pontualmente.

Recordo, ainda, a generosidade com que aceitou a integrar a lista por mim encabeçada às eleições de 1999 da Associação dos Arqueólogos Portugueses, quando os resultados eram mais do que incertos, conforme depois se verificou. Foi, ainda, essa disposição do seu espírito, que justificou a sua participação na Sessão Académica de 20 de março de 2002, quando tomei posse da Cadeira n.º 9 da Academia Portuguesa da História, pertencente ao Prof. Dr. Manuel Farinha dos Santos, tendo-se encarregado da Resposta ao Recipiendário, em nome do Conselho Académico, de forma simples, despreziosa e rigorosa, como era seu timbre, onde a generosidade se confundia já com a Amizade.

Foi, aliás, a Amizade, que a partir de certo momento entre nós se estreitou, misto de discreta mas viva admiração e de mútuo entendimento, mais subentendido do que explícito, que explica a proposta, apresentada em 2002 à Direção da Sociedade de Geografia de Lisboa, de que era então o 1.º Vice-Presidente, para que eu ali assumisse a liderança da recriação da Secção de Arqueologia, que tinha cessado atividade nos finais de década de 1980, o que veio a verificar-se logo em 2003. Cabe salientar, a propósito, a importância de Justino Mendes de Almeida na atividade desta secção, que garantiu a sua própria sobrevivência nos conturbados anos de 1974 e de 1975. Sob a designação genérica *Epigrafia & alia*, ali apresentou interessantes contributos, que tiveram continuidade até 1981, alguns deles em parceria com Fernando Bandeira Ferreira.

E a diferença de idades existente entre nós não impediu que partilhássemos o mesmo entusiasmo, tanto pelos novos métodos de investigação no campo da Arqueologia – porque Justino Mendes de Almeida era um Homem plenamente do seu tempo – como pela admiração dos grandes Mestres, à frente dos quais surgia sempre a figura tutelar de José Leite de Vasconcelos, patrono do Museu Nacional de Arqueologia, à memória de quem ambos organizámos, na Academia Portuguesa da História, em 25 de junho de 2008, uma Jornada Evocativa, cujas Atas vieram felizmente a ser publicadas logo no ano seguinte.

A «evocação de Homens que não podem ser esquecidos», como o nosso homenageado declara em carta que me endereçou, datada de Lisboa de 2 de janeiro de 2006, explica a atenção que conferia a este tipo de efemérides, devendo-se-lhe muitos estudos biográficos ou simples recordações que salientam que, por detrás do Humanista, estava o Homem, e ainda, no que me diz respeito, o Amigo, pois que sempre acompanhou os trabalhos que ia paulatinamente publicando com entusiasmo benévolo. Em carta datada de Benavente, de 17 de julho de 2008, diz: «Não o tenho visto ultimamente com frequência. Sei a razão: é porque está recolhido na investigação e na reflexão. Ainda bem!» E, num P.S., declarou: «Quem me dera poder acompanhá-lo!» Só agora lhe respondo a este desabafo, com a mesma simplicidade que sempre caracterizou a sua escrita, simples e escorreita, como a sua inconfundível e aprumada figura: «Meu Caro Mestre e Amigo, o seu exemplo acompanhará sempre a minha ação!»

Lisboa, 1 de novembro de 2014

A ourivesaria arcaica no ocidente peninsular. Estado da questão, problemáticas arqueológicas e perspectivas de desenvolvimento do campo de estudo

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA*

RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar um quadro geral de evolução da produção e uso da ourivesaria arcaica no Ocidente da Península Ibérica e uma discussão aprofundada das linhas de força desse quadro, tentando fazer a apresentação sistemática da ourivesaria conhecida em Portugal da Pré-História ao período Romano.

Questões técnico-estilísticas, cronológicas, socioculturais e de enquadramento arqueológico mais geral são feitas nesse âmbito.

Palavras-chave: Ourivesaria – Idade do Bronze – Idade do Ferro

ABSTRACT

This paper aims to present a general picture of trends in production and use of archaic jewellery in the West of the Iberian Peninsula, and a thorough discussion of its main lines of development, trying to make a systematic presentation of jewellery known in Portugal from Prehistory to the Roman period.

Technical and stylistic, chronological and socio-cultural issues and questions about its wider archaeological framework are discussed in that context.

Keywords: Jewellery – Bronze Age – Iron Age

* Centro de Estudos de Aequologia, Artes e Ciências do Património; Museu Monográfico de Conímbriga, 3150-220 Condeixa, e-mail: virgiliocorreia@mmconimbriga.dgpc.pt

1. INTRODUÇÃO: PORQUÊ ESTE ARTIGO?

Em 2013 coincidiram as edições de duas obras muito significativas sobre a ourivesaria antiga do território português, designadamente o livro que constitui o relatório final do projeto AuCorre (Guerra e Tissot, 2013), que estudou a coleção do Museu Nacional de Arqueologia do ponto de vista da analítica, tendo em vista a sua conservação e restauro no ambiente em que atualmente (desde 1980) se encontra, na chamada Sala do Tesouro, e o livro *Ourivesaria Arcaica em Portugal: O brilho do poder* (Correia et al., 2013), edição dos Correios e Telecomunicações de Portugal, associada a uma série filatélica sobre o mesmo tema. Sendo também 2013 o ano em que se celebra o 120.º aniversário do Museu Nacional (o que foi também motivo para a emissão filatélica referida) entendeu a comissão redatorial d'O *Arqueólogo Português* fazer focar um artigo de fundo da revista nas coleções do Museu (A. Carvalho, com. pes.): e que coleção mais emblemática do que a de ourivesaria?

A minha participação nas duas primeiras iniciativas mencionadas levou a que me fosse endereçado convite para participar, na presente forma e data, na terceira. Agradeço, penhorado, o convite, mas esta forma já consagrada pel'O *Arqueólogo Português* – mas que se desvia um pouco da forma mais tradicional de as revistas construírem os seus números, através da receção de propostas de artigos autonomamente apresentadas por autores que conduziram investigação num determinado tema e a pretendem expor ao público e ao juízo dos seus pares – necessita, porventura, no caso vertente, de alguma explicação, tal como pode julgar-se necessitando justificação esta concentração de esforços editoriais num único tema em época de escassez de recursos. Darei tal justificação em dois aspetos: o da relação deste trabalho com as duas outras publicações referidas e o dos objetivos a que ele se propõe.

O projeto AuCorre teve como principal objetivo estudar os graves processos de alteração que as peças expostas no Museu Nacional de Arqueologia estavam (estão) a sofrer. Para tal, recorreu a uma larga série de técnicas de análise que, para além do estudo da alteração das peças, aprofundou também o conhecimento dos próprios materiais. Diga-se que, para a maioria dos casos, contava-se apenas com as análises de Axel Hartmann (1982) e de Volker Pingel (1992), com as limitações inerentes à tecnologia utilizada por estes investigadores, que era a que estava disponível na época, pelo que o projeto AuCorre aporta ao estudo da ourivesaria antiga em Portugal um contributo notável pelos dados inéditos que recolhe.

Não é, todavia, caso de se considerar estar tal problemática fechada, bem pelo contrário, como se tentará demonstrar.

O livro editado pelos CTT integra-se numa série muito notável, de grande sucesso, dirigida para o grande público, mas recorrendo sempre a material de qualidade científica. Nesta ocasião foi possível reunir numa única obra os contributos dos principais investigadores que se têm dedicado ao tema no país: Rui Parreira foi (com Clara Vaz Pinto) responsável pelo primeiro catálogo sumário da coleção do MNA (Parreira e Pinto, 1980) e que anos mais tarde iniciou (com Barbara Armbruster; Armbruster e Parreira, 1993) a publicação do seu inventário sistemático, a qual infelizmente foi logo interrompida; um segundo volume dessa série contaria com o contributo de Armando Coelho Ferreira da Silva (2007), que tinha estudado a ourivesaria do Norte do país na sua obra sobre a cultura castreja (na primeira edição da obra, de 1986) – eu próprio colaboraria nesse segundo volume, tendo desenvolvido algum trabalho, nomeadamente acompanhado no MNA por Amélia Fernandes e, sobretudo, Ana Isabel Palma dos Santos, por vezes publicado de forma esparsa em vários locais (Correia, 1995; 2005; 2006; 2007; Correia et al., 2007).

A obra em causa é, portanto, a primeira apresentação sistemática da ourivesaria conhecida em Portugal da Pré-História ao período Tardo-romano, mas com as limitações de espaço e de tratamento dos temas inerentes a uma obra de divulgação, com o aparato crítico reduzido a um apêndice e a discussão dos temas radicalmente reduzida à indicação de algumas linhas de força.

Início por este último ponto a definição dos objetivos do presente trabalho: sendo possível estabelecer um quadro geral de evolução da produção e uso da ourivesaria arcaica no Ocidente da Península Ibérica, uma discussão mais aprofundada das linhas de força desse quadro em moldes científicos, suportada por aparato crítico, está por fazer.

Segundo objetivo, que decorre do primeiro, é a abertura de perspetivas acerca do que pode ser o desenvolvimento da investigação da ourivesaria arcaica dentro dos estudos de arqueologia em geral. Salvo raríssimas exceções (entre elas *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal* e o *Ensaio de História Regional* dedicado à Baixa

Estremadura, por João Luís Cardoso, 2004), a ourivesaria está ausente de muitos estudos gerais de várias épocas e regiões, mesmo quando existem evidências e algumas peças são referidas; esta é uma situação paradoxal, admitindo o pressuposto de que se trata de um dos elementos por excelência de representação das elites.

Por último, as características intrínsecas do material abrem portas a uma introdução forte nesse desenvolvimento da investigação do contributo das ciências e tecnologias da Química e da Física. A ciência e a tecnologia, independentemente do seu tipo, custo, extensão ou quantidade, não nos vão responder – a nós, arqueólogos – a nenhuma pergunta que não saibamos já colocar, *a priori*; este trabalho pretende desenvolver precisamente esse aspeto: pensar que perguntas gostaríamos de ver respondidas. Para tal parece correto iniciar este exercício por uma reflexão acerca daquilo sobre o que nos interrogamos: as peças de ourivesaria que conhecemos (e as outras que imaginamos terem existido, mas não chegaram até nós).

2. DEPOSIÇÕES, OCULTAÇÕES E ACHADOS. OS CONTEXTOS DA OURIVESARIA.

O problema dos achados de ourivesaria é diretamente condicionado pelo perene valor do metal. O valor venal dos objetos arqueológicos é um fator de primeira grandeza no conjunto de questões que leva à perda para a ciência, à destruição, à mutilação e à ocultação de informações acerca dos achados ocasionais; de facto muitos chegam aos museus com a intermediação dos ourives, que tradicionalmente se recusam a dar informações concretas acerca de «Quem achou? Onde apareceu? Havia mais?». O mesmo ocorre, por exemplo, com a numismática romana, mas nesse campo é já sabido que pelo menos uma parte dos achados será publicada por colecionadores ou, através deles, por numismatas com competência, e a investigação aprendeu a incorporar nos seus raciocínios o elemento estatístico de «amostragem» acerca de tesouros que, tendo-se medido em quilos aquando da data de achado, são referidos na bibliografia por dezenas de espécimes. Nada de semelhante existe para a ourivesaria arcaica (Correia et al., 2013, p. 63-66; Vilaça, 2006a).

Em abstrato, podemos dividir os achados em várias categorias que nos dão indicações sobre o processo pelo qual o objeto chegou até nós. Por exemplo, quanto à intencionalidade, que pode originalmente ter sido positiva ou negativa: a deposição da peça foi intencional ou não intencional; nesta ordem de ideias, um achado que na origem não foi sujeito a um processo intencional de colocação no local onde veio a ser encontrado pertence à categoria das peças «perdidas acidentalmente». Um achado intencional (expressão incorreta que é a paráfrase

mais económica relativamente à expressão correta de «achado que na origem foi sujeito a um processo intencional de colocação no local onde veio a ser encontrado», que iremos repetir noutros pontos) pode ser utilitário ou ritual, dependendo das preocupações que presidiram à sua colocação no local onde veio a ser encontrado.

As preocupações rituais podem ser de variadíssima ordem, não sendo eficaz pormenorizá-las, mas também a preocupação utilitária pode revestir-se de diversos aspetos alternativos significativos: a utilidade da ocultação pode ser emergente (como uma ocultação em conjuntura de possível roubo ou saque) ou estudada (como medida de segurança, por exemplo); pode – no que diz respeito aos envolvidos no processo de decisão da ocultação – ser privada e particular, ou pode ser coletiva.

Parece correto distinguir «ocultação» de «deposição» atendendo à publicidade do ato. Ocultação é algo que se quer secreto ou reservado a uns poucos escolhidos; deposição é um ato público e testemunhado. O caso típico da deposição é a oferenda funerária, mas existem outros, nomeadamente no domínio religioso. Esta distinção é de importância primordial na reconstituição dos processos que conduziram à não recuperação do material ocultado ou depositado.

A complexidade começa a surgir quando, num exercício de *reductio ab absurdum*, se perguntar «Como se distingue uma ocultação particular de carácter emergente, de uma deposição de um objeto num espaço sacro não construído (*templum in aere*)?», na inexistência de observações adicionais.

Mas estas questões podem ser levadas mais longe, dentro do domínio concreto dos fenómenos *post*-deposicionais, nomeadamente através de uma Disputação de Quintiliano que é muito preocupante para os raciocínios comumente desenvolvidos pelos arqueólogos.

A *Disputatio* CCCLXXIII de Quintiliano (cit. Ormerod, 1997, p. 264) relata o seguinte caso: um viúvo enterra a sua mulher com as joias que lhe pertenciam e volta a casar; mais tarde é capturado por piratas e escreve para casa pedindo que seja pago o seu resgate; a mulher abre o túmulo da sua predecessora e envia as joias como pagamento; o enteado processa a madrasta pela violação do túmulo da sua mãe, mas entretanto o pai regressa e deserda-o.

Este caso de contornos burlescos deve ser lido à vista da provisão do Direito Civil Romano (Paulo, I.21.11) de que o marido pode retirar do dote da sua mulher as despesas que fez com o seu funeral. Ora, o título 21 em que a provisão 11 se enquadra é dedicado aos sepulcros, o que indica que se fala precisamente dum aspeto do caso de Quintiliano: a abertura de túmulos para recuperar valores aí depositados.

Esta questão jurídica parece estar em flagrante contradição com a provisão da Lei das Doze Tábuas (X, 8) quanto à deposição nos túmulos de grandes quantida-

des de ouro. Admita-se que, se a quantidade de ouro fosse pequena o incómodo de o retirar do túmulo poderia ser dispensado e, com ele, os aspetos certamente mais desagradáveis da operação. Mas estar-se-á aqui perante uma situação mais complexa? Seria a deposição nos túmulos uma alternativa ao depósito de partes da fortuna junto dos meios consuetudinariamente consagrados (os banqueiros, os cofres dos patronos), que a Lei teria tentado combater?

Outra questão, independente desta, mas igualmente rica de perspectivas para os arqueólogos:

- Serão os preceitos aqui mencionados (deposição de joias nos túmulos, com seus limites e proscições) exclusivos de Roma? Terão outras sociedades utilizado a deposição funerária como forma de entesouramento recuperável (com seus interditos e permissividades)? As respostas em que penso para estas perguntas são, respetivamente, não e sim, propondo como conclusão provisória que, provavelmente, as deposições funerárias foram entendidas nalgumas, senão em muitas, situações, como deposições recuperáveis, um pouco ao modo como as «ocultações» estudadas, privadas ou coletivas, podiam ser.

E parece dispensável revisitar a historiografia para sustentar que todas as ofertas a templos na Antiguidade foram, quase por definição, propriedade pública ao dispor dos poderes do momento quando a situação foi considerada suficientemente grave. Talvez na Grécia houvesse mais escrúpulos e em Roma, no período das guerras civis, se tenha atingido um nadir no temor expectavelmente associado a estas questões, mas a noção a reter é, porventura, que um depósito ritual que nunca foi recuperado, deve ter assistido a um qualquer fenómeno, outro que a simples permanência do respeito religioso.

Parece possível sustentar, portanto, que existe um *continuum* nas permutações possíveis entre as intenções originais na colocação de um objeto (seja uma joia) numa situação determinada e a sua recuperação em tempos hodiernos pela investigação. Isto vai no sentido de dizer que situações muito diferentes na origem e no processo podem ter resultados documentalmente muito semelhantes e situações comparáveis podem, por circunstâncias não determináveis, chegar aos dias e olhos de hoje de forma aparentemente dissemelhante. Neste sentido, a discussão das intenções originais e dos processos supostos, sem o aporte concreto de dados de observações de terreno, é uma discussão metafísica e não-científica.

Uma análise aprofundada dos contextos tem obviamente valor, como Raquel Vilaça (2007, p. 23-27) muito bem demonstrou, mas a própria abertura de perspectivas aos caminhos que conduzem à deposição, no que significam de entendimento da atividade consciente e autónoma dos manipuladores dos objetos prévia à deposição, leva a pensar que certamente não será na contextualização dos achados de ourivesaria, maioritariamente sempre suposta e não verificável, que reside

o futuro da investigação. Apesar de a morfotipologia e o estudo estilístico (também na perspectiva genética, monteliana) estarem fora das correntes modernas do pensamento em arqueologia, é aí que reside o futuro dos estudos da ourivesaria arcaica (e, nesta frase, pretendo subsumir nos estudos morfotipológicos a contribuição da arqueometria, sem desprimor para os seus fautores).

3. O QUE LUZ E É OURO

Os achados de ourivesaria representam, na sua globalidade, um indicador significativo de uma atividade – a mineração e transformação de metal precioso – que representou indiscutivelmente um papel muito importante nas sociedades antigas e que, para além disso, produziu artefactos cuja utilização era central na afirmação e representação das elites dessas sociedades, sendo por isso legítimo atribuir-lhe valores simbólicos que permitirão compreender alguns fenómenos que nelas ocorriam.

Olhando, de uma forma muito geral, para todo o período coberto pelo estudo da ourivesaria arcaica, do III milénio a.C. ao século VI d.C., verificamos uma aparente evolução que interessará aprofundar, para verificar a possibilidade de estarmos perante um desses fenómenos sociais relevantes que importa compreender.

De forma simplificada, pode afirmar-se que ao longo do III milénio e primeiro terço do II milénio os achados que conhecemos são, essencialmente, deposições funerárias. A grande maioria dos achados do II milénio são, todavia, achados isolados, que se supõem ser fruto de ocultações não recuperadas ao longo desse período. Os inícios do I milénio e da Idade do Ferro revertem a situação, e voltam a tornar-se comuns as deposições funerárias, ocorrendo apenas algumas ocultações cuja composição permite, por vezes, oferecer alguma explicação quanto à sua origem; no entanto, ao longo deste período a progressiva rarefação do metal precioso é evidente e vai, sobretudo a partir do século II a.C. tornar-se ainda mais sensível devido à presença regular da amoedação.

Este panorama não se restringe aos achados de ouro, acontece também com os depósitos de bronze (Gibson, 2007; Vilaça, 2007, p. 19-27). O II milénio assiste a um conjunto de fenómenos, de que os depósitos de metal fazem parte, que levanta questões muito interessantes relativamente à visibilidade ou invisibilidade do registo arqueológico, que se dividem meio-por-meio entre aquelas que são imanentes do próprio registo e aquelas que são operativas, fruto das possibilidades e dificuldades da investigação arqueológica (Jorge, 1998, p. 151-167). São de facto raros os casos de exame de deposições/ocultações no seu contexto arqueológico mais lato, exercício por outro lado pouco frutuoso, dada a disparidade de informações existentes, como no caso, a alguns títulos excecional, de Claros Montes (Paço, 1965, p. 162; Calado, 2001, p. 32 e 240).

Considerando as observações feitas no ponto anterior acerca das limitações do estudo contextual dos achados de ourivesaria (por isso mesmo, já aqui reduzidos a uma distinção simplista entre ocultações e deposições funerárias), o exercício de partir do estudo dos depósitos para uma contribuição substantiva ao estudo do período é desde logo assumida. Há no entanto um elemento imanente do registo que se pode considerar importante, que é o volume de metal ocultado.

É claro que não existe um algoritmo que permita transformar o volume de metal conhecido na atualidade numa aproximação ao volume de metal recuperado na Antiguidade. Esse algoritmo não existe pois as variáveis que teria de incluir são grandezas desconhecidas, nomeadamente:

- Qual é a rendibilidade das distintas fontes de matéria-prima para a ourivesaria?
- Qual é a taxa de reutilização de metal, através da transformação de objetos mais antigos, na produção de ourivesaria em cada período?
- Qual a incidência de situações em que objetos ocultados, depositados ou conservados em uso no seio das sociedades, foram recuperados ou mobilizados para a sua transformação em novos objetos?
- Qual a taxa efetiva de sobrevivência no registo arqueológico das peças depositadas ao longo dos tempos (que talvez não seja idêntica para todos os períodos)?

Não obstante, é possível, e porventura vantajoso, examinar estas questões com maior pormenor e recorrendo a alguma informação arqueológica de base.

3.1. A matéria-prima

É possível que até ao estabelecimento de contactos regulares com os Fenícios, com o incremento da procura de metal precioso que estes causaram, as sociedades peninsulares não se tenham dedicado à mineração propriamente dita. Parece ser esta a lição dada pela investigação da mineração na região de Huelva (Blanco et al., 1970; Blanco e Rothenberg, 1981, p. 169-170) e a mesma conclusão poderá talvez ser intuída a propósito de Aljustrel (Domergue e Andrade, 1971; Alarcão, 1997, p. 100-102), embora aí com menos suporte. Até essa época, portanto, o ouro seria recuperado através da lavagem de areias fluviais (Healy, 1978, p. 31-35) e essa é de facto a situação a que Estrabão, escrevendo num período anterior ao do grande desenvolvimento da exploração aurífera peninsular em época imperial, se refere.

Esta exploração aurífera romana é potencialmente responsável pela obliteração de muita evidência anterior, a ter existido. No entanto, deve ser introduzido aqui um módico de proporção, que se pode exprimir da seguinte forma: a exploração propriamente mineira pré-histórica deve ter sido suficientemente modesta para não ter deixado traços nas zonas de exploração romana pois, e por analogia, nos locais onde a exploração romana aconteceu, a exploração moderna dessas

jazidas não foi normalmente suficiente para eliminar completamente os seus vestígios. E que, apesar de muito destruída, a ocupação pré-romana em Huelva possa ter sido identificada, vem precisamente em abono desta posição.

Por outro lado ainda, há evidências de que algumas explorações pré-romanas, que foram interessantes à sua pequena escala em determinados momentos (designadamente na Idade do Ferro), mas suficientemente não-importantes para serem ulteriormente abandonadas, sobreviveram reconhecivelmente em zonas limitadas (Correia e Parreira, 2002, p. 44-45).

Existe um problema subsidiário a este, que tem que ver com a natureza do metal explorado. É possível que algum ouro e alguma prata fossem recuperados como subproduto da exploração do cobre na faixa piritosa do Sudoeste (Healy, 1978, p. 26), já na Idade do Bronze. E é geologicamente plausível que algum ouro fosse recuperado nas mesmas operações que conduziam à exploração do estanho em meio aluvionar. No entanto, o mais provável é que a parte mais substancial do aporte de metal nobre à circulação na pré-história fosse o bateio, a lavagem das areias fluviais para a recuperação de ouro em palhetas ou pepitas.

A rendibilidade deste método, pelos dados modernos, é muitíssimo variável, desde frações de grama por tonelada até cerca de 10 gramas por tonelada. Estes dados modernos, todavia, provêm sobretudo de explorações comerciais em áreas de depósitos aluvionares na alta bacia dos rios peninsulares (Domergue e Herail, 1978, p. 40-41), havendo indicações de que os teores sobem da base para o topo dos depósitos e sobem também de montante para jusante; é portanto possível, mas restaria para ser determinado, que os teores continuariam a subir ao longo do curso dos rios, até às zonas onde a exploração pré-histórica teria lugar.

Esta última afirmação não parte de nenhum apriorismo. Parece de facto pouco provável que as sociedades da pré e proto-história tenham explorado intensivamente as jazidas aluvionares das altas bacias, onde realmente nunca se encontraram vestígios de ocupações significativas dessa época; Plínio e Estrabão concorrem na coincidência das zonas de produção de ouro em zonas montanhosas e desérticas, o que algumas análises paleoambientais corroboram (Domergue e Herail, 1978, p. 22-26). A exploração pré-histórica dessas zonas, a existir, revestir-se-ia provavelmente de um carácter episódico, desligado das correntes essenciais de desenvolvimento do sistema agropastoril.

Aqui reside a principal dificuldade deste tema: a necessidade de associar uma atividade intrinsecamente invisível no registo arqueológico (já que o único instrumento seu específico – a bateia – não seria reconhecido como tal mesmo que fosse encontrado, eventualidade já por si duvidosa), possivelmente conduzida em pequena escala e de forma irregular, com o padrão de povoamento e ocupação do espaço (Jorge, 1999, p. 121-124), no que a situação se distingue dos aspetos ligados à mineração de outros metais (O'Brien, 2007), de forma diretamente

ligada à diferente rendibilidade dos depósitos e dos mecanismos a jusante no seu processo de transformação e utilização dos produtos.

Haverá um instrumento que permitirá analisar esta questão. Se for possível demonstrar uma preferência de localização de povoados do II milénio junto de rios com condições de exploração de areias auríferas, esse seria um elemento explicativo importante. Infelizmente tal preferência, a ser visível, não foi ainda demonstrada.

A interpretação alternativa é a de que a exploração de areias auríferas não era uma preocupação crucial da localização dos povoados, porque a atividade era suplementar ao sistema agropastoril, nuclear na economia. Esta atividade, irregular e episódica decorreria em zonas marginais dos territórios dos povoados, nas praias fluviais sujeitas a modificações de contorno de um ano para outro (circunstâncias que potenciarão a mobilização de metal nos sedimentos), nos pequenos troços de rio sujeitos a secas periódicas, que podem chegar à sua completa seca (que no Alentejo se designam por «pegos») e, nas mesmas circunstâncias, nos vales de ribeiras periodicamente expostas; em suma, locais que poderiam, e aliás deveriam, desempenhar um papel muito importante no sistema agropastoril, designadamente na alimentação e transporte dos gados, pois são os mesmo locais onde os rebanhos se dessedentam e atravessam, mas que, pela sua própria importância, dificilmente são controlados de forma estrita por um único povoado, se a situação for olhada num espetro cronológico suficientemente amplo.

É todo um conceito de paisagem que necessita de ser convocado para a compreensão desta questão, com o papel dos rios, das linhas de água, no seu centro. O rio une, não separa, não é uma fronteira. Mas o rio, ponto de convergência, é inevitavelmente ponto de conflito ou de negociação. A riqueza aurífera do rio, oferecida episodicamente à(s) sociedade(s) que à volta dele habita(m) (e, por vezes, esse dom foi retribuído com outras ofertas ritualizadas) é um elemento principal da relação destas sociedades com a natureza, na medida em que é um recurso natural essencialmente não utilitário, manipulado única e simplesmente em funções ritualizadas de representação social é, em suma, a forma natural de exprimir uma função cultural.

O que, no entanto, nos reconduz à efetiva rendibilidade do bateio. Qual seria a expectativa normal de uma operação fluvial e o que poderia essa atividade representar a montante de uma fileira económica e artesanal produzindo objetos de adorno?

Existem indícios de que ao carácter episódico da atividade que se propõe ter sido dominante, poderia ter estado associado uma taxa de sucesso muito significativa (vejam-se as referências modernas em Celestino e Blanco, 2006, p. 26-27), sobretudo no que se poderia designar como o sucesso anormal estocasticamente distribuído, ou seja, em certas ocasiões a rentabilidade de uma operação poderia

ser extraordinariamente elevada, como algumas referências antigas testemunham (Ramin, 1977, p. 127-130). Para este facto concorriam dois fenómenos:

- Em primeiro lugar, sobretudo nos momentos mais antigos do período que tratamos (digamos, no Calcolítico) a recuperação de ouro aluvionar contava com eternidades de metal acumulado sem nunca ter sido explorado. Mesmo descontando a senescência natural dos depósitos (que eventualmente seriam arrastados para o oceano), existiriam certamente zonas localizadas de riqueza imensurável.
- Em segundo lugar, a expansão do sistema agropastoril que se tinha iniciado no VI milénio e conhecido desenvolvimentos importantes ao longo do IV e sobretudo do III milénio teria implicado importantes movimentos de deflorestação e de subsequente erosão nos depósitos aluvionares das altas bacias dos rios, assegurando um fluxo contínuo de sedimentos ricos em mineral que em parte atenuariam os efeitos de esgotamento das operações em zonas localizadas ao longo do período estudado e que serão talvez os principais responsáveis pela reputação da riqueza aurífera da Hispânia nas fontes clássicas.

Independentemente de toda a análise possível da ecologia do ouro, o que é manifesto da evidência conhecida é que existe ao longo do II milénio a.C. um movimento sustentado de aumento do peso dos objetos produzidos nesse metal; não sendo possível, pelas razões antes expostas, imaginar credivelmente que as quantidades de ouro utilizadas pudessem ser produto de uma única operação de recolha de metal, ou mesmo de operações de recolha de metal continuadas ao longo do tempo em áreas delimitadas (pois é difícil imaginar como se armazenaria o metal até às quantidades manipuladas serem atingidas), é logicamente necessário imaginar que o ouro vai sendo transformado paulatinamente, e que sucessivos objetos se combinam até atingir o volume que comunidades em concreto (ou indivíduos com papel determinante nas decisões dessas comunidades) deliberaram reunir numa só joia.

É esta situação que explica a frequente ocorrência de: *i*) cadeias de espirais encadeadas; *ii*) «ouro em meada», por vezes associado a objetos cuja aparência é a de material recusado; *iii*) conjuntos complexos, normalmente com objetos aparentemente recusados (Maria Amélia Fernandes *in* Armbruster e Parreira 1993, p. 180; Correia et al. 2013, p. 36-39).

Estas três formas de conservação do ouro, prévias à produção de objetos utilizáveis como joias, são indicadores de três fenómenos distintos, ou de três momentos diferentes no processo de acumulação que proponho interpretar como «a cadeia trófica do ouro».

As espirais representam, segundo esta teoria, a forma primária de conservar o ouro próximo da sua fonte de recolção, reunindo várias características

importantes para facilitar a sua manipulação, a produção dos objetos e, inclusive, fenómenos de intercâmbio primário do metal: a transformação do ouro em fios não levanta problemas técnicos que não pudessem ser resolvidos por técnicas metalúrgicas elementares; uma espiral é uma forma natural de armazenar um fio metálico em boas condições de conservação e com economia de espaço; a standardização das espirais oferece desde logo um instrumento de medida da quantidade de metal, podendo no limite funcionar como instrumento pré-monetal.

O ouro em meada (de que o achado mais emblemático é o pequeno esconderijo de Sequeade, que foi ocultado dentro de um vaso troncocónico típico do Bronze Médio do Norte do país; Soeiro, 1982) representa, provavelmente, uma forma tecnologicamente menos evoluída de realizar o mesmo passo tecnológico que as espirais. Porventura, pode ter sido recorrente que algumas comunidades, manipulando menos frequentemente o metal precioso e por isso não dispendo da mesma aptidão técnica, simplificassem dessa forma o processo de transformação e armazenagem das pepitas.

Os conjuntos complexos, que por vezes combinam as duas formas mencionadas com objetos (ou seus fragmentos) em distintos estados de conservação, deverão recobrir diferentes estádios de aproximação à produção final de joias: nalguns casos poderão representar uma acumulação primária de metal de uma comunidade ou de um proprietário, feita ao longo do tempo sob metodologias que foram evoluindo, noutros poderão ser verdadeiramente «depósitos de fundidor», ocultados ou perdidos antes da operação final de fundição (sendo o caso mais revelador, porventura, o tesouro de Bélmez; Almagro, 1977, p. 56).

Em qualquer caso, a tipologia dos objetos incluídos nesses conjuntos, se der indicações cronológicas, estabelece um *terminus ante quem* para a ocultação.

Dois casos parecem merecer atenção especial, pois os objetos associados dão indicações potencialmente reveladoras da extensão cronológica do processo: o tesouro de Mérida no British Museum (Almagro, 1977, p. 35-38) e o tesouro de Chaves (Armbruster, 2000, p. 202): o primeiro conjunto inclui uma dita «*tobillera*» que, se se tratar efetivamente de um «*basket ear-ring*», situaria a deposição no Bronze Antigo (Briard, 1998, p. 118-122) o segundo conjunto inclui um bracelete de tradição Villena-Estremoz que alarga o espetro cronológico até épocas muito mais tardias da Idade do Bronze e redireciona a área geográfica deste fenómeno do Atlântico para o Mediterrâneo (cf. Ruiz-Gálvez, 1988, p. 108-111), como aliás também acontece, mas com menos certezas, com o conjunto de São Martinho de Alcácer do Sal (Armbruster, 2000, p. 208; Correia et al., 2013, p. 88-91).

Trata-se, em suma, de um processo de duração milenar e de grande espetro geográfico.

3.3. A biografia dos objetos

A noção teórica da «cadeia trófica» na produção de objetos de ouro ao longo da Idade do Bronze levanta uma questão imediata: a dos limites dessa cadeia.

Um desses limites definir-se-ia certamente por critérios logísticos: a disponibilidade de matéria-prima no território das comunidades; a abundância de outros recursos que permitissem, por intercâmbio, obter esse metal; a capacidade de, por meios coercivos, arrecadar recursos pertencentes a comunidades vizinhas; enfim, a inteligência das elites na gestão das reservas, através do dom, do intercâmbio e do saque (todos eles com um elemento de reciprocidade não negligenciável), determinariam finalmente a riqueza relativa de uma comunidade e a fração dessa riqueza imobilizada nas grandes joias.

E os achados demonstram que essas joias são por vezes reutilizadas para a produção de outras mais pesadas.

Esta situação, todavia, carece de mais exame.

Enquanto elemento de representação, as joias seriam utilizadas, não, talvez, numa base quotidiana, mas como elemento circunstancial: isto pode ser observado pelo facto de a maioria das grandes peças não mostrarem um acentuado desgaste pelo uso, sendo neste ponto os colares da Senhora da Guia (Kalb, 1992) uma exceção.

A situação pode ser facilmente reconstituída: cada exposição de uma joia é ocasião de insegurança; pode dar-se um acidente, um roubo ou um saque. E quanto mais importante a joia, mais agudos os riscos.

Pode portanto postular-se que, quanto mais importante a joia, mais condicionada estaria a sua exibição, e a escolha das ocasiões em que tal aconteceria constituiria o elemento central da ritualidade das circunstâncias da sua exposição, por parte dessa comunidade. Isto constituiria a «biografia» das joias (Gosden e Marshall, 1999, p. 174-176).

Esta «biografia» seria uma condicionante muito forte ao desenvolvimento da cadeia trófica do ouro, pois haveria limites, do foro mitológico e ritual, ao sacrifício de peças específicas para a produção de outras maiores ou mais pesadas, condicionantes mais fortes até – pode-se postular – que o limite logístico (pelo menos para certas comunidades).

Deve-se portanto crer que a «biografia» das peças tem um potencial mitopoiético, ligado à «genealogia» que subjaz à «biografia» (op. laud., p. 176-177) e diretamente proporcional à limitação ritual das circunstâncias de exposição das peças. Quanto maior o investimento colocado numa joia, seja em quantidade de metal utilizado, seja sobretudo na memória das peças já de si notáveis que foram sacrificadas para a produzir, menos frequentemente essa peça será exposta, seja por precaução, seja como forma de assegurar a permanência do seu alto valor ritual e mitológico e, no limite, a «melhor peça de todas» nunca encontra uma situação suficientemente especial para ser mostrada.

É por esta forma que as comunidades operam o que já foi identificado como sendo a «retirada» intencional das peças do seu esquema social. Mas não se deve por tal pensar que essas peças não continuaram a existir nesse esquema, ao nível da mitologia partilhada por conjuntos de comunidades e, dessa forma, continuaram a desempenhar o seu papel.

3.4. Transformações territoriais e investigação

O último elemento do algoritmo impossível que foi acima proposto para a compreensão global do volume de metal manipulado na Antiguidade é o da sobrevivência dos objetos no registo arqueológico e da sua efetiva recuperação: há um elemento que é necessário abordar na compreensão deste aspeto e da sua eventual modificação, que é o do possível incremento do volume dos nossos conhecimentos através de um programa de deteção remota por recurso a detetores de metais, que países como a Dinamarca ou o Reino Unido (Thomas, 2012) levam a cabo utilizando para tal a cooperação de amadores voluntários que utilizam tais aparelhos como atividade de lazer.

Recentemente o programa dinamarquês foi avaliado positivamente como um significativo mas rendoso investimento, que teria, para além de aumentar os conhecimentos, aberto, na verdade, novos caminhos de investigação (Dobat, 2013, p. 718-719).

A atual legislação portuguesa não permitiria imaginar um programa desse género, pois a utilização de detetores de metais é proibida pela Lei n.º 121/99, de 20 de agosto. E, acrescento desde já, ainda bem que assim é.

Não considero convincentes os argumentos sistémicos a favor da integração da atividade de detetorismo na prática científica, pois é evidente que se trata, sempre, de uma atividade baseada em princípios não científicos, irresponsável quanto aos contextos dos objetos e frequentemente prejudicial à sua conservação (sobretudo quando é levada a cabo sobre sítios mais complexos e não vocacionada para a localização de deposições isoladas, o que nunca acontece). E tão pouco se encontram, a meu ver, suficientes exemplos relevantes de achados exemplarmente contextualizados – que todavia existem – para contrabalançar estes aspetos.

Reputo, portanto, o foco colocado neste género de programas como sendo um epifenómeno da arqueologia antiquarista e pré-científica. E creio melhor direcionado o investimento na melhoria das capacidades públicas de acompanhamento e vigilância das transformações territoriais que irão paulatinamente trazendo à superfície as evidências da ourivesaria arcaica que ainda se mantém soterradas.

E se é da recuperação de objetos impressionantes que se trata, há sempre tarefas a empreender, como é o caso de um bracelete da tradição Villena-Estremoz, proveniente de Portalegre, recentemente transacionado num leilão internacional (*infra* fig. 23).

4. OS DEMIURGOS DO OURO

Reconheça-se em função das questões antes tratadas que o panorama dos nossos conhecimentos não é o que se desejaria, desagradável ocorrência muito recorrente em Arqueologia; todavia, é sempre e só dado à investigação trabalhar com a matéria disponível, não com aquela desejada para uma situação ótima. E há também um elemento não quantificável nem determinável com precisão, que pode e deve ser trazido à discussão: não devemos rejeitar a hipótese de o acumular de achados, cristalizado numa qualquer peça a identificar que reúna características, não inéditas, mas até aí não perfeitamente identificadas noutras peças, venha a trazer à atualidade dos conhecimentos disponíveis algum fenómeno ou conjunto de processos que até aí não estavam considerados. Mas esta é uma concessão lógica gratuita; se e quando tal ocorrer a investigação incorporará esse dado – até lá há que trabalhar com o material acessível.

E é neste universo que importa adiantar aquela perspetiva que, na introdução do presente texto, foi erigida em primeiro dos seus objetivos: uma discussão aprofundada das linhas de força do quadro geral de evolução da produção e uso da ourivesaria arcaica no Ocidente da Península Ibérica.

Esta discussão pode, mas não deve, afastar-se da questão central da produção das peças, enquanto resultado da intervenção de um indivíduo (o artífice) sobre uma quantidade específica de matéria-prima, seja em bruto, seja sob a forma de objetos a reciclar.

Deste ponto de vista, a designação destes indivíduos como «demiurgos» justifica-se na medida em que se está perante algo mais que a simples transformação, por processos mecânicos ou físico-químicos, de uma qualquer matéria anódina. Pelo contrário, trata-se da intervenção especializada de um indivíduo sobre um elemento essencial da representação de um grupo social. E todas as permutações possíveis da posição desse indivíduo nesse grupo são possíveis: pertence-lhe, não lhe pertence e é chamado a intervir *ad hoc*; exerce a função permanentemente, ou apenas episodicamente; tem um estatuto elevado, ou tem um estatuto pouco privilegiado; esse estatuto modifica-se com a execução de uma operação específica, ou não, e modifica-se no sentido da melhoria do estatuto ou pelo contrário, e essa modificação depende do sucesso da operação? As perguntas podem multiplicar-se (o que parece não estar sempre presente nalguns posicionamentos sobre a questão, cf. Turek, 2013, p. 150-153; Gorgues et al., 2013).

A problemática vai diretamente ao cerne de um debate que é simultaneamente técnico e epistemológico, que se prende com a possibilidade e a conveniência de uma análise aprofundada da obra de um artífice (ou de uma oficina), se e quando pode ser determinada como conjunto discreto (no sentido matemático do termo) pelas suas características técnico-estilísticas, servir de base a uma estrutura temporal que permite seriar as produções. A figura emblemática deste

paradigma é Sir John Beazley e o seu estudo da cerâmica ática (Morris, 1994), por vezes criticado pela sua alegada insuficiência antropológico-cultural, mas admitido pelos seus críticos como base indispensável de trabalho, ainda que por vezes relutantemente (Robertson e Beard, 1991). É importante salientar que a metodologia pode – e foi-o com sucesso – ser extrapolada para meios congêneres de data muito anterior (Davison, 1968) e mesmo para ambientes tecno-culturais completamente diferentes (Strom, 1971). A posição sensata, creio, é a de admitir todas as metodologias úteis, se e até onde elas se revelarem verdadeiramente úteis, ou seja, se produzirem um avanço do conhecimento que ilumine aspetos da realidade que, de outra forma, permaneceriam obscuros, sem cair em maneirismos de interpretação (Snodgrass, 1994, p. 198).

De um ponto de vista muito concreto, este que é o método de melhor tradição nos estudos de metalurgia antiga implica, no que à ourivesaria arcaica diz respeito, por um lado, uma muito maior atenção à técnica de execução das peças, individualmente consideradas, na linha do que Barbara Armbruster vem fazendo com assinalável sucesso nas coleções nacionais (e não só). Por outro lado, torna-se necessário colocar entre parêntesis a prática mais comum da «busca do paralelo», que frequentemente dispersa a observação de semelhanças formais sem significado objetivo, ficando a valorização desses paralelos à discrição dos preconceitos subjacentes aos programas de investigação específicos em que cada investigador se enquadra (formal, informal ou até inconscientemente). Este é «*the method*» (cf. Burgess, 2007, p. XVI).

4.1. Os primeiros objetos de adorno

A maior parte dos mais antigos objetos de adorno em ouro conhecidos no território português (e por várias razões concomitantes são eles os que principalmente permitem descrever a situação para todo o ocidente da Península Ibérica e, por extensão, para muita da Europa Atlântica) poderiam ter sido produzidos a partir de uma única pepita de ouro, de uma dimensão assinalável, mas não extraordinária, entre aquelas referidas nas fontes mais antigas que antes foram mencionadas.

Estes adornos são conhecidos de sítios funerários nos estuários do Tejo, Sado e Algarve. Existe portanto uma coincidência geográfica entre processos geomorfológicos, tal como se podem reconstituir, e achados arqueológicos, no sentido de indicar um processo indutivo de compreensão das propriedades de um material disponível, em certa abundância, na natureza, por parte dos primeiros metalurgistas.

Mas, sem que as condições de jazida e o nosso conhecimento sobre elas sejam o suficiente para uma análise pormenorizada, é claro que a difusão do uso destes adornos metálicos é muito larga e muito rápida, mantendo uma simplicidade técnica marcante.



Fig. 1 – Objectos de adorno de casal Pardo: a) espiral de casal Pardo 1; b) placa e contas de Casal Pardo 1; c) placa e conta de Casal Pardo 2. MNA. DGPC/ADF



Fig. 2 – Anel espiralado do Monte da Pena. MNA. DGPC/ADF



Fig. 3 – Anel espiralado da Srª da Luz. MNA. DGPC/ADF

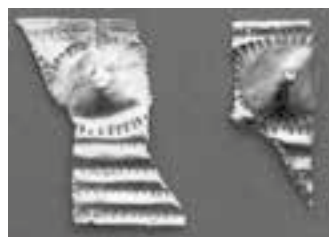


Fig. 4 – Fragmentos de diadema de Mira d’Aire. MNA. DGPC/ADF

Aparentemente, os artífices do III milénio imaginaram duas formas de trabalhar as pepitas: alongá-las em fios, que enrolaram formando espirais, usadas como anéis, tal como está arqueologicamente documentado; ou transformá-las em finas lâminas que podem ter sido usadas sobre o crânio, como diademas, ou sobre o pescoço ou o colo como peitorais, ou nos braços, como braceletes lisos, ou que, eventualmente, podem ter sido usados aplicados noutras partes da anatomia, não diretamente, mas como aplicações sobre o vestuário. Esta última hipótese é sobremaneira sugestiva quando se consideram as efetivas condições de conservação de alguns destes objetos mais antigos, da Anta do Zambujeiro, Alcalar (Correia et al. 2013, p. 22-24), Moita da Ladra (Cardoso e Caninas, 2010, p. 93) ou La Pijotilla (Celestino e Blanco, 2006, p. 96-97), onde nenhuma forma imediatamente reconhecível é discernível – pode-se estar perante aplicações de vestuário, em moldes que a documentação arqueológica não permite reconstituir.

Reconstituição sobretudo difícil considerando o uso que, em certas situações, foi dada ao ouro como no caso do depósito de Villaverde del Rio (Fernandez, 1983; Celestino e Blanco, 2006, p. 33) em que uma faixa áurea, que em qualquer outra situação seria interpretada como um cinturão ou um diadema (e o seu uso final não invalida esse uso original), foi utilizada para manter agrupado um conjunto de pontas de seta em cobre, de tipo Palmela.

Trata-se de facto de utilizações muito particulares de um metal precioso em situações a todo o título excepcionais, mas que permitem algumas observações suplementares. Entre estas estará o facto de as placas de ouro mostrarem alguns



Fig. 5 – Placa da Moita da Ladra.
MNA. DGPC/ADF

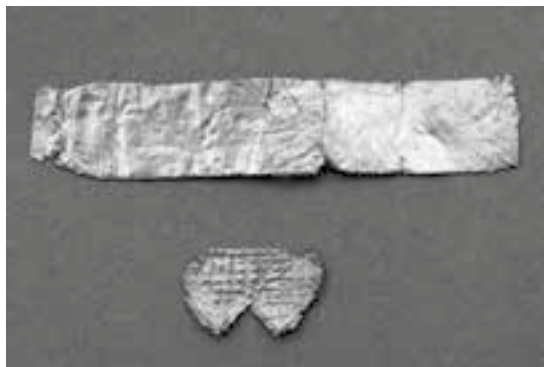


Fig. 6 – Adornos de Alcalar. MNA. DGPC/ADF

casos um padrão decorativo, de triângulos preenchidos por traços paralelos a um dos lados que, vindo a ser um elemento muito característico de toda a ourivesaria até aos alvares da Idade do Ferro, remonta, enquanto modelo artístico, à decoração dos ídolos-placa dos monumentos megalíticos.

É também neste momento de transição entre o final do Calcolítico e os primeiros momentos da Idade do Bronze (c. 2300 a.C.; cf. Jorge, 1999, p. 73), que surgem, segundo a perspetiva que aqui se vai seguindo, os primeiros objetos cujo peso torna improvável que resultem da transformação de uma única pepita, pois o seu peso ultrapassa o expectável: o diadema da Quinta da Água Branca e o braçal de arqueiro de outra sepultura também achada em Vila Nova de Cerveira (Correia et al., 2013, p. 27-28), em ambos casos associados a simples aros e espirais, nem sempre produto de um trabalho apurado e, no caso da Quinta da Água Branca, com uma espada de cobre arsenical, numa deposição com paralelos em Átios (Armbruster, 2000, p. 199).

4.2. A afirmação sumptuária das elites da Idade do Bronze

Alguns dos objetos deste período, que nos chegaram como achados isolados, podem provir de sepulturas individuais do horizonte de transição do Calcolítico final para a Idade do Bronze Antiga. Estas sepulturas, conhecidas de maneira pouco sistemática, facilmente dariam origem a achados em que a deficiência da observação não verifica o carácter funerário do contexto, sendo de insistir neste ponto pois é evidente que a fragilidade de algumas peças e o seu bom estado de conservação abonam em favor de um soterramento em condições muito protegidas, tais como uma sepultura pode oferecer.

Uma deposição cuidada pode oferecer idêntica proteção, mas globalmente considerado o problema, que estejamos perante espólios funerários de que apenas estes elementos foram recolhidos parece a hipótese mais provável.

As tipologias presentes nestes conjuntos são simples, individualmente consideradas, mas formam um conjunto diversificado, o que se pode considerar de

certa forma surpreendente para o que se tem de classificar como um momento precoce do desenvolvimento da ourivesaria.

De facto encontramos neste conjunto de joias diademas largos lisos, como os de Évora, Papagôvas e Estremoz (Armbruster e Parreira, 1993, p. 40-43), outros diademas em fita como o de Sardoninho (Correia et al., 2013, p. 40-41), pendentes que devem ter sido utilizados como brincos, como os de Estremoz



Fig. 7 – Conjunto da Ermegeira. A) contas; b) pendentes. MNA. DGPC/ADF

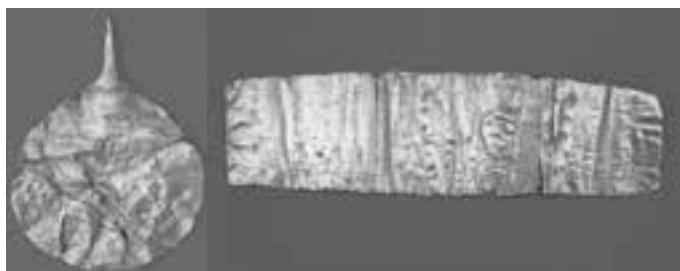


Fig. 8 – Possível conjunto de Estremoz. A) diadema; b) pendente. MNA. DGPC/ADF



Fig. 9 – Diadema de Évora. MNA. DGPC/ADF



Fig. 10 – Diadema da Lourinhã. MNA. DGPC/ADF



Fig. 11 – Gargantilha de Vale de Moinhos. MNA. DGPC/ADF

(talvez parte de um conjunto com o diadema da mesma proveniência) e Ermegeira (Armbruster e Parreira, 1993, p. 154-157), e peças *sui generis* como as de Mira Daire (Cardoso, 2004, p. 204, que todavia rebaixa demasiado a datação mais verosímil, cf. Armbruster e Parreira, 1993, p. 42). Especialmente notáveis são as gargantilhas articuladas como as de Golada (Armbruster, 2000, p. 204), Monte dos Mouros (id., p. 205) ou Vale de Moinhos (Armbruster e Parreira, 1993, p. 60-63), sendo esta última decorada por puncionamentos, como o diadema do Sardoninho ou os pendentés da Ermegeira. Ainda com a mesma decoração, conhecemos lúnulas como a de Cabeceiras de Basto (Armbruster e Parreira, 1993, p. 56-59). Este aspeto da decoração sugere a associação a este grupo do torques de remates discoidais de Alegrete e, por extensão dos outros torques da mesma classe de Gesteira e de Vila Nova de São Bento (Armbruster e Parreira, 1993, p. 50-55). Desta forma, este conjunto reforça em muito as observações de Jacques Briard (1998, p. 116-120) sobre as relações atlânticas entre finais do III e meados do II milénio com (toda) a fachada do ocidente peninsular (cf. Brandherm, 2002).

Do ponto de vista da tecnologia, há uma observação a fazer, motivada pelo conjunto do Sardoninho. A guarda e pomo do punhal desse conjunto foram fundidos pelo método da cera perdida; a raridade do achado já foi bem salientada e o achado de Alange (Celestino e Blanco, 2006, p. 99), que pertence à mesma classe, não a diminui em absoluto. O domínio da técnica da cera perdida em datas tão recuadas, todavia, talvez não seja completamente certo (ficando entre parêntesis a conta de ouro do Zambujal, que requer mais exame).

Pode tratar-se, no caso do Sardoninho, de um fenómeno de sobrevivência de uma peça (o diadema) durante bastante tempo até à sua deposição, pois a peça de Alange indicaria a pertença destes elementos áureos associados a armas ao Bronze do Sudoeste em momentos algo posteriores, como também o punhal de Belmeque sugere (Schubart, 1974).

Há uma classe problemática de objetos ligada a esta fase de utilização de objetos de ouro: as aplicações discoidais, normalmente apelidadas de «botões».

Em rigor, o único testemunho diretamente associável é o par de botões de Paredes de Coura (Armbruster e Parreira, 1993, p. 166-167), mas o conjunto de lúnula e aplicações está longe de ser seguramente um conjunto (id., p. 56). Não sabemos, portanto, se nesta fase relativamente arcaica tais aplicações já eram de utilização corrente.



Fig. 12 – Lúnula de Cabeceiras de Basto e Botões de Cabeceiras de Basto. MNA. DGPC/ADF



Fig. 13 – Torques de Alegrete. MNA. DGPC/ADF



Fig. 14 – Torques de Serpa. MNA. DGPC/ADF



Fig. 15 – Torques de Gesteira. MNA. DGPC/ADF

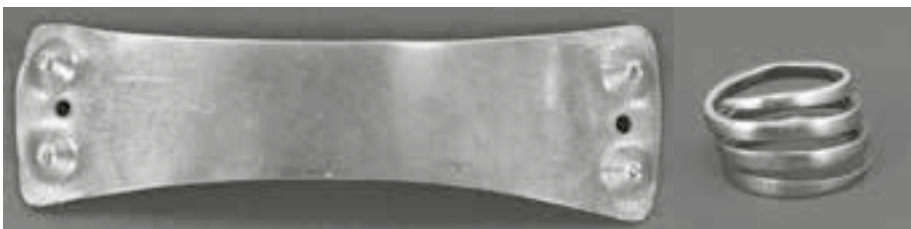


Fig. 16 – Conjunto funerário de Vila Nova de Cerveira. A) braçal de arqueiro; b) espiral. MNA. DGPC/ADF



Fig. 17 – Conjunto funerário da Quinta da Água Branca. MNA. DGPC/ADF



Fig. 18 – Conjunto do Sardoninho. A) diadema; b) e c) Elementos de punhal. MNA. DGPC/ADF

Por outro lado, peças únicas, como a bráctea de Sobreiral, Ninho de Açor, Castelo Branco (Arnbruster e Parreira, 1993, p. 172-173), por completa inexistência de paralelos, não podem ser facilmente atribuídas a qualquer época (e são mais frequentemente colocadas neste espectro cronológico).

De qualquer forma, parece seguro dizer que a maioria dos conjuntos de aplicações discoidais parece pertencer ao extremo final da Idade do Bronze e à Idade do Ferro (Correia et al., 2013, p. 86-91) e uma origem mais antiga, a existir – o que, por outro lado, pouco teria de estranho – necessita ainda de melhor comprovação.

4.3. Tradição e inovação nos objetos de prestígio de meados do II milénio

O aspeto do domínio da técnica da cera perdida, que brevemente se examinou, é importante, pois essa técnica vai ser decisiva para o desenvolvimento pleno da ourivesaria típica da Idade do Bronze.

Este desenvolvimento corporiza-se na existência de duas tradições muito distintas quanto à técnica utilizada e, conseqüentemente, também quanto aos aspetos decorativos, verdadeiramente fenomenológicos, que os seus produtos permitem. Há inclusive, alguma distinção propriamente tipológica nos conjuntos de objetos produzidos.

As duas tradições em causa são as normalmente designadas de Villena-Estremoz e de Sagrajas-Berzocaña, ainda que, para esta última, seria mais apropriada a designação Sagrajas-Portel, pois ao segundo local corresponde a mais pesada peça conhecida, que hoje se conserva em Saint-Germain-en-Laye (Correia, 1993, p. 105-122).

As peças emblemáticas são, respetivamente, os braceletes decorados por puas e os colares fusiformes decorados por triângulos preenchidos, mas a panóplia de objetos é muito mais vasta que isso.

Ressaltam, nomeadamente, na tradição de Villena-Estremoz, os vasos e, na de Sagrajas-Portel, os braceletes de forma idêntica (reduzida em escala, obviamente) aos torques, que todavia são, via de regra, lisos.

Esta diferença tipológica poderá ter chegado a constituir uma verdadeira diferença na forma de expressão social de comunidades ligadas mais estritamente a



Fig. 19 – Parte do conjunto de espirais de Vale de Viegas. MNA. DGPC/ADF



Fig. 20 – Tesouro de São Martinho. MNA. DGPC/ADF

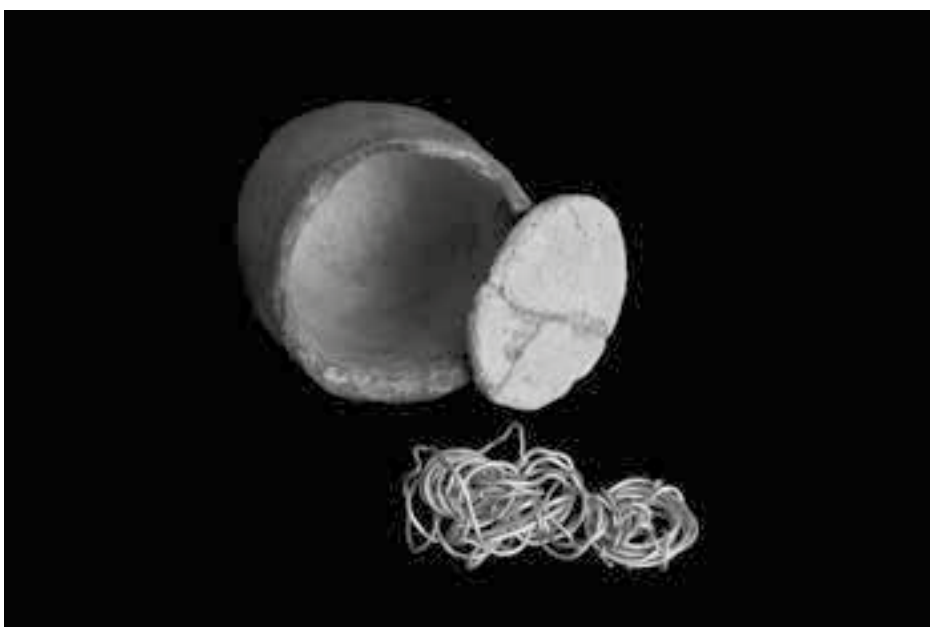


Fig. 21 – Tesouro de Sequeade [FOTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS]

uma ou outra das tradições, mas o panorama é mais complexo do que isso, por várias ordens de razões.

Em primeiro lugar está a transmissão de peças dentro do espaço peninsular, que permitiria a manipulação conjunta de objetos de uma e de outra das tradições, ainda que isso não se verifique de uma forma impressionante nas deposições recuperadas pela investigação; as produções da tradição Villena-Estremoz parecem ter tido uma maior difusão no espaço peninsular do que as da tradição Sagrajas-Portel, que são mais «atlânticas», mas não é claro que existam depósitos onde peças claramente de um e outro estilo tenham sido depositados em conjunto. Este elemento é tanto mais paradoxal, quanto sabemos que estas peças foram, por vezes, manipuladas conjuntamente, no que constitui, aliás, um dos elementos centrais do ponto que a seguir se desenvolverá.

Uma observação muito importante a reter no desenvolver desta questão é a produção de joias em bronze no povoado da Senhora da Guia, em Baiões (Silva et al., 1984).

Em primeiro lugar, diga-se que se trata efetivamente de produção, pois estamos indiscutivelmente em presença de um depósito de fundidor, existem peças



Fig. 22 – Tesouro de Chaves. A) Bracelete; b) aros em cadeia; c) anel espiralado. [FOTOS DO MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE]

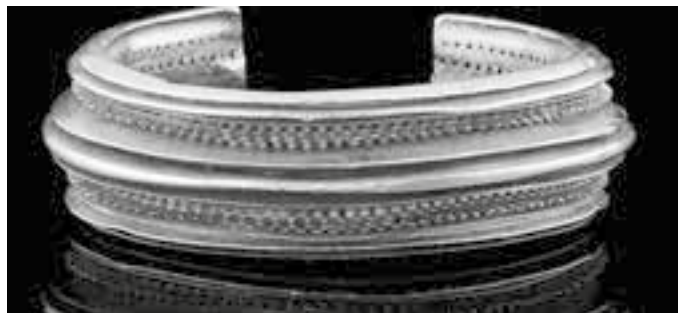


Fig. 23 – Bracelete de Portalegre [FOTO DA CHRISTIE'S]



Fig. 24 – Bracelete de Aljustrel. MNA. DGPC/ADF

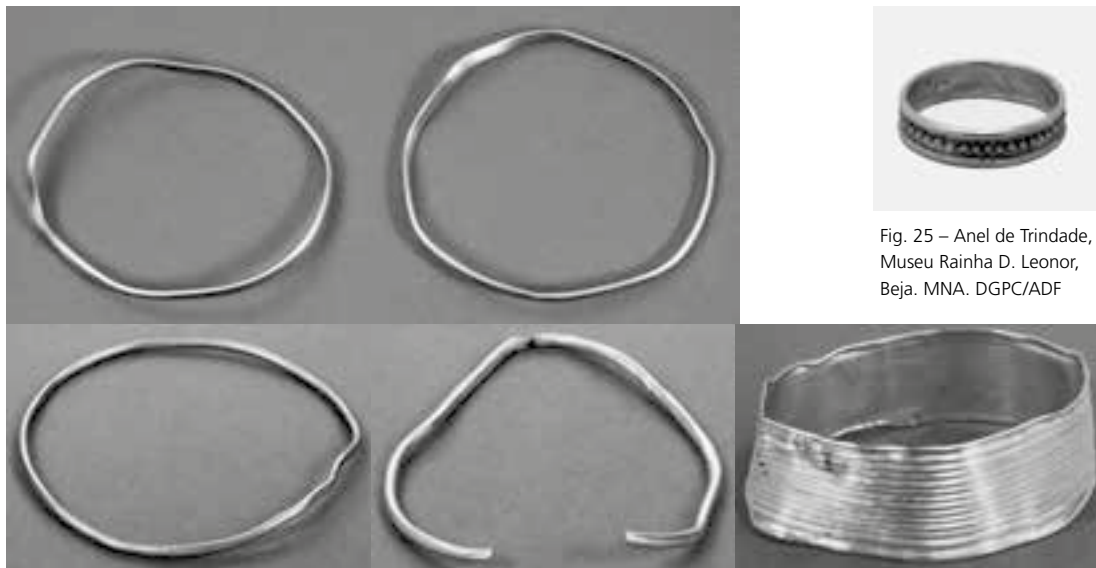


Fig. 25 – Anel de Trindade, Museu Rainha D. Leonor, Beja. MNA. DGPC/ADF

Fig. 26 – Braceletes de Colos. MNA. DGPC/ADF

que podem ser interpretadas como falhas de fundição, mas as joias, em concreto, parecem ter sido incorporadas no conjunto torêutico «em estado novo»: são por isso, com elevado grau de certeza, produções locais.

Quanto à tipologia, há braceletes fusiformes, idênticos aos da tradição Sagrajas-Portel, decorados com padrões de triângulos preenchidos como os torques. Este pormenor nunca foi identificado em peças de ouro, mas o estilo das peças é claríssimo (talvez futuros achados venham a colmatar essa falha presente no conhecimento disponível). Estes braceletes coexistem com braceletes canelados, cujo melhor paralelo são os braceletes da tradição de Villena-Estremoz (e, sem embargo, estes mostram também decorações de triângulos).

Note-se, por fim, que outros bronzes do depósito mostram à evidência a existência de contactos com o Mediterrâneo Oriental (Silva, 1990) e uma das peças, através da madeira conservada no seu interior ofereceu uma data C14 que, calibrada a dois sigma, se estende entre 1215 e 420 a.C., pelo que é pouco útil, mas que, pelas condições específicas do achado, indica que o depósito poderá ter sido fechado no século oitavo (Vilaça, 2006b, p. 91), *terminus ante quem* para o desenvolvimento destes fenómenos no domínio da produção artística.

A situação indica, porventura, que a diferença de estilo era mais significativa do que em primeira análise se poderia pensar – que a origem de um objeto se mantinha associada à sua manipulação e que essa sua distinta «filiação» reduzia a possibilidade da sua «promiscuidade» na deposição junto a peças de outra origem; mas o acumular de aspas à volta de termos essenciais da frase denuncia o carácter muito problemático do que aqui se afirma. E, por outro lado, o caso dos

bronzes da Senhora da Guia mostra que haveria margem para os artífices suficientemente aptos manipularem algumas destas técnicas segundo agendas particulares, no que se virá a revelar um aspeto determinante em períodos futuros.

Em segundo lugar está a produção, porventura levada a cabo por oficinas não diretamente ligadas nem a uma nem a outra tradições, de objetos não carac-



Fig. 27 – Bracelete tubular, de proveniência desconhecida. MNA. DGPC/ADF

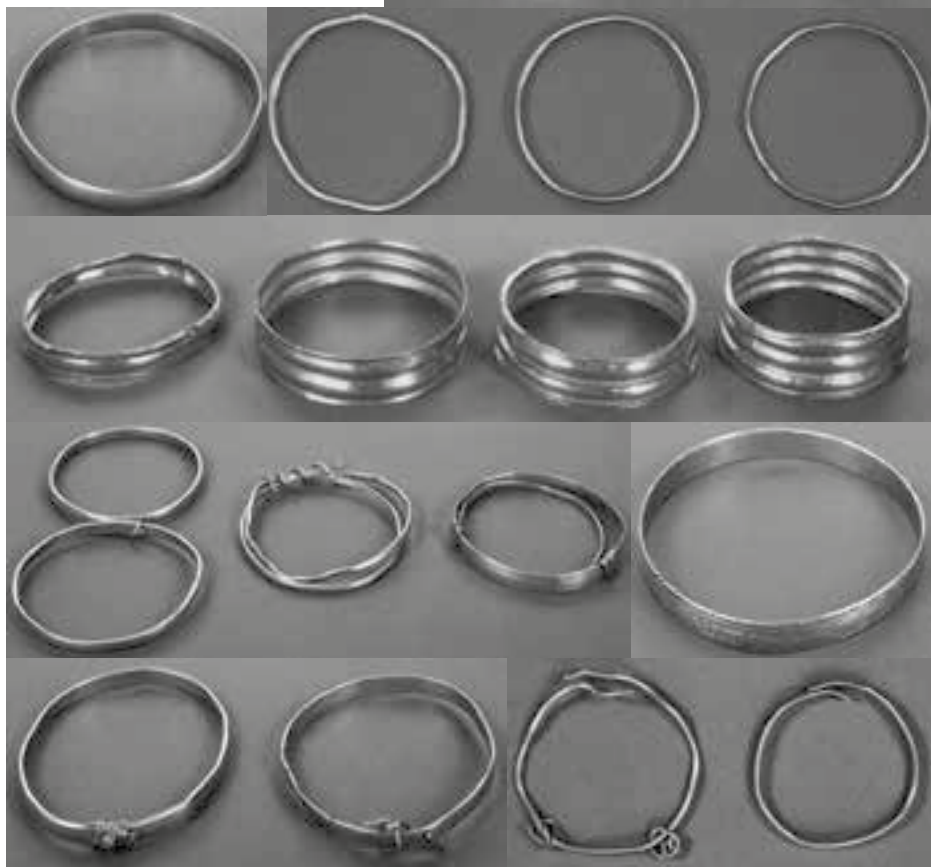


Fig. 28 – Conjuntos de braceletes tubulares: a) Beira Alta; b) Arnozela. MNA. DGPC/ADF

teristicamente marcados pelos seus aspetos típicos. Está neste caso o conjunto de braceletes tubulares, cujo exemplar mais impressionante é o de proveniência desconhecida que se conserva no Museu Nacional de Arqueologia, mas de que outros exemplares provêm de Urdiñeira, Mellide, Monte da Saia, Arnozela, Estrada, Barbanza, Regoufe e da Beira Alta (Armbruster, 2000; Correia et al., 2013, s.v.). Talvez os aros de Bougado (Silva, 2007, p. 370, n.ºs 557-558) pertençam a este grupo, e talvez a sua distribuição principal no Noroeste Peninsular não seja mero efeito de inventário desigual, mas testemunho de uma oficina, prolífica mas de características específicas técnico-estilisticamente não muito marcadas.



Fig. 29 – Braceletes de Baralhas. MNA. DGPC/ADF

Em terceiro lugar está a existência de conjuntos excepcionais, cuja integração no panorama geral *prima facie* não pode ser feita, talvez porque as circunstâncias de produção e deposição dos objetos, à partida, foram excepcionais. É o caso do tesouro de Caldas de Reyes (Armbruster, 2000, p. 202; Correia et al., 2013, p. 40), com alguns objetos únicos; pela sua dimensão, é o caso do próprio tesouro de Villena (Soler, 1965) e é, não pela dimensão de conjunto, mas pela quantidade de metal colocado em peças específicas, o caso de alguns dos mais emblemáticos torques fusiformes.

O padrão de utilização das joias neste momento surge como profundamente dividido entre grandes concentrações e pequenos conjuntos, cujo carácter utilitário pode ser mais facilmente admitido. Estes conjuntos surgem, por vezes, associados a espirais isoladas ou agrupadas, o que constitui, aliás, uma perturbação suplementar na reconstituição da utilização das joias, como no caso do achado de Chaves (Silva, 2007, p. 361, n.º 536; Armbruster, 2000, p. 202), que leva a colocar a hipótese de se tratar de uma peça em mau estado de conservação amortizada com uma reserva de ouro «em meada».

O mais interessante é, todavia, verificar como neste período central da Idade do Bronze um objeto – o bracelete (Armbruster e Parreira, 1993, p. 86-147) – é o item dominante da produção de ourivesaria, mesmo que não lhe pertençam os objetos mais importantes, nem em termos de complexidade técnica nem em quantidade de metal utilizado.

Há nesta constatação um caminho de investigação muito importante que pesquisará como este facto se relaciona com as fórmulas de expressão das sociedades no que à sua forma de vestir diz respeito (Sorensen, 1997). Se o bracelete é ubíquo como joia, o que se deve imaginar como forma de expressão socialmente reconhecível: um padrão de afirmação onde é a importância do metal utilizado que é representativa? (a multiplicação de braceletes nalguns achados indicaria este facto); seria o estilo individualizado dos braceletes um elemento genericamente reconhecido e valorizado, como antes se sugeriu? ou estaria a diferenciação da comunicação baseada noutros elementos, nomeadamente em aspetos do vestuário que, perecível, não podemos analisar? ou existiriam estratégias distintas de utilização dos braceletes sobre a anatomia dos seus utilizadores?

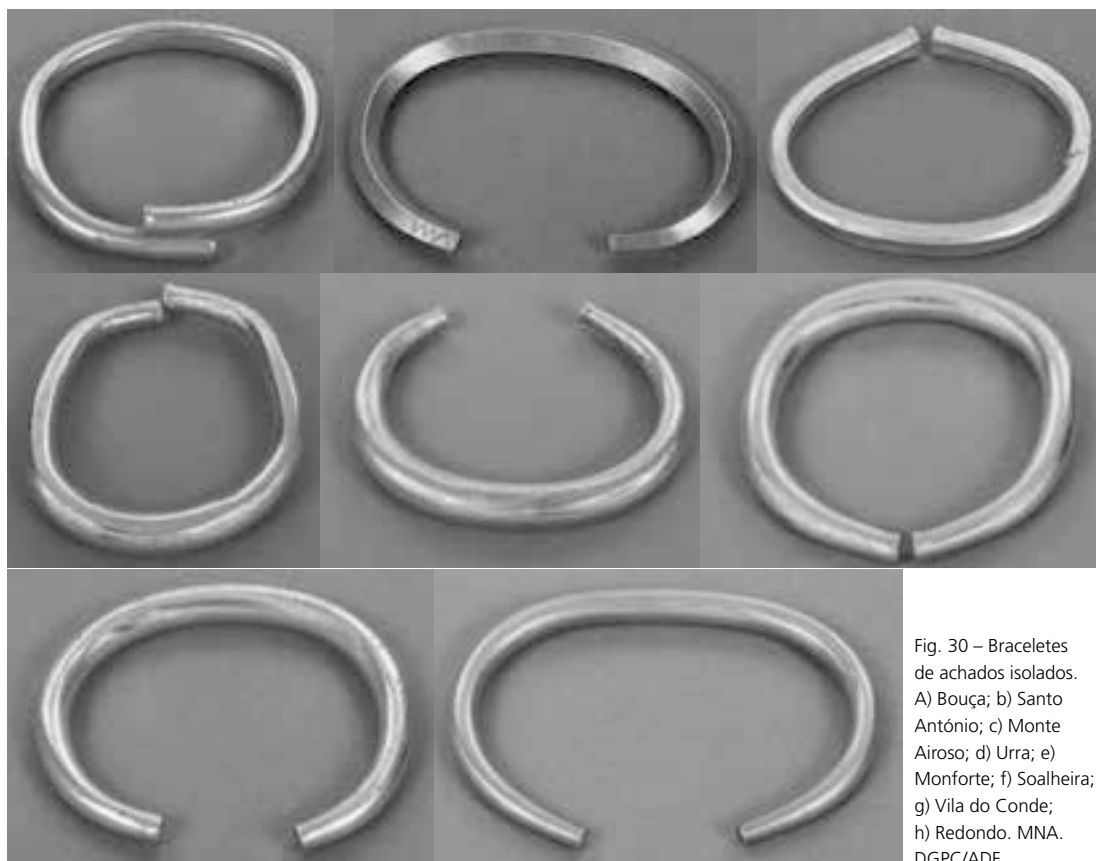


Fig. 30 – Braceletes de achados isolados. A) Bouça; b) Santo António; c) Monte Airoso; d) Urra; e) Monforte; f) Soalheira; g) Vila do Conde; h) Redondo. MNA. DGPC/ADF



Fig. 31 – Braceletes da Herdade das Cortes. MNA. DGPC/ADF



Fig. 32 – Tesouro da Senhora da Guia (Baiões). MNA. DGPC/ADF



Fig. 33 – Colar de Serrazes. MNA. DGPC/ADF



Fig. 34 – Colar de Almofter. MNA. DGPC/ADF



Fig. 35 – Colar de Vale de Malhada. MNA. DGPC/ADF

Estão nesta classe de interrogações aquelas que podem ser feitas a propósito dos torques de secção quadrada (que nalguns casos se encontraram muito enrolados, formando braceletes). Parecem, em primeira análise, corresponder a um período terminal do Bronze Final, surgindo, por um lado, associados a elementos da tradição Sagrajas-Portel em conjuntos já evoluídos (Baleizão, Vilaça, 2007, p. 67-69) e, por outro, sendo conhecidos já com decoração de estampilhas, no que parecem ser objetos típicos da Idade do Ferro (colar de Malhada, Correia et al., 2013, p. 60-61).

Mesmo que a associação morfocronológica seja de rejeitar (em particular a associação unívoca do uso das estampilhas como decoração com a cultura halls-tática, que carece hoje de base de suporte), há porventura um elemento estilístico significativo a ter em conta, no quadro das interrogações feitas.

4.4. O final da Idade do Bronze e o início da Idade do Ferro

A importância da questão estilística no uso das joias é colocada em especial evidência devido ao próprio processo de evolução das produções conhecidas no Ocidente da península, a partir do período final do II milénio a.C. Esta questão já tem sido tratada, mas parece incontornável, neste ponto, regressar sobre a argumentação exposta (Correia, 2007; Correia et al., 2013, p. 55-61).

As duas tradições da ourivesaria que se cristalizam ao longo da Idade do Bronze, a de Villena-Estremoz e a de Sagrajas-Portel, passam, a partir de um determinado momento, a ser combinadas de várias formas, seja através do que podem ter sido peças reutilizadas, até à produção de peças autónomas, que bebem numa e noutra técnica e numa e noutra inspiração, num fenómeno que, nas produções de joias em bronze, já pôde ser visto na Senhora da Guia. Podem-se, de facto, identificar três modos distintos de combinar os distintos contributos técnicos, que são talvez reveladores de outros tantos momentos sucessivos de uma evolução técnico-estilística:

1 – A combinação de peças e/ou fragmentos de peças, produzidas num e noutro ambiente, como o colar de Sintra, pertencente à tradição Sagrajas-Portel, que utiliza como peça de fecho o que pode tratar-se de uma secção reaproveitada de um bracelete de tradição Villena-Estremoz.

2 – A produção de peças de uma e outra tradição, que se combinam numa peça única, como o bracelete de Cantonha.

3 – A produção de peças que utilizam dispositivos técnicos e decorativos de ambas as produções, como os braceletes do Norte de Portugal, que usam as puas da tradição Villena-Estremoz para decoração da parte tubular e os dispositivos de fecho por macho/fêmea e a decoração de triângulos incisos da tradição Sagrajas-Portel. E a evolução detetável nas joias, individualmente consideradas, oferece ainda a individualização de pelo menos outros dois modos ou momentos, destacados já da estrita dependência das tradições da Idade do Bronze:

4 – A utilização de novas técnicas na decoração de peças de tipos tradicionais, como os braceletes de Torre Vã.

5 – A produção de peças originais, onde são visíveis: *i*) o conhecimento de técnicas e linguagens artísticas tradicionais; *ii*) o desenvolvimento de novos modelos, inspirados, mas não completamente determinados pelos tipos tradicionais; *iii*) a utilização de conhecimentos artísticos de inspiração oriental. Defendeu-se já que o tesouro de Moura é o expoente deste último momento na evolução dessa oficina ocidental, parece todavia importante acrescentar um outro conjunto: o tesouro do Carambolo (Mata Carriazo, 1970; Perea e Armbruster, 1998).

Existe uma possível relação filogenética que liga os braceletes do Carambolo ao estilo escolhido pelos braceletes mais significativos produzidos no Ocidente da península ao longo da Idade do Bronze, que importa salientar para suporte desta última afirmação.



Fig. 36 – Tesouro de Álamo. MNA. DGPC/ADF



Fig. 37 – Peitoral de Castro Marim. MNA. DGPC/ADF

A origem desta fileira filogenética é o bracelete canelado sem decoração de proveniência desconhecida que o MNA conserva na sua coleção (Armbruster e Parreira, 1993, p. 128-129; Correia et al., 2013, p. 42). O ponto de ligação são os mencionados braceletes do Norte de Portugal, do Museu Nacional Soares dos Reis, que mostram a escolha de um padrão decorativo alternando faixas decoradas e toros lisos; o *halskragen* do tesouro de Moura mostra uma escolha semelhante, mas de distinta realização, com toros decorados como as joias de Sagrajas-Portel e placas decoradas por fios dispostos em SS subparalelos. Finalmente os braceletes do Carambolo mostram a alternância entre faixas com meias esferas lisas e faixas com aplicações estampadas; as meias esferas lisas já se encontravam nos braceletes de Torre Vã, a estampagem de motivos vai encontrar-se em peças de importação muito precoce como no diadema de Castro Marim, que será seguidamente abordado.

Em suma, os braceletes do Carambolo mostram uma forte ligação ao conjunto de peças que demonstram a forma como a(s) oficina(s) do Ocidente peninsular na transição entre os milénios operou(aram) a fusão e transformação das tradições da ourivesaria da Idade do Bronze em algo original, único e endémico. A sua pertença a este círculo deve, portanto, ser adequadamente valorizada.

E, a este título, ocorre analisar as características principalmente apontadas em abono do carácter orientalizante do conjunto, a saber: os peitorais em forma de «pele de boi» e o colar com pseudo-escaravinhos. Destes últimos, o próprio facto de se tratar de pseudo-escaravinhos diz bem do seu carácter incerto quanto à origem; quanto aos peitorais, mostram uma forma que, de utilitária e, nalguma medida, valorizada por ser de carácter pré-monetal, se tornou muito comum numa pluralidade de situações (dispositivos arquitetónicos, cerâmica ritual, etc.; Celestino e Blanco, 2006, p. 83-86) do Bronze Final em diante, devendo ser colocada ao mesmo nível da utilização do granulado nos braceletes de Torre Vã ou da filigrana decorativa no *halskragen* de Moura.



Fig. 38 – Colar de Sintra (réplica no MNA). MNA. DGPC/ADF



Fig. 39 – Bracelete de Cantonha. MNA. DGPC/ADF

Numa análise sintética, o tesouro do Carambolo revela a mesma combinação de elementos orientais e peninsulares (de âmbito atlântico) que o «bronze Carriazo» (Maluquer, 1957; Jiménez, 2002, p. 411).

Estas observações requerem ainda a menção a uma aproximação entre peças de joalheria, que não vimos ainda mencionada na bibliografia disponível: a proximidade entre os braceletes do Carambolo e algumas peças da necrópole de Halstatt (Platz-Horster, 2002, p. 17-18; Eluère, 1988, p. 200-201). Sem apriorismos indicados por questões geográficas, cronológicas ou histórico-culturais, dir-se-ia que as peças de Halstatt copiam, em lâmina de ouro, a construção mais complexa das do Carambolo. Levantada a questão, é claro que se necessitará de uma avaliação muito direcionada para verificar se a hipótese é credível, mas *a priori* não devemos rejeitar a hipótese de ter havido importações de objetos peninsulares para a área circum-alpina (cf. Spindler, 1973) que teriam dado lugar à execução de objetos de tipologias particulares, estabelecendo um padrão, que se tornará recorrente no centro da Europa, da imitação em lâmina de ouro de peças de produção mediterrânica, maciças ou compósitas.



Fig. 40 – Braceletes de Torre Vã: a) e b) par de braceletes; c) aspecto da decoração; d) pormenor dos terminais.. MNA. DGPC/ADF

4.5. Importações e imitações na ourivesaria e mais além

Do ponto de vista do seu estudo estilístico, a importação de ourivesaria mais antiga conhecida na zona ocidental da Península parece ser o peitoral de Castro Marim (Correia, 2006), proveniente possivelmente de Chipre e produzido em datas à volta do século X a.C. Não sabemos o espaço de tempo mediado entre a sua produção e a sua chegada à Península, que pode não ter sido muito considerando a relativa fragilidade da peça e o seu bom estado de conservação, mas a sua data provável de produção leva a que ele não deva ser associado à circulação de bens na órbita micénica, que sabemos ter chegado à Península, por exemplo, através das cerâmicas de Montoro (Martin de la Cruz, 1988), mas sim aos primeiros contactos de navegantes orientais com o Ocidente no período geométrico.

E, considerando os paralelos da peça, mais insulares que levantinos, é possível que a peça tenha sido incluída originalmente nalgum conjunto manipulado a partir da esfera euboica (Fox, 2008, p. 273-332), podendo portanto a peça representar um elemento material associável às referências ao extremo Ocidente nas narrativas hercúleas e no ciclo dos *nostoi* (Bendala, 2000, p. 57-66).

Para este período foi criada a expressão de «contactos pré-coloniais» (Almagro, 1989), que todavia se revela uma expressão (e um conceito) muito pouco operativa (cf. todavia Moreno Arratio, 1999). Em primeiro lugar, pelos erróneos paralelos arqueo-etnográficos e históricos que o termo sugere, evocando «bravos navegadores, que em terra incógnita, contactam com os indígenas desprovidos de conhecimento, aí deixando algumas pérolas da sua sabedoria e superior engenho técnico», e nada mais longe da realidade. Segundo, por que, mesmo por contraste com o período «colonial» subsequente, as diferenças nos modos de contacto poderão ser de grau, mas não de género: nomeadamente a incorporação de bens exógenos nas culturas materiais locais e a sua progressiva popularização, já não por importação, mas por produção local. Em terceiro lugar, mais importante, porque, ao contrário das colonizações europeias em geral, a colonização arcaica implicou a radicação no local «colonizado» de sectores importantes de produção artística e artesanal, não sendo como aquelas tão dependente da importação de produtos da mãe-pátria, o que *i)* multiplicou os efeitos de imitação local, *ii)* produziu muito generalizadamente hibridação de oficinas, certamente que também pela miscigenação do conjunto de artífices.

Estas observações são importantes a propósito do peitoral de Castro Marim, apesar do seu aparentemente menor impacto nas produções peninsulares, mas sobretudo a propósito da divulgação da técnica do granulado e de modelos artísticos muito desenvolvidos, como as arrecadas de corpo lunular, que são um produto propriamente ibero-fenício, no sentido de ser um modelo de origem fenícia produzido na Península Ibérica. Para este modelo, o par de peças paradigmáticas, pela sua qualidade e pela cronologia do seu achado, são as de Aliseda (Almagro,

1977, p. 204-221; Celestino e Blanco, 2006, p. 116-121), e pode aceitar-se, como fazem muitos investigadores, procurar a partir delas os modelos filogenéticos que explicam os outros exemplares.

No entanto, um outro par de arrecadas não responde a este paradigma, e distingue-se dele em termos conceptuais e, por exemplo, também na qualidade do granulado geometricamente disposto, que mais recorda certas produções gregas (Boardman, 1980, p. 57) que as produções fenícias conhecidas. Trata-se das arrecadas de Odemira (Correia, 2005, p. 1216-1217; Correia et al., 2013, p. 78-80), cujo contexto de achado não é conhecido em pormenor. Muito próxima deste par está a arrecada isolada de Paços de Ferreira (Silva, 2007, p. 366; Correia et al., 2013, p. 80), da qual apenas se pode ter como segura a proveniência desse conchelo. Outra arrecada de placa central significativa é a de Montemolín (Bandera Romero, 1989, p. 155-157).

O mais significativo destas peças é serem arrecadas de placa central, modelo distinto do anterior, de que a busca dos percursos filogenéticos de desenvolvi-



Fig. 41 – Arrecadas de Odemira. MNA. DGPC/ADF



Fig. 42 – Placa granulada, de proveniência desconhecida. MNA. DGPC/ADF

mento entre as produções conhecidas é mais complexo, porque o panorama é mais rico e mais estendido no tempo.

Todavia, é no tesouro funerário de Aliseda que se encontram reunidas as peças que, se outro instrumento não existisse, permitiriam explicar sozinhas muito do desenvolvimento da ourivesaria da Idade do Ferro no Ocidente peninsular. Isto levanta um paradoxo, pois o modelo colonial antes referido atribuiria às oficinas de Gadir esse papel. É evidente que se pode esperar que oficinas coloniais trabalhando para satisfazer uma clientela local exportem efetivamente a maior parte da sua produção para essas zonas de procura, não restando na sua zona nuclear muitos bons exemplos, mas dessa forma também se esperaria que existisse um «efeito de super-

fície de tendência» que mostrasse uma distribuição regular em função da distância ou um gradiente relacionado com as vias de comunicação, e tal fenómeno não é observável, sendo Portugal e a Extremadura espanhola uma zona de assinalável concentração de achados de que o Guadalquivir, por exemplo, não faz parte. Também este aspeto obriga a matizar os conceitos dos modelos coloniais manejados.

Desde os primeiros momentos de contacto entre as sociedades locais, detentoras da riqueza em matéria-prima e munidas dos recursos técnicos necessários à sua transformação em produtos aceites como prestigiados por elas próprias e pelas suas vizinhas, e os agentes externos que procuram essa matéria-prima oferecendo em troca não bens de igual valor – de que não dispõem – mas bens prestigiados por serem exógenos e tecnicamente avançados, deve ter existido uma conjuntura de troca de saberes, mais do que de troca de bens. Isto explica casos como a decoração em granulado dos remates dos braceletes de Torre Vã, como foi acima referido, que constitui uma intervenção, direta ou indireta, de um ourives oriental sobre uma peça peninsular.



Fig. 43 – Tesouro de Baião. A) e b) arrecadas; c) elementos de colar; d) botões; e) aplicações de cinturão. MNA. DGPC/ADF

Nesta situação, o ourives oriental, tanto quanto o ourives peninsular, enriquecem a sua linguagem artística, o seu repertório e o seu domínio da(s) técnica(s). Voltando aos braceletes de Torre Vã, não é determinável, por agora, se a decoração de meias esferas que cobre a superfície externa das peças é parte da sua construção original ou se foi aplicada no mesmo momento em que o granulado mais fino próximo dos terminais foi aplicado. Não se sabe, portanto, se este tratamento decorativo, que num momento antigo é conhecido também no tesouro do Carambolo, é alguma técnica peninsular que evoluiu das produções do grupo de Villena-Estremoz, ou se é um contributo oriental. A semelhança do conceito dos braceletes do Carambolo com os braceletes do Norte de Portugal, como antes se mencionou, inclinaria a balança para a primeira hipótese, e não é visível na bibliografia nada que a faça inclinar decisivamente em sentido oposto, mas é ainda assim uma argumentação frágil e pouco substanciada. Mas o que é seguro é o grande êxito que esta técnica teve, em peças como as placas de cinturão de Baião (que são como um derivativo «aligeirado» das do Carambolo; cf. Silva, 2007, p. 371; Correia et al., 2013, p. 73-76), nas arrecadas de Serradilla e, a partir daí, numa larguíssima série de arrecadas e brincos que conheceram um sucesso extraordinário ao longo de toda a Idade do Ferro, a que se regressará mais à frente.

Quero com isto dizer que o anátema sobre o «modelo colonial», puro e anacrónico, não é uma busca teórica por um discurso anódino e politicamente correto, mas sim a busca efetiva de um modelo teórico que sirva melhor a evidência e que seja mais explicativo disso que vemos e das realidades que lhe estão subjacentes.

E neste tema da ourivesaria, parece muito importante repetir este facto essencial: as populações locais peninsulares, no contacto com as populações de origem oriental, dispunham da matéria-prima necessária à expressão, através da ourivesaria, da ideologia social que pretendiam exprimir e, mais crucial, dispunham dos recursos técnicos, dos artífices, indispensáveis à operacionalização desse desiderato. A satisfação da procura de metais nobres por parte dos orientais, que só poderia ocorrer através da retirada do sistema das quantidades de metal pretendidas, só pôde ser acolhida mediante uma modificação do aparato técnico disponível, satisfazendo com menos metal, mas com outros requintes artísticos, necessidades do foro social que, num primeiro momento, não se devem ter substancialmente modificado (a situação tenderia a evoluir). Neste momento o contacto entre artífices, seja diretamente seja através das peças produzidas (no sentido em que um artífice experimentado, em qualquer arte em qualquer época, pode compreender até caracterís-



Fig. 44 – Arrecada de Paços de Ferreira.
MNA. DGPC/ADF

ticas da personalidade de um outro artífice da mesma arte através da observação dos seus produtos, mesmo sem que se tenham pessoalmente encontrado), forma a base essencial do intercâmbio e redonda inevitavelmente na adoção local dos recursos técnicos assim conhecidos.

E isto explica o paradoxo da modéstia dos nossos conhecimentos acerca das produções gaditanas, que talvez não seja efeito do nosso imperfeito conhecimento, mas sim produto de uma atividade diferencial dos artífices que, num primeiro momento poderão ter estado sobretudo vocacionados para o trabalho em encomendas específicas para sectores concretos da clientela peninsular (v.g. Aliseda, Cortijo de Ébora ?) e, num segundo momento, poderão não ter tido capacidade de imporem as suas produções em espaços ocupados pelas oficinas locais tradicionais munidas já de novos conhecimentos técnicos.

4.6. As grandes escolas de ourivesaria

A presença oriental nas costas do Sul e do Oeste teve consequências a vários níveis na Península.

Como já se referiu, as viagens para Ocidente são, sobretudo, viagens para obter metais preciosos para ocorrer a necessidades específicas do Levante, nomeadamente o pagamento de tributo aos monarcas orientais. Como foi proposto, esta retirada do metal da circulação no espaço peninsular é compensada pela colocação de bens exógenos vistos como sendo de grande prestígio nos circuitos de troca e de expressão social onde o metal circula e, talvez mais significativo, pela «oferta» de técnicas que permitem continuar a manipular o metal no mesmo número de itens (nalguns casos até mantendo os modelos artísticos anteriores) mas com quantidades reduzidas de matéria-prima.

Por outro lado, há um movimento paralelo de intensificação de exploração do metal, nomeadamente através, talvez, da primeira mineração digna desse nome no que diz respeito aos metais preciosos, mas aproveitando certamente o conhecimento de grupos sociais específicos na exploração do cobre e do estanho.

Estes dois fenómenos combinados destroem os mecanismos tradicionais de procura, recolha, acumulação e distribuição do metal precioso. O bateio oportunístico perde acuidade frente às minas (e, por outro lado, uma exploração mais intensa ao longo da Idade do Bronze pode ter causado uma conjuntura de escassez de pepitas nas areias tradicionalmente procuradas) e a recolha sai desse modo dos pequenos circuitos tradicionais que se colavam, por certo de maneira muito estrita, aos mecanismos de pertença de clã e de dependência entre comunidades vizinhas, para se passar a fazer através de vetores de outra natureza, ligados às oficinas produtoras e aos mecanismos de intercâmbio dos seus produtos mediante compensação do seu valor percebido. A acumulação passa, portanto, a depender da capacidade absoluta de acumular recursos e pro-



Fig. 45 – Tesouro de Outeiro da Cabeça: a) botões; b) pormenor de botão com sedimento de jazida associado; c) colar; d) brincos e lingote.
MNA. DGPC/ADF

ceder à sua redistribuição mediante compensações em espécie, diríamos sob formas não-ritualizadas.

E é esta situação que vai levar, ao longo da Idade do Ferro, à radicação em zonas específicas de oficinas de ourivesaria, ligadas a povoados ou zonas de povoamento dotadas dessa capacidade de acumular recursos e de os redistribuir, que vão com o tempo desenvolver personalidades artísticas distintas e, nalguma medida, chegarão a especializar-se em certos produtos.

Essa capacidade de acumulação e redistribuição dos recursos traduzir-se-ia não só na capacidade do entorno agropastoril de produzir o suficiente para suportar a presença de classes de artífices dedicadas a fileiras económicas não ligadas à subsistência, mas sobretudo à existência de estruturas de poder capazes de



Fig. 46 – Botão da Fonte Santa. MNA. DGPC/ADF



Fig. 47 – Conjunto de botões de Fortios. MNA. DGPC/ADF

agenciar a solução das tensões e dos conflitos que esta situação certamente criaria, não só dentro das comunidades, mas também entre comunidades. Isto implica escala geográfica, contingente demográfico, estruturas ideológicas de controle e estas alimentam-se, entre outras fontes, dos próprios produtos – nomeadamente da ourivesaria – que estão na base do sistema e da sua distribuição controlada, realimentando o processo (veja-se, a título de exemplo, Halstead, 2007, esp. p. 71). Não é por isso de estranhar que os ourives (designadamente, mas também os bronzistas, os ferreiros e os oleiros) tendam a especializar os seus produtos para responder, por um lado, a uma escala económica que tende sempre para a intensificação, por outro, à afirmação de estilos étnicos particulares, por último, a categorias materiais de características muito marcadas que, apesar dos dois elementos anteriormente mencionados, confirmam às suas produções a capacidade de afirmação autoexplicativa que lhes permita integrar-se em esferas de intercâmbio alargado.

A primeira destas unidades/oficinas de produção é a que está centrada – em função da evidência disponível – no tesouro de Serradilla (Almagro, 1977, p. 221-230; Celestino e Blanco, 2006, p. 146-149).

Este tesouro é um conjunto notável pela variedade de peças que reúne e pela qualidade intrínseca de algumas delas. As arrecadas, em particular, são notáveis por demonstrarem a utilização das meias esferas como elemento, mais que decorativo, estrutural.

As placas subtrapezoidais de Serradilla, decoradas com prótomos humanos, ganharam uma especial importância depois da localização do importante conjunto de Segura de León (Enríquez e Rodríguez, 1985; Celestino e Blanco, 2006, p. 144-145) e, depois disso, pela revalorização do conjunto de peças do Bom-



Fig. 48 – Arrecada de Laúndos. MNA. DGPC/ADF



Fig. 49 – Tesouro de Torques de Paradela do Rio. MNA. DGPC/ADF



Fig. 50 – Torques de Vila Flor. A) vista lateral; b) pormenor do remate. MNA. DGPC/ADF

barral (que não é seguro se se trata de um verdadeiro tesouro, ou apenas de um conjunto de peças reunidas por circunstâncias não-arqueológicas, posteriores ao achado; cf. Cardoso, 2004, p. 266-270).

Será também importante adicionar a estes conjuntos a pequena plaqueta granulada, sem proveniência, da coleção do MNA (Correia, 2005, p. 1219; Correia et al., 2013, p. 79): o sistema de suspensão *en jaulilla* é o mesmo e a qualidade do granulado, com fios embebidos desenhando o botão de lótus, é muito assinalável. Ora esta associação encontra reflexo noutra conjunto, o de Pajares, onde também se encontram suspensões *en jaulilla* num elemento de diadema (Celestino e Blanco, 1999, p. 115-116) que tem, por sua vez, paralelos em El Raso de Candaleda (Fernández, 1996), e botões de lótus rodeados de granulado, numa peça excepcional de funcionalidade não perfeitamente identificada (Celestino Pérez, 1999, p. 112-115; Celestino e Blanco, 2006, p. 140-143).

A segunda unidade é a das arrecadas de tipo Madrigalejo (Celestino e Blanco, 2006, p. 135-136), de desenho e construção mais pesada que as de Serradilla, de



Fig. 51 – Torques do Museu de Vila Real. A) vista lateral; b) pormenor da dedoração do aro; c) pormeno da junção entre o aro e o remater; d) pormenor da decoração do remate. [FOTOGRAFIAS DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E NUMISMÁTICO DE VILA REAL]

que, para além do local epónimo, se conhece uma muito mutilada de Vaiamonte (Correia et al., 2013, p. 106) e outro possível exemplar em Marchena (Bandera Romero, 1989, p. 19-121).

A terceira unidade é a das arrecadas de tipo Monte Molião (propõe-se esta designação, por se tratar, tanto quanto se pode julgar, do primeiro achado de peças desta tipologia), conhecidas nesse sítio arqueológico, mas também em Cogolludo e noutros locais da Extremadura (Celestino e Blanco, 2006, p. 79-81), em Utrera na Andaluzia (Bandera, 1989, p. 155-157) e (de novo) em Vaiamonte (Correia et al., 2013, p. 106-108), em fragmentos de mais do que um exemplar, mas todos característicos pela utilização de enrolamentos de arame de ouro em espirais planas, que formam a base de uma decoração que se pode complexificar, por um lado, ou por outro, adotar decididamente uma configuração que tenta representar um prótomo de boviedo em vista frontal. É possível, mas não existe exemplo seguramente documentado, de que parte da decoração pudesse ter servido de suporte a matéria de engaste, a esmalte, ou a outro tipo de aplicação (o que, sem embargo, prejudicaria a leitura da representação de boviedo, nos casos em que ela parece ter sido procurada). Mas a pertença destes vários exemplos a uma mesma oficina é muito marcante em qualquer nível de análise estilística.



Fig. 52 – Placas votivas de Garvão. A) placas oculadas em ouro; b) placas oculadas em prata; c) placa figurada em prata. MNA. DGPC/ADF

Este levantamento leva logicamente a questionar qual o verdadeiro papel que o povoado de Vaiamonte desempenhou na radicação destas várias oficinas (Correia, 1995, p. 132-134), sobretudo considerando a evidência, de época mais tardia, ligada já às perturbações de época sertoriana, que levaram à ocultação de uma quantidade desproporcionadamente grande de evidência por comparação com outras épocas, das arrecadas de grãos e volutas conhecidas em quantidade em Santana da Carnota (Viegas e Parreira, 1984).

Com efeito, a ligação manifesta entre Vaiamonte e Santana da Carnota, através dos brincos, conhecidos no povoado por um par (em bom estado de conservação) e, pelo menos, uma peça com falhas de produção e no depósito por vários conjuntos de brincos é muito importante, porque parece demonstrar que, está aí a ligação a um tipo muito comum de brincos anulares com cacho de esferas, conhecidos em múltiplos locais da Idade do Ferro no Ocidente da península (Correia et al., 2013, p. 105-109).

Outras oficinas funcionaram e outros fenómenos, como o intercâmbio, ocorreram simultaneamente à produção destes tipos de joias, o que explica a presença, no Sudoeste da Península, de peças como as arrecadas *amorcilladas* de Cancho Roano, Medellín (Celestino e Blanco, 2006, p. 127, 137) ou La Bobadilla (Maluquer et al., 1973, p. 27-28). Também nesta situação estarão algumas peças do território português como as de Santana de Cambas e outras de várias e incertas proveniências (Correia et al., 2013, p. 104, 109). O próprio tesouro do Gaio (Costa,



Fig. 53 – Placas figuras dos achados de Rio Maior (segundo Cardoso, 2014, p. 268)



Fig. 54 – Arrecadas de tipologias singulares. A) proveniência desconhecida; b) idem (colecção Barros e Sá; MNA. DGPC/ADF) c) Rio Maior (segundo Cardoso 2004, 268)

1966, 1973; Correia et al., 2013, p. 68-72) mostra uma originalidade nas suas peças que torna muito difícil a atribuição do colar e das arrecadas a uma possível oficina em concreto, o mesmo acontece, na Extremadura, com o original conjunto de Talavera La Vieja (Perea, 2006; Celestino e Blanco, 2006, p. 150-155).

Considerações estilísticas poderiam sugerir a colocação neste momento avançado da Idade do Ferro a maior difusão das peças muito ligeiras destinadas à aplicação sobre vestuário, como os chamados «botões» ou a bráctea de Conímbriga (Correia et al., 2013, p. 86-89) ou conjuntos como o de Malhada, Campeã, fosse a sua disposição circular, em colar (Silva, 2007, est. 113) ou linear (Correia et al., 2013, p. 76-77).

A questão, até do ponto de vista conceptual, está em encontrar uma fórmula de equilíbrio entre a reconstituição do panorama geral das oficinas (que devem ter necessariamente uma dimensão e uma sobrevivência que se reflita na existência, no registo arqueológico, de uma quantidade apreciável de peças que



Fig. 55 – Algumas arrecadas de Vaiamonte: a) tipo Madrigalejo; c) com placas espiraladas; d) com pendente de grãos e dupla voluta



Fig. 56 – Arrecadas com placas espiraladas. A) proveniência desconhecida; b) idem (colecção Barros e Sá); Monte Molião. MNA. DGPC/ADF

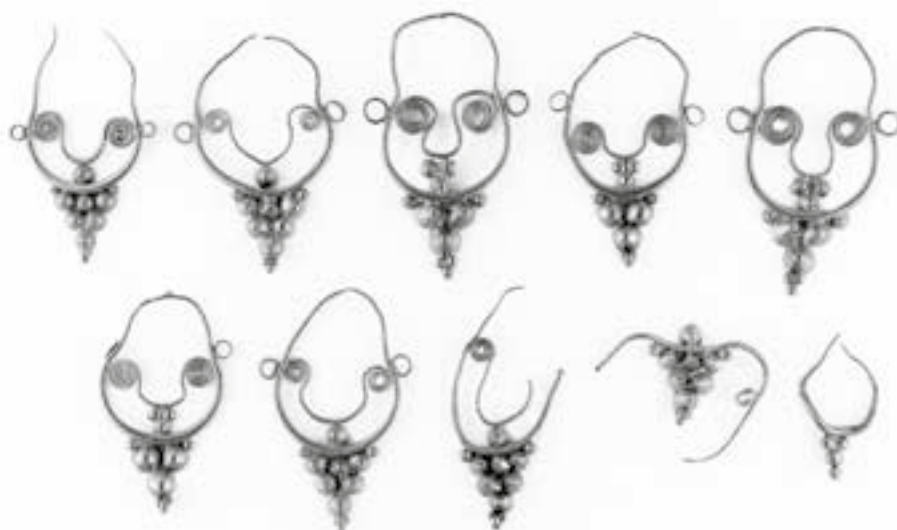


Fig. 57 – Arrecadas de pendants de grãos e dupla voluta do tesouro de Santana da Carnota. MNA. DGPC/ADF

se lhe possam reconhecivelmente atribuir) e a identificação das originalidades naturais numa produção de luxo; está, em suma, em encontrar, nesta fase das produções de ourivesaria, os traços do fenómeno mitopoiético de criação, através da unicidade das peças, de uma sua biografia cultural *versus*, a criação e difusão de produtos típicos.

4.7. As oficinas do Noroeste

A ourivesaria do Norte de Portugal é melhor conhecida (até do ponto de vista do seu inventário descritivo e analítico) do que a do Sul do país e, por extensão, o mesmo acontece com a da Galiza.

Os grandes tipos de joias aí presentes são os torques e as arrecadas, estas conhecidas em dois tipos principais, sobretudo na região costeira – o modelo simples Mondoñedo/Viladonga (Pérez Outeiriño, 1982, p. 43-95), e o modelo Estela/Laúndos (Silva, 2007, p. 368-369), com remate triangular. A arrecada de Laúndos parece tratar-se de um tipo misto entre eles, quase como se de uma «hesitação» de um artífice se tratasse.

Os torques respondem a dois modelos principais, no que diz respeito aos remates: o de dupla escócia, especialmente frequente na zona de contacto com Trás-os-Montes e os periformes, de distribuição mais larga e mais ocidental.

Mas há, evidentemente, muitos elementos que falam de uma grande originalidade das oficinas: as arrecadas de Briteiros (Silva, op. laud., p. 370, n.ºs 555-556), ou a de Vilar de Santos (Pérez Outeiriño, 1982, p. 85-89) a grande vória de Lebução (Silva, op. laud., p. 363-364, n.º 542) ou o conjunto da taça e bracelete de Vila Real (Botelho, 1910, p. 84-86; Correia et al., 2013, 164), que parecem testemunhar a influência da arte europeia do círculo de La Tène, são outros tantos exemplos dessa «inventiva».

A ourivesaria do Norte de Portugal conta com outro conjunto da Idade do Ferro que levanta questões de grande interesse: o tesouro de Baião.

Bastante conhecido e muito reproduzido, o conjunto, sistematicamente publicado por Armando Coelho (Silva, 2007, *passim*), foi noutras circunstâncias atribuído a uma ocultação de comércio (Correia, 2005, p. 1221-1222), devido ao facto, que se pode considerar insólito, de se encontrarem no conjunto dois pares de arrecadas idênticas, conjunto que se reputa como certamente não funcional. Outro argumento aduzido foi o de os colares de pequenos elementos raramente serem tão grandes como aquele que pode ser reconstituído com os achados; tais colares, disse-se, mais frequentemente são construídos sobre uma base estrutural, do que formados pelo mero enfiamento de pendentes; de onde se concluiu que se trataria de uma espécie de «mostruário» ou de «maleta de ourives itinerante» a partir da qual se comerciariam isoladamente os elementos (de distintos tamanhos e valores) que comporiam os colares formados com outros elementos de colar, em matéria

não preciosa (cf. Correia et al., 2013, p. 76). Estes argumentos são suportados por comparações com os grandes conjuntos de ourivesaria funerária do Mediterrâneo, onde a ocorrência de mais de um par de arrecadas, conjuntamente com outros argumentos, tem levado a rejeitar a sua reconstituição como tesouros unitários de origem funerária (Tesouro de Kyme, Turquia; Williams e Ogden, 1994, p. 92) e onde, ainda que se conheçam colares de pendants sem elemento estrutural, como são os casos – sem embargo relativamente raros – de um achado da Acarnania (op. laud., p. 55, n.º 7) ou outro de Kourion (op. laud., p. 245, n.º 80), a questão da singularidade do achado na região onde foi encontrado subsiste e a hipótese de uma ocultação de natureza comercial é, neste ponto, uma «navalha de Ockham» significativa.

O Noroeste peninsular mostra assim uma combinação muito original, de combinação entre uma produção tradicional de joias de ouro ao longo da Idade do Bronze (como antes se indicou), evidências diretas de contacto com produções forâneas (Baião) e o desenvolvimento sobre essa base de um conjunto novo de tipologias e estéticas.

Nestas circunstâncias, existem aqui os dados para se poder analisar a consistência dos modelos filogenéticos e os modelos do seu desenvolvimento. Estes são, porventura, sobretudo interessantes no que diz respeito às arrecadas de tipo Mondoñedo, que conhecem alguns exemplos contextualizados, que dão conta de uma evolução que vai no sentido da simplificação dos processos e do apuro estético do resultado final, se for de ter em conta a datação já em plena época romana da arrecada do castro de Viladonga (Arias Vilas et al., 2013, p. 111), como parece ser o caso.

Este é um caso paradigmático do *caveat* que há que reter na análise das produções de ourivesaria, no que diz respeito à interpretação dos modelos filogenéticos dos conjuntos de peças em abstrato, sem atenção à sua relação com os contextos arqueológicos.

5. OURIVES E PRATEIROS: O COMPLEXO PADRÃO ROMANO

Todas estas várias tradições oficiais alimentaram as necessidades de joias das sociedades do Ocidente da Península, de Norte a Sul, ao longo de um período em que essas necessidades se foram modificando, primeiro paulatinamente, depois sob efeito de uma modificação muito sensível das condições socioeconómicas, imposta a partir do exterior.

A linha de fundo da evolução interna dessas sociedades está ligada ao reforço das estruturas de povoamento à volta de povoados fortificados, e das elites guerreiras que sustentam a sua existência através da sua defesa militar (potencial, senão mesmo de facto, através da guerra endemicamente instalada). A modificação de origem externa é inerente à integração da Península no mundo helenís-

tico, nomeadamente através da integração da Península na *epicrateia* cartaginesa (Arteaga, 2001, p. 235) que vai, em grau e sob formas que todavia não são bem conhecidas, limitar as situações internas de conflito, nomeadamente através do segundo processo em marcha, que é o recrutamento de mercenários e, por último, vai aumentar a drenagem de recursos peninsulares através da imposição de tributos. Este último facto proporcionará, ainda que a ritmo lento, a monetização de sectores da economia peninsular.



Fig. 58 – Tesouro de Padrão [SEGUNDO BEIRÃO E GOMES 1985, P. 483]

Este conjunto de fatores retira à ourivesaria o seu carácter essencial de ferramenta de afirmação do *status* social e de demonstração de riqueza da elite, e redu-la definitivamente à categoria de mera arte decorativa. Note-se que, nestas datas (globalmente contemporâneas das Guerras Púnicas), o registo arqueológico parece demonstrar que estão amortizados todos os símbolos importantes de *status* ligados às mulheres, e que as armas são simultaneamente, marcadores de género e marcadores de prestígio, agora completamente ligados entre si numa categoria unitária – regressar-se-á a este aspeto mais à frente.

Mas, genericamente considerada, a mercantilização das joias deve ter conduzido à redução do número de pontos de produção e à maior especialização destes.

Certamente pequenas oficinas especializadas se mantiveram, dedicadas a coisas tão específicas como as pequenas plaquetas votivas do depósito de Garvão (Beirão et al., 1985), que parecem estar isoladas de toda a produção congénere. O mesmo se poderá afirmar da oficina que, provavelmente no território dos Zoelae, conheceu e utilizou, como grande capacidade técnica e notável apuro estético, uma moeda de Siracusa para produzir uma bráctea de grande efeito decorativo (Centeno, 1987). Por outro lado, a grande produção de prataria ou dos colares de fios entrançados que lhe andam muitas vezes associados pertence a um outro centro que é também de difícil atribuição geográfica.

Merece comentário especial a famosa fíbula de guerreiro que da coleção da casa real portuguesa passou para o Museu Britânico (Correia et al., 2013, p. 126; Stead

e Meeks, 1996), e que é – individualmente considerada – porventura a peça mais estudada dos exemplos de ourivesaria do território português, de onde deve provir. Quanto a esta proveniência, parece-me de insistir na hipótese económica de que esta fíbula provirá de um achado ocasional em propriedades da casa de Bragança, que tenha sido incorporado sem mais notícia no acervo de curiosidades da coleção real. O estado de conservação da peça, com algumas falhas, designadamente a perda do fusilhão, não parece indicar a sua passagem pelo mercado de antiguidades.

O armamento do guerreiro representado (capacete de tipo Montefortino, escudo oblongo de modelo «gaulês», espada de pomo triplo e bainha com concheira curvilínea, de tipo lateniano evoluído) parece indicar uma datação muito avançada (século II a.C.), o que justificaria a semelhança das representações animais com as das pateras de Tivissa. A sua ocultação poderia, portanto, ser contemporânea das perturbações associadas à II.^a Guerra Púnica, fosse por ocultação ou por deposição no túmulo de um guerreiro morto nessa época.

A peça é excepcional, mas um pouco menos em segunda leitura do que à primeira vista. Existem outras peças excecionais, como as fíbulas decoradas por prótomos de equídeos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Fabião, 2004), ou a lúnula decorada do tesouro de Chão de Lamas (Raddatz, 1969), que são, cada uma por si, peças excecionais; a explicação do facto reside em que talvez na época de primeira implantação do domínio romano no Ocidente da Península, que se estende até às guerras sertorianas, fenómenos de natureza política, militar e económica tenham levado ao desaparecimento de uma produção de joias e de baixela que poderia ter sido muito mais importante, quer em quantidade quer em qualidade artística, do que os poucos exemplos – mas muito deles excecionais – que nos chegaram seriam testemunho: os restos, em suma, de uma época de devastação.

A dualidade ouro (joias)/prata (baixela), muitas vezes associada ainda a espécie amoedada, que encontramos nos tesouros desta época romano-republicana, vai atravessar todo o período subsequente, com um padrão genericamente idêntico de poucos achados de dimensão relevante, poucos ainda com algum significado, e um panorama nalguns casos desolador de pequenos achados de pouco relevo. Podemos imaginar que a produção de ourives e prateiros, que deve no período imperial ter estado sedeadada em centros urbanos (não sabemos quais) e verosimilmente associando produção e comércio de peças importadas a partir de outros pontos do império (pelo menos a glíptica assim o parece indicar), não mostrará no Ocidente da Península manifestações dignas de verdadeiro destaque até ao *missorium* de Teodósio (que não é de produção local. Cf. Almagro et al., 2000).

No período final do Império romano e das invasões bárbaras o panorama da joalharia local é a de algumas poucas peças de produção verosimilmente local, de muito



Fig. 59 – Tesouro de Pragança. A) Lúnula de ouro; b) colar de prata; c) a e) lúnulas de prata; f e g) vasos de prata. MNA. DGPC/ADF



Fig. 60 – Tesouro de Soalheira do Barbanejo. MNA. DGPC/ADF

modesto valor, algumas peças de mais relevo decoradas por um filigranado característico, que devem ser associadas a algum comércio com origem provavelmente em Bizâncio (Correia et al., 2013, p. 158) e algumas outras, decoradas por granadas, que representam a tradição própria dos guerreiros que atravessaram os Pirenéus em 409 (op. laud., p. 159-160; Arezes, 2011, p. 129-130, p. 211-214, p. 369-370 e p. 379).

Mas a grande lição que se pode retirar da utilização da joalharia entre o século II a.C. e o século V ou VI d.C. é a de que o domínio romano retirou o metal nobre do cenário social em que as sociedades locais interagem, de uma forma incomensurável. Pode encontrar-se, nesta medida, um módico de ironia, ou de verdadeiro cinismo, nos elogios à riqueza aurífera das Hispanias pelos autores clássicos, mas a melhor interpretação é a de uma inconsciente conceção da exploração do território (e das coisas e das gentes) como imanente do domínio, do poder.



Fig. 61 – Colar torso, de proveniência desconhecida. MNA. DGPC/ADF



Fig. 62 – Tesouro de Guiães. MNA. DGPC/ADF

6. QUESTÕES A DESENVOLVER NO ESTUDO DA OURIVESARIA ARCAICA PORTUGUESA

O panorama traçado antes isola um fenómeno específico que importa indagar mais aprofundadamente: a utilização intensiva de recursos em ouro entre a Idade do Bronze Inicial e a Idade do Ferro. Este fenómeno não esteve presente na vida das sociedades antes desse momento, porque a tecnologia necessária ao seu desenvolvimento não tinha sido aprendida, e não esteve depois, porque as condições globais retiraram do sistema a maior fatia dos recursos naturais necessários a esse desenvolvimento. Trata-se, portanto, de um fenómeno de duração longa (um milénio e meio), complexo, por envolver processos de representação da elite social, acarretando dessa forma tantas questões ideológicas quanto técnicas, e que manobramos a partir de evidência fragmentária. Não será porventura possível chegar a resultados seguros e incontroversos, mas o segundo objetivo a que este texto se propõe é a abertura de perspetivas acerca do que pode ser o desenvolvimento da investigação da ourivesaria arcaica dentro dos estudos de arqueologia em geral, e esse está em condições de continuar a ser perseguido.

6.1. O uso das joias. Arqueologia da paisagem e arqueologia do género

Poucas coisas serão tão profundamente desanimantes para um arqueólogo como buscar um contexto para um achado excepcional e, mesmo quando a sua localização é possível, ter de admitir a natureza completamente incaracterística do local e a ausência de informações materiais suplementares sobre esse achado. Esta situação incide de forma muito generalizada sobre os vários achados de ourivesaria de que importaria aprofundar o estudo.

Há, evidentemente, um défice de programas de prospeção. Um achado de joias da Idade do Bronze deve poder ser integrado numa rede de povoamento, mais ou menos contemporânea, se os estudos forem suficientemente alargados em perspetiva cronológica e no espaço que abrangem. O problema é, no fundo, a invariável dificuldade de perceber a escala geográfica em que as problemáticas devem ser colocadas e em que os projetos de investigação devem ser desenhados, de forma a dar resposta aos problemas concretos. Esta é, de forma esquemática, a primeira linha de pesquisa sobre a ourivesaria antiga que me parece interessante prosseguir, ficando desde já claro que o presente texto não o tentará fazer em concreto.

Mas, do ponto de vista metodológico, há alguns condicionalismos gerais que importará levantar desde já, nomeadamente o facto de, possivelmente, algumas das ocultações de joias terem sido intencionalmente feitas em locais incaracterísticos e isolados da atividade regular dos grupos humanos que poderiam ter deixado vestígios arqueológicos reconhecíveis. De alguma forma, esse afastamento da atividade regular do grupo humano que manipula normalmente um objeto

é condição primeira da seleção do local de ocultação e, provavelmente em larga medida e em função direta do sucesso da seleção (no sentido de se ter encontrado um local «muito escondido»), poderá justificar muitas falhas na recuperação desses objetos. Todavia, regressando à questão geral do padrão de povoamento, será possível, em circunstâncias especiais, demonstrar pelo critério de presença/ausência de vestígios, este fenómeno de seleção de locais não frequentados para as ocultações? E o que nos dirá esse facto da efetiva conformação dos territórios normalmente frequentados por comunidades antigas a partir de pontos habitados determinados (aparentemente sem relação direta com as ocultações)?

Outra questão também ela resultante de presenças e ausências (de visibilidades e opacidades para usar a expressão de Susana Oliveira Jorge) é a dos portadores preferenciais das joias e do impacto que esse facto pode ter na reconstituição dos fenómenos históricos associados, na medida em que os comportamentos diferenciados associáveis aos sexos são parte importante das realidades sociais mais latas que se pretende compreender.

Esta questão é importante e, todavia, certa linha de desenvolvimento da arqueologia do género, enferma de problemas, inerentes a certas estirpes do pensamento crítico contemporâneo (v.g. V. O. Jorge, 1998), que dificultam a análise porque a retiram decididamente do campo dos fenómenos observáveis (designadamente pela arqueologia) e a colocam a níveis de abstração, teoricamente admissíveis, mas sem possibilidades de teste frente à realidade (no campo metafísico que K. Popper justamente propunha não ter estatuto científico).

Frente aos muitos conceitos manipulados nesta linha de pensamento, creio importante precisar que a questão dos portadores preferenciais das joias e dos seus comportamentos diferenciados que me parece importante indagar para a compreensão da importância da ourivesaria arcaica nas sociedades antigas se baseia no princípio de que, via de regra, sexo e género estavam estritamente associados, em número de dois, compreendidos como uma dicotomia que, aliás, explicava muito da própria natureza do mundo. Existiram certamente alternativas comportamentais e circunstâncias históricas excecionais (ou não tão excecionais, mas diferentes da simples dicotomia), mas as sociedades desenvolveram, de acordo com as circunstâncias, respostas diferenciadas, que certamente se estenderam por toda a gama de possibilidades, desde o silêncio (de que nada restou) ao *travesti* da rainha Hatsephshut, que deixou testemunhos. Mas a questão deve poder ser reconduzida à questão de se as joias da Idade do Bronze e do Ferro eram utilizadas por homens ou por mulheres e o que isso representa na reconstituição que é possível fazer dos mecanismos sociais presentes. Acessoriamente também se poderia perguntar em que época da vida eram estas joias utilizadas, mas na inexistência de estimativas credíveis de mortalidades e esperanças médias de vida, a questão parece menos crucial.

Concentremo-nos, em primeiro lugar, na evidência relativa à Idade do Bronze.

Os argumentos são vários, todos insuficientemente suportados pela inexistência de evidências que não são imediatamente observáveis (*contra* Ruíz-Gálvez, 1994, p. 63-68, muito particularmente o diagrama da p. 64) e recorrendo, *in extremis*, à questão da iconografia das estelas e estátuas-menir contemporâneas, que suportariam a ideia de que os grandes torques eram joias femininas. Neste ponto, e contrariamente à posição antes expendida, parece ser oportuno fazer apelo a todo o pensamento crítico, contemporâneo ou não, para avaliar bem a solidez das propostas possíveis (veja-se a revisão crítica do problema em Cardoso, 2011, p. 97-103).

Em primeiro lugar, verificou-se no registo arqueológico que colares e conjuntos de braceletes surgem frequentemente associados. Há, claro, achados de um ou outro tipo de joias, associados ou não a outros objetos (como as espirais), mas é porventura correto dizer que as joias aparecem maioritariamente em conjunto. Não existem, portanto, razões para dizer que o seu uso era diferenciado. Daqui pode deduzir-se que ou *i*) o uso das joias estava reservado a um sexo (e só as desse conhecemos através de achados) ou *ii*) a utilização de joias era indiferenciada. Uma terceira hipótese, pouco económica, é a de que a sua utilização era diferenciada, mas a sua ocultação, via de regra, as reunia.

Deve-se, em qualquer caso, ter muito presente a possibilidade de as joias poderem efetivamente ser utilizadas para produzir efeitos muito diferenciados a partir de conjuntos, *prima facie*, compostos por elementos tipologicamente comparáveis (Sorensen, 1997).

No entanto, as estelas de bronze de tipo extremenho documentam, nalguns casos explicitamente, que os homens portam em ambiente funerário um conjunto significativo de bens de prestígio, mas não especificamente joias. Existe, segundo algumas teorias, um dimorfismo muito marcado neste conjunto de representações, com a representação feminina expressa através de figuras diademadas (Galán, 2011, p. 278-280). Neste contexto de dimorfismo sexual, nada, portanto, nos aconselha a escolher, neste ponto, a segunda hipótese, de utilização indiferenciada de joias por ambos os sexos.

Outro conjunto de representações poderia indicar uma preferência pela utilização feminina das joias, mas essas indicações devem ser colocadas em posição condicional a outras observações. Em bom rigor, muitas das representações em estelas e estátuas-menir devem ser consideradas ambíguas, no que à identificação sexual diz respeito, para além do problema da reelaboração de algumas peças (cf. Cardoso, *op. laud.*).

Há outras observações a adicionar a estas: as joias maciças do Bronze Final parecem estar presentes em zonas geográficas e/ou culturais onde há fórmulas

de representação escultórica muito distintas, ainda que tenham estado todas em contacto, formando verdadeiramente um complexo artístico-cultural; uma maioria das representações não mostra nem elementos sexualmente marcados, nem joias de qualquer espécie; porventura a única divisão clara é a da presença/ausência de armas nas representações, e a representação de armas parece ser um marcador sexual masculino, consistentemente, em toda a pré-história europeia.

A conclusão a retirar é a da existência de uma dissociação de discursos no que diz respeito às joias da Idade do Bronze e às representações de bens de prestígio em estatuária da mesma época. Esta dissociação dá preeminência aos homens, que manipulam um conjunto de bens de prestígio, como os carros, as armas e alguns objetos de adorno; isto não impedia, todavia, que a um outro nível, o uso de joias de ouro fosse representado em figurações não sexualmente marcadas.

Restará determinar se essa ausência de marcação sexual se deve a uma posição menor do sexo feminino no tecido social, ou estará ligada a um interdito do discurso público, que pode existir ao arrefecimento da posição social qualquer que ela seja (cf. Bailey, 1994). Em todo o caso, existem representações dessas joias em figurações masculinas (ou como tal identificáveis através da presença de armas) e, naturalmente, existe um discurso imagético também próprio do sexo masculino (cf. Treherne, 1995).

Essa dissociação entre discurso figurativo e realidade arqueológica (tanto mais acentuada quanto, dos bens de prestígio representados quase nada restou e, sem embargo, das joias temos abundante testemunho) só pode testemunhar uma profunda ambivalência nas estruturas ideológicas subjacentes ao sistema social que produz o discurso. O papel da mulher (individualmente considerada) é, aqui, certamente crucial. Garante da continuidade física do grupo, a mulher desempenha por isso mesmo um papel social nos mecanismos de reprodução de importância muito superior ao do homem, que pode até, em certas circunstâncias, ser mais determinante na hora de providenciar a subsistência e a defesa, mas cujo papel pode ser sempre atribuído a outro membro do grupo, o que não pode acontecer com a mulher durante os episódios de gravidez, parto e aleitamento em que, cada uma delas, é elemento insubstituível. Por esta razão muitas sociedades tendem a valorizar mais a permanência das mulheres no seio do grupo e a aquisição de mais mulheres para o acrescentar, o que acontece independentemente do «grau de paternalismo» dessas sociedades (Hernando, 2000).

Não sendo a pulsão pela competição social um aspeto exclusivo do sexo masculino, mas melhor se podendo dizer que faz parte das características evolucionárias da espécie humana, certamente que alguns elementos do sexo feminino em sociedades da Idade do Bronze utilizaram essa posição como alavanca da sua promoção individual e, talvez, dos subgrupos a que pertenceram (Arnold, 1995). É natural que existisse, como mecanismo de controlo social generalizado, um

conjunto de preceitos genericamente aceites acerca do aporte de riqueza herdada à unidade familiar (e por extensão ao grupo em que esta se integra), ao controle efetivo dessa riqueza e à eventualidade da dissolução do vínculo e às consequências patrimoniais daí advenientes. Todos estes elementos poderiam, portanto, em ocasiões concretas, ser manipulados pelas mulheres.

Estas observações vão, por um lado, no sentido de questionar a asserção simplista de que os grandes colares da Idade do Bronze eram «propriedade feminina» (Ruíz-Galvéz, 1995, p. 513); vão, por outro, no sentido mais fundo de questionar a utilidade de querer atribuir a um sexo em particular a possibilidade de uso de joias de uma tipologia específica.

Acrescente-se ainda a observação de que, no final da Idade do Ferro, são os guerreiros que são representados portando colares (torques) e braceletes (vírias), sendo a sua importância suficiente para dar origem, até, a uma onomástica específica (*Torquatus*, *Viriatus*). Que esta situação não se possa estender a períodos mais antigos é um *parti pris*.

Aliás, no sentido da primeira observação que aqui se propõe, Marisa Ruiz-Gálvez (loc. cit.) oferece um interessante paralelo etno-arqueológico, em que o uso das joias pelas mulheres acontece para que, em primeiro lugar, a riqueza da família possa estar convertida em valores seguros e, em segundo lugar, para que os maridos prospetivos possam com mais exatidão avaliar a valia financeira da noiva em potência.

O aspeto mais determinadamente heurístico da questão reside na necessidade de alargar muito para além dos paralelos etnográficos ou históricos mais imediatos a gama das reconstituições imaginadas (mas sem cair nas metáforas desligadas da realidade que acima se criticaram). Mesmo reforçando o carácter estritamente dual da conceção do sexo e do género, as possibilidades de manipulação sexualmente controlada das joias poderia ser muito mais vasta do que as possibilidades normalmente avançadas: «o passado é um país estrangeiro», na expressão de L. P. Hartley (1953), «lá, as coisas fazem-se de maneira diferente».

A caracterização das joias da Idade do Bronze como «dote» pode ser muito importante para uma avaliação dos dados que a arqueologia da paisagem e uma indagação aprofundada da proveniência do metal utilizado (se e quando possível) nos irão trazer, introduzindo nos raciocínios possíveis um outro elemento de problematização, ligado umbilicalmente à questão do movimento e da transação de bens: as joias viajam com as mulheres? Ou as joias são mantidas no grupo recetor como oferta à mulher recebida? Para simplificar, trata-se de dote ou de arras? Ou uma e outra coisa, conforme os casos?

São perguntas cuja resposta é obviamente de natureza especulativa, com a evidência hoje disponível, mas não necessariamente da mesma forma, se a investigação futura as considerar pertinentes e encaminhar para aí o melhor dos seus

esforços e das tecnologias que se vão, pouco a pouco, tornando mais facilmente utilizáveis. Um padrão mais fino dos conhecimentos sobre a produção e deposição destas joias, não deixará de oferecer resultados à compreensão dos fenómenos sociais presentes, valorizando-se dessa forma a atividade das elites que controlam esses mecanismos e o seu sucesso relativo em distintos momentos e locais.

6.2. O intercâmbio das joias. Embaixadores, comerciantes, piratas e salteadores

O elemento específico dos processos de intercâmbio que as joias pré e proto-históricas sofreram representa um elemento principal da compreensão dos fenómenos sociais presentes que a investigação pretende alcançar. E também aqui há indagação a levar a cabo, teórica mas também muito concretamente quanto à conformação dos depósitos e/ou ocultações de joias; são talvez mais significativas, neste ponto, as joias da Idade do Ferro.

Já acima se referiu um ponto que se considera essencial na maneira de interpretar as joias, incluindo as da Idade do Ferro, que se conhecem no Ocidente da Península: são, até prova em contrário, principalmente o produto da atividade de oficinas peninsulares, formadas ou informadas por alguns artífices orientais migrantes e por uma maioria de indivíduos oriundos das antigas oficinas que trabalhavam o ouro na região (a fachada atlântica da Península) antes da chegada dos Fenícios (ao Golfo de Cádiz e à costa de Málaga e, a seguir, aos estuários dos rios atlânticos).

Neste quadro específico, importa distinguir duas realidades, uma que é imediatamente interessante para a indagação, outra que o será, eventualmente, em segunda linha. Em primeiro lugar estará o facto do intercâmbio; em segundo lugar está o vetor concreto (definido pela origem e pelo destino) no qual esse intercâmbio se insere (Arruda, 2005, p. 25-59).

Parece realmente importante estabelecer que a afirmação de determinados estatutos sociais dependia, em maior ou menor medida, da existência de itens de intercâmbio que eram efetivamente mobilizados em relações de contacto entre zonas distintas. Este é um facto que se pode classificar com transepocal, olhadas todas as épocas examinadas neste trabalho. Elemento distinto é o vetor específico do intercâmbio que é levado a cabo, quando peças individuais (ou classes de peças especiais) são consideradas isoladamente. A distinção de um e outro fenómeno é importante e deverá ser tida em conta ao longo da argumentação que se pretende desenvolver.

Na impossibilidade de distinguir com precisão que peças ou classes de peças, dentro do conjunto da ourivesaria, se podem classificar de importações fenícias ou de produções ibero-fenícias, a esfera de difusão atingida por algumas sub-classes (por este termo querendo designar aquelas produções que, mostrando

uma forte semelhança de processos de fabrico e aspeto pretendido do objeto, se podem estimar provir de uma única oficina, ou mesmo de uma única «mão»), mostra sem sombra de dúvida que intercâmbio teve lugar, independentemente do local onde a oficina teve a(s) sua(s) sede(s) (pois podem não ter sido sempre só um) ou da composição do grupo humano que formou o seu pessoal, com provisão para evolução também neste aspeto.

Primeira observação: este é um panorama radicalmente distinto daquele observado no período anterior, e que foi atrás observado sob outro prisma, na medida em que a própria esfera geográfica que se pode delimitar na circulação de produtos atribuíveis a um centro de produção não seria compatível com a dimensão de algumas joias (individualmente considerado o volume de metal utilizado nalgumas delas). O que permite concluir, vistas as observações feitas acerca das joias que constituem o cerne das produções do período de transição, que a verdadeira mutação do intercâmbio de peças de prestígio para um comércio digno desse nome (que se distingue porventura do anterior, principalmente, por uma certa flexibilidade nas possibilidades teóricas de troca, que não está presente no intercâmbio de peças fortemente ritualizadas ou que por razões rituais atingiram um valor «sem contrapartida») acontece, não ao longo do final da Idade do Bronze mas plenamente dentro da Idade do Ferro, com a presença oriental plenamente estabelecida nos mecanismos de intercâmbio dentro do espaço da Península Ibérica e suas vizinhanças imediatas.

A conclusão possível a retirar desta situação é a de que, foi de facto a carência de metais preciosos no Levante, associada à intensificação das viagens para Ocidente que se desencadearam a partir do século IX (Fox, 2008, p. 138-151; Boardmann, 1980, p. 210-216; Aubet, 1987, p. 52-77) que modificam a natureza do intercâmbio na fachada atlântica.

E que modificações subsequentes acarreta esta mudança essencial nos circuitos de intercâmbio? Parecem estar, como já foi sugerido antes neste texto, na multiplicação dos canais de intercâmbio, nos múltiplos modos pelos quais o polo carente de metais em bruto os pode obter, ao lado dos poucos modos tradicionais de intercâmbio entre as estruturas locais que produziam as grandes joias do período anterior.

Estão aqui mencionadas as primeiras duas figuras da epígrafe deste subcapítulo: os «embaixadores» e os «comerciantes». Estas «figuras» referem-se obviamente a dois modos distintos de contacto: a interação formal entre elementos de grupos étnicos ou estruturas políticas distintas que, entendendo-se como *peer polities* (Correia, 1990; Renfrew, 1986), estabelecem relações formais, consagradas de alguma forma ritualizada e em que a sua própria permanência, percebida como valor social, dá garante às relações a longo prazo; ou a relação entre elementos mais diretamente ligados à oferta e procura de bens específicos,

que podem estar ou não ligados à realidade anterior, podem precedê-los ou podem vir na sua peugada, mas que até pela sua maior informalidade têm uma capacidade superior de intervenção no terreno.

Em terceira linha, estão as últimas duas «figuras» referidas em epígrafe: salteadores e piratas.

Os primeiros parecem estar, aliás, documentados obliquamente no período e área que nos interessa, através da inscrição de uma das taças de Monsanto, que se refere a Alissos, filho de Assas, de Contrebia Belaisca (Gomes e Beirão, 1988), que deve ser o espoliado proprietário original das peças que terminaram os seus dias na Cova da Beira, o que talvez tenha acontecido também com o tesouro de Padrão, que também tem paralelos na zona meridional da Península (Beirão e Gomes, 1988); talvez mais dificilmente se encontrarão vestígios comprováveis dos piratas (Ormerod, 1997, p. 13-58), sem que tal deva sugerir a menorização do seu papel.

Mas sobretudo dever-se-á evitar uma leitura «normalizada» do passado, como se a transgressão, a agressão, o roubo e o saque, nunca tivessem existido (cf. Kristiansen, 1998, p. 247; Cunliffe, 1997, p. 88-89); pelo contrário, é lícito imaginar que a violência pura e simples, o arbítrio incontrolado e o exercício do poder sem o filtro de qualquer moralidade foi mais comum e vulgar, e socialmente aceite, que a negociação e o diálogo, ou a *Ilíada* e a *Odisseia* não existiriam.

Por isso mesmo, a figura do pirata (que é a figura típica do fenício nos poemas homéricos, o que é tão importante para a Península Ibérica, em bases cronológicas e etnológicas, por razões óbvias) deve talvez sobrepor-se às outras referidas como paradigma do intercâmbio sidérico na Península. As mesmas considerações se deverão estender a Kolaios de Samos (Heródoto, IV 152), que se sabe que se perdeu numa tempestade, chegou à Península e regressou a Samos rico para além do normal, sem que as fontes (aí sim, à maneira da crónica social moderna) entrem em pormenores sobre os aspetos concretos da forma de aumento da sua fortuna.

Haverá uma diferença substancial entre o salteador e o pirata. O primeiro terá uma base terrestre que pode ser longínqua, mas é determinável, com graus distintos de dificuldade, e pode portanto estar sempre sujeito a pedidos de satisfação e de eventual retribuição (senão de vindicta pura e simples, com possibilidades de retribuição muito para além da proporcionalidade). Tal não acontece com o pirata, cuja atitude é, *prima facie*, sempre gratuita, sem possibilidade de retribuição, pelo menos até César.

Mas deve deixar-se em aberto a pergunta essencial: o que distinguia, nos inícios da Idade do Ferro, um embaixador de um comerciante, ou de um pirata? E seriam estes papéis absolutamente estanques, indistinguíveis, em todas as situações? A resposta a estas questões não tem de ser dada para colocar noutras bases toda a discussão do intercâmbio de peças de ourivesaria na primeira metade do I milénio a.C. Basta colocá-las.

6.3. A produção das joias. Acumulação e transformação

A descrição de um largo panorama de evolução das produções de ourivesaria num espaço geográfico da dimensão da fachada atlântica da Península Ibérica ao longo de dois milénios pode, porventura, transmitir a impressão que, no que diz respeito ao conhecimento desta produção artífice, as bases essenciais do conhecimento estão adquiridas e ulteriores indagações são redundantes. Nada mais falso, a quase todos os níveis de análise.

É certo que não estarão por identificar classes completamente inéditas de materiais, por mais que alguns falsários e burlões utilizem essa hipótese para promover o seu «conto do vigário».

Mas a todos os níveis da indagação arqueológica, há muito que fazer, mesmo sobre peças que reputamos de bem conhecidas.

Darei um exemplo: recentemente, graças à amabilidade dos funcionários do Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras, foi-me dada a oportunidade de apreciar em pormenor a parte do tesouro de Outeiro da Cabeça que se conserva nesse museu; foi uma ocasião informal, sem agenda de investigação predefinida e desapojada de quaisquer meios auxiliares de análise.

Todavia, nessas condições de *impromptu*, foi-me permitido registar as seguintes observações, que me parecem importantes: *i*) os botões de Outeiro da Cabeça correspondem a, pelo menos, duas matrizes diferentes (ou a duas estratégias diferentes de utilizar os punções), uma delas tem, entre os círculos concêntricos, uma única faixa circular decorada com pequenos pontos em relevo, outra tem duas dessas filas; houve portanto, pelo menos duas matrizes envolvidas na produção dos botões (ou uma matriz dupla, cf. o achado de Bornacha e peças associáveis) ou duas maneiras de trabalhar distintas; *ii*) os sistemas de ligação dos botões ao suporte que são observáveis compreendem pelo menos dois sistemas distintos, um dotado de uma única presilha, com colocação sensivelmente diametral no reverso do botão, o outro com duas presilhas, equidistantes e paralelas a esse diâmetro; *iii*) as presilhas aplicadas nos botões são constituídas por elementos laminares produzidos de duas formas distintas, uma através do achatamento de um arame torço semelhante ao que decora o bordo do anverso dos botões, produzindo um bordo serrilhado muito característico, outra correspondendo a achatamento de um arame liso, produzindo uma presilha de bordo reto (não me foi dado a observar a existência de combinações distintas entre estas variantes, que todavia podem existir). Mas estas simples observações levam a considerar a existência possível de um número de variantes tipológicas de botões num único tesouro (aliás de reduzidas dimensões), como sendo igual a um valor situado entre 2⁴ e 2⁵.

Deixarei dito, em consequência, que a mera observação macroscópica das peças deste universo da ourivesaria arcaica constitui ainda um campo de desen-

volvimento da investigação, e que nada se deve dar por adquirido até melhor e mais exaustivo exame.

A variabilidade tipológica de pequenos pormenores como estes mencionados a propósito de Outeiro da Cabeça servem para colocar em exergo a premissa essencial: a de que uma observação tecnomorfológica cuidada é a ferramenta essencial no desenvolvimento ulterior da investigação e que, sem ela, os analistas da área da imagiologia, da química e da física veem o seu trabalho irredemptoriamente condenado à esterilidade.

Na verdade, trata-se de um *parti pris*, o entendimento de que a analítica moderna nunca pode ser mais do que a extensão das capacidades de observação do nu espírito humano (cf. a polémica entre A. B. Knapp, 2000, e N. Gale, 2001, sobre os aspetos desta questão ligados ao comércio de cobre no Mediterrâneo durante a Idade do Bronze). Por isso mesmo, deixando de lado a explicação dos fundamentos metodológicos das várias técnicas, que me confesso incapaz de fazer competentemente (e que se encontram bem descritos nos seus fundamentos e nas suas aplicações possíveis em Guerra e Rehren, 2009, e em Guerra e Tissot, 2013), parece-me importante fazer ressaltar que estão à disposição dos arqueólogos dois campos de tecnologias distintos, mas ambos muito importantes: as tecnologias que incrementam a nossa capacidade de ver e as tecnologias que incrementam a nossa capacidade de entender. As primeiras podem, por um lado, levar a capacidade de ampliação da imagem até limites para além do racional, ressaltando entre elas a microscopia eletrónica de varrimento; por outro lado estas tecnologias, utilizando a radiografia, permitem ver coisas para além do espectro visível, literalmente permitindo ver «dentro» dos objetos. As segundas permitem conhecer em pormenor maior, por várias ordens de grandeza, a composição da matéria utilizada. A combinação de um e outro campo de análise permite (teoricamente) distinguir, por exemplo, as composições diferenciadas da matéria utilizada em componentes de peças maiores que, individualmente considerados, têm dimensões muito inferiores a 1 mm, ou, noutros casos, entender os processos arqueometalúrgicos utilizados na produção de peças ou de elementos individuais de peças compósitas.

O potencial da aplicação destas tecnologias pode talvez ser calibrado revisitando ordenadamente algumas questões levantadas ao longo deste texto:

i) Composição química e determinação de proveniências.

O progresso dos meios de estudos das composições oligoelementares permite, teoricamente pelo menos, chegar a um nível de definição que se designa em inglês por *fingerprinting*, ou seja, a um nível de pormenorização e análise fina que distingue sem possibilidade de confusão uma proveniência de materiais através de uma combinação muito específica de elementos-traço, que é distinta

de todas as outras. Também teoricamente, este método deve poder ser aplicado ao ouro utilizado nas joias arcaicas, pelo menos naqueles em que se verifique o pressuposto de que foram elaborados a partir de uma única pepita: o procedimento da investigação virá a ser, neste particular, necessariamente iterativo, pois algumas vezes podemos supor, a própria análise desmentirá essa hipótese, enquanto só noutras a confirmará; por outro lado, deve-se ter em mente também que o intercâmbio é inerente à natureza mesma dos objetos, de onde se retira a conclusão de que a ligação proveniência do objeto/proveniência do ouro não é uma função linear – um programa de investigação deste género deveria, portanto, incluir um elemento de prospeção de campo das areias auríferas na atualidade, aqui baseado no pressuposto de que a composição oligoelementar típica das bacias sedimentares tem, ao longo do tempo, um fator de permanência que é apreciável e cuja variabilidade é inferior à variabilidade interbacias, sincronicamente avaliada.

ii) A questão da «cadeia trófica do ouro» e a composição das cadeias de espirais.

A comprovação de que a noção de «cadeia trófica do ouro» é uma aproximação adequada à realidade, de que é uma teoria verdadeira e descritiva, pode ser baseada nos resultados eventuais da investigação do ponto anterior, mediante o estabelecimento de mais alguns pressupostos e da investigação sobre a realidade observada nas peças. É talvez possível supor que a «impressão digital» oligoelementar é reconhecível em objetos produzidos a partir de várias pepitas, se forem reconhecidos alguns factos como podem ser: primeiro exemplo – que um objeto, produzido a partir de pepitas de bacias diferentes, com distintas composições oligoelementares, mostra na sua composição o «fantasma» das combinações únicas da matéria-prima utilizada, na forma de uma composição *sui generis*, fruto da mistura dos vários componentes que se integram na cadeia trófica do ouro e mostram a sua abrangência geográfica; ou – segundo exemplo – que um objeto, em cuja produção foi utilizada uma quantidade de metal superior à que expectavelmente se deve atribuir a uma única pepita, e que mostra uma composição oligoelementar típica de uma única bacia, demonstra a operacionalidade da cadeia trófica, já não num espaço determinado, mais ou menos vasto, mas ao longo do tempo, numa única zona restrita.

Na indagação desta problemática, parece especialmente sugestiva a possibilidade de analisar a composição dos elementos das cadeias de espirais e dos achados conexos, na perspetiva de compreender a genética destes objetos ou conjuntos de objetos. A questão implica, todavia, algumas questões não propriamente arqueológicas, mas museológicas.

Naturalmente que será difícil, desde o ponto de vista da gestão museológica, autorizar uma intervenção física sobre as cadeias de espirais de forma a dessoli-

darizar os conjuntos e a permitir a manipulação das espirais individualmente. No entanto, será virtualmente impossível conduzir as análises necessárias, elemento de cadeia a elemento de cadeia, mantendo a organização do conjunto, devido a problemas técnicos inerentes aos métodos disponíveis, para os quais a geometria do objeto analisado não é irrelevante. Terá, portanto, de ser estudado um processo de engenharia reversa, que permita a desmontagem das cadeias de espirais e a sua remontagem segundo o exato processo da sua montagem original (que se pode arbitrariamente supor ter sido sempre a mesma, mas sem garantias absolutas do facto, podendo ter havido modificações na Antiguidade, ou mesmo entre o momento do achado e o momento de depósito museológico). Em qualquer caso, este mesmo processo, ainda que sobretudo utilitário relativamente às análises, não deve ser descartado como desprovido de valor heurístico.

iii) Os grandes objetos: composições químicas, individualidade das origens e elementos traço.

A cadeia trófica do ouro tem limites ideológicos, como antes se propôs e tem também limites logísticos que, se não se manifestaram, à data de produção das maiores joias, na quantidade absoluta de massa metálica envolvida em cada joia individual (admita-se que nenhuma das conhecidas ultrapassa o peso que um indivíduo é capaz de suportar, por razões anatómicas), manifestar-se-ão (é o pressuposto), na capacidade de detetar os oligoelementos na composição do metal e de distinguir, na composição mista do metal das joias, as composições diferentes das distintas proveniências de metal chamadas a contribuir, entre outras razões porque o número de elementos analisados é limitado e porque a distinção das composições típicas das várias bacias de proveniência não estará tanto baseada no critério de presença/ausência de determinados elementos, mas sim na grandeza proporcional da sua presença: a partir de certo nível de complexidade das ligas, portanto, não existe fórmula algébrica para distinguir os diversos contributos na respetiva proporção.

O que não faz parte do pressuposto, e é por si mesmo um elemento interessante de indagação, é o limiar em que essa impossibilidade se verifica, ou seja, o limite a partir do qual a complexidade da liga metálica utilizada é tal que a reconstituição da sua formação se torna impossível. Este elemento, de possibilidade/impossibilidade de análise por meios físico-químicos, corresponde a um limiar (tecnológico) correspondente a um fenómeno histórico-arqueológico: aquele limiar a partir do qual será possível afirmar que o âmbito geográfico da esfera de intercâmbio alimentando a cadeia trófica das joias é suficientemente alargado para, em concreto, a proveniência do material ser irrelevante.

A perceção deste limiar tecnológico será, portanto, um elemento da narrativa sobre a produção de joias e certamente que a possível variabilidade na posição

do limiar – no sentido em que nalgumas áreas ou períodos o âmbito geográfico que alimentou a cadeia trófica foi mais alargado e o lapso de tempo necessário para atingir esse limiar foi mais reduzido, enquanto noutras áreas o processo foi o inverso, o âmbito geográfico mais estreito e o período de tempo mais longo – contribuirá para o enriquecimento da(s) narrativa(s).

iv) A busca da maneira.

Será no quadro dessas narrativas mais complexas e detalhadas que será sobretudo útil desenvolver mais a fundo o tipo de análise morfotipológica que antes, de forma apenas indicativa, se esboçou a propósito da parte do tesouro de Outeiro da Cabeça que se conserva no Museu de Torres Vedras.

Quando, antes, nas considerações ainda preliminares que teci usei a expressão «subsumir nos estudos morfotipológicos a contribuição da arqueometria», talvez tenha dado a entender considerar esta como um suplemento (porventura dispensável) ou um puro e simples ornamento de um estudo estilístico tradicional, de matriz winckelmaniana/monteliana e nada mais longe da forma que parece mais correta de abordar a questão.

Segundo o processo de indagação que aqui é proposto o conhecimento aprofundado da matéria manipulada na produção das joias é o elemento base da análise artefactual, e esse papel não pode ser desempenhado por qualquer agrupamento tipológico ou histórico-cultural, por mais perfeito que ele possa ser julgado, pois há que inverter os mecanismos lógicos de reconstituição dos processos históricos, em concreto do devir das oficinas e das evoluções das produções, no sentido de utilizar as técnicas imagiológicas como demonstrações das características típicas dos grupos e classes de produções, que se isolaram por meios independentes de análise, designadamente a analítica.

Só desta forma é possível romper as tautologias que permanecem, mais ou menos adormecidas, nalguns dos raciocínios expendidos a propósito de muitas destas peças, no que à sua filiação artística (e *maxime* no que à sua cronologia) diz respeito.

v) Retorno às composições: quantas arrecadas dá um torques?

A interpenetração dos problemas ligados à nossa capacidade de análise e dos ligados aos limites da tecnologia disponível, que se fazem sentir no desenho de um possível programa de investigação sobre um universo de peças produzidas numa evolução geral que vai no sentido do crescimento das massas de metal manipulado, faz-se também sentir, até um certo ponto maximizada, quando a evolução geral vai no sentido da diminuição dessas massas, certamente implicando a amortização física de algumas peças de grande peso para produzir elementos de menor dimensão, facto para o qual, aliás, há evidência arqueológica direta.

Também aqui a analítica será de primeira importância para estabelecer as bases factuais em que as análises estilístico-tipológicas se poderão desenvolver e a combinação desses métodos (apoiadas numa imagiologia de alto nível) deverá produzir um quadro mais preciso e melhor suportado da vida das oficinas da Idade do Ferro, nomeadamente no que diz respeito à sua localização geográfica e ao suprimento de matéria-prima que utilizavam.

7. UMA QUESTÃO DE PERSPETIVA

As conclusões deste artigo, a existirem, serão redigidas posteriormente às observações que algumas distintas investigadoras vão ser chamadas a expender sobre o texto que proponho. O meu propósito original foi, naturalmente, convencê-las (e, com elas, a restante comunidade científica) da justeza das minhas interpretações, numa base estritamente factual e analítica, mas não resisto a dar mais um passo: o da adesão a um propósito. A ourivesaria arcaica é um dos temas mais fascinantes da arqueologia peninsular e a sua investigação é um tema de primeira água para o exercício das nossas melhores capacidades.

Acrescentarei, portanto, a seguinte nota pessoal: entre os muitos versos da poesia portuguesa que me marcam, há um (ou dois) de que me recordo muitas vezes, e também agora – são de Mário Cesariny: «Ama, como a estrada começa [...]».

A adesão a um programa de investigação reveste-se, inevitavelmente, de elementos não completamente racionais e, neste programa que imagino poder vir a desenvolver-se em torno da ourivesaria arcaica vejo um elemento de «começo de estrada» (aí incluindo uma grande ignorância, ela mesmo pletórica de potencial, sobre o seu traçado para além da primeira curva) que, a ter frutos (entre eles os esperados comentários), serão o essencial destas reflexões.

Comentário de Ana Margarida Arruda*

A síntese que Virgílio Correia apresenta sobre a Ourivesaria Pré e Proto-histórica em Portugal deixa transparecer, de forma clara, o trabalho que, desde há longos anos, o autor tem vindo a desenvolver sobre o tema, materializado quer na publicação de alguns conjuntos áureos (1995, 2005, 2006, 2007, 2008), quer na colaboração em projetos e/ou obras coletivos. Nestes últimos cabem as edições, em 2013, dos resultados do Projeto AuCorre (Guerra e Tissot, 2013) e a obra *Ourivesaria Arcaica em Portugal – O brilho do poder* (Correia et al., 2013),

* UNIARQ-Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, e-mail: a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

com a chancela dos Correios e Telecomunicações de Portugal. Saúda-se, desde já, a decisão do MNA de *O Arqueólogo Português* dedicar à temática o artigo extenso e comentado que abre o presente volume, bem como o facto de o ter «encomendado» Virgílio Correia (VC), um profundo conhecedor da matéria.

De facto, e como bem assinala VC, a discussão dos temas em moldes científicos ficou por fazer no volume que apresenta a ourivesaria portuguesa da Pré-História ao período Tardo-romano, o que se compreende por se tratar de uma obra de divulgação. E é essa a tarefa que o autor se dispôs agora concretizar, acompanhando a discussão científica do necessário aparato crítico, ainda que neste trabalho seja sobretudo a ourivesaria proto-histórica, das Idades do Bronze e do Ferro, que foi mais tratada, discutida e comentada, épocas para as quais há, infinitamente mais dados, até porque, como bem é assinalado, a presença regular da amoedação a partir do século II a.n.e. conduz à progressiva rarefação do metal precioso.

Trata-se de um trabalho que urgia fazer e a análise rigorosa que foi produzida sobre os conjuntos auríferos do território atualmente português esteve à altura da expectativa sempre criada em torno destes materiais, que, estranhamente, estão quase sempre «[...] ausente de muitos estudos gerais de várias épocas e regiões, mesmo quando existem evidências e algumas peças são referidas» «[...] situação paradoxal, admitindo o pressuposto de que se trata de um dos elementos por excelência de representação das elites.».

A ourivesaria antiga de Portugal é apresentada de acordo com o que chamou «linhas de força», a primeira das quais é o contexto e, sobretudo, a ausência deste para a grande maioria dos achados. Sem nunca pretender negar a sua importância, reflete acerca da funcionalidade (ritual ou utilitária) não esquecendo que ambos os conceitos não são aqui mutuamente exclusivos, como, na esteira de outros investigadores, já defendeu também Raquel Vilaça em 2006. Ainda assim, registo com muito agrado que VC entende que «Apesar da morfotipologia e o estudo estilístico (também na perspectiva genética, monteliana) estarem fora das correntes modernas do pensamento em arqueologia, é aí que reside o futuro dos estudos da ourivesaria arcaica (e, nesta frase, pretendo subsumir nos estudos morfotipológicos a contribuição da arqueometria, sem desprimor para os seus fatores).».

Entende VC que outra das questões que importa aprofundar se relaciona com a atividade extrativa e naturalmente com a sua evolução técnica ao longo do tempo, situação que relaciona com o aumento progressivo dos pesos das peças. Parece-me que poderia aqui ter sido incluída a discussão em torno dos ourives (os demiurgos do ouro, como lhe chama o autor), quer no seu papel de artífices, quer no que se refere à sua eventual condição de comerciantes. Sabemos que para o território atualmente português os dados escasseiam para a primeira das

situações e só recentemente foi identificado, em Alcácer do Sal, um conjunto de artefactos claramente relacionados com a produção de joias de ouro (bigornas ou tazes, fieiras ou damasquilhos, pratos de balança, ponderais, cabos de punções). Permanece inédito (Arruda et al., no prelo a), apesar de algumas das peças deles terem sido já apresentadas, mas em texto muito recente (Arruda, 2014). Mas os pratos de balança conhecidos em vários sítios da Idade do Ferro, e os pesos também desta época e ainda da Idade do Bronze (Vilaça, 2006) podiam ter sido chamados à colação e teriam, julgo eu, acrescentado informação útil, no que concerne aos pontos 3 e também 4 do trabalho que aqui comentamos.

A nova metodologia adaptada pelo autor na definição de «artífices», «grupo de artífices» ou «oficinas» parece-me a mais adequada, até porque também eu entendo que se deve enfatizar a técnica da execução e minimizar a utilização de paralelos. A apresentação diacrónica da ourivesaria portuguesa antiga e da respectiva evolução estilística é praticamente imaculada.

Ainda assim, o peitoral de Castro Marim merece um comentário mais detalhado, até porque a ocupação do Bronze Final detetada no Castelo (Oliveira, 2006; 2008; 2013) poderia ter sido discutida em associação. Por outro lado, a relação com Chipre é particularmente sugestiva, uma vez que o papel da ilha do Mediterrâneo oriental nos contactos Oriente/Ocidente tem vindo a ser cada vez mais reivindicado para estes momentos do Bronze Final e até mesmo para cronologias um pouco anteriores, dos séculos XIV-XII a.n.e. (Ruiz-Gálvez, 2013, p. 283).

Para a Idade do Ferro, permito-me discordar da posição teórica assumida logo no início do ponto 4.6 de que «[...] as viagens para Ocidente são, sobretudo, viagens para obter metais preciosos para ocorrer a necessidades específicas do Levante, nomeadamente o pagamento de tributo aos monarcas orientais». De facto, tal modelo está hoje em dia ultrapassado, uma vez que, e como vem referindo M. Eugénia Aubet (2008), a expansão colonial fenícia para ocidente se iniciou num momento de debilidade do império assírio e não pode portanto ser explicada pela necessidade de pagamento de tributo, tratando-se de uma iniciativa mercantil. Contudo, e como diz o autor, não restam dúvidas de que a presença de populações mediterrâneas terá sido responsável pela «intensificação de exploração do metal, nomeadamente através, talvez, da primeira mineração digna desse nome».

A definição de «unidades/oficinas de produção», concretizada ainda neste mesmo ponto 4.6., está, no geral, bem alicerçada, ainda que deva dizer-se que muitas peças da ourivesaria da Idade do Ferro acabam por ficar de fora da «armação» proposta. Por outro lado, e como aliás o próprio autor reconhece, assumir que Vaiamonte possa ser o local de «fabrico» dos brincos com cachos de esferas peninsulares é particularmente difícil, até porque as arrecadas de Santana

da Carnota estão associadas a um tesouro monetário republicano, época particularmente bem documentada também no sítio alto-alentejano.

Passando ao que podemos considerar de aspetos conclusivos, desenvolvidos no ponto 6, quero desde já referir que a questão do uso das joias, na sua relação concreta com género e sexo, está muito bem apresentada pelo autor, mesmo tendo em consideração a quase total ausência de contextos associados à ourivesaria proto-histórica portuguesa. Devo a este respeito acrescentar que, recentemente, foi-me dada a oportunidade de colaborar no estudo de uma necrópole da Idade do Ferro da área de Beringel, datada, genericamente, de meados/segunda metade do século VI a.n.e., onde as joias de prata e bronze estão, na sua grande maioria, nas sepulturas femininas, mas as de ouro aparecem distribuídas em enterramentos de ambos os sexos (Arruda et al., no prelo b).

No geral, concordo totalmente com VC no que se refere às figuras de embaixadores, comerciantes, piratas e salteadores como agentes de algumas das eventuais importações de joias encontradas no Ocidente. Todavia, parece-me que a grande maioria das que não foram fabricadas em «oficinas» ibéricas, sobretudo as que podemos datar de num momento posterior ao século VIII a.n.e., deverão ser integradas no «comércio institucional».

Partilho com VC a incapacidade de entender os processos metodológicos das várias técnicas de análise das ciências da «bata branca», quer no que se refere ao ouro quer, aliás, em relação a todos os restantes materiais. Mas parece-me muito acertado o inquérito arqueológico que para elas elenca.

Termino este comentário exprimindo a minha satisfação pelo facto de verificar que sendo este trabalho o culminar de um percurso que o seu autor vem desenvolvendo há vários anos, ele é também um «começo de estrada», sobre «[...] um dos temas mais fascinantes da arqueologia peninsular». E por ter tido o privilégio de ler em primeira mão este excelente trabalho, recordo a propósito das suas linhas finais: *Caminante, no hay camino, se hace camino al andar.*

OURIVESARIA ARCAICA DA EUROPA ATLÂNTICA

Comentário de Barbara Armbruster*

O ouro do ocidente peninsular apresenta uma temática complexa que alimenta a discussão científica desde há mais que um século. A síntese escrita por V. H. Correia é uma contribuição preciosa e um exercício de grande conhe-

* UMR 5608 du CNRS – TRACES, Maison de la Recherche, Université de Toulouse,
e-mail: barbara.armbruster@univ-tlse2.fr

cimento geral sobre a ourivesaria. Mostra uma capacidade de abordar grande variedade de registos possíveis e põe a pesquisa em perspetiva. O seu trabalho de sinopse dá uma visão diacrónica, desde a matéria-prima passando a aspetos arqueometalúrgicos, pela biografia dos objetos até ao contexto da deposição de artefactos em ouro.

A autora conhece V. H. Correia desde os anos 1990. Nessa altura estava previsto o inventário dos ouros da Idade do Ferro do Museu Nacional de Arqueologia, a redigir por A. Coelho Ferreira da Silva e por V. H. Correia, projeto que nunca se realizou. Este projeto era aguardado como a continuação de uma série, seguindo o primeiro volume intitulado *2000 anos de ourivesaria arcaica em Portugal. Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de ourivesaria. 1. Do Calcolítico à Idade do Bronze*, no qual colaborámos com R. Parreira, V. H. Correia e M. A. Leitão Fernandes (Armbruster e Parreira, 1993). Publicou-se vinte anos depois a monografia *Ourivesaria Arcaica em Portugal: O brilho do poder*, dando ao leitor, pela primeira vez, uma vista geral e diacrónica (Correia et al., 2013). Assim, agradecemos o convite para comentar esta síntese do ponto de vista duma arqueóloga, etnóloga e artesã ourives.

A ourivesaria arcaica da Península Ibérica ocupa grande parte da pesquisa da autora, desde que trabalhou no Museu Nacional de Arqueologia nos anos 1990, tendo-se publicado o inventário da coleção dos ouros do Calcolítico e da Idade do Bronze e artigos com considerações e metodologias inovadoras juntando a tipologia externa dos artefactos a uma tipologia tecnológica (Armbruster e Parreira, 1993; Armbruster, 1993a; Armbruster, 1993b; Armbruster e Perea, 1994). Integrando varias coleções conservadas em museus em Portugal, em Espanha e na Grã-Bretanha, publicou-se um estudo comparativo dos ouros e bronzes pré-históricos da fachada atlântica da Península Ibérica (Armbruster, 2000). Recentemente, realizou-se no CNRS uma investigação substanciada sobre a ourivesaria da Europa Atlântica antes do ferro, estando em preparação a respetiva publicação (Armbruster, 2008).

Nesta contribuição queremos expor alguns aspetos complementares, pouco tratados, ou mesmo ignorados, nesta síntese, e cruzar olhares. Abordaremos o caso das tecnologias específicas dos ouros da Península Ibérica que relevam processos complexos de inovação e transformação tecnológica, e que fazem falta nos apartados *Tradição e inovação nos objetos de prestígio de meados do II milénio e A produção das joias. Acumulação e transformação*, de modo a torná-los mais precisos. Também trataremos brevemente algumas questões sobre a integração da ourivesaria da fachada ocidental da Península Ibérica – sobretudo do Calcolítico e da Idade do Bronze – no âmbito da Europa Atlântica, e juntamos algumas referências bibliográficas.

NOTA SOBRE A HISTÓRIA DA PESQUISA DO OURO DA EUROPA ATLÂNTICA

Desde os anos 1980 desenvolveu-se investigação científica sobre o estudo aprofundado do ouro pré-romano na Europa ocidental (Perea e Armbruster, 2008). A primeira investigação com um catálogo exaustivo dos ouros pré-históricos de Portugal e da Espanha deve-se ao vasto programa alemão de análises químicas dos ouros pré-históricos na Europa (*Studien zu den Anfängen der Metallurgie*) e sua exploração arqueológica (Hartmann, 1982; Pingel, 1992). Para a história da investigação da ourivesaria arcaica de âmbito atlântico notamos que várias sínteses e inventários nacionais e regionais, em particular sobre a ourivesaria da Idade do Bronze, saíram nesta altura: para a Península Ibérica (Pingel, 1992; Armbruster, 2000), Portugal (Parreira e Pinto, 1980; Armbruster e Parreira, 1993), Espanha (Perea, 1991), França (Eluère, 1982) e ilhas Britânicas (Taylor, 1980; Eogan, 1994; Cahill, 2002). A produção do ouro da Idade do Ferro era considerada em monografias mais regionais e supra regionais (Silva, 2007; Eluère, 1987; Nicolini, 1990; García Vuelta, 2007). Sobretudo os novos métodos e a combinação de pontos de vistas de diferentes disciplinas aplicados ao ouro, como a tecnologia, a tipologia, a caracterização química e a antropologia social, ajudam na determinação de inovações e de transformações culturais, económicas e sociais nas sociedades pré-históricas (Perea, 2005b; Perea et al., 2004; Armbruster, 2011; Armbruster, 2013b). Várias sínteses recentes englobam a ourivesaria arcaica da Europa ocidental (Armbruster, 2008; Perea e Armbruster, 2008; Armbruster, 2012; Armbruster, 2013a). Seguindo os estudos das ciências dos materiais com grandes séries de análises já mencionadas, incluindo a fachada atlântica (Hartmann, 1982), apresentavam-se conjuntos da Península Ibérica (Perea et al., 2010) e tentativas de correlacionar artefactos em ouro com jazidas naturais na Irlanda (Chapman et al., 2006).

METODOLOGIA INTERDISCIPLINAR

O estudo da ourivesaria arcaica e, sobretudo, dos aspetos tecnológicos dos objetos, é um campo de investigação fundamentalmente interdisciplinar aplicando vários métodos das humanidades e ciências «duras» (Armbruster e Guerra, 2003). Os métodos tradicionais da arqueologia aplicados sobre o artefacto original incluem o estudo estilístico, a forma, a decoração, a função, o contexto de achado, a simbologia e o valor cultural do objeto. A examinação macro e microscópica revela a microtopografia da superfície com as marcas de ferramentas e de processos de fabrico. As ciências dos materiais relacionados com a ourivesaria oferecem métodos do exame ótico como a radiografia, o uso do microscópio ótico e o microscópio eletrónico de varrimento, assim como métodos de análises de composição elementar. Os métodos atualmente mais utilizados são a fluorescência de raios-X, o PIXE (Particle induced X-ray emission) e o EDX (Energy-

-dispersive X-ray spectroscopy (Perea et al., 2010). A radiação de sincrotrão e o método LA-ICP-MS (Laser ablation inductively coupled plasma mass spectrometry) também já começam a ser aplicados nas análises dos ouros arcaicos com resultados muito interessantes (Guerra e Calligaro, 2004; Chapman et al., 2006; Schlosser et al., 2009). Um excelente exemplo modelo dum estudo interdisciplinar, combinando contribuições de tipologia, simbolismo, posição cultural e histórica, tecnologia, e arqueometria, é a recente publicação da designada «fíbula de Bragança» (Perea, 2011).

Outros métodos não estudam o artefacto original, mas trabalham com analogias para uma melhor compreensão da possível função e uso do objeto, como também o seu fabrico: iconografia, filologia, etnografia e arqueologia experimental (Armbruster, 2011, p. 423-425). Através destas analogias com atividades artesanais estabelecem-se modelos explicativos para o trabalho do artesanato do passado. No domínio da iconografia, representações gráficas da Antiguidade e da Idade Média, ilustrando cenas de artesãos, constituem fontes de informação para compreender a morfologia de ferramentas, os gestos dos ourives e processos técnicos. Fontes escritas da Antiguidade e da Idade Média servem também a uma melhor interpretação de oficinas e do trabalho do ouro, mas igualmente da posição social do artesão e do valor da sua produção. A etnoarqueologia oferece um campo de pesquisa comparativo de vestígios arqueológicos com dados etnográficos (Armbruster, 1993a). À sua disposição, o arqueólogo tem uma ampla documentação em antigas crónicas, pesquisas de terreno em oficinas de metalurgistas, filmes, fotografias e o estudo de objetos etnográficos conservados em coleções de museus. Podem conter informações sobre o trabalho de ourives assim como sobre maneiras de uso de adornos. A arqueologia experimental é um método que comprova pelo meio de experiências práticas hipóteses de supostas técnicas de fabrico (Coles, 1973; Armbruster, 2005). Um olhar cruzado entre a arqueologia experimental e a etnoarqueologia resultou por exemplo na melhor compreensão sobre o fabrico e a maneira de uso de torques e brincos constituídos por aros de secção cruciforme, característicos da Idade do Bronze na Europa Atlântica (Armbruster, 1993a).

OFICINAS DE OURIVES

As ferramentas e oficinas de ourives são pouco conhecidas em Portugal porque existem muito escassos testemunhos diretos. Mas as marcas de ferramentas são visíveis em todos os artefactos em ouro. Do território português, como em outras zonas da Europa atlântica, conhece-se ferramentas em pedra utilizadas para o martelado da metalurgia do ouro, no Calcolítico e no início da Idade do Bronze (Brandherm, 2000; Armbruster, 2010b). Este tipo de martelos e bigornas

em pedra encontram-se conservados em vários conjuntos funerários de espólio rico em associação com objetos de prestígio, joias de ouro e cerâmica. Exemplos identificados são os espólios da Gruta artificial de São Pedro do Estoril, Cascais (Gonçalves, 2005, p. 106, fig. 06.14) e do túmulo do «Amesbury archer» no sul da Inglaterra (Fitzpatrick, 2009).

Ferramentas da Idade do Bronze especializadas para o trabalho do metal por deformação plástica são curiosamente muito mais raras no território da Península Ibérica (Armbruster et al., 2003). Martelos de alvado e bigornas de várias formas encontradas em França e nas Ilhas Britânicas, onde os achados são bastante mais numerosos, podem servir como analogias (Armbruster, 2000, p. 48-59). Balanças e pesos de bronze utilizavam-se desde o Bronze Final para controlar a qualidade e a quantidade do metal na Europa Atlântica (Pere, 2000; Gomez de Soto, 2001, p. 121; Vilaça, p. 2011). Este tipo de instrumentos é conhecido no espólio arqueológico português, nomeadamente na Nossa Senhora da Guia, Baiões, Viseu, Monte do Trigo, Idanha-a-Nova, e do depósito de Baleizão, Beja (Vilaça, 2005). Neste último os pesos estão diretamente associados a objetos em ouro e em bronze.

O túmulo de um ourives e guerreiro do século IV antes de Cristo, nomeadamente da época Ibérica, encontrado na necrópole de Cabezo Lucero, Alicante, é, neste contexto de rara informação, um achado extraordinário, não só para a Península Ibérica, mas para a Idade do Ferro da Europa em geral (Perea e Armbruster, 2011; Armbruster, 2013b, p. 77-79). À parte os instrumentos de fundição ausentes no espólio, este conjunto contém quase todo o equipamento completo duma oficina de ourives: martelo, bigorna, balança, peso, matrizes, punções, cinzéis, maçaricos e pinça.

Por causa da escassez de informações sobre oficinas e ferramentas, é difícil exprimir-nos sobre o papel do artesão ourives nas sociedades pré-históricas em Portugal (e P. Ibérica, Cabezo Lucero). A exceção encontra-se nos vestígios mencionados que evidenciam um estatuto social importante como sugere a riqueza dos espólios funerários. Constatamos, com base no estudo das marcas de ferramentas e da quantidade e qualidade dos produtos, que as oficinas de ourivesaria devem ter sido bem equipadas. Os artesãos tinham conhecimentos profundos tanto sobre a aparência estética, a simbologia e a função dos objetos a realizar, como sobre as matérias e a tecnologia aplicada ao seu fabrico, escolhendo as técnicas e ferramentas apropriadas para realizar a forma de acordo com o seu uso.

OURIVESARIA DA EUROPA ATLÂNTICA (CALCOLÍTICO E IDADE DO BRONZE)

Os objetos em ouro encontrados em Portugal refletem relações tanto no princípio, neste caso exclusivamente com toda a fachada atlântica até à Escócia, como durante a transição Bronze-Ferro com o mundo mediterrâneo, abrindo

assim perspectivas de integração europeia da ourivesaria arcaica. No início da metalurgia do ouro, no Calcolítico e na Idade do Bronze antiga, a ourivesaria mostra uma certa unidade e circuitos transregionais em toda a fachada Atlântica (Armbruster, 2012). Joias realizadas sobre lâmina, como diademas, pendentes ovalados, apliques discoidais e lúnulas fazem parte duma mesma linguagem de forma, decoração e simbologia Atlântica. O grupo de espirais em fio martelado é igualmente um fenómeno atlântico da Idade do Bronze (Perea, 2005a, p. 93, fig. 1) e ademais um facto europeu, como o evidencia o novo achado de grande quantidade de espirais no norte da Alemanha muito parecidos com os espirais entrelaçados em correntes como os do tipo Vale de Viegas (Haßmann et al., 2013).

Observa-se um óbvio desenvolvimento do simples para o complexo das morfologias e das técnicas da ourivesaria em paralelo. No início os objetos apresentam-se num desenho em duas dimensões e desenvolvem-se depois através de formas complexas tridimensionais em chapa assim como em criações pesadas e maciças. Uma diversificação de estilos diferentes começa no Bronze Médio e Final. Certas variações de adornos restringidas regionalmente mostram-se por exemplo na Península Ibérica com os braceletes de tipo Villena/Estremoz, ou na Irlanda com os nomeados *gorgets*, joias de pescoço volumosas feitas em chapa. Outras variações suprarregionais surgem nas zonas de contactos e intercâmbios entre o continente e as ilhas Britânicas. A Irlanda, a Grã-Bretanha, o Noroeste da França e a Bélgica conhecem uma ourivesaria comum com os nomeados *lock-rings*, *hair-rings* e *composite rings* (Armbruster, 2008). Estes tipos de adorno estão ausentes na Península Ibérica.

Um grupo de braceletes cilíndricos de relevo canelado aparece na ourivesaria de toda a Europa Atlântica, desde o Bronze Antigo e persistindo até ao Bronze Final (Armbruster, 2010a). Este grupo de adornos do braço, à primeira vista aparentemente homogéneo, constitui um exemplo modelo mostrando como objetos de morfologia e decoração muito similar podem ser realizados por técnicas bem diferentes. Evidenciam-se de um lado braceletes obtidos por martelagem e do outro lado exemplos obtidos pela fundição da cera perdida. Enquanto que os primeiros são constituídos de chapa fina de relevo cinzelado e têm pouco peso, os segundos têm paredes de relevo mais espesso por causa da fundição e têm por isso um peso mais elevado. Nos braceletes do grupo de chapa martelada não se observa qualquer marca de junção nos cilindros fechados. Por conseguinte, a sua confeção deve ter sido feita por martelagem e cinzelagem à base de um lingote anular, comparável ao exemplar conhecido de Esposende (Armbruster e Parreira, 1993, p. 216-219). Produtos deste grupo aparecem em primeiro lugar na Inglaterra, com dois braceletes cilíndricos em chapa do depósito funerário de Lockington, Leicestershire, datando do Bronze Antigo (Needham, 2000). Morfológica e tecnologicamente comparáveis são os exemplares encontrados nos depósitos do Bronze Médio de

Arnozela, Braga, e da «Beira Alta» (Armbruster, 2010a, figs. 1-3). Exemplares mais tardios, do Bronze Final, provenientes de «França» (no Museu Britânico) e do depósito de Heights of Brae, Ross and Cromarty District, Escócia, ou ainda da Idade do Ferro, como o bracelete de Lebução, Vila Real, pertencem igualmente ao grupo de braceletes martelados e cinzelados (Armbruster, 2010a, fig. 25a).

O grupo de braceletes cilíndricos com um relevo canelado obtidos pela fundição a cera perdida é mais restringido e aparecem só durante o Bronze Final. Os braceletes de Urdiñeira, Orens, e de Melide, La Coruña, ou ainda uma peça sem procedência exata, conservada no Museu Nacional de Arqueologia, encontram-se entre este grupo (Armbruster, 2000, pl. 63 e 98). De uma tecnologia distinta, estes adornos apresentam uma grande similitude morfológica com o primeiro grupo, principalmente devido à técnica da fundição de cera perdida aplicada no seu fabrico, o que resultou em paredes mais grossas e um peso superior comparativamente aos braceletes em chapa. A técnica de execução é comparável ao processo de fabrico dos braceletes tipo Villena/Estremoz: fundição na cera perdida, aplicando o torno na realização do modelo em cera.

TRADIÇÃO, INOVAÇÃO E HIBRIDAÇÃO NA OURIVESARIA DA PENÍNSULA IBÉRICA

A ourivesaria da Idade do Bronze Final e da transição Bronze-Ferro na Península Ibérica é um caso particularmente interessante na Europa Atlântica do ponto de vista de questões de tradição, inovação, hibridação e transferência de saber tecnológico (Armbruster, 2008). Através das produções e desenvolvimentos regionais, esta ourivesaria assenta em duas tradições atlânticas de joias particularmente pesadas e maciças. Os dois tipos de adorno, pesados e maciços predominantes do Bronze Final da fachada atlântica são os torques e braceletes de varas de secção circular tipo Sagrajas/Berzocana (que V. Correia nomeia Sagrajas-Portel) e os braceletes cilíndricos tipo Villena/Estremoz, os últimos realizados com instrumentos rotativos (Armbruster, 1993b). Estes bens de prestígio refletem uma identidade cultural Atlântica. O tipo Sagrajas/Berzocana, caracterizado por um aro maciço de secção circular aberto e uma decoração geométrica, é assim designado em função de dois depósitos espanhóis, o de Berzocana, Cáceres, com dois torques (de 950 g e de 750 g), e o de Sagrajas, Badajoz, com um torque duplo com fecho, pesando 2004 g (Almagro-Gorbea, 1974; Armbruster e Perea, 2007). O outro tipo atlântico, Villena/Estremoz, caracterizado pela forma cilíndrica, por uma decoração complexa de molduras, sulcos e séries de puas, e pela tecnologia da cera perdida combinada com a aplicação do torno no fabrico do modelo de cera (Armbruster, 2004). O nome deste tipo refere-se ao depósito espanhol de Villena, Alicante (contendo 9116 g de ouro), e do bracelete português de Estre-

moz, Évora (de 978 g) (Armbruster e Perea, 1994). O uso da força rotativa de um dispositivo com eixo horizontal em combinação com a fundição da cera perdida representa uma característica particular da ourivesaria atlântica do Bronze Final e destacámos já que isto é uma invenção extraordinária na história da tecnologia em geral. Mais de 60 espécimes deste tipo existem no espólio arqueológico de Portugal e da Espanha.

No fim do Bronze Final emergem inovações indígenas combinando elementos tipológicos e tecnológicos dos dois tipos para criar adornos compostos. Iniciou-se assim uma fase de hibridação na produção de objetos em ouro, utilizando a técnica da fundição adicional para unir os diferentes elementos. Esta técnica de união, nova nas produções de ourives, consiste em verter metal derretido sobre o ponto de junção dos elementos metálicos. A fundição adicional foi aplicada no bracelete de Cantonha, Guimarães, Braga, composto por um fragmento de bracelete de tipo Villena/Estremoz no meio, dois braceletes do tipo Sagrajas/Berzocana e de fios torcidos (Armbruster, 2004, p. 61, fig. 12). O segundo objeto desta inovação indígena da ourivesaria Atlântica é o triplo torques de Sintra, Lisboa, Portugal. Tal como o primeiro, este adorno é composto por um elemento de tipo Villena/Estremoz, neste caso formando o fecho, três torques do tipo Sagrajas/Berzocana e ademais de quatro apliques decorativos em forma de tulipa (Armbruster, 1995; Armbruster, 2004, p. 61-62 fig. 13).

Na fase seguinte deste desenvolvimento, a ourivesaria da fachada atlântica vai mudar sob as influências mediterrâneas, a introdução da nova técnica da soldadura e de novos elementos estilísticos orientalizantes. Esta inovação exógena admite a criação de joias complexas, compostas de vários elementos. As técnicas de decoração da granulação e filigrana, predominantes no âmbito mediterrâneo, baseiam-se na soldadura. Dois exemplos destas influências exógenas mediterrâneas, utilizando pela primeira vez a soldadura, mostram a primeira etapa da adaptação da granulação e da filigrana na Península Ibérica. Testemunham uma nova tecnologia de âmbito Mediterrâneo ao serviço de uma tipologia antiga de âmbito Atlântico. O primeiro exemplo desta hibridação de elementos atlânticos ao nível da morfologia com novas técnicas mediterrâneas é o conjunto de dois braceletes de Torre Vã, Beja. Os elementos do âmbito Atlântico são neste caso os terminais em forma de tulipa muito similares aos elementos decorativos do triplo torques de Sintra. A influência mediterrânea revela-se pela soldadura e granulação, que nestes objetos ainda é muita grosseira (Armbruster, 2000, p. 109, pl. 97). Outro exemplo de joias híbridas é o conjunto de Álamo, Beja, constituído por dois torques, um colar laminar e dois braceletes (Armbruster, 2013b, p. 70-71, fig. 4). Neste caso a soldadura é aplicada nos torques e nos braceletes. O torques triplo mantém uma morfologia de tradição Atlântica do tipo Sagrajas/Berzocana, mas os três aros são realizados em tubos

ocos de chapa aplicando no fabrico a tecnologia Mediterrânea da soldadura. Neste adorno aparece pela primeira vez a filigrana, com elementos de fio decorativo soldados. A nova técnica permite neste caso obter aros de aparência maciça de maneira oca, quer dizer económica.

Nesta fase de contacto cultural entre gente mediterrânea oriental e da Península Ibérica, um contacto direto entre ourives de tradições e identidades diferentes é igualmente evidente com uma transmissão de conhecimentos tecnológicos. No início mantém-se uma persistência de elementos tecnológicos e/ou tipológicos da Idade do Bronze no ouro da primeira Idade do Ferro (tartéssico) como é evidente no conjunto de El Carambolo, Sevilha (Perea e Armbruster, 1998). Uma interação e uma transferência direta de conhecimentos técnicos entre artífices é ademais evidente em objetos como os «candelabros» do conjunto de Lebrija, Sevilha, Espanha, ligados a uma função ritual e de morfologia proveniente do Mediterrâneo Oriental, mas fabricados com uma tecnologia da Idade do Bronze de tradição Atlântica (Perea et al., 2003).

Numa fase seguinte deste desenvolvimento de profundas transformações, abandona-se as tradições indígenas Atlânticas. Esta rutura completa com as tradições da ourivesaria Atlântica conduz a uma adaptação às normas técnicas e estilísticas de produção exógenas. Durante os períodos orientalizante e ibérico a expressão de uma nova identidade mediterrânea evidencia-se na Península Ibérica. O conjunto da Aliseda, Cáceres é um exemplo dos resultados da interação do mundo indígena e dos colonos fenícios e da integração completa das influências mediterrâneas (Perea, 1991, p. 195-197). No fim deste processo de transmutação na segunda metade do primeiro milénio antes de Cristo, a ourivesaria ibérica testemunha uma integração completa no âmbito mediterrâneo. Joias decoradas com granulação e filigrana dominam esta nova era da produção de ourives e mostram o abandono das tradições atlânticas (Armbruster, 2013b, p. 73-75, figs. 6-7).

Este desenvolvimento de contacto cultural e o câmbio de identidade nos aspetos técnicos e estilísticos do ouro começou com uma tradição e uma identidade atlântica na Idade do Bronze Final, seguido de influências mediterrâneas durante a fase de transição entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. No fim desta fase instaura-se uma nova identidade mediterrânea da Idade do Ferro, evidente na ourivesaria nas culturas Tartéssica e Ibérica. No entanto, desenvolve-se no noroeste da Península Ibérica uma ourivesaria particular da Cultura Castreja, que combina elementos mediterrâneos e atlânticos (Silva, 2007; García Vuelta, 2007).

O estudo tecno-tipológico mostra assim o desenvolvimento na ourivesaria de tradições indígenas, inovações por influências exógenas e a hibridação na ourivesaria arcaica, provando contacto cultural, intercâmbio e transferência de conhecimentos tecnológicos e estilísticos que conduz a uma mudança de identidade expressa em objetos de prestígio.

NOTAS FINAIS

Observa-se, desde o início da metalurgia do ouro, uma especialização dos artesãos, fabricando adornos em ouro de alto nível quer em termos artísticos, quer tecnológicos, e a partir do Bronze Médio de peso considerável. Parece que nessas épocas a matéria-prima estava disponível em grande quantidade, graças à riqueza de jazidas peninsulares. No início da Idade do Ferro a produção de objetos em ouro quase que desaparece das Ilhas Britânicas e na França Atlântica. Contrariamente, na Península Ibérica opera-se um desenvolvimento de intensificação com uma ourivesaria mais leve, na economia da matéria-prima preciosa. Observa-se uma standardização no fabrico de joias com o uso de matrizes, desde a instalação de colónias de comerciantes e de uma população de origem do Mediterrâneo Oriental, quando as influências orientalizantes se impõem na cultura material.

Como sublinha V. H. Correia, a ourivesaria arcaica de Portugal, que tem beneficiado de uma pesquisa científica e de um interesse público de longa data, ainda oferece novas perspectivas para a investigação futura. Um dos maiores desideratos seria o desenvolvimento de um projeto científico sobre os ouros da Idade do Ferro, da época romana e da época medieval conservados no MNA e sua apresentação à comunidade científica. Juntamente, a publicação dos resultados das séries de análises de todo o material português investigado no projeto AuCorre seria de interesse para os especialistas do ouro arcaico, não só para a compreensão das alterações, mas também para os dados analíticos portugueses realizados com técnicas de análise modernas (Guerra e Tissot, 2013). Assim, a síntese de V. H. Correia pode ser um ponto de partida para desenvolver novos horizontes.

ESTADO DA QUESTÃO, PROBLEMÁTICAS ARQUEOLÓGICAS E PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE ESTUDO.

Comentário de M. Fátima Araújo *

O convite que me foi amavelmente endereçado para comentar este artigo, A OURIVESARIA ARCAICA NO OCIDENTE PENINSULAR, da autoria do Doutor Virgílio Hipólito Correia, reveste-se de grande significado para mim. Entre as principais razões são poder estar associada a uma edição muito especial de

* Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Campus Tecnológico e Nuclear, Estrada Nacional 10, 2695-066 Bobadela, Portugal, e-mail: faraujo@ctn.ist.utl.pt

O Arqueólogo Português, num trabalho realizado por um investigador reconhecido sobre um assunto que me é particularmente caro – o estudo de metais antigos. Embora nesta temática tenha dedicado uma maior contribuição ao estudo da metalurgia do «cobre», a ourivesaria arcaica também me tem interessado e sendo sobretudo uma especialista em métodos de análise não destrutivos, com uso crescente nas últimas décadas em estudos de coleções museológicas, tenho podido vir a colaborar nalguns trabalhos relacionados com o tema, incluindo artefactos de ouro, alguns das coleções do MNA.

Este artigo trata muito oportunamente o tema da Ourivesaria Arcaica, sob várias vertentes – Estado da questão, problemáticas arqueológicas e perspectivas de desenvolvimento do campo de estudo, revestindo-se de uma enorme importância, quer pela riqueza da nossa ourivesaria arcaica, sobretudo a das coleções do MNA, quer pelo conteúdo abrangente, abordando a temática numa perspectiva multidisciplinar.

O projeto AuCorre, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que terminou recentemente, teve como Instituição proponente e de acolhimento o MNA, contou com a colaboração de uma equipa de especialistas nacionais e internacionais com formações variadas, tendo dado um contributo significativo para o estudo das coleções da ourivesaria arcaica do atual território português. A participação das várias Instituições possibilitou o recurso a uma multiplicidade de métodos instrumentais de exame e análise, que visavam sobretudo a resolução dos graves problemas de alteração superficial verificados em algumas das peças expostas na Sala do Tesouro do MNA.

Embora seja já longa a minha investigação na área da arqueometalurgia, sempre realizada em colaboração com arqueólogos, a minha formação de base é nas ciências exatas e irei focar os meus comentários essencialmente nos pontos em que são abordadas as questões analíticas.

Gostaria de referir que as análises de metais antigos foram iniciadas em Portugal na década de 70 do século passado, na sequência da instalação de novos equipamentos em algumas Instituições e em colaborações entretanto estabelecidas entre físicos/químicos e arqueólogos. Estas colaborações continuaram de forma muito esporádica durante algumas décadas, tendo a situação sido alterada no início do século XXI, em particular na sequência de alguns projetos financiados pela FCT e em teses de mestrado e doutoramento, que disponibilizaram meios financeiros e humanos imprescindíveis para estabelecer uma linha de investigação sólida em Arqueometalurgia. Contudo, estes estudos têm estado mais focados na metalurgia do cobre dado que, no que se refere a artefactos de ouro, o seu aparecimento em escavações arqueológicas é relativamente raro, estando a maior parte dos artefactos de ouro depositados em museus, principalmente no MNA. Apesar disso, e da interação que foi acontecendo entre os especialistas das

Ciências Exatas e os Arqueólogos foram sendo realizados estudos que envolveram artefactos de ouro.

Sobre os trabalhos publicados é muito elucidativa a listagem que o autor faz sobre os contributos dos principais investigadores que realizaram trabalhos relacionados com o tema, lembrando Rui Parreira, Barbara Armbruster, Armando Coelho e o próprio autor, alguns em colaboração com outros investigadores, para além dos trabalhos decorrentes do projeto AuCorre.

Contudo, e dada a minha associação a uma Instituição onde foram instalados dos primeiros equipamentos, e onde, desde há várias décadas, se desenvolveram metodologias analíticas dedicadas, nomeadamente a espectrometria de fluorescência de raios-X (XRF) e a técnica PIXE (Particle Induce X-Ray Emission), gostaria de referir outros trabalhos para além dos mencionados. Um desses trabalhos consistiu no estudo de um torques (NW Peninsular) da colecção do MNA (Alves, Araújo e Soares, 2002), publicado em OAP e no qual se investigam os vários componentes do artefacto e a solda utilizada para os ligar, pretendendo aferir, para além da homogeneidade na composição dos vários componentes, a possível existência de uma soldadura/restauro recente. Num trabalho posterior, os mesmos autores (Soares, Araújo, Alves, 2004) discutem e comparam as potencialidades de técnicas completamente não destrutivas (por emissão de raios-X) na análise química de artefactos em ouro pré e proto-histórico relacionando a composição dos artefactos com tipologias diversas, com a origem das matérias-primas utilizadas (ouro nativo e/ou electrum – uma liga nativa de ouro e prata). Para além destes foram realizados, mais recentemente, outros mais ambiciosos, recorrendo, por exemplo, a outras metodologias complementares de microanálise, como a microscopia eletrónica de varrimento, com microanálise por raios-X e também ao estudo de colecções mais significativas. Por exemplo, num trabalho de Figueiredo et al. (2010), foi identificado pela primeira vez no território português atual o processo de douramento por difusão a quente num artefacto (cravo decorativo) proto-histórico. Num outro trabalho sobre fragmentos de folhas de ouro muito finas dos Perdigões, recolhidas num contexto campaniforme, provou-se que teriam sido fabricadas com ouro nativo de elevada pureza, característico da metalurgia primitiva do ouro na Península Ibérica (Soares et al., 2012). Num estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja) foi identificado e estudado um cadinho associado à metalurgia do ouro, atestando, pela primeira vez, a metalurgia do ouro com vestígios de produção em povoados do Bronze Final do Sudoeste (Valério et al., 2013).

Contudo, o estudo mais relevante e que se encontra omissa no artigo é o decorrente do achado de um pequeno tesouro constituído por sete botões em ouro, atribuíveis à Idade do Ferro Antigo, durante a intervenção arqueológica de campo, no Castro dos Ratinhos, em 2006. No estudo publicado na monografia sobre este

sítio arqueológico demonstrava-se que os botões eram constituídos por ligas de ouro de composição muito similar e com teores em prata e cobre enquadráveis na metalurgia proto-histórica do Sudoeste da Península Ibérica (Valério et al., 2010). Dada a importância deste achado e a existência de outras coleções coevas de botões muito semelhantes tipologicamente (botões de Fortios e do Outeiro da Cabeça), foi posteriormente realizado um estudo integrado destes três conjuntos, tendo os resultados indicado uma clara semelhança composicional não só entre os vários componentes dos botões, mas também entre os vários conjuntos. Foi, ainda, possível fazer a identificação da técnica de soldadura utilizada – a difusão no estado sólido – além de que este estudo indicou a existência de uma única oficina responsável pela manufatura de todas estas joias (Soares et al., 2010). Penso que no caso das observações que o autor registou sobre o tesouro do Outeiro da Cabeça e os processos de manufatura utilizados poderia ser deveras interessante o cruzamento dos dados macroscópicos/tipológicos com os já publicados e que incluem resultados de análise química e também microestrutural.

Para finalizar, gostaria de referir que estou inteiramente de acordo com a opinião do autor: «A ourivesaria arcaica é um dos temas mais fascinantes da arqueologia peninsular e a sua investigação é um tema de primeira água para o exercício das nossas melhores capacidades.» O estabelecimento de um programa de investigação verdadeiramente transdisciplinar que abarque as várias vertentes de especialização de forma a «compreendermos» a nossa ourivesaria arcaica, seria um tema deveras fascinante e que, acredito, aliciaria investigadores de grande mérito e com acesso a infraestruturas altamente especializadas. Sem dúvida que um artigo como este constitui um marco importante para a criação de um programa deste tipo para o qual, muitos de nós, teríamos o maior empenho em poder contribuir.

CONTRALUZ. DA OURIVESARIA ARCAICA, SUAS PROBLEMÁTICAS E PERSPETIVAS DE ESTUDO NA LEITURA DE VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA.

Comentário de Raquel Vilaça*

O estudo e compreensão do ouro arcaico constitui um dos maiores desafios que se coloca aos investigadores, seja pela exigência a nível de uma sólida e especializada base de conhecimentos, seja pelos condicionalismos inerentes às condições de resgate da esmagadora maioria das peças, quase sempre parcas de informações, mas ricas e vulneráveis a efabulações.

Por isso, o desenvolvido e competente texto que Virgílio Hipólito Correia

* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e-mail: rvilaca@fl.uc.pt

escreveu e o brevíssimo comentário que lhe dedico, não sendo eu especialista sobre a matéria, só podem situar-se nos antípodas. O primeiro corresponderá, no futuro, a marco de referência para quaisquer estudos sobre o tema. O segundo deve ser encarado como mero apontamento onde poderão ser colhidos, se assim for entendido pelo autor, alguns tópicos (que não são explorados ou discutidos) para futuro projeto que possa vir a desenvolver e que o próprio título do artigo, de certa forma, não descarta. Com efeito, a trilogia subjacente ao subtítulo (estado da questão, problemáticas arqueológicas e perspectivas de desenvolvimento do campo de estudo) indica que há caminho traçado e a seguir — metaforicamente evocado nos versos de Cesariny que o autor escolheu para o final do texto —, cujo rumo me parece, também, genericamente adequado.

A opção por uma abordagem da ourivesaria na longa diacronia, desde os seus primórdios ao período romano, i.e., III milénio a.C. ao século VI d.C., é a primeira e fundamental nota positiva que sublinho, pois as especificidades inerentes a determinadas épocas, espaços, conjuntos, ou contextos e que, por isso mesmo, não podem dispensar estudos particularizados, têm igualmente de ser vistas nesse olhar abrangente de continuidade, tão importante, aliás, no campo das técnicas, tecnologias, transformações formais, funcionalidades, etc.

Como o autor refere, e reconhece, esta perspectiva é a mesma que encontramos no oportuno livro recentemente editado pelos CTT e de que VHC também é coautor (V. H. Correia, R. Parreira e A. C. F. Silva, 2013), onde não foi possível, nem seria entendível se o tivesse sido, aprofundar as questões agora discutidas. Naturalmente que esta perspectiva beneficiou da formação de amplo espectro que o percurso profissional e científico do autor testemunha, correspondendo igualmente a um dos objetivos elencados, e concretizado, no presente estudo.

Chama-se também a atenção para a importância do desenvolvimento da investigação no âmbito dos contributos que a Química e a Física podem prestar, concretamente na ajuda a perguntas formuladas pelos arqueólogos e cujas respostas passam por essas áreas científicas. É indiscutível a imprescindibilidade desta linha de pesquisa que faz ponte com as ciências dos materiais, aliás bem vincada na última parte do trabalho como uma das pistas a desenvolver no futuro e que tão bons resultados tem prestado nas últimas décadas, embora, entre nós, sobretudo aplicada a artefactos de cobre e de ligas de cobre. Quanto aos de ouro, muito há ainda por fazer e até, talvez, a dupla condição do nosso colega, simultaneamente investigador e diretor de um museu, possa ajudar a sensibilizar, no geral, os seus pares para uma maior abertura nesse campo.

Mas a interdisciplinaridade proporcionada por esse diálogo é, porém, manifestamente insuficiente, tornando-se fundamental convocar outros olhares, outras fontes, outras metodologias, conforme tem vindo a sublinhar em múltiplos trabalhos Barbara Armbruster (por ex.: B. Armbruster, 2011), uma grande

investigadora do ouro arcaico. Não posso, assim, deixar de subscrever e de trazer a esta circunstância a sua perspetiva metodológica inovadora, onde se cruzam múltiplos focos de conhecimento pluridisciplinares e interdisciplinares, práticos, teóricos e analíticos, desde os especificamente arqueológicos aos arqueométricos (análises de composição elementar, microscópio eletrónico de varrimento, radiografias, metalografias, etc.)¹, incluindo a análise da microtopografia da superfície das peças, à tecnologia, arqueologia experimental, etnoarqueologia, iconografia, analogia, bem assim como às fontes escritas e, evidentemente, convocando também modelos sociais interpretativos, nomeadamente da antropologia social, que uma outra grande investigadora destas matérias, Alicia Perea (por ex.: A. Perea, 2005), tem igualmente explorado.

A cativante e fundamental investigação da ourivesaria arcaica, quer do sujeito (peça ou conjunto de peças nas suas múltiplas dimensões), quer da sua circunstância no respetivo contexto social, quer ainda da sua própria historicidade, não pode ignorar um outro problema, particularmente sensível neste tipo de achados, e que o ponto 2 do texto em análise não deixa de refletir.

De facto, e de um certo ponto de vista, a questão da ourivesaria (formas, tecnologias, funcionalidade, usos, estilos, simbolismos e cronologias) começa a montante e vai para jusante dela mesma ou, dito por outras palavras onde posso encontrar algum sentido próximo, «o problema dos achados de ourivesaria é diretamente condicionado pelo perene valor do metal» (p. 19). Esta aparentemente simples mas lúcida constatação de VHC adverte-nos para a impossibilidade de controlo rigoroso do nosso próprio objeto de estudo, o qual, ao longo dos últimos 5000 anos, desde que o trabalho do ouro se desenvolveu no Ocidente peninsular, passou pelas mais diversas vicissitudes — de destruição, mutilação (neste caso flagrante nos braceletes de tipo Villena-Estremoz, quase todos cortados como bem notou A. Perea), transformação, transladação, descaminho, roubo, etc. — desde as mãos dos nossos antepassados às dos negociantes, alguns sem escrúpulos, hodiernos. Numa breve e não exaustiva pesquisa bibliográfica e recorrendo, inclusive, à literatura, como nos conta Aquilino Ribeiro (Aldeia) sobre o argolão aparecido em Tendais e fundido no Porto², foi fácil elencar quase quarenta situações de peças destruídas/desaparecidas/roubadas.

Por isso, dificilmente podemos avaliar o significado da raridade/quantidade de peças, a não ser por «amostragem», como se refere. Não obstante, VHC não se demite de tecer um conjunto de interessantes considerações, desde a obten-

¹ Destaque-se o livro de A. Perea; O. García Vuelta; Fernández Freire (2010) - *El Proyecto AUI. Estudio arqueométrico de la producción de oro en la Península Ibérica*, Madrid: CSIC. (Bibliotheca Praehistorica Hispana; XXVII).

² Veja-se R. Vilaça (2011) - *Para além do brilho do metal (produções e contextos). Contributos ao projecto AuCorre*. Comunicação apresentada nas Jornadas Conservação e técnicas de análise para o estudo e salvaguarda do património metálico, Museu Nacional de Arqueologia.

ção da matéria-prima, passando pelo que designa como «cadeia trófica do ouro», à biografia (peças ora depositadas enquanto novas, ora usadas e desgastadas) e sobrevivência dos objetos.

A par deste insolúvel problema coloca-se (e é colocado) um outro, i.e, o da análise dos contextos. É bem verdade que os achados ocasionais, onde quase sempre se inscrevem as peças de ouro, e a recorrente recusa da prestação de informações precisas, mesmo quando conhecidas, bem assim como a circunstância de também lidarmos neste campo com «deposições abertas», quer dizer temporárias e passíveis de recuperação (total ou parcial), de adição de outros itens, ou de transladação, limitam, e muito, uma rigorosa e controlada construção de conhecimento, sobretudo a nível da contextualização (entendendo-se ainda aqui a mera localização) que é «maioritariamente sempre suposta e não verificável» (p. 21).

É certo que aí «[não] reside o futuro da investigação» (p. 21-22) mas seria necessário acrescentar, em minha opinião, que também passa (ou pode passar) por aí, mesmo de forma titubeante, e nem sempre de modo «pouco frutuoso» (p. 22). Diga-se, a este propósito, da recente identificação do local de achado do tesouro conhecido como de Fortios (Portalegre)³.

E, do mesmo modo, se não recuso que «[é na morfotipologia e no estudo estilístico] que reside o futuro dos estudos da ourivesaria arcaica» (p. 22), acrescentaria que é sem dúvida um grande começo, diria até o começo, mas com um fim à vista demasiado breve e, porventura, limitado. A importância do fator tecnológico como variável imprescindível, diria geminada, na avaliação dos estudos de natureza morfoestilística é de importância maior como bem demonstram os trabalhos de A. Perea e de B. Armbruster. Por outro lado, a perspectiva holística que preconizo como mais correta para o assunto cria-me algum embaraço na determinação da «chave» que desencadeará o futuro dos estudos.

Também não sei se nesse futuro encontraremos grandes respostas (ou pistas seguras, no mínimo) para a fulcral questão dos ourives, que VHC designa como «demiurgos» do ouro. Na verdade, são muitas as questões, algumas elencadas, que perpassam pela figura e estatuto social dos artesãos do metal, suas condições de trabalho, organização das forças produtivas e das relações sociais de produção, assunto que merece igualmente mais profunda atenção (R. Vilaça, 1998).

Claro que neste aspeto é fundamental introduzir a variável tempo porque a situação no Calcolítico ou Bronze Antigo é substancialmente distinta da que encontramos nas últimas etapas da Idade do Ferro e época romana. E também a este propósito seria interessante desenvolver discussão mais consubstanciada sobre diversos conceitos nem sempre devidamente definidos e que proliferam na

³ Em estudo pela autora.

bibliografia especializada: «centros metalúrgicos», «centros de produção», «domínio tecnológico», «ateliês», «escolas», «oficinas», «círculo oficial», etc. Até que ponto alguns poderão ser entendidos como sinónimos e que critérios devemos adotar para distinguir uns de outros?

Por outro lado, é igualmente necessário não esquecer a problemática de identidade dos artesãos do metal, nomeadamente de bronzistas e de ourives. É verdade que a pertinente argumentação que as colegas antes referidas têm desenvolvido a respeito do assunto permite-lhes defender que bronzistas e ourives seriam pessoas distintas trabalhando de forma independente e sem transferência de conhecimento técnico entre elas (por ex.: B. Armbruster e A. Perea, 2007).

Todavia, a evidência arqueológica também revela que os mesmos contextos podem oferecer, simultaneamente, vestígios do trabalho do bronze e do ouro, aproximando (ou fazendo coincidir?) os seus contextos de produção até porque quase todos os mesmos instrumentos serviam a ambos. A metalurgia do bronze e do ouro produzia-se em *habitats* onde se encontram associados diversos (ainda que em quantidade diminuta para a produção de metal conhecida) instrumentos de trabalho e meios de produção. Esta linha de pesquisa, que não é específica da ourivesaria mas que a valoriza de sobremaneira, sobretudo no que respeita o conhecimento dos seus processos produtivos, merece maior ênfase no futuro. A tónica diacrónica subjacente no contributo de VHC abre portas a este propósito. É, pois, necessário continuar a escavar, uma vez que o estudo da ourivesaria também se faz (ou pode fazer) sem objetos de ouro.

Recordemos, por exemplo, Monte Airoso (Penedono), com material semi-elaborado mas também com resultado da produção (conta de colar, inédita); Baiões, (S. Pedro do Sul), com a conhecida e inigualável produção do bronze mas onde também estão presentes elementos de controlo (pedra de toque) e de medição (ponderais); Moreirinha (Idanha-a-Nova) e Outeiro do Circo (Beja), estes dois últimos povoados com cadinhos cujas análises revelaram a fundição do ouro, tal como no caso da Quinta do Marcelo (Almada). Mas além dos contextos de produção, os circuitos de uso e de deposição, é certo, tendencialmente apartados, nem sempre se excluem, ilustrando esta situação casos que VHC elenca, como o diadema (ouro) e espada (cobre arsenical) da Quinta da Água Branca, ou a faixa áurea e as pontas tipo Palmela (cobre) de Villaverde del Río (Sevilha).

O autor desenvolve nos seus pontos 4 e 5 múltiplas e pertinentes observações sobre algumas das características dos objetos de adorno desde os seus primórdios ao «complexo padrão romano». Entre elas, poderei sublinhar apenas algumas: a perspetiva de olhar o objeto em função do uso de uma ou de mais do que uma pepita de ouro quando o peso assim o sugere; a absoluta justiça de recordar o contributo de Jacques Briard no estudo da ourivesaria e do papel das relações atlânticas (desde o Bronze Antigo/Médio), aliás já presente na sua tese de douto-

ramento (J. Briard, 1966); a questão do uso (desde quando?) do método da cera perdida (precocemente utilizada no ouro em relação ao bronze); as produções de braceletes fusiformes em bronze (de Baiões e muitas outras mais) similares aos da tradição Sagrajas-Berzocana, o que coloca o interessantíssimo problema dos mesmos tipos fabricados em matérias-primas distintas; a incontornável questão do hibridismo na combinação de peças/fragmentos de peças e de novas técnicas em tipos tradicionais que marcou a passagem do Final do Bronze para os Inícios do Ferro; a hipótese (a propósito dos braceletes de Carambolo) de ter havido importações de objetos peninsulares para a área circum-alpina; a coincidência, a partir de inícios da Idade do Ferro, de uma mais intensa exploração do ouro (a primeira mineração digna desse nome, em palavras do autor) ao mesmo tempo que se reduz a sua quantidade no fabrico de peças com recurso ao «trio mediterrâneo» (filigrana, granulado, soldadura), conforme A. Perea e B. Armbruster o designaram; a sugestiva interpretação do autor sobre o «mostruário» de Baião onde o protagonista não é o artífice ou o cliente mas o comerciante; a perda do estatuto milenar da ourivesaria como elemento de *status* social e a sua transfiguração em arte decorativa (mas até que ponto somente decorativa?) quando se pressentem, e sentem, as movimentações militares romanas.

Mais discutível, parece-me, e ainda que reconheça razão aos motivos do autor (maior peso da peça de Portel), é a adoção da expressão «Sagrajas-Portel» em substituição da consagrada «Sagrajas-Berzocaña» registada por Almagro Gorbea, para um dos principais âmbitos tecnológicos de finais da Idade do Bronze⁴. Por opção, considero pouco desejável, mesmo havendo argumentos para o fazer, alterar expressões consagradas na bibliografia arqueológica e por isso imediatamente apreendidas por qualquer um. Por exemplo, a insignificância numérica, formal e até estilística das cerâmicas de «tipo Lapa do Fumo» da estação epónima, quando comparadas com as de outras estações hoje conhecidas (por exemplo no Alentejo), não justificaria, quanto a mim, que se deixasse «cair» sob pena de proporcionar «ruído» em vez de clareza no discurso. Ainda bem que ninguém se lembrou ainda de o fazer.

A parte final do texto centra-se nas questões a desenvolver sobre a ourivesaria arcaica portuguesa isolando-a, assim, da ourivesaria do Ocidente peninsular, que tinha vindo a ser analisada por VHC. Retenho-me nas duas primeiras questões.

Não posso estar mais de acordo com VHC quando elege como primeira questão a procura do contexto num quadro de Arqueologia da paisagem, malgrado todos os condicionantes conhecidos e já mencionados. E se parece certo

⁴ E ainda que a peça de Portel corresponda, muito possivelmente, a uma muito provável «clássica» deposição de âmbito Sagrajas-Berzocana com colar aparecido, ao que parece, com outras duas peças similares embora de menor dimensão (dois braceletes?) e que foram fundidas.

que algumas ocultações terão sido intencionalmente efetuadas em locais incaracterísticos (sublinharia, hoje, incaracterísticos), muitas outras, sejam amortizações «definitivas», sejam ocultações temporárias a recuperar, inscrevem-se nos preceitos da Arqueologia dos lugares naturais de que tratou Bradley ou articulam-se com os sítios habitados (múltiplos casos), linha de pesquisa de igual justeza à que preconizo para muitas das deposições de cobre e de bronze (R. Vilaça, 2006).

De igual modo, também me associo à pertinência da segunda questão elencada, que o autor designa como Arqueologia do género. Embora reconheça, o que é certo, que este domínio enferma de problemas porque se inscreve em campo de difícil comprovação, é de potencial particularmente interessante porque nos conduz aos protagonistas ainda não mencionados: os consumidores. Quem usa? Homem ou mulher? Jovem, adulto, idoso ou criança? E onde se usa?

Sem dúvida que a iconografia, desde a calcolítica à dos alvares da presença romana, concretamente estelas, estátuas-menir e escultura de grande vulto como a dos «guerreiros galaico-lusitanos» nos dá pistas interessantes a esse respeito, conforme sublinhe ⁵ e que VHC explora de forma desenvolvida no seu texto. E dá-nos também sugestivas informações quanto ao local onde se usariam determinados referentes materiais. A este propósito, não quero deixar de recordar certas peças merecedoras de maior atenção, até pelo seu significado ritual, como são os aros de tipo «nazem» que as terracotas de Ibiza (por ex.: Puig des Molins; cf. M. J. Almagro Gorbea, 1980) ainda exibem e que encontramos, por exemplo, nas necrópoles do Galeado (Vila Nova de Milfontes), de Alcácer do Sal, Alentejo, etc.

Ainda nesta linha de pesquisa está também por valorizar o significado do primeiro motivo figurativo da ourivesaria mais ocidental, precisamente a figurinha feminina do fecho do colar do Álamo (Moura), em estilo e idêntica pose aos das dançarinas das cerâmicas sardas de anterior cronologia (por ex.: de Monte d'Accoddi, Sassari) bem como das que se encontram no mundo tardio de Halls-tatt, que lhe serão posteriores.

A questão do género pode ainda passar pela análise do género dos próprios objetos, matérias-primas e seus contextos, como se verifica no interessante texto de A. Perea: em El Argar o ouro associa-se a sepulturas masculinas, tal como o Sol é identificado com o princípio masculino (e a Lua com o feminino) entre a sociedade muisca do alto planalto central da Colômbia (cf. A. Perea, 2012).

É, de facto, fascinante, mas muito exigente, o campo de estudo da ourivesaria arcaica. É longa a sua história desde as primevas e sóbrias produções laminares nascidas de uma pepita de ouro à sofisticada, mesmo barroca, nas suas múltiplas dimensões (nível tecnológico, técnicas decorativas e simbologia narrativa) da

⁵ Ver nota 5.

fíbula do guerreiro de Bragança, por exemplo (cf. A. Perea, ed., 2011).

O ouro, símbolo da eternidade porque não se altera, é também o mais «fugidio» dos testemunhos arqueológicos porque, reciclável e alvo da cobiça dos homens de todos os tempos, inscreve-se em processos de perdurabilidade muitíssimo variáveis que fogem ao controlo dos arqueólogos.

O ouro, conotado com o sol porque brilha, nem sempre traz a luz que a Arqueologia como ciência persegue. Da contraluz em que nos movemos, o texto de VHC ajuda a iluminar certas faces mais sombrias e é candeia a não perder de vista.

Resposta aos comentários à *Ourivesaria Arcaica*

Os comentários que quatro tão distintas investigadoras da temática em causa fizeram ao corpo do artigo que me coube escrever (sendo fácil imaginar permutações dos papéis entre os vários figurantes, sem diminuição do mérito global do conjunto, ou até com o seu acrescento) são de enorme relevância, entre outras razões pelo suplemento de informação e pelas perspectivas de análise que adicionam, de que o meu texto carecia e o que é justamente apontado. Estão claramente no grupo destas carências, a investigação dos conjuntos de botões que Fátima Araújo menciona, que deve fazer parte da abordagem verdadeiramente interdisciplinar que Raquel Vilaça encontra em falta, remetendo essa abordagem precisamente para os trabalhos de Barbara Armbruster, extensamente citados no comentário desta. Só posso alegar, como desculpa claudicante, que tratei o assunto desde uma perspectiva pessoal, tão informada quanto possível, mas necessariamente incapaz de tocar todos os recantos dos problemas da mesma forma (ou de «arrumar» todas as peças na seriação, como Ana Arruda observa).

Retrospectivamente, este será o grande mérito do modelo escolhido pel'O *Arqueólogo Português*, e só posso enfatizar que o «marco de referência para quaisquer estudos sobre o tema», referido por Raquel Vilaça, só pode ser entendido como sendo constituído pelo conjunto de texto e comentários, solidariamente, também nos seus acertos e desacertos, no que refletem de diversidade de abordagens possíveis e de leituras plurais de uma realidade variegada.

Estará no domínio desta pluralidade alguma incerteza quanto à designação e conceptualização daquilo que se chama, por vezes confusamente como aponta Raquel Vilaça, de centros metalúrgicos, oficinas escolas, centros ou círculos oficinais, etc., etc. Para esta questão os comentários de Raquel Vilaça e Ana Arruda aduzem importantes informações (nalguns casos inéditas) sobre achados de materiais e peças diretamente ligados à produção, que completam o quadro geral da problemática das oficinas traçada por Barbara Armbruster. É obviamente uma

das linhas com maior potencial na investigação de toda esta matéria e não se pode ter uma visão mais límpida do que a de Raquel Vilaça: o estudo da ourivesaria também se faz sem ouro – há que escavar.

Também diversa e plural daquela que eu tracei, é a «narrativa» que Barbara Armbruster constrói sobre a evolução da ourivesaria das Idades do Bronze e do Ferro; e no entanto, não me sinto capaz de fazer, nem neste nem noutro momento, um inventário pormenorizado dos pontos de divergência e polémica, pois na verdade encontro tão só diferenças de ênfase em certas peças e aspetos concretos da sua análise. Está neste caso o bracelete de Cantonha: pessoalmente continuo inconvenido pela proposta de Barbara Armbruster de que o sector central do bracelete produzido em técnica de cera perdida é um bracelete autónomo, num momento anterior utilizado enquanto tal, e que é reutilizado, soldado a dois braceletes fusiformes decorados (que teriam tido também existência autónoma prévia?); segundo esta proposta o bracelete de Cantonha seria uma obra de *bricolage*. Aceito tal proposta para o fecho do colar de Sintra, mas ainda sustento que os três elementos principais do bracelete de Cantonha foram produzidos *ad hoc*, por um mesmo artífice dominando duas técnicas distintas, para a montagem de uma peça que é – se quisermos – um pastiche, mas não produto de *bricolage*. Mas esta discordância não significa que a evolução global das técnicas e da hibridização dos objetos, que Barbara Armbruster pode traçar a partir da sua identificação da técnica de Villena-Estremoz como utilização da cera perdida combinada com a tecnologia do torno aplicada à produção das madres, seja colocada em causa; e é notório que adiro às suas propostas.

São também diferenças de ênfase aquelas que se podem encontrar entre algumas das minhas propostas e as de Ana Arruda, como a propósito da presença fenícia no Ocidente. Ana Arruda assinala muito justamente que a compreensão global das motivações dessa expansão têm vindo a diminuir o papel da pressão assíria e da exigência dos tributos, valorizando a iniciativa mercantil, o que não contesto. Mas parece-me importante matizar, e creio que Ana Arruda concordará comigo, em que sendo múltiplas as regiões de origem dos mercadores (e não estritamente da costa fenícia) e alargado no tempo o espetro em que os mecanismos de contacto, intercâmbio e colonização têm lugar, não se pode descartar completamente a pressão do tributo como motivadora da viagem nalgumas situações.

Parece-me restar apenas um aspeto salientado por dois dos comentários (Ana Arruda e Raquel Vilaça) que merece ainda um pouco mais de reflexão: é o meu texto um ponto de partida para um projeto de investigação?

Não foi pensado enquanto tal, entre outras razões porque tal hipótese não foi levantada com a instituição que é a primordial detentora do acervo respetivo, o Museu Nacional de Arqueologia; porque pessoalmente não posso, com ligeireza, empreender o desenvolvimento de um projeto de investigação complexo e

de grande investimento, dadas as minhas responsabilidades profissionais; e, por último, porque nos dias que correm o financiamento público à investigação científica está reduzido à miserável situação que todos conhecemos.

O inventário das questões que tracei foi pensado no mero domínio da curiosidade intelectual, sem dar lugar a reflexões pragmáticas quanto ao modo concreto de criar as condições para lhes vir a dar resposta. E não sei se esse modo em concreto se pode materializar num projeto de investigação «com tabuleta e porta para a rua», para usar a expressão de Eça, ou se essas questões ficarão a flutuar no limbo da bibliografia, aqui ou ali encontrando ecos de respostas possíveis, obtidas ao acaso dos achados.

Mas a leitura que estas arqueólogas fizeram surpreendeu-me e impressionou-me favoravelmente, talvez precisamente por estar distraído dela (o que militará a favor de não ser eu a pessoa indicada a liderar tal projeto). Faço um voto: se não eu (e talvez não eu) que alguém tenha a capacidade de o fazer, usando do contributo que aqui fica plasmado mas usando sobretudo dessa curiosidade intelectual que está no centro de tudo o que fazemos e que não deixará de trazer sempre mais e melhores contributos ao conhecimento das sociedades passadas.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, A. (1994) – *Coleções do Museu Monográfico de Conímbriga*. 2.ª edição. Lisboa: IPM.

ALARCÃO, A. (1997) – Aspectos da mineração romana no território português. In ALARCÃO, A., coord. – *Portugal romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: MNA. p. 95-105.

ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; ALARCÃO, A.; PONTE, S. (1979) – *Fouilles de Conimbriga, vol. VII, Trouvailles diverses. Conclusions générales*. Paris: De Boccard.

ALMAGRO-GORBEA, M. (1974) – Los tesoros de Sagrajas y Berzocana y los torques macizos del occidente peninsular. In *III Congreso Nacional de Arqueología*. Porto: Junta Nacional de Educação. p. 259-282.

ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el período orientalizante en Extremadura*. Madrid: CSIC. (*Bibliotheca Praehistorica Hispana*; 14).

ALMAGRO GORBEA, M. J. (1980) – *Corpus de las terracotas de Ibiza*. Madrid: CSIC. (*Bibliotheca Praehistorica Hispana*; XVI).

ALMAGRO GORBEA, M. (1989) – Arqueología e Historia: El proceso proto-orientalizante y el inicio de los contactos de Tartessos con el Levante Mediterráneo. In *Homenaje al Prof. Santiago Montero Díaz*. Madrid: Universidad Complutense, p. 277-288. (*Anejos de Gêrion*; II).

ALMAGRO-GORBEA, M.; ALVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; ROVIRA, S., eds. (2000) – *El disco de Teodosio*. Madrid: Real Academia de la Historia. (*Publicaciones del Gabinete de Antigüedades – Estudios*; 5).

ALMEIDA, C. A. B.; RE CAREY, M. A. (1988) – Uma conta em ouro, do forte de Lobelhe, V. N. de Cerveira. In *Actas do Colóquio Manuel de Boaventura*. Esposende: Casa da Cultura; Biblioteca Municipal. p. 199-205.

ALVES, L. C.; ARAÚJO, M. F.; SOARES, A. M. M. (2002) – Estudo de um torques proveniente do noroeste peninsular – aplicação de métodos instrumentais de análise química não destrutivos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 20, p. 115-134.

- AREZES, A. C. M. (2011) – *Elementos de adorno altimedievicos em Portugal*. Corunha: Ed. Toxosoutos. (Série Trivium; 41).
- ARIAS VILAS, F.; BASTOS BERNÁRDEZ, D.; DURÁN FUENTES, M. C.; VARELA ARIAS, E. (2013) – *Museo do Castro de Viladonga*. Lugo: Xunta de Galicia.
- ARMBRUSTER, B. (1993a) – Etnoarqueologia aplicada a la metalurgia del oro: el caso de Europa Atlántica y Africa Occidental. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 50, p. 113-126.
- ARMBRUSTER, B. (1993b) – Instruments rotatifs dans l'orfèverie de l'Age du Bronze de la Péninsule Ibérique. Nouvelles connaissances sur la technique des bracelets du type Villena/Estremoz. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 33: 1-2, p. 265-283. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto 12 – 18.10.1993.
- ARMBRUSTER, B. (1995) – Sur la technologie et typologie du collier de Sintra (Lisbonne) – une œuvre d'orfèverie du Bronze Final Atlantique composée des types Sagrajas-Berzocana et Villena-Estremoz. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 52: 1, p. 157-162.
- ARMBRUSTER, B. M. (2000) – *Goldschmiedekunst und Bronzetechnik. Studien zum Metalhandwerk der Atlantischen Bronzezeit auf der Iberischen Halbinsel*. Montagnac: Ed. Monique Mergoïl. (Monographies Instrumentum; 15).
- ARMBRUSTER, B. (2004) – Le tournage dans l'orfèverie de l'âge du Bronze et du premier Age du Fer en Europe Atlantique. In FEUGÈRE, M.; GÉROLD, J.-C., ed. – *Le tournage des origines à l'an mil. Actes du colloque de Niederbronn, Octobre 2003*. Montagnac: mergoïl. p. 53-70.
- ARMBRUSTER, B. (2005) – Funktionale Analogien als Quellen für die Experimentelle Archäologie – Metalltechniken und Werkstätten aus Westafrika. In FANSA, M., ed. – *Von der Altsteinzeit über «Ötzi» bis zum Mittelalter. Ausgewählte Beiträge zur Experimentellen Archäologie in Europa von 1990-2003. Experimentelle Archäologie in Europa. Sonderband 1*. Oldenburg: [s.n.]. p.197-212.
- ARMBRUSTER, B. (2008) – *L'orfèverie dans le monde atlantique des origines à l'âge du Fer. Une approche technologique*. Dijon: Université de Bourgogne. Habilitation à Diriger des Recherches.
- ARMBRUSTER, B. (2010a) – Der Schatzfund von Arnözela, Distr. Braga, Portugal, und die zylindrischen Goldarmringe der Bronzezeit. In ARMBRÜSTER, T.; HEGEWISCH, M., ed. – *Beiträge zur Vor- und Frühgeschichte der Iberischen Halbinsel und Mitteleuropas. On Pre and Earlier History of Iberia and Central Europe. Studien in honorem Philine Kalb*. p. 131-150 (Studien zur Archäologie Europas; 11).
- ARMBRUSTER, B. (2010b) – Lithic technology for Bronze Age metal working. In ERIKSEN, B., ed. – *Lithic technology in metal using societies. Proceedings of a UISPP Workshop, Lisbon, September 2006*. Aarhus: [s.n.]. p. 9-22.
- ARMBRUSTER, B. (2011) – Approaches to metal work – The role of technology in tradition, innovation and cultural change. In MOORE, T.; ARMADA PITA, X.-L.; ed. – *Atlantic Europe in the First Millennium BC: Crossing the divide*. Oxford: Oxford University Press. p. 417-438.
- ARMBRUSTER, B. (2012) – Arqueometalurgia na Europa Atlântica. O ouro antes do ferro. In MARTINS, C. M. B.; BETTENCOURT, A. J.; MARTINS, I.; CARVALHO, J., ed. – *Povoamento e exploração de recursos mineiros na Europa atlântica ocidental*. Braga: CITEC; APEQ. p. 313-335.
- ARMBRUSTER, B. (2013a) – Gold and gold working. In HARDING, A.; FOKKENS, H., ed. – *Handbook of the European Bronze Age*. Oxford: [s.n.]. p. 450-464.
- ARMBRUSTER, B. (2013b) – Les techniques de l'orfèverie orientalisante – Un cas de transfert technologique au début de l'âge du Fer. In CALLEGARIN, L.; GORGUES, A., ed. – *Les transferts de technologie au premier millénaire av. J.-C. dans le sud-ouest de l'Europe*. Madrid: Mélanges de la Casa de Velázquez. p. 65-83 (Dossier des Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle série; 43:1).
- ARMBRUSTER, B.; COMENDADOR REY, B.; PEREA, A.; PERNOT, M. (2003) – Tools and tool marks. Gold and bronze metallurgy in Western Europe during the Bronze and Early Iron Ages. In *Proceedings of the International Conference «Archaeometallurgy in Europe», Milano 24-26 September 2003*. Milano: AIM. Vol. 1, p. 255-265.
- ARMBRUSTER, B.; GUERRA, M. F. (2003) – L'or archéologique, une approche interdisciplinaire. *Techné*. 18, p.57-62.
- ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R., coord. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria. 1.º volume Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: IMC.

- ARMBRUSTER, B.; PEREA, A. (1994) – Tecnología de herramientas rotativas durante el Bronce Final Atlántico. El depósito de Villena. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 51:2, p. 69-87.
- ARMBRUSTER, B.; PEREA, A. (2007) – Change and persistence. The Mediterranean contribution to Atlantic metalwork in Late Bronze Age Iberia. In BURGESS, Ch.; TOPPING, P.; LYNCH, F., eds. – *Beyond Stonehenge. Papers offered to Colin Burgess*. Oxford: Oxbow books, p. 97-106.
- ARNOLD, B. (1995) – «Honorary males» or women of substance: Gender, status and power in Iron Age Europe. *Journal of European Archaeology*. Londres. 3:2, p. 153-168.
- ARTEAGA, O. (2001) – La emergencia de la polis en el mundo púnico occidental. In ALMAGRO-GORBEA, M.; ARTEAGA, O.; BLECH, M.; RUIZ MATA, D.; SCHUBART, H. – *Protohistoria de la Península Ibérica*. Barcelona: Ed. Ariel, p. 217-282.
- ARRUDA, A. M. (2000) – *Los fenicios en Portugal*. Barcelona: Carrera Edició. (*Cuadernos de Arqueología Mediterránea*; 5-6).
- ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo milénio. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4, 23, p. 9-112.
- ARRUDA, A. M. (2014) – A Oeste tudo de novo. Novos dados e outros modelos interpretativos para a orientalização do território português. In *Fenícios e Púnicos por terra e mar*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Vol. 2, p. 513-535. Actas do 6.º Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos.
- ARRUDA, A. M.; FERREIRA, M.; SOUSA, E.; LOURENÇO, P.; LIMA, J.; CARVALHO, A. (no prelo) – Contributos para o conhecimento da Idade do Ferro de Alcácer do Sal: os dados da Rua do Rato.
- ARRUDA, A. M.; BARBOSA, R.; GOMES, E.; SOUSA, E. (no prelo) – A necrópole da Vinha das Calças (Beringel, Beja, Portugal).
- AUBET, M. E. (1987) – *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- AUBET, M. E. (2008) – «Political and economic implications of the new Phoenician chronologies». In SAGONA, C., ed. – *Beyond the homeland. Markers in Phoenician chronology*. Lovaina: Peters. p. 179-191. (*Ancient Near Eastern Studies*; 28).
- BAILEY, D. W. (1994) – The representation of gender: homology or propaganda. *Journal of European Archaeology*. Londres. 2:2, p. 215-228.
- BANDERA ROMERO, M. L. (1989) – *La joyería prerromana en la provincia de Sevilla*. Sevilla: Arte hispalense.
- BARTELHEIM, M. (2007) – *Die Rolle der Metallurgie in vorgeschichtlichen Gesellschaften*. Rahden, Westf.: Marie Leidorf. (*Forschungen zur Archäometrie und Altertumswissenschaft*; 2).
- BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1988) – Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal. In HOZ, J., ed. – *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*. Salamanca: Ediciones Universidad. p. 465-499.
- BEIRÃO, C. M.; SILVA, C. T.; SOARES, J.; GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1985) – Depósito votivo da Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 3, p. 45-135.
- BENDALA, M. (2000) – *Tartessos, iberos y celtas*. Madrid: Temas de hoy.
- BERROCAL RANGEL, L.; SILVA, A. C. (2009) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem de Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (Suplemento a *O Arqueólogo Português*; 5).
- BETTENCOURT, A. M. S. (2010) – La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: un análisis a partir de las prácticas funerárias. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 67:1, p. 139-173.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2011) – Estruturas e práticas funerárias do Bronze Inicial e Médio do Noroeste Peninsular. In BUENO, P.; GILMAN, A.; MARTÍN MORALES, C.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J., eds. – *Arqueología, Sociedad, Territorio y Paisaje. Volumen de homenaje a María Dolores Fernández Posse*. Madrid: CSIC. p. 115-138. (*Bibliotheca Praehistorica Hispana*; XXVIII).
- BLANCO FREIJEIRO, A.; ROTHENBERG, B. (1981) – *Exploracion Arqueometalurgica de Huelva*. Barcelona: Río Tinto Minera; Labor.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1957) – Orígen y relaciones de la orfebrería castreña. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela. 12:36, p. 5-28; 12:37, p. 137-157; 12:38, p. 267-301.

- BLANCO, A.; LUZON, J. M.; RUIZ, D. (1970) – *Excavaciones arqueológicas en el Cerro Salomon*. Sevilha: Publicaciones de la Universidad. (*Anales de la Universidad Hispalense*, s. *Filosofia y Letras*; n.º 4).
- BOARDMANN, J. (1980) – *The greeks overseas*. 2.ª ed. Londres: Thames & Hudson.
- BOTELHO, H. (1910) – *Archeologia de Trás-os-Montes. O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, 15, p. 83-86.
- BRANDHERM, D. (2000) – Yunques, martillos y lo demás – herramientas líticas en la producción metalúrgica de las edades del cobre y del bronce. In JORGE, V. O. – *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. UTAD, Vila Real, Portugal, Setembro de 1999. Pré-História recente da Península Ibérica*. Porto: ADECAP. Vol. 4, p. 243-249.
- BRANDHERM, D. (2002) – Zur kultur der älteren Bronzezeit im Nordwesten der Iberischen Halbinsel und ihren atlantischen Beziehungen. *Madriider Mitteilungen*. Mainz am Rhein. 43, p. 22-60.
- BRIARD, J. (1966) – *Les Dépôts bretons et l'Âge du Bronze Atlantique*. Rennes: Université de Rennes.
- BRIARD, J. (1998) – Flux et reflux du Bronze Atlantique vus d'Armorique. Le Bronze Ancien. In JORGE, S. O., ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA. p. 114-123 (*Trabalhos de Arqueologia*; 10).
- BURGESS, Ch. G. (2007) – Introduction. In BURGESS, Ch.; TOPPING, P.; LYNCH, F., eds. – *Beyond Stonehenge. Papers offered to Colin Burgess*. Oxford: Oxbow books. p. xvi.
- CAHILL, M. (2002) – Before the celts. Treasures in gold and bronze. In WALLACE, P. F.; O'FLOINN R., ed. – *Treasures of the National Museum of Ireland*. Dublin: Irish Antiquities. p. 86-124.
- CALADO, M. (2001) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana. Um estudo de pré-história regional*. Lisboa: IPA. (*Trabalhos de Arqueologia*; 19).
- CARDOSO, J. L. (2001) – A ocupação dos territórios e a exploração dos recursos na península de Setúbal, do Paleolítico ao Bronze Final. In *Arqueologia e história regional da península de Setúbal*. Lisboa: Universidade Aberta. (*Discursos*; n.º especial).
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV Milénio A.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras: Câmara Municipal. (Estudos Arqueológicos de Oeiras; 12).
- CARDOSO, J. L. (2011) – «A estela antropomórfica de Monte dos Zebros (Idanha-a-Nova): seu enquadramento nas estelas peninsulares com diademas e 'colares'». In VILAÇA, R., coord. – *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história*. Sabugal: Câmara Municipal. p. 89-116. Atas das IV Jornadas Raianas.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., eds. – *Transformação e mudança do Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal; UNIARQ. p. 65-96 (*Colecção Cascais Tempos Antigos*; 2).
- CARDOZO, M. (1942) – Una pieza notable de la orfebrería primitiva. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 15:47, p. 89-100.
- CARRILHO, F. (2008) – *A lei das XII tábuas*. Coimbra: Almedina.
- CARVALHO, P. C. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*. Fundão: Câmara Municipal; Coimbra: Instituto de Arqueologia. (*Anexos de Conímbriga*; 4).
- CASAL GARCÍA, R. (1999) – La joyería. In *Hispania. El legado de Roma*. Mérida: MNAR. p. 377-384.
- CELESTINO PÉREZ, S., ed. (1999) – *El yacimiento proto-histórico de Pajares. Villanueva de la Vera. Cáceres. 1 Las necrópolis y el tesoro áureo*. Mérida: Junta de Extremadura. (*Memorias de Arqueologia Extremeña*; 3).
- CELESTINO PÉREZ, S.; BLANCO FERNÁNDEZ, J. L. (2006) – *La joyería en los orígenes de Extremadura: el espejo de los dioses*. Mérida: Instituto de Arqueologia. (*Ataecina*; 1).
- CENTENO, R. M. S. (1987) – *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática.
- CHAPMAN, R. [et al.] (2006) – Microchemical characterisation of natural gold and artefact gold as a tool for provenancing prehistoric gold arte-

- facts: a case study in Ireland. *Applied Geochemistry*. 21:6, p. 904-918.
- COLES, J. M. (1973) – *Experimental Archaeology*. London; New York: [s. n.].
- COOMBS, D. (1998) – «Hello sailor.» Some reflections on the Atlantic Bronze Age. In JORGE, S. O., ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA. p. 150-156 (*Trabalhos de Arqueologia*; 10).
- CORREIA, V. H. (1990) – A expansão orientalizante na fachada atlântica da Península. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia*. Porto. 30, p. 177-185.
- CORREIA, V. H. (1993) – A ocultação de joias na proto-história alentejana. *Lucerna*. Porto. 2.^a s., 3, p. 105-122. *Actas do VI Colóquio Portuense de Arqueologia*.
- CORREIA, V. H. (1995) – A transição entre o período orientalizante e a Idade do Ferro na Betúria Occidental (Portugal). In VELAZQUEZ, A.; ENRIQUEZ, J. J., eds. – *Celtas y turdulos: la Betúria*. Merida: MNAR. p. 127-150 (*Cuadernos Emeritenses*; 9).
- CORREIA, V. H. (2000) – Modelos de interpretação e arqueologia proto-histórica. In JORGE, V. O., coord. – *Proto-História da Península Ibérica*. Porto: ADECAP. p. 413-428 (*Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*; V).
- CORREIA, V. H. (2005) – A presença orientalizante a norte do Tejo e a ourivesaria arcaica do território português. In CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, J., eds. – *El período orientalizante*. Mérida: IAM. Vol. II, p. 1215-1224. (*Anejos de AEspA*; 35).
- CORREIA, V. H. (2006) – Peitoral de ouro proveniente de Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 24, p. 321-337.
- CORREIA, V. H. (2007) – The Iron Age transition in the goldwork of Western Iberia. In BURGESS, Ch.; TOPPING, P.; LYNCH, F., eds. – *Beyond Stonehenge. Papers offered to Colin Burgess*. Oxford: Oxbow books. p. 90-96.
- CORREIA, V. H. (2009) – Ein goldenes pektoral aus Castro Marim. *Madrider Mitteilungen*. Mainz am Rhein. 50, p. 72-79.
- CORREIA, V. H.; ALVES, L.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2007) – Um par de brincos romanos: estudo estilístico e aplicação de métodos de análise química não invasiva. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 25, p. 217-228.
- CORREIA, V. H.; PARREIRA, R. (2002) – *Cola. Circuito arqueológico*. Lisboa: IPPAR. (Roteiros da Arqueologia Portuguesa; 8).
- CORREIA, V. H.; PARREIRA, R.; SILVA, A. C. F. (2013) – *Ourivesaria Arcaica em Portugal. O brilho do poder*. Lisboa: CIT.
- COSTA, J. M. (1966) – O tesouro fenício ou cartaginês do Gaio (Sines). *Ethnos*. Lisboa. 5, p. 529-538.
- COSTA, J. M. (1973) – O tesouro púnico-tartéssico do Gaio (Sines). Novos achados. In *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 2, p. 97-120.
- CULLICAN, W. (1966) – *The first merchant venturers. The ancient Levant in history and commerce*. Londres: Thames & Hudson.
- CUNLIFFE, B. (1997) – *The ancient Celts*. Oxford: University Press.
- DAVISON, J. M. (1968) – *Attic geometric workshops*. 2.^a ed. Roma: L'Erma de Bretschneider.
- DEPPERT-LIPPITZ, B. (1985) – Römischer Goldschmuck. Stand der Forschung. In *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin: W. de Gruyter Verlag. II, 12.3, p. 117-126.
- DOBAT, A. S. (2013) – Between rescue and research: an evaluation after 30 years of liberal metal detecting in archaeological research and heritage practice in Denmark. *European Journal of Archaeology*. Londres. 16:4, p. 704-725.
- DOMERGUE, C. (1987) – *Catalogue des mines et des fonderies de la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Bocard.
- DOMERGUE, C.; ANDRADE, R. F. (1971) – Sondage 1967 et 1969 à Aljustrel (Portugal). *Conimbriga*. Coimbra. 10, p. 99-116.
- DOMERGUE, C.; HERAIL, G. (1978) – *Mines d'or romaines d'Espagne. Le district de La Valduerna (León). Étude géomorphologique et archéologique*. Toulouse: Publications de l'Université de Toulouse. (*Le Mirail*; Série B, t. IV).

- ELUIÈRE, C. (1982) – Les ors préhistoriques. In *L'Age du Bronze en France*. Paris: S.P.F. Vol. 2.
- ELUIÈRE, C. (1987) – *L'Or des celtes*. Paris: [s. n.].
- ELUIÈRE, C. (1988) – Ofévrerie des Celtes anciens et orfèvreries méditerranéennes. In *Les princes celtes et la Méditerranée*. Paris: La Documentation Française. p. 199-219 (*Rencontres de l'École du Louvre*).
- ENRÍQUEZ, J. J.; RODRÍGUEZ, A. (1985) – *Las piezas de oro de Segura de León y su entorno arqueológico*. [S.l.]: Editora Regional de Extremadura.
- EOGAN, G. (1994) – *The accomplished art. Gold and gold-working in Britain and Ireland during the Bronze Age (c. 2300-650 BC)*. Oxford: University Press. (Oxford Monograph; 42).
- FABIÃO, C. (2004) – O tesouro de prata de Monsanto da Beira, Idanha-a-Nova. In *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior. p. 62-72.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (1983) – Un lote de puntas Palmela en el Museo Arqueológico de Sevilla. *Museos*. Madrid. 2, p. 73-77.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (1996) – Joyas de oro en castros de la Meseta: Ulaca y el Raso de Candeleda (Ávila). *Numantia*. Valladolid. 6, p. 9-30.
- FIGUEIREDO, E.; SILVA, R. J. C.; ARAÚJO, M. F.; SENNA-MARTINEZ, J. C. (2010) – Identification of ancient gilding technology and Late Bronze Age metallurgy by EDXRF, Micro-EDXRF, SEM-EDS and metallographic techniques. *Microchimica Acta*. 168:3-4, p. 283-291.
- FITZPATICK, A. (2009) – In his hands and in his head: The Amesbury Archer as a metalworker. In CLARK, P., ed. – *Bronze Age Connections: Cultural contact in prehistoric Europe*. Oxford: [s.n.]. p. 176-188.
- FORTES, J. (1908) – Ouros protohistóricos da Estella. *Portugalia*. Porto. 2, p. 604-618.
- FOX, R. L. (2008) – *Travelling Heroes. Greeks and their myths in the epic age of Homer*. Londres: Penguin Books.
- GALAN, E. (2011) – Nuevos hallazgos sobre viejas ideas. Una reflexión sobre las representaciones «atípicas» en las estelas del Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica. In VILAÇA, R., coord. – *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história*. Sabugal: Câmara Municipal. p. 271-292. *Actas das IV Jornadas Raianas*.
- GALATIY, M. L.; PARKINSON, W. A., eds. (2007) – *Rethinking Mycenaean Palaces*. 2nd. ed. Los Angeles: Un. California (*Cotsen Institute of Archaeology Monograph*; 60).
- GALE, N. (2001) – Archaeology, science-based archaeology and the Mediterranean Bronze Age metals trade: a contribution to the debate. *European Journal of Archaeology*. Londres. 4:1, p. 113-130.
- GAMITO, T. (1988) – *Social complexity in Southwest Iberia (8th to 3rd cents. b.C.) – Aspects of evolution and interaction*. Oxford: British Archaeological Reports. (*International Series*; 439).
- GARCÍA VUELTA, Ó. (2007) – *Orfebrería castreña*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional.
- GEHRIG, U.; NIEMEYER, H. G., eds. (1990) – *Die Phönizier im zeitalter Homers*. Mainz: Vg Ph. V. Zabern.
- GIBSON, C. (2007) – Timing death and deposition: burials, hoards and Bronze Age chronology in Western Iberia. In BURGESS, Ch.; TOPPING, P.; LYNCH, F., eds. – *Beyond Stonehenge. Papers offered to Colin Burgess*. Oxford: Oxbow books. p. 107-116.
- GOMES, M. V.; BEIRÃO, C. M. (1988) – O tesouro da coleção Barros e Sá de Monsanto da Beira (Castelo Branco). *Veleia*. Vitoria. 5, p. 125-138.
- GONÇALVES, V. S., ed. (2005) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal.
- GONZÁLEZ, P., ed. (2000) – Espacios de género en Arqueología. Teruel, Seminario de Arqueología y Etnología Turolense. *Arqueología Espacial*. Teruel. 22.
- GORGUES, A.; BRYSSBAERT, A.; ARMBRUSTER, B. (2013) – Nobility versus artisans? The multiple identities of elites and «commoners» viewed through the lens of materials and technologies during the European Bronze and the Iron Ages. *The European Archaeologist*. Praga. 40, p. 77-80.
- GOSDEN, C., ed. (2001) – *Archaeology and Aesthetics*. Londres: Routledge (*World Archaeology*; 33:2).

- GOSDEN, C.; MARSHALL, Y. (1999) – The cultural biography of objects. In MARSHALL, Y.; GOSDEN, C., eds. – *The cultural biography of objects*. Londres: Routledge. p. 169-178 (*World Archaeology*; 31:2).
- GUERRA, M. F.; CALLIGARO, T. (2004) – Gold traces to trace the gold. *Journal of Archaeological Science*. 31, p. 1199-1208.
- GUERRA, M. F.; REHREN, T. (2009) – Authentication and analysis of goldwork. *Archeosciences. Revue d'archéométrie*. 33.
- GUERRA, M. F.; TISSOT, I. (2013) – *A ourivesaria pré-histórica do Ocidente peninsular atlântico. Compreender para preservar*. Lisboa: FCT; Paris: CNRS.
- HACKENS, T.; WINKES, R., eds. (1983) – *Gold Jewelry. Craft, style and meaning from Mycenae to Constantinopolis*. Lovaina: ISAHA. (*Aurifex*; 5).
- HALSTEAD, P. (2007) – Toward a model of Mycenaean palatial mobilization. In GALATIY, M. L.; PARKINSON, W. A., eds. – *Rethinking Mycenaean Palaces*. 2nd ed. Los Angeles: Un. California. p.66-73 (*Cotsen Institute of Archaeology Monograph*; 60).
- HARDING, A. (2013) – World systems, cores and peripheries in Prehistoric Europe. *European Journal of Archaeology*. Londres. 16:3, p. 378-400.
- HARTLEY, L. P. (1953) – *The go-between*. Londres: Hamish Hamilton.
- HARTMANN, A. (1982) – *Prähistorische Goldfunde aus Europa II*. Berlin: Gebr. Mann Verlag. (*Studien zu den Anfängen der Metallurgie*; 5).
- HAßMANN, H. [et al.] (2013) – Der bronzezeitliche Goldhort von Gessel, Stadt Syke, Ldkr. Diepholz. Beschreibung der einzelnen Goldobjekte, Beobachtungen zur Herstellungsweise und erste archäologische Einordnung. *Nachrichten aus Niedersachsens Urgeschichte*. 81, p. 145-185.
- HEALY, J. F. (1978) – *Mining and metallurgy in the Greek and Roman world*. Londres: Thames & Hudson.
- HERNANDO, A. (2000) – Hombres del tiempo y mujeres del espacio: Individualidad, poder e identidades de género. In GONZÁLEZ, P., ed. – *Espacios de género en Arqueología*. Teruel: Seminario de Arqueología y Etnología Turolense. p. 23-44 (*Arqueología Espacial*; 22).
- HIGGINS, R. A. (1961) – *Greek and Roman jewelry*. Londres: Methuen & C.º
- JACOBSTHAL, P. (1969) – *Early Celtic art*. 2nd ed. Oxford: Clarendon Press.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. (2006) – *El conjunto orientalizante de Talavera la Vieja (Cáceres)*. Cáceres: Museo; IAM. (Memorias; 5).
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002) – *La torêutica orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: Real Academia de la Historia. (*Biblioteca Archaeologica Hispana*; 16).
- JONES, A. (2001) – Drawn from memory: the archaeology of aesthetics and the aesthetics of archaeology in Early Bronze Age Britain and the present. In GOSDEN, C., ed. – *Archaeology and Aesthetics*. Londres: Routledge. p. 334-356 (*World Archaeology*; 33:2).
- JORGE, S. O. (1988) – Diversidade regional na Idade do Bronze da Península Ibérica. Visibilidade e opacidade do «registro arqueológico». In JORGE, V. O.; JORGE, S. O. – *Arqueologia. Percursos e interrogações*. Porto: ADECAP. p. 151-172.
- JORGE, S. O., ed. (1998) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA. (*Trabalhos de Arqueologia*; 10).
- JORGE, S. O. (1999) – *Domesticar a terra*. Lisboa: Gradiva.
- JORGE, V. O. (1998) – Ideias prévias a uma pré-história do género. In JORGE, V. O.; Jorge, S. O. – *Arqueologia. Percursos e interrogações*. Porto: ADECAP. p. 31-50.
- KALB, P. (1977) – Uma data C-14 para o Bronze Atlântico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. III, 7-9, p. 141-144.
- KALB, P. (1992) – As corcas de ouro do Castro Senhora da Guia, Baiões (concelho de São Pedro do Sul, Portugal). *O Arqueólogo Português*. S. 4, 8-10, p. 259-276.
- KNAPP, A. B. (2000) – Archaeology, science-based archaeology and the Mediterranean Bronze Age metals trade. *European Journal of Archaeology*. Londres. 3:1, p. 31-56.
- KRISTIANSEN, K. (1998) – Sociedade: hierarquização e conflito. Debate. In JORGE, S. O., ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA. p. 246-250. (*Trabalhos de Arqueologia*; 10).

- LÓPEZ CUEVILLAS, F. (1951) – *Las joyas castreñas*. Madrid: CSIC.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1957) – De metalurgia tartéssica: el Bronce Carriazo. *Zephyrus*. Salamanca. 8, p. 157-168.
- MALUQUER DE MOTES, J.; PICAZO, M.; DEL RINCÓN, M. A. (1973) – *La Necrópolis Ibérica de La Bobadilla, Jaén*. Barcelona: Dep. Prehistoria y Arqueología. (Programa de Investigaciones Proto-históricas; 1).
- MARSHALL, F. H. (1962) – *Catalogue of the Jewellery, Greek, Etruscan and Roman in the Departments of Antiquities, British Museum*. 2nd ed. Londres: Trustees of the British Museum.
- MARTIN DE LA CRUZ, J. C. (1988) – Mykenische keramik aus bronzzeitlichen siedlungsschichten von Montoro am Guadalquivir. *Madrider Mitteilungen*. Mainz am Rhein. 29, p. 77-92.
- MARTINS, C. M. B. (2008) – *As influências Mediterrânicas na ourivesaria proto-histórica de Portugal*. Barcelona: EDAR.
- MASVIDAL, C.; PICAZO, M.; CURIA, E. (2000) – Desigualdad política y prácticas de creación y mantenimiento de la vida en la Iberia septentrional. In GONZÁLEZ, P., ed. – *Espacios de género en Arqueología*. Teruel: Seminario de Arqueología y Etnología Turolense. p. 107-122 (*Arqueología Espacial*; 22).
- MATA CARRIAZO, J. (1970) – *El Tesoro y las primeras excavaciones en El Carambolo*. Madrid: MEN. (*Excavaciones Arqueológicas en España*; 68).
- MORENO ARRATTO, F. J. (1999) – Conflictos y perspectivas en el período precolonial tartésico. *Gerión*. Madrid. 17, p. 149-177.
- MORRIS, I. (1994) – Archeologies of Greece. In Morris, I., ed. – *Classical Greece. Ancient histories and modern archeologies*. Cambridge: Un. Press. p. 8-47 (*New Directions in Archaeology*).
- NEEDHAM, S. (2000) – The gold and copper metalwork. In HUGHES, G., ed. – *The Lockington gold hoard. An early Bronze Age barrow cemetery at Lockington, Leicestershire*. Oxford: Oxbow books. p. 23-47.
- NEEDHAM, S. (2007) – Bronze makes a Bronze Age? Considering the systemics of Bronze Age metal use and the implications of selective deposition. In BURGESS, Ch.; TOPPING, P.; LYNCH, F., eds. – *Beyond Stonehenge. Papers offered to Colin Burgess*. Oxford: Oxbow books. p. 278-287.
- NICOLINI, G. (1990) – *Techniques des ors antiques. La bijouterie ibérique du VII au IV Siècle*. Paris: Picard.
- O'BRIEN, W. (2007) – Miners and farmers: local settlement contexts for Bronze Age mining. In BURGESS, Ch.; TOPPING, P.; LYNCH, F., eds. – *Beyond Stonehenge. Papers offered to Colin Burgess*. Oxford: Oxbow books. p. 21-30.
- OGDEN, J. (1982) – *Jewellery of the Ancient World*. London: Trefoil Books.
- OLIVEIRA, C. (2012) – O Bronze Final no Castelo de Castro Marim. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. – *Siderum Ana II*. Mérida: CSIC. p. 345-362. (Anejos de AEspa; 62).
- OLIVEIRA, C. (2013) – O final da Idade do Bronze no Algarve: balanço e resultados da investigação arqueológica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 339-354.
- ORMEROD, H. A. (1997) – *Piracy in the ancient world*. 2nd ed. Baltimore: Johns Hopkins Un. Press.
- EL ORO en la España Prerromana Oro: Orfebrería antigua en Hispania (1989). Madrid: Zugarto Ediciones. (*Monografía de Revista de Arqueología*).
- PAÇO, A. (1965) – Jóias pré-históricas da região de Évora. *Boletim da Junta Distrital de Évora*. 6, p. 159-186.
- PARREIRA, R.; PINTO, C. V. (1980) – *Tesouros da arqueologia portuguesa no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*. Lisboa: IPPC.
- PELLICER CATALÁN, M. (1995) – Balance de 25 años de investigación sobre Tartessos (1968-1993). In *Tartessos 25 años después. 1968-1993. Jerez de la Frontera. Actas del Congreso Conmemorativo del V Symposium Internacional de Prehistoria Peninsular*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento, p. 41-71. (*Biblioteca de Urbanismo y Cultura*; 14).
- PEREA, A. (1990) – Estudio microscopio y microanalítico de las soldaduras y otros procesos técnicos en la orfebrería prehistórica del Sur de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 47, p. 103-160.
- PEREA, A. (1991) – *Orfebrería prerromana: Arqueología del Oro*. Madrid: Caja de Madrid e Comu-

- nidad de Madrid; Consejería de Cultura. Exposición Casa del Monte. Catálogo.
- PEREA, A. (2005a) – Mecanismos identitarios y de construcción de poder en la transición bronce-hierro. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 62:2, p. 91-103.
- PEREA, A. (2005b) – Relaciones tecnológicas y de poder en la producción y consumo de oro durante la transición bronce final-hierro en la fachada atlántica peninsular. In CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ AVILA, J. ed. – *El periodo orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida: CSIC. p. 1077-1088. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 35).
- PEREA, A. (2006) – Estudio del proceso técnico de fabricación y significado de la orfebrería de Talavera la Vieja. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. – *El conjunto orientalizante de Talavera la Vieja (Cáceres)*. Cáceres: Museu. p. 63-88 (*Memorias*; 5).
- PEREA, A., ed. (2011) – *La fíbula de Braganza*. Madrid: [s.n.].
- PEREA, A. (2012) – El género de los objetos. Variaciones sobre orfebrería argárica. In PRADOS TORREIRA, L., ed. – *La Arqueología funeraria desde una perspectiva de género*. Madrid: UA ediciones. p. 79-97.
- PEREA, A.; ARMBRUSTER, B. (1998) – Cambio tecnológico y contacto entre Atlántico y Mediterráneo: el depósito de «El Carambolo», Sevilla. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 55:1, p. 121-138.
- PEREA, A.; ARMBRUSTER, B. (2008) – L'archéologie de l'or en Europe. *Perspectives*. 1, p. 29-48.
- PEREA, A.; ARMBRUSTER, B. (2011) – Tomb 100 at Cabezo Lucero: new light on goldworking in the fourth-century BC Iberia. *Antiquity*. Cambridge. 85, p. 158-171.
- PEREA, A.; ARMBRUSTER, B.; DEMORTIER, G.; MONTERO, I. (2003) – Tecnología atlántica para dioses mediterráneos. Los «candelabros» de oro tipo Lebrija. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid 60:1, p. 99-114.
- PEREA, A.; GARCÍA VUELTA, Ó.; FERNÁNDEZ FREIRE, C. (2010) – *El proyecto Au: estudio arqueométrico de la producción de oro en la Península Ibérica*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. (Bibliotheca Prehistorica Hispana; XXVII).
- PEREA, A.; MONTERO, I.; GARCÍA VUELTA, Ó., ed. (2004) – Tecnología del oro antiguo: Europa y América. In *Ancient gold technology: America and Europe*. Madrid: CSIC. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 32).
- PÉREZ OUTEIRIÑO, B. (1982) – *De ourivesaria castreña, 1. Arracadas*. Ourense: Museo Arqueológico Provincial. (*Boletín Auriense*; Anexo 1).
- PFEILER, B. (1970) – *Römischer Goldschmuck*. Mainz: Vg. P. v. Zabern.
- PINGEL, V. (1986) – Os princípios da metalurgia do ouro em Portugal. In *Actas do Colóquio de Ourivesaria do Norte de Portugal*. Porto: Fundação Eng. António Almeida. p. 49-57.
- PINGEL, V. (1992) – *Die vorgeschichtlichen Goldfunde der Iberischen Halbinsel: eine archäologische Untersuchung zur Auswertung der Spektralanalysen*. Berlin: W. De Gruyter. (*Madriider Forschungen*; 17).
- PLATZ-HORSTER, G. (2002) – *Ancient Gold Jewellery*. Berlin: Vg. Ph. v. Zabern. (Antikensammlung Staatliche Museen zu Berlin).
- POLLARD, J. (2001) – The aesthetics of depositional practice. In GOSDEN, C., ed. – *Archaeology and Aesthetics*. Londres: Routledge. p. 315-333 (*World Archaeology*; 33:2).
- RADDATZ, K. (1969) – *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel*. Berlin: W. De Gruyter. (*Madriider Forschungen*; 5).
- RAMIN, J. (1977) – *La technique minière et métallurgique des anciens*. Bruxelas: Société d'études latines. (*Collection Latomus*; 153).
- RENFREW, Colin (1986) – Introduction: peer polity interaction and socio-political change. In RENFREW, C.; CHERRY, J. F., eds. – *Peer polity interaction and socio-political change*. Cambridge: Un. Press. p. 1-18 (*New Directions in Archaeology*).
- RIEGL, A. (1953) – *Indústria artística Tardoromana*. Firenze: Sansoni.
- ROBERTSON, M.; BEARD, M. (1991) – Adopting an approach. In RASMUSSEN, T.; SPIVEY, N., eds. – *Looking at Greek vases*. Cambridge: Un. Press. p. 1-36.

- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1994) – The bartere bride. Goldwork, inheritance and agriculture in the late prehistory of the Iberian Peninsula. *Journal of European Archaeology*. Londres. 2:1, p. 50-81.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995) – Circulación del metal en el Bronce Final del Suroeste. In *Tartessos 25 años despues. 1968-1993. Jerez de la Frontera. Actas del Congreso Commemorativo del V Symposium Internacional de Prehistoria Peninsular*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento. p. 507-522. (*Biblioteca de Urbanismo y Cultura*; 14).
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) – Peripheral, but not that much...! In JORGE, S. O., ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA. p. 101-113. (*Trabalhos de Arqueologia*; 10).
- RUIZ-GÁLVEZ, M. (2013) – *Con el fenicio en los talones. Los inicios de la Edad del Hierro en la cuenca del Mediterráneo*. Barcelona: Bellaterra.
- SCHLOSSER, S. [et al.] (2009) – Fingerprints in gold. In REINDEL, M.; WAGNER, G. ed. – *New technologies for archaeology: multidisciplinary investigations in Palpa and Nasca, Peru*. Heidelberg: [s.n.]. p. 409-436.
- SCHUBART, H. (1974) – Novos achados sepulcrais do Bronze do Sudoeste II. In *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: AAP. p. 65-95.
- SEVERO, R. (1908a) – O thesouro de Lebução. *Portugália*. Porto. 2, p. 1-14.
- SEVERO, R. (1908b) – As arrecadas d'ouro do Castro de Laundos. *Portugália*. Porto. 2, p. 403-412.
- SHERRATT, A. (1993) – What would a Bronze Age world system look like? Relations between temperate Europe and the Mediterranean in later prehistory. *Journal of European Archaeology*. Londres. 1:2, p. 1-58.
- SILVA, A. C. F. (1990) – Influências orientalizantes na formação da cultura castreja do Noroeste peninsular. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, p. 135-155.
- SILVA, A. C. F. (2007) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª ed. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, A. C. F.; SILVA, Celso T.; LOPES, A. B. (1984) – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). In *Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. p. 73-110 (*Lucerna*; n.º especial).
- SILVA, Carlos T.; SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: SNPRCN. (*Colecção Parques Naturais*; n.º 15).
- SNODGRASS, A. (1994) – Response: the archaeological aspect. In MORRIS, I., ed. – *Classical Greece. Ancient Histories and Modern Archaeologies*. Cambridge: Un. Press. p. 197-200. (*New Directions in Archaeology*).
- SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; ALVES, L. C. (2004) – Análise química não-destrutiva de artefactos em ouro pré e proto-históricos: alguns exemplos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7:2, p. 125-138.
- SOARES, A. M. M.; VALÉRIO, P.; SILVA, R. J. C.; ALVES, L. C.; ARAÚJO, M. F. (2010) – Early Iron Age gold buttons from South-Western Iberian Peninsula. Identification of a gold metallurgical workshop. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 67:2, p. 501-510.
- SOARES, A. M. M.; ALVES, L. C.; FRADE, J. C.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; CANDEIAS, A.; SILVA, R. J. C.; VALERA, A. C. (2012) – *Bell Beaker Gold Foils from Perdigões (Southern Portugal) – Manufacture and Use*. Leuven: Proceedings of the 39th International Symposium for Archaeometry. p. 120-124.
- SOEIRO, M. T. (1982) – Esconderijo de Sequeade (Barcelos). *Arqueologia*. Porto. 5, p. 62-67.
- SOLER GARCÍA, J. M. (1965) – *El Tesoro de Villena*. Madrid: MEN. (*Excavaciones Arqueológicas en España*; 36).
- SORENSEN, M. L. S. (1997) – Reading dress: the construction of social categories and identities in Bronze Age Europe. *Journal of European Archaeology*. Londres. 5:1, p. 92-114.
- SPINDLER, K. (1973) – Découverte d'une boucle de ceinture d'origine ibérique sur la colline du «Magdalensberg» près de Villingen en Forêt Noire. In *Actas das II.ª Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. I, p. 229-243.
- STEAD, I. M.; MEEKS, N. D. (1996) – The Celtic Warrior Fibula. *The Antiquaries Journal*. Londres. 76, p. 11-29.

- STEFANELLI, L. P. B. (1992) – *L'oro dei romani. Gioielli di età imperial*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- STROM, I. (1971) – *Problems concerning the origin and early development of the Etruscan Orientalizing style*. Odense: Un. Press. (*Odense Un. Classical Studies*; 2).
- TAYLOR, J. (1980) – *Bronze Age goldwork of the British Isles*. Cambridge: Univrsity Press.
- THOMAS, S. (2012) – Searching for answers: a survey of metal-detector users in the UK. *International Journal of Heritage Studies*. Londres. 18:1, p. 49-64.
- TREHERNE, P. (1995) – The warrior's beauty: the masculine body and self-identity in Bronze Age Europe. *Journal of European Archaeology*. Londres. 3:1, p. 105-144.
- TUREK, J. (2013) – *19th Annual Meeting of the European Association of Archaeologists. Abstracts*. Pilsen: Un. Boémia Ocidental.
- VALÉRIO, P.; ALVES, L. C.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F. (2010) – Os metais dos Ratinhos. II. Os botões em ouro. In BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, A. C., eds. – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num Povoado Proto-Histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 381-388 (Suplemento a *O Arqueólogo Português*; 6).
- VALÉRIO, P.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M. (2013) – Estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 609-615.
- VASCONCELOS, J. L. (1896) – Xorca de ouro. *O Archeologo Português*. Série 1, vol. 2. p.17-24.
- VIANA, A. (1961) – *Necrópole romano-suévica de Beiral (Ponte de Lima, Viana do Castelo)*. Ponte de Lima: Câmara Municipal.
- VIEGAS, J. R.; PARREIRA, R. (1984) – Der schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer, Portugal). *Madrider Mitteilungen*. Mainz am Rhein. 25, p. 79-91.
- VILAÇA, R. (1998) – Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I milénio a.C. *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 6, p. 347-374.
- VILAÇA, R. (2006a) – Um colar do Bronze Final proveniente do Bolho (Cantanhede, Coimbra). *Conimbriga*. Coimbra. 45, p. 93-104.
- VILAÇA, R. (2006b) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: novos contributos e reavaliação dos dados. *Complutum*. Madrid. 17, p. 81-101.
- VILAÇA, R. (2007) – *Depósitos de bronze do território português. Um debate em aberto*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. (*Anexos de Conimbriga*; 5).
- VILAÇA, R. (2011) – Ponderais do Bronze Final-Ferro Inicial do Ocidente peninsular: novos dados e questões em aberto. In GARCÍA-BELLIDO, M. P.; CALLEGARIN, L.; JIMÉNEZ DÍEZ, A., eds. – *Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10th-1st centuries BC)*. Madrid: CSIC. p. 139-167 (*Anejos de AEspA*; LVIII).
- VILAÇA, R. (2011) – *Para além do brilho do metal (produções e contextos). Contributos ao projecto AuCorre*. Comunicação apresentada nas Jornadas Conservação e técnicas de análise para o estudo e salvaguarda do património metálico, Museu Nacional de Arqueologia.
- VILAÇA, R.; ARMBRUSTER, B. (2012) – O disco de ouro da necrópole da Fonte Velha de Bensafrim. In VILAÇA, R.; PINTO, S., coord. – *Santos Rocha. A arqueologia e a sociedade do seu tempo*. Figueira da Foz: Casino. p. 153-172.
- VILAÇA, R.; LOPES, M. C. (2005) – The treasure of Baleizão, Beja (Alentejo, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. 7, p. 177-184.
- WILLIAMS, D.; OGDEN, J. (1994) – *Greek gold. Jewellery of the classical world*. Londres: British Museum Press.

A indústria lítica do concheiro das Amoreiras (coleção Heleno) e o seu enquadramento cultural no vale do Sado – um caso consonante?

DIANA NUKUSHINA*

RESUMO

O concheiro das Amoreiras (Alcácer do Sal) tem sido integrado nas discussões sobre a Neolitização de Portugal, fruto da sua consideração como um dos concheiros mais recentes do vale do Sado e que o tornava susceptível de conservar testemunhos de interações entre grupos de caçadores-recolectores e os primeiros produtores de alimentos. Estas ilações decorriam sobretudo: da valorização da presença de cerâmica cardial nos seus níveis estratigráficos inferiores, culturalmente enquadrados no Mesolítico; de datas de radiocarbono consideradas avançadas; por fim, de uma indústria lítica sumariamente caracterizada pela abundância de segmentos. A datação do “esqueleto 5” de Amoreiras e a evidência de uma ocupação funerária do início do Mesolítico final permitiu reabrir o debate sobre as atribuições crono-culturais deste sítio. Não obstante, a indústria lítica proveniente das intervenções de Manuel Heleno, decorridas em meados do século XX, encontrava-se conhecida apenas de forma preliminar, constituindo um vazio informativo por preencher. Objectivou-se, assim, uma análise tecnológica e tipológica sistemática da indústria lítica do concheiro das Amoreiras, bem como a discussão do seu enquadramento crono-cultural no complexo de concheiros do vale do Sado.

Palavras-chave: Amoreiras – indústria lítica – Manuel Heleno – concheiros do Sado – Mesolítico-Neolítico

* Mestre em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e-mail: diana_nukushina@hotmail.com

ABSTRACT

The shell midden of Amoreiras (Alcácer do Sal) has been integrated in the discussions about the Neolitization in Portugal, due to its consideration as one of the most recent shell middens of the Sado valley. This situation has turned Amoreiras into a probable place of interactions between Mesolithic hunter-gatherer groups and the first agropastoralist communities. These assumptions emerged largely from the presence of cardial pottery in the lower levels of stratigraphy, culturally attributed to the Mesolithic, some late radiocarbon dates and a lithic industry briefly characterized by a majority of segments. The radiocarbon date obtained from the “skeleton 5” of Amoreiras and the evidence of a funerary occupation in the beginning of the Final Mesolithic opened the debate about the chronological and cultural considerations of this site. Nevertheless, the lithic industry recovered on the interventions of Manuel Heleno during the mid-20th century has been only known in a preliminary way, becoming an important gap to fill. Therefore, it was intended to perform a systematic technological and typological analysis of the lithic industry of Amoreiras shell midden and the discussion of its chrono-cultural framework in the complex of shell middens of the Sado valley.

Keywords: Amoreiras – lithic industry – Manuel Heleno – Sado shell middens – Mesolithic-Neolithic

NOTA PRÉVIA

O texto seguinte tem como objetivos a apresentação e discussão dos resultados da análise da indústria lítica do concheiro das Amoreiras, proveniente das escavações de Manuel Heleno e depositada no Museu Nacional de Arqueologia. No seu essencial, corresponde à síntese e revisão do terceiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada *Tecno-tipologia lítica e cronometria no Mesolítico final do vale do Sado: o caso do concheiro das Amoreiras (Alcácer do Sal)*, submetida em setembro de 2012 à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inclui-se ainda um enquadramento e descrição do historial de investigação deste sítio.

1. ENQUADRAMENTO DO SÍTIO E HISTORIAL DE INVESTIGAÇÃO

1.1. Enquadramento geográfico e geomorfológico do sítio

O concheiro das Amoreiras (Cabeço das Amoreiras ou concheiro de S. Romão) situa-se em S. Romão do Sado (Alcácer do Sal, Setúbal), na margem esquerda do rio Sado (**fig. 1**). As coordenadas WGS84 (UTM) são 555765 (lat.) e 4233401 (long.), com uma altitude de 52 m (Diniz, Arias e Teira, 2012).

Com uma área aproximada de 1270 m² (Arnaud, 1989, p. 619), o sítio implanta-se sobre um pequeno cabeço, a meia encosta, apresentando um excelente controlo visual sobre o rio Sado. Nas proximidades, Portancho situa-se na mesma margem do rio, mas a uma cota mais baixa (a cerca de 20 m de altitude). Já os concheiros de Cabeço do Pez e Vale de Romeiras, embora localizados na margem direita, encontram-se relativamente perto de Amoreiras (a cerca de 2,5 km em linha reta) e apresentam uma implantação em cabeço similar.

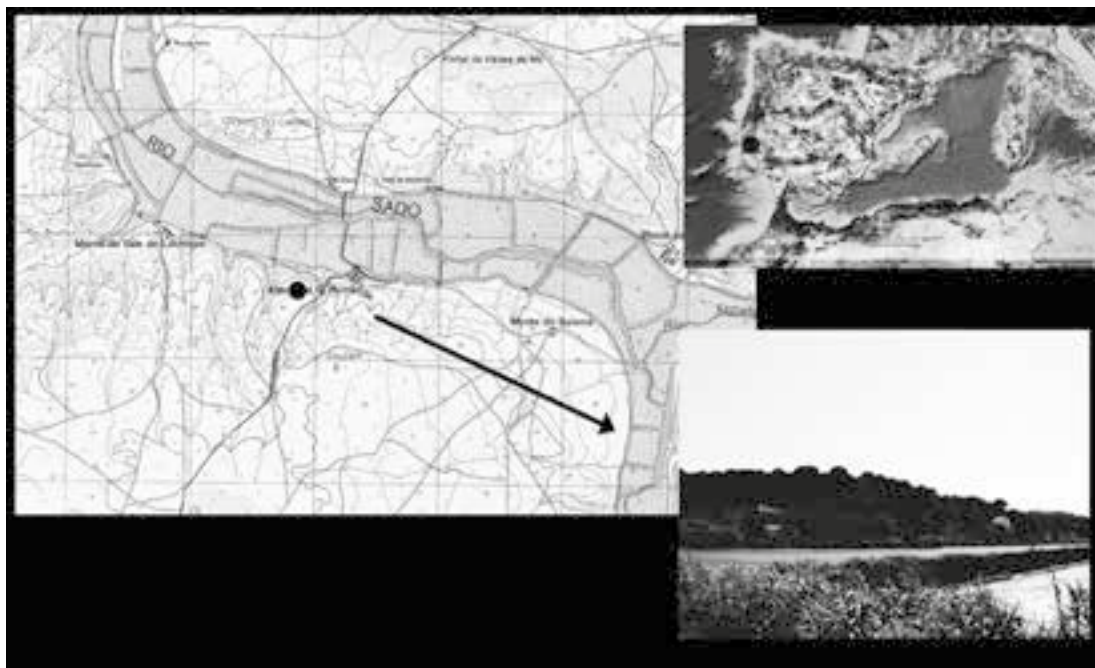


Fig. 1 – Localização do concheiro das Amoreiras na Península Ibérica (*Google earth*) e no vale do Sado (Carta Militar de Portugal, 1:25 000, folha 486-Torrão). Vista do Cabeço das Amoreiras a partir do rio Sado (2011).

Do ponto de vista geológico, o concheiro das Amoreiras assenta sobre a formação de Vale do Guizo, a qual ocupa grande parte da área do Torrão e é composta por conglomerados, areias, arcoses, pelitos e calcários (Gonçalves e Antunes, 1992, p. 43).

1.2. Síntese dos trabalhos desenvolvidos

O concheiro das Amoreiras foi identificado e alvo de escavações por Jaime Roldão, sob direção de Manuel Heleno, em 1958, 1959 e, possivelmente, em 1966 (Diniz, 2010, p. 50). A intervenção ocorreu na sequência dos trabalhos em Cabeço do Pez, a partir de 26 de agosto de 1958 (Roldão, 1958). Uma única referência de Heleno foi encontrada nas *Notas Sobre a Localização de Sítios Arqueológicos*, onde é afirmado que Portancho se situa a Oeste de S. Romão (Heleno, s.d.).

A escavação iniciou-se pela abertura de uma sondagem longitudinal de grande dimensão («Sonda A»), com 13 m de comprimento e 0,7 m de largura (Roldão, 1958), sendo destacado o surgimento frequente de cerâmica ao longo da 1.^a e 2.^a camadas (*ibidem*). A partir da extremidade meridional da «Sonda A», e segundo os esquemas elaborados por J. Arnaud constantes no processo do sítio no MNA, abriu-se o «talhão da Sonda A», com um comprimento de 3,8 m e largura de 2,5 m, que entretanto foi alargado («prolongamento do talhão da sonda A») até atingir cerca de 5,4 m de comprimento e 4,95 m de largura, provavelmente

devido à identificação dos esqueletos. No entanto, o «talhão» foi escavado não propriamente no centro do concheiro, mas na parte topograficamente mais elevada (Arnaud, s.d. a). Foram também abertas oito pequenas sondas periféricas. A escavação terá sido realizada por camadas artificiais de cerca de 25 cm (Arnaud, s.d. b), tendo sido identificadas cinco que, segundo os cortes estratigráficos (Santos, 1985, p. 30), estariam sobrepostas uniformemente («terra castanha», «terra preta», «terra cinzenta e conchas», «areia acastanhada», «piçarreira»). Confirma-se que J. Roldão não terá sido insensível às alterações no sedimento escavado, referindo, por exemplo, a existência de manchas descontínuas de terra negra na escavação da 2.^a camada da «Sonda A» (Roldão, 1958).

A área escavada – cerca de 55 m² (Arnaud, 1989, p. 619) – foi uma das mais reduzidas entre os concheiros intervencionados nesta época. Foram recolhidos numerosos materiais líticos, faunísticos e cerâmicos, e exumados, pelo menos, seis esqueletos humanos, (Arnaud, 1989; Cunha e Umbelino, 1995-1997, 2001). A reduzida dimensão dos elementos extraídos do campo, nomeadamente restos faunísticos (Dean, 2010) e de talhe, sugere a realização de uma recolha de materiais relativamente pormenorizada (Arnaud, 1989, p. 615). A proveniência das peças, ainda que sumariamente, foi registada em papéis de jornal, alguns conservados junto da coleção depositada no MNA.

Os referidos materiais ficaram praticamente inéditos até ao começo do projeto interdisciplinar de J. Arnaud, no âmbito do qual se inicia, nos anos 1980, o estudo das coleções depositadas no MNA e procedem-se a novas intervenções de campo (1984, 1985 e 1986, segundo Arnaud, 2000). Estes trabalhos permitiram a realocação da «Sonda A» e do «Talhão» escavados por Heleno (Arnaud, s.d. a, s.d. b) e a intervenção em pequenas áreas junto à «Sonda A». A sequência estratigráfica detetada comportava cinco estratos (A a E), que incluíam o nível de topo, duas camadas de concheiro (uma embalada em matriz silto-argilosa e a outra em matriz arenosa) e dois níveis de base estéreis. Segundo o investigador, o concheiro ter-se-ia desenvolvido sobretudo em área, em resultado da justaposição de pequenos montículos de conchas (Arnaud, 1986, p. 81). É referida a identificação de estruturas de combustão «[...] de natureza precária [...]» (*ibidem*, p. 81) e de dois possíveis buracos de poste, na base do concheiro, em 1986 (*idem*, 2000, p. 42). No entanto, a reduzida área intervencionada impediu um melhor conhecimento da formação e organização espacial do concheiro (Arnaud, 1986, p. 81; *idem*, 2000, p. 29).

Não obstante os esforços realizados no estudo do espólio antigo, à semelhança de outros sítios sadinos, este foi apenas publicado de forma preliminar (Arnaud, 1987, 1989, 1993, 2000, 2002). Mais recentemente, foi retomado o estudo destas coleções, com a realização de análises de materiais antropológicos (Cunha e Umbelino, 1995-1997; *idem*, 2001; Cunha, Umbelino e Cardoso, 2002), cerâmicos (Diniz, 2010) e faunísticos (Albizuri Canadell, 2010; Dean, 2010).

1.3. Dados prévios – leituras cronológicas e culturais do concheiro das Amoreiras

No quadro do modelo de povoamento mesolítico do vale do Sado elaborado por J. Arnaud (1989, 2000, 2002), Amoreiras é considerado um dos concheiros mais recentes, servindo de argumento para a existência de interações entre grupos mesolíticos e neolíticos. Os principais fundamentos prendem-se com a presença de cerâmica nos níveis basais, que inclui decoração cardial, e as datas de radiocarbono:

- J. Soares realça a «[...] associação, desde a base da sequência estratigráfica, de cerâmica impressa cardial, puncionada e decorada por motivos plásticos, a uma indústria lítica de fácies geométrica rica em segmentos [...]» (Soares, 1995, p. 170);
- As datas de radiocarbono sobre amostras de carvão e concha (Q-AM85B2a e Q-AM85B2b – quadro 1) levam J. Arnaud a defender a existência de uma ocupação mais recente do sítio (na transição do 6.º para o 5.º milénio a.C.), num momento em que a neolitização estaria em curso, o que possibilitaria a existência de contactos entre comunidades mesolíticas e neolíticas (Arnaud, 2000, p. 32);
- J. Zilhão acrescenta que, a existir algum tipo de interação entre grupos neolíticos e os últimos caçadores-recoletores do Sado, tal processo só teria ocorrido após o início do 5º milénio a.C., momento em que se iniciaria a ocupação de Amoreiras (Zilhão, 1998, p. 30).

| Referência | Tipo de amostra | Contexto | $\delta^{13}\text{C}$ (‰) | 14C BP | ΔR | Cal BC, 1 σ | Cal BC, 2 σ |
|-------------|-----------------|-------------------|---------------------------|---------------|------------------|--------------------|--------------------|
| Q(AM85B2a) | Carvões | c. 2a (estrato B) | — | 5990 \pm 75 | — | 4981-4791 | 5198-4707 |
| Q(AM85B2b) | Conchas | c.2b (estrato B) | — | 6370 \pm 70 | -170 \pm 60 | 5210-4989 | 5306-4872 |
| Beta-125110 | Homo | Esqueleto 5 | -20,8 | 7230 \pm 40 | — | 6204-6030 | 6212-6020 |

Quadro 1 – Datações de radiocarbono para o concheiro das Amoreiras

Referências bibliográficas: Q(AM85B2a) e Q(AM85B2b) (Arnaud, 2000); Beta-125110 (Cunha e Umbelino, 2001).

Valor de ΔR (anos ^{14}C) calculado a partir de datação de amostras de Vale de Romeiras (Soares, 2004).

As calibrações fizeram uso do programa CALIB rev. 6.1.0. (Stuiver e Reimer, 1993) e das curvas IntCal09 para Q(AM85B2a) e Beta-125110 e Marine09 para Q(AM85B2b) (Reimer et al., 2009).

A defesa do carácter tardio de Amoreiras mantém-se no modelo do «Mesolítico final do Sul de Portugal» elaborado por G. Marchand (2001, 2005a, 2005b). A seu ver, o domínio de segmentos, conhecido preliminarmente (Arnaud, 1989, p. 621), justifica a inserção do sítio na última fase (MF-3) da seriação proposta (Marchand, 2005a, p. 184).

Obtida posteriormente, a data de radiocarbono do «esqueleto 5» das Amoreiras – 7230 \pm 40 BP (Beta-125110) leva M. Diniz (2010, p. 50) a defender o recuo do início da ocupação do sítio, pelo menos enquanto necrópole, em cerca de um milénio, isto é, para inícios do 6.º milénio cal BC, colocando Amoreiras entre os concheiros do Sado com cronologias mais antigas. Por outro lado, os conjuntos

cerâmicos de Amoreiras sugerem a existência de vários momentos de frequência do sítio, ao longo do Neolítico, e não apenas durante o Neolítico antigo (Diniz, 2010, p. 52). Surpreendentemente, a recente análise preliminar dos restos de fauna terrestre recolhidos nas sondagens dos anos 1980 (Albizuri Canadell, 2010) revela, com exceção do cão surgido em 1985, apenas a presença de fauna selvagem. Apesar da pequena dimensão do conjunto analisado, destaca-se a ausência de fauna doméstica num sítio que, como referido, terá sido alvo de frequência por diversos grupos neolíticos e das conseqüentes intrusões de cerâmica de diferentes cronologias, o que poderá apontar para um carácter esporádico das ocupações subseqüentes.

2. A INDÚSTRIA LÍTICA DO CONCHEIRO DAS AMOREIRAS

2.1. Características do conjunto analisado

A análise tecno-tipológica da indústria lítica de Amoreiras incidiu sobre materiais das escavações de M. Heleno, de uma área denominada «Prolongamento» ou «Ampliação do Talhão da Sondagem A (ou Sonda A)». A opção por este conjunto prendeu-se pelas limitações de tempo e necessidade de amostragem e, por outro lado, pelo conhecimento da proveniência espacial destes materiais no contexto do «Talhão da Sondagem A» (fig. 2).

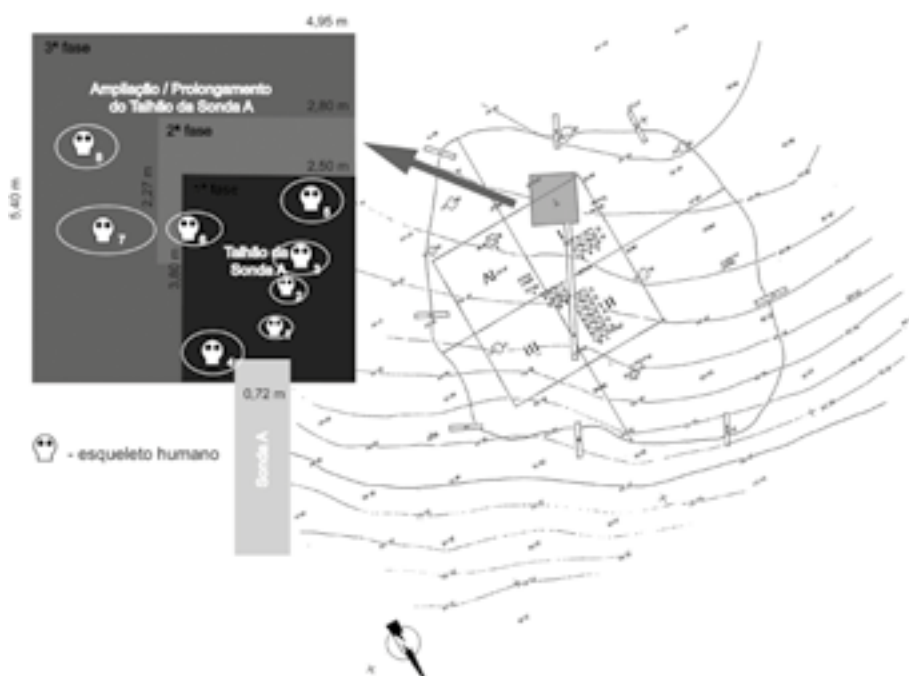


Fig. 2 – Faseamento da escavação do «talhão da Sonda A», com base nos esquemas interpretativos depositados por J. Arnaud no MNA e adaptado a partir das plantas da escavação em Amoreiras (Arnaud, 2000, p. 30, fig. 6).

As fotografias do Arquivo Manuel Heleno (MNA, APMH Ft cx. 1) mostram que a escavação do «Talhão da Sonda A» terá decorrido em 1958. Segundo os esquemas interpretativos de J. Arnaud constantes no processo das Amoreiras, os trabalhos nesta zona sofreram três fases – a abertura de uma primeira área, onde foi detetada a maioria dos esqueletos (seis) e, posteriormente, de uma segunda e terceira, áreas aparentemente intervencionadas devido à identificação de outros dois esqueletos no limite da área inicial. Este «Prolongamento» corresponderá, assim, à segunda e/ou terceira fases do Talhão.

Os indicadores de proveniência que acompanham as peças, e que se encontravam registados nas fichas de inventário do MNA, permitem perceber que esse registo não foi rigoroso. Inicialmente, parece ter havido uma distinção clara entre as diversas áreas da escavação – «Sonda A», «talhão da Sonda A» e o «prolongamento/ampliação da sonda A». A distinção entre «sonda A» (vala) e o «talhão» (sondagem) encontra-se, também, patente no registo fotográfico da escavação. No entanto, posteriormente, os materiais da área do «Talhão» terão passado a ser registados como sendo provenientes da «Sonda A» – por exemplo, os materiais associados aos esqueletos encontrados na área do «Talhão» têm um registo de «Sonda A». Por outro lado, não há materiais do «Prolongamento» registados da 4.^a camada, embora esta esteja desenhada em corte e existam registos fotográficos do surgimento dos esqueletos 7 e 8 nesta camada¹.

Desta forma, quando os escavadores alcançaram a 4.^a camada no «Talhão», a divisão original das áreas de escavação já não seria respeitada ao nível dos registos das peças. O conjunto lítico analisado é constituído, portanto, apenas pelo material registado como proveniente da «ampliação» ou «prolongamento do talhão» e, conseqüentemente, das três camadas sobrepostas à dos esqueletos.

2.2. Objetivos e metodologia da análise lítica

A análise lítica teve em conta as características do contexto de proveniência, os padrões já conhecidos das indústrias líticas documentadas nos sítios do Mesolítico final do vale do Sado (Araújo, 1995-1997; Marchand, 2001) e o quadro cronocultural em que o concheiro de Amoreiras tem sido inserido. Procurou-se reconhecer as estratégias de produção lítica utilizadas, prestando particular atenção à eventual presença de caracteres tipológicos e tecnológicos característicos do Neolítico antigo do Centro e Sul de Portugal (Manen, Marchand e Carvalho, 2007; Carvalho, 2008a; Marchand e Manen, 2010). Para o efeito, a abordagem da série lítica seguiu os pressupostos teórico-metodológicos subjacentes ao conceito de «cadeia operatória» (Tixier, Inizian e Roche, 1980). As categorias tecnológicas

¹ Museu Nacional de Arqueologia, APMH/2/11/4-21/49; 22/49; 23/49; 24/49; 25/49; 26/49; 27/49; 28/49; 29/49; 30/49; 32/49; 33/49; 34/49; 35/49.

foram estudadas de acordo com atributos qualitativos e métricos baseados em bibliografia especializada em análise lítica (G. E. E. M, 1969; Tixier, Inizian e Roche, 1980; Inizian et al., 1999) e trabalhos sobre indústrias líticas do Paleolítico Superior ao Neolítico antigo em Portugal (Zilhão, 1997; Carvalho, 1998, 2008a, 2008b; Araújo, 1995-1997, 2011)².

A identificação das matérias-primas baseou-se na classificação macroscópica preliminar de alguns materiais, com base na Carta Geológica, efetuada pelo Prof. Nuno Pimentel, no âmbito do projeto FCT «Retorno ao Sado – um caso entre os últimos caçadores-recoletores e a emergência das sociedades agropastoris no Sul de Portugal».

O tratamento térmico encontra-se identificado macroscopicamente, ainda que seja reconhecida a ausência de um método totalmente seguro para este procedimento (Boix Calbet, 2012, p. 41). A identificação nas peças teve, como critérios, o brilho característico (lustre térmico), a textura homogénea e outros critérios secundários, como a associação a marcas de alterações térmicas mais agressivas (*ibidem*, 2012, p. 41).

Foram calculados índices de alongamento ($IA = \text{comprimento total}/\text{largura}$) para produtos de debitação alongados e geométricos inteiros. Na análise estatística das medidas, foi considerado que estas variáveis seguiam distribuições normais (ou aproximadamente normais). Em alguns casos, apresentam-se intervalos de confiança para a média a 95 %, tendo-se obtido os limites através da fórmula: $Média\ amostral \pm 1,96 * \text{desvio-padrão} / \sqrt{N}$. Foram também realizados alguns testes de análise de variância (ANOVA) a padrões métricos através do programa *Office Excel*, com o intuito de detetar a presença ou ausência de diferenças estatisticamente significativas entre conjuntos com atributos distintos (variáveis qualitativas). Nesta estimativa, quando o valor F é superior ao F crítico, considerou-se existirem diferenças estatisticamente relevantes entre os conjuntos nas dimensões, considerando-se a relevância superior quanto maior a diferença entre os valores referidos. Foi estabelecido um nível de significância de 5 %. Seguindo a proposta de N. Bicho (1992 *apud* Cascalheira, 2010, p. 107), considerou-se ainda que os valores P , entre 0 e 0,01, apontavam para conjuntos «significativamente diferentes» e entre 0,01 e 0,05 para conjuntos «moderadamente diferentes», enquanto os valores superiores a 0,05 evidenciavam «conjuntos não significativamente diferentes». No entanto, a interpretação destes resultados foi realizada com alguma relativização, tendo em conta a dimensão dos conjuntos e a multiplicidade de fatores que afetam a produção lítica.

A escassez de dados contextuais foi limitativa, tornando necessário o estudo do conjunto como um todo. Por outro lado, a tentativa de realização de remon-

² Para uma descrição mais aprofundada dos atributos utilizados, ver Nukushina, 2012, ponto 3.2.

tagens foi frustrada, dificultada pela inexistência de marcações, bem como pela elevada fragmentação dos materiais e a heterogeneidade no interior dos nódulos das matérias-primas.

2.3. Análise tecno-tipológica da indústria lítica

Foram analisadas 1592 peças líticas (incluindo fragmentos), correspondentes a 28 % do material de pedra lascada proveniente das escavações de M. Heleno e depositado no MNA (quadro 2). Destaca-se a presença de uma elevada quantidade de restos de talhe (45,67%). O material de debitação, dominado por lamelas, ocupa, também, uma fatia considerável (31,97%). Por outro lado, os utensílios retocados são escassos (16,90%) e o material de preparação e manutenção é muito raro (1,32%). O número de peças tende a diminuir das camadas superiores para as inferiores.

| Categoria tecnológica | C1 | C2 | C3 | Total | |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|-----------------|-------------|
| Núcleos | 34 | 21 | 11 | 4,15 % | 66 |
| Material de preparação/manutenção | 9 | 11 | 1 | 1,32 % | 21 |
| Material de debitação | 285 | 178 | 46 | 31,97 % | 509 |
| Lâminas | 5 | 4 | 0 | 0,57 % | 9 |
| Lamelas | 212 | 120 | 35 | 23,05 % | 367 |
| Lascas | 68 | 24 | 11 | 8,35 % | 133 |
| Utensílios retocados | 133 | 100 | 36 | 16,90 % | 269 |
| Geométricos | 71 | 53 | 18 | 8,92 % | 142 |
| Lamelas retocadas | 26 | 20 | 10 | 3,52 % | 56 |
| Utensílios de fundo comum | 14 | 16 | 2 | 2,01 % | 32 |
| Restos de talhe | 365 | 335 | 27 | 45,67 % | 727 |
| Fragmentos | 331 | 281 | 24 | 39,95 % | 636 |
| Esquírolas | 12 | 33 | 2 | 2,95 % | 47 |
| Microburis | 22 | 21 | 1 | 2,76 % | 44 |
| Total | 826 | 645 | 121 | 100,00 % | 1592 |

Quadro 2 – Categorias tecnológicas de pedra lascada presentes em Amoreiras, por camada (total incluindo fragmentos)

2.3.1. Aprovisionamento e características das matérias-primas

Tal como nos concheiros do Sado anteriormente analisados – Poças de S. Bento (Araújo, 1995-1997), Várzea da Mó e Cabeço do Rebolador (Marchand, 2001) – em Amoreiras, destaca-se uma grande diversidade de matérias-primas utilizadas para o talhe, não apenas pelo elevado número de diferentes rochas e minerais, mas também, pelas diferentes texturas e inclusões no interior dos blocos de matéria-prima. A utilização de rochas siliciosas (chertes, jaspes e xistos silicio-

sos) é dominante no conjunto (88,19%), a maioria com uma textura fina e boa fratura conchoidal. Os chertes (29,27%) distinguem-se, em geral, por uma textura macia, homogénea e translúcida e tonalidades sobretudo brancas e acinzentadas. Os xistos siliciosos (51,32%) mostram uma maior diversidade ao nível das texturas e colorações (negras, acastanhadas e esverdeadas). Menos frequentes, os jaspes (7,60%) caracterizam-se por composições bastante heterogéneas. Ocorre também alguma utilização de quartzos vários (incluindo quartzo hialino), quartzitos e rochas ígneas (pórfiros e quartzos-dioritos), embora de forma minoritária. Apesar da sua variedade, geralmente estes materiais acarretam maiores dificuldades para o talhe, devido à sua textura e composição, em geral, menos homogéneas e a uma granulometria mais grosseira.

As análises da proveniência de matérias-primas líticas do vale do Sado em curso³ apontam para que a maioria destes materiais estivesse disponível localmente, em posição secundária (cascalheiras), na proximidade dos sítios arqueológicos (Pimentel et al., 2013). As deslocações de material a partir do desmonte de algumas formações geológicas perto dos concheiros (como os pórfiros de Beja, a formação do Torrão e o Pulo do Lobo) terão permitido a formação de acumulações muito diversificadas de seixos talháveis.

O córtex surge rolado e, em geral, sob a forma de películas finas, principalmente em núcleos, lâminas e lascas, e maioritariamente de forma vestigial. As dimensões iniciais dos blocos de matéria-prima seriam reduzidas, como aponta a frequência de vestígios de córtex em núcleos e produtos de debitação, o valor do maior comprimento conservado no conjunto (uma lâmina cortical inteira de 48,02 mm), bem como as medidas dos núcleos com um grau de utilização reduzido, inferiores a 5 cm. Seria também provável que os seixos fossem fraturados aleatoriamente aquando da sua seleção, com vista a verificar a sua aptidão para o talhe, tendo em conta a sua heterogeneidade interna.

2.3.2. Núcleos

No conjunto analisado, são dominantes os núcleos em xisto silicioso (42,42% do total) e chert (37,88%), estando as restantes rochas e os quartzos escassamente representados. A elevada incidência de defeitos (ressaltos, clivagens e geodes – quadro 3) constituiria uma forte condicionante do talhe, expondo a reduzida qualidade das matérias-primas utilizadas. Grande parte dos núcleos correspondia, originalmente, a seixos mais ou menos angulosos. No caso do quartzo hialino, um dos núcleos teve como suporte um prisma de quartzo.

³ Análises dirigidas pelo Prof. Doutor Nuno Pimentel no âmbito do projeto FCT «Retorno ao Sado: um caso entre os últimos caçadores-recolectores e a emergência das sociedades agro-pastoris no Sul de Portugal».

| Atributos | Total | R. siliciosas | Outros |
|---------------------------------|---------|---------------|---------|
| Córtex | | | |
| Sem córtex | 36,36 % | 37,21 % | 40,00 % |
| Vestigial | 45,45 % | 46,51 % | 40,00 % |
| Semi-cortical | 18,18 % | 16,28 % | 20,00 % |
| Suporte | | | |
| Seixo | 72,73 % | 72,09 % | 70,00 % |
| Lasca | 12,73 % | 13,95 % | 10,00 % |
| Indeterminado | 12,73 % | 13,95 % | 10,00 % |
| Outro | 1,82 % | 0,00 % | 10,00 % |
| Produtos debitados | | | |
| Lascas | 12,73 % | 4,65 % | 20,00 % |
| Lamelas | 20,00 % | 11,63 % | 30,00 % |
| Esquírolas | 5,45 % | 4,65 % | 10,00 % |
| Lamelas e lascas | 20,00 % | 16,28 % | 10,00 % |
| Lamelas e esquírolas | 20,00 % | 13,95 % | 20,00 % |
| Lascas e esquírolas | 10,91 % | 4,65 % | 0,00 % |
| Múltiplos | 10,91 % | 4,65 % | 10,00 % |
| N.º planos de debitage | | | |
| 1 | 54,55 % | 55,81 % | 50,00 % |
| 2 | 32,73 % | 30,23 % | 40,00 % |
| >2 | 12,73 % | 13,95 % | 10,00 % |
| Morfologia dos planos | | | |
| Cortical | 7,27 % | 6,98 % | 0,00 % |
| Liso | 54,55 % | 55,81 % | 60,00 % |
| Facetado | 20,00 % | 23,26 % | 10,00 % |
| Liso e facetado | 7,27 % | 4,65 % | 10,00 % |
| Liso e cortical | 9,09 % | 6,98 % | 20,00 % |
| Outros | 1,82 % | 2,33 % | 0,00 % |
| Orientação das extrações | | | |
| Unidirecional | 49,09 % | 48,84 % | 50,00 % |
| Oposta | 12,73 % | 9,30 % | 20,00 % |
| Ortogonal | 9,09 % | 11,63 % | 0,00 % |
| Cruzado | 3,64 % | 4,65 % | 0,00 % |
| Bifacial | 5,45 % | 6,98 % | 0,00 % |
| Múltipla | 20,00 % | 18,60 % | 30,00 % |
| N.º faces trabalhadas | | | |
| 1 | 49,09 % | 46,51 % | 60,00 % |
| 2 | 40,00 % | 41,86 % | 30,00 % |
| Múltiplas | 10,91 % | 11,63 % | 10,00 % |
| Forma-tipo | | | |

→

| Atributos | Total | R. siliciosas | Outros |
|---------------------------|-----------|---------------|-----------|
| Bloco debitado | 1,82 % | 0,00 % | 10,00 % |
| Chopper/Chopping-tool | 1,82 % | 0,00 % | 0,00 % |
| Discóide | 1,82 % | 2,33 % | 0,00 % |
| Poliédrico ou informe | 16,36 % | 18,60 % | 10,00 % |
| Com crista | 5,45 % | 6,98 % | 0,00 % |
| Prismático | 72,73 % | 72,09 % | 80,00 % |
| Grau de utilização | | | |
| Esgotado | 29,09 % | 34,88 % | 10,00 % |
| Intensivo | 49,09 % | 48,84 % | 50,00 % |
| Moderado | 5,45 % | 4,65 % | 10,00 % |
| Esboço | 16,36 % | 11,63 % | 30,00 % |
| Tratamento térmico | | | |
| Presente | 20,00 % | 25,58 % | 0,00 % |
| Ausente | 80,00 % | 74,42 % | 0,00 % |
| Defeitos | | | |
| Clivagens | 21,82 % | 23,26 % | 20,00 % |
| Ressaltos | 50,91 % | 48,84 % | 50,00 % |
| Geodes | 5,45 % | 6,98 % | 0,00 % |
| Total (N) | 55 | 43 | 10 |

Quadro 3 – Atributos dos núcleos de Amoreiras (inteiros)

A maioria dos núcleos terá sido debitada tendo em vista a produção de lamelas (70,91 % dos núcleos inteiros), embora as ilações sobre os produtos debitados sejam feitas, inevitavelmente, a partir dos negativos das últimas extrações. Com efeito, alguns núcleos (aparentemente) para lascas poderão ter sido abandonados durante a fase inicial do processo de conformação que objetivava a debitagem de lamelas. Por outro lado, os núcleos demonstram maioritariamente uma debitagem de produtos de diferentes morfometrias (núcleos «mistos») – é frequente a combinação lamelas-esquírolas e lamelas-lascas. Nas fases finais, a debitagem das lamelas seria frequentemente acompanhada do talhe de produtos mais curtos.

Predominam núcleos com um só plano de debitagem, sendo frequentes as peças com plataformas lisas. A facetagem ocorre em alguns casos, sendo especialmente reduzida em matérias-primas que não rochas siliciosas. A orientação unidirecional das extrações é maioritária, embora ocorram, também, extrações de direção oposta e múltipla, sobretudo no caso de rochas ígneas, quartzos e quartzitos. A debitagem ocorre, principalmente, em apenas uma ou em duas faces do núcleo.

Morfológicamente, dominam núcleos prismáticos (72,73 %), a maioria em *chert* e xisto silicioso e destinada à extração de lamelas, a que se associa, constan-

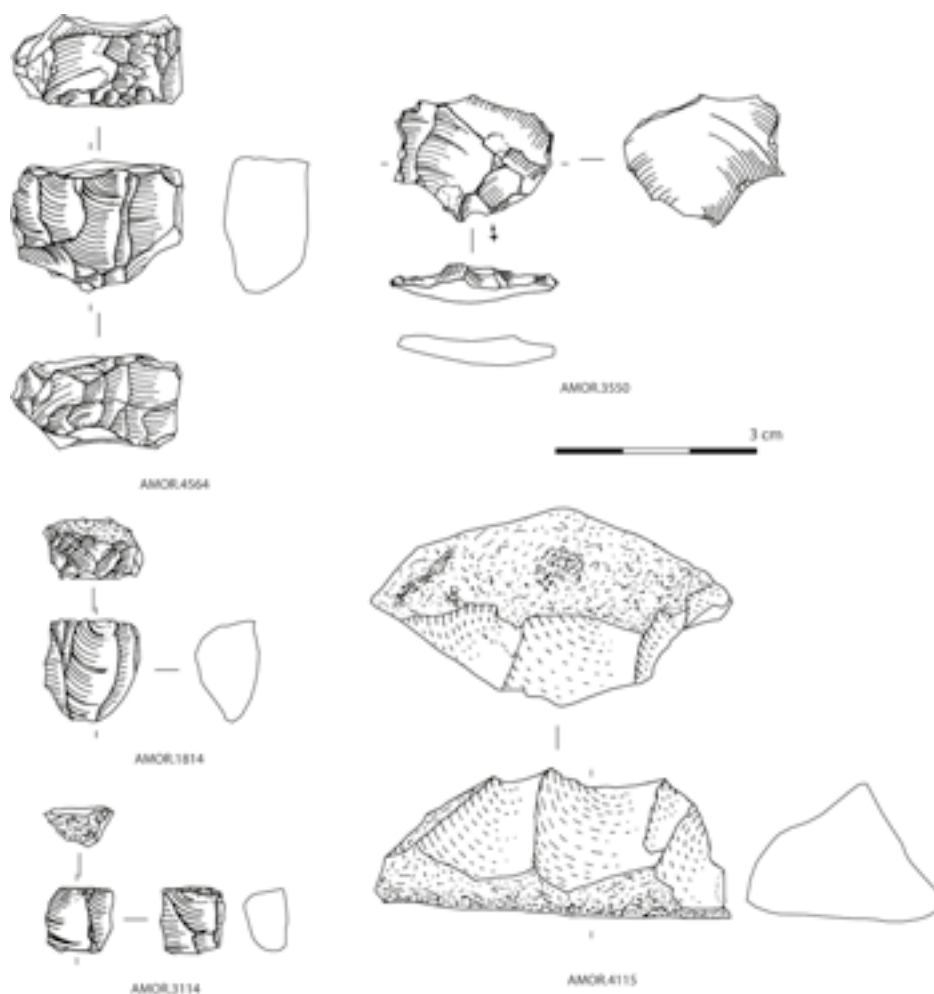


Fig. 3 – Concheiro das Amoreiras, núcleos (prismáticos – n.º 4564, 1814, 3114 e *chopper* – n.º 4115) e *tablette* (n.º 3550).

temente, a debitage de lascas e esquirolas (fig. 3). Mais raros, os núcleos poliédricos ou informes (16,36%) apresentam predominantemente dois ou múltiplos planos de talhe, lisos, bem como extrações de orientação múltipla. Os produtos debitados são diversificados, sendo mais frequentes as lascas associadas à extração de esquirolas ou de lamelas. Testemunhos de uma exploração dos volumes com escassa predeterminação são, também, dois seixos debitados de forma expedita. A raridade dos núcleos de crista (5,45%), sugere que a debitage lamelar tenha decorrido, sobretudo, sem a conformação de cristas, aproveitando as arestas naturais dos seixos ou aquelas resultantes da sua segmentação e, no caso de alguns núcleos em quartzo hialino, de faces de prismas. Alguns núcleos em *chert*, maioritariamente prismáticos e orientados para a produção de lamelas, foram alvo de tratamento térmico (20,00%).

Grande parte dos núcleos foi utilizada intensivamente ou chegou ao estado de «exaustão», sobretudo no caso dos núcleos em rochas siliciosas. O abandono dos núcleos terá ocorrido por impedimentos de prossecução do talhe, principalmente devido às suas reduzidas dimensões e/ou aos defeitos das matérias-primas.

| Padrões métricos | Total | R. siliciosas | Outros |
|-----------------------------------------------|-------|---------------|--------|
| Peso | | | |
| Média (g) | 13,88 | 10,79 | 25,95 |
| Desvio-padrão | 14,44 | 9,52 | 24,07 |
| Comprimento | | | |
| Média (mm) | 23,65 | 23,32 | 25,6 |
| Desvio-padrão | 8,98 | 9,04 | 9,79 |
| Largura | | | |
| Média (mm) | 22,16 | 20,37 | 29,81 |
| Desvio-padrão | 8,69 | 6,52 | 12,9 |
| Comprimento do eixo maior de debitagem | | | |
| Média (mm) | 18,01 | 17,7 | 18,86 |
| Desvio-padrão | 5,05 | 5,1 | 5,4 |

Quadro 4 – Padrões métricos dos núcleos (inteiros)

Os padrões métricos dos núcleos inteiros (quadro 4) demonstram o seu reduzido tamanho. Embora as restantes matérias-primas estejam sub-representadas, os núcleos em rochas siliciosas apresentam algumas medidas médias mais reduzidas, nomeadamente o peso e as larguras máximas. Os resultados dos testes ANOVA (quadro 5) apontam para que se trate de grupos significativamente diferentes. Esta situação resultará da maior aptidão para o talhe destas matérias-primas, permitindo uma utilização mais intensiva dos blocos.

Globalmente, a pequena dimensão dos núcleos de Amoreiras testemunha o carácter microlítico da indústria lítica e, por sua vez, uma forte rentabilização dos volumes de matéria-prima, evidenciado, entre outros aspetos, pela frequente utilização de várias plataformas de talhe e o elevado grau de utilização das peças.

| Grupos | Contagem | Soma | Média | Variância |
|-------------------|----------|-------|----------|-----------|
| Rochas siliciosas | 43 | 464,1 | 10,79302 | 90,61733 |
| Outros | 10 | 259,5 | 25,95 | 579,4694 |

| Fonte de variação | SQ | gl | MQ | F | valor P | F crítico |
|-------------------|----------|----|----------|----------|---------|-----------|
| Entre grupos | 1863,879 | 1 | 1863,879 | 10,53722 | 0,00207 | 4,030392 |
| Dentro de grupos | 9021,153 | 51 | 176,8854 | | | |
| Total | 10885,03 | 52 | | | | |

Quadro 5 – Resultados ANOVA: peso dos núcleos (inteiros)

2.3.3. Preparação e manutenção dos núcleos

Apesar de escasso (quadro 6), o material resultante de operações de preparação e manutenção do núcleo encontra-se produzido apenas em rochas siliciosas, facto relacionável com um aproveitamento intensivo destas matérias-primas, mais aptas para o talhe.

| Preparação e manutenção | Total | N |
|-------------------------|----------|----|
| Peças de crista | 33,33 % | 7 |
| Lâminas | 4,76 % | 1 |
| Lamelas | 28,57 % | 6 |
| Tablettes | 23,81 % | 5 |
| Flancos | 19,05 % | 4 |
| Bases de núcleo | 23,81 % | 5 |
| Total | 100,00 % | 21 |

Quadro 6 – Material de preparação e manutenção de Amoreiras (total)

Destaca-se a extração de algumas lamelas e uma lâmina de crista, de pequena dimensão – consonante com a presença de núcleos de crista. É provável que uma parte da debitagem lamelar tenha decorrido sem a conformação de cristas, o que explicaria a raridade e a reduzida dimensão das peças de crista (dimensões em Nukushina, 2012). Algumas *tablettes* estão presentes (maioritariamente parciais), documentando o reavivamento dos planos de talhe.

2.3.4. Produtos de debitagem

Trata-se do grupo mais representativo do conjunto analisado (31,97% – fig. 4), a seguir aos restos de talhe. As lamelas são dominantes (61,39% do NMI), não sendo, porém, de negligenciar a produção de lascas (36,63%). Por outro lado, as lâminas assumem um valor residual (1,98%). A maioria dos produtos debitados foi obtida a partir de rochas siliciosas, sobretudo xistos siliciosos (47,74%) e chertes (31,43%). O quartzo hialino detém alguma importância (8,06%), particularmente na debitagem de lamelas.

2.3.4.1. Lascas

Entre as lascas, é visível uma maior preferência por xistos siliciosos (51,13%), chertes (27,82%) e jaspes (6,77%). Uma parte considerável apresenta vestígios de córtex, sendo destacada a presença de lascas semicorticais e corticais (quadro 7), relacionável com etapas de preparação, conformação e debitagem inicial dos núcleos.

Os talões são, sobretudo, lisos, assinalando-se, também, a presença de talões corticais, apontando para uma escassa preparação das plataformas. Os bordos das

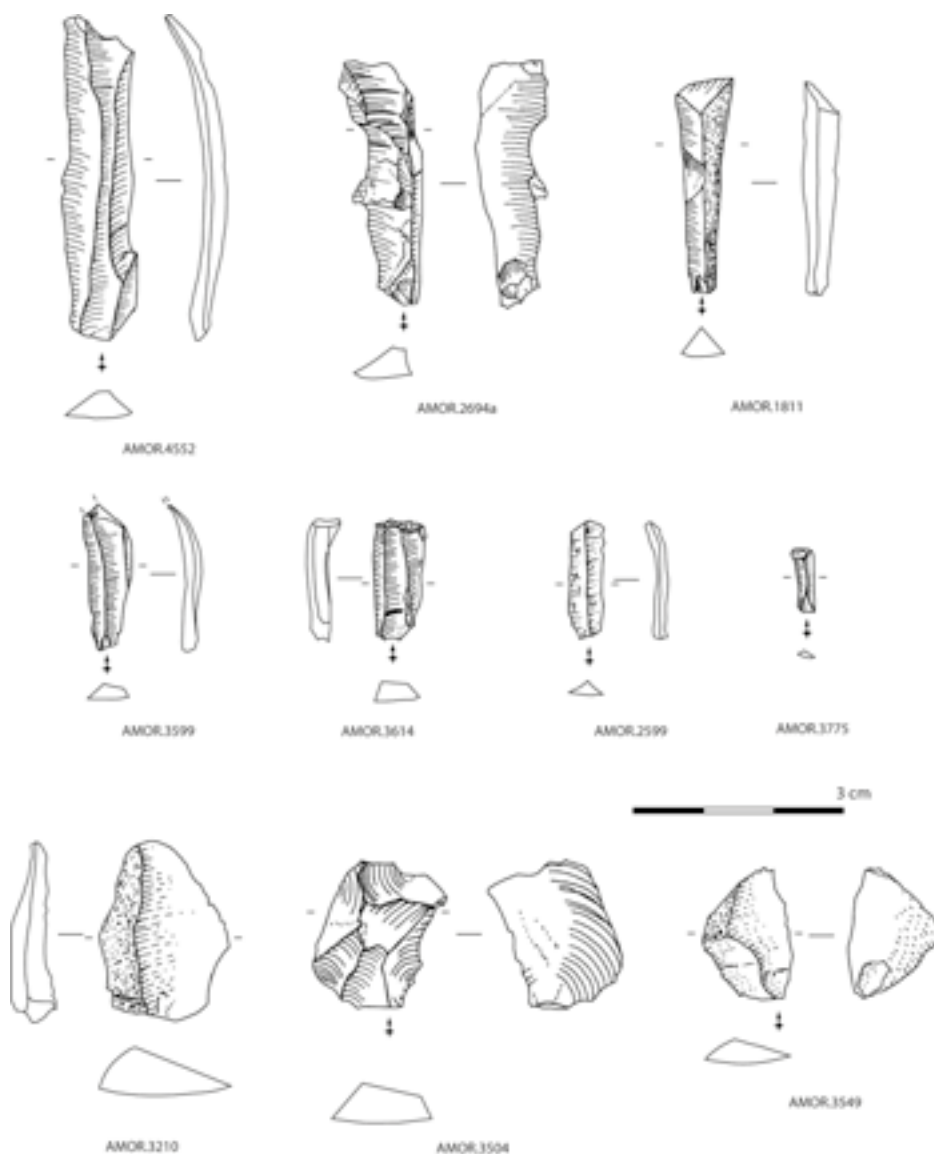


Fig. 4 – Material debitado (lamelas e lascas) das Amoreiras (MNA).

lascas inteiras são predominantemente convergentes e, com frequência, muito irregulares. A disposição dos negativos é difícil de identificar, embora se destaque a ocorrência de extrações paralelas, sobretudo em pequenas lascas. O tratamento térmico está atestado de forma residual, nomeadamente em pequenas lascas de *chert*.

Embora para o seu estado contribua a maior resistência destes suportes aos processos pós-deposicionais, o escasso índice de fraturação (24,81 %) aponta para que as lascas se destinassem a uma utilização em bruto ou a serem retocadas a partir da sua forma original.

| Atributos | Total | R. siliciosas | Outros |
|---------------------------------------------|---------|---------------|---------|
| Estado | | | |
| Inteiro | 75,19 % | 77,19 % | 58,82 % |
| Fraturado | 24,81 % | 22,81 % | 41,18 % |
| Córtex | | | |
| Sem córtex | 51,88 % | 49,12 % | 70,59 % |
| Vestigial | 25,56 % | 28,07 % | 11,76 % |
| Semicortical | 14,29 % | 13,16 % | 17,65 % |
| Cortical | 8,27 % | 9,65 % | 0,00 % |
| Talão (NMI) | | | |
| Cortical | 20,72 % | 22,22 % | 10,00 % |
| Liso | 40,54 % | 39,39 % | 40,00 % |
| Diedro | 8,11 % | 8,08 % | 10,00 % |
| Facetado | 12,61 % | 14,14 % | 0,00 % |
| Punctiforme | 9,91 % | 10,10 % | 10,00 % |
| Esmagado | 8,11 % | 6,06 % | 30,00 % |
| Bolbo (NMI) | | | |
| Difuso | 43,24 % | 40,40 % | 70,00 % |
| Pronunciado | 39,64 % | 41,41 % | 20,00 % |
| Ausente | 17,12 % | 18,18 % | 10,00 % |
| Esquírola bolbar (NMI) | | | |
| Presente | 24,32 % | 37,50 % | 17,65 % |
| Ausente | 75,68 % | 62,50 % | 82,35 % |
| Secção | | | |
| Triangular | 48,87 % | 49,12 % | 47,06 % |
| Trapezoidal | 33,83 % | 33,33 % | 35,29 % |
| Outra | 17,29 % | 17,54 % | 17,65 % |
| Bordos (inteiros) | | | |
| Paralelos | 9,00 % | 10,23 % | 0,00 % |
| Convergentes | 40,00 % | 40,91 % | 20,00 % |
| Divergentes | 18,00 % | 17,05 % | 30,00 % |
| Biconvexos | 6,00 % | 4,55 % | 20,00 % |
| Irregulares | 27,00 % | 27,27 % | 30,00 % |
| Negativos dorsais (inteiros) | | | |
| Concordantes | 38,00 % | 35,23 % | 50,00 % |
| Discordantes | 24,00 % | 25,00 % | 20,00 % |
| Não identificável | 38,00 % | 39,77 % | 30,00 % |
| Direção dos levantamentos (inteiros) | | | |
| Paralela | 32,00 % | 30,68 % | 30,00 % |
| Bidirecional/oposta | 1,00 % | 5,68 % | 0,00 % |
| Cruzada | 2,00 % | 2,27 % | 0,00 % |

→

| Atributos | Total | R. siliciosas | Outros |
|---------------------------------|------------|---------------|-----------|
| Mais de 3 direções | 10,00 % | 10,23 % | 10,00 % |
| Irregular | 1,00 % | 5,68 % | 10,00 % |
| Não identificável | 54,00 % | 45,45 % | 50,00 % |
| Perfil mesial (inteiros) | | | |
| Direito | 80,00 % | 78,41 % | 90,00 % |
| Côncavo | 8,00 % | 7,95 % | 10,00 % |
| Torcido | 2,00 % | 2,27 % | 0,00 % |
| Ultrapassado | 4,00 % | 4,55 % | 0,00 % |
| Refletido | 5,00 % | 5,68 % | 0,00 % |
| Outro | 1,00 % | 1,14 % | 0,00 % |
| Ondas de percussão | | | |
| Salientes | 12,03 % | 14,04 % | 0,00 % |
| Aplanadas | 27,07 % | 30,70 % | 5,88 % |
| Não visíveis | 61,65 % | 55,26 % | 94,12 % |
| Acidentes de talhe | | | |
| Ultrapassagem | 3,01 % | 3,51 % | 0,00 % |
| Reflexão | 3,76 % | 4,39 % | 0,00 % |
| Fratura de Siret | 0,75 % | 0,88 % | 0,00 % |
| Duplo bolbo | 0,75 % | 0,88 % | 0,00 % |
| Fraturação | | | |
| Percussão | 3,03 % | 0,00 % | 14,29 % |
| Flexão | 9,09 % | 11,54 % | 0,00 % |
| Não identificável | 87,88 % | 88,46 % | 85,71 % |
| Alterações | | | |
| Tratamento térmico | 6,02 % | 7,02 % | 0,00 % |
| Potlid | 0,75 % | 0,88 % | 0,00 % |
| Total (N) | 133 | 114 | 17 |

Quadro 7 – Atributos das lascas brutas

As dimensões ilustram um talhe maioritário de pequenas lascas (quadro 8), que em grande parte resultará da preparação de núcleos para a debitação de lamelas, o que não implica a ausência de intencionalidade ou de funcionalidade das mesmas. Da relação entre comprimentos e larguras das lascas inteiras destaca-se a presença de um grupo muito consistente de pequenas lascas (inferiores a 20 mm de comprimento e 25 mm de largura), que para alguns autores poderia ser enquadrado no grupo das esquírolas (Araújo, 1995-1997, p. 124). Já as lascas de dimensão superior apresentam alguma dispersão, revelando uma reduzida padronização. As lascas de comprimento superior a 30 mm são raras.

| Padrões métricos | Total | R. siliciosas | Outros |
|--------------------|---------------|---------------|--------------|
| Comprimento | | | |
| Média (mm) | 19,06 | 19,45 | 15,66 |
| Desvio-padrão | 7,24 | 7,41 | 4,58 |
| Largura | | | |
| Média (mm) | 15,16 | 16,30 | 13,29 |
| Desvio-padrão | 6,58 | 7,36 | 5,90 |
| Espessura | | | |
| Média (mm) | 5,09 | 5,25 | 3,96 |
| Desvio-padrão | 3,31 | 3,39 | 2,43 |
| N | 100,00 | 88,00 | 10,00 |

Quadro 8 – Padrões métricos das lascas brutas (inteiras)

A determinação das técnicas de talhe é dificultada pela diversidade dos estigmas presentes. Como vários autores referem, não há características-diagnóstico isoladas, mas antes, estigmas mais ou menos característicos (Tixier, 1984, p. 66), que se recobrem com alguma frequência e podem ser difíceis de quantificar (Carvalho, 1998, p. 79). Para mais, os estudos experimentais em que estas determinações se baseiam incidem sobretudo sobre sílex, pelo que os estigmas das técnicas de talhe poderão diferir consideravelmente no caso das rochas utilizadas neste sítio. Há, também, a possibilidade de utilização conjugada de diferentes técnicas (Inizian, 2012, p. 15), dificultando a sua identificação. As características de algumas lascas em Amoreiras, de maior dimensão e escassa padronização – talões grandes, bolbos pronunciados e ondulações demarcadas (Carvalho, 1998, p. 79) – tornam admissível uma utilização esporádica de percussão direta com percutor duro. No entanto, entre as lascas analisadas, são mais frequentes os talões lisos e reduzidos e bolbos difusos, apontando para o uso de percussão direta com percutor brando ou percussão indireta (*ibidem*, p. 79).

2.3.4.2. Lâminas

As lâminas são residuais e praticamente todas produzidas em rochas siliciosas. Apresentam uma grande irregularidade ao nível dos bordos, perfis e das dimensões (quadro 9), sendo claro que não constituíam o objetivo principal da debitage. Duas são inteiramente corticais e três são semicorticais, apontando para etapas da descorticação dos núcleos. As secções triangulares remetem igualmente para primeiras extrações. Os talões, sobretudo corticais e lisos, atestam uma escassa preparação das plataformas para a debitage destes suportes. O tratamento térmico não foi verificado.

| Atributos | Total |
|---------------------------------------------|---------|
| Estado | |
| Inteiro | 66,67 % |
| Inteiro e fragmentos proximais | 66,67 % |
| Fraturado | 33,33 % |
| Córtex | |
| Sem córtex | 33,33 % |
| Vestigial | 11,11 % |
| Semicortical | 33,33 % |
| Cortical | 22,22 % |
| Talão (NMI) | |
| Cortical | 33,33 % |
| Liso | 33,33 % |
| Facetado | 16,67 % |
| Esmagado | 16,67 % |
| Bolbo (NMI) | |
| Difuso | 50,00 % |
| Pronunciado | 16,67 % |
| Ausente | 33,33 % |
| Esquírola bolbar (NMI) | |
| Presente | 33,33 % |
| Ausente | 66,67 % |
| Secção | |
| Triangular | 77,78% |
| Trapezoidal | 22,22% |
| Bordos (inteiros) | |
| Paralelos | 16,67 % |
| Convergentes | 16,67 % |
| Biconvexos | 16,67 % |
| Irregulares | 50,00 % |
| Negativos dorsais (inteiros) | |
| Concordantes | 50,00 % |
| Discordantes | 16,67 % |
| Não identificável | 33,33 % |
| Direção dos levantamentos (inteiros) | |
| Paralela | 33,33 % |
| Não identificável | 66,67 % |
| Perfil mesial (inteiros) | |
| Direito | 22,22 % |
| Côncavo | 33,33 % |
| Torcido | 33,33 % |
| Ultrapassado | 11,11 % |

→

| Atributos | Total |
|---------------------------|----------|
| Ondas de percussão | |
| Salientes | 44,44 % |
| Não visíveis | 55,56 % |
| Acidentes de talhe | |
| Ultrapassagem | 11,11 % |
| Total (N) | 9 |

Quadro 9 – Atributos das lâminas brutas de Amoreiras

Ao nível das larguras, estes suportes apresentam-se pouco distantes do limite métrico superior estabelecido para as lamelas (quadro 10). Porém, no seio do material de debitage deste sítio, a distinção deste grupo ao nível das dimensões é notória, quando considerado em conjunto com algumas lamelas com comprimentos superiores a 30 mm e larguras próximas dos 12 mm (gráfico 1).

| Padrões métricos | Total |
|--------------------|-------------|
| Comprimento | |
| Média (mm) | 36,60 |
| Desvio-padrão | 7,33 |
| Largura | |
| Média (mm) | 14,70 |
| Desvio-padrão | 1,57 |
| Espessura | |
| Média (mm) | 9,17 |
| Desvio-padrão | 4,80 |
| N | 6,00 |

Quadro 10 – Padrões métricos das lâminas brutas (inteiras)

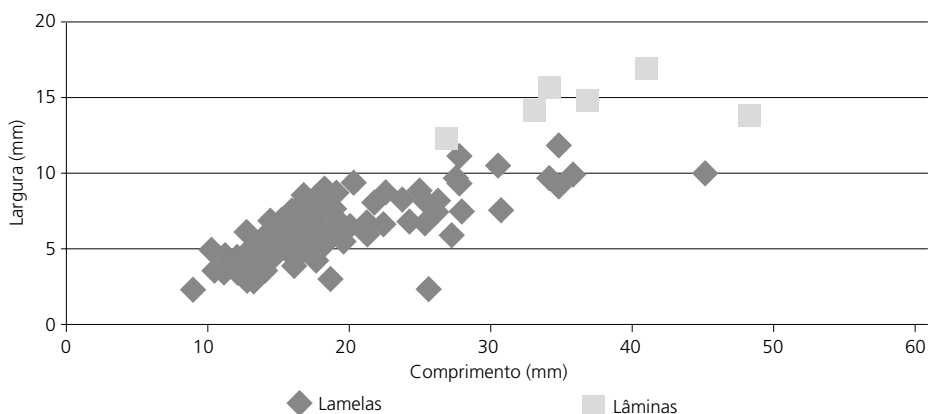


Gráfico 1 – Comprimentos e larguras dos suportes alongados (inteiros).

2.3.4.3. Lamelas

A maioria das lamelas de Amoreiras não apresenta vestígios de córtex (quadro 11). Predominam talões lisos, surgindo, menos frequentemente, talões diedros e facetados. Os bolbos são pronunciados, quer difusos, com raro esquirolamento. Os bordos são predominantemente paralelos ou convergentes, sendo incomuns as nervuras completamente regulares. A curvatura das lamelas, sobretudo distal, é uma característica marcante, em parte derivada de acidentes de ultrapassagem. Não obstante o elevado índice de fraturação (77,66%), é difícil identificar a sua origem, verificando-se, em alguns casos, a utilização de flexão. O tratamento térmico foi identificado, de forma macroscópica, em 11,44% das peças, através do seu brilho característico e textura homogénea e da associação, num caso, a marcas de *potlid*. Embora a maioria destas peças seja proveniente da primeira camada, esta situação deverá resultar da tendência geral de diminuição do número de materiais das camadas superiores para as inferiores que caracteriza a amostra.

| Atributos | Total | R. siliciosas | Outros |
|---------------------------------------------|---------|---------------|---------|
| Estado | | | |
| Inteiros | 22,34 % | 23,23 % | 18,18 % |
| Inteiro e fragmentos proximais | 50,68 % | 52,58 % | 40,00 % |
| Fraturado | 77,66 % | 76,77 % | 81,82 % |
| Córtex | | | |
| Sem córtex | 75,20 % | 74,19 % | 80,00 % |
| Vestigial | 13,62 % | 14,19 % | 10,91 % |
| Semicortical | 9,81 % | 10,00 % | 9,09 % |
| Cortical | 1,36 % | 1,61 % | 0,00 % |
| Talão (NMI) | | | |
| Cortical | 5,91 % | 6,13 % | 4,55 % |
| Liso | 43,55 % | 44,79 % | 36,36 % |
| Diedro | 23,66 % | 22,70 % | 27,27 % |
| Facetado | 17,20 % | 17,18 % | 18,18 % |
| Punctiforme | 3,76 % | 3,68 % | 4,55 % |
| Esmagado | 5,38 % | 4,91 % | 9,09 % |
| Não identificável | 0,54 % | 0,61 % | 0,00 % |
| Estrangulamento junto ao talão (NMI) | | | |
| Presente | 5,38 % | 2,58 % | 1,82 % |
| Ausente | 94,62 % | 97,42 % | 98,18 % |
| Bolbo (NMI) | | | |
| Difuso | 41,94 % | 39,26 % | 63,64 % |
| Pronunciado | 46,24 % | 49,08 % | 22,73 % |
| Duplo bolbo | 0,54 % | 0,61 % | 0,00 % |
| Ausente | 11,29 % | 11,04 % | 13,64 % |

→

| Atributos | Total | R. siliciosas | Outros |
|---------------------------------------------|---------|---------------|----------|
| Esquírola bolbar (NMI) | | | |
| Presente | 26,88 % | 26,38 % | 27,27 % |
| Ausente | 73,12 % | 73,62 % | 72,73 % |
| Secção | | | |
| Triangular | 47,14 % | 47,42 % | 45,45 % |
| Trapezoidal | 47,41 % | 47,10 % | 49,09 % |
| Outra | 5,45 % | 5,48 % | 5,45 % |
| Bordos (inteiros) | | | |
| Paralelos | 35,37 % | 36,11 % | 30,00 % |
| Convergentes | 31,71 % | 33,33 % | 20,00 % |
| Divergentes | 13,41 % | 11,11 % | 30,00 % |
| Biconvexos | 1,22 % | 0,00 % | 10,00 % |
| Irregulares | 18,29 % | 19,44 % | 10,00 % |
| Negativos dorsais (inteiros) | | | |
| Concordantes | 64,63 % | 59,72 % | 100,00 % |
| Discordantes | 10,98 % | 12,50 % | 0,00 % |
| Não identificável | 24,39 % | 27,78 % | 0,00 % |
| Direção dos levantamentos (inteiros) | | | |
| Paralela | 51,22 % | 45,83 % | 81,82 % |
| Perpendicular | 1,22 % | 1,39 % | 0,00 % |
| Irregular | 2,44 % | 2,78 % | 0,00 % |
| Não identificável | 45,12 % | 50,00 % | 9,09 % |
| Nervuras regulares (inteiros) | | | |
| Presentes | 24,39 % | 22,22 % | 40,00 % |
| Ausentes | 75,61 % | 77,78 % | 60,00 % |
| Perfil mesial (inteiros) | | | |
| Direito | 31,71 % | 31,94 % | 30,00 % |
| Côncavo | 37,80 % | 34,72 % | 60,00 % |
| Torcido | 9,76 % | 11,11 % | 0,00 % |
| Ultrapassado | 20,73 % | 22,22 % | 10,00 % |
| Perfil do averso proximal (NMI) | | | |
| Direito | 88,17 % | 87,12 % | 95,45 % |
| Côncavo | 11,29 % | 12,27 % | 4,55 % |
| Irregular | 0,54 % | 0,61 % | 0,00 % |
| Perfil distal (inteiros) | | | |
| Côncavo | 59,76 % | 58,33 % | 80,00 % |
| Direito | 40,24 % | 41,67 % | 20,00 % |
| Ondas de percussão | | | |
| Salientes | 6,54 % | 6,45 % | 7,27 % |
| Aplanadas | 19,07 % | 18,06 % | 25,45 % |
| Não visíveis | 74,39 % | 75,48 % | 67,27 % |

→

| Atributos | Total | R. siliciosas | Outros |
|---------------------------|---------|---------------|---------|
| Acidentes de talhe | | | |
| Ultrapassagem | 10,35 % | 10,32 % | 10,91 % |
| Reflexão | 0,27 % | 0,32 % | 0,00 % |
| Fratura de Siret | 0,27 % | 0,32 % | 0,00 % |
| Duplo bolbo | 0,27 % | 0,32 % | 0,00 % |
| Fraturação | | | |
| Percussão | 0,70 % | 0,84 % | 0,00 % |
| Flexão | 11,93 % | 13,45 % | 2,22 % |
| Não identificável | 87,37 % | 85,71 % | 97,78 % |
| Alterações | | | |
| Tratamento térmico | 11,44 % | 13,55 % | 0,00 % |
| Potlid | 0,54 % | 0,65 % | 0,00 % |
| Total (N) | 367 | 310 | 55 |

Quadro 11 – Atributos das lamelas brutas

A elevada standardização ao nível das dimensões é visível, sobretudo nas larguras, em que o desvio-padrão é reduzido (quadro 12). As maiores frequências ocorrem entre os 6 e os 8 mm ao nível das larguras, e entre 14 a 19 mm, nos comprimentos (gráfico 2). As espessuras apresentam alguma variabilidade, mas têm uma frequência clara na classe 1,5-2 mm.

| Padrões métricos | Total | R. siliciosas | Outros |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Comprimento | | | |
| Média (mm) | 19,32 | 19,75 | 16,26 |
| Desvio-padrão | 6,81 | 7,01 | 4,22 |
| IC para a média (95%) | [17,85; 20,79] | [18,13; 21,37] | [13,64; 18,88] |
| Largura | | | |
| Média (mm) | 6,59 | 6,74 | 5,46 |
| Desvio-padrão | 2,10 | 2,09 | 1,88 |
| IC para a média (95%) | [6,14; 7,04] | [6,26; 7,22] | [4,29; 6,63] |
| Espessura | | | |
| Média (mm) | 2,75 | 2,80 | 2,34 |
| Desvio-padrão | 1,38 | 1,44 | 0,65 |
| IC para a média (95%) | [2,45; 3,05] | [2,47; 3,13] | [1,94; 2,74] |
| Índice de alongamento | | | |
| Média | 3,05 | 2,99 | 3,46 |
| Desvio-padrão | 1,04 | 0,71 | 2,36 |
| IC para a média (95%) | [2,82; 3,28] | [2,83; 3,15] | [2,00; 4,92] |
| N | 82,00 | 72,00 | 10,00 |

Quadro 12 – Padrões métricos das lamelas inteiras

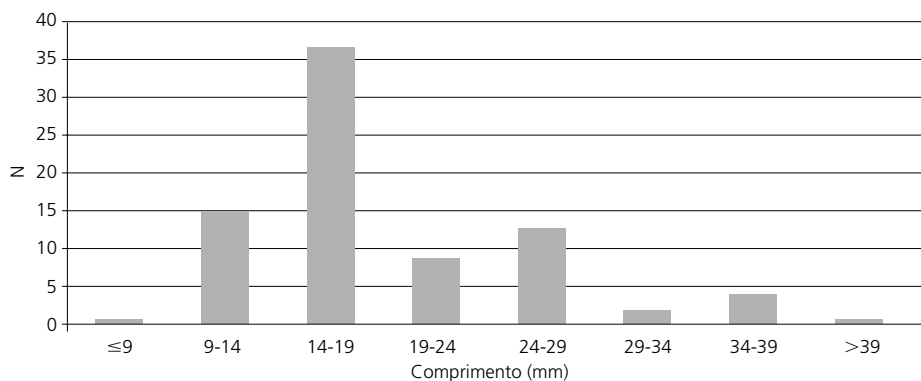


Gráfico 2 – Comprimentos das lamelas brutas (inteiras), por classes de 5 mm

Comparando os dados métricos, as diferenças ao nível das matérias-primas não parecem ter influência significativa sobre as dimensões das lamelas, uma vez que apresentam variações reduzidas. Os testes ANOVA realizados para avaliar as diferenças métricas entre lamelas em rochas siliciosas e quartzos, quartzitos e rochas ígneas, não demonstram evidências estatísticas para considerar estes conjuntos como significativamente diferentes (quadro 13). Quanto à variável presença/ausência de córtex, verifica-se uma influência apenas significativa nas espessuras, sendo que as lamelas com áreas de córtex superiores a 5% apresentam valores médios estatisticamente superiores (quadro 14).

| Grupos | Contagem | Soma | Média | Variância |
|-------------------|----------|--------|---------|-----------|
| Rochas siliciosas | 163 | 387,79 | 2,37908 | 1,264507 |
| Outros | 22 | 49,94 | 2,27 | 0,46741 |

| Fonte de variação | SQ | gl | MQ | F | valor P | F crítico |
|-------------------|----------|-----|----------|----------|----------|-----------|
| Entre grupos | 0,230636 | 1 | 0,230636 | 0,196614 | 0,657991 | 3,892776 |
| Dentro de grupos | 214,6658 | 183 | 1,173037 | | | |
| Total | 214,8964 | 184 | | | | |

Quadro 13 – ANOVA – espessuras das lamelas brutas (NMI) por tipo de matéria-prima

| Grupos | Contagem | Soma | Média | Variância |
|---------------------------|----------|--------|----------|-----------|
| Corticais e semicorticais | 24 | 72,87 | 3,03625 | 1,878729 |
| Sem córtex ou vestigial | 162 | 367,33 | 2,267469 | 0,989702 |

| Fonte de variação | SQ | gl | MQ | F | valor P | F crítico |
|-------------------|----------|-----|----------|----------|---------|-----------|
| Entre grupos | 12,35431 | 1 | 12,35431 | 11,22272 | 0,00098 | 3,892494 |
| Dentro de grupos | 202,5528 | 184 | 1,100831 | | | |
| Total | 214,9071 | 185 | | | | |

Quadro 14 – ANOVA – espessuras das lamelas brutas (NMI), por presença de córtex

Correlacionando as dimensões das lamelas com a presença/ausência de tratamento térmico, através de testes ANOVA, verifica-se uma redução pouco significativa dos comprimentos e larguras no conjunto termicamente alterado, mas moderadamente significativa nas espessuras (quadro 15, gráfico 3). Embora as peças alvo de tratamento térmico sejam menos abundantes relativamente ao restante conjunto de lamelas, colocando algumas reservas, a presença de tratamento térmico parece ter um impacto moderado sobre as espessuras, tornando os suportes mais finos. Com efeito, o tratamento térmico tem sido associado ao fabrico de produtos com gumes mais agudos (Boix Calbet, 2012, p. 39). Já a vantagem na obtenção de produtos mais compridos, também atribuída ao tratamento térmico (*ibidem*, p. 39), estaria limitada pela dimensão reduzida dos blocos de matéria-prima utilizados.

| Grupos | Contagem | Soma | Média | Variância |
|------------------------|----------|--------|----------|-----------|
| Sem tratamento térmico | 68 | 198,52 | 2,919412 | 1,88951 |
| Com tratamento térmico | 14 | 26,69 | 1,906429 | 1,133671 |

| Fonte de variação | SQ | gl | MQ | F | valor P | F crítico |
|-------------------|----------|----|----------|----------|----------|-----------|
| Entre grupos | 11,91318 | 1 | 11,91318 | 6,743233 | 0,011196 | 3,960352 |
| Dentro de grupos | 141,3349 | 80 | 1,766686 | | | |
| Total | 153,2481 | 81 | | | | |

Quadro 15 – ANOVA – espessuras das lamelas brutas (inteiras) por presença/ausência de tratamento térmico

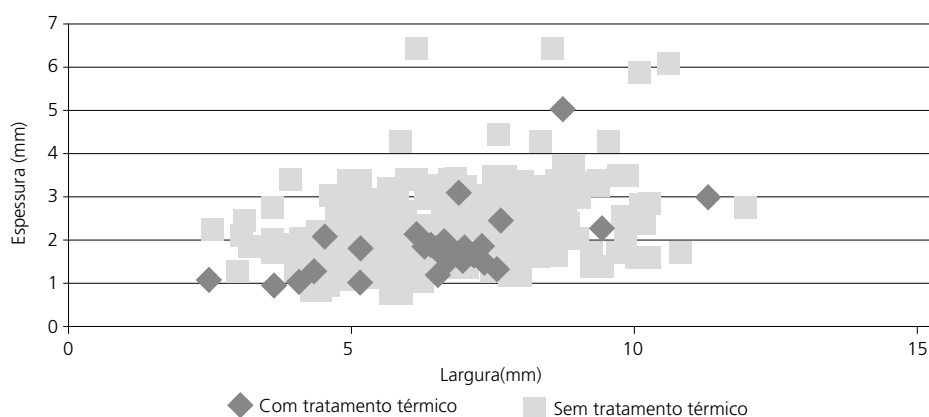


Gráfico 3 – Correlação larguras-espessuras das lamelas brutas sem córtex e com córtex vestigial (NMI), separadas pela presença/ausência de tratamento térmico.

De novo, a determinação das técnicas de talhe afigura-se difícil. As principais características das lamelas referidas como resultantes de talhe por pressão são o paralelismo dos bordos e das nervuras, o estrangulamento proximal junto

ao talão, as faces ventrais lisas, isto é, ondulações pouco pronunciadas e a espessura mesial reduzida e constante (Inizian et al., 1999, p. 79). Estes atributos não se verificam, de todo, nas lamelas analisadas. Quando detetados, não é suficientemente explícita a sua origem. As lamelas de Amoreiras apresentam bordos e nervuras relativamente irregulares. O estrangulamento proximal é muito raro. Embora a espessura mesial reduzida das lamelas se verifique, aparentemente favorecida pela aplicação de tratamento térmico – um procedimento frequentemente associado ao talhe por pressão (*ibidem*, p. 76) – há oscilações nas dimensões. As ondulações ventrais são pouco pronunciadas, mas poderão derivar da natureza das matérias-primas. A concavidade no anverso do terço proximal das lamelas, associada ao talhe por pressão (Zilhão, 1997; Carvalho, 1998), é rara. Já a frequência de perfis distais curvos, em parte resultantes de ultrapassagens, é um elemento sugestivo de talhe por pressão (Carvalho, 1998, 2008a; Brunet, 2012), bem como os bolbos curtos e pronunciados (Tixier, 1984) e, nos núcleos prismáticos de lamelas, a escassez de plataformas opostas (Inizian et al., 1999). Por outro lado, a irregularidade dos bordos e das nervuras (Carvalho, 1998), a utilização de uma ou mais plataformas de talhe (Inizian et al., 1999), a frequência de talões lisos e, por vezes, côncavos (Carvalho, 1998; Marchand, 2001) apontam para a percussão indireta. Tendo em conta que o tratamento térmico parece melhorar, também, a eficácia do talhe por percussão direta com percutor mole e percussão indireta (Boix Calbet, 2012, p. 39), entendemos que este não pode ser considerado, por si só, um fator-diagnóstico de talhe por pressão.

2.3.5. Utensilagem

Os utensílios retocados constituem apenas 16,90% do conjunto lítico, tendo sido excluídos potenciais utensílios *a posteriori*. O talhe em Amoreiras destinar-se-ia sobretudo à obtenção de lamelas para utilização em bruto ou retoque. Por outro lado, as lascas, produzidas em menor escala, destinar-se-iam principalmente a uma utilização em bruto, já que o índice de transformação é reduzido (16,88%) em relação às lamelas (38,32%). Com efeito, os utensílios foram obtidos principalmente a partir de lamelas (84,76% do total), sendo a presença de lascas retocadas bastante menos marcante (9,67%).

Grande parte da utensilagem foi recolhida na primeira e segunda camadas (quadro 16). Entre as categorias gerais, destacam-se os utensílios geométricos (52,79%). As lamelas retocadas ocupam uma fatia considerável (20,82%) e os utensílios de «fundo comum» estão presentes, ainda que menos expressivamente (11,90%).

| Utensilagem | Camada 1 | Camada 2 | Camada 3 | Total | N |
|---------------------------|------------|------------|-----------|-----------------|------------|
| Geométricos | 71 | 53 | 18 | 52,79 % | 142 |
| Lamelas retocadas | 26 | 20 | 10 | 20,82 % | 56 |
| Utensílios de fundo comum | 14 | 16 | 2 | 11,90 % | 32 |
| Diversos | 22 | 11 | 6 | 14,50 % | 39 |
| Total | 133 | 100 | 36 | 100,00 % | 269 |

Quadro 16 – Categorias gerais dos utensílios presentes em Amoreiras, por camada (total, incluindo fragmentos)

2.3.5.1. Geométricos

Os geométricos recuperados (figura 5) tendem a diminuir ao longo das camadas, seguindo todas as tipologias a mesma tendência (quadro 16). Confirma-se o predomínio dos segmentos (Arnaud, 1989), ao longo das três camadas (66,90% do total), nomeadamente os segmentos simétricos (76,84%). Menos representativos são os triângulos (19,72%), sendo entre estes mais frequentes os triângulos isósceles (57,14%). Os trapézios constituem o tipo menos representativo (9,15%). Ainda que escassamente, foram detetadas formas intermédias entre trapézios-segmentos e triângulos-segmentos.

Os vestígios de córtex são praticamente inexistentes. Nos trapézios, em que as secções originais estão conservadas, predominam as formas trapezoidais (quadro 17). Índícios de aplicação de tratamento térmico estão presentes (14,79% do total), apresentando uma maior frequência em segmentos.

O retoque é direto e abrupto (por vezes, com ligeiras oscilações), indiciando a sua uniformidade uma ausência de variações dos métodos de encabamento, provavelmente realizado com adesivo, o que reduziria o dispêndio de esforço e tempo na manufatura dos projéteis (Yaroshevich, 2010, p. 186). Triângulos e trapézios apresentam, quase sempre, truncaturas retas.

O elevado índice de fraturação (59,15%) poderá derivar de processos pós-deposicionais e/ou da sua utilização provável como projéteis. Embora a sua representação não seja proporcional, segmentos e trapézios dispõem de um índice de fraturação superior (64,21 e 61,54%, respetivamente), enquanto os triângulos se conservam maioritariamente inteiros (apenas 35,71% fraturados), diferença que poderá resultar das dimensões médias menores deste último tipo. Por regra, as fraturas são pouco extensas e localizam-se apenas em uma das extremidades dos utensílios, orientando-se quase exclusivamente de forma perpendicular ou oblíqua em relação ao eixo longitudinal da peça. A análise da tipologia das fraturas através de lupa manual permitiu identificar, num conjunto reduzido de peças (13), uma série de fraturas que se considerou como provavelmente resultantes de impacto de projétil, do tipo *bending* (flexão), que aparentavam ter alguma variabilidade, e brigantes (tipo golpe de buril/ pseudoburis). A escassa ocorrência de potenciais fraturas de impacto identificáveis (Nukushina, 2012, p. 56) poderá

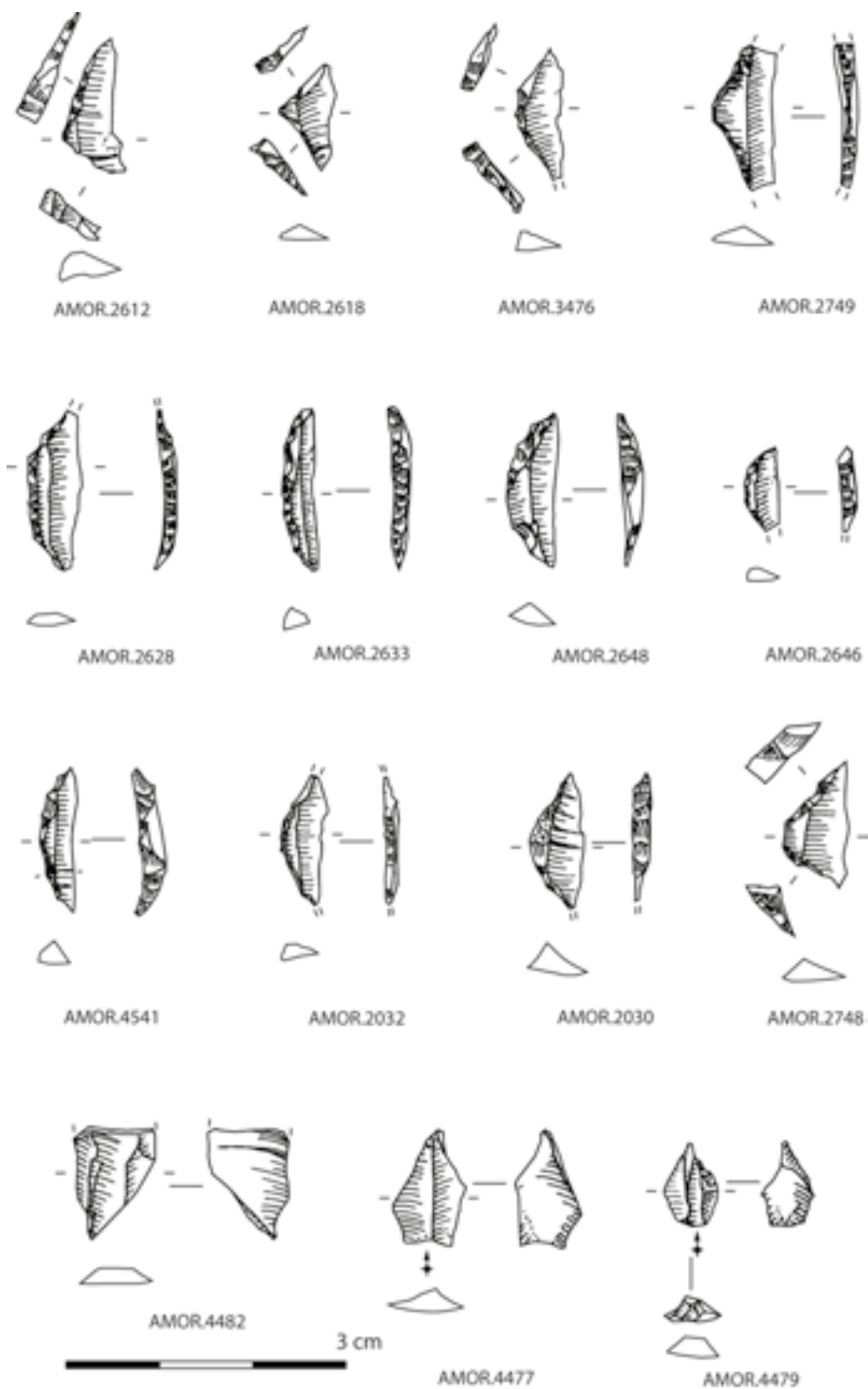


Fig. 5 – Geométricos e microburis do concheiro das Amoreiras (MNA)

derivar de vários fatores, como o modo de encabamento e da morfologia dos geométricos – o estudo experimental realizado por A. Yaroshevich aponta para que os segmentos constituam o tipo de geométrico com maior resistência a fraturas de impacto, quando encabados como pontas ou barbelas (Yaroshevich, 2010, p. 179). O reduzido tamanho dos segmentos parece, também, incrementar a resistência à fratura de projétil (*ibidem*, p. 186). Acrescente-se que, com frequência, os geométricos de Amoreiras apresentam esquirolamentos, retoques irregulares e irregularidades várias nas bases.

| Triângulos | Total |
|----------------------------|-----------|
| Estado | |
| Inteiro | 64,29 % |
| Fraturado | 35,71 % |
| Perfil | |
| Direito | 42,86% |
| Côncavo | 50,00 % |
| Torcido | 7,14 % |
| Ondas de percussão | |
| Salientes | 3,57 % |
| Aplanadas | 7,14 % |
| Não visíveis | 89,29 % |
| Alterações | |
| Tratamento térmico | 21,43 % |
| Tipo | |
| Isósceles | 57,14 % |
| Escaleno | 35,71 % |
| Indeterminado | 7,14 % |
| Truncatura | |
| Reta | 92,86 % |
| Reta e côncava | 3,57 % |
| Pequena truncatura côncava | 3,57 % |
| Total | 28 |

| Trapézios | Total |
|---------------|---------|
| Estado | |
| Inteiro | 38,46 % |
| Fraturado | 61,54 % |
| Secção | |
| Triangular | 23,08 % |
| Trapezoidal | 69,23 % |
| Outra | 7,69 % |

→

| Trapézios | Total |
|-----------------------------------------|-----------|
| Perfil | |
| Direito | 53,85 % |
| Côncavo | 46,15 % |
| Ondas de percussão | |
| Aplanadas | 7,69 % |
| Não visíveis | 92,31 % |
| Alterações | |
| Tratamento térmico | 15,38 % |
| Tipo | |
| Simétrico | 15,38 % |
| Assimétrico | 15,38 % |
| Assimétrico com grande trancatura curta | 7,69 % |
| Indeterminado | 61,54 % |
| Trancatura | |
| Reta | 61,54 % |
| Côncava | 15,38 % |
| Reta e côncava | 15,38 % |
| Pequena trancatura côncava | 7,69 % |
| Total | 13 |

| Segmentos | Total |
|---------------------------|-----------|
| Estado | |
| Inteiro | 35,79 % |
| Fraturado | 64,21 % |
| Córtex | |
| Sem córtex | 97,89 % |
| Vestigial | 2,11 % |
| Perfil | |
| Direito | 38,95 % |
| Côncavo | 52,63 % |
| Torcido | 8,42 % |
| Ondas de percussão | |
| Salientes | 3,16 % |
| Aplanadas | 7,37 % |
| Não visíveis | 89,47 % |
| Alterações | |
| Tratamento térmico | 10,53 % |
| Tipo | |
| Simétrico | 76,84 % |
| Assimétrico | 7,37 % |
| Indeterminado | 15,79 % |
| Total | 95 |

Quadro 17 – Atributos dos geométricos de Amoreiras

Ao nível das dimensões (quadro 18), os comprimentos dos geométricos inteiros apresentam uma estandardização evidente, com uma maior frequência das classes 12-14 e 14-16 mm. Os segmentos detêm o maior comprimento médio entre os geométricos – $15,29 \pm 3,50$ mm. Já os triângulos apresentam o comprimento médio mais reduzido e a maior variabilidade dos valores, oscilando entre as classes 8-10 mm e 20-22 mm. As larguras têm uma variação muito reduzida. Os segmentos apresentam a espessura média e o desvio-padrão mais reduzidos ($2,12 \pm 0,55$ mm). Destacam-se, ainda, por um índice de alongamento médio claramente superior, resultante dos valores mais elevados do comprimento.

| Padrões métricos | Total | Triângulos | Trapézios | Segmentos | Outros |
|------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| Comprimento | | | | | |
| Média | 14,85 | 13,99 | 15,13 | 15,29 | 13,95 |
| Desvio-padrão | 3,42 | 3,71 | 1,43 | 3,50 | — |
| Largura conservada | | | | | |
| Média | 4,92 | 5,53 | — | 4,69 | 5,81 |
| Desvio-padrão | 0,83 | 1,07 | — | 0,60 | 0,75 |
| N | 128,00 | — | — | — | 5,00 |
| Largura original | | | | | |
| Média | 6,91 | — | 6,91 | — | 6,91 |
| Desvio-padrão | 0,99 | — | 1,03 | — | — |
| N | 14,00 | — | 13,00 | — | 1,00 |
| Espessura | | | | | |
| Média | 2,13 | 2,14 | 2,25 | 2,12 | 1,94 |
| Desvio-padrão | 0,65 | 0,96 | 0,60 | 0,55 | 0,30 |
| Índice de alongamento | | | | | |
| Média | 3,03 | 2,54 | 2,43 | 3,42 | 2,48 |
| Desvio-padrão | 0,81 | 0,50 | 0,26 | 0,77 | — |
| N (total) | 142,00 | 28,00 | 13,00 | 95,00 | 6,00 |
| N (inteiros) | 58,00 | 18,00 | 5,00 | 34,00 | 1,00 |

Quadro 18 – Padrões métricos dos geométricos (total)

Comprimento e índices de alongamento: apenas calculado para geométricos inteiros.

Largura conservada: todos os geométricos excluindo trapézios e algumas formas de transição.

Largura original: obtida apenas para trapézios e formas de transição em que esta se encontrava conservada

Aparentemente, as lamelas produzidas em Amoreiras terão constituído os suportes dos geométricos. Com efeito, as larguras dos geométricos são inferiores às das lamelas do conjunto – as lamelas apresentam larguras mais frequentes nas classes 7,5-8 e 6,5-7 mm, enquanto no caso dos geométricos, a maior frequência ocorre na classe 4,5-5 mm; por outro lado, a média das larguras dos trapézios e de algumas formas de transição, não afetadas por retoque, enquadra-se dentro das

medidas das lamelas brutas. A comparação entre as espessuras dos geométricos e das lamelas, ainda que com diferenças ligeiras nos valores médios, mostram comportamentos coincidentes, sendo claramente dominante a classe 1,5-2 mm para os dois conjuntos. Os perfis dos geométricos são outro aspeto importante – observando os exemplares inteiros, dominam os perfis côncavos (58,62%), situação mais visível nos segmentos, que deverá estar relacionada com o maior comprimento destes, relativamente a outras tipologias. Considerando a já referida frequência de perfis curvos e ultrapassados das lamelas neste conjunto, verifica-se mais um elemento a favor da produção local dos geométricos, a partir de suportes lamelares.

A prática de fraturação por microburil encontra-se atestada pela presença destes resíduos, obtidos apenas a partir de rochas siliciosas. Considerando os geométricos inteiros, o rácio geométricos-microburis seria bastante proporcional (1,3:1). No entanto, a fragmentação da maioria dos geométricos do conjunto ocorre apenas numa das extremidades, pelo que, considerada a totalidade dos utensílios, a relação geométricos-microburis torna-se menos correspondente (3,2:1) – ainda assim, um valor mais proporcional relativamente a outros concheiros do Sado (ver ponto seguinte). Dada a não-concordância dos valores (influenciável pela seleção da amostra), é admissível que outras técnicas de fraturação tenham sido utilizadas para a produção de geométricos, como a percussão ou flexão direta, estando testemunhada a aplicação deste último procedimento em algumas lamelas. Porém, é algo problemática a utilização acrítica destes índices para calcular a intensidade do uso da técnica do microburil (Neeley e Barton, 1994, p. 278).

O teste ANOVA permitiu determinar que as diferenças ao nível das espessuras entre microburis, geométricos e lamelas brutas (NMI) não são estatisticamente significativas, o que aponta para a existência de uniformidade no conjunto (quadro 20). Com efeito, as classes de espessuras mais frequentes entre os microburis são as de 2-2,5 mm e 1,5-2 mm, coincidindo, genericamente, com os padrões dos geométricos (gráfico 4).

| Padrões métricos | Total |
|--------------------|--------------|
| Comprimento | |
| Média | 11,86 |
| Desvio-padrão | 3,26 |
| Largura | |
| Média | 7,15 |
| Desvio-padrão | 1,77 |
| Espessura | |
| Média | 2,28 |
| Desvio-padrão | 0,44 |
| N (total) | 44,00 |

Quadro 19 – Padrões métricos dos microburis

| Grupos | Contagem | Soma | Média | Variância |
|----------------|----------|--------|----------|-----------|
| Geométricos | 142 | 302,54 | 2,130563 | 0,416812 |
| Microburis | 44 | 101,47 | 2,306136 | 0,372889 |
| Lamelas brutas | 186 | 440,2 | 2,366667 | 1,16166 |

| Fonte de variação | SQ | gl | MQ | F | valor P | F crítico |
|-------------------|----------|-----|----------|----------|----------|-----------|
| Entre grupos | 4,556226 | 2 | 2,278113 | 2,901585 | 0,056191 | 3,020185 |
| Dentro de grupos | 289,7119 | 369 | 0,785127 | | | |
| Total | 294,2682 | 371 | | | | |

Quadro 20 – ANOVA – espessuras dos geométricos (total), microburis e lamelas brutas (NMI)

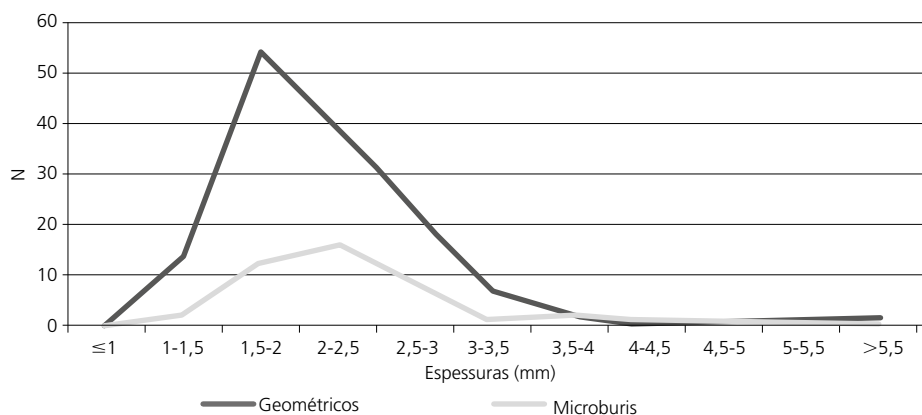


Gráfico 4 – Espessuras comparadas entre geométricos e microburis (total)

2.3.5.2. Lamelas retocadas

Neste grupo, incluíram-se lamelas de retoque marginal, lamelas de dorso abatido e lamelas com entalhes, denticulados, truncaturas e retoques atípicos (quadro 21; figura 6).

| Lamelas retocadas | Total | Inteiros |
|----------------------------|-----------|-----------|
| Retoque marginal | 48,21 % | 60,00 % |
| Dorso abatido | 8,93 % | 6,67 % |
| Entalhe | 17,86 % | 6,67 % |
| Denticulado | 3,57 % | 6,67 % |
| Entalhe + retoque marginal | 5,36 % | 6,67 % |
| Com retoque | 3,57 % | 0,00 % |
| Truncatura | 12,50 % | 13,33 % |
| Total | 56 | 15 |

Quadro 21 – Classificação tipológica das lamelas retocadas

As lamelas com retoque marginal dominam (48,21 %), ainda que apresentem um elevado grau de fraturação (66,67 %). Raramente dispõem de vestígios de córtex (11,11 %) e as secções são maioritariamente trapezoidais (66,67 %). Os retoques são sempre curtos e predominantemente diretos (85,19%), surgindo alguns exemplares com retoque inverso (14,81 %). São frequentes os retoques abruptos (55,56 %) e semiabruptos (40,74 %). Os talões são sobretudo facetados (41,18 %) e os bolbos quase sempre difusos (76,47 %), com raro esquirolamento (23,53 %). Os perfis das peças inteiras são côncavos (55,56 %) ou ultrapassados (44,44 %). O tratamento térmico encontra-se registado (18,52 %). Nas larguras, são dominantes as classes 6,5-7, 7-7,5 e 7,5-8 mm, estando de acordo com as dimensões das lamelas brutas deste conjunto. As espessuras apresentam uma média de $2,30 \pm 0,94$ mm, acompanhando a tendência das lamelas não-retocadas.

As lamelas com entalhe têm alguma representatividade (17,86%), obtidas por retoque curto, direto e abrupto. Três lamelas de retoque marginal apresentam, também, um entalhe. À semelhança de outros conjuntos do Sado, a frequência de entalhes poderá estar associada à fase inicial de aplicação da técnica de microburil (Araújo, 1995-1997, p. 138). As truncaturas sobre lamela (12,50%) podem também estar relacionadas com o fabrico de geométricos. Por outro lado, as lamelas de bordo abatido são escassas, sendo difícil a sua identificação a partir de fragmentos. As suas morfologias e características do retoque (direto e abrupto) enquadram-se no conjunto das armaduras. Escassas são, também, as lamelas denticuladas, sendo obtidas através de retoque muito curto e alternante.

As espessuras das lamelas retocadas ($2,35 \pm 0,81$ mm) e as das lamelas brutas ($2,36 \pm 1,01$ mm) apresentam valores médios muito próximos, não se detetando diferenças significativas, o que permite deduzir que pertenceriam ao mesmo padrão de produção. É clara a estandardização da produção lítica, registando-se, entre as lamelas brutas e os utensílios sobre lamela, um pico destacado de presenças na classe 1,5-2 mm (gráfico 5).

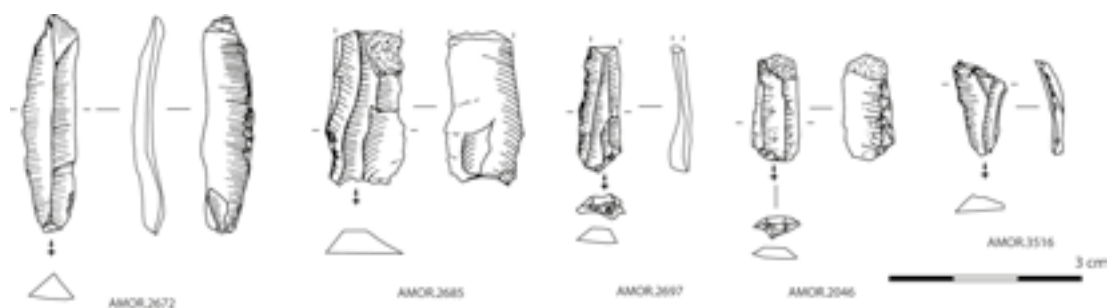


Fig. 6 – Lamelas retocadas de Amoreiras (MNA)

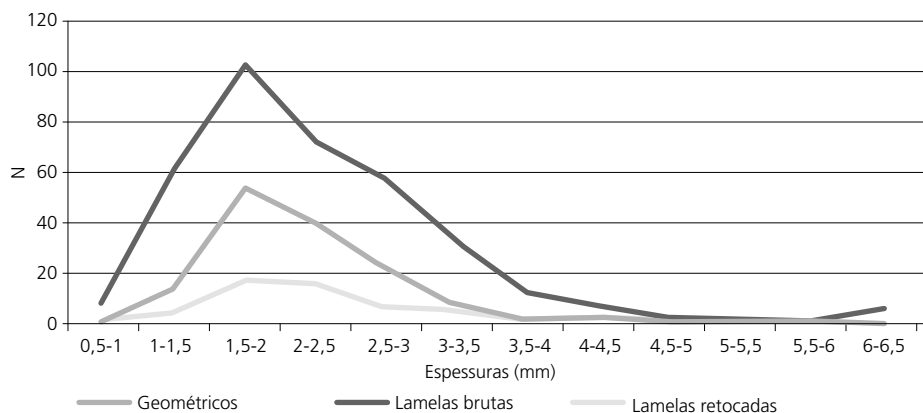


Gráfico 5 – Espessuras comparadas das lamelas brutas, geométricos e lamelas retocadas (total)

2.3.5.3. Utensílios de fundo comum

A utensilagem de «fundo comum» (lascas e lâminas retocadas, raspadeiras, buris, denticulados, furadores e utensílios compósitos sobre suportes não-lamelares) encontra-se mal representada, sendo mais frequente na primeira e segunda camadas (quadro 22; figura 7).

| Utensilagem | Camada 1 | Camada 2 | Camada 3 | % |
|-----------------|-----------|-----------|----------|-----------------|
| Lasca retocada | 7 | 11 | 2 | 62,50 % |
| Lâmina retocada | 3 | 1 | 0 | 12,50 % |
| Raspadeira | 1 | 1 | 0 | 6,25 % |
| Buril | 0 | 2 | 0 | 6,25 % |
| Denticulado | 1 | 0 | 0 | 3,13 % |
| Furador | 1 | 0 | 0 | 3,13 % |
| Compósito | 1 | 1 | 0 | 6,25 % |
| Total | 14 | 16 | 2 | 100,00 % |

Quadro 22 – Utensílios de fundo comum em Amoreiras, por camada (total, incluindo fragmentos)

Destacam-se as lascas retocadas (62,50%), que incluem retoques marginais e atípicos, entalhes e denticulados. Predominam peças em rochas siliciosas (95,00%), a maioria com vestígios de córtex. Os talões corticais e lisos são frequentes (31,25%), tal como nas lascas em bruto. Os bolbos são maioritariamente pronunciados (62,50%), sendo raro o esquirolamento. Similarmente às lascas não-retocadas, os bordos são maioritariamente convergentes (40,00%) e as secções triangulares (60,00%). Os retoques são curtos, afetando as peças de forma muito marginal, com uma direção maioritária direta e uma inclinação semiabrupta. As médias do comprimento das peças inteiras e da largura original atestam alguma dispersão dimensional (quadro 23). A espessura evidencia uma certa robustez destes utensílios. Globalmente, as dimensões médias das lascas retocadas são superiores em relação às lascas brutas deste conjunto.

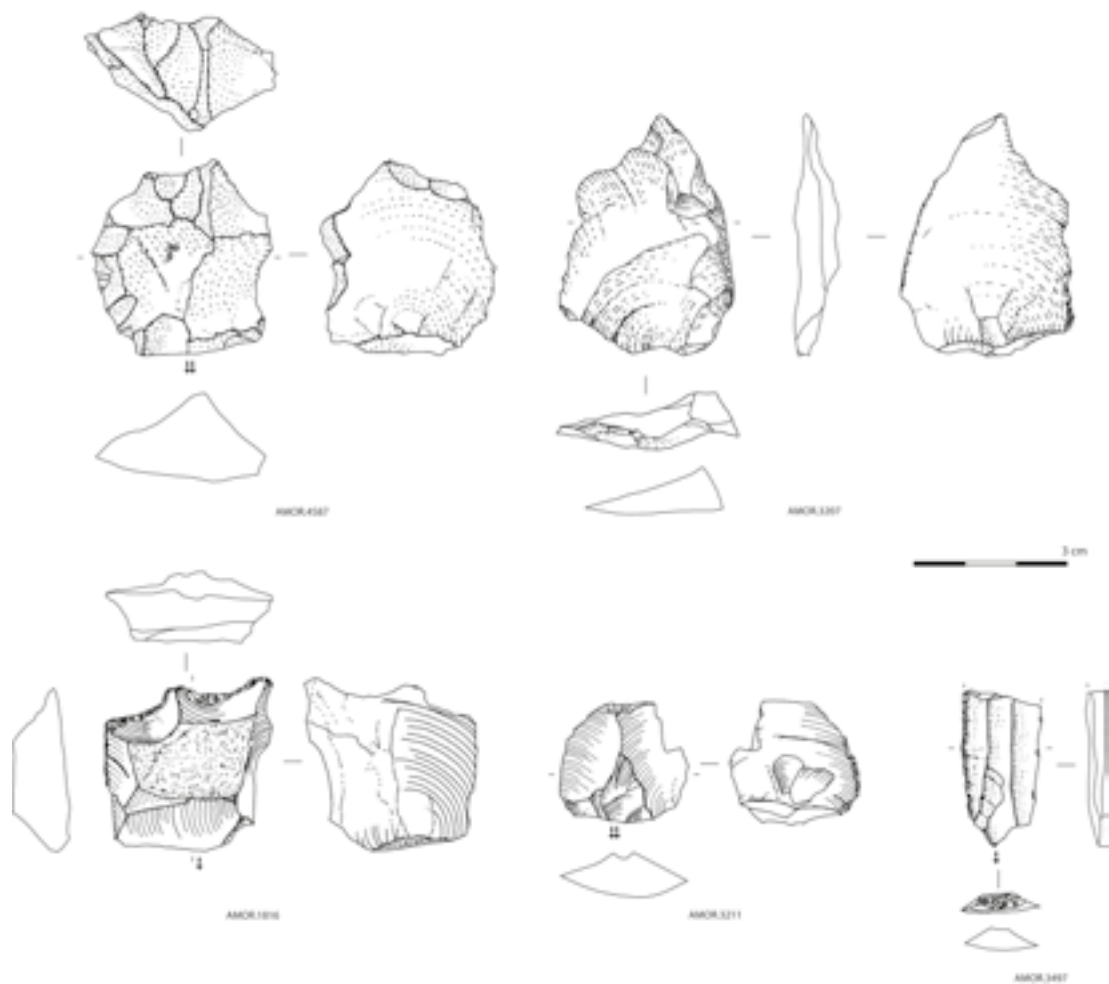


Fig. 7 – Utensilagem de «fundo comum» das Amoreiras (MNA)

| Padrões métricos | Total |
|-------------------------------|--------------|
| Comprimento (inteiros) | |
| Média | 25,66 |
| Desvio-padrão | 11,23 |
| N | 14,00 |
| Largura original | |
| Média | 19,05 |
| Desvio-padrão | 8,39 |
| N | 13,00 |
| Espessura | |
| Média | 6,09 |
| Desvio-padrão | 3,10 |
| N (total) | 20,00 |

Quadro 23 – Padrões métricos das lascas retocadas

As lâminas retocadas são residuais. Foram obtidas em rochas siliciosas e incluem retoques marginais e atípicos, curtos, com direção e inclinação variáveis. A maioria apresenta secção triangular e bordos não-paralelos, indícios de uma debitage que não objetivava a extração laminar nem a produção de utensilagem a partir desta. Uma das lâminas destaca-se por apresentar secção trapezoidal, talão picoteado e bordos paralelos, afastando-se do padrão morfométrico conhecido do Mesolítico final. Os buris são escassos e foram obtidos sobre lascas de pequena dimensão.

Raspadeiras, denticulados sobre seixo, furadores e utensílios compósitos constituem um grupo minoritário, mas que caracterizam uma utensilagem mais robusta (espessura média de $14,78 \pm 4,24$ mm), produzida sobre lascas espessas ou, por vezes, diretamente sobre os seixos.

Estes utensílios foram obtidos através de retoque longo ou invasor, maioritariamente direto e semiabrupto. As raspadeiras foram produzidas sobre lasca e embora classificadas como utensílios, poderão ter funcionado como núcleos para lascas e esquírolas. Já o único furador detetado foi realizado sobre seixo através de retoque longo, abrupto e alterno. Os utensílios compósitos foram obtidos sobre lasca, por retoque longo, semiabrupto e direto, expondo uma delineação denticulada, tendo-lhes sido atribuída a classificação de denticulado/furador e raspadeira/buril.

2.4. Estratégias de exploração da pedra em Amoreiras – uma síntese

2.4.1. Indicadores de talhe local e gestão das matérias-primas

A importância numérica dos restos de talhe e a presença de núcleos indicam a recorrência das práticas de talhe no sítio. O material, à partida, correspondente a etapas de descorticação (peças corticais e semicorticais), embora escasso, está presente, o mesmo se verificando com o material de preparação, manutenção e reavivamento dos núcleos. Os produtos resultantes das etapas de debitage são os mais bem documentados, principalmente os suportes lamelares, destinados a uma utilização direta ou à transformação por retoque. A produção de geométricos, através da fraturação por microburil, está confirmada pela presença dos resíduos característicos. Por último, a fase de abandono dos núcleos está atestada pela presença dos mesmos.

Não é possível, porém, afirmar a existência de cadeias operatórias diferenciadas consoante o tipo de matéria-prima. Apesar da diversidade de rochas e minerais utilizados, denota-se uma utilização maioritária de xistos siliciosos e chertes, em todas as categorias tecnológicas. Estas rochas estariam disponíveis, na sua maioria, localmente, sob a forma de seixos de pequena dimensão. Pode-se, no entanto, verificar que os geométricos foram quase exclusivamente produzidos em

rochas siliciosas, denotando-se uma seleção das melhores matérias-primas para a produção destas armaduras, dentro (e nos limites) do rol disponível. Por outro lado, o escasso material de manutenção e reavivamento dos núcleos foi inteiramente obtido em chertes e xistos siliciosos, sugerindo um cuidado em rentabilizar as melhores matérias-primas disponíveis. São também os núcleos em rochas siliciosas que revelam um maior grau de utilização. Desta forma, pode-se inferir que, apesar da disponibilidade aparentemente imediata de materiais talháveis, procurava-se obter um aproveitamento máximo das rochas siliciosas de melhor qualidade. A sua obtenção não seria tão fácil quanto outros materiais, como os quartzos e quartzitos, e os volumes originais teriam dimensões reduzidas, contendo um miolo de matéria-prima aproveitável circunscrito, devido às frequentes heterogeneidades internas.

2.4.2. Objetivos da debitagem

Em Amoreiras, o objetivo principal do talhe consistiria na debitagem estandarizada de lamelas a partir de pequenos seixos, conformados em núcleos prismáticos. Durante a exploração destes núcleos, em particular nas fases iniciais e finais, seria frequente a debitagem de outros produtos, nomeadamente de lascas e esquirolas. Parte das lamelas obtidas seria transformada, sobretudo em micrólitos geométricos, de dimensões muito normalizadas. A uniformidade tipológica é evidente no domínio claro de formas simétricas, principalmente de segmentos, e, em menor grau, triângulos. Os geométricos destinaram-se a uma utilização como elementos de projétil, como parecem indicar algumas fraturas. Por sua vez, dado a elevada quantidade de lamelas não-retocadas – algumas com sinais de uso – é provável que estas fossem, também, utilizadas em bruto.

Tendo em conta as várias estratégias de rentabilização das matérias-primas utilizadas, algumas pequenas lascas e esquirolas, independentemente do carácter mais ou menos intencional da sua produção, poderiam também ter sido utilizadas. Embora de forma menos expressiva, o talhe direcionado para lascas de pequena e média dimensão encontra-se atestado, as quais seriam produzidas para uma utilização predominante em bruto. Algumas seriam transformadas através de retoques marginais e outras, mais escassas, constituiriam o suporte de utensílios mais robustos.

2.4.3. Dinâmica da debitagem

Verifica-se a presença de dois principais métodos de talhe no conjunto analisado. Por um lado, observa-se a utilização do método prismático, com a extração recorrente de produtos segundo arestas-guia, confirmada pela presença de núcleos prismáticos e de produtos debitados alongados estandarizados. A debitagem por este processo seria realizada, sobretudo, a partir de pequenos seixos, destinando-

-se principalmente ao talhe lamelar. Alguns núcleos com cristas e peças de crista atestam a conformação de arestas-guia para a debitagem de lamelas, mas a sua reduzida expressão leva a supor que fossem maioritariamente utilizadas arestas naturais de seixos e cristais. Durante a conformação de núcleos prismáticos e a debitagem, resultaria a produção de pequenas lascas e esquírolas, as quais poderiam ser alvo de abandono, utilização ou, mais raramente, de transformação por retoque. Os pequenos núcleos com negativos de extração de lascas e/ou esquírolas deverão corresponder, maioritariamente, a estádios finais de volumes anteriormente consagrados à debitagem lamelar. Com efeito, verifica-se uma utilização intensiva dos volumes talhados de forma prismática, muitas vezes chegando ao estado de «esgotamento».

Menos frequente, mas clara, é a utilização do método «aleatório» (Carvalho, 1998), face à presença de núcleos informes e poliédricos, bem como de alguns seixos debitados, de forma pouco determinada, visando, sobretudo, a extração de lascas de pequena e média dimensão e esquírolas. A exploração a partir de um plano de talhe é minoritária, bem como a preparação das plataformas. As extrações são realizadas em múltiplas direções, de forma pouco padronizada. As lascas de maior dimensão destinavam-se a uma utilização predominante em bruto, mas poderiam também ser retocadas. Nesta estratégia, é ainda enquadrável a produção de alguma utensilagem de «ocasião», mais robusta (como raspadeiras, denticulados e furadores), quer a partir de lascas, quer usando os seixos originais como suportes.

2.4.4. Técnicas e procedimentos de talhe

A determinação das técnicas de talhe aplicadas é problemática. Os indicadores principais de talhe lamelar por pressão estão presentes, mas não de forma maioritária, o que leva a considerar provável a utilização de outras técnicas, como a percussão indireta. No entanto, este tipo de talhe carece de estigmas próprios conhecidos e as duas técnicas podem ter sido utilizadas, de forma conjugada ou não. É possível que a percussão indireta tenha sido aplicada de forma mais generalizada, e que, após conformação, alguns núcleos tenham sido sujeitos a talhe lamelar por pressão. No caso das lascas, alguns exemplares sugerem a utilização de percussão direta com percutor duro.

Embora sejam dominantes os núcleos com plataformas corticais e lisas, a facetagem constitui um procedimento frequentemente aplicado, sobretudo na debitagem de lamelas a partir de rochas siliciosas.

As ultrapassagens em lamelas são frequentes, demonstrando dificuldades no controlo do encurvamento distal durante a sua obtenção, maioritariamente realizada por exploração unipolar do núcleo. A extração de bases de núcleo seria um procedimento pouco aplicado e a debitagem de produtos de orientação distinta

na mesma superfície de talhe parece ser rara, sendo preferida a reorientação da debitagem numa face distinta do volume.

Ainda que de forma pouco frequente, o recurso ao tratamento térmico está presente (8,29% das peças), quase exclusivamente em material em *chert* (90,15%). Os indícios da aplicação do procedimento encontram-se em materiais de preparação e manutenção, núcleos, produtos debitados, utensílios, microburis e outros resíduos de talhe. A maior frequência encontra-se em lame-las brutas (11,44%) e em geométricos (14,79%). É, pois, provável que a aplicação do tratamento térmico ocorresse antes ou durante a conformação dos núcleos destinados ao talhe lamelar. A maioria dos núcleos com indícios de tratamento térmico apresenta negativos de extração de lamelas (81,82%). Apesar da ligação existente entre a debitagem lamelar por pressão e a aplicação de tratamento térmico durante o Neolítico, no Sul da Península Ibérica (Boix Calbet, 2012, p. 38), o conjunto analisado não permite fazer uma associação tão estrita a uma única técnica de talhe. É possível apenas inferir que o procedimento se destinaria a melhorar as propriedades mecânicas das matérias-primas utilizadas, ao incrementar a sua homogeneidade e elasticidade, permitindo um maior controlo e facilidade das operações de configuração e exploração dos núcleos, bem como de retoque dos suportes. Por outro lado, a aparente redução de espessuras verificada nas lamelas de Amoreiras com indícios de termo-alteração patenteia que o procedimento contribuiria para a maior rentabilização da matéria-prima, obtendo-se uma maior quantidade de suportes (e de gume natural), com um menor dispêndio de rocha siliciosa. O recurso ao tratamento térmico parece ser frequente em áreas caracterizadas pela escassez de matérias-primas de boa qualidade para o talhe (Boix Calbet, 2012, p. 39), com vista a maximizar o aproveitamento das rochas disponíveis. Seguindo este ponto de vista, a utilização de tratamento térmico em Amoreiras poderá ser entendida como uma resposta à escassez, na área dos concheiros do Sado, de rochas de boa qualidade para o talhe. A sua aplicação possibilitaria a melhoria das propriedades das rochas siliciosas existentes, principalmente de chertes, e, por conseguinte, uma maior rentabilização das mesmas.

Ao nível da conformação dos geométricos, a utilização de retoque abrupto e direto é exclusiva, o que, associado às suas reduzidas dimensões, torna evidente a procura de uma estratégia de produção estandardizada, mais económica do ponto de vista da matéria-prima e com um reduzido dispêndio de tempo e esforço na manufatura dos elementos de projétil e no seu encabamento. A presença de microburis indicia o recurso a esta técnica de fragmentação para a produção de geométricos. Outras técnicas de fragmentação são, no entanto, passíveis de terem sido aplicadas, como a fratura direta por percussão ou flexão.

3. PARA UMA INSERÇÃO CRONOCULTURAL DA INDÚSTRIA LÍTICA DE AMOREIRAS

3.1. Problemas estratigráficos

Os artefactos analisados de Amoreiras provêm das três primeiras camadas da área do «Prolongamento do Talhão», o que corresponde, segundo o corte realizado nesta zona de escavação, a apenas 1 m de potência estratigráfica escavada. A afetação dos depósitos é muito provável, bem como as movimentações de material, particularmente quando se trata de contextos de areias. Com efeito, no conjunto analisado, são mais abundantes os materiais provenientes da primeira e segunda camadas. Por sua vez, encontra-se alistada, no inventário do MNA, a existência de cerâmica proveniente destas três camadas, atribuível, sobretudo ao Neolítico antigo e final (Diniz, 2010, p. 56). Ainda assim, em corte (figura 8), como 3.^a camada («camada cinzenta e conchas»), encontram-se delimitados o que parecem ser dois «montículos» de conchas – onde, precisamente, a quantidade de material lítico recuperada é reduzida. Situação similar foi verificada nas intervenções dos anos 1980, em Poças de S. Bento, onde os depósitos conquíferos revelaram um espólio lítico reduzido (Araújo, 1995-1997, p. 105). Estão ainda registados, a menos de 1,5 m de profundidade, dois enterramentos em conexão anatómica, que aparentemente cortam o substrato, implicando a existência de algum grau de preservação dos depósitos.

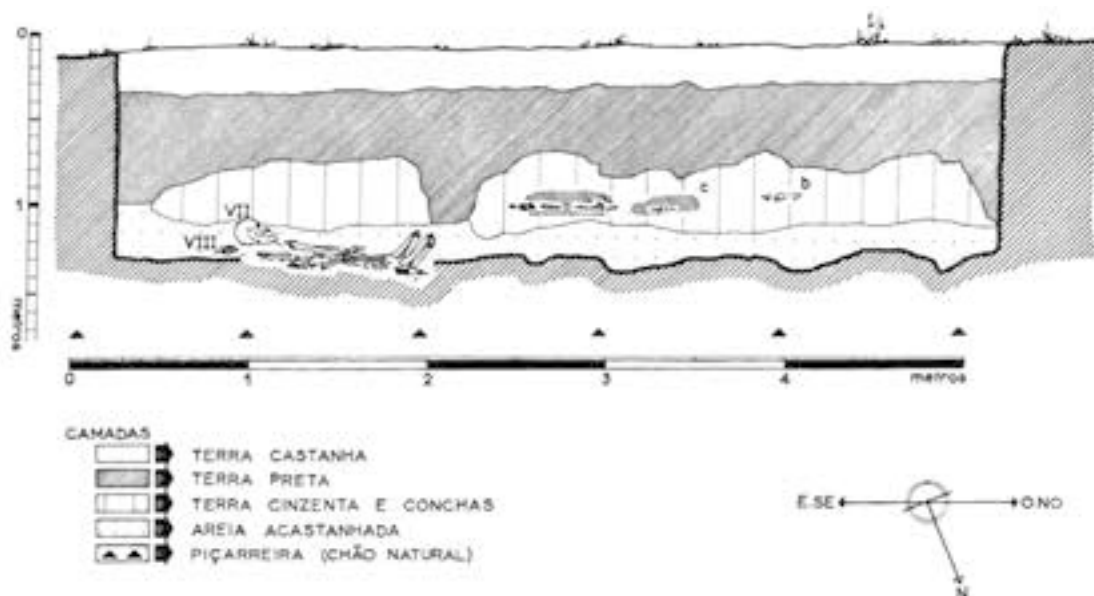


Fig. 8 – Corte estratigráfico do concheiro das Amoreiras, escavações de M. Heleno, MNA (a partir de Santos, 1985, p. 30, fig. 31)

A interpretação estratigráfica não é problemática apenas no concheiro das Amoreiras. A aparência de maior complexidade deste sítio deve-se à valorização dada à presença de cerâmica característica do Neolítico antigo nos níveis inferiores das sondagens de J. Arnaud (Arnaud, 2000, p. 29). Esta ocorrência, que conduziu à formulação da hipótese de contactos entre grupos mesolíticos e neolíticos (*ibidem*), tornava Amoreiras suscetível de ocupações diferenciadas cultural e temporalmente. Porém, essa possibilidade está longe de ser exclusiva deste sítio, já que, do ponto de vista das datações absolutas e, até certo ponto, da indústria lítica, o seu «carácter mesolítico» é tão defensável quanto outros sítios do Sado. Por outro lado, a presença de fragmentos cerâmicos, de diversas características tipológicas e tecnológicas, é frequente noutros concheiros do Sado, e não apenas nas camadas superficiais: Várzea da Mó (Marchand, 2001, p. 58); Poças de S. Bento (Araújo, 1995-1997, p. 105; Larsson, 1996, p. 137); Amoreiras (Diniz, 2010, p. 51-52); Cabeço do Pez (Santos, Soares e Silva, 1974, p. 177; Arnaud, 2000, p. 28); Vale de Romeiras (Reis, no prelo); Barrada do Grilo (Santos, Soares e Silva, 1972, p. 168-169). Estas situações traduzem, quer a facilidade de perturbações estratigráficas, que nem sempre se resumiriam às camadas superficiais, quer a frequentação dos sítios por grupos portadores de diferentes tradições culturais.

A dúvida reside em saber, em alguns casos, se estes elementos são, efetivamente, intrusivos e pouco significativos, ou se resultam de ocupações pós-mesolíticas de alguma envergadura, ou de contactos entre grupos mesolíticos e neolíticos. Pelo menos, na ausência de recipientes cerâmicos ou de outros elementos culturais documentados *in situ*, na base dos concheiros, não podemos afirmar com segurança que grupos portadores de cerâmica tenham feito parte do início do processo de formação destes sítios. É nesta perspetiva que encaramos o caso de Amoreiras, contrariando a ideia de que os fragmentos cerâmicos com decoração cardial nos níveis inferiores atestem «[...] a existência de contactos entre os habitantes mesolíticos deste local e comunidades atribuíveis ao Neolítico antigo ‘evolucionado’, ou ‘epicardial’, entretanto estabelecidas no litoral» (Arnaud, 2000, p. 29).

3.2. Os paralelos imediatos no vale do Sado

Ao nível dos concheiros do Sado (figura 9), apenas é possível fazer comparações sistemáticas da indústria lítica com os dados de Poças de S. Bento (Araújo, 1995-1997), Várzea da Mó e Cabeço do Rebolador (Marchand, 2001). No entanto, uma vez que os critérios de contabilização e classificação são distintos, nem sempre é possível uniformizar os valores e proceder a comparações rigorosas. Por outro lado, os conjuntos analisados não têm a mesma dimensão e nem sempre todas as categorias tecnológicas são analisadas na sua totalidade. Para o sítio da Barrada do Grilo (Santos, Soares e Silva, 1972), o reduzido espólio lítico recuperado e publicado limita comparações quantitativas, o mesmo se sucedendo com

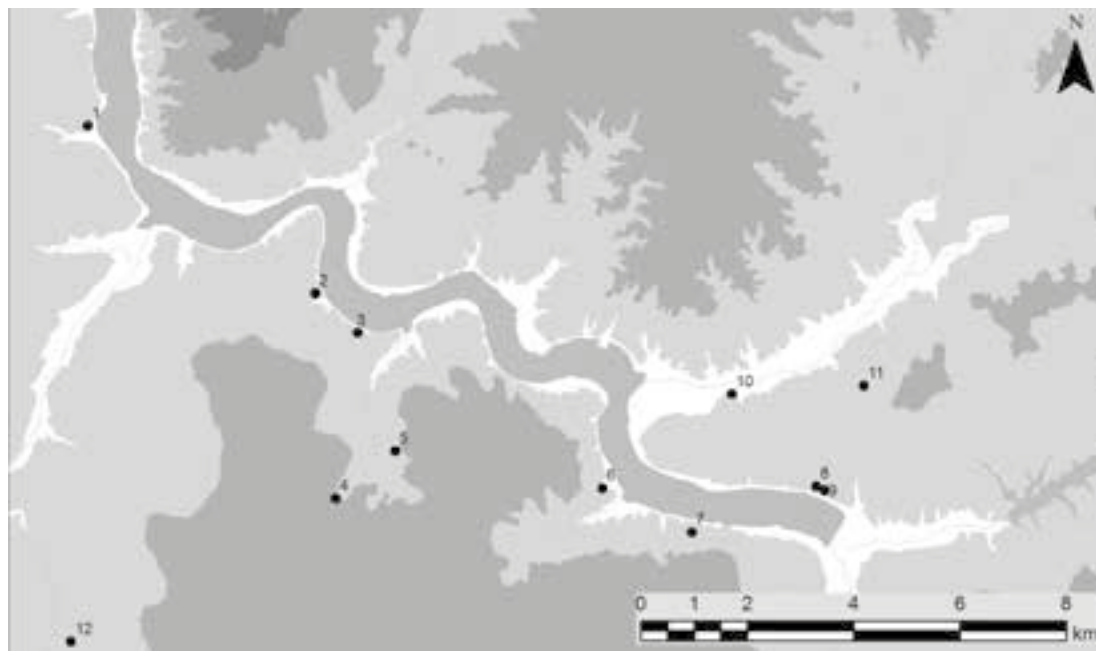


Fig. 9 – Localização dos concheiros do vale do Sado: 1- Arapouco; 2 – Cabeço do Rebolador; 3- Barreirão; 4 – Poças de S. Bento; 5 – Fonte da Mina; 6 – Barrada das Vieiras; 7 – Cabeço das Amoreiras; 8 – Vale de Romeiras; 9- Cabeço do Pez; 10 – Várzea da Mó; 11 – Barrada do Grilo; 12 – Barranco da Moura (Diniz, 2012, p. 141, fig. 1)

o conjunto analisado do Cabeço do Pez, que apenas diz respeito ao talhão 1 das escavações de M. Heleno (Santos, Soares e Silva, 1974).

No que toca à utilização das matérias-primas, a situação de Amoreiras é consentânea com a dos restantes sítios, sendo visível o talhe de rochas genericamente caracterizáveis por uma reduzida aptidão para o talhe. O uso de rochas siliciosas é predominante. É difícil, porém, afirmar se existem ou não diferenças significativas entre os sítios, devido aos distintos critérios de classificação utilizados. Por outro lado, resulta interessante confirmar que as percentagens de utilização de quartzo e quartzo hialino são idênticas entre os sítios (Marchand, 2001, p. 63), situando-se entre os 8,5 a 9,9% (quadro 24). Quanto às rochas metamórficas e ígneas, em Poças de S. Bento parece detetar-se uma utilização mais expressiva (16,2% de objetos líticos em rochas ígneas, 1,6% em quartzito e 0,4% em rochas de grão grosseiro), relativamente a Amoreiras.

| Sítio | % |
|---------------------|-------|
| Amoreiras | 8,5 % |
| Poças de S. Bento | 9,1 % |
| Várzea da Mó | 9,9 % |
| Cabeço do Rebolador | 9,2 % |

Quadro 24 – Presença de quartzos entre as matérias-primas debitadas dos concheiros do Sado (a partir de Araújo, 1995-1997; Marchand, 2001)

Embora escasso, em Amoreiras, contabiliza-se algum material de preparação e manutenção dos núcleos, tal como em Cabeço do Rebolador e Várzea da Mó, onde surgem algumas peças de crista e *tablettes*. No entanto, cristas, flancos e *tablettes* não foram detetados em Poças de S. Bento. Com efeito, as operações de preparação e conformação não seriam frequentes nestes sítios.

A orientação predominante do talhe para a extração de lamelas regulares e estreitas é destacada na maioria dos concheiros. A representatividade de lamelas nos conjuntos líticos é similar entre Amoreiras (23,1%) e Poças de S. Bento (24%). Por outro lado, os núcleos para extração de lamelas são maioritários em todos os conjuntos, sendo que Amoreiras e Poças de S. Bento têm percentagens próximas (74,2% e 66%, respetivamente, incluindo fragmentos e núcleos mistos). Estes núcleos apresentam, normalmente, uma única plataforma de talhe (Poças de S. Bento, Amoreiras e Várzea da Mó), mas a utilização de dois planos é frequente. O peso médio dos núcleos, medido apenas para as peças de Poças de S. Bento, é praticamente coincidente com o valor de Amoreiras. Apesar da proximidade dos valores, os núcleos para lamelas de Amoreiras caracterizam-se por um comprimento do eixo maior de debitagem mais reduzido em relação aos restantes concheiros (quadro 25). Acordando com esta situação, as lamelas de Amoreiras apresentam dimensões mais reduzidas em relação às de Poças de S. Bento. No entanto, as larguras parecem estar de acordo com a média verificada em Cabeço do Rebolador e Várzea da Mó (quadro 26).

| Sítio | CEMD * | CM * | Peso (total) |
|---------------------|---------|---------|--------------|
| Amoreiras | 19,1 | 21,1 | 13,88 |
| Poças de S. Bento | 23,2 | — | 14,29 |
| Várzea da Mó | 23,8 ** | — | — |
| Cabeço do Rebolador | 24,3 ** | 26,1 ** | — |

Quadro 25 – Comparação das medidas médias dos núcleos dos concheiros do Sado (a partir de Araújo, 1995-1997 e Marchand, 2001)

* CMED (comprimento do eixo maior de debitagem, em mm) e CM (comprimento máximo, em mm) dizem respeito a núcleos de lamelas, excluindo mistos. ** Apenas contabilizadas as peças em rochas de grão fino.

| Sítio | Comprimento | Largura | Espessura |
|---------------------|-------------|---------|-----------|
| Cabeço do Rebolador | — | 6 a 7 | — |
| Poças de S. Bento | 23,2 | 8,2 | 2,9 |
| Amoreiras | 19,3 | 6,6 | 2,8 |
| Várzea da Mó | — | ±7 | — |

Quadro 26 – Comparação das medidas médias das lamelas inteiras dos concheiros do Sado (em mm, a partir de Araújo, 1995-1997; Marchand, 2001)

O talhe de lascas encontra-se atestado em todos os concheiros. Os núcleos para lascas (excluindo núcleos mistos) constituem 13,7% do total em Poças de S. Bento e 12,1% em Amoreiras. À semelhança de Amoreiras, as lascas de Poças de S. Bento apresentam talões predominantemente lisos e corticais. No entanto, detetam-se diferenças quantitativas. As lascas brutas são relativamente abundantes em Poças de S. Bento, onde constituem 18,4% da indústria analisada, enquanto em Amoreiras esse valor baixa para 8,4%. Por sua vez, em Cabeço do Rebolador, as lascas são numericamente muito superiores em relação às lamelas, comparando com Várzea da Mó (Marchand, 2001, p. 103) e outros sítios, onde a debitagem lamelar adquire uma importância superior. Em relação aos restantes concheiros, as lascas de Amoreiras parecem ter dimensões bastante reduzidas. As peças de Amoreiras têm um comprimento médio de 19,1 mm, enquanto os exemplares de Poças de S. Bento têm uma média de cerca de 28,7 mm. A diferença poderá reforçar a hipótese de o talhe de lascas em Amoreiras ser maioritariamente decorrente das estratégias de talhe lamelar, e não tanto de uma cadeia operatória específica de extração de suportes largos.

Quanto às técnicas de debitagem, as dificuldades já referidas na sua determinação limitam as comparações, sobretudo ao nível do talhe lamelar. Parece haver alguma diferenciação quanto à aplicação de facetagem, já que as plataformas facetadas nos núcleos são maioritárias em Poças de S. Bento (56%), enquanto em Amoreiras se reduzem a 36%. Essa diferenciação reflete-se na predominância de talões lisos nas lamelas de Amoreiras, ao contrário de Poças de S. Bento e Cabeço do Rebolador, onde os talões diedros e facetados são bastante frequentes. No entanto, as lamelas dos concheiros do Sado apresentam uma maior frequência de talões lisos e alguma irregularidade dos bordos, o que não se coaduna bem com a aplicação de talhe por pressão e torna provável a aplicação de outras técnicas, como a percussão indireta. Os suportes obtidos são, do ponto de vista das dimensões, muito standardizados, com larguras frequentemente entre os 6 e os 8 mm e espessuras inferiores a 3 mm. O comprimento médio das lamelas em Poças de S. Bento situa-se nos 23,17 mm, pouco superior ao verificado em Amoreiras – 19,32 mm (exemplares inteiros). Esta diferenciação está de acordo com as medidas dos núcleos. A aplicação de percussão direta para a debitagem de lascas parece ser consensual (Marchand, 2001, p. 56), dada a elevada frequência de talões lisos entre estes suportes, em todos os sítios analisados.

A utensilagem retocada é dominada por geométricos nos concheiros do Sado, por regra representando cerca de metade dos utensílios (quadro 27). Apenas em Cabeço do Rebolador se verifica que a percentagem de geométricos é substancialmente menor (21,15%).

| Sítio | Geométricos | | Lamelas retocadas | | Fundo comum | | Utensílios (total) |
|---------------------|-------------|-----|-------------------|----|-------------|----|--------------------|
| Cabeço do Rebolador | 21,15 % | 33 | 1,92 % | 3 | 18,59 % | 29 | 156 |
| Poças de S. Bento | 56,09 % | 244 | 19,54 % | 85 | 13,10 % | 57 | 435 |
| Amoreiras | 52,79 % | 142 | 20,82 % | 56 | 11,90 % | 32 | 269 |
| Várzea da Mó | 46,72 % | 57 | 17,21 % | 21 | 13,93 % | 17 | 122 |

Quadro 27 – Utilização nos concheiros do vale do Sado (a partir de Araújo, 1995-1997; Marchand, 2001; % em relação ao total dos utensílios retocados)

Trapézios e segmentos constituem as formas predominantes, enquanto os triângulos se encontram escassamente representados na maioria dos concheiros (quadro 28). Em Amoreiras e Várzea da Mó, os segmentos predominam, em percentagens próximas, mas enquanto no primeiro sítio a segunda tipologia dominante é constituída pelos triângulos, em Várzea da Mó são mais abundantes os trapézios. No que foi possível averiguar, no talhão 1 do Cabeço do Pez, são mais frequentes os segmentos, seguidos pelos triângulos (Santos, Soares e Silva, 1974). Porém, segundo o relatório de J. Roldão (1956), da escavação dos talhões A, B e C, os trapézios constituem o tipo dominante. Por sua vez, em Cabeço do Rebolador e Poças de S. Bento, são os trapézios a tipologia dominante (sobretudo assimétricos), seguindo-se os segmentos. Aparentemente, também em Vale de Romeiras, os trapézios constituem o tipo dominante (Arnaud, 1989), sobretudo as formas assimétricas (Reis, no prelo). Em Amoreiras, Poças de S. Bento, Cabeço do Rebolador e Várzea da Mó, os segmentos são maioritariamente simétricos.

| Sítio | Trapézios | | Triângulos | | Segmentos | | Total | Inteiros |
|---------------------|-----------|-----|------------|----|-----------|----|-------|----------|
| Cabeço do Rebolador | 60,61 % | 20 | 15,15 % | 5 | 24,24 % | 8 | 33 | 17 |
| Poças de S. Bento | 63,93 % | 156 | 11,89 % | 29 | 24,18 % | 59 | 244 | 139 |
| Amoreiras | 9,15 % | 13 | 19,72 % | 28 | 66,90 % | 95 | 142 | 58 |
| Várzea da Mó | 22,81 % | 13 | 7,02 % | 4 | 70,18 % | 40 | 57 | 32 |
| Cabeço do Pez | 24,32 % | 18 | 29,73 % | 22 | 45,95 % | 34 | 74 | — |

Quadro 28 – Representação das principais tipologias de geométricos nos concheiros do Sado (a partir de Araújo, 1995-1997; Marchand, 2001; Santos, Soares e Silva, 1974)

A média das espessuras dos geométricos de Amoreiras – 2,1 mm – é coincidente com a verificada nos exemplares de Poças de S. Bento. No que toca aos segmentos, verifica-se, a partir dos dados de Cabeço do Rebolador, Amoreiras e Várzea da Mó, uma elevada uniformidade ao nível das dimensões (quadro 29).

O recurso à técnica do microburil encontra-se atestado em todos os sítios analisados, incluindo Cabeço do Pez (Santos, Soares e Silva, 1974), embora os microburis sejam sempre numericamente inferiores aos geométricos. A presença destes resíduos em Amoreiras é significativa quando comparada com outros con-

| Sítios | Comprimentos | Larguras | Espessuras |
|---------------------|--------------|----------|------------|
| Cabeço do Rebolador | 16,00 | 4,90 | — |
| Poças de S. Bento | — | — | — |
| Amoreiras | 15,29 | 4,69 | 2,12 |
| Várzea da Mó | 15,10 | 4,70 | 2,00 |

Quadro 29 – Padrões métricos dos segmentos dos concheiros do Sado (mm, a partir de Araújo, 1995-1997; Marchand, 2001)

juntos do Sado (quadro 30). O rácio geométricos-microburis de 3,2:1 em Amoreiras pode ser considerado inferior à média.

| Sítio | Microburis* | | G./M.163** (total) | G./M. (inteiros) |
|---------------------|-------------|----|--------------------|------------------|
| Cabeço do Rebolador | 0,95 % | 20 | 1,7 | 0,9 |
| Poças de S. Bento | 0,45 % | 38 | 6,4 | 3,6 |
| Amoreiras | 2,76 % | 44 | 3,2 | 1,3 |
| Várzea da Mó | 0,74 % | 9 | 6,3 | 3,6 |

Quadro 30 – Presença de microburis nos concheiros do Sado (a partir de Araújo, 1995-1997; Marchand, 2001)

* Percentagens em relação ao total do conjunto lítico analisado. ** G./M. – rácio geométricos/microburis

Embora a eficácia da aplicação desta técnica na produção de utensílios de tão reduzida dimensão, com matérias-primas de escassa qualidade, tenha sido questionada (Araújo, 1995-1997, p. 137), verifica-se a sua utilização nos concheiros do Sado. A escassa representatividade dos microburis poderá derivar não tanto da reduzida dimensão dos suportes/utensílios a obter, mas sobretudo das limitações das matérias-primas utilizadas. Numa ótica de maximização da matéria-prima, alguns microburis poderão também ter sido aproveitados e retocados (Neeley e Barton, 1994, p. 278). Por outro lado, segundo alguns estudos experimentais, mesmo quando a técnica do microburil é bem sucedida, podem apenas resultar restos de talhe não identificáveis (Finlay, 2003, p. 174; Miolo e Peresani, 2005, p. 67). Desta forma, a utilização da técnica do microburil poderá ter ocorrido com maior frequência do que o registo arqueológico demonstra diretamente.

Em menor número do que os geométricos, as lamelas retocadas encontram-se representadas em percentagens entre os 17 e o 21 % da utensilagem total, com exceção de Cabeço do Rebolador, onde estão praticamente ausentes. Por sua vez, a utensilagem de «fundo comum», dominada por lascas retocadas, é, em geral, menos frequente, representando sensivelmente entre 12 a 19 % do total de utensílios.

É visível a existência de uma grande uniformidade formal e métrica ao nível da produção lítica nos concheiros do Sado. Algumas diferenças são, no entanto, de destacar. Ao contrário de Poças de S. Bento e Cabeço do Rebolador,

não foi identificada, em Amoreiras, uma gestão de matérias-primas diferenciada consoante os produtos pretendidos, mas, antes, uma preferência generalizada pela utilização de rochas siliciosas, seja para a produção de lamelas, seja para a produção de outros suportes. Em Poças de S. Bento, foi identificada uma cadeia operatória própria de produção de lascas a partir de rochas metamórficas e ígneas (Araújo, 1995-1997, p. 115). Por sua vez, em Cabeço do Rebolador, foi verificado que as rochas de grão grosseiro se destinam predominantemente à produção de lascas não standardizadas ou de utensílios sobre seixo (Marchand, 2001, p. 58). Em Amoreiras, tal como em Várzea da Mó, na utilização de outras matérias-primas, como o quartzo, procura-se a adoção do mesmo método de talhe aplicado às rochas siliciosas em geral – o talhe prismático de produtos lamelares (*ibidem*, p. 61). Quando esta não se verifica, os blocos são talhados com vista a uma produção expedita de lascas não-standardizadas ou à produção de utensílios sobre seixo.

Parece também haver alguma distinção na importância da produção de lascas nestes sítios. G. Marchand refere que a indústria de Várzea da Mó se distingue por uma produção lamelar muito mais acentuada em relação a Cabeço do Rebolador (*ibidem*, p. 65). De facto, o número de lascas em Cabeço do Rebolador supera o das lamelas, ao nível das matérias finas e dos quartzos. Por outro lado, o número de utensílios geométricos recuperados é o mais reduzido relativamente a outros concheiros, embora o conjunto lítico seja o segundo maior estudado. Em Poças de S. Bento, a produção de lascas parece ter alguma importância (42,9% dos produtos de debitagem), embora a presença de produtos lamelares seja mais saliente (Araújo, 1995-1997, p. 110).

As diferenças na produção lítica dos concheiros do Sado, para além de poderem ser atribuíveis a distintas funções dos sítios, durações das ocupações, cronologias e opções culturais, poderão relacionar-se com disponibilidades diferenciadas das matérias-primas, tendo em conta a dispersão geográfica destes sítios.

3.3. Amoreiras – um caso consonante ou dissonante no vale do Sado?

A análise lítica de Amoreiras revela alguns elementos pouco expectáveis para o panorama conhecido dos concheiros do vale do Sado. Entre eles, destaca-se a presença, ainda que não muito frequente, de tratamento térmico, procedimento que se encontrava até agora praticamente ausente do quadro das indústrias líticas dos concheiros sadinos. A única exceção é constituída por um núcleo em Poças de S. Bento, da camada A, referido por A. Araújo como sendo atribuível à ocupação neolítica do local (Araújo, 1995-1997, p. 115). Com efeito, a aplicação de tratamento térmico no sílex tem sido sistematicamente vista como uma característica própria dos produtos lamino-lamelares do Neolítico antigo do território atualmente português, alguns destes obtidos através de debitagem por pressão

(Carvalho, 2008a, p. 41; Marchand e Manen, 2010, p. 175). A identificação da técnica em conjuntos líticos atribuídos ao Mesolítico é praticamente desconhecida – apenas Lubell e colaboradores colocam a hipótese de o tratamento térmico ter sido aplicado em parte do sílex de Fiais, Odemira (Lubell et al., 2007, p. 216).

Independentemente da sua origem cultural, parece sensato pensar o tratamento térmico em Amoreiras enquanto resposta ocasional às deficiências das matérias-primas disponíveis localmente. Efetivamente, são ainda escassos os estudos sistemáticos das indústrias líticas dos concheiros do Sado e a sua aparente ausência para além de Amoreiras poderá decorrer de falta de investigação. Tipologicamente, não parece haver diferenças significativas no material termoalterado, apontando para que esta técnica se destinasse a melhorar os procedimentos inerentes ao talhe lamelar, com vista a rentabilizar as melhores rochas siliciosas disponíveis. Com base nos dados de Amoreiras, não é possível afirmar inequivocamente que a presença de tratamento térmico resulta de ocupações pós-mesolíticas do sítio, tendo em conta a falta de contextos estratigráficos, embora, no estado atual dos conhecimentos, essa hipótese seja provável.

Nos concheiros do Sado, a importância dos segmentos faz-se denotar, para além de Amoreiras, nos conjuntos analisados da Várzea da Mó, onde predominam (Marchand, 2001), e mesmo de Poças de S. Bento, onde constituem o segundo tipo mais representativo (Araújo, 1995-1997). Desta forma, a abundância de segmentos em Amoreiras não pode ser considerada um caso isolado no vale do Sado. Por outro lado, a nosso ver, o predomínio desta tipologia em contextos do Neolítico antigo do Centro e Sul de Portugal não a torna necessariamente exclusiva de contextos cronologicamente mais recentes do Mesolítico final, dispondo-se de

escassos dados crono-estratigráficos para precisar o surgimento destas armaduras e definir a sua origem cultural (ver Nukushina, 2012, p. 96).

No conjunto lítico de Amoreiras, há, no entanto, algumas peças com tipologias atípicas de produções microlíticas, como uma lâmina com retoque marginal e talão pico-teado (figura 7) – característica do talhe lamelar por pressão com punção do Neolítico final/Calcolítico do Sul Peninsular (Morgado e Pelegrin, 2012, p. 227). A presença desta lâmina é consentânea com a recuperação em Amoreiras de cerâmica

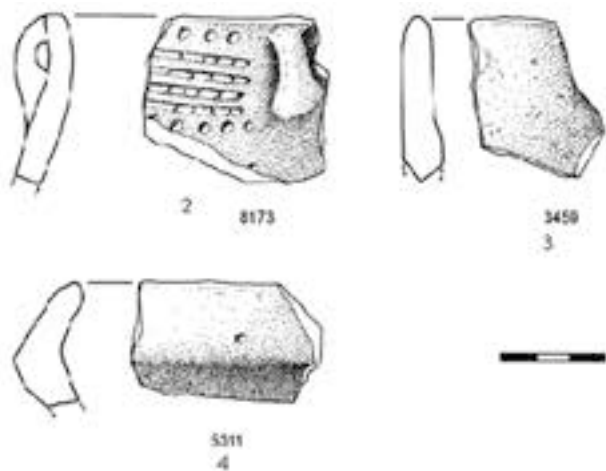


Fig. 10 – Cerâmica do concheiro das Amoreiras das escavações de M. Heleno, MNA (adaptado de Diniz, 2010, fig. 2)

característica do Neolítico final, em concreto, de recipientes com carenas (figura 10), bordos denteados, bordos exvertidos e em aba e cordões impressos paralelos abaixo do bordo (Diniz, 2010, p. 51).

Salvo estas exceções, as características da pedra lascada de Amoreiras parecem inserir-se no quadro geral dos concheiros do Sado, caracterizado por uma grande uniformidade formal e métrica da produção lítica. Se, por um lado, podemos relacionar esta padronização com fatores ambientais, como as limitações das matérias-primas locais, podemos igualmente interpretá-la enquanto opção cultural de exploração dos recursos locais, sem recurso à importação regular de matérias-primas e/ou artefactos exógenos – opção generalizável a todos os concheiros do Sado cuja indústria lítica é atualmente conhecida.

Lisboa, novembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Doutora Mariana Diniz (UNIARQ, FLUL), agradeço a orientação da dissertação que originou este trabalho. Agradeço igualmente ao Museu Nacional de Arqueologia a cedência do material lítico das Amoreiras para estudo. À Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), deve-se ainda o apoio através da B. I. no âmbito do projeto «Retorno ao Sado: um caso entre os últimos caçadores-recolectores e a emergência das sociedades agro-pastoris no Sul de Portugal» (PTDC/HIS-ARQ/121592/2010), sob direção da Prof.^a Mariana Diniz.

BIBLIOGRAFIA

- ALBIZURI CANADELL, S. (2010) – Informe preliminar sobre la fauna de Cabeço das Amoreiras (Vale do Sado, Portugal). In GIBAJA, J.; CARVALHO, A. F., eds. – *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do Norte de Marrocos*. Faro: Universidade do Algarve. p. 63-64 (Promontoria Monográfica; 15).
- ARAÚJO, A. C. (1995-1997) – A indústria lítica do concheiro de Poças de S. Bento (Vale do Sado) no seu contexto regional. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, vols. 13-15. p. 87-159.
- ARAÚJO, A. C. (2011) – O fabrico de artefactos em pedra. In ARAÚJO, A. C., ed. – *O concheiro de Toledo no contexto do Mesolítico Inicial do litoral da Estremadura*. Lisboa: Instituto de Gestão e do Património Arquitectónico e Arqueológico p. 49-89. (Trabalhos de Arqueologia; 51).
- ARNAUD, J. M. (1986) – Trabalhos de campo: distrito de Setúbal: Cabeço das Amoreiras – S. Romão do Sado. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 7, p. 80-82.
- ARNAUD, J. M. (1987) – Os concheiros mesolíticos dos vales do Tejo e do Sado: semelhanças e diferenças. *Arqueologia*. Porto. 15, p. 53-64.
- ARNAUD, J. M. (1989) – The Mesolithic communities of the Sado Valley, Portugal, in their ecological setting. In BONSALL, C., ed. – *The Mesolithic in Europe. III International Symposium*. Edinburgh: John Donald. p. 614-632.

- ARNAUD, J. M. (1993) – O Mesolítico e a Neolitização: Balanço e Perspectivas. In CARVALHO, G.; FERREIRA, A.; SENNA-MARTÍNEZ, J., coord. – *O Quaternário em Portugal. Balanço e Perspectivas*. Lisboa: Edições Colibri. p. 173-184.
- ARNAUD, J. M. (2000) – Os concheiros mesolíticos do vale do Sado e a exploração dos recursos estuarinos (nos tempos pré-históricos e na actualidade). In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 21-43 (Trabalhos de Arqueologia; 14).
- ARNAUD, J. M. (2002) – O Mesolítico e o processo de neolitização: passado, presente e futuro. *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, p. 57-78.
- ARNAUD, J. M. – *O Mesolítico no Centro e Sul de Portugal: Relatório dos trabalhos efectuados em 1983/84 no concheiro do Cabeço das Amoreiras (S. Romão, Alcácer do Sal)* [Relatório]. [s.d. a]. Processo S-5528 (Cabeço das Amoreiras). Acessível na DGPC, Lisboa, Portugal. Arquivo da Arqueologia Portuguesa.
- ARNAUD, J. M. – *Projecto de investigação: O Mesolítico no Centro e Sul de Portugal. Relatório dos trabalhos efectuados em 1986 no concheiro das Amoreiras (S. Romão do Sado, Alcácer do Sal)* [Relatório]. [s.d. b]. Processo S-5528 (Cabeço das Amoreiras). Acessível na DGPC, Lisboa, Portugal. Arquivo da Arqueologia Portuguesa.
- BOIX CALBET, J. (2012) – El tratamiento térmico en rocas silíceas, un procedimiento técnico para la talla. *Trabajos de Prehistoria*. [Em linha]. 69:1, p. 37-50 [Consult. 1 Jul. 2012]. Disponível em WWW: URL: <http://tp.revistas.csic.es/index.php/tp/index>.
- BRUNET, F. (2012) – The Technique of Pressure Knapping in Central Asia: Innovation or Diffusion? In DESROSIERS, P., ed. – *The Emergence of Pressure Blade Making: From Origin to Modern Experimentation*. New York; Dordrecht; Heidelberg; London: Springer. p. 307-328.
- CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 486 [Material Cartográfico]/Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1:25000. – Lisboa: S. C. E., 1985.
- CARVALHO, A. F. (1998) – *Talhe da pedra no Neolítico antigo do Maciço Calcário das Serras d'Aire e Candeeiros (Estremadura portuguesa): um primeiro modelo tecnológico e tipológico*. Lisboa: Edições Colibri. (Textos Monográficos; 2).
- CARVALHO, A. F. (2008a) – *A Neolitização do Portugal Meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental*. Faro: Centro de Estudos de Património; Departamento de História, Arqueologia e Património; Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. (Promontoria Monográfica; 12).
- CARVALHO, A. F. (2008b) – O talhe da pedra na Pré-História Recente de Portugal: 1. Sugestões teóricas e metodológicas para o seu estudo. *Praxis Archaeologica*. Porto. 3, p. 167-181.
- CASCALHEIRA, J. (2010) – *Tecnologia lítica solutense do Abrigo de Vale Boi (Vila do Bispo)*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. (Cadernos da UNIARQ; 5).
- CUNHA, E.; UMBELINO, C. (1995-1997) – Abordagem antropológica das comunidades mesolíticas dos Concheiros do Sado. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4. 13-15, p. 161-179.
- CUNHA, E.; UMBELINO, C. (2001) – Mesolithic people from Portugal: an approach to Sado osteological series. *Anthropologie*. Brno. 39:2-3, p. 125-132.
- CUNHA, E.; UMBELINO, C.; CARDOSO, F. (2002) – New anthropological data on the Mesolithic communities from Portugal: the shell, middens from Sado. *Human Evolution*. [Em linha]. 17:3-4, p. 187-198. [Consult. 3 de maio 2012]. Disponível em WWW: URL: <http://rd.springer.com>.
- DEAN, R. M. (2010) – Mesolithic shellfish remains from Amoreiras, São Romão, Portugal. In GIBAJA, J.; CARVALHO, A., eds. – *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do Norte de Marrocos*. Faro: Universidade do Algarve. p. 65-68. (Promontoria Monográfica; 15).
- DINIZ, M. (2010) – O concheiro mesolítico das Amoreiras (S. Romão do Sado, Alcácer do Sal): o (outro?) paradigma perdido? In GIBAJA, J.; CARVALHO, A., eds. – *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do Norte de Marrocos*. Faro: Universidade do Algarve. p. 49-61. (Promontoria Monográfica; 15).
- DINIZ, M.; ARIAS, P. (2012) – O povoamento humano do paleo-estuário do Sado (Portugal): problemáticas em torno da ocupação dos concheiros mesolíticos. In CAMPAR ALMEIDA, A.; BETTENCOURT, A.; MOURA, D.; MONTEIRO-

- RODRIGUES, S.; ALVES, M. I., eds. – *Environmental changes and human interaction along the Western Atlantic Edge (Mudanças ambientais e interação humana na Fachada Atlântica Ocidental)*. Coimbra: APEQ; CITCEM; CEGOT; CGUP; CCT. p. 139-157.
- DINIZ, M.; ARIAS, P.; TEIRA, L. – *Relatório de progresso: Projecto: Os últimos caçadores-recolectores e os primeiros grupos agro-pastoris, no vale do Sado: estudo arqueológico num contexto regional (SADO-MESO): Poças de S. Bento (Alcácer do Sal): Ano 2 – 2011 [Relatório]*. 2012. Acessível na DGPC, Lisboa, Portugal. Arquivo da Arqueologia Portuguesa.
- FINLAY, N. (2003) – Microliths and Multiple Authorship. In LARSSON, L; KINDGREN, H; KNUTSSON, K.; LOETTLER, D; AKERLUND, A., eds. – *Mesolithic on the move. Proceedings of the 6th International Symposium on the Mesolithic in Europe: Stockholm 2000*. Oxford: Oxbow Books. p. 169-178.
- Groupe D'Etude de L'Épipaléolithique-Mésolithique (1969) – *Épipaléolithique. Mésolithique. Les microlithes géométriques. Bulletin de la Société Préhistorique Française*. 66, p. 355-365.
- GONÇALVES, F.; ANTUNES, M. T. (1992) – *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50000: notícia explicativa da folha 39-D, Torrão*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- HELENO, M. [s.d.] – *Notas Sobre a Localização de Sítios Arqueológicos* [Manuscrito]. Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de Manuel Heleno. Disponível em WWW: <URL: <http://arquivos.mnarqueologia.imc-ip.pt/infogestnet/Default.aspx>> [Em linha]. [Consultado em julho 2012].
- INIZIAN, M.-L. (2012) – Pressure *Débitage* in the Old World: Forerunners, Researchers, Geopolitics – Handing on the Baton. In DESROSIERS, P., ed. – *The Emergence of Pressure Blade Making: From Origin to Modern Experimentation*. New York; Dordrecht; Heidelberg; London: Springer. p. 11-42.
- INIZIAN, M.-L.; REDURON-BALLINGER, M.; ROCHE, H.; TIXIER, J. (1999) – *Technology and Terminology of Knapped Stone*. Traduzido por Jehanne Féblot-Augustins. Nanterre: CREP. (Préhistoire de la Pierre Taillée ; 5).
- LUBELL, D.; JACKES, M.; SHEPPARD, P.; ROWLEY-CONWY, P. (2007) – The Mesolithic - Neolithic in the Alentejo: archaeological investigations, 1984-1986. In BICHO, N., ed. – *From the Mediterranean basin to the Portuguese Atlantic shore: Papers in Honor of Anthony Marks. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve. p. 209-229 (Promontoria Monográfica; 7).
- LARSSON, L. (1996) – Late Atlantic Settlement in Southern Portugal: Results of an excavation of a Mesolithic shell midden by the River Sado. *Current Swedish Archaeology*. Stockholm. 4, p. 123-139.
- MANEN, C.; MARCHAND, G.; CARVALHO, A. F. (2007) – Le Néolithique ancien de la péninsule Ibérique: vers une nouvelle évaluation du mirage africain? In *Un siècle de construction du discours scientifique en Préhistoire, Congrès préhistorique de France, Avignon, Septembre 2004*. Paris: Société Préhistorique Française. p. 133-151.
- MARCHAND, G. (2001) – Les traditions techniques du Mésolithique final dans le Sud du Portugal: les industries lithiques des amas coquilliers de Várzea da Mó et Cabeço do Rebolador (fouilles M. Heleno). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:2, p. 47-110.
- MARCHAND, G. (2005a) – Interpretar as mudanças dos sistemas técnicos do Mesolítico final em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4: 23, p. 171-196.
- MARCHAND, G. (2005b) – Contacts, blocages et filiations entre les aires culturelles mésolithiques et néolithiques en Europe atlantique. *L'anthropologie*. [Em linha]. 109:3, p. 541-556. [Consult. 15 jan. 2011]. Disponível em WWW: URL: <http://www.sciencedirect.com>.
- MARCHAND, G.; MANEN, C. (2010) – Mésolithique final et Néolithique ancien autour du détroit: une perspective septentrionale (Atlantique/Méditerranée). In GIBAJA, J.; CARVALHO, A., eds. – *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do Norte de Marrocos*. Faro: Universidade do Algarve. p. 173-180. (Promontoria Monográfica; 15).
- MIOLO, R.; PERESANI, M. (2005) – A new look at microburin technology: some implications from experimental procedures. *Preistoria Alpina*. Trento. 41, p. 65-71.
- MORGADO, A.; PELEGRIN, J. (2012) – Origin and Development of Pressure Blade Production

- in the Southern Iberian Peninsula (6th-3rd Millennium B.C.). In DESROSIERS, P., ed. – *The Emergence of Pressure Blade Making: From Origin to Modern Experimentation*. New York; Dordrecht; Heidelberg; London: Springer. p. 219-235.
- NEELEY, M.; BARTON, C. M. (1994) – A new approach to interpreting late Pleistocene microlith industries in southwest Asia. *Antiquity*. Durham. 68:259. p. 275-288.
- NUKUSHINA, D. (2012) – *Tecno-tipologia lítica e cronometria no Mesolítico final do vale do Sado: O caso do concheiro das Amoreiras (Alcácer do Sal)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em WWW: URL: <http://hdl.handle.net/10451/7933>. Dissertação de mestrado orientada por Mariana Diniz.
- PIMENTEL, N.; DINIZ, M.; ARIAS, P.; NUKUSHINA, D. (2013) – Lithic materials in the Sado River's shell middens – geological provenance and impact on site location. In *Muge 150th, conference on the 150th anniversary (21-23 março 2013)*. Poster.
- REIMER, P. J. [et al.] (2009) – IntCal09 and marine09 radiocarbon age calibration curves, 0-50,000 years cal BP. *Radiocarbon*. 51:4, p. 1111-1150.
- REIS, H. (no prelo) – O lugar dos vivos e o lugar dos mortos: o concheiro de Vale de Romeiras (Alcácer do Sal) revisitado. In 4.º *Encontro de História do Alentejo Litoral, Sines (26-27 Novembro 2011)*.
- ROLDÃO, J. (1956) – *Relação dos micrólitos da Quinta de D. Rodrigo (Cabeço do Pês)* [Manuscrito]. Museu Nacional de Arqueologia Arquivo Pessoal de Manuel Heleno. Disponível em WWW: URL: <http://arquivos.mnarqueologia.imc-ip.pt/infogestnet/Default.aspx>. [Em linha]. [Consultado em julho de 2012.]
- ROLDÃO, J. (1958) – *Relatório do Cabeço do Pez* [Manuscrito]. Museu Nacional de Arqueologia Arquivo Pessoal de Manuel Heleno. Disponível em WWW: URL: <http://arquivos.mnarqueologia.imc-ip.pt/infogestnet/Default.aspx>. [Em linha]. [Consultado em julho de 2012.]
- SANTOS, M. F. (1985) – *Pré-história de Portugal*. 3.ª ed. Lisboa: Editorial Verbo. (Biblioteca das Civilizações Primitivas; 14)
- SANTOS, M. F.; SOARES, J.; SILVA, C. T. (1972) – Campaniforme da Barrada do Grilo (Torrão – Vale do Sado). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 6, p. 163-192.
- SANTOS, M. F.; SOARES, J.; SILVA, C. T. (1974) – O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Pez (Vale do Sado-Torrão). Primeira notícia. In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto, 1973. Porto: Junta Nacional de Educação, p. 173-190.
- SOARES, A. M. (2004) – *Variabilidade do «upwelling» costeiro durante o Holocénico nas margens atlânticas ocidental e meridional da Península Ibérica*. Faro: Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente; Universidade do Algarve. Tese de doutoramento. Policopiado.
- SOARES, J. (1995) – Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste: transformações e permanências. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35:2, p. 27-45.
- STUIVER, M.; REIMER, P. J. (1993) – Extended 14C Data Base and Revised CALIB 3.0 14C Age Calibration. *Radiocarbon*. 35:1, p. 215-230.
- TIXIER, J. (1984) – Le débitage par pression. In *Préhistoire de la Pierre Taillée: 2: Économie du Débitage Laminare*. Paris: Cercle de Recherches et d'Études Préhistoriques, p. 57-70.
- TIXIER, J.; INIZIAN, M.-L.; ROCHE, H. (1980) – *Préhistoire de la pierre taillée. 1: terminologie et technologie*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- YAROSHEVICH, A. (2010) – *Microlithic variability and design and performance of projectile weapons during the Levantine Epipaleolithic: experimental and archaeological evidence*. Haifa: Faculty of Humanities; University of Haifa. Tese de doutoramento orientada por Daniel Kaufman, Dmitri Nuzhnyy e Ofer Bar-Yosef.
- ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Lisboa: Colibri. 2 vol.
- ZILHÃO, J. (1998) – A passagem do Mesolítico ao Neolítico na costa do Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 27-44.

As placas de xisto gravadas da anta da Herdade da Lameira (Alto Alentejo, Portugal)

MARCO ANTÓNIO ANDRADE *

RESUMO

Este trabalho apresenta um conjunto de placas de xisto gravadas recolhidas num monumento megalítico alto-alentejano, designado como anta da Herdade da Lameira, e oferecidas ao Museu Nacional de Arqueologia em finais do século XIX. É referido que a herdade da Lameira se localiza na Aldeia da Mata, concelho do Crato – no entanto, localiza-se provavelmente no espaço administrativo do concelho de Alter do Chão. Assim, apresenta-se o estudo destas placas de xisto gravadas que mostram algumas características interessantes, integrando-as no contexto do Megalitismo alto-alentejano de acordo com as especificidades destes elementos.

Palavras-chave: Placas de xisto gravadas – Alto Alentejo – Megalitismo – Neolítico-Calcolítico.

ABSTRACT

This paper presents a set of engraved schist plaques collected in a megalithic monument in the North Alentejo region, designated as dolmen of Herdade da Lameira, and donated to the Portuguese National Archaeological Museum in the late 19th century. It is referred that the estate of Lameira is located in the parish of Aldeia da Mata, municipality of Crato – however, it is probably located in the administrative space of Alter do Chão. Thus, it is presented here the study of

* UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Grupo de Trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas, Projecto Placa-Nostra); Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/86232/2012), e-mail: folha-de-acacia@iol.pt; marcoandrade@campus.ul.pt

these engraved schist plaques that show some interesting features, grouping them in the context of the Megalithism of North Alentejo according to their specific characteristics.

Keywords: Engraved schist plaques – North Alentejo – Megalithism – Neolithic-Chalcolithic.

1. ABRINDO...

Se há artefactos que justificam estudos individuais, mesmo tendo em conta a ausência de contexto genérico de recolha, esses artefactos são as placas de xisto gravadas. Com efeito, como a mais representativa manifestação artística do Sudoeste peninsular durante o Neolítico final e Calcolítico inicial, valem pela sua especificidade própria dentro do registo arqueográfico das antigas comunidades camponesas – sendo o seu estudo legitimado pelo seu valor iconográfico e artístico intrínseco, valendo não só para o estudo da Arqueologia, como também para o estudo da História da Arte.

Neste contexto, são aqui estudadas as placas de xisto gravadas recolhidas na anta da Herdade da Lameira, um monumento alto-alentejano incluído no designado grupo megalítico de Crato/Nisa. Foi-me permitido estudar este espólio no âmbito da Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada em 2009 à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. No entanto, não se incluiu a sua análise naquele trabalho – dado encontrar-se aparentemente fora do âmbito geográfico do mesmo. Relegou-se assim para outro local o seu estudo, sendo os resultados aqui apresentados.

Agradece-se neste sentido ao então diretor do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Luís Raposo, pela autorização de análise deste espólio, assim como a Luísa Guerreiro e Luís Antunes pelo apoio prestado no estudo do mesmo. Agradece-se ainda a Rui Boaventura pela atenciosa cedência da fotografia inédita da placa de xisto pertencente ao acervo do Museu Municipal da Figueira da Foz e o conseqüente aval para a sua reprodução.

2. A ANTA DA HERDADE DA LAMEIRA: A RECUPERAÇÃO POSSÍVEL DOS CONTEXTOS DE RECOLHA.

É referido que estas placas de xisto gravadas são provenientes de um monumento megalítico localizado próximo de Aldeia da Mata, concelho do Crato – designado como anta da Herdade da Lameira (CNS 4301). Apesar de aparentemente se encontrar numa área rica em manifestações megalíticas (lembramos que, entre outras, as antas de Tapadão 1 e Penedos de São Miguel se encontram a escassos quilómetros a Este de Aldeia da Mata), não existe certeza da existência concreta deste monumento.

Com efeito, G. e V. Leisner não avançam localização para este monumento, referindo genericamente: «Anta da Lameira, Freguesia da Chancelaria. Localização: a Herdade da Lameira situa-se a cerca de 10 km a oeste do Crato; o Monte da Lameira localiza-se a cerca de 4 km a Oeste-Sudoeste de Aldeia da Mata. Posição exata e forma do monumento desconhecidos (Chancelaria = Alter do Chão)» (Traduzido por alto de Leisner e Leisner, 1959, p. 31.)

Da mesma maneira, A. F. Isidoro (1962) também não menciona este monumento, referenciando apenas três monumentos na área de Aldeia da Mata – designadamente Tapadão 1, Tapadão 2 e Clara Domingas, já distantes da área onde presumivelmente se localizaria o monumento da Lameira.

Por outro lado, existem também algumas dúvidas em relação à localização administrativa do monumento (como já o haviam notado G. e V. Leisner). Regista-se, com efeito, o topónimo Lameira a cerca de 4 km SW de Aldeia da Mata – localizando-se, contudo, no concelho de Alter do Chão. Situar-se-ia, assim e provavelmente, no interflúvio Ribeira dos Pegos-Ribeira das Cujanças, afluentes da margem direita da Ribeira de Seda, numa área caracterizada por uma paisagem levemente ondulada com alguns relevos residuais. Contudo, também nesta área do concelho de Alter do Chão não se encontra referenciado qualquer monumento megalítico (Isidoro, 1966), à semelhança do que se referiu para a área contígua do concelho do Crato.

Da mesma maneira, esta área não coincide com qualquer concentração megalítica conhecida,



Fig. 1 – Situação da anta da Herdade da Lameira no Extremo Ocidente peninsular.



Fig. 2 – Situação provável da anta da Herdade da Lameira no contexto do Megalitismo alto-alentejano (adaptado de Oliveira e Oliveira, 2000, Est. 1).

afastando-se assim dos principais núcleos megalíticos já identificados na área do Crato e Alter do Chão. No entanto, não se poderá excluir a hipótese de se tratar de um monumento isolado na paisagem – realidade que se confirmou coexistir com o agrupamento de monumentos nesta área regional (Andrade, 2009; 2011; 2013).

Quanto à presença destas placas de xisto gravadas no acervo do Museu Nacional de Arqueologia, estas terão sido aqui integradas por doação em finais do século XIX. Refere J. L. de Vasconcellos: «O Sr. Gouveia Hortas, de Aldeia da Mata (Crato), enviou para o Museu como oferta [...] quatro placas de schisto ornamentadas (prehistoricas), achadas na anta da herdade da Lameira» (Vasconcellos, 1896, p. 246), não havendo menção a que quaisquer outros artefactos acompanhassem estes elementos.

Contudo, terão sido recolhidas durante uma «escavação» efetiva, possivelmente realizada ou promovida pelo donatário, como se atesta pelas marcas da ferramenta pesada utilizada para escavar, visíveis nas placas MNA 8118 e 8220.

J. L. Vasconcellos refere mais adiante que este mesmo Sr. Gouveia Hortas «permite, com maior generosidade ao director do Museu Ethnographico a exploração da referida anta, e este procederá a ella na primeira ocasião disponível»

(Vasconcellos, 1896, p. 246). No entanto, não existe referência a que tenha cumprido esta expectativa.

Por outro lado, poder-se-á sugerir que quem pertenceria à «Aldeia da Mata (Crato)» seria o Sr. Gouveia Hortas, e não o monumento propriamente dito. Será, contudo, questão a que futuros trabalhos de campo procurarão responder.

Existe ainda um quinto exemplar, oferecido a A. Santos Rocha e pertencente ao acervo do Museu Municipal da Figueira da Foz – sendo referenciada, tal como as presentes no MNA, como proveniente de «Anta da Lameira, Crato» (Leisner e Leisner, 1959, p. 31; ilustrada em Taf. 6; igualmente apresentada em Rocha, 1908). Pela sua especificidade, e apesar de não se ter tido acesso direto a este exemplar, o seu estudo será igualmente incluído neste trabalho, recorrendo-se a fotografia inédita da autoria de Rui Boaventura para desenho e definição dos seus atributos e principais medidas de referência.

Conhece-se também a existência de, pelo menos, outras três placas, recolhidas na área onde supostamente se localizaria este monumento durante o plantio de eucaliptos (Parreira, 1996). Desta maneira, teríamos um número mínimo de cerca de sete placas de xisto gravadas teoricamente atribuíveis à anta da Herdade da Lameira. Desconhece-se, contudo, as características específicas destes últimos exemplares – aos quais não se teve acesso, dado encontrarem-se na posse de particulares.

3. AS PLACAS DE XISTO GRAVADAS DA ANTA DA HERDADE DA LAMEIRA: DESCRIÇÃO MORFOTIPOLOGICA.

Como referido, as placas de xisto gravadas da Herdade da Lameira presentes no MNA encontram-se referenciadas em quatro elementos, qualquer um deles usando o xisto ardoso como suporte. Têm as referências MNA 8218 a 8221.

A placa de xisto gravada presente no MMFF utiliza igualmente xisto ardoso como suporte, estando referenciada como MMFF 8326.



Fig. 3 – Etiqueta aposta no verso da placa MNA 8221, referindo a proveniência «Anta na herdade da Lameira, Aldeia da Mata (Crato)». Apresenta igualmente a rubrica de Francisco Valença, indicando ter sido desenhada por este ilustrador.



Fig. 4 – As placas de xisto gravadas da Herdade da Lameira, segundo G. e V. Leisner (1959, Taf. 6). Da esquerda para a direita, as placas MMFF 8326, MNA 8221, MNA 8218 e MNA 8220.

| Ref. | MP | Forma | Motivo dominante do Corpo | Composição da Cabeça | Perfs. |
|-----------|-------|-------------|------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| MNA 8218 | Xisto | Retangular | Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima. | Faixas horizontais preenchidas. | 1TC |
| MNA 8219 | Xisto | Trapezoidal | Faixas zigzagueantes compartimentadas. | Faixas obliquas preenchidas. | 1C |
| MNA 8220 | Xisto | Trapezoidal | Faixas zigzagueantes compartimentadas. | V central ladeado por faixas horizontais preenchidas. | 2BTC |
| MNA 8221 | Xisto | Retangular | Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima. | V central ladeado por faixas horizontais preenchidas. | 1C |
| MMFF 8326 | Xisto | Retangular | Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para baixo. | V central ladeado por linhas horizontais e triângulos preenchidos com o vértice para cima. | 1TC? |

Quadro 1 – Placas de xisto gravadas: características gerais e motivos dominantes

MNA 8218

Apresenta recorte subretangular, com uma altura média de 17,9 cm, para uma largura de 9,7 cm na base e 8,9 cm no topo. A Cabeça apresenta uma altura de 2,3 cm (medida no topo da primeira banda de triângulos do Corpo), sendo a sua decoração formada por duas faixas horizontais preenchidas (uma faixa em cada lado) partindo dos bordos da placa para a perfuração. Não apresenta separador Cabeça/Corpo, não havendo clara divisão física entre ambos espaços.

O motivo dominante do Corpo (apresentando este cerca de 15,6 cm de altura) são as bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima dispostos em quatro bandas com quatro triângulos cada (variando a altura destas bandas entre os 3,5 cm e os 4 cm). A espessura média desta placa é de cerca de 0,8 cm, apresentando perfuração troncocónica com 1 cm de diâmetro na face e 0,4 cm no

verso. Trata-se, segundo o Índice de Alongamento, de uma placa média – oferecendo um índice de 1,85.

A composição da Cabeça corresponde a um modelo conhecido das placas de xisto gravadas alto-alentajanas (sendo objeto de discussão adiante). O preenchimento dos motivos decorativos do Corpo dispõe-se em retícula de malha larga, aparentemente pouco cuidada – o que parece ser característico deste tipo de placas.

Apresenta, no bordo direito, fratura resultante da ação de ferramenta pesada (lâmina de picareta).

MNA 8219

Apresenta recorte subtrapezoidal, com uma altura média de 16,6 cm, para uma largura de 10,7 cm na base e 7 cm no topo. A Cabeça apresenta uma altura de 4,7 cm, sendo a sua decoração formada por faixas oblíquas-verticais preenchidas (três em ambos lados, compondo as faixas interiores a «Cabeça dentro da Cabeça») convergindo dos bordos da placa para o separador Cabeça/Corpo (formado por linha simples).

O motivo dominante do Corpo (apresentando este cerca de 11,9 cm de altura) são as faixas zigzagueantes compartimentadas em quatro campos – composto por quatro faixas principais rematadas por faixas truncadas no topo e na base do Corpo (colmatando possíveis espaços vazios nestas áreas). A espessura média desta placa é de cerca de 0,8 cm, apresentando perfuração cilíndrica com 0,6 cm de diâmetro na face e 0,4 cm no verso.

Trata-se, segundo o Índice de Alongamento, de uma placa média – oferecendo um índice de 1,55.

Apresenta gravação cuidada, atendendo à simetria dos motivos representados – correspondendo àquilo que se pode designar como uma placa «clássica».

MNA 8220

Apresenta recorte subtrapezoidal, com uma altura média de 14,7 cm, para uma largura de

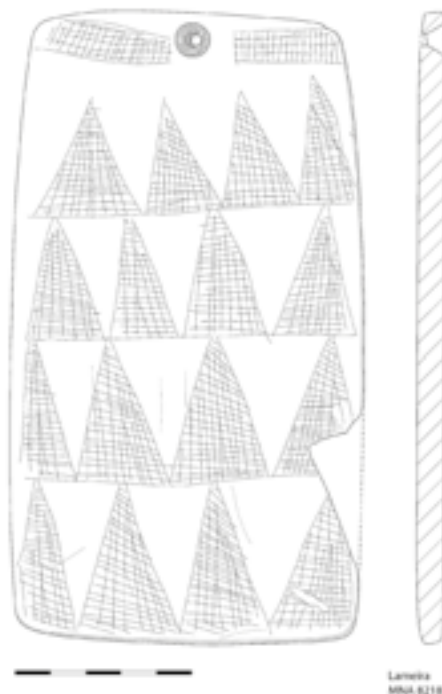


Fig. 5 – A placa de xisto gravada MNA 8218.



Fig. 6 – A placa de xisto gravada MNA 8219.



Fig. 7 – A placa de xisto gravada MNA 8220.

10,6 cm na base e 7,9 cm no topo. A Cabeça apresenta uma altura de 4,5 cm, sendo a sua decoração formada por faixas horizontais preenchidas (quatro em ambos lados), convergindo dos bordos da placa para o V central (a «Cabeça dentro da Cabeça», formada por duas faixas convergentes preenchidas).

O separador Cabeça/Corpo, com 1,2 cm de altura, é formado por uma banda compartimentada «em espinha» (disposta no sentido esquerda-direita). O motivo dominante do Corpo (apresentando este cerca de 9 cm de altura) são as faixas zigzagueantes compartimentadas em quatro campos – composto por quatro faixas principais às quais se associam faixas de colmatação (formando triângulos aquelas localizadas no topo e na base do Corpo). A espessura média desta placa é de cerca de 0,9 cm, apresentando dupla perfuração bi-troncocónica com 0,6 cm de diâ-

metro na face e 0,4 cm no verso (perfuração esquerda) e com 0,9 cm de diâmetro na face e 0,7 cm no verso (perfuração direita). Trata-se, segundo o Índice de Alongamento, de uma placa média – oferecendo um índice de 1,39.

Apresenta gravação extremamente cuidada, atendendo à rigorosa simetria dos motivos representados, dispostos proporcionalmente no suporte e preenchidos com retícula de malha apertada. A dupla perfuração fortalece o seu carácter antropomórfico, tendo sido notoriamente realizada posteriormente à gravação dos motivos decorativos (já que os corta). Exibe ainda um ensaio de perfuração no verso.

Apresenta, na área central da metade superior, fratura resultante da ação de ferramenta pesada (bico de picareta).

MNA 8221

Apresenta recorte subretangular, com uma altura média de 10,8 cm para uma largura de 6,3 cm na base e 5,4 cm no topo. A Cabeça, com 1,7 cm de altura, apresenta decoração composta por faixas horizontais preenchidas (duas em ambos lados) convergindo dos bordos da placa para o V central (a «Cabeça dentro da Cabeça», neste caso de feição trapezoidal).

A decoração do Corpo (que apresenta 9,1 cm de altura) compõe-se por bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima dispostos em cinco bandas. Estas bandas (com alturas entre os 1,4 cm e os 2 cm), apresentam a seguinte composição de triângulos: 5-5-5-6-6, estando truncados os triângulos das bandas 2 (bordo direito), 3, 4, 5 e 6 (bordo esquerdo). A espessura média desta placa é

de cerca de 0,6 cm, apresentando perfuração cilíndrica com 0,6 cm de diâmetro na face e 0,5 cm no verso. Trata-se, segundo o Índice de Alongamento, de uma placa média – oferecendo um índice de 1,71.

Trata-se de uma placa de pequenas dimensões, apresentando uma gravação pouco cuidada (tendo em conta os níveis de linearidade e a conformidade dos motivos), registando ainda vestígios de polimento posterior à decoração no extremo direito do topo e na base. No verso apresenta um traço sensivelmente horizontal à altura da Cabeça (ensaio de gravação?) e duas linhas cruzadas na área mesial (um género de cruciforme, não se percebendo se é intencional a sua gravação).

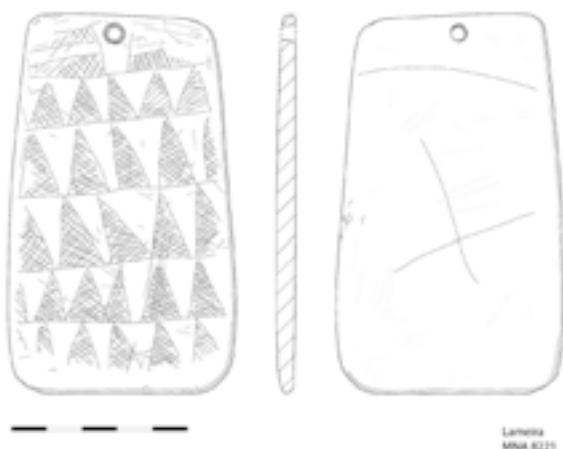


Figura 8 – A placa de xisto gravada MNA 8221.

MMFF 8326

Apresenta recorte subretangular, com uma altura média de 16,5 cm para uma largura de 8,9 cm na base e 7,5 cm no topo. A Cabeça, com 6,1 cm de altura, apresenta decoração composta por linhas sensivelmente horizontais (quatro no lado direito, cinco no lado esquerdo) convergindo dos bordos da placa para o V central (a «Cabeça dentro da Cabeça», composta por duas linhas formando trapézio aberto). Adoçados ao separador Cabeça/Corpo, encontram-se em ambos lados dois grandes triângulos preenchidos com o vértice para cima, não acoplados (interpretados como ainda incluídos no espaço da Cabeça).

A decoração do Corpo (que apresenta 9,3 cm de altura) compõe-se por bandas de triângulos preenchidos com o vértice para baixo dispostos em três bandas. Estas bandas (com alturas entre os 2,6 cm e os 4,7 cm) apresentam a seguinte composição de triângulos: 4-5-4, estando truncado o triângulo da banda 2 junto ao bordo direito.

A espessura média desta placa é de cerca de 0,9 cm, apresentando perfuração troncocónica com 0,8 cm de diâmetro na face e 0,6 cm no verso. Trata-se, segundo

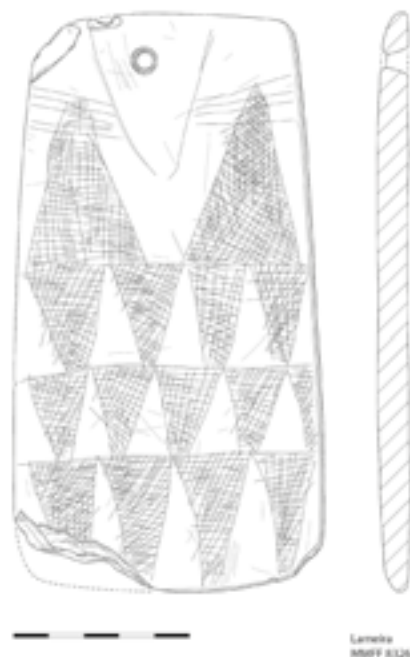


Fig. 9 – A placa de xisto gravada MMFF 8326 (desenhado sobre fotografia de Rui Boaventura; secção longitudinal sobre desenho do mesmo autor).

o Índice de Alongamento, de uma placa média – oferecendo um índice de 1,85.

Encontra-se fraturada no topo (canto superior esquerdo) e na base (canto inferior esquerdo). Tal como na placa MNA 8218, a composição da Cabeça corresponde em certa medida a um modelo conhecido das placas de xisto gravadas alto-alentejanas (sendo igualmente objeto de discussão adiante).

| Ref. | Est. | Nº Perfs. | Alt | Alt. Cb | Alt. Sp | Alt. Cp | LB | LT | IA | DPF | DPV | Esp. |
|-----------|------|-----------|------|---------|---------|---------|------|-----|------|---------|---------|------|
| MNA 8218 | Int. | 1 | 17,9 | 2,3 | / | 15,6 | 9,7 | 8,9 | 1,85 | 1 | 0,4 | 0,8 |
| MNA 8219 | Int. | 1 | 16,6 | 4,7 | / | 11,9 | 10,7 | 7 | 1,55 | 0,6 | 0,4 | 0,8 |
| MNA 8220 | Int. | 2 | 14,7 | 4,5 | 1,2 | 9 | 10,6 | 7,9 | 1,39 | 0,6/0,9 | 0,4/0,7 | 0,9 |
| MNA 8221 | Int. | 1 | 10,8 | 1,7 | / | 9,1 | 6,3 | 5,4 | 1,71 | 0,6 | 0,5 | 0,6 |
| MMFF 8326 | Int. | 1 | 16,5 | 6,1 | / | 9,3 | 8,9 | 7,5 | 1,85 | 0,8 | 0,6 | 0,9 |

Quadro 2 – Placas de xisto gravadas: principais medidas de referência

Legenda: *Alt*: Altura medida num ponto central, em cm; *AltCb*: Altura da Cabeça, em cm; *AltSp*: Altura do Separador Cabeça/Corpo, em cm; *AltCp*: Altura do Corpo, em cm; *LB*: Largura da Base, em cm; *LT*: Largura do Topo; *IA*: Índice de Alongamento (Comprimento/Largura da base): alongado (>2), médio (2-1), curto (<1); *DPF*: Diâmetro da Perfuração da Face; *DPV*: Diâmetro da Perfuração no Verso; *Esp*: Espessura média.



Figura 10 – Paginação estruturante da placa de xisto gravada MNA 8218.



Figura 11 – Paginação estruturante da placa de xisto gravada MNA 8219.



Figura 12 – Paginação estruturante da placa de xisto gravada MNA 8220.



Figura 13 – Paginação estruturante da placa de xisto gravada MNA 8221.



Fig. 14 – Paginação estruturante da placa de xisto gravada MMFF 8326.



Fig. 15 – A placa de xisto gravada MNA 8218.

Fig. 16 – A placa de xisto gravada MNA 8219.



Fig. 17 – A placa de xisto gravada MNA 8220.

Fig. 18 – A placa de xisto gravada MNA 8221.

Fig. 19 – A placa de xisto gravada MMFF 8326 (fotografia inédita de Rui Boaventura).



Fig. 20 – Pormenor da Cabeça das placas de xisto gravadas MNA 8218, 8219, 8220 e 8221.



Fig. 21 – Pormenor da Cabeça da placa de xisto gravada MMFF 8326 (a partir de fotografia inédita de Rui Boaventura).

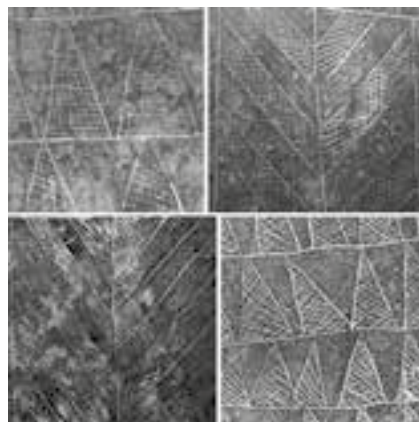


Fig. 22 – Pormenor do Corpo das placas de xisto gravadas MNA 8218, 8219, 8220 e 8221.

4. AS OBSERVAÇÕES POSSÍVEIS: AS PLACAS DE XISTO GRAVADAS DA ANTA DA HERDADE DA LAMEIRA NO CONTEXTO DO MEGALITISMO ALTO-ALENTEJANO.

Apesar de ser largamente conhecida a dimensão territorial do Megalitismo alto-alentejano, o diagrama cronocultural em que este se enquadra ainda se encontra deficientemente caracterizado – principalmente devido à escavação precoce de muitos dos monumentos que o compõem, sobretudo na área fulcral do Crato. Com efeito e como já referido, os trabalhos de R. Parreira (1996), úteis a nível da definição do impacto do fenómeno megalítico na paisagem, deveriam ser complementados com um estudo rigoroso do espólio recolhido por A. F. Isidoro (1965-66; 1967-68; 1970; 1971; 1973; 1975).

Contam-se, contudo, com os trabalhos realizados na área genérica da bacia hidrográfica do Rio Sever (Oliveira, 1998, p. 2012), na área específica da Coudearia de Alter do Chão (Oliveira, 2006) e na necrópole megalítica de Rabuge (Boaventura, 2006). Estes trabalhos permitiram, e em concreto no que a este estudo particular diz respeito, a realização de uma série de datações que consentem a definição (ainda assaz deficitária, é certo) do diagrama cultural da evolução do Megalitismo no Alto Alentejo.

Temos, desta maneira, um primeiro «momento megalítico» centrado na segunda metade do 4.º milénio a.n.e., caracterizado por sepulturas «proto-megalíticas» e pequenos monumentos de corredor curto, com mobiliários votivos compostos por escassos ou inexistente recipientes cerâmicos, geométricos sobre lâmina e machados de secção circular e corpo picotado. Um segundo «momento megalítico», correspondente já à transição do 4.º para o 3.º milénio a.n.e. (e primeiros séculos deste), caracteriza-se por monumentos de corredor

médio e longo com espólios compostos pela associação entre abundante cerâmica (destacando-se, nesta área regional, os vasos carenados de *tipo Crato/Nisa*), pontas de seta de retoque bifacial cobridor, placas de xisto gravadas e placas de grés lisas ou esculpidas.

| Monumento | Ref. Lab. | Contexto | Amostra | Anos BP | Cal BC 2σ* | Ref. Biblio. |
|----------------|-------------|----------|-------------|----------|------------|----------------|
| Courelheiros 4 | ICEN-976 | Base Cr | Carvões | 4240±150 | 3338-2471 | Oliveira, 1998 |
| Bola de Cera | ICEN-66 | Base Cm | Ossos | 4360±50 | 3264-2887 | Oliveira, 1998 |
| Horta | Beta-194313 | Cm | Osso humano | 4390±50 | 3325-2900 | Oliveira, 2006 |
| Horta | Beta-194312 | Cr | Osso humano | 4190±50 | 2898-2627 | Oliveira, 2006 |

Quadro 3 – Datações ¹⁴C para monumentos com placas de xisto gravadas no Alto Alentejo

* Datações recalibradas em 2013 com recurso ao programa Calib 7.0.1 (© M. Stuiver e P. J. Reimer, 2013), utilizando a curva IntCal13.14c (Reimer et al., 2013, *Radiocarbon* 55: 4). Intervalo 2σ com 95,4% de probabilidade.

Estando assim sensivelmente bem delimitado o contexto cronocultural em que este conjunto se insere (entre o último quartel do 4.º milénio e o primeiro quartel do 3.º milénio a.n.e.), e não dispondo de outros elementos de análise efetiva, resta-nos pois a avaliação despreziosa das características específicas destas placas de xisto gravadas – de modo a incluir a anta da Lameira no seu contexto cronológico e regional.

No espaço administrativo do Crato, e pela leitura dos textos de A. F. Isidoro (1965-66; 1967-68; 1970; 1971; 1973; 1975), encontram-se placas de xisto gravadas (ou placa de grés cronoculturalmente coevas) nos seguintes monumentos: Tapadão 1 (duas placas de xisto, uma das quais fenestrada, e um báculo), Couto de Enchares (duas placas de xisto, uma das quais antropomórfica, e um báculo), Couto de Andreiros 2 (uma placa de xisto fenestrada, uma placa de grés esculpida e uma placa de grés lisa), Tapada de Canchos (uma placa de grés esculpida), Couto de Biscaia 1 (11 placas de xisto, uma das quais com Olhos de Sol), Tapada da Laje de Peles (três placas de xisto, uma das quais antropomórfica, e três fragmentos de outras), Tapada das Moses (três placas de xisto, uma das quais antropomórfica), Couto de Vale Magro (sete placas de xisto, uma das quais antropomórfica, e três fragmentos de outras), Dacosta 1 (uma placa de grés lisa), Dacosta 2 (oito placas de xisto, uma das quais com «falsos olhos» e outra gravada com motivo radiante), Zambujeira 2 (uma placa de xisto com «falsos olhos») e Vale da Anta 1 (uma placa de grés lisa).

Surgem também nos monumentos de Coutada de Barros 1 (Leisner e Leisner, 1959), Penedos de São Miguel (Gonçalves et al., 1981; 1983-84), Romeiras e Ferrenha (Gonçalves e Andrade, 2014) – recolhendo-se ainda espólio cronoculturalmente coevo em Couto de Andreiros 1, estando contudo ausentes as placas de xisto gravadas (Isidoro, 1967-68). No espaço limítrofe do concelho de Alter do Chão, encontram-se somente (devido à carência efetiva de trabalhos de

escavação) nos monumentos de Monte Redondo (Vasconcellos, 1927-29) e Horta (Oliveira, 2006) – para além do desconhecido monumento designado como *anta de Alter do Chão* (Andrade, 2014).

Trata-se, genericamente, de antas de arquitetura «evoluída», algumas de Corredor longo – não sendo assim de estranhar a presença destes elementos tendo em conta o contexto cronológico da sua construção e utilização. Monumentos mais «arcaicos», como Couto de Algarves 2 (Rocha, 2002), quase «protomegalítico», fornecem espólio arcaico composto por alguns, escassos, elementos líticos (lâminas não retocadas e geométricos).

Noutra vertente de análise e atendendo especificamente à iconografia das placas de xisto gravadas, não estaríamos incorretos se afirmássemos que, em rigor, não existem duas placas iguais – na medida em que estes artefactos primam sobretudo pela sua especificidade. No entanto, seríamos obrigados a acrescentar que existem placas muito idênticas. Quero com isto dizer que certas placas apresentam uma evidente uniformidade conceptual que, como já dito, não poderá ser explicada pelo mero acaso. Para além desta óbvia uniformidade conceptual, quando o estilo decorativo e o tipo de gravação são idênticos entre várias placas, penso que poderemos excluir o acaso conceptual, em que fatores semelhantes resultassem em efeitos semelhantes em locais diversos.

As placas de xisto gravadas da anta da Lameira vêm pois reafirmar a existência de correntes de circulação e áreas de influência comum – neste caso concreto, não só da ideia, como também dos próprios artefactos. No contexto deste estudo, e tendo em conta o que acima se afirmou, duas placas merecem especial discussão: são elas as placas MNA 8218 e MMFF 8326. Com efeito, os restantes exemplares referem-se a elementos de certa forma clássicos no contexto iconográfico das placas de xisto gravadas – destacando-se, todavia, a placa MNA 8220, profusamente gravada obedecendo a uma conceção de simetria estrita, conferindo-lhe a dupla perfuração uma ideia subtil de antropomorfismo.

As placas MNA 8218 e MMFF 8326 permitem, contudo, outro tipo de observações. Trata-se de placas que, atendendo a certas particularidades dos seus motivos decorativos, poderão ser referidas como placas tipicamente alto-alentejanas – esta atribuição geográfica é essencialmente determinada pela dispersão de exemplares coetâneos a nível iconográfico. No entanto, é conhecida a presença de exemplares similares noutros grupos megalíticos do Sudoeste peninsular, sendo esta a condição causal para, como referido acima, as placas de xisto gravadas aqui estudadas reafirmarem a existência de correntes de circulação e áreas de influência comum.

A placa MNA 8218 apresenta a típica Cabeça curta característica de alguns exemplares alto-alentejanos, formada por duas bandas preenchidas em ambos os lados, convergindo para a perfuração central, não estando delimitada a separação entre a Cabeça e o Corpo. Encontra paralelos diretos, dentro do espaço geográfico



Fig. 23 – Placas de xisto gravadas morfologicamente semelhantes à placa MNA 8218 da Herdade da Lameira (1). 2: Coureleiros 4 (adaptado de Oliveira, 2012, p. 258); 3: Capela (MNA 13032); 4: Dacosta 2 (desenhado a partir de Isidoro, 1973, fig. 19); 5: Dacosta 2 (desenhado a partir de Isidoro, 1973, fig. 16); 6: Monte da Barca (adaptado de Gonçalves, 2011, p. 56, fig. 2.5).

do Megalitismo alto-alentejano, nos monumentos de Coureleiros 4 (Castelo de Vide), Couto da Biscaia 1 e Dacosta 2 (Crato) – e, fora deste, no singular contexto funerário de Monte da Barca (Coruche). É particularmente curiosa a similitude entre o exemplar da anta da Lameira e um dos exemplares de Dacosta 2 (apresentada na fig. 23:5 deste estudo), similitude esta evidenciada nas especificidades do estilo decorativo, nas particularidades da gravação e nas próprias características geológicas do suporte.

Uma outra variante deste tipo de placas pode ser encontrada igualmente nas antas de Dacosta 2 (Crato) e Capela (Avis), sendo que divergem dos exemplares

enunciados acima por apresentarem uma separação nítida entre a Cabeça e o Corpo, indicada por um traço simples. Refira-se que a placa da anta da Capela foi erradamente desenhada por G. e V. Leisner, sendo as duas faixas que compõem a Cabeça representadas como uma única faixa contínua quando na verdade estão visivelmente apartadas (cf. Leisner e Leisner, 1959, Taf. 15, comparando com a fig. 23:3 apresentada neste estudo).

A placa MMFF 8326, apresentando-se como um exemplar notável no âmbito do estudo genérico das placas de xisto gravadas, permite outro tipo de considerações – seja pela excecionalidade dos seus motivos decorativos, seja pelo seu círculo de dispersão no contexto do Megalitismo do Sudoeste peninsular. Encontra paralelos diretos (já evidenciados em Caninas e Henriques, 1994) nos monumentos de Charneca das Vinhas (Vila Velha de Ródão), Terras da Azinheira (Nisa), São Gens 2 (Nisa), Castelo de Vide, Cabeço (Castelo de Vide) e Couto de Biscaia 1 (Crato).

Em qualquer uma destas placas são facilmente reconhecíveis três atributos iconográficos específicos. Os segmentos de círculo que partem do V central poderão corresponder à representação de arcadas supraciliares ou sobranceiras (aparentemente duplicadas numa das placas da anta de Couto da Biscaia 1). O V central, ocupando precisamente lugar fundamental na composição (e tendo em conta o conjunto iconográfico e seus paralelos), poderá corresponder à representação de nariz. Daqui partem três traços sensivelmente horizontais (quatro, no caso da placa da anta da Lameira) que correspondem à óbvia representação de pinturas/tatuagens faciais. Os olhos encontram-se apenas sugeridos pela dupla perfuração da placa da anta de Terras da Azinheira, ocupando o espaço fisionómico respetivo. Na placa da anta da Lameira não se encontram contudo representadas as arcadas/sobranceiras, estando presente qualquer um dos restantes elementos (excetuando a dupla perfuração).

Destaque-se ainda o caso particular de Castelo de Vide, objeto de reaproveitamento por meio de entalhes cavados no terço superior, conferindo-lhe um contorno eminentemente antropomórfico (cf. Gonçalves et al., 2003, a propósito do reaproveitamento de placas de xisto gravadas). Refira-se, ainda a respeito desta placa, o flagrante erro de desenho de G. e V. Leisner (facto que tem vindo a revelar-se lamentavelmente frequente, abalando o já lendário rigor do casal alemão), não sendo representados tanto o V central como os segmentos de círculo que partem deste e que correspondem às arcadas supraciliares/sobranceiras (cf. Leisner e Leisner, 1959, Taf. 3; aqui desenhada a partir de fotografia do exemplar e representada nas figs. 24:5 e 6).

Os motivos iconográficos referidos acima encontram variâncias nas placas das antas do Cabeço (Castelo de Vide), Tapadão das Relvas (Castelo de Vide), Tapada da Laje das Peles (Crato), Antões 3 (Mora) e Vale Beiró (Coruche) – rea-



Lameira
MMF 8326



Charneca das Vinhas



Terras da Azinheira



São Gens 2



Castelo de Vide
MAC ARQ.1



Cabeço
MSG 15.8



Couto de Bicalha 1



Couto de Bicalha 1

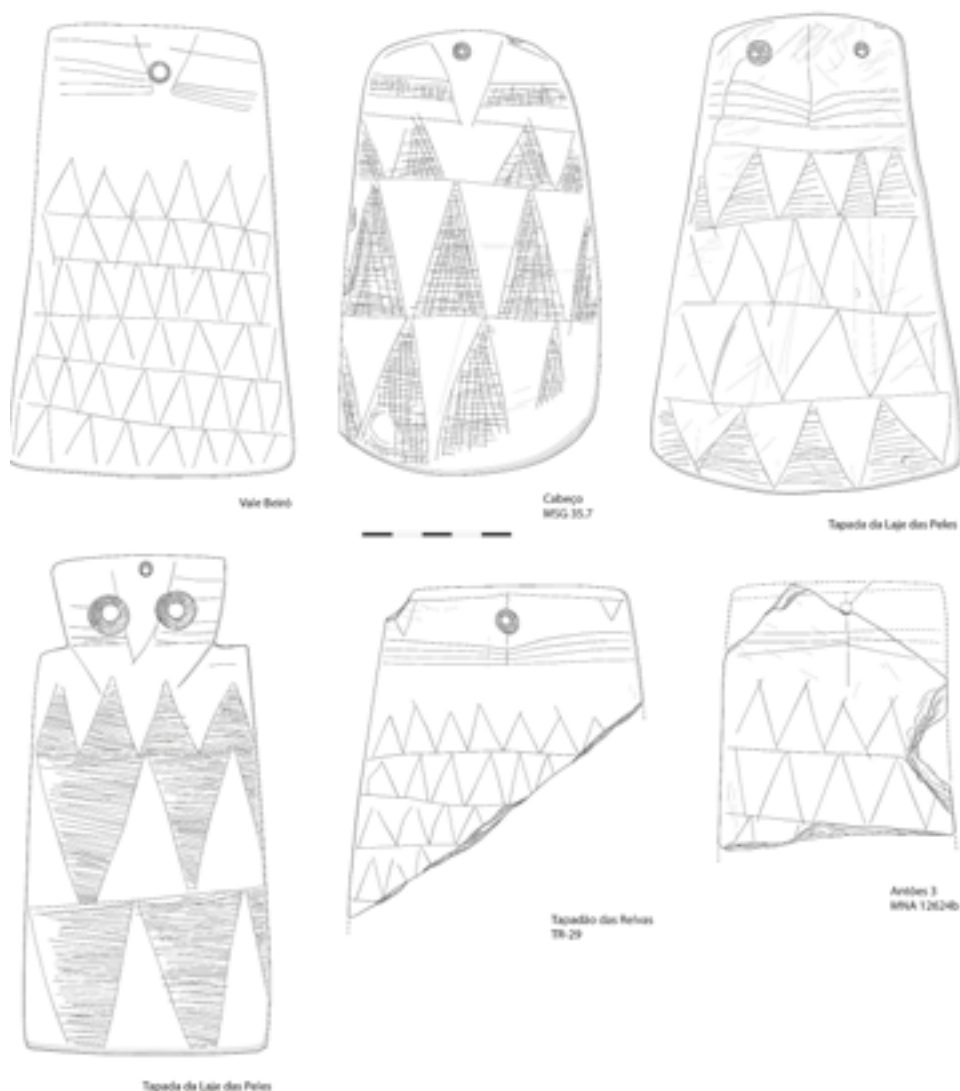


Fig. 25 – Variantes de placas de xisto gravadas morfologicamente semelhantes à placa MMFF 8326 da Herdade da Lameira. 1: Vale Beiró (desenhado a partir de Gonçalves, 2011, p. 167, fig. 6.9); 2: Cabeço (MSG 35.7); 3: Tapada da Laje das Peles (desenhada a partir de Isidoro, 1971, fig. 27); 4: Tapadão das Relvas (redesenhado a partir de Oliveira, 1998); 5: Antões 3 (MNA 12624b, completada com o desenho apresentado em Correia, 1921, p. 56, fig. 45).

<

Fig. 24 – Placas de xisto gravadas morfologicamente semelhantes à placa MMFF 8326 da Herdade da Lameira (1). 2: Charneca das Vinhas (redesenhada a partir de Caninas et al., 2011, p. 133, fig. 26); 3: Terras da Azinheira (redesenhada a partir de Caninas e Henriques, 1994, fig. 3); 4: São Gens 2 (redesenhada a partir de Oliveira, 1999-2000, p. 202); 5: Castelo de Vide (MAC ARQ.1); 6: Cabeço (MSG 35.8); 7: Couto de Biscaia 1 (desenhado a partir de Isidoro, 1971, fig. 15a); 8: Couto de Biscaia 1 (desenhado a partir de Isidoro, 1971, fig. 15b).

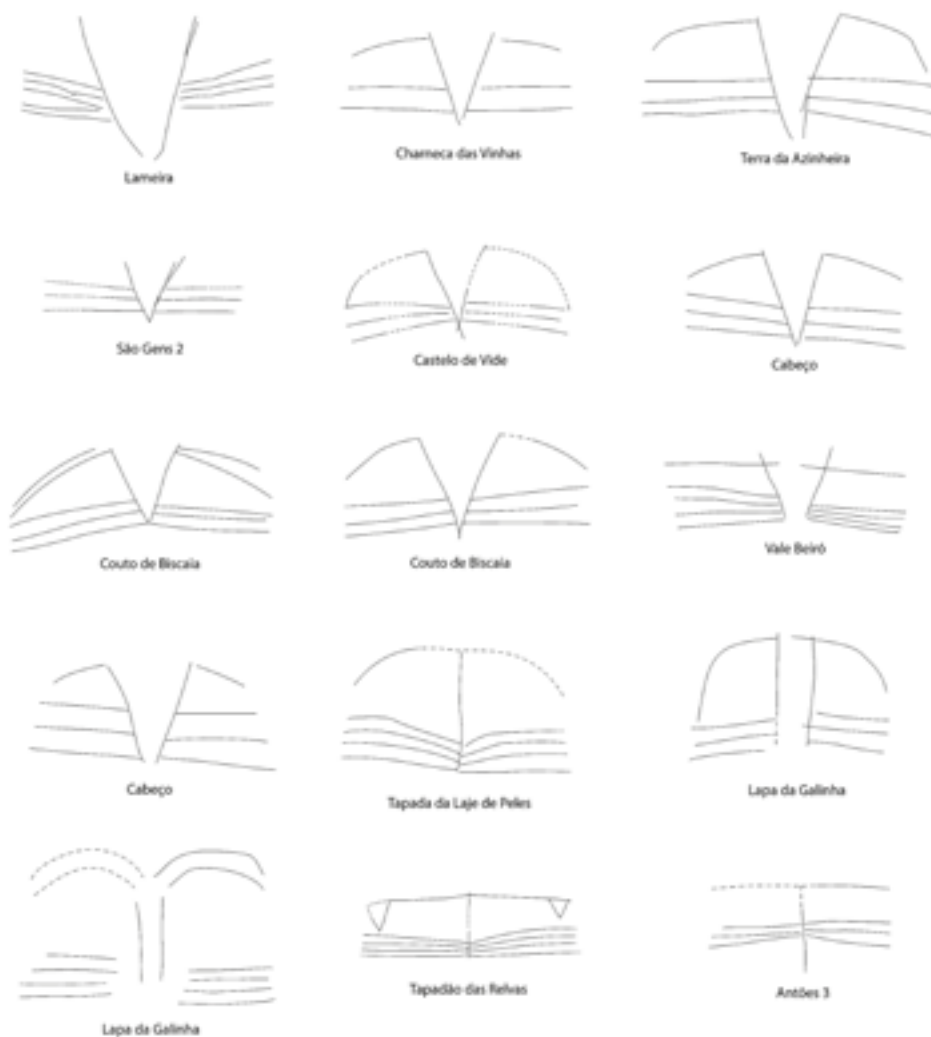


Fig. 26 – Composição esquemática da representação facial patente na Cabeça das placas apresentadas nas figuras anteriores. De notar a semelhança da placa da anta do Cabeço (MSG 35.7) após limpas as faixas preenchidas. Apresenta-se igualmente a comparação com as placas de Tapada da Laje das Peles e Lapa da Galinha.

firmando mais uma vez, excluindo o caso de Vale Beiró (encontrando-se o monumento de Antões 3 numa clara área de transição), a sua predominância no espaço megalítico alto-alentejano.

Na primeira placa, os traços correspondentes às pinturas/tatuagens faciais são substituídos por uma faixa horizontal preenchida – no entanto, se limparmos esta faixa do seu preenchimento e associarmos os seus traços delimitadores ao falso separador Cabeça/Corpo, o que temos são precisamente três traços partindo do V central (é certo que se encontram um pouco mais afastados entre si do que nas restantes placas, não deixando de ser sempre três traços). Seja como

for, esta placa poderá ser reflexo da transição entre as placas de faixa única e as placas ditas clássicas.

Nas placas de Tapada da Laje das Peles, Tapadão das Relvas e Antões 3, o V central é substituído por um traço único vertical, óbvia representação de nariz, do qual partem três ou quatro traços sensivelmente horizontais representando as pinturas/tatuagens faciais. Assim como na placa da anta de Terras da Azinheira, os olhos encontram-se sugeridos pela dupla perfuração na placa de Tapada da Laje das Peles – sendo que em outra placa proveniente de Tapada da Laje das Peles (com aparente uniformidade conceptual na decoração da Cabeça, aqui representada na fig. 25:4) o antropomorfismo é bastante mais evidente por meio do reaproveitamento que lhe conferiu novo contorno (à semelhança da placa de Castelo de Vide).

Uma outra variante poderá ser encontrada ainda em dois exemplares, ambos de recorte antropomórfico, da gruta da Lapa da Galinha (Alcanena). Em ambas placas, o traço simples representando o nariz que figura na placa de Tapada da Laje das Peles é substituído por duplo traço vertical – sendo que num dos exemplares desta gruta as arcadas supraciliares são igualmente representadas em duplicado. Estes motivos em ambas as placas encontram-se associados a outros motivos singulares – que merecem outro tipo de atenção (Gonçalves et al., 2014).

Com se denota, trata-se de motivos que encontram especial incidência na área megalítica alto-alentejana, mas com clara difusão para outros contextos geográficos. Refira-se, em primeiro lugar, a ocorrência de exemplares similares aos aqui apresentados na área particular de Coruche (em Monte da Barca e Vale Beiró), entendida como óbvia área de charneira no eixo de circulação entre o Alentejo e a península de Lisboa durante o Neolítico e o Calcolítico. Esta evidente circulação de gentes, bens e ideias, ligando ambas áreas culturais, lê-se em alguns fatores particulares facilmente identificáveis.

As características «tipicamente» alto-alentejanas das placas de xisto gravadas da Lapa da Galinha e gruta da Marmota (Alcanena), lidas principalmente nas placas fenestradas e restantes placas antropomórficas (às quais se associa a presença de placas de grés em ambas grutas), assim como a presença de vasos carenados de *tipo Crato/Nisa* na Lapa da Bugalheira e Buraca da Moura da Rexaldia (Torres Novas) sugerem contactos entre as comunidades alto-alentejanas e estremenhas (sejam quais forem os moldes em que terão ocorrido e motivados possivelmente pelo intercâmbio sílex/anfibolito) – contactos estes já defendidos com base nas semelhanças morfológicas entre certos artefactos votivos incluídos nos rituais funerários de ambas as áreas (Andrade, 2009; Andrade et al., 2010) e comprovados com recentes análises isotópicas realizadas sobre restos humanos provenientes de contextos funerários estremenhos (Waterman et al., 2013).

Poderão tais ocorrências materializar caminhos de troca esboçados ao longo do Tejo e cursos de água paralelos (Rio Sorraia e Ribeira de Muge, por exemplo), manifestados possivelmente pelos enterramentos culturalmente megalíticos de Monte da Barca (Coruche), Vale de Cavalos (Chamusca) e Martim Afonso (Salvaterra de Magos), assim como pelos povoados de Cabeço do Pé da Erra (Coruche), Cabeço da Bruxa (Alpiarça), Sobral do Martim Afonso e Porto do Sabugueiro 2 (Salvaterra de Magos) e Monte da Quinta 2 (Benavente) – contextos estes que revelam claras influências alentejanas lidas no conjunto da cultura material (cf. Andrade et al., no prelo; Gonçalves, 1982 e 1983-84; Gonçalves, 2011; Kalb e Höck, 1981-82; Parreira, 1987; Valera et al., 2007).

Por outro lado, a placa de Charneca da Vinhas (Caninas *et al.*, 2011), aparentemente similar à placa MMFF 8326 da anta da Herdade da Lameira, apesar de muito fragmentada, reforça mais uma vez as relações das comunidades megalíticas alto-alentejanas com a baixa pene-planície albicastrense e regiões confinantes – já evidenciadas nos monumentos do Amieiro e Couto da Espanhola (Idanha-a-Nova) e nos povoados de Cabeço da Velha e Charneca do Fratel (Vila Velha de Ródão) ou Monte do Trigo (Idanha-a-Nova), onde foi possível evidenciar algumas influências alentejanas nos espólios recuperados (Cardoso, 2008; Cardoso et al., 2003; Cardoso et al., 1998; Soares, 1988; Vilaça, 2008). Estes dados configuram assim um eixo de circulação entre Alto Alentejo e Beira Baixa, possivelmente relacionado com rotas de transumância em uso até ao século XIX, sendo a travessia do Tejo efetuada em Vila Velha de Ródão/Nisa (Silbert, 1978).

Teríamos assim esboçadas, mesmo que delineadas a nível teórico, duas linhas de trânsito principais no Sudoeste peninsular durante o Neolítico final e o Calcolítico: uma no sentido transversal do território, ligando o Alentejo à Estremadura; outra no sentido longitudinal do território, ligando o Alentejo à Beira Baixa. Seja como for e neste contexto, um denominador comum parece influenciar individualmente a execução das placas MNA 8218 e MMFF 8326 e dos seus homólogos, revelando um claro ecumenismo simbólico-ritual no qual o conjunto da anta da Herdade da Lameira se inscreve sem reservas, materializado precisamente na definição destes eixos de movimentação e consequentes padrões dinâmicos de mobilidade das antigas comunidades camponesas.

Coruche, julho de 2013.
Revisto em janeiro de 2014.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M. A. (2009) – *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo, Portugal): definição e caracterização do fenómeno de «megalitização» da paisagem na área austral do Norte alentejano*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Policopiado.
- ANDRADE, M. A. (2011) – Fronteira megalítica: algumas considerações gerais (enquanto as particulares não estão ainda disponíveis) a respeito das «necrópoles megalíticas» da área do Concelho de Fronteira. In CARNEIRO, A.; OLIVEIRA, J.; ROCHA, L.; MORGADO, P., coords. – *Arqueologia do Norte Alentejano. Comunicações das 3.^{as} Jornadas*. Lisboa: Edições Colibri. p. 63-82.
- ANDRADE, M. A. (2013) – Em torno ao conceito de necrópole megalítica na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo, Portugal): monumentos, espaços, paisagens e territórios. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., coords. – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 417-426.
- ANDRADE, M. A. (2014) – Contextos perdidos, obscurantismos helénicos: espólio de um monumento megalítico de Alter do Chão pertencente à colecção de Manuel Heleno. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 35-60.
- ANDRADE, M. A.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, P. (2010) – Contributo para a definição das práticas funerárias neolíticas e calcolíticas no Maciço Calcário Estremenho. 1: Estudo morfo-tipológico de duas placas de xisto gravadas provenientes da gruta da Buraca da Moura da Rexaldia (Chancelaria, Torres Novas). *Nova Augusta*. Torres Novas. 22, p. 241-261.
- ANDRADE, M. A.; NEVES, C.; LOPES, G. (no prelo) – Beyond the Mesolithic shell-middens: a chrono-cartographic overview of the ancient peasant communities in Muge. *Muge 150th: Conference on the 150th Anniversary of the Discovery of the Shellmiddens at Muge*.
- BOAVENTURA, R. (2006) – Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do cluster de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 21. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, p. 61-74.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1988) – *Los dólmenes de Valencia de Alcantara*. Madrid: Ministerio de Cultura. (Excavaciones Arqueológicas en España; 155).
- CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (1994) – Um conjunto de placas de xisto gravadas do Nordeste alentejano. *Ibn Maruán*. Marvão. 4, p. 147-156.
- CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F.; CARDOSO, J. L. (2011) – The Tumulus at Charneca das Vinhas (Vila Velha de Ródão, Portugal). In BUENO RAMIREZ, P.; CERRILLO CUENCA, E.; GONZALES CORDERO, A., eds. – *From the Origins: The Prehistory of the Inner Tagus Region*. Oxford: Archaeopress. p. 111-139 (BAR International Series; 2219).
- CARDOSO, J. L. (2008) – The Megalithic Tombs of Southern Beira Interior, Portugal: recent contributions. In BUENO-RAMIREZ, P.; BARROSO-BERMEJO, R.; BALBÍN-BERHMANN, eds. – *Graphical Markers and Megalith Builder in the International Tagus, Iberian Peninsula*. Oxford: Archaeopress. p. 103-115 (BAR International Series; 1765).
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (2003) – Investigações recentes do Megalitismo funerário da região do Tejo internacional (Idanha-a-Nova). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.^a série, 21, p. 151-207.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (1998) – A ocupação neolítica do Cabeço da Velha (Vila Velha de Ródão). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 3-4, p. 61-81.
- GONÇALVES, V. S. (1982) – O povoado calcolítico do Cabeço do Pé da Erra (Coruche). *Clio*. Lisboa. 4, p. 7-18.
- GONÇALVES, V. S. (1983-84) – Cabeço do Pé da Erra (Coruche), contribuição da Campanha 1 (83) para o conhecimento do seu povoamento calcolítico. *Clio/Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 69-75.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 1: Deusa(s) Mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular. *Almansor*. Montemor-o-Novo. 7, p. 289-302.
- GONÇALVES, V. S. (1992) – *Revendando as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Uniarq/INIC. (Cadernos da Uniarq; 2).

- GONÇALVES, V. S. (1993) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3: A Deusa dos Olhos de Sol, um primeiro olhar. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. 5.^a série, 15, p. 41-47.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- GONÇALVES, V. S. (2003) – *STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 32).
- GONÇALVES, V. S. (2004) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 5: o explícito e o implícito. Breve dissertação, invocando os limites fluidos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro milénio a.n.e. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 165-183.
- GONÇALVES, V. S. (2011) – *As placas de xisto gravadas (e os báculos) do sítio do Monte da Barca (Coruche)*. Lisboa: Uniarq. (Cadernos da Uniarq; 7).
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A. (2014) – Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 2: Antas inéditas do grupo megalítico de Crato-Nisa (Anta das Romeiras e Anta da Ferranha). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 17, p. 61-94.
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M.; PEREIRA, A. (2014) – As placas votivas (e o báculo) da Lapa da Galinha (Alcanena, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 129-158.
- GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.; ANDRADE, M. (2003) – A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.^a série, 21, p. 209-244.
- GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.; ANDRADE, M. (2005) – As notáveis placas votivas da Anta dos Cabacinhitos (Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 43-109.
- GONÇALVES, V. S.; TREINEN-CLAUSTRE, F.; ARRUDA, A. M. (1981) – Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato), campanha 1-(81). *Clio*. Lisboa. 3, p. 153-164.
- GONÇALVES, V. S.; TREINEN-CLAUSTRE, F.; ARRUDA, A. M. (1983-84) – Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato), campanha 3 (83). *Clio/Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 229-230.
- GONÇALVES, V. S.; TREINEN-CLAUSTRE, F.; ARRUDA, A. M.; ZAMMIT, J. (1983-84) – Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato), campanha 2 (82). *Clio/Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 225-227.
- ISIDORO, A. F. (1962) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 44, p. 5-27.
- ISIDORO, A. F. (1963a) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos elementos. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19:1, p. 71-75.
- ISIDORO, A. F. (1963b) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos elementos (II). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19:2, p. 174-177.
- ISIDORO, A. F. (1964) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos elementos (III). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19:3-4, p. 353-359.
- ISIDORO, A. F. (1965-66) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 20:1-2, p. 29-57.
- ISIDORO, A. F. (1966) – Contribuição para o estudo da Arqueologia do concelho de Alter do Chão (Alto Alentejo). *Lucerna*. Porto. 5, p. 384-414. Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia.
- ISIDORO, A. F. (1967-68) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – II. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22, p. 285-297.
- ISIDORO, A. F. (1970) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – III. *Trabalhos de Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa»*. Porto. 6, p. 3-18.
- ISIDORO, A. F. (1971) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – IV. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22:1, p. 41-56.
- ISIDORO, A. F. (1973a) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – V. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22:2, p. 107-123.

- ISIDORO, A. F. (1973b) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos elementos (IV). *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa*. Porto. 20, p. 3-5.
- ISIDORO, A. F. (1975) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – VI. *Trabalhos do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa»*. Porto. 29, p. 3-13.
- KALB, Ph.; HÖCK, M. (1981-82) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar das escavações de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugalia*. Porto. 2-3, p. 61-69.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1:2.
- OLIVEIRA, C. D.; OLIVEIRA, J. (2000) – Continuidade e rupturas do Megalitismo no distrito de Portalegre. In JORGE, V. O., coord. – *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Vol. 3. Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*. Porto: ADECAP. p. 459-471.
- OLIVEIRA, J. (1998) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Edições Colibri. Vol. 1.
- OLIVEIRA, J. (1999-2000) – A anta II de S. Gens (Nisa). *Ibn Maruan*. Marvão. 9-10, p. 181-238.
- OLIVEIRA, J. (2000) – Economia e sociedade dos construtores de megálitos da bacia do Sever. In JORGE, V. O., coord. – *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Vol. 3. Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*. Porto: ADECAP. p. 429-444.
- OLIVEIRA, J. (2006) – *Património arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agro-pastoris*. Lisboa: Edições Colibri; Évora: Universidade de Évora.
- OLIVEIRA, J. (2012) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever* [CD-ROM]. Évora: CHAIA; Marvão: Câmara Municipal. 2-3.
- PARREIRA, R. (1987) – Calcolítico do Vale do Tejo. In SILVA, A. C., coord. – *Arqueologia no Vale do Tejo*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. p. 44-47.
- PARREIRA, R. (1996) – *O conjunto megalítico do Crato (Alto Alentejo): contribuição para o registo das antas portuguesas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia. Policopiado.
- ROCHA, A. S. (1908) – Placas de suspensão neolíticas. *Boletim da Sociedade Archaeologica Santos Rocha*. 1:6, p. 174-175.
- ROCHA, L. (2002) – A anta do Couto dos Algarves 2 – Crato. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, 20, p. 39-60.
- SILBERT, A. (1978) – *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII^e-Début du XIX^e siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. Lisboa: INIC.
- SOARES, J. (1988) – O povoado da Charneca do Fratel e o Neolítico final/Calcolítico de Ródão-Nisa: notícia preliminar. *Alto Tejo*. Vila Velha de Ródão. 2, p. 3-6.
- VALERA, A. C.; TERESO, J.; REBUGE, J. (2007) – O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a produção de sal no Neolítico Final/Calcolítico do estuário do Tejo. In BICHO, N.; VERÍSSIMO, H., eds. – *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve. p. 291-305 (Promontoria Monográfica; 4).
- VASCONCELLOS, J. L. (1896) – Acquisições do Museu Ethnographico Português. *O Archeólogo Português*. Lisboa. Série I, 2:10-11, p. 245-247.
- VASCONCELLOS, J. L. (1927-29) – Antiguidades do Alentejo. III – Espólio d'uma anta de Monte Redondo. *O Archeólogo Português*. Lisboa. Série I, 28, p. 169-170.
- VILAÇA, R. (2008) – The Chalcolithic in Beira Interior (Central Portugal): data and problems. In BUENO-RAMIREZ, P.; BARROSO-BERMEJO, R.; BALBÍN-BERHMANN, eds. – *Graphical Markers and Megalith Builders in the International Tagus, Iberian Peninsula*. Oxford: Archaeopress, p. 157-170. (BAR International Series; 1765).
- WATERMAN, A. J.; PEATE, D. W.; SILVA, A. M.; THOMAS, J. T. (2013) – In search of homelands: using strontium isotopes to identify biological markers in late prehistoric Portugal. *Journal of Archaeological Science*. 42, p. 119-127.

A Time for Change and Exchange: an ethnoarchaeological perspective of material production, trade, networks and political economies within the Portuguese Estremadura during the Chalcolithic period

EMILI NORDÉN RAMOS *

ABSTRACT

This study intends to perform an ethnoarchaeological analysis of settlement patterns and archaeological materials in order to define material production, trade processes, networks and socio-economic changes in the Portuguese Estremadura during the Chalcolithic (3rd millennium BCE). It will enable us to get a regional and an interregional perspective of how these processes developed during the period in question and to gain insight into the socio-economic forces which were behind them. The material production and utilisation of the objects will be considered, from the material procurement to the final deposition of the objects in question, thus enabling us to perform comparative studies based on anthropological examples. Anthropological social interaction and network models will be taken into consideration in order to ascertain what kind of processes were behind the material production and exchanges, thus resulting in a deeper understanding of the development of these communities living in the Lisbon and Setúbal Peninsulas during the 3rd millennium BCE.

Keywords: Chalcolithic – 3rd Millennium BCE – Lisbon and Setúbal Peninsulas – Exchange networks – Ethnoarchaeology.

* Ph.D. Student; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, *e-mail*: emiliramos87@yahoo.se

RESUMO

Este estudo tem como objetivo realizar a análise etnoarqueológica de padrões de assentamento e materiais arqueológicos, com vista a definir a produção material, processos comerciais, redes de troca e mudanças socioeconómicas na Estremadura portuguesa durante o Calcolítico (3.º milénio a.n.e.). Este permitirá obter uma perspetiva regional e inter-regional de como esses processos se desenvolveram durante o período em questão, assim como obter informação sobre as dinâmicas socioeconómicas que estão por trás deles. A produção de artefactos e utilização de objetos será considerada, a partir da aquisição de matérias-primas até à deposição final dos objetos em questão, permitindo-nos realizar estudos comparativos com base em exemplos antropológicos. Modelos de interação e de redes sociais antropológicos serão tidos em consideração, a fim de determinar que tipo de processos está por trás da produção de artefactos e do seu intercâmbio, resultando numa compreensão mais profunda do desenvolvimento dessas comunidades que ocuparam a região das penínsulas de Lisboa e Setúbal durante o 3.º milénio a.n.e.

Palavras-chave: Calcolítico – 3.º Milénio a.n.e. – Penínsulas de Lisboa e Setúbal – Redes de troca – Etnoarqueologia.

1. BACKGROUND AND EARLIER RESEARCH

During the 1960s a rapprochement between Anthropology and Archaeology began to flourish and publications trying to combine these two sciences, such as Grahame Clark's "Traffic in stone axes and adze blades" in the *Economic History Review* (Clark, 1965) concerning production and redistribution of stone axes and adzes within an ethnoarchaeological framework, appeared more frequently amongst prominent journals. Several international conferences combining both disciplines have taken place, such as *Man, Settlement and Urbanism* (Ucko, Tringham and Dimbleby, 1972) and *The Explanation of Culture Change: Models in Prehistory* (Renfrew, 1972).

The Portuguese Estremadura region, which will be the main area of focus within this study, is an elongated piece of land which is surrounded by water boundaries to the West (the Atlantic Ocean), to the South (the Sado river) and to the East (the Tejo river), incorporating the Lisbon and Setúbal Peninsulas. Quite a high number of excavations were performed within this region during the last decades of the 19th century to the mid 20th century. There appears to be many distinctive traits between the Portuguese Estremadura region and other regions, such as the Alentejo, in the Iberian Peninsula, thus explaining why the cultural-historical archaeologists gave a separate name to the groups inhabiting the Estremadura. They became known as the "Tagus culture" (Savory, 1968). During the 3rd millennium BCE the circulation of objects, raw materials, technology and ideas started to increase visibly, especially in the central and southern parts of Portugal (Sousa and Gonçalves, 2012, p. 384). The idea behind my work is to study these networks, the socio-politics and socio-economies behind them.

The use of Ethnoarchaeology will be very suitable in this case. Ethnoarchaeology was viewed with sheer scepticism amongst certain archaeologists (for exam-

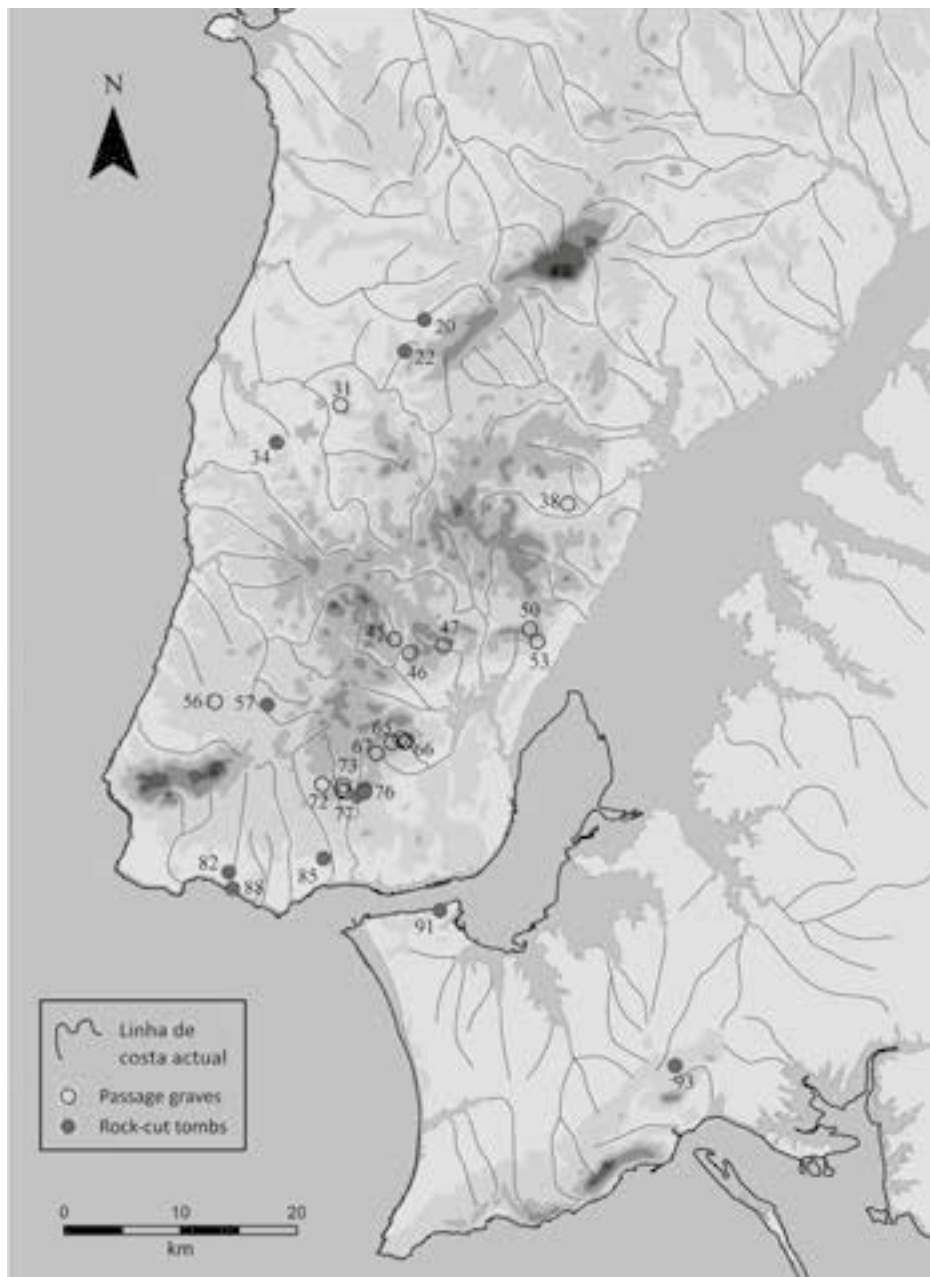


Fig. 1 – The Lisbon and Setúbal Peninsulas, highlighting the passage graves and rock-cut tombs in the landscape during the 3rd millennium BCE – Cartography: Maia Langley, earlier published in (Gonçalves, 2009, p. 238).

Passage graves: 31. Serra da Vila; 38. Arruda; 45. Carcavelos; 46. Alto da Toupeira 1; 47. Casainhos; 50. Monte Serves; 53. Casal do Penedo; 56. Pedras da Granja; 65. Pedras Grandes; 66. Trigache 1 to 4; 67. Conchadas; 72. Carrascal; 73. Pedra dos Mouros, Estria and Monte Abraão (Belas).

Rock-cut tombs: 20. Ermegeira; 22. Quinta das Lapas 1 and 2; 34. Cabeço da Arruda 1; 39. Castelo; 40. Pedra Furada; 43. Samarra; 52. Verdelha dos Ruivos; 69. Bela Vista; 76. Tojal de Vila Chã (Carenque) 1 to 4; 77. Baútas; 82. Alapraia 1 to 4; 85. Monte do Castelo; 88. São Pedro do Estoril 1 and 2; 91. São Paulo 1 and 2; 93. Casal do Pardo 1 to 4.

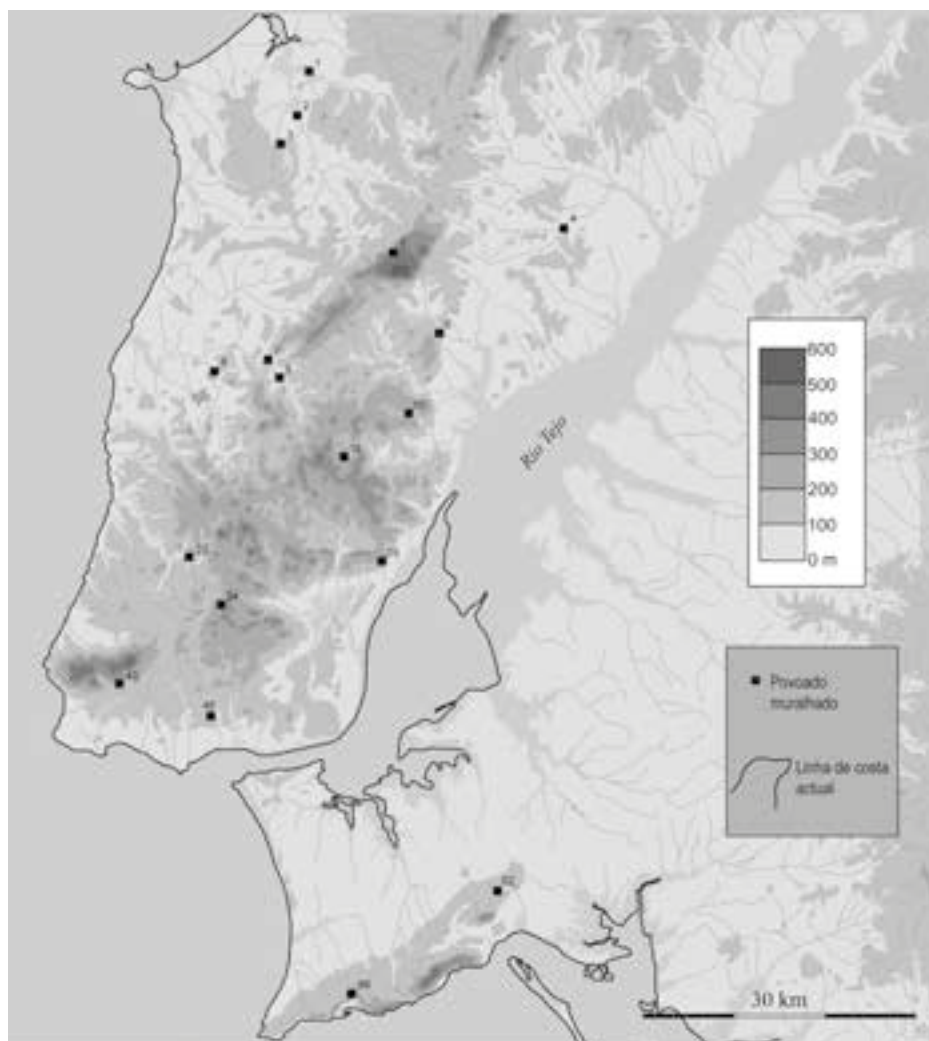


Fig. 2 – The Lisbon and Setúbal Peninsulas, highlighting the fortified settlements in the landscape during the 3rd millennium BCE – Cartography: Maia Langley, earlier published in (Sousa, 2010, Vol. II, p. 332).

Povoados muralhados: 1. Outeiro da Assenta; 2. Outeiro de S. Mamede; 3. Columbeira; 4. Vila Nova de São Pedro; 4. Ota; 5. Pragança; 6. Fórnea; 7. Zambujal; 8. Penedo; 9. Pedra do Ouro; 10. Castelo; 23. Penedo do Lexim; 25. Moita da Ladra; 34. Olelas; 43. Penha Verde; 48. Leceia; 64. Rotura; 62. Chibanes; 66. Castro de Sesimbra.

ple, Leroi-Gourhan, 1964, p. 4) who thought that an adoption of analogies could have a devastating effect upon Archaeology. This is an unfounded fear since we may be able to learn as much from the differences as from the similarities in a comparison between different cultures. Following P. J. Ucko and A. Rosenfeld: *“The more varied and the more numerous the analogies that can be advanced, the more likely one is to find a convincing interpretation for an archaeological fact. The more*

numerous and the more detailed the parallels, the more likely one is to be able to assess the likelihood of a particular parallel being a significant one, and the greater the possibility of checking against the content and the context of the archaeological material" (Ucko and Rosenfeld, 1967, p. 157).

Although he initially felt sceptical towards these analogies, Leroi-Gourhan has since then performed several ethnoarchaeological studies and almost proven a point to the contrary (see for example Leroi-Gourhan, 1983), which is that ethnoarchaeology can become a useful tool within archaeological analyses. The plan is to use a wide variety of analogies, from different cultures in different regions, whilst searching for parallels to the archaeological material from Portugal.

Some examples of successful and renowned ethnoarchaeological studies are the ones made by A. M. Pétrequin and B. Pétrequin, specialising in Neolithic material culture from the regions of the Alps and on the island of Irian Jaya (Indonesia), showing us how useful anthropology and ethnology can become within archaeological studies (Pétrequin and Pétrequin, 1988; Pétrequin, 1993). The idea is that this study will achieve similar goals using ethnoarchaeological methods, which is an unusual approach amongst archaeological studies within Portugal, thus looking at the archaeological materials from quite a new perspective and contributing to increase the information regarding this subject.

One of the possible trade objects to be included in this study would be salt. Ethnoarchaeological studies concerning salt production and trade have been made in several different environments (Gardner and Heider, 1968; de Brisay and Evans, 1975), and since salt is such a vital element for human beings to survive (though often forgotten in archaeological studies) then the salt trade ought to have been one of the key networks which must have existed in every ancient society. The groups living at sites where salt was produced had the fortune to be able to trade this valuable product for other kinds of materials, for example beads or shells, as it is known to have happen in north-eastern Spain during the Neolithic. The spread and trade concerning green semi-precious stone beads in the Iberian Peninsula have been studied at a closer range, giving us an insight of some of the networks which were in motion during the Neolithic and Chalcolithic periods on the Iberian Peninsula.

In 1978 a variscite mine named Can Tintorer at Gavá in Catalonia was found. The archaeological material indicates that it was used during the Neolithic, at first quite sporadically and in a smaller scale, later in a much more industrial scale with systematic and selective arrangements of the mining tunnels. The people exploiting the mine at the later stage had a profound knowledge of the site and how to extract the material, thus showing us how the variscite mining had become a specialized and professionally directed activity in that area connected

to the salt and shell trade (Villalba, 2002). Trace analysis of green semi-precious stone beads indicates however that Can Tintorer was not the origin of the analysed beads found in Portugal, research is being made in order to pin point possible sites of origin for the Portuguese beads, such as Pico Centeno at Encinasola in the district of Huelva, Palazuelo de las Cuevas at Zamora in Spain or Bragança in north-eastern Portugal (Gonçalves and Reis, 1982; Villalba, 2002, p. 115; Odriozola and Linares-Catela, 2012). There exists 2 Neolithic/Chalcolithic salt production site in the Portuguese Estremadura, at Ponte da Passadeira beside the Tagus estuary (Soares, 2008) and at Monte da Quinta 2 (Benavente) (Valera, Tereso and Rebuge, 2006), where no ethnoarchaeological comparative studies have been made until now but which could possibly contribute to explain the salt trade and networks in a more profound way.

The recently published studies, concerning the origins of the ivory found at various sites during the Chalcolithic in the Iberian Peninsula, show us that the people living in the Portuguese Estremadura, Alentejo and Algarve acquired their ivory from African steppe elephants in Northern Africa whilst people living in Andalucía and Catalonia more often acquired theirs from Asian elephants, probably from India (Schuhmacher and Banerjee, 2012). These results indicate that, other than having extensive networks, they also had regional preferences and/or different trading partners along the Mediterranean and Atlantic coastal regions which need to be studied more extensively.

2. OBJECTIVES

The central area for this study will be the Estremadura region in Portugal, including both the Lisbon and Setúbal Peninsulas, though areas connected through archaeological materials to this region (such as Bell Beaker pottery in Alentejo or even Morocco for example) will also be examined to comprehend the networks and the exchange processes during the Chalcolithic period.

The aims are:

1. To perform a techno-typological and dispersal study on archaeological materials (mainly pottery, polished stone tools, adornments and metal) from various sites both within and outside the Portuguese Estremadura region to detect production sites, distribution patterns, networks and trade routes for the circulating objects in question;
2. To use anthropological examples in a comparative study regarding the settlement patterns and material production/trade/usage in order to gain knowledge as to how the society might have developed and functioned;
3. To gain insight of the socio-economy of the societies during the 3rd millennium through ethnoarchaeological studies, concentrating on the levels of indus-

trial/controlled production of materials, the storage, distribution and redistribution of the materials as well as the final deposition of them;

4. To ascertain what kind of changes occurred in the Estremadura region during the Chalcolithic period regarding trade, production, networks and society.

Regarding the subsistence economy and socio-political situation of the people inhabiting these sites, we ought to gain a deeper understanding of how these conditions might have changed during the Chalcolithic period and what kind of socio-economical implications this would induce. Anthropological studies show clearly how different subsistence economies relate to and influence the socio-political structure of societies (Orme, 1981, p. 75-77).

3. THEORY AND METHODS

The main point of Ethnoarchaeology is to study the archaeological evidence which living communities or recent primitive communities leave behind and the behaviour which it represented in the group, thus to establish a link between behaviour and the material results which it leaves behind. It may concern for example pottery making, artefact distributions or settlement patterns as long as it leaves material residues which could be found archaeologically. It is useful to adopt an ethnoarchaeological perspective and perform comparative studies whilst dealing with urbanisation, the development of socio-political systems and trade patterns. The archaeologist needs to try to avoid bias whilst selecting material from ethnographic sources, not only dealing with sources that agree with a predefined view of the situation/materials which are to be studied, but also to avoid the dangers of single parallels between a single neat example from an anthropological study which seems to explain it all even though other parallels might exist and go unseen. The more parallels we can find from several anthropological case studies the better and we get a more thorough understanding of the data (Orme, 1981, p. 27).

What is a political economy? According to T. Earle: *The political economy is the material flows of goods and labour through a society, channelled to create wealth and to finance institutions of rule* (Earle, 2002, p. 1). An economy is an open system of production, distribution and consumption of services and goods. The main goal of economic Anthropology is to explain the differences between economies and why/how they emerge (Earle, 2002, p. 8). Traditional economies depend on political economy and subsistence economy where one could define political economy as a competitive, growth-oriented economy where surpluses are mobilised to support the elite's lifestyles, political activities and operations of social institutions. Political economies are based upon subsistence economies which

concern the everyday maintenance of households and household productivity (Earle, 2002, p. 9).

When we mention group classification within Ethnoarchaeology we are dealing with neo-evolutionist classifications such as *band*, *tribe*, *chiefdom*, *kingdom* and *state*. Not to forget whilst dealing with this subject are also the more flexible and fluid classifications of clans, village confederacies or age groups for example. An ethnoarchaeologist bases his classification largely depending on the size of the group, on political organisation and on the kind of leadership based on the personal authority of the leaders within the group (Service, 1962; Orme, 1981, p. 137; Earle, 2002, p. 15-16). Although most anthropologists agree nowadays that this is a simplification of socio-political groups and too narrow a way of classifying them, they also agree that it is a preferable method for making comparative studies between different groups as long as we are aware of the variation between communities (Earle, 2002, p. 44-45). C. Renfrew mentions for example "group-oriented chiefdoms", with leaders who served the groups interest rather than individual interests, whilst speaking of European megalithic communities, such as those in Estremadura (Renfrew, 1976). «[...] *the solidarity of the social unit was expressed most effectively in communal or group activities*» as Renfrew described it (Renfrew, 1974, p. 74).

A summary of some of the anthropological leadership classifications used in the field which could probably be applied during the Chalcolithic period would be *Big Men*, *Village Chiefs* and *Tribal Chiefs*. *Big Men* is a term coming from New Guinea and could be described as men who are leaders within their settlement unit. It can be applied to village leaders or band leaders whose position is not dependent by birth but of the group's approval. Generally the group size varies from a minimum of 40 people up to 300 when dealing with *Big Men* societies. A *Big Man* has influence but no authority so to speak and needs to constantly show his leadership skills, whether by being a good warrior, farmer or diplomat as well as showing a generous disposition (Orme, 1981, p. 139-141). *Village Chief* on the other hand is a position which is partly hereditary, only certain lineages/families can attain this status and some members of the population are precluded from ever reaching this status. The members of the group might be a village entity or a clan dispersed through various villages, normally consisting of 80-300 people. Here the focal point is to create alliances through trade, diplomacy and marriages as well as acting as a religious leader within the community (Orme, 1981, p. 141-143; Earle, 1997). A *Tribal Chief* is the hereditary leader of several settlements or a group of people dispersed over various sites where the people and the leader do not always have a face-to-face or daily relationship. Marriage laws and inheritance rules tend to be much more restricted than within other kinds of leadership. The society tends to be more hierarchical overall and some kinds of materials/objects

are restricted to the tribal chiefs and their family only. The power of the leader is more extensive and he has the right to inflict various punishments, such as killing, banishing or enslaving people (Orme, 1981, p. 143-146; Earle, 1997). As you may see, there are fine differences between leadership classifications which affect society at various levels. An ethnoarchaeological study of group classifications within the Portuguese Estremadura region during the Chalcolithic would help to comprehend the networks and the socio-economical situations. The idea is to look at settlement layouts, grave goods and craft specialisations/distributions since they go hand in hand with social complexity and stratification.

Settlement patterns, distribution and house construction can tell us more than meets the eye at a first glance. There exist several anthropological studies concerning settlements amongst various cultures with different subsistence economies and within different environments (Flannery, 1972; Orme, 1981, p. 78-134). Certain lifestyles and socio-economies call for the use of temporary shelters or permanent structures, some for both to be used at the same time, some at intervals (could be within the same year or with several years in between) or some only for festive occasions/group gatherings. From an anthropological point of view one can say that village settlements are a typical sign of farming, such as semi-permanent shifting agriculture or more permanent forms of agriculture. Villages tend to have between 50 to 300 people living in them because then they have enough adults for defence and corporate works but not so many people that they lose the control to cope with everyday law and order (Orme, 1981, p. 110). Settlements defined/confined by walls are mostly built as defensive responses (Rowlands, 1972). Obviously the environment has some say over the choice of building material and positioning in the landscape (Orme, 1981, p. 91).

Transport and terrain are two factors which are important to study when dealing with networks and distribution patterns. A part of this study will deal with GIS maps made with ArcGIS in order to create topographical analyses regarding trade/communication routes within the landscape, material dispersal/distribution maps as well as site visibility and intervisibility (Conolly and Lake, 2006). The goal is to define the archaeological sites within the Portuguese Estremaduran landscape, such as whether they were having a greater visual control over other sites, access to riverine, coastal or land communication routes and to understand how the sites interacted with each other throughout the Chalcolithic. A comparison with anthropological examples of settlement dispersal and networks would be beneficial since we may then analyse the socio-political situation and subsistence economies behind these actions.

The archaeological materials which will be included in the study are going to derive from well documented and radiocarbon dated contexts/excavations, the material with an unclear dating or context will at most serve for quantitative stud-

ies. The circulation of products can be said to signify either movements of groups of people, an exchange of raw material or manufactured products between agents or a transmission of technology and/or information between groups or individuals (Bernabeu Aubán, 2012, p. 106). As T. Earle describes it: *Exchange emphasizes the social relationships among the individuals in the network; trade emphasizes the significance of the objects and the potential for profit in movement and transaction. Analyzing patterns of distribution of raw materials and finished objects from their source of origin has become one of archaeology's best techniques for describing prehistoric economies* (Earle, 2002, p. 11).

There are different kinds of materials which will be included in the study, such as: utilitarian tools, warfare tools and prestige objects. The main aspects to study regarding the materials will be time, space, distribution, circulation (Guilaine, 2012, p. 23-25) as well as their context (Hodder, 1987; 1990). The materials which will be used in this study were originally excavated from a variety of sites such as settlements (walled settlements, settlements with ditched enclosures and farmsteads), funerary sites (dolmens, caves, rock-cut tombs and *tholoi*), ritualistic/sacred sites, raw material procurement sites and activity areas in the landscape. This extensive choice of different sites is fundamental in order to convey a meticulous, useful and more accurate view of how the materials were being produced, exchanged and absorbed in the chalcolithic communities living in the Portuguese Estremadura. A consideration of the *chaîne opératoire* (such as raw material procurement and selection, specific production sites, transfers, receptive sites, secondary production/treatment sites, redistribution, consumption, recycling and abandonment/final deposition) will be needed as a techno-typological/provenance approach which focuses on the main changes of import and export in the region of Estremadura in Portugal.

An archaeologist who has dedicated his time to study the meaning of the concepts of "complexity" and "inequality", and thus applied his views/results on archaeological material from the southeast of the Iberian Peninsula is R. Chapman (2003). One of his suggestions is to combine the Anglo-American school of thought (processual and post-processual) with more foreign schools of theory, such as *Historical Materialism*, which is for example used on the Iberian Peninsula and in Latin America. *Historical Materialism* within Iberian Archaeology stems from the period when Marxism re-emerges on the political and archaeological scene after the dictatorships had fallen in Portugal and Spain. This particular viewpoint rejects idealism and prioritises the material conditions of life, particularly the factors of production and reproduction. The idea is that, through meticulous studies of the material conditions, one may be able to better comprehend the ideological, aesthetic, political and/or economical aspects of society. Indeed, the materialism goes hand in hand with realism, thus stating that the archaeological

remains are discernible, observable and measurable to the archaeologists (Chapman, 2003, p. 23). The best way to test these observations is for the archaeologist to empirically study the “ensembles” or so called *conjuntos* (in Spanish and Portuguese), which is the archaeological material coming from the same stratigraphical levels at certain units (house, tomb or activity area for example) from both old and modern excavations (Chapman, 2003, p. 25). This method of studying the *conjuntos* will be one of the key aspects behind the material studies within this project.

A consideration of multiple reciprocal exchanges or the so called “*Down-the-line*” model (Renfrew, 1977; 1984) and the “*Peer-Polity Interaction*” model (Rosenswig, 2000, p. 417) will be included in the analysis to see if they might explain the processes behind the networks and interactions. According to anthropological studies some of the main reasons behind material distribution are gift-partnerships, diplomatic exchanges, barter, war-booty, tributes and exchange-cycles. An ethnoarchaeological comparative study of the existing archaeological materials from the Portuguese Estremadura with anthropological examples would certainly shed a greater light upon the subject.

There are several Iberian archaeologists who have published papers on the Chalcolithic period, both in Portugal and Spain. Two of the most prominent Portuguese archaeologists would be C. Tavares da Silva and J. Soares who have dedicated a vast amount of time and effort to study both Chalcolithic material as well as Chalcolithic sites, some of them being found on the Setúbal Peninsula, such as the site of the artificial caves of Casal do Pardo at Quinta do Anjo in the district of Palmela (Soares, 2003). Both of them have a distinguishable Marxist point of view within their studies, opposing the diffusionist model and attributing a lot of importance to social and economical developments such as productivity, trade, *Peer-Polity Interaction*, hierarchisation, demography, settlement/tomb dispersal etc. with the “Secondary Products Revolution” being one of their main concerns within the Chalcolithic period (Soares, 2003, p. 17-18, 146-147). They divide the Chalcolithic into three different periods based on finds stratigraphically linked to each other, or *conjuntos* as they refer to them on the Iberian Peninsula, namely the “Horizonte da Cerâmica Canelada”, “Horizonte da Cerâmica Folha de Acácia” and “Horizonte Campaniforme” named after the pottery which is representative for each period in question (Soares, 2003, p. 87-101).

Two other renowned archaeologists who have performed extensive studies regarding the Chalcolithic period on the Iberian Peninsula are F. Nocete Calvo and R. Garrido-Pena. Nocete is of the Marxist school of thought and has mainly studied Chalcolithic sites in Andalucía. According to him the specialised copper industry in the Guadalquivir Valley (ca. 2750-2500 BCE) indicates that intensive networks arose between large political centers which were developing during

the period in question, such as the site at Valencina de la Concepción (Sevilla) (Nocete et al., 2008). The metallurgical activities were so intensive in this region that they managed to visibly pollute the environment (such as riverine areas) around the melting quarters, thus indicating that a high degree of technical complexity, optimised industrial production and a rigid spatial division of labour where the main components behind the Copper Age sites which we see today in the southern part of the Iberian Peninsula. Nocete believes the copper production was controlled by elite groups who also controlled fortified settlements, beverage and food supplies/storage and the exchange of rare materials. These settlements and production areas were working together and forming part of an intersocial structure of territorial core/periphery relationships (Nocete et al., 2008, p. 718). In turn, Garrido proposes that on the Meseta plateau (Madrid and its environs) there existed “transegalitarian societies” during the Chalcolithic period. One could define such societies as those who exerts the kind of leadership where political ties surpass the boundaries of kinship and reaches further afield than the local sphere but without a clearly defined and institutionalised political centralisation (Garrido, 2006). Garrido is of the opinion that a subsistence surplus obtained through the “Secondary Products Revolution” might have facilitated for certain individuals to gain higher social prestige via competitive feasting (Garrido, 2006, p. 83-84). After performing an ethnoarchaeological comparative analysis of the archaeological materials and settlement patterns the aim is to use the results from the analysis to create a final discussion where earlier theories, such as those presented in this paper from the various aforementioned archaeologists, will be scrutinised and see if they succeed or fail to explain the socio-economical situation in the Portuguese Estremadura region during the 3rd millennium BCE.

A trans-disciplinary study is thus needed to reach the goals of this study where ethnoarchaeological comparative analyses and GIS will be the main components.

ACKNOWLEDGEMENTS

I would like to thank my supervisor, Prof. Victor S. Gonçalves, for agreeing to supervise this study and the UNIARQ team for including me as a member of their team. I would also like to express my utmost gratitude to Dr.^a Ana Catarina Sousa and Marco António Andrade, who have taught me the Portuguese way of performing meticulous excavations and writing articles, as well as for helping me find appropriate literature for my projects.

BIBLIOGRAPHY

- BERNABEU AUBÁN, J. (2012) – Circulación, intercambio, interacción, interdependencia. De la cultura material a la red social. In BORREL, M.; BORELL, F.; BOSCH, J.; CLOP, X; MOLIST, M. (eds.) – *Networks in the Neolithic. Exchange of raw materials, products and ideas in the Western Mediterranean (VII-II millennium BC)*. Gavá: Bellaterra. p. 103-110. (*Rubricatum*; 5).
- DE BRISAY, K. W.; EVANS, K. A., eds. (1975) – *Salt: The Study of an Ancient Industry*. Colchester: Colchester Archaeological Group.
- CHAPMAN, R. (2003) – *Archaeologies of complexity*. London; New York: Routledge.
- CLARK, J. G. D. (1965) – Traffic in stone axes and adze blades. *Economic History Review*. 18:1, p. 1-28. Essays in Economic History Presented to Professor M. M. Postan.
- CONOLLY, J.; LAKE, M. (2006) – *Geographical Information Systems in Archaeology*. Cambridge: University Press. (Cambridge Manuals in Archaeology).
- EARLE, T. (1997) – *How Chiefs Come to Power*. Palo Alto: Stanford University Press.
- EARLE, T. (2002) – *Bronze Age Economics. The Beginnings of Political Economies*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- GARDNER, R.; HEIDER, K. G. (1968) – *Gardens of war: Life and death in the New Guinea Stone Age*. Harmondsworth: Penguin.
- GARRIDO-PENA, R. (2006) – Transegalitarian societies: an ethnoarchaeological model for the analysis of Copper Age Bell Beaker using groups in Central Iberia. In DIAZ-DEL-RIO, P.; GARCÍA SANJUÁN, L., eds. – *Social Inequality in Iberian Late Prehistory*. Oxford: Archaeopress, p. 81-96 (BAR International Series; 1525).
- GONÇALVES, A.; REIS, M. (1982) – Estudo mineralógico de elementos de adorno de cor verde provenientes de estações arqueológicas portuguesas. *Trabalhos do Instituto de Antropologia "Dr. Mendes Corrêa"*. Porto. 43, p. 5-18.
- GONÇALVES, V. S. (2009) – Construir para os mortos. Grutas artificiais e antas na Península de Lisboa. Algumas leituras prévias. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17, p. 237-260.
- GUILAINE, J. (2012) – Les réseaux Néolithiques: quelques réflexions préalables. In BORREL, M.; BORELL, F.; BOSCH, J.; CLOP, X; MOLIST, M., eds. – *Networks in the Neolithic. Exchange of raw materials, products and ideas in the Western Mediterranean (VII-II millennium BC)*. Gavá: Bellaterra. p. 21-30 (*Rubricatum*; 5).
- HODDER, I. (1987) – Contextual archaeology: an interpretation of Catal Hüyük and a discussion of the origins of agriculture. *Bulletin of the Institute of Archaeology*. London. 24, p. 43-56.
- HODDER, I. (1990) – *The Domestication of Europe*. Oxford: Basil Blackwell.
- LEROI-GOURHAN, A. (1964) – *Les religions de la Préhistoire*. Paris: PUF.
- LEROI-GOURHAN, A. (1983) – *Le Fil du temps: ethnologie et préhistoire*. Paris: Fayard.
- NOCETE, F.; QUEIPO, G.; SÁEZ, R.; NIETO, J. M.; INÁCIO, N.; BAYONA, M. R.; PERAMO, A.; VARGAS, J. M.; CRUZ-AUÑÓN, R.; GIL-IBARGUCHI, J. I.; SANTOS, J. F. (2008) – The smelting quarter of Valencina de la Concepción (Seville, Spain): the specialised copper industry in a political centre of the Guadalquivir Valley during the Third millennium BC (2750-2500 BC). *Journal of Archaeological Science*. 35, p. 717-732.
- ODRIOZOLA, C. P.; LINARES-CATELA, J. A. (2012) – Cuentas de variscita: Producción, circulación y presencia en contextos funerarios del suroeste peninsular. In BORREL M.; BORELL, F.; BOSCH, J.; CLOP, X; MOLIST, M., eds. – *Networks in the Neolithic. Exchange of raw materials, products and ideas in the Western Mediterranean (VII-II millennium BC)*. Gavá: Bellaterra. p. 323-332 (*Rubricatum*; 5).
- ORME, B. (1981) – *Anthropology for Archaeologists*. Ithaka; New York: Cornell University Press.
- PELEGRIN, J.; KARLIN, C.; BODU, P. (1988) – Chaînes Operatoires: un outil pour le Préhistorien. In TIXIER, J., ed. – *Technologie Préhistorique*. Paris: CNRS. p. 55-62 (Centre de recherches archéologiques, U.R.A.; 28).

- PÉTREQUIN, A. M.; PÉTREQUIN, P. (1988) – *Les Néolithique des lacs, Préhistoire des lacs de Chalain et de Clairvaux (4000-2000 av. J.C.)*. Paris: Ed. Errance. (Hesperides).
- PÉTREQUIN, P. (1993) – North wind, south wind. Neolithic technical choices in the Jura Mountains, 3700-2400 BC. In LEMMONNIER, P., ed. – *Technological choices. Transformations in material cultures since the Neolithic*. London; New York: Routledge.
- RENFREW, C., ed. (1973) – *The Explanation of Culture Change: Models in Prehistory*. London: Duckworth.
- RENFREW, C. (1974) – Beyond a subsistence economy: the evolution of social organisation in prehistoric Europe. In MOORE, C. B., ed. – *Reconstructing Complex Societies: An Archaeological Colloquium*. Supplement to the Bulletin of the American schools of Oriental Research. Cambridge, MA. 20 p. 69-95.
- RENFREW, C. (1976) – Megaliths, territories and population. In DELAET, S., ed. – *Acculturation and Continuity in Atlantic Europe*. Bruges: De Temple, p. 98-120.
- RENFREW, C. (1977) – Alternative models for exchange and spatial distribution. In EARLE, T. K.; ERICKSON, K. L. eds. – *Exchange Systems in Prehistory*. New York: Academic Press. p. 71-90.
- RENFREW, C. (1984) – Trade as action in the distance. In RENFREW, C., ed. – *Approaches to Social Archaeology*. Harvard: University Press. p. 86-134.
- ROSENSWIG, R. (2000) – Some Political Processes of Ranked Societies. *Journal of Anthropological Archaeology*. 19:4, p. 413-460.
- ROWLANDS, M. J. (1972) – Defense: a factor in the organization of settlements. In UCKO, P. J.; TRINGHAM, R.; DIMBLEBY, G. W., eds. – *Man, Settlements and Urbanism*. London: Duckworth. p. 447-462.
- SAVORY, H. N. (1968) – *Spain and Portugal: the prehistory of the Iberian Peninsula*. London: Thames & Hudson.
- SCHUHMACHER, T. X.; BANERJEE, A. (2012) – Procedencia y intercambio de marfil en el Calcolítico de la Península Iberica. In BORREL M.; BORELL, F.; BOSCH, J.; CLOP, X; MOLIST, M., eds. – *Networks in the Neolithic. Exchange of raw materials, products and ideas in the Western Mediteranean (VII-II millennium BC)*. Gavá: Bellaterra, p. 289-298 (Rubricatum; 5).
- SERVICE, E. R. (1962) – *Primitive Social Organisation: An Evolutionary Perspective*. New York: Random House.
- SOARES, J. (2003) – *Os Hipogeus da Quinta do Anjo (Palmela) e as Economias do Simbólico*. Setúbal: MAEDS.
- SOARES, J. (2008) – Economias anfíbias na costa sudoeste ibérica IV/III milénios BC – O caso da Ponta da Passadeira (Estuário do Tejo). In HERNÁNDEZ PÉREZ, M. S.; SOLER DÍAZ, J. A.; LÓPEZ PADILLA, J. A., eds. – *IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante: MARQ. Tomo II, p. 356-364.
- SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do neolítico final e calcolítico da Península de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ph.D. thesis.
- SOUSA, A. C.; GONÇALVES V. S. (2012) – In and out. Tecnologias, símbolos e cultura material. Interações e identidades regionais no centro e sul de Portugal no 3.º milénio A.N.E. In BORREL M.; BORELL, F.; BOSCH, J.; CLOP, X; MOLIST, M., eds. – *Networks in the Neolithic. Exchange of raw materials, products and ideas in the Western Mediterranean (VII-II millennium BC)*. Gavá: Bellaterra. p. 383-392 (Rubricatum; 5).
- UCKO, P. J.; ROSENFELD, A. (1967) – *Palaeolithic Cave Art*. London: Weidenfeld and Nicolson.
- UCKO, P. J.; TRINGHAM, R.; DIMBLEBY, G. W., eds. (1972) – *Man, Settlement and Urbanism*. London: Duckworth.
- VALERA, A.; TERESO, J.; REBUGE, J. (2006) – O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a produção de sal no Neolítico final/Calcolítico inicial do estuário do Tejo. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve. p. 291-305. (Promontoria Monográfica; 4).
- VILLALBA, M. J. (2002) – Le gîte de variscite de Can Tintorer: Production, transformation et circulation du mineral vert. In GUILAINE, J., ed. – *Matériaux, productions, circulations du Néolithique à l'Age du Bronze*. Paris: Éditions Errance. p. 115-127. (Séminaire du Collège de France).

O povoado campaniforme fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa) e a sua cronologia absoluta*

JOÃO LUÍS CARDOSO**, ANTÓNIO M. MONGE SOARES***, JOSÉ M. MATOS MARTINS***

RESUMO

O povoado calcolítico muralhado de Moita da Ladra implanta-se no topo de uma elevada chaminé vulcânica, que domina todo o estuário do Tejo. O pretendido prosseguimento da exploração de uma pedreira de basalto no local determinou a sua escavação integral. As estruturas identificadas são de carácter defensivo e habitacional. As primeiras integram uma muralha de contorno elipsoidal, em parte desaparecida, mas cujo comprimento foi possível estimar em cerca de 80 m, possuindo a largura de cerca de 44 m, englobando duas torres maciças e uma entrada, voltada para o estuário do Tejo, que se estende do lado sul. O enorme esforço construtivo envolvido em tal operação explica-se, sobretudo, pela preocupação de conferir visibilidade acrescida ao dispositivo implantado no topo da elevação, até pelo contraste oferecido com a coloração negra dos basaltos subjacentes. Esta evidência conduz a admitir que, a par da função defensiva corporizada pelo recinto muralhado – e talvez mais importante do que ela – estaria implícita, na sua construção, a necessidade de marcar fortemente o lugar, constituindo um verdadeiro marco construído na paisagem. Por outro lado, a implantação deste povoado calcolítico pode relacionar-se com o controlo do acesso à vasta bacia interior correspondente à várzea de Loures, cuja rede de

* Os segundo e terceiro signatários encarregaram-se da redação do capítulo 7. Os restantes capítulos são da responsabilidade do primeiro signatário, que coordenou a realização do trabalho e a execução dos desenhos de campo e de espólios arqueológicos, da autoria de Bernardo L. Ferreira e de F. Martins. As fotografias de campo são do primeiro signatário.

** Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), e-mail: cardoso18@netvisao.pt

*** Laboratório de Radiocarbono, C2TN, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, e-mail: amsoares@ctn.ist.utl.pt; jmartins@ctn.ist.utl.pt

drenagem se articula, a montante, com a bacia hidrográfica do rio Sizandro, na parte vestibular da qual se localiza o povoado calcolítico fortificado do Zambujal.

A única fase de ocupação identificada, condiz, por seu turno, com o facto de a edificação do dispositivo muralhado ter sido efetuada de uma única vez, correlativa de camada pouco potente contendo espólios arqueológicos escassos mas diversificados, caracterizados pela associação das cerâmicas decoradas do grupo «folha de acácia/crucífera» a produções campaniformes, de técnica pontilhada, integrando vasos marítimos e vasos com decorações geométricas.

As datações de radiocarbono indicam que a ocupação do povoado se verificou na segunda metade do 3.º milénio a.C., tal como se observou noutros sítios altos e fortificados da região, como Penha Verde e Leceia, sendo coeva dos pequenos sítios abertos de encosta onde comunidades campaniformes de raiz familiar se dedicavam às atividades agropecuárias. As diferenças na qualidade dos recipientes campaniformes característicos de ambos os tipos de implantação indica que nos primeiros se sediaram as elites a quem caberia o controlo dos territórios respetivos, como foi o caso dos habitantes da Moita da Ladra. Por outro lado, a coexistência de produções campaniformes e não campaniformes do grupo «folha de acácia/crucífera», configura uma realidade cultural cuja importância foi devidamente valorizada no presente artigo.

Palavras-chave: Moita da Ladra – fortificação – campaniforme – povoamento – península de Lisboa.

ABSTRACT

The Chalcolithic fortified settlement of Moita da Ladra is located on the top of a high volcanic chimney that dominates the Tagus estuary. The archaeological site was entirely excavated due to the exploitation prosecution of a basalt quarry. The identified archaeological structures are both defensive and residential. The remains of an ellipsoidal wall with 80 m length and 44 m width including two massive towers and an entrance facing the Tagus estuary on the southern side.

This settlement's builders wanted it to be easily seen from the river and at a long distance. Besides its defensive function this archaeological site is intended to be a landmark in this landscape.

The implantation of this Chalcolithic settlement is related with the access control of the large inner basin of Loures lowland, related with Sizandro river basin flux catchement in which Zambujal fortified settlement is located.

The site has only one occupation phase with few but diversified archaeological remains characterized with both decorated ceramics of "folha de acacia/ crucífera"

group and bell beakers ceramics represented by maritime vases and vases with geometric decoration.

Radiocarbon dating points out to the occupation of this site during the second half of the 3rd millennium BC, the same of other high fortified settlements of this region, such as Penha Verde, Sintra or Leceia, Oeiras.

The coexistence of both bell beakers ceramics and non beaker's ceramics of "folha de acacia/ crucífera" group has an important cultural meaning that is valued in this article.

Keywords: Moita da Ladra – fortification – bell-beakers – settlement – Lisbon peninsula.

1. GENERALIDADES

O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra situa-se no topo de uma chaminé basáltica de idade fini-cretácica, pertencente ao Complexo Vulcânico de Lisboa, entre os 220 e os 228 m de altitude. Tal implantação corresponde a largo domínio visual sobre o estuário do Tejo (fig. 1) bem como para nascente e poente; só para o lado norte a visibilidade se afigura mais limitada.

Possui as seguintes coordenadas geográficas, lidas na Carta Militar de Portugal na escala de 1/25 000, folha n.º 403: 38º 53'30" Lat. N. e 09º 03'58" Long. W de Greewich.

A sua exploração integral foi realizada sob a direção do primeiro signatário, em parceria com J. C. Caninas, sob a égide da empresa Emérita, L.^{da} em sucessivas campanhas arqueológicas que se estenderam de 2003 a 2006, e cujos resultados preliminares já foram publicados (Cardoso e Caninas, 2010).

A decisão de escavação integral do sítio, seguida da desmontagem acompanhada das estruturas arqueológicas postas a descoberto, trabalho com que terminou a intervenção arqueológica, na primavera de 2006, foi determinada pelo então Instituto Português de Arqueologia, por forma a permitir a continuidade da progressão da lavra da referida pedreira. Os trabalhos foram integralmente custeados pelo dono da obra, a empresa Alves Ribeiro, S. A., que também cedeu a mão-de-obra não especializada que permitiu a escavação integral da estação arqueológica.

Além desses colaboradores, assumiram papel de relevo na escavação arqueológica do sítio os Dr. Mário Mascarenhas Monteiro e Filipe Martins. Os desenhos devem-se a este último e a Bernardo Ferreira. As fotos são da autoria de João Luís Cardoso, Filipe Martins e Bernardo Ferreira.



Fig. 1 – A chaminé basáltica de Moita da Ladra vista de sudoeste, dominando a várzea de Loures.

2. ESTRATIGRAFIA

A escavação integral do sítio permitiu verificar a existência de uma única camada arqueológica de época calcolítica, assente diretamente no substrato geológico, na parte mais alta da elevação, onde aquela poderia faltar em absoluto; já na periferia daquele sector, delimitado por linha muralhada, tal camada atingia a sua maior potência, formada em parte pela acumulação de materiais oriundos da zona mais alta da estação; foi também naquela área que se identificaram espólios do Neolítico Antigo, subjacentes à camada e às estruturas calcolíticas, relacionados com fino depósito residual, cuja distribuição cartográfica foi já anteriormente apresentada, bem como os espólios mais relevantes recolhidos (Cardoso e Caninas, 2010).

3. ESTRUTURAS DEFENSIVAS: SUA INTERPRETAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO

As estruturas identificadas são de carácter defensivo e habitacional. As primeiras integram uma muralha de contorno elipsoidal, em parte desaparecida, mas cujo eixo maior foi possível estimar em cerca de 80 m, possuindo o eixo menor cerca de 44 m (fig. 2), englobando torres maciças incluídas na muralha (fig. 3) e uma entrada, voltada para o estuário do Tejo, que se estende do lado sul (fig. 4). É de destacar o facto dos paramentos interno e externo desta muralha se encontrarem revestidos, pelo menos ao nível do seu embasamento, que é a única parte deles



Fig. 2 – Moita da Ladra. Fotografia aérea do povoado ainda em curso de escavação, em dezembro de 2004, evidenciando-se o troço da muralha melhor conservado, voltado a leste, no qual se interpõe torre maciça.



Fig. 4 – Moita da Ladra. Vista da entrada voltada para sul e para o estuário do Tejo, cujos paramentos são constituídos por blocos calcários, travados do lado externo por prismas basálticos, por forma a conferir-lhe estabilidade.



Fig. 3 – Moita da Ladra. Vista parcial da torre maciça interposta na muralha, observável em segundo plano, evidenciando-se os paramentos, tanto da torre, como da muralha, forrados de blocos de calcário branco.

conservada, por blocos calcários, os quais assumem a sua máxima expressão na área do dispositivo defensivo voltada para o estuário do Tejo. A sua utilização estende-se pela área adjacente, sob a forma de lajes calcárias, forrando o piso de circulação tanto na zona interna, como na zona externa da referida entrada. Importa destacar a existência de vários prismas basálticos, resultantes da disjunção destas rochas, observada em diversos locais da chaminé vulcânica, dispostos transversalmente do lado externo da referida entrada, por forma a conferirem-lhe estabilidade, visto a mesma se situar no limite da área onde os declives começam a ser mais acentuados.

O recinto apresenta-se em geral mal conservado, tendo desaparecido quase completamente no sector voltado para poente e norte; o seu estado de conservação é melhor no sector voltado a nascente, embora em grande parte dele se apresente sofrível (fig. 5).

É fácil imaginar o enorme esforço construtivo envolvido nesta operação, já que foi necessário transportar do sopé do morro tais elementos, recolhidos nos aflora-

mentos de calcários mesozóicos mais próximos encaixantes da chaminé basáltica, requerendo a mobilização de blocos que, nalguns casos, atingem centenas de quilos. A explicação para esta opção deve-se, sobretudo, à preocupação de conferir visibilidade acrescida ao dispositivo implantado no topo da elevação, pelo contraste oferecido entre os elementos calcários e a coloração negra dos basaltos subjacentes. Com efeito, no decurso das escavações, quem circulasse pela A1, no sentido de Lisboa-Porto, podia ver, bem evidenciados no topo da elevação, as construções calcárias refletindo o sol, apesar de se encontrarem reduzidas apenas ao seu embasamento.

Tal realidade leva a admitir que, a par da função defensiva corporizada pelo recinto muralhado – e talvez mais importante do que ela –, estaria implícita, na sua construção, a necessidade de sinalizar o lugar, através da construção de um verdadeiro marco construído na paisagem para quem navegasse no Tejo vindo da margem esquerda. Com efeito, a implantação deste povoado calcolítico pode relacionar-se com o

controlo do acesso à vasta bacia interior correspondente à várzea de Loures, cuja rede de drenagem se articula, a montante, com a bacia hidrográfica do rio Sizandro, na parte vestibular da qual se localiza o povoado calcolítico fortificado do Zambujal. Deste modo, é lícito pensar que a implantação do dispositivo defensivo da Moita da Ladra, mais do que controlar localmente a navegação no estuário adjacente, se articulava com a circulação entre o Alentejo e o litoral atlântico estremenho, por alturas de Torres Vedras, onde existem, para além do povoado referido, diversos outros importantes povoados calcolíticos, cujos espólios, especialmente os artefactos de pedra polida, denunciam o abastecimento regular de anfibolitos oriundos do Alto Alentejo: transposto o estuário do Tejo, a forma mais simples de chegar àquelas paragens seria através dos sistemas fluviais que atravessam obliquamente a Baixa Estremadura, dispensando deste modo uma viagem de cabotagem contornando o litoral da península de Lisboa, alternativa muito mais morosa e demorada (fig. 6). Outros povoados situados a meio caminho entre os sítios mais próximos do litoral atlântico e o estuário do Tejo, como o Penedo do Lexim, poderiam também beneficiar destas redes de distribuição dos anfibolitos e de outras matérias-primas oriundas de além-Tejo, como os minérios de cobre, em bruto ou já sob a forma de lingotes.



Fig. 5 – Moita da Ladra. Troço de muralha do lado nascente, mal conservada, onde se misturam, em resultado de remobilização local, blocos basálticos e calcários.

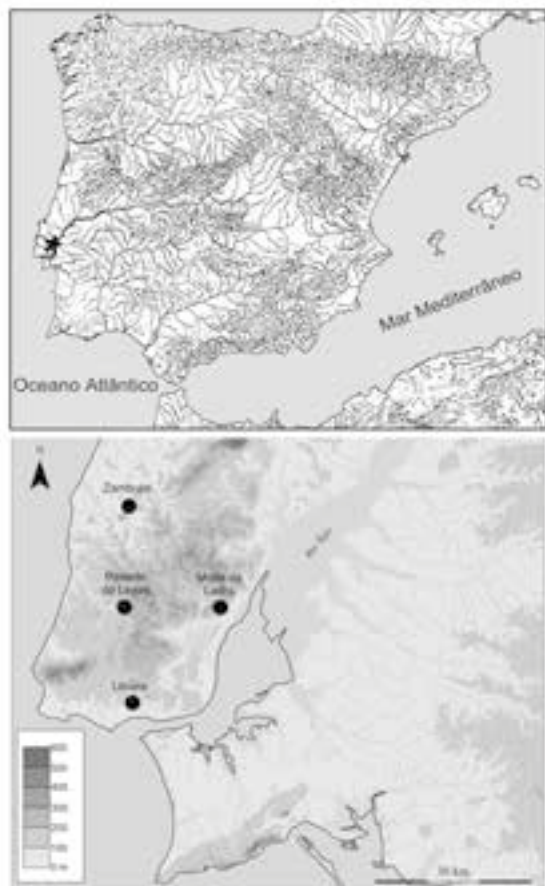


Fig. 6 – Moita da Ladra. Localização do sítio na Península Ibérica e na Península de Lisboa, onde se encontraria articulado com os povoados calcolíticos fortificados assinalados, entre outros.

4. ESTRUTURAS DE CARÁCTER HABITACIONAL

As estruturas habitacionais identificadas no interior do recinto muralhado estão representadas por covachos abertos na rocha basáltica alterada (fig. 7), podendo corresponder, nos casos de menores dimensões, a buracos de poste das cabanas ali existentes. Estruturas negativas de maiores dimensões afiguram-se ter sido reaproveitadas como lixeiras, como sugere o preenchimento de duas delas por cinzas e de outra por conchas de amêijoia, nalguns casos com as duas valvas, umas abertas, outras fechadas, ainda em conexão.

Uma estrutura baixa, de planta circular, corresponde a lareira, relacionada com a metalurgia do cobre (fig. 8), como sugere a ocorrência de um cadinho encontrado *in situ* na sua adjacência imediata (fig. 14, n.º 5).

Já no exterior da área muralhada, e do seu lado sul, voltada para o Tejo, explorou-se uma estrutura de planta elipsoidal, escavada no substrato geológico alterado, interrompendo em parte afloramento basáltico ostentando bonita disjunção prismática. Esta estrutura evidencia duas fases de utilização,

a mais moderna em que se delimitou o seu contorno, recorrendo a elementos basálticos e calcários, que poderia corresponder ao embasamento de cabana (fig. 9), de características idênticas às duas cabanas campaniformes identificadas em Leceia, igualmente do lado externo do recinto defensivo (Cardoso, 1997/1998). Tal estrutura fundou-se em depósito fino avermelhado, correspondente a mistura de cinzas, materiais arqueológicos fragmentados e detritos orgânicos, por vezes formando leitos lenticulares de conchas, correspondentes a despejos alimentares suscetíveis de serem individualizados; a parte mais funda deste depósito, de coloração anegrada, devido à presença de matérias carbonosas, assenta em acumulação de blocos que configura um embasamento estruturado (fig. 10). Esta estrutura, que evidencia deste modo duas fases de construção/utilização, é de difícil interpretação funcional, não podendo recorrer-se à analogia com a estrutura identificada em Leceia, de planta subcircular, a que foi atribuída a função de lixeira, depois de poder ter sido utilizada como silo de armazenamento (Cardoso,



Fig. 7 – Moita da Ladra. Vista parcial da área intramuros, observando-se diversas estruturas negativas, de carácter habitacional, escavadas no substrato geológico, de natureza basáltica.



Fig. 8 – Moita da Ladra. Estrutura de combustão de planta circular, definida por blocos basálticos.



Fig. 9 – Moita da Ladra. Estrutura habitacional, de planta elipsoidal, identificada do lado sul, na área extramuros.



Fig. 10 – Moita da Ladra. Vista da estrutura da fig. 9, evidenciando-se a existência de um depósito arqueológico subjacente, atribuível à utilização anterior do mesmo local como área de despejos domésticos.

Cunha e Aguiar, 1991). Com efeito, no caso agora em apreço, verifica-se que a acumulação de detritos domésticos terá ocupado área mais extensa que aquela que foi ulteriormente delimitada por blocos de planta elipsoidal, compatível com fundo de cabana.

5. RELAÇÃO ENTRE A SEQUÊNCIA ESTRATIGRÁFICA E A SEQUÊNCIA CONSTRUTIVA

A única fase de ocupação identificada no contexto habitacional em estudo, indicada pela existência de uma única camada arqueológica calcolítica, condiz com a edificação do dispositivo muralhado não ter revelado quaisquer fases construtivas diferenciadas. A construção do mesmo terá sido efetuada de uma única vez, o que configura curto período de ocupação do sítio, que poderá não ter excedido algumas dezenas de anos, realidade aliás confirmada pela escassez

dos espólios arqueológicos exumados, quando comparado com a abundância observada em outras estações similares da região, como os povoados da Penha Verde (Sintra) (Cardoso, 2010/2011), ou do Outeiro Redondo (Sesimbra) (Cardoso, 2013), para dar dois exemplos de sítios calcolíticos fortificados diretamente comparáveis, pelo facto de as respetivas ocupações terem decorrido apenas no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C., como se verificou no sítio em apreço.

6. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

Como se referiu, o espólio arqueológico recolhido provém de um único depósito pouco potente e ascende a um conjunto pouco numeroso, em resultado da duração limitada da ocupação do sítio.

6.1. Cerâmicas

6.1.1. Cerâmicas decoradas

Do ponto de vista tipológico, o conjunto das produções cerâmicas revela-se coerente, caracterizando-se pela associação das cerâmicas decoradas do grupo «folha de acácia/crucífera» (figs. 11, 12) a produções campaniformes (fig. 13); a contemporaneidade da utilização destes dois grupos de produções na Moita da Ladra não oferece, deste modo, quaisquer dúvidas.

No grupo de produções decoradas não campaniformes, de estilos regionais, ocorrem diversas formas, com destaque para os esféricos com decorações de diversos padrões em torno da abertura, feitas por impressões, caneluras fundas ou recorrendo à técnica incisa, padrões característicos do designado Calcolítico Pleno da Estremadura. A par desta forma, outra se afigura importante, a dos recipientes de paredes verticais, designados por «copos», ostentando padrões do grupo da «folha de acácia» (fig. 11, n.º 6; fig. 12, n.ºs 4 e 6), sucedâneos dos recipientes com a mesma forma, ainda que com pastas mais depuradas e acabamentos mais cuidados, que caracterizam o Calcolítico Inicial, ou pré-campaniforme, da Baixa Estremadura.

Outros recipientes, igualmente comuns na panóplia das produções do Calcolítico Pleno da Estremadura, são os grandes vasos com uma pronunciada goteira em torno da abertura (fig. 12, n.º 5), que poderia ter uma funcionalidade prática, como se observa nos antigos potes meleiros, embora nestes a referida goteira seja muito mais acentuada. Outros recipientes correspondem a esféricos altos de bordo simples (fig. 12, n.ºs 2 e 3). Uma taça em calote de corpo alto (fig. 12, n.º 7) ostenta, em torno do bordo, uma banda em espinhado produzido por ténues linhas incisivas, característica que aproxima singularmente esta peça; uma outra oriunda das furnas do Poço Velho, Cascais (Paço, 1941, Est. 29, de Gon-

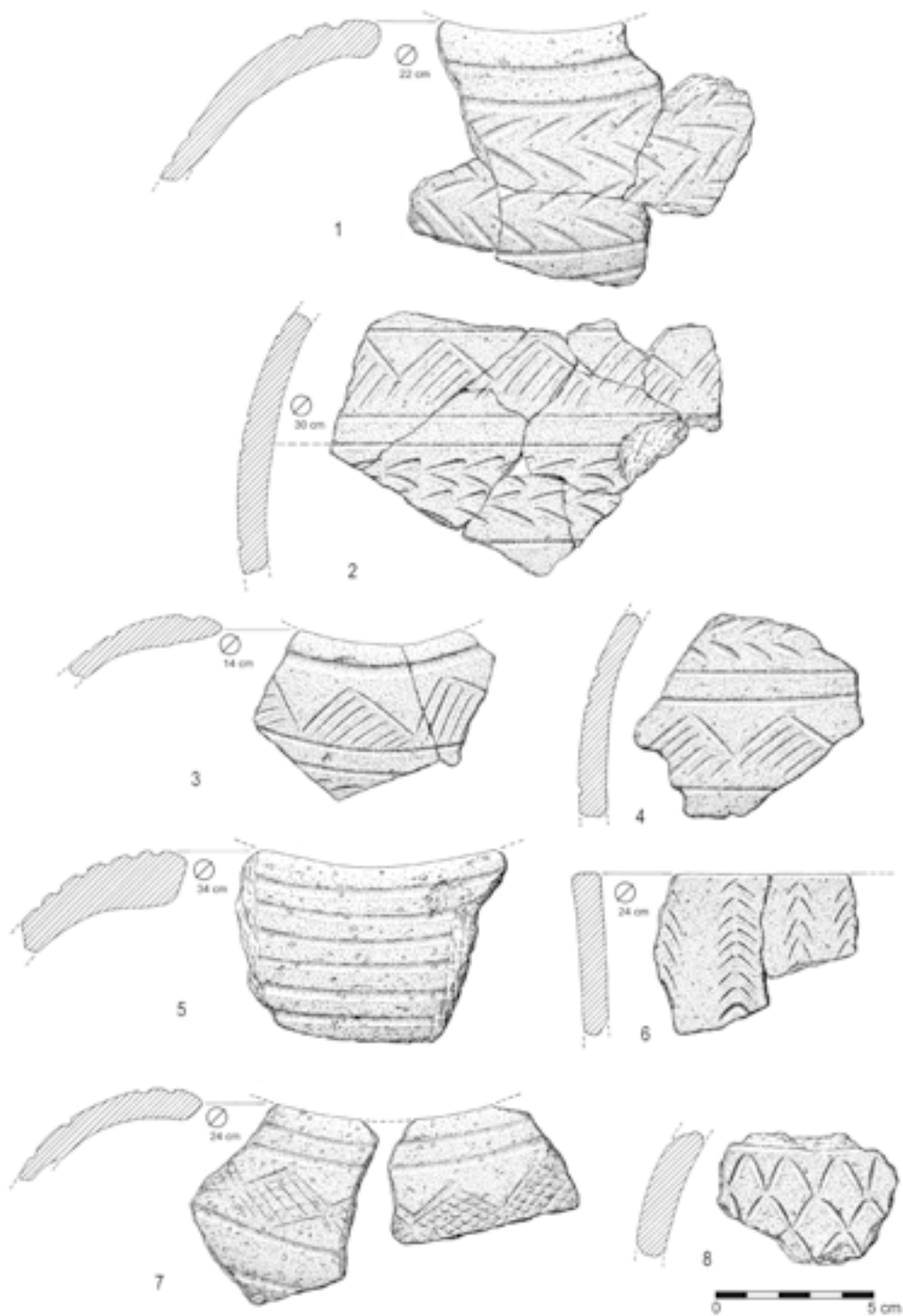


Fig. 11 – Moita da Ladra. Cerâmicas não campaniformes.

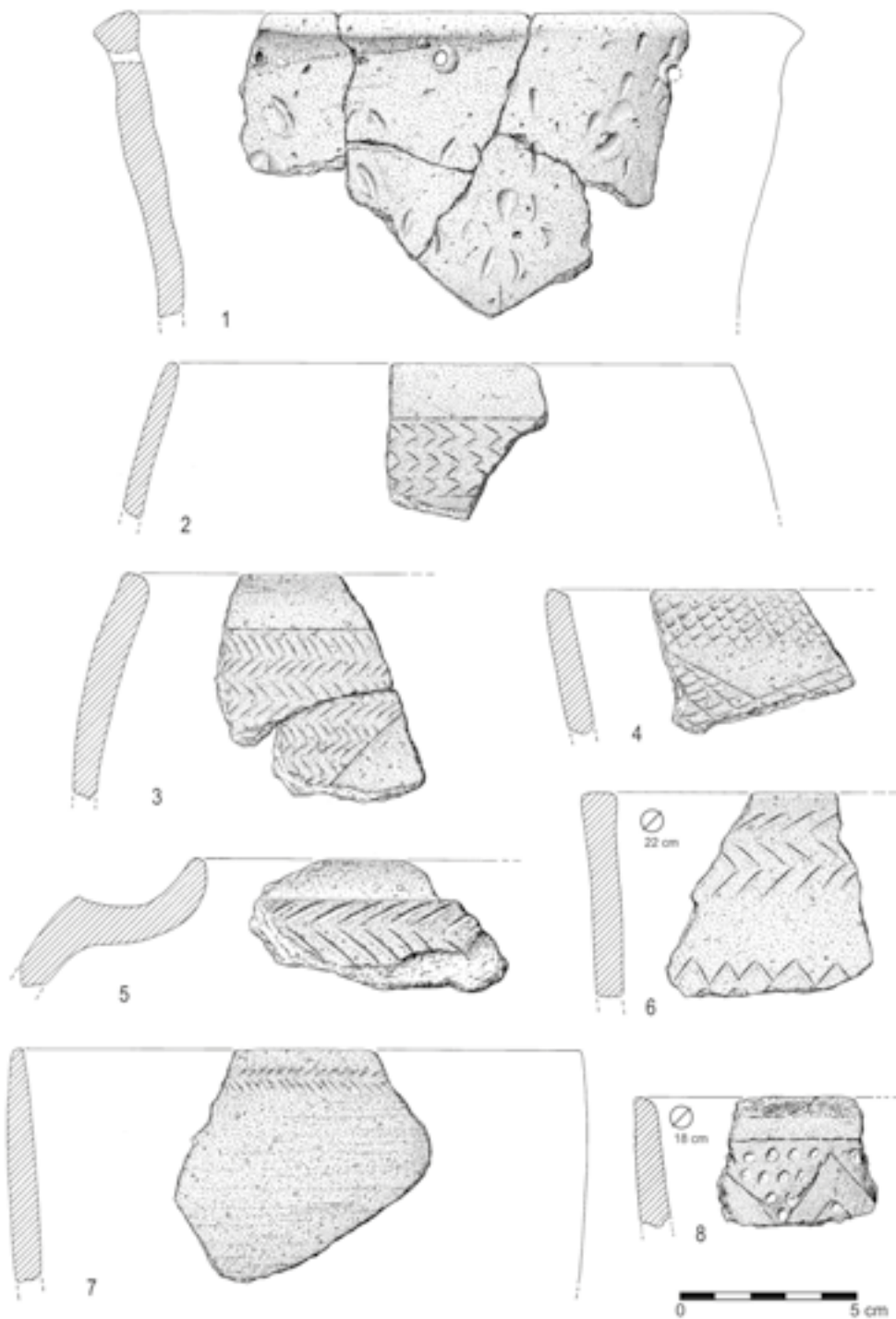


Fig. 12 – Moita da Ladra. Cerâmicas não campaniformes.

çaves, 2008, p. 392), embora nesta última publicação o desenho denote erro grosseiro, pois representa linhas incisas como se estas fossem a pontilhado, produzidas pela impressão de um pente.

Dois fragmentos de pastas e acabamentos grosseiros, suscetíveis de pertencer apenas a um recipiente de formato trocócónico ostentam decorações de unhasdas (fig. 12, n.º 1). Este padrão decorativo ocorre em contextos campaniformes, como é o caso do povoado da Penha Verde (Sintra) (Cardoso, 2010/2011) e de Leceia, na camada atribuída ao Calcolítico Pleno, coeva das produções campaniformes (Cardoso, 2006, fig. 230, n.º 16). À mesma época devem reportar-se os exemplares do povoado da Rotura (Setúbal) (Gonçalves, 1971, Est. 11). No centro interior do país, reconheceram-se no sítio campaniforme da Fraga da Pena (Fornos de Algodres) (Valera, 2000). Tais produções são igualmente conhecidas em contextos campaniformes extra-peninsulares, integrando as designadas produções «de acompanhamento» das cerâmicas campaniformes. A distribuição de tais ocorrências no território francês foi já apresentada (Besse, 1996, fig. 11). Uma das ocorrências mais expressivas é a do povoado de Calades, Bouches-du-Rhône, onde se registaram recipientes de paredes direitas com decorações unguladas, em tudo idênticos ao agora publicado e, tal como neste caso, associados a produções com decorações pontilhadas, onde ocorrem vasos marítimos (Convertini, 1996, figs. 22 e 23).

Trata-se de unguações produzidas pela oposição de dois dedos, o indicador e o polegar, dando origem a depressões paralelas e aproximadamente simétricas.

A presença, na região da Baixa Estremadura, em sítios de altura e fortificados, de produções campaniformes dominadas pela presença de vasos marítimos e de outros recipientes com decorações geométricas a pontilhado, de assinalável qualidade, contrasta com as produções características das granjas campaniformes situadas nas áreas adjacentes. Nestas, apesar de serem coevas das sediadas em sítios de altura, como ficou demonstrado através dos resultados das datações radiocarbónicas obtidas (Cardoso, 2014), dominam produções menos cuidadas, onde os vasos marítimos são a exceção, substituídos por caçoilas de maiores dimensões e com decorações incisas, corporizando o chamado «Grupo Inciso», até agora considerado o mais moderno dos três de há muito identificados na região (Soares e Silva, 1974/1977).

As cerâmicas campaniformes recolhidas neste povoado fortificado confirmam em absoluto tais conclusões, já que ostentam sempre decorações produzidas a pontilhado, onde pontificam os vasos marítimos (fig. 13, n.ºs 2, 4, 5 e 12). Tais recipientes são acompanhados, como é usual, de caçoilas de diversos tipos (fig. 13, n.ºs 1 e 7), ostentando uma (fig. 13, n.º 8) decoração de triângulos opostos idêntica à de exemplar oriundo do Outeiro da Assenta (Cardoso e Martins, 2009, fig. 28, n.º 6).

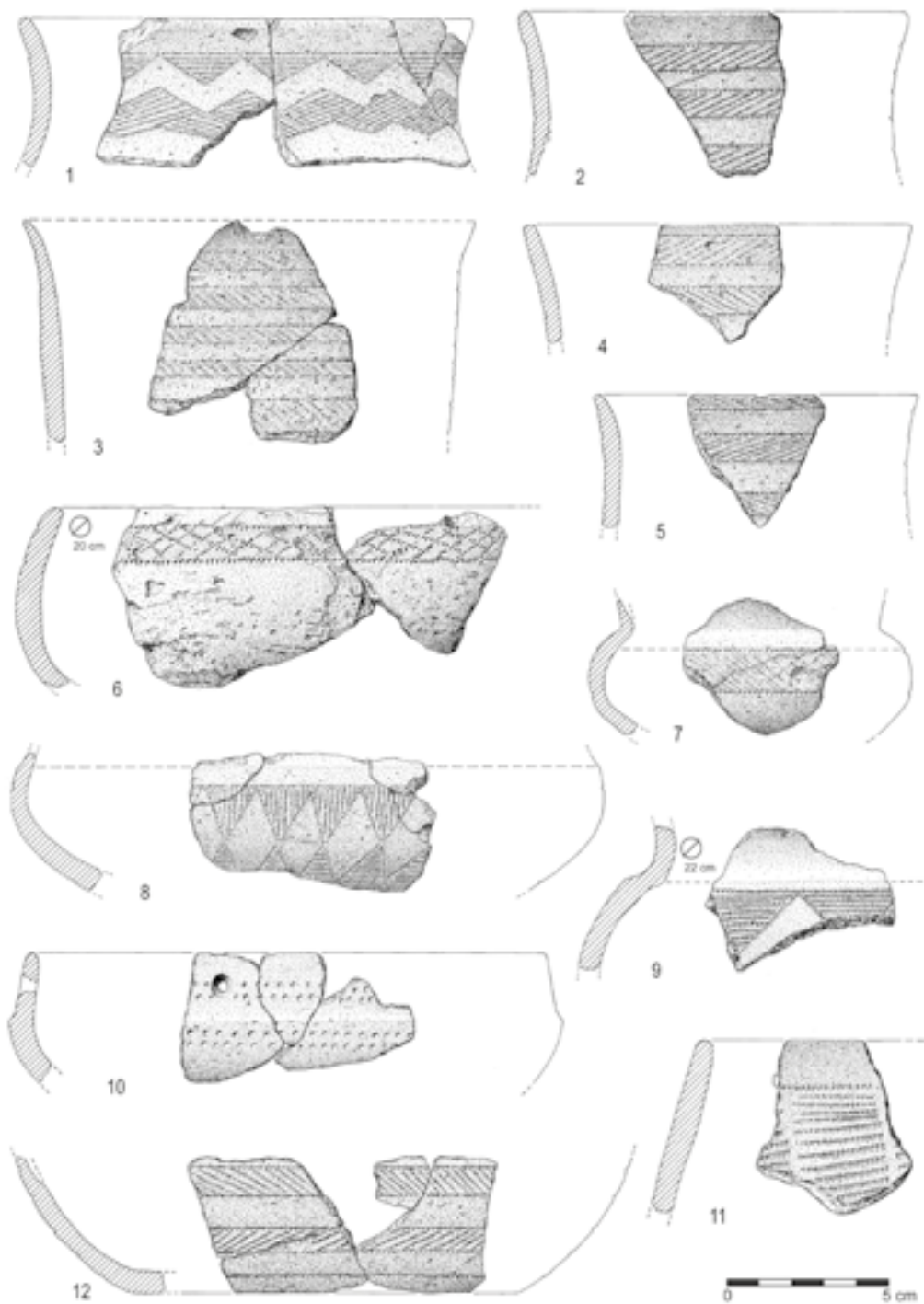


Fig. 13 – Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes, excetuando o n.º 11, correspondente a produção do Tipo Outeiro da Assenta.

Ocorrem outros tipos de vasos, incluindo esféricos baixos (fig. 13, n.º 6), com decorações geométricas a pontilhado, igualmente integrados no chamado «Grupo Internacional» (Soares e Silva, 1974/1977).

É interessante sublinhar a existência de um recipiente cuja tipologia se integra nos copos do Calcolítico pré-campanifome, mas cuja decoração marítima clássica, do tipo AOO, o remete claramente para este grupo (fig. 13, n.º 3). Trata-se de um exemplar que se poderá considerar «híbrido», e o mais evidente dos três que até agora foram inventariados na região estremenha, aproximando-se do exemplar recolhido numa das grutas artificiais da Quinta das Lapas, Torres Vedras (Cardoso, 2004, fig. 87). Este recipiente documenta a existência de produções campaniformes, refletindo o gosto das populações locais que as utilizavam. Aliás, no caso dos chamados copos, trata-se de forma cuja continuidade no Calcolítico Pleno da Estremadura se encontra bem documentada, mesmo na Moita da Ladra, como atrás se referiu.

Outras produções cerâmicas merecem referência, como é o caso de vaso integrável no conjunto dos esféricos de colo apertado, semelhante tanto na forma, como na decoração de triângulos invertidos, a exemplar do povoado da Penha Verde (Sintra) (Cardoso, 2014, fig. 8, n.º 10).

Uma taça de carena suave, situada na parte superior do exemplar (fig. 13, n.º 10), possui decoração constituída por linhas horizontais de círculos tenuemente impressos, técnica equivalente, em termos visuais, das decorações marítimas lineares.

Enfim, um fragmento de esférico alto, ostenta decoração produzida por sucessivas impressões de matriz abaixo do bordo, formando métopas verticais (fig. 13, n.º 11). Esta técnica, com evidentes afinidades com a técnica campaniforme a pontilhado, foi pela primeira vez valorizada por J. L. Marques Gonçalves, ao identificá-la, associada à técnica penteada, num grupo de povoados próximos uns dos outros, situados na Alta Estremadura: trata-se dos povoados de Pragança (Cadaval), Outeiro da Assenta (Óbidos) e Outeiro de São Mamede (Bombarral). Na verdade, os recipientes em causa apresentam-se frequentemente decorados por ambas as técnicas, a impressão (que origina as linhas a pontilhado) e as incisões arrastadas, produzindo linhas contínuas e paralelas, com recurso ao mesmo instrumento, o pente. O referido autor em 1991 já tinha identificado corretamente o enquadramento cronológico e cultural deste tipo de produções, ao afirmar: «talvez se pudesse supor que estas técnicas pontilhada e ‘penteada’ se situariam num momento final do Calcolítico médio, já em contacto com as cerâmicas campaniformes, coexistindo ao mesmo tempo com estas e com as cerâmicas do tipo «folha de acácia» (Gonçalves, 1991, p. 218).

Na verdade, as produções cerâmicas com aquelas características estendem-se pouco mais para sul daquela área, pois apenas se recolheram escassos exemplares

nos povoados da Penha Verde (Sintra), de Leceia (Oeiras) e da Rotura (Setúbal), cuja relevância justificou estudo específico (Cardoso, 1995a), aos quais mais tarde mais alguns outros exemplares recolhidos em Leceia se juntaram (Cardoso, 2006).

O estudo sistemático dos exemplares do Outeiro de São Mamede, primeiro (Cardoso e Carreira, 2003) e, depois, do Outeiro da Assenta (Cardoso e Martins, 2009), conduziu o signatário a considerar a existência de um novo grupo ceramográfico de carácter regional no território português, que se designou como «Grupo da Assenta», dando-se deste modo resposta a J. L. Marques Gonçalves que, ao notar a distribuição geográfica circunscrita das produções decoradas a pente não campaniformes se interrogava sobre a existência, na Alta Estremadura, «de uma especificidade cultural própria» (Gonçalves, 1991, p. 218). Tal especificidade não pode ocultar a existência de uma forte influência campaniforme, a começar pelo recurso ao pente, cuja aplicação ao longo das superfícies dos recipientes, produzindo linhas incisas que não se observam naquelas cerâmicas. Contudo, tal técnica ocorre nas produções coevas das campaniformes e consideradas, nalguns casos, como imitação destas, do norte de Portugal, como é o caso das recolhidas no Buraco da Pala (Mirandela) (Sanches, 1997). Com efeito, nestas produções transmontanas, as decorações de bandas horizontais, direitas ou onduladas, obtidas pela aplicação longitudinal do pente, têm evidentes afinidades com as bandas horizontais do tipo «*herringbone*» dos vasos marítimos pontilhados do grupo AOO. A ocorrência de produções calcolíticas decoradas a pente na Beira Alta, documentadas, por exemplo, no pequeno sítio de natureza habitacional de Linhares (Santa Comba Dão) (Valera, 1999), constituem argumento para se considerar a existência de relações entre as produções transmontanas e as estremenas, sendo embora estas muito menos abundantes do que aquelas.

Deste modo, a ocorrência de um fragmento na Moita da Ladra deste tipo de produções cerâmicas vem sublinhar a natureza essencialmente setentrional das mesmas, claramente coevas das campaniformes, a ponto de, nalguns casos, a diferenciação entre ambos os grupos ser discutível.

Um último fragmento obriga a outras considerações, pelas suas particularidades: trata-se de exemplar ostentando abaixo do bordo decoração de triângulos alternados separados por faixa não decorada (fig. 12, n.º 8). O interior dos triângulos encontra-se preenchido por depressões circulares preenchidas de pasta branca. Esta característica está presente em certas produções campaniformes da região, algumas recentemente estudadas, como as de Freiria (Cascais) (Cardoso, Cardoso e Encarnação, 2013). Porém, os paralelos mais evidentes do território português para este fragmento provêm do Calcolítico do sul de Portugal, o que faz reportar a origem deste exemplar a esta vasta região. Da Anta Grande do Olivall da Pega (Reguengos de Monsaraz), provêm fragmentos de pelo menos qua-

tro vasos esféricos, possuindo decorações de triângulos ora invertidos, em torno da abertura, como os do presente exemplar, ora deitados (Leisner e Leisner, 1951, Est. 30, n.º 6, 7, 11 e 12), alguns deles preenchidos, tal como o fragmento em causa, por pasta branca (op. cit., Est. 60, n.º 1). Outro paralelo provém do povoado calcolítico do Cerro do Castelo de Corte João Marques (Alcoutim). Neste sítio, recolheram-se dois fragmentos com triângulos preenchidos interiormente por depressões circulares, atribuíveis a decorações simbólicas (Gonçalves, 1989, Est. 156, em cima, à direita). Um deles aproxima-se singularmente do exemplar em apreço: corresponde a fragmento de bordo de recipiente de paredes direitas, igualmente decorado abaixo do bordo por triângulos preenchidos interiormente e alternados. Ambos os fragmentos apresentam decorações preenchidas por pasta branca, tal como o fragmento da Moita da Ladra e o da Anta Grande do Olival da Pega. Esta realidade aproxima singularmente estas produções calcolíticas, de cunho claramente simbólico.

Com efeito, o padrão de triângulos preenchidos interiormente por depressões punctiformes podem revestir simbolismo mais marcado, quando associadas a representações antropomórficas, como é o caso das tatuagens faciais e dos olhos radiados, presentes num dos exemplares da Anta Grande do Olival da Pega (Leisner e Leisner, 1951, Est. 30, n.º 14). A este propósito, tenha-se presente o conhecido vaso da *tholos* do Monte do Outeiro (Aljustrel), o qual, para além da representação antropomórfica patente num dos lados, exhibe duas bandas de triângulos alternados no lado oposto, em tudo idênticas à do exemplar em estudo (Leisner, 1965, Tf. 128, n.º 1).

6.1.2. Cerâmicas industriais

Outro grupo de produções respeita às chamadas cerâmicas industriais, as quais se encontram relacionadas com as diversas atividades económicas realizadas no povoado. Assim, a metalurgia do cobre, bem ilustrada pelas escórias e restos de fundição recuperados, está documentada pela recolha de um cadinho de fundição de formato elipsoidal, quase completo (fig. 14, n.º 5), que jazia *in situ*, em posição horizontal, perto de estrutura de combustão (fig. 8), a que atrás se fez referência. A tipologia deste cadinho é frequente entre os cadinhos recolhidos em outros povoados calcolítico da região, apresentando-se pouco fundo e desprovido de pés de sustentação no seu lado externo, ao contrário do que se verifica nos exemplares de corpo de tendência subretangular e mais fundos, como exemplar recolhido em Leceia (Müller e Cardoso, 2008, fig. 4) e noutros povoados fortificados estremenhos, como o da Pedra de Ouro (Alenquer) (Paço, 1966, fig. 13). No entanto, ambos os tipos podem coexistir, como se observou no povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra) (escavações inéditas do primeiro signatário). Alguns dos exemplares publicados do povoado do Zambujal (Torres

Vedras) incluem-se entre os melhores paralelos (Sangmeister, 1995, Tf. 13, n.^{os} 4 e 6) para o exemplar agora estudado, a par de outros, oriundos do Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim) (Gonçalves, 1989, Est. 95 e 96), com formas baixas, de paredes convexas, e fundos aplanados, semelhantes aos recolhidos no povoado de Cabeço Juré (Huelva) (Nocete, 2014, fig. 6).

Em Vila Nova de São Pedro (Azambuja) reconheceu-se também a presença de cadinhos munidos de pés de sustentação (Jalhay e Paço, 1945, Lám. 28, n.^o 4), que coexistem com exemplares idênticos ao da Moita da Ladra, ainda que com paredes verticais que lhes conferem maior profundidade (Soares, 2005, fig. 2, n.^o 2).

Outro artefacto diretamente relacionado com a metalurgia, e muito mais raro do que os cadinhos, são os tubos de algaravizes, de que se recolheu a extremidade distal de um exemplar (fig. 14, n.^o 4). No povoado do Outeiro Redondo recolheram-se em 2014 quatro exemplares, um deles completo, e outros se conhecem em Vila Nova de São Pedro (Jalhay e Paço, 1945, Est. 21, n.^o 4), e na Pedra de Ouro (Paço, 1966, fig. 13, b). O exemplar de Vila Nova de São Pedro reproduzido pelos escavadores foi depois desenhado, confirmando-se a sua estreita analogia com os exemplares do Outeiro Redondo (Soares, 2005, fig. 2, n.^o 2).

O grupo dos pesos de tear, peças correspondentes a placas de barro retangulares com perfurações nos quatro vértices, encontra-se representado por vários exemplares lisos ou decorados. Já no estudo anteriormente publicado dedicado a este sítio arqueológico se tinha chamado a atenção para o facto de apenas os dois orifícios existentes em um dos lados maiores de cada exemplar possuírem desgaste devido à fricção da fibra que se mantinha tensa devido ao seu peso próprio (Cardoso e Caninas, 2010, fig. 33). Esta realidade vem demonstrar que apenas dois dos quatro orifícios que usualmente possuem seriam utilizados de cada vez. Por outro lado, em trabalho recente a propósito dos exemplares recolhidos no povoado calcolítico fortificado de Outeiro Redondo (Cardoso, 2013), discutiu-se a ocorrência nestas peças, de cunho evidentemente funcional, de decorações que remetem para o domínio do simbólico. A conclusão foi a de que tais decorações deveriam de alguma forma relacionar-se com as atividades associadas à produção de fibras têxteis, possuindo cunho apotropaico cujo significado ou fundamento nos escapa. Tal é também o caso dos dois exemplares agora publicados (fig. 14, n.^{os} 1 e 2). Um deles ostenta, em ambas as faces, uma figura antropomórfica estilizada (fig. 14, n.^o 1), cujos paralelos mais próximos se encontram nos chamados «ídolos almerienses», em placas recortadas de osso, xisto ou cerâmica, por vezes com atributos sexuais reportados à divindade feminina calcolítica, como é o caso dos exemplares oriundos do povoado metalúrgico de Cabeço Juré (Huelva) (Nocete, 2004, fig. 8.50). O outro exemplar apresenta em ambas as faces representações de linhas onduladas, que poderiam simbolizar a água, embora numa das faces, aquelas, pela sua morfologia, se assemelhem às chamadas «tatuagens

faciais» das representações da deusa calcolítica; mas a má conservação da parte central da peça impede a confirmação dessa possibilidade.

Ao conjunto das cerâmicas industriais pertencem também os artefactos desprovidos de fundo, com as paredes totalmente perfuradas, de que se representa um dos exemplares recolhidos (fig. 14, n.º 3). Trata-se de peças geralmente associadas ao fabrico de laticínios, e por isso designadas muitas vezes, mas impropriamente, como «queijeiras», e não cinchos, como seria mais adequado. São raros, pela fragilidade induzida pelas perfurações, os exemplares cuja parede se encontra integralmente conservada, entre os quais se encontra um exemplar do Cerro do Castelo de Corte João Marques (Alcoutim) (Gonçalves, 1989, Est. 8), a que se soma um outro, da Pedra de Ouro (Paço, 1966, fig. 13a; Leisner e Schubart, 1966, Abb. 10, n.º 3).

Enfim, no grupo de produções cerâmicas em apreço integram-se também os impropriamente designados «ídolos de cornos», cuja natureza funcional, relacionada com o aquecimento de produtos em estruturas de combustão, fora há muito atribuída a «pés de fogareiro» (Paço e Arthur, 1952), ulteriormente comprovada (Cardoso e Ferreira, 1990). Contudo, é hoje ainda frequente a utilização, embora entre aspás, da primeira designação. A questão tem sido retomada pelo signatário em diversas ocasiões, a última das quais a propósito dos exemplares recolhidos no povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra) (Cardoso, 2013).

Na Moita da Ladra, recolheu-se apenas um exemplar, muito incompleto, deste tipo de artefactos (fig. 14, n.º 6).

6.2. Pedra polida

Os artefactos de pedra polida relacionados com a ocupação calcolítica da Moita da Ladra são todos de anfibolito. Tal realidade confirma os resultados anteriormente obtidos no povoado de Leceia, onde se identificou um aumento percentual da utilização das rochas anfibolíticas desde o Neolítico Final, correspondente à primeira ocupação do povoado, até ao Calcolítico campaniforme (Cardoso, 1999/2000 e 2004; Cardoso e Carvalhosa, 1995). Tal evidência ilustra um dos aspetos mais relevantes observados no decurso do Calcolítico, que é a intensificação económica, com a diversificação e especialização das importações, designadamente daquelas que se revelavam estratégicas para a realização das atividades quotidianas das populações que então ocupavam a Baixa Estremadura, como era o caso dos anfibolitos, graças à sua dureza e tenacidade. O sítio, pela sua implantação estratégica, dominando o estuário do Tejo, poderia ter desempenhado um papel de distribuição daqueles artefactos por toda a Baixa Estremadura, recebendo-os diretamente do Alentejo, pela via do atravessamento do Tejo, provavelmente ainda sob a forma de lingotes.

Estão representados os machados, as enxós (fig. 15, n.º 9) e os martelos (fig. 15, n.º 11), estes resultantes da reutilização de qualquer dos tipos anteriores,

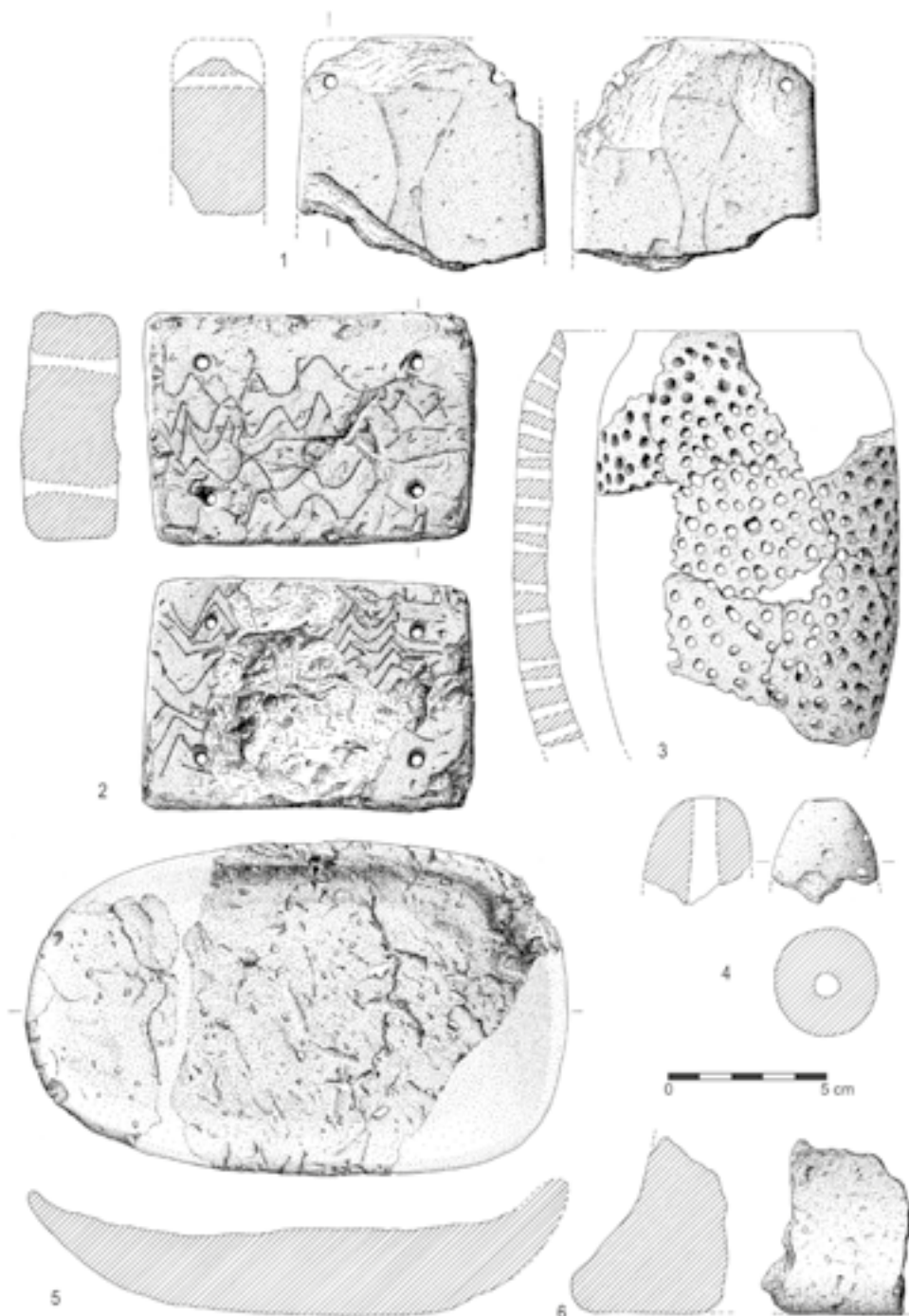


Fig. 14 – Moita da Ladra. Cerâmicas industriais.

quando os gumes se inutilizavam pelo uso. As formas espalmadas e de contorno subtrapezoidal destes artefactos evocam os seus congéneres metálicos, já então em plena utilização. Não deixa, no entanto, de ser contraditório o facto de os anfibolitos, de importação por certo envolvendo custos assinaláveis, serem frequentemente reutilizados, nos povoados calcólicos estremenhos, como simples percutores, tarefas que qualquer rocha dura mais facilmente disponível, como o sílex, ou os quartzitos, sob a forma de seixos rolados, poderiam assegurar de forma mais económica e sem perda de eficácia.

Por outro lado, existem certos artefactos cujo gume foi substituído por uma estreita superfície polida, pelo que não poderiam ter a função de corte (fig. 15, n.º 10). É possível que tais artefactos fossem utilizados na manufatura de artefactos metálicos, permitindo martelagens precisas das superfícies dos instrumentos que se pretendiam produzir. Tal hipótese foi já apresentada em diversos trabalhos do primeiro signatário, a propósito dos exemplares recolhidos em Leceia (Cardoso, 1999/2000) e na Moita da Ladra (Cardoso e Caninas, 2010, p. 86), tendo sido recentemente reafirmada aquando do estudo de um exemplar recolhido no povoado campaniforme de Freiria (Cardoso; Cardoso e Encarnação, 2013, fig. 7, n.º 11).

6.3. Artefactos metálicos

Recolheram-se cerca de sete dezenas de exemplares metálicos, embora a larga maioria corresponda a peças inclassificáveis, e de pequenas dimensões; noutros casos, trata-se de tiras dobradas e retorcidas, por vezes dobradas sobre si próprias (Fig. 15, n.º 3), certamente destinadas a refundição, a par com fragmentos de artefactos de maiores dimensões (Fig. 15, n.º 5 e 7). Seja como for, a assinalável abundância de peças metálicas contrasta com a escassez de outras produções, com excepção das pontas de projectil, o que sublinha o carácter dominante da economia desta população a um tempo de metalurgistas, e de comerciantes, entregues ao controlo do território e das vias de circulação nele existentes, indispensáveis à redistribuição de matérias-primas aqui chegadas de além-Tejo. Esta realidade dual está aliás corporizada pela existência de uma ponta Palmela dobrada por impacto violento (fig. 15, n.º 4). Esta particularidade tem sido raramente observada nestes artefactos, o que em parte se explica pelo facto de a maioria deles provir de oferendas funerárias; um dos raros exemplares compulsados provém de Trévego, na bacia do Douro (Garrido-Pena, 2000, Lám. 81, n.º 26).

Os artefactos integram-se nos tipos mais frequentes, com destaque para os furadores e punções, cujas funções os equivalentes metálicos desempenhariam com menor eficácia, para além das serras (que poderiam ser utilizadas como foices metálicas de fio serrilhado) (fig. 15, n.º 6) e de machados de cobre (fig. 15, n.º 8), que, embora ocorram com certa insistência em sítios calcólicos da Baixa

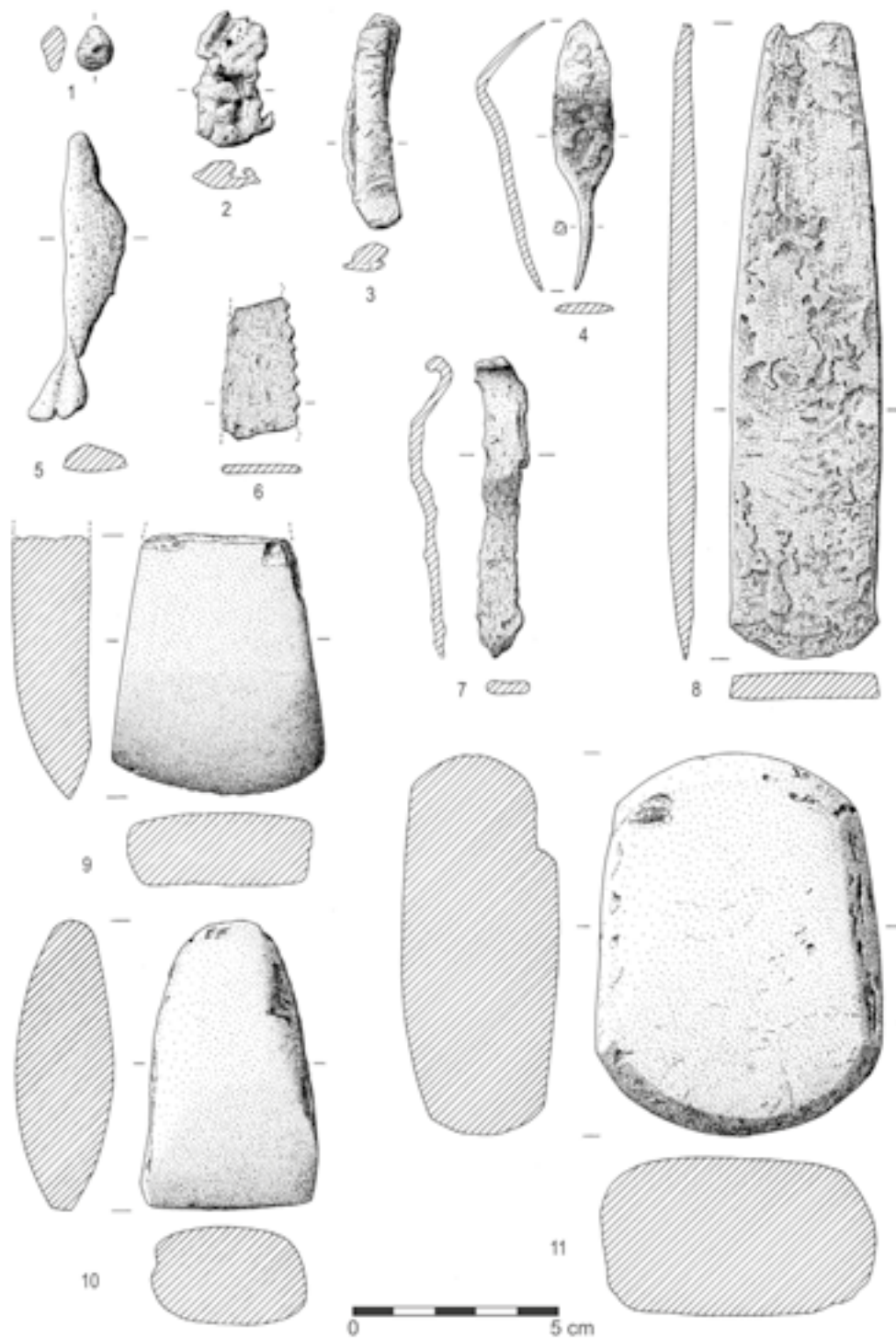


Fig.15 – Moita da Ladra. Produções metálicas (n.ºs 1 a 8) e de pedra polida (n.ºs 9 a 11).

Estremadura, não deixam de constituir artefactos de assinalável importância, até pela quantidade de metal envolvida na sua confecção.

A prática da metalurgia no local, já demonstrada pelos fragmentos de cadinhos e de tubo de algaraviz, está ilustrada também pela presença de escórias (fig. 15, n.º 2) e de outros restos de fundição (fig. 15, n.º 1).

As análises químicas efetuadas deste conjunto (Pereira et al., 2015) indicam cobres ou cobres arsenicais, convencionalmente com teores de arsénio superiores a 2%, valor que se estabeleceu de forma apriorística, e que não significa, naturalmente, que tais ligas tenham sido intencionalmente produzidas, de acordo com a doutrina defendida há mais de 50 anos em Portugal (Ferreira, 1961) e ulteriormente confirmada por Salvador Rovira no sudeste peninsular (Rovira, 2004).

Importa destacar uma excepcional peça sobre folha de ouro batido, que originalmente teria a forma de um tubo, atualmente achatado, que poderia envolver uma haste de matéria perecível (fig. 18, n.º 7). Em alternativa, poderia constituir uma conta tubular, à semelhança de exemplares lisos calcolíticos do sul peninsular (Perea, 1991, p. 38).

A decoração, produzida por buril, consiste na sucessão de triângulos alternados preenchidos interiormente a partir dos dois lados menores da folha, ambos delimitados por linhas paralelas. As características da decoração são próximas dos padrões das cerâmicas campaniformes. As cinco placas quadrangulares calcolíticas de ouro batido decoradas por incisões abertas igualmente a buril, constituindo triângulos dispostos de forma idêntica às dos produzidos nesta peça, recolhidas em La Pijotilla (Badajoz) (Celestino Pérez e Blanco Fernández, 2006, p. 96, 97) constituem os paralelos conhecidos mais próximos.

As recentes descobertas de materiais auríferos calcolíticos vieram sublinhar, pela quantidade de exemplares, a importância da metalurgia do ouro no sudoeste peninsular no decurso do 3.º milénio a.C. (Nocete et al., 2014; Soares et al., 2012), embora a área estremenha continue a representar uma das que maior número de tais peças tem fornecido, no contexto da Península Ibérica.

6.4. Pedra lascada

Os artefactos de pedra lascada são variados, embora pouco abundantes, em consonância com a realidade evidenciada pela generalidade do espólio, em resultado da duração relativamente curta da ocupação pré-histórica do local.

No quadro 1 apresenta-se a distribuição tipológica da utensilagem.

Avultam as pontas de seta (fig. 16), fabricadas em geral em sílex de origem local ou regional, de tonalidades predominantemente acinzentadas a esbranquiçadas, ou acastanhadas. Esta realidade é condizente com a presença de alguns exemplares inacabados, configurando uma indústria de preparação local de tais artefactos (fig. 16, n.ºs 2, 6 e 10). As origens das escassas matérias-primas de carac-

| Utensílios líticos | Número de ocorrências e percentagens respetivas | |
|--------------------|-------------------------------------------------|--------------|
| | N.º | % |
| Núcleos | 2 | 0,7 % |
| Lamelas | 51 | 16,9 % |
| Lâminas | 37 | 12,3 % |
| Lasca retocada | 1 | 0,3 % |
| Raspadeiras | 29 | 9,6 % |
| Entalhes | 1 | 0,3 % |
| Furadores | 3 | 1 % |
| Lâminas foliáceas | 35 | 11,6 % |
| Pontas de seta | 142 | 47,2 % |
| TOTAL | 301 | 100 % |

Quadro 1 – Moita da Ladra. Classificação da utilidade de pedra lascada em grandes categorias, em termos tecnológicos e tipológicos.

ter exógeno podem situar-se na região de Rio Maior, no respeitante aos exemplares de tonalidades rosadas a avermelhadas e ao Baixo Alentejo, no respeitante aos exemplares em xisto jaspóide (fig. 16, n.ºs 13 e 14). Estas peças, em bruto ou já acabadas, poderiam ter chegado ao povoado através do vale do Sado, visto serem comuns no povoado da Rotura (Setúbal) (Gonçalves, 1971, Est. XVI), e daí terem passado diretamente ao estuário do Tejo.

A explicação para a presença destes exemplares, de rochas de qualidade inferior quando comparadas com as disponíveis na região, explicar-se-á por poderem ter acompanhado o comércio dos minérios de cobre, cuja origem seria maioritariamente alto-alentejana, de acordo com os resultados analíticos obtidos relativamente aos espólios de Leceia (Müller e Cardoso, 2008).

Do ponto de vista tipológico, as pontas de seta apresentam-se quase exclusivamente de base côncava e bordos laterais subretilíneos ou convexos; algumas possuem a base em forma de «V» invertido (fig. 16, n.º 7), ou de contorno muito pronunciado (fig. 16, n.º 11), lembrando as produções calcólíticas do sul peninsular; outras são de base retilínea ou ligeiramente convexa. Alguns tipos especiais estão também presentes, como as do tipo «Torre Eiffel», com base e bordos laterais côncavos (fig. 16, n.º 3) ou do tipo mitriforme (fig. 16, n.º 12).

Comparativamente à importância das pontas de seta, as produções restantes de pedra lascada são pouco variadas e em número reduzido. Entre elas estão presentes lamelas (fig. 17, n.ºs 1 e 2) e núcleos de lamelas (fig. 17, n.º 12), reforçando a produção local de tais artefactos, a par de escassos furadores (fig. 17, n.ºs 3 e 4) e foliáceos, de talhe bifacial (fig. 17, n.ºs 7 e 9), alguns deles aparentemente abandonados em curso de execução (fig. 17, n.ºs 13 e 14), o que confirmaria a existência de uma produção local de tais artefactos, a par de pontas de seta.

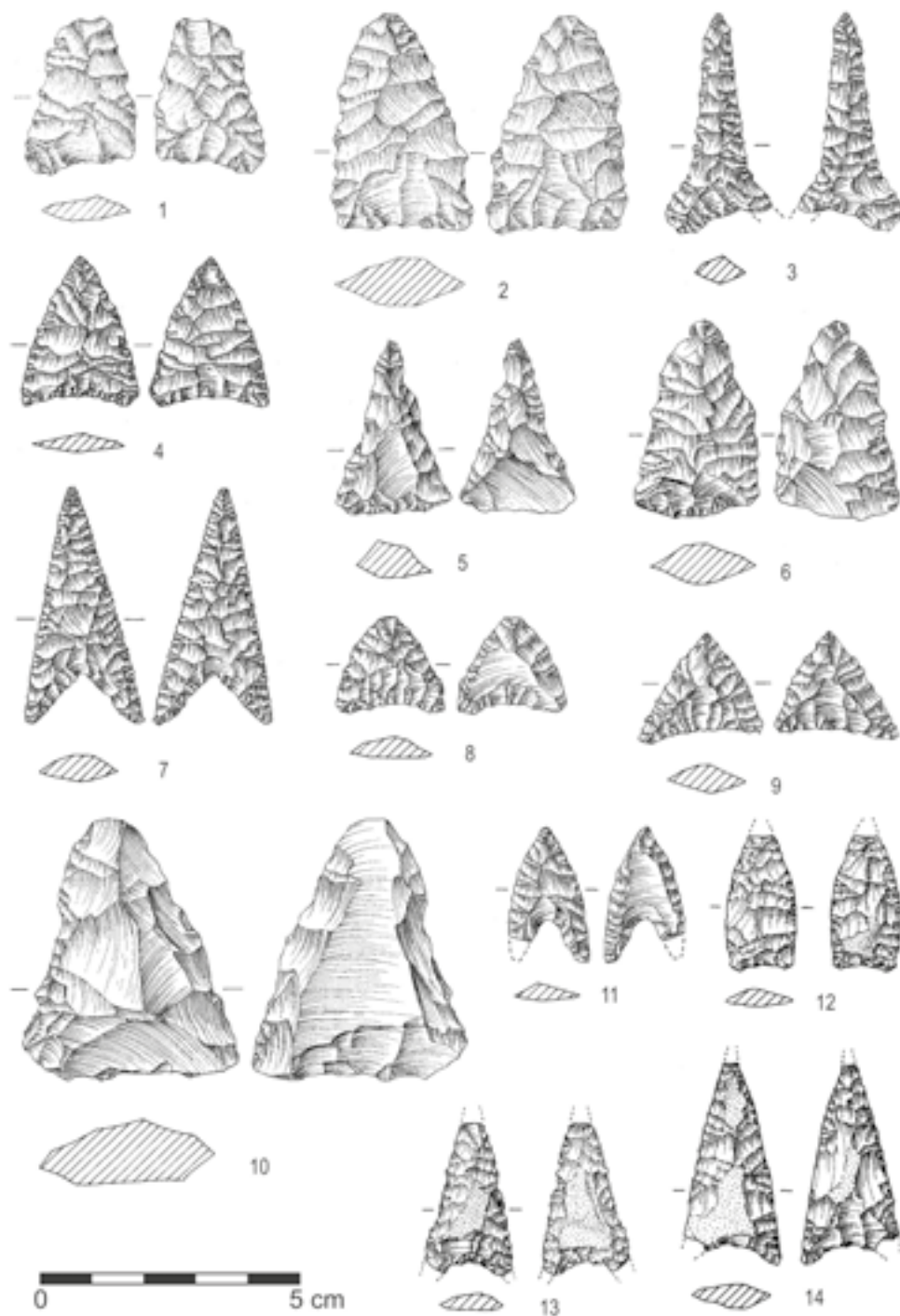


Fig. 16 – Moita da Ladra. Pontas de seta de sílex e de xisto jaspóide (n.ºs 13 e 14).

Característica interessante desta indústria é a existência de raspadeiras, de diversos tipos (fig. 17, n.ºs 5, 6, 8, 10 e 11); a relativa importância destes artefactos, também recentemente observada no povoado campaniforme de Freiria (Cascais) (Cardoso, Cardoso e Encarnação, 2013), pode ser considerada como característica dos conjuntos desta época, com paralelos em outros povoados peninsulares e extra-peninsulares como então se referiu.

6.5. Osso polido e afeiçoado

Identificaram-se escassos artefactos ósseos, entre os quais sovelas (fig. 18, n.ºs 8 e 9), totalmente polidas, de secções subcirculares ou subtriangulares, bem como furadores, distintos das peças anteriores pela sua maior robustez e tamanho, conservando ainda a morfologia dos suportes ósseos originais, em geral ossos longos de ovino-caprinos seccionados obliquamente na diáfise (fig. 18, n.º 10). As espátulas, feitas em tábuas ósseas totalmente polidas, com uma extremidade alargada e plana, estão também presentes (fig. 18, n.º 12). Todas estas produções têm estreitos paralelos noutros contextos calcolíticos da região, com destaque para o conjunto exumado em Leceia (Cardoso, 2003).

Identificaram-se também quatro exemplares de pontas de projétil de osso (fig. 18, n.º 11), de secção subcircular, cujo interesse arqueológico justificou a elaboração de estudo específico, a propósito dos exemplares recolhidos em Leceia (Cardoso, 1995b). Estas peças encontram-se presentes em diversos sítios estremenhos, cuja distribuição foi então atualizada, partindo da apresentada anteriormente por Konrad Spindler (Spindler, 1981).

É interessante verificar a presença relativa destas peças, face à raridade de outras produções ósseas representadas na estação, tendo ainda presente a escassez deste tipo de pontas de projétil em outros contextos calcolíticos estremenhos. Tal facto, a par da abundância relativa de pontas de seta, sublinha a natureza deste sítio, cuja população seria pouco dada a atividades domésticas do quotidiano que requeriam outros tipos de utensilagem, lítica ou óssea, nele escassamente representados.

6.6. Adornos

Para além da folha de ouro batida, que poderá ser considerada neste grupo de artefactos, recolheram-se 10 contas de rochas diversas, das quais se analisaram 7 (Odriozola et al., 2013), sendo 4 de moscovite e 3 de variscite. Assim, os exemplares da fig. 18, n.ºs 1, 3 e 4 são de moscovite, e os da fig. 18, n.ºs 2 e 5, são de variscite, representando a Moita da Ladra o povoado calcolítico entre os de Leceia e da Penha Verde onde a variabilidade é maior, contrariando a dominância quase exclusiva da variscite observada nos outros dois povoados calcolíticos considerados. A razão para tal não se afigura clara, embora a procedência da

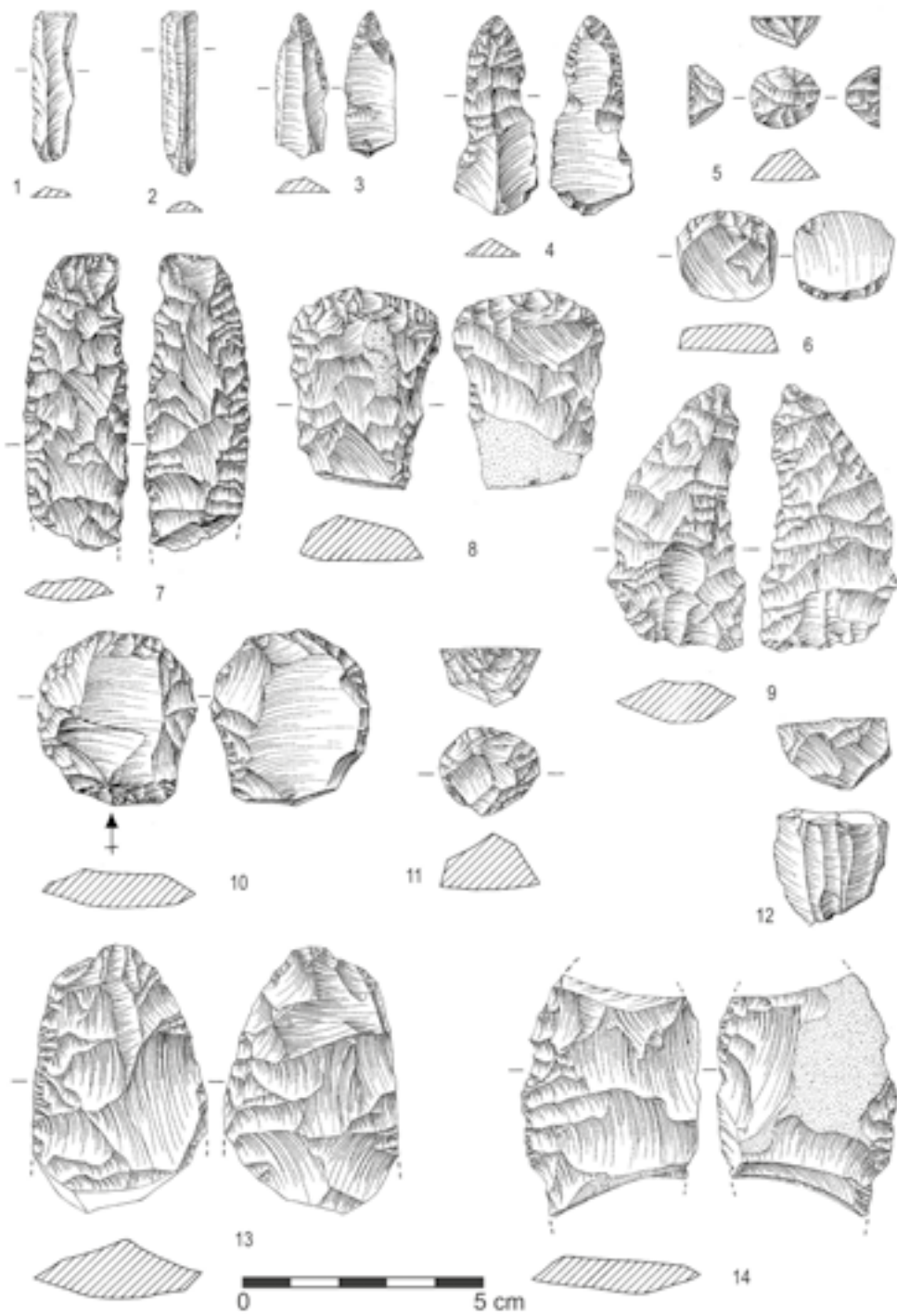


Fig. 17 – Moita da Ladra. Produções de pedra lascada.

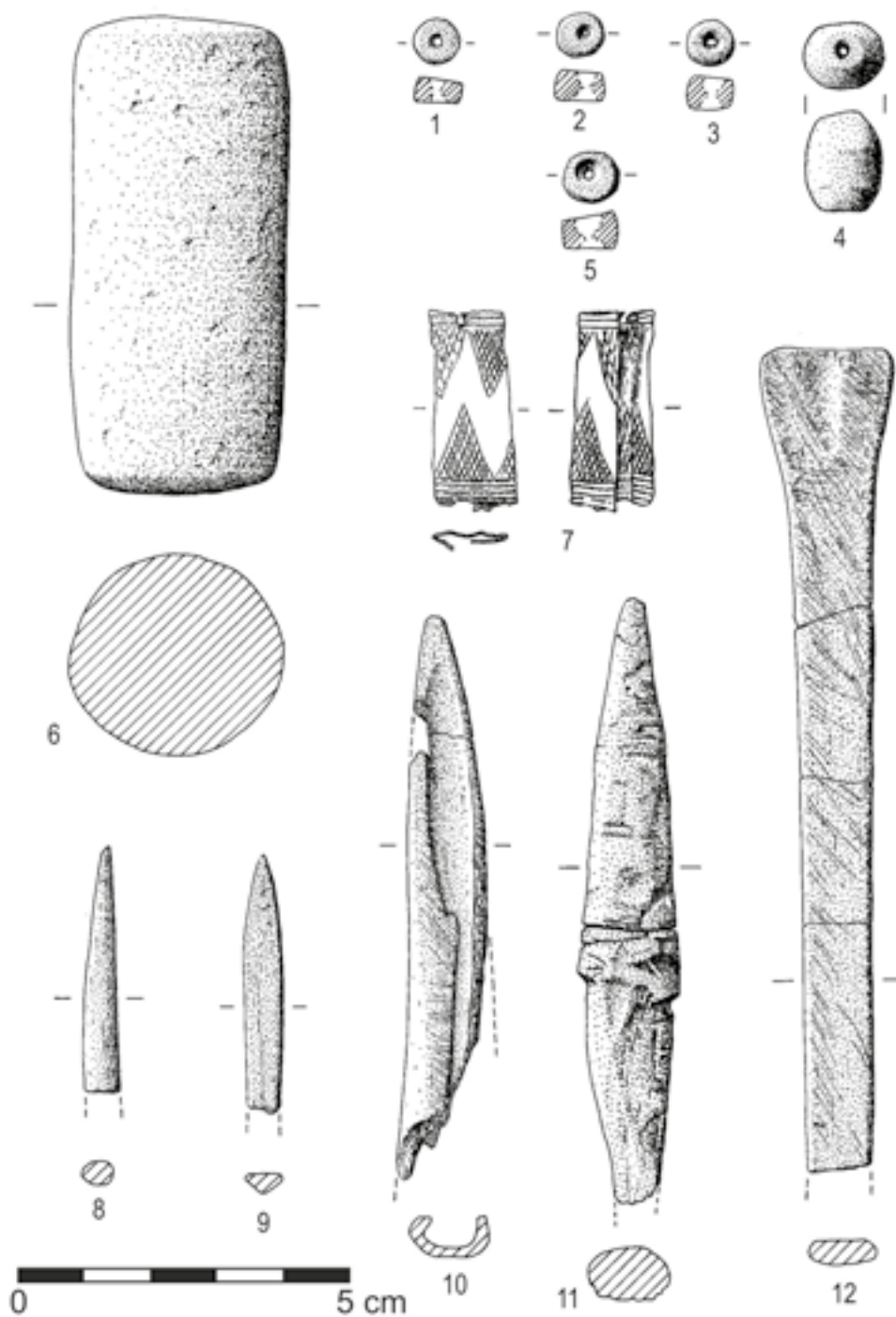


Fig. 18 – Moita da Ladra. Contas de moscovite e de variscite (n.ºs 1 a 5); ídolo cilíndrico de calcário (n.ºs 6); chapa dobrada de ouro batido com decoração incisa aberta a buril (n.º 7); e indústrias de osso polido e afeiçoado (n.ºs 8 a 12).

variscite utilizada nos três sítios se afigure com origem na região de Palazuelo de las Cuevas, próximo da fronteira portuguesa do nordeste transmontano, a várias centenas de quilómetros de distância.

6.7. Objetos ideotécnicos

Tratando-se de um povoado, são escassos os artefactos integráveis nesta categoria: é o caso de dois ídolos cilíndricos lisos, de calcário branco, de que se representa um (fig. 18, n.º 1). Estes exemplares, conjuntamente com outros, de terracota, e de forma antropomórfica, com paralelos no povoado calcolítico de Cabezo Juré (Huelva) (Nocete, 2004, fig. 8.50), devem documentar a existência de altares domésticos, no interior da área habitada, à semelhança do admitido em Leceia (Cardoso, 2009).

7. DATAÇÕES ABSOLUTAS

Foram datadas pelo radiocarbono diversas amostras da biosfera marinha (conchas de *Venerupis decussata* e de *Mytilus* sp.) e da biosfera terrestre (fauna mamalógica não identificada), cujas localizações se apresentam na fig. 19.

As datas convencionais obtidas, calculadas segundo as recomendações de Stuiver e Polach (1997), encontram-se no quadro I, acompanhadas de alguns dados julgados pertinentes, designadamente da respetiva proveniência e do valor do fracionamento isotópico em ^{13}C .

| Ref. de Laboratório | Ref. da Amostra | Proveniência da Amostra (ver Fig. 19) | Tipo de Amostra | $\delta^{13}\text{C}$ (‰) | Data ^{14}C (BP) |
|---------------------|-----------------|---------------------------------------|----------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Sac-2370 | ML 5 | 5 - Vala 8 | Ossos (<i>colagénio</i>) | -21,65 | 3930±80 |
| Sac-2335 | ML 5 V1* | 5 - Vala 8 | <i>Venerupis decussata</i> | -1,08 | 4240±45 |
| Sac-2336 | ML 5 V2* | 5 - Vala 8 | <i>Venerupis decussata</i> | -0,37 | 4360±50 |
| Sac-2371 | ML 6 | 2 - Vala 3 | Ossos (<i>colagénio</i>) | -20,62 | 3810±60 |
| Sac-2337 | ML 6 V | 2 - Vala 3 | <i>Venerupis decussata</i> | -0,86 | 4330±40 |
| Sac-2122 | ML 1 | 1 - ML55 (30-45) | Ossos (<i>colagénio</i>) | -21,04 | 3700±50 |
| Sac-2057 | ML 1 V | 1 - ML55 (30-45) | <i>Venerupis decussata</i> | 0 | 4170±40 |
| Sac-2124 | ML 3 | 3 - ML6 (45-60) | Ossos (<i>colagénio</i>) | -20,20 | 3460±90 |
| Sac-2082 | ML 3 | 3 - ML6 (45-60) | <i>Venerupis decussata</i> | -0,55 | 4160±40 |
| Sac-2123 | ML 2 | 4 - ML9 (30-45) | Ossos (<i>colagénio</i>) | -21,06 | 3700±50 |
| Sac-2081 | ML 2 | 4 - ML9 (30-45) | <i>Venerupis decussata</i> | -0,32 | 4100±40 |
| Sac-2172 | ML 4 V1* | 6 - Lixeira Sul C 12 | <i>Venerupis decussata</i> | +0,08 | 4060±40 |
| Sac-2173 | ML 4 V2* | 6 - Lixeira Sul C 12 | <i>Venerupis decussata</i> | -1,99 | 4060±45 |
| Sac-2171 | ML 4 M | 6 - Lixeira Sul C 12 | <i>Mytilus</i> sp. | -0,49 | 3980±45 |

* V1 – fração intermédia; V2 – fração interna.

Quadro 2 – Datas convencionais de radiocarbono para Moita da Ladra



Fig. 19 – Moita da Ladra. Planta da área escavada, com a localização e número das amostras de osso submetidas a datação pelo radiocarbono.

Normalmente, as datas de radiocarbono e os valores de $\delta^{13}\text{C}$ obtidos a partir das designadas frações intermédias das amostras de conchas servem apenas para avaliar a fiabilidade das datas determinadas com as frações internas das respetivas amostras, tomando-se em linha de conta, em cálculos e raciocínios posteriores, somente o valor da data obtida com a fração interna. Assim, analisando os pares (Sac-2335 4240 \pm 45 BP e Sac-2336 4360 \pm 50 BP) e (Sac-2172 4060 \pm 40 BP e Sac-2173 4060 \pm 45 BP) verifica-se que o valor da data da fração interna não se diferencia estatisticamente (para 2 σ) do valor da data da fração intermédia e os valores de $\delta^{13}\text{C}$ estão dentro do esperado para a composição isotópica de conchas marinhas, pelo que se deverá atribuir uma elevada fiabilidade às datas obtidas a partir das frações internas.

Como se sabe, o reservatório geoquímico marinho é deficiente em radiocarbono comparado com a atmosfera. Em consequência, existe uma idade ^{14}C de reservatório, isto é, existe uma diferença de idades de ^{14}C entre amostras contemporâneas contendo carbono de origem marinha, umas, e carbono de origem terrestre, as outras. Segundo Stuiver et al. (1986), a idade de reservatório $R(t)$ pode ser definida como a diferença entre datas convencionais de radiocarbono de um par de amostras coevas que se formaram em diferentes reservatórios geoquímicos do carbono (oceano e biosfera terrestre). $R(t)$ é dependente do tempo, devido a variações do teor em ^{14}C na atmosfera, e varia de região para região marinha, devido à mistura de diferentes massas de água, ao regime de ventos, à batimetria e ao *upwelling* (e ao *downwelling*). Considerando estes factos, Stuiver et al. (2006) modelaram a resposta do oceano global às variações das concentrações atmosféricas do ^{14}C . Dessa modelação resultaram as curvas de calibração para as datas de amostras marinhas. Devido à variabilidade regional das condições oceanográficas, existe uma diferença do teor em ^{14}C entre a água superficial de uma determinada região e a água superficial do oceano considerado como um todo e, por isso, define-se um parâmetro denominado ΔR (efeito de reservatório marinho regional para o radiocarbono), o qual mais não é que a diferença entre a idade de reservatório da água superficial do oceano regional e a idade de reservatório da água superficial do oceano global. Para se converterem em datas de calendário solar as datas convencionais de radiocarbono determinadas a partir de organismos marinhos é necessário calcular o valor de ΔR , isto é, o valor do efeito de reservatório marinho para a região em que ocorreu a colheita desses organismos quando vivos. O valor de ΔR é, muitas vezes, calculado datando pelo ^{14}C pares de amostras da mesma idade mas de diferente origem (terrestre e marinha), convertendo a data da amostra terrestre numa idade marinha a partir do modelo referido atrás e, por fim, subtraindo essa idade marinha modelada da data de ^{14}C da amostra marinha do par (Stuiver e Braziunas, 1993). Contrariamente à idade de reservatório $R(t)$, que é dependente do tempo, ΔR não o é, a não ser que ocorra alguma variação das

condições oceanográficas restrita à região do oceano em causa. Isso acontece, na maior parte dos casos, em regiões afetadas pelo fenómeno de *upwelling*. Uma vez que as taxas do *upwelling* regional podem variar ao longo do tempo e a intensidade do empobrecimento em ^{14}C das águas superficiais depende da maior ou menor atividade do *upwelling*, a qual geralmente está relacionada com o variável sistema aerológico prevalecente nessa região, então é expectável que o valor de ΔR também varie ao longo do tempo (Ascough et al., 2005; Ingram, 1998; Kennett et al., 1997; Soares, 1993; Soares e Dias, 2006, 2007; Soares e Martins, 2010). Valores altos de ΔR , para essas regiões, podem normalmente ser correlacionados com a existência de um *upwelling* intenso, ao passo que valores baixos ou nulos indiciam que, para essa época, o *upwelling* era fraco ou, mesmo, inexistente.

Felizmente, da intervenção em Moita da Ladra, resultaram quatro pares de amostras associadas de diferente reservatório de origem, o que permitiu a determinação do valor de ΔR aplicável na calibração das datas de radiocarbono obtidas a partir de conchas marinhas recolhidas neste sítio arqueológico e que figuram no quadro I. A determinação dos valores de ΔR e $R(t)$ a partir dos quatro pares referidos encontra-se indicada no quadro II. **O valor médio ponderado de ΔR é de 110 ± 40 anos ^{14}C** , o qual se deverá utilizar na calibração daquelas datas fazendo uso da curva Marine13 (Reimer et al., 2013).

| Referência Laboratório | Descrição da Amostra Marinha | $\delta^{13}\text{C}$ (‰) | Data ^{14}C (anos BP) | Referência Laboratório | Descrição da Amostra Terrestre | $\delta^{13}\text{C}$ (‰) | Data ^{14}C (anos BP) |
|----------------------------------------------|------------------------------|---------------------------|--------------------------------|------------------------------------------|--------------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| Sac-2336 | <i>Venerupis decussata</i> | -0,37 | 4360 \pm 50 | Sac-2370 | Ossos (Colagénio) | -21,65 | 3930 \pm 80 |
| $\Delta R = 85 \pm 110$ anos ^{14}C | | | | $R(t) = 430 \pm 95$ anos ^{14}C | | | |
| Sac-2337 | <i>Venerupis decussata</i> | -0,86 | 4330 \pm 40 | Sac-2371 | Ossos (Colagénio) | -20,62 | 3810 \pm 60 |
| $\Delta R = 190 \pm 90$ anos ^{14}C | | | | $R(t) = 520 \pm 70$ anos ^{14}C | | | |
| Sac-2057 | <i>Venerupis decussata</i> | 0 | 4170 \pm 40 | Sac-2122 | Ossos (Colagénio) | -21,04 | 3700 \pm 50 |
| $\Delta R = 125 \pm 70$ anos ^{14}C | | | | $R(t) = 470 \pm 65$ anos ^{14}C | | | |
| Sac-2081 | <i>Venerupis decussata</i> | -0,32 | 4100 \pm 40 | Sac-2123 | Ossos (Colagénio) | -21,06 | 3700 \pm 50 |
| $\Delta R = 55 \pm 70$ anos ^{14}C | | | | $R(t) = 400 \pm 65$ anos ^{14}C | | | |

Quadro 3 – Datação por ^{14}C de pares de amostras coevas (conchas de origem marinha/ossos) provenientes de Moita da Ladra. Determinação dos valores do efeito de reservatório (ΔR) e da idade de reservatório ($R(t)$).

No quadro III e na fig. 20 encontram-se as datas calibradas através das curvas IntCal13 e Marine13 (Reimer et al., 2013), para as amostras de ossos e de conchas, respetivamente, e fazendo também uso do programa OxCal (Bronk Ramsey, 2009). Se se determinar a soma das distribuições de probabilidade das várias datas calibradas, verifica-se que o intervalo que lhe corresponde é de **2440-1950 cal BC** (1σ) ou de **2560-1820 cal BC** (2σ), o que permite afirmar que a ocupação de Moita da Ladra terá ocorrido na segunda metade do 3.º milénio a.C., podendo ter-se estendido aos primeiros decénios do 2.º milénio a.C.

| Ref. de Laboratório | Tipo de Amostra | Data ¹⁴ C (BP) | Data Calibrada (cal BC) (modelada) | |
|---------------------|----------------------------|---------------------------|------------------------------------|------------------|
| | | | 1 σ | 2 σ |
| Sac-2370 | Ossos (<i>colagénio</i>) | 3930±80 | 2570-2290 | 2840-2140 |
| Sac-2336 | <i>Venerupis decussata</i> | 4360±50 | 2490-2290 | 2580-2200 |
| Sac-2371 | Ossos (<i>colagénio</i>) | 3810±60 | 2400-2140 | 2470-2050 |
| Sac-2337 | <i>Venerupis decussata</i> | 4330±40 | 2460-2290 | 2530-2190 |
| Sac-2122 | Ossos (<i>colagénio</i>) | 3700±50 | 2200-2020 | 2280-1940 |
| Sac-2057 | <i>Venerupis decussata</i> | 4170±40 | 2230-2040 | 2330-1960 |
| Sac-2082 | <i>Venerupis decussata</i> | 4160±40 | 2210-2020 | 2310-1940 |
| Sac-2123 | Ossos (<i>colagénio</i>) | 3700±50 | 2200-2020 | 2280-1940 |
| Sac-2081 | <i>Venerupis decussata</i> | 4100±40 | 2130-1960 | 2210-1870 |
| Sac-2173 | <i>Venerupis decussata</i> | 4060±45 | 2090-1900 | 2190-1820 |
| Sac-2171 | <i>Mytilus sp.</i> | 3980±45 | 1980-1780 | 2060-1700 |
| Soma | | | 2440-1950 | 2560-1820 |

Quadro 4 – Calibração das datas convencionais de radiocarbono para Moita da Ladra*

* Calibração efetuada fazendo uso da curva Marine09 (Reimer *et al.* 2009) e do programa OxCal 4.1.3 (Bronk Ramsey 2001, 2008). Utilizou-se para ΔR o valor de 110±40 anos ¹⁴C.

8. SÍNTESE CONCLUSIVA

As características da implantação geográfica do povoado da Moita da Ladra, no topo de uma chaminé vulcânica, dominando visualmente o vasto estuário do Tejo, foram determinantes para o controlo de uma das entradas naturais no *hinterland* da Península de Lisboa, a qual, no decurso do Calcolítico, se encontrava densamente povoada, articulando por via dos vales que a atravessam, o interior do estuário do Tejo com o litoral atlântico, por alturas de Torres Vedras. Deste modo, os produtos e matérias-primas oriundos do Alto e do Baixo Alentejo, confluíam ao estuário do Tejo, cuja transposição, em embarcações, se poderia efetuar na secção adjacente ao povoado pré-histórico.

A preocupação com a visibilidade do sítio, essencial para a identificação para quem transpusesse o rio, foi ao ponto de se terem selecionado, como elementos de construção, grandes blocos calcários transportados do sopé do morro basáltico, com os quais se revestiram os paramentos das estruturas defensivas, voltadas para sul, refletindo o sol por contraste com a cor negra dos basaltos subjacentes.

Entre as matérias-primas estratégicas oriundas do Alentejo cuja circulação seria controlada pelos habitantes do povoado, contam-se os anfíbolitos, de utilização generalizada em todos os povoados calcolíticos da península de Lisboa, a par do cobre. Este seria importado sob a forma de lingotes, ou ainda como minério em bruto, cuja metalurgia se encontra atestada no local. A assinalável quantidade de artefactos metálicos, boa parte dos quais inclassificáveis e destinados à

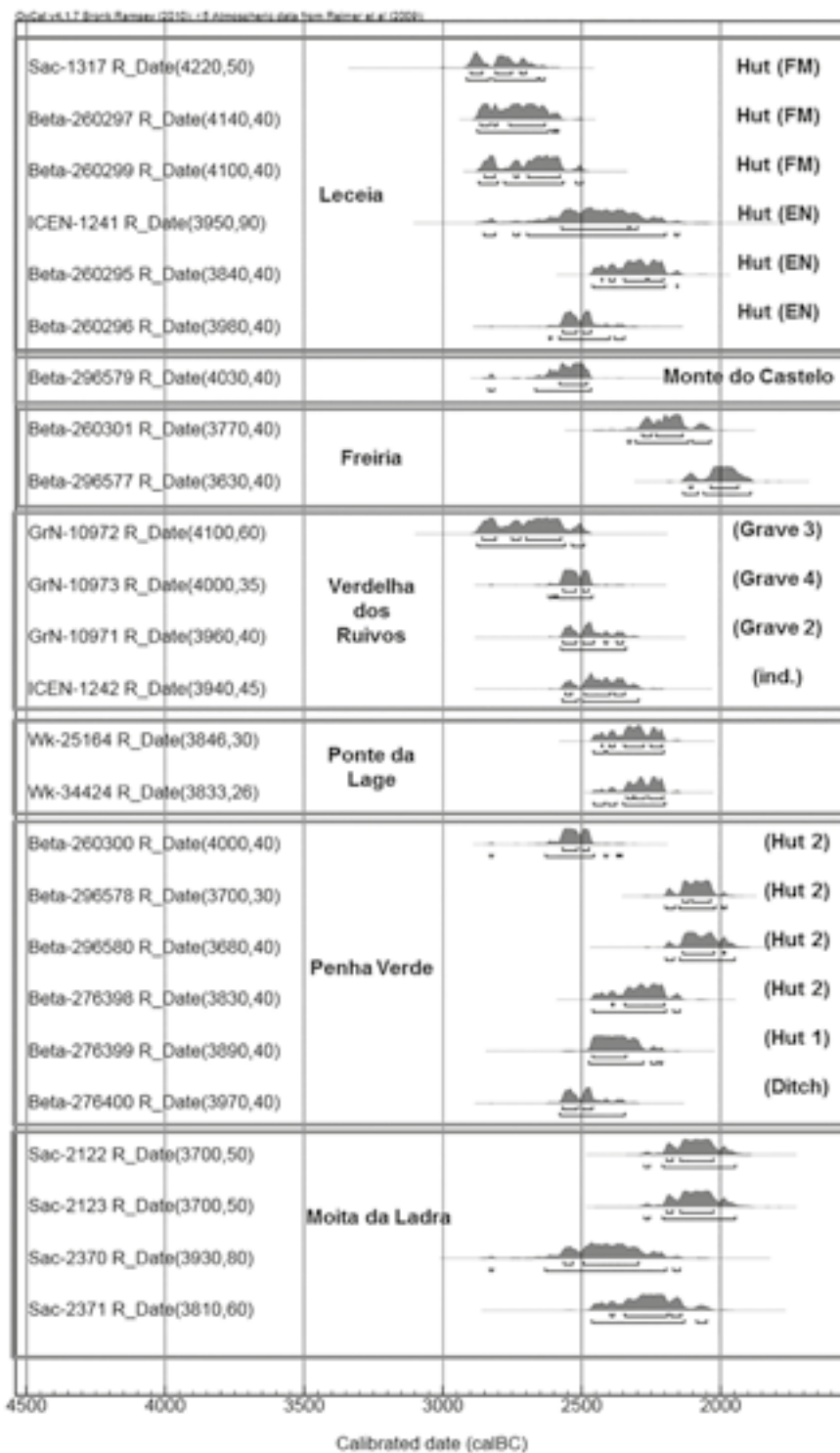


Fig. 20 – Moita da Ladra. Representação gráfica das distribuições de probabilidade das datas de radiocarbono calibradas de Moita da Ladra, a par de outras de contextos campaniformes da Península de Lisboa (in Cardoso, 2014).

refundição, sublinha o carácter metalúrgico deste sítio. Tal abundância contrasta com a escassez de artefactos do quotidiano, com exceção dos relacionados com atividades bélicas, como as pontas de seta e as pontas de projétil de osso, o que sublinha a natureza particular desta ocupação. Deste modo, pode considerar-se que a comunidade que ocupou o local se encontrava essencialmente vocacionada para atividades de distribuição e comercialização de matérias-primas e produtos oriundos do Alentejo, tornando-se para tal essencial o domínio das vias de circulação que penetravam no *hinterland* da península de Lisboa, a par da produção ou transformação de objetos metálicos, os quais se destinariam também essencialmente à comercialização. Com efeito, os cerca de meia centena de artefactos metálicos recolhidos afiguram-se algo desproporcionados quando comparados com a escassez de outros artefactos relacionados com as tarefas do quotidiano.

Estar-se-ia, pois, perante uma comunidade a um tempo de artífices e comerciantes, a quem caberia também o controlo dos territórios e das vias de circulação relacionadas diretamente com as características de implantação do sítio, no quadro das redes de povoamento e da circulação de bens e matérias-primas na península de Lisboa, no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C., época em que se encontrava densamente povoada.

O estatuto social desta comunidade, distinto do inerente aos habitantes dos territórios adjacentes, entregues às atividades agropecuárias, encontra-se ilustrado pelas produções cerâmicas campaniformes, de assinalável qualidade, onde ocorrem vasos marítimos associados a recipientes com decoração geométrica, exclusivamente decorados a pontilhado.

As datações sistemáticas realizadas para contextos campaniformes da península de Lisboa, tanto de sítios de altura fortificados, como Penha Verde (Sintra), Leceia (Oeiras) e o agora estudado, como para sítios de encosta, correspondentes a pequenos povoados ou casais agrícolas de cunho familiar, como Freiria (Cascais), Monte do Castelo (Oeiras), para além de diversas necrópoles, como a de Verdelha dos Ruivos (Vila Franca de Xira), muito perto do povoado em apreço, e a gruta da Ponte da Laje (Oeiras) vieram provar que ambos os tipos de ocupações foram coevas, inscrevendo-se na rede de povoamento desenvolvida na região no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C. (Cardoso, 2014), como se evidencia na fig. 20.

As diferenças verificadas nas produções campaniformes dos dois tipos de sítios – nos primeiros, produções finas, dominadas pelo grupo dos vasos marítimos e geométricos a pontilhado; nos segundos, produções mais grosseiras, onde os recipientes incisos são dominantes, incluindo grandes caçoilas de armazenamento – terão incidências sociais. Assim, as produções campaniformes mais cuidadas estariam essencialmente reservadas a comunidades sediadas em sítios de

altura, a partir dos quais controlavam os territórios adjacentes, detendo estatuto social elevado, enquanto as produções campaniformes mais grosseiras seriam as utilizadas sobretudo pelas populações que se distribuíam pelos espaços geográficos adjacentes, em sítios abertos, de cunho familiar, entregues a atividades agropecuárias.

Esta interpretação é condizente com a pequena comunidade que se fixou, no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C., no morro basáltico de Moita da Ladra, cujo estatuto se diferenciava claramente do inerente às comunidades agro-pastoris que, na mesma altura, se sediavam na região.

Igualmente a reter é a coexistência entre produções campaniformes e produções de cunho regional, pertencentes ao grupo «folha de acácia/crucífera».

Esta observação corporiza a convivência de duas tradições culturais distintas, com paralelos em outras estações da região, como os povoados calcolíticos fortificados da Penha Verde, Sintra (Cardoso, 2010/2011), da Rotura (Ferreira e Silva, 1970) e de Leceia (Cardoso, 1997/1998). Esta evidência, à qual até época recente não tinha sido dada a relevância adequada, consubstancia a possibilidade de terem existido duas comunidades de raízes culturais distintas, de cuja interação teria resultado a ocorrência de materiais próprios de cada uma delas, nos mesmos espaços domésticos. Tal interação ter-se-ia dado em fase ulterior à da simples coexistência não interativa, como se comprova em Leceia, onde uma cabana, com espólios cerâmicos exclusivamente campaniformes, datada do segundo quartel do 3.º milénio a.C., se implantou em zona adjacente à da primeira linha defensiva do povoado calcolítico, onde nessa época as produções campaniformes ainda não eram utilizadas pela população nele residente (Cardoso, 1997/1998, e Cardoso, 2014).

Deste modo, a génese e desenvolvimento das manifestações campaniformes na região do estuário do Tejo fez-se de forma independente da cultura material, no que à cerâmica decorada diz respeito, cuja origem remonta, tal como no povoado fortificado do Zambujal (Torres Vedras) (Kunst e Lütz, 2010/2011), aos inícios do segundo quartel a.C. A primeira consequência desta realidade, agora incontroversa, é a revogação da perspectiva de se fazer coincidir a emergência das produções campaniformes com o início do Calcolítico Final, quando na verdade as mesmas eram já conhecidas na região desde o Calcolítico Inicial, de acordo com a fronteira cronológica de 2600/2500 anos a.C. definida em Leceia entre o Calcolítico Inicial e o Calcolítico Pleno (Cardoso e Soares, 1996).

BIBLIOGRAFIA

- ASCOUGH, P.; COOK, G.; DUGMORE, A. (2005) – Methodological approaches to determining the marine radiocarbon reservoir effect. *Progress in Physical Geography*. 29:4, p. 532-547.
- BESSE, M. (1996) – *Le campaniforme en France. Analyse de la céramique d'accompagnement*. Oxford. BAR International Series 635.
- BRONK RAMSEY, C. (2001) – Development of the Radiocarbon calibration program OxCal. *Radiocarbon*. 43: 2A, p. 355-363.
- BRONK RAMSEY, C. (2008) – OxCal Program v4.1.03. Disponível em <http://c14.arch.ox.ac.uk/oxcal.html>.
- BRONK RAMSEY, C. (2009) – Bayesian analysis of radiocarbon dates. *Radiocarbon*. 51: 1, p. 337-360.
- CARDOSO, J. L. (1995a) – Cerâmicas decoradas a pente, do Calcolítico Pleno de Leceia (Oeiras) e da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 243-249.
- CARDOSO, J. L. (1995b) – Possíveis pontas de seta calcolíticas de osso do povoado de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 233-241.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998) – A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 89-153.
- CARDOSO, J. L. (1999/2000) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 241-323.
- CARDOSO, J. L. (2003) – A utilização óssea de uso comum do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 25-84.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. (2003) – O povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral): estudo do espólio das escavações de Bernardo de Sá (1903/1905). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 97-228.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. (Estudos Arqueológicos de Oeiras; 12).
- CARDOSO, J. L. (2004) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madridier Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.
- CARDOSO, J. L. (2006) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 9-276.
- CARDOSO, J. L. (2009) – Estatuetas do Neolítico Final e do Calcolítico do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) e o simbolismo a elas associado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 73-96.
- CARDOSO, J. L. (2010/2011) – O povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 467-551.
- CARDOSO, J. L. (2013) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 641-730.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon North of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71: 1, p. 56-75.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., eds. – *Transformação e mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 2005)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. p. 65-95.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G.; ENCARNANÇA, J. D. (2013) – O campaniforme de Freiria (Cascais). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 525-588.
- CARDOSO, J. L.; CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análise de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 123-151.

- CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. S.; AGUIAR, D. (1991) – *O Homem pré-histórico no concelho de Oeiras. Estudos de Antropologia física*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. (Estudos Arqueológicos de Oeiras; 2).
- CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. V. (1990) – Três suportes de lajeira da Penha Verde (Sintra). *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 5-12.
- CARDOSO, J. L.; MARTINS, F. (2009) – O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 261-356.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. M. (1996) – Contribution d'une série de datations ^{14}C , provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Chalcolithique de l'Estremadura portugaise. In *Actes du colloque de Périgueux 1995, Supplément à la Revue d'Archéométrie*. p. 45-50.
- CELESTINO PÉREZ, S.; BLANCO FERNÁNDEZ, J. L. (2006) – *La joyería en los orígenes de Extremadura: el espejo de los dioses*. Badajoz: Instituto de Arqueología de Mérida/CSIC. (Ataecina, Colección de Estudios Históricos de la Lusitania).
- CONVERTINI, F. (1966) – *Production et signification de la céramique campaniforme à la fin du 3^{ème} millénaire av. J.-C. dans le Sud et le Centre-Ouest de la France et en Suisse occidentale*. Oxford: BAR. (International Series; 656).
- FERREIRA, O. da Veiga (1961) – Acerca da presença de Arsénio em instrumentos primitivos, encontrados em Portugal. *Boletim de Minas*. Lisboa. 12. 8 p. Separata.
- FERREIRA, O. V.; SILVA, C. T. (1970) – A estratigrafia do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal). Nota preliminar. In *Actas das I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 203-225.
- GARRIDO-PENA, R. (2000) – *El campaniforme en la Meseta Central de la península Ibérica (c. 2500-2000 AC)*. Oxford: BAR. (International Series; 892).
- GONÇALVES, J. L. M. (1991) – Cerâmica calcolítica da Estremadura. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 215-226.
- GONÇALVES, V. S. (1971) – *O castro da Rotura e o vaso campaniforme*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC. 2 volumes.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – *As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- INGRAM, B. L. (1998) – Differences in radiocarbon age between shell and charcoal from a Holocene Shellmound in Northern California. *Quaternary Research*. 49, p. 102-110.
- JALHAY, E.; PAÇO, A. do (1941) – El castro de Vilanova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. Madrid. 20, p. 55-141.
- KENNETT, D. J.; INGRAM, B. L.; ERLANDSON, J. M.; WALKER, P. (1997) – Evidence for temporal fluctuations in marine radiocarbon reservoir ages in the Santa Barbara Channel, southern California. *Journal of Archaeological Science*, 24:11, p. 1051-1059.
- KUNST, M.; LÜTZ, N. (2010/2011) – Zambujal (Torres Vedras), investigações até 2007. Parte 1: sobre a precisão da cronologia absoluta decorrente das investigações na quarta linha da fortificação. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 419-466.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter. 2 volumes.
- LEISNER, V.; SCHUBART, H. (1966) – Die kupferzeitliche Befestigung von Pedra do Ouro/Portugal. *Madridrer Mitteilungen*. Heidelberg. 7, p. 9-60.
- MÜLLER, R.; CARDOSO, J. L. (2008) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madridrer Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.
- MÜLLER, R.; CARDOSO, J. L. (2008) – The origin and use of copper at the chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras, Portugal). *Madridrer Mitteilungen*. Wiesbaden. 49, p. 64-93.

- NOCETE, F. (2004) – *Odiel. Proyecto de investigación arqueológica para el análisis del origen de la desigualdad social en el Suroeste de la Península Ibérica*. Sevilla: Consejería de Cultura; Dirección General de Bienes Culturales.
- NOCETE, F. (2014) – Las sociedades complejas (IV e III milénio cal B.C.) en la Iberia meridional. In *Protohistoria de la Península Ibérica: del Neolítico a la Romanización*. Burgos: Universidad de Burgos; Fundación Atapuerca. p. 83-94.
- NOCETE, F.; SÁEZ, R.; BAYONA, M. R.; NIETO, J. M.; PERAMO, A.; LÓPEZ, P.; GIL-IBARGUCHI, J. I.; INÁCIO, N.; GARCÍA, S.; RODRÍGUEZ, J. (2014) – Gold in the Southwest of the Iberian Peninsula during the 3rd Millenium BC. *Journal of Archaeological Science*. 41, p. 691-704.
- ODRIOZOLA, C.; VILLALOBOS GARCIA, R.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C.; MARTÍNEZ-BLANES, J. M.; CARDOSO, J. L. (2013) – Las producciones de adorno personal en rocas verdes del SW peninsular: los casos de Leceia, Moita da Ladra y Penha Verde. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 605-622.
- PAÇO, A. (1941) – As grutas do Poço Velho ou de Cascais. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 22, p. 45-84.
- PAÇO, A. (1966) – Castelo da Pedra de Ouro. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 16, p. 117-152.
- PAÇO, A.; ARTHUR, M. L. C. (1952) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. 15.^a campanha de escavações (1951). *Brotéria*. Lisboa. 54:3, p. 289-309.
- PEREA, A. (1991) – *Orfebreria prerromana. Arqueología del oro*. Madrid: Caja de Madrid; Consejería de Cultura; Dirección General de Patrimonio Cultural.
- PEREIRA, F.; SILVA, R.; SOARES, A. M. Monge; ARAÚJO, M. E.; CARDOSO, J. L. (no prelo) – Metallurgical production evidences in the chalcolithic settlement of Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Portugal). *Archaeometry in Europe IV (Madrid, 2015)*.
- REIMER, P. J.; BARD, E.; BAYLISS, A.; BECK, J. W.; BLACKWELL, P. G.; BRONK RAMSEY, C.; BUCK, C. E.; CHENG, H.; EDWARDS, R. L.; FRIEDRICH, M.; GROOTES, P. M.; GUILDERSON, T. P.; HAFLIDASON, H.; HAJDAS, I.; HATTÉ, C.; HEATON, T. J.; HOFFMANN, D. L.; HOGG, A. G.; HUGHEN, K. A.; KAISER, K. F.; KROMER, B.; MANNING, S. W.; NIU, M.; REIMER, R. W.; RICHARDS, D. A.; SCOTT, E. M.; SOUTHON, J. R.; STAFF, R. A.; TURNER, C. S. M. ; Van der PLICHT, J. (2013) – IntCal13 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves, 0-50,000 Years cal BP. *Radiocarbon*. 55:4, p. 1869-1887.
- ROVIRA, S. (2004) – Tecnología metalúrgica y cambio cultural en la Prehistoria de la Península Ibérica. *Norba. Revista de Historia*. 17, p. 9-40.
- SANCHES, M. J. (1997) – *Pré-Histórica recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 2 volumes.
- SANGMEISTER, E. (1995) – Zambujal Kupferfunde aus den Grabungen 1964 bis 1973. *Madriider Beiträge*. Mainz. Band 5, p. 4-154.
- SOARES, A. M. M. (2005) – A metalurgia de Vila Nova de São Pedro. Algumas reflexões. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coord. – *Construindo a Memória. As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 179-188.
- SOARES, A. M. M. (1993) – The ¹⁴C content of marine shells: evidence for variability in coastal upwelling off Portugal during the Holocene. In *Isotope Techniques in the Study of Past and Current Environmental Changes in the Hydrosphere and the Atmosphere*. Vienna: International Atomic Energy Agency. p. 471-485.
- SOARES, A. M. M.; DIAS, J. M. A. (2006) – Coastal Upwelling and Radiocarbon – Evidence for Temporal Fluctuations in Ocean Reservoir Effect off Portugal during the Holocene. *Radiocarbon*. 48:1, p. 45-60.
- SOARES, A. M. M.; DIAS, J. M. A. (2007) – Reservoir Effect of Coastal Waters off western and Northwestern Galicia. *Radiocarbon*. 49:2, p. 925-936.
- SOARES, A. M. M.; MARTINS, J. M. M. (2010) – Radiocarbon dating of marine samples from Gulf of Cadiz: The reservoir effect. *Quaternary International*. 221:1-2, p. 9-12.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1974/1977) – O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 7/9, p. 101-112.
- SOARES, A. M. M.; ALVES, L. C.; FRADE, J. C.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. E.; CANDEIAS, A.; SILVA, R. J. C.; VALERA, A. C. (2012) – Bell beaker

- gold foils from Perdigões (Southern Portugal). In *Proceedings of the 39th International Symposium for Archaeometry (Leuven, 2012)*. p. 120-124.
- SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura. Die Besiedlung des Atlantischen Küstengebietes Mittelportugals vom Neolithicum bis an das Ende der Bronzezeit*. Mainz: Philipp von Zabern. (Madrider Beiträge; Band 7).
- STUIVER, M.; BRAZIUNAS, T. F. (1993) – Modeling Atmospheric ^{14}C Influences and ^{14}C Ages of Marine Samples to 10,000 BC. *Radiocarbon*. 35:1, p. 137-189.
- STUIVER, M.; PEARSON, G. W.; BRAZIUNAS, T. (1986) – Radiocarbon Age Calibration of Marine Samples back to 9000 cal yr BP. *Radiocarbon*. 28:2B, p. 980-1021.
- STUIVER, M.; POLACH, H. A. (1997) – Discussion. Reporting of ^{14}C Data. *Radiocarbon*. 19:3, p. 355-363.
- VALERA, A. C. (1999) – The re-creation of territorialities and identities in the III millenium BC: research problems in Central Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 1, p. 109-115.
- VALERA, A. C. (2000) – O fenómeno campaniforme no interiorcentro de Portugal: o contexto da Fraga da Pena. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999)*. Porto: ADECAP. Vol. 4, p. 269-290.

O achado de Bornacha (Cacela, Tavira). Identificação de instrumentos da Idade do Bronze para o trabalho do couro.

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA*

RESUMO

Publica-se um achado arqueológico, proveniente de Bornacha, local situado próximo de Vila Nova de Cacela, no Concelho de Tavira (Algarve), que o Museu Nacional de Arqueologia conserva na sua coleção, desde inícios do século XX, quando foi incorporado por J. Leite de Vasconcelos.

O achado é constituído por um vaso cerâmico, datável de meados a finais do II milénio a.C, e por uma pedra gravada.

Esta pedra e outros objetos comparáveis são analisados em conjunto e é-lhes proposta uma funcionalidade: a produção dos relevos decorativos sobre o couro (eventualmente sobre as placas de metal de revestimentos que podem ter existido) dos escudos da Idade do Bronze que conhecemos nas representações deles nas estelas do Sudoeste peninsular.

Palavras-chave: Idade do Bronze – Algarve – couro (trabalho do).

ABSTRACT

A chance find from Bornacha, a place near Vila Nova de Cacela (municipality of Tavira, Algarve) is published in this article. The find is kept in the National Archaeological Museum since the early 20th century, where it was deposited by its founder, J. Leite de Vasconcelos.

The remains consist of a ceramic vase, datable to the mid to late II millenium BC and a carved stone.

* Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património; Museu Monográfico de Conímbriga, 3150-220 Condeixa, e-mail: virgiliocorreia@mmconimbriga.dgpc.pt

This stone and other comparable objects are jointly studied and a function is proposed to them: the production of decorative reliefs on leather shields (eventually also on metal sheets that could have covered them) which are known from representations on Bronze Age stelae of the Iberian South-west.

Keywords: Bronze Age – Algarve – leather (working).

1. INTRODUÇÃO

O Museu Nacional de Arqueologia conserva na sua coleção um achado arqueológico, proveniente de Bornacha, local situado próximo de Vila Nova de Cacela, no Concelho de Tavira¹.

Este achado foi incorporado no Museu Etnológico Português por José Leite de Vasconcelos, com os n.ºs de inventário 10217 e 10221.

Os verbetes manuscritos da época de incorporação dizem o seguinte:

– «10217

Lasca de pedra com dois rebaixos circulares com figuras sub-pentagonais (forma p^a fazer ornatos de ouro em lâminas finas) Cf no Museu de Athenas lascas análogas e lâminas reproduzidas no M. E. P.

Mede 0,131 x 0,095 x 0,017

Tavira. Bornacha (Junto com vasos da época do bronze ?)»

– «10221

Grande vaso em barro liso com o fundo semi-esférico e o colo cónico e parcialmente côncavo; na aresta de junção quatro mamilos nos extremos de diâmetros perpendiculares; bordo liso e delgado levemente erguido [interiormente arregaçado]; uma fractura no colo e pequena perfuração; manipulado sem roda

D. 0,280 A 0,015 [pl. mi] Boca: 0,161

Tavira (com^a). Cacella. Bornacha (cfr. Bull. di paleot. IV, 97)»

¹ Agradeço à minha querida amiga Dr.ª Ana Isabel Palma dos Santos, distinta conservadora do MNA, ter-me chamado a atenção para este achado e aos sucessivos diretores do Museu, Dr. Luís Raposo e Dr. António Carvalho, a autorização e facilidades concedidas para proceder ao seu estudo. Devo ainda salientar a inestimável colaboração recebida da Prof.ª Doutora Raquel Vilaça no desenvolvimento deste estudo; quaisquer erros remanescentes são da minha responsabilidade.

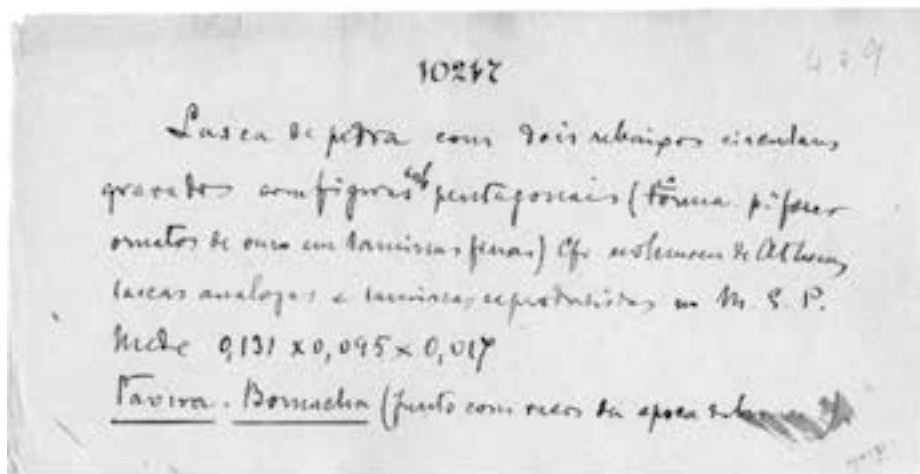


Fig. 1 – Verbete da peça n.º 10217 (J. Leite de Vasconcelos, no arquivo do MNA).

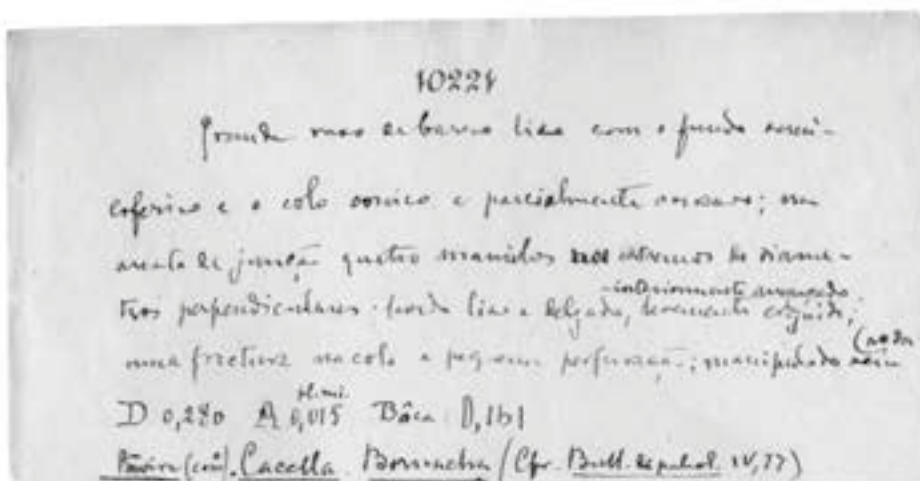


Fig. 2 – Verbete da peça n.º 10221 (J. Leite de Vasconcelos, no arquivo do MNA).

O vaso com o n.º de inventário 10221 foi modernamente exposto na exposição temporária «Tavira. Território e poder», comissariada por M. Maia e C. Fernandes, que esteve aberta ao público no Museu Nacional de Arqueologia em 2003, e em cujo catálogo figura sob o n.º 1, com um verbete da autoria de Victor Gonçalves (Maia et al. 2003, p. 237), onde se propõe a sua datação no II.º Milénio a.C. «Idade do Bronze antiga». Não se fez, nessa ocasião, qualquer menção à peça com o n.º de inventário 10217.

É legítimo questionar se estamos perante um achado unitário. A expressão de J. Leite de Vasconcelos a propósito da primeira peça «junto com vasos da época do bronze» parece ser seguida por um ponto de interrogação, mas a tinta foi esborratada e a existência dessa interrogação não é completamente segura. Pode-



Fig. 3 – Peças de Bornacha (foto do MNA/DGPC).

mos ainda colocar duas hipóteses alternativas para essa interrogação, a existir: a primeira, a de que não era certa a proveniência conjunta das peças; a segunda, a que não era segura a datação dos vasos na época do bronze.

As referências às «lascas análogas» do Museu [Nacional de Arqueologia] de Atenas só podem dizer respeito, tanto quanto nos é possível deduzir da bibliografia (em especial Vermeule, 1967, p. 31, n. 1; cf. Konstantinidi, 2001, p. 19), a moldes provenientes de Micenas, recolhidos ou nas escavações de Heinrich Schliemann em 1874-1876 (Polychronopoulou, 1999, p. 112-116) ou, mais provavelmente, nas de Christos Tsountas em 1886-1893 (Polychronopoulou, 1999, p. 158; cf. Konstantinidi, 2001, p. 19, n.º 94).

José Leite de Vasconcelos deve ter visto estes moldes na sua viagem a Atenas, para participar no Congresso de Arqueologia em 1905, viagem na qual adquiriu efetivamente reproduções galvanoplásticas de objetos de Micenas (Coito et al. 2008, p. 199).

Tanto quanto se pode determinar, todos os restantes achados de moldes deste género são posteriores à viagem de 1905 e, se a referência tivesse uma origem bibliográfica e não *de visu*, J. Leite de Vasconcelos não teria deixado de a mencionar.

A referência bibliográfica colocada no segundo verbete pôde ser identificada² com o artigo de P. Orsi (1897), no *Bulletino di Paleontologia Italiana*, que é o volume

² Graças aos préstimos e ao profundo conhecimento do acervo e seus catálogos da bibliotecária do MNA Maria do Carmo Vale, a quem muito agradeço.

n.º 2831 da biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, onde se encadernaram os tomos III e IV da revista. Na Tav. I das ilustrações deste artigo, sob os n.ºs 10 e 11, que ilustram vasos mamilados da necrópole de Monserrato (Monterroto), na Sicília, J. Leite de Vasconcelos escreveu, a lápis: «Época do Bronze».

Com estes dados, a explicação mais coerente parece ser a de que ambas as peças foram encontradas em conjunto (talvez com outros vasos que não tenham podido ser recuperados), e que Leite de Vasconcelos, encontrando paralelos formalmente próximos para o vaso, mas geograficamente longínquos, e da mesma forma identificando os paralelos micénicos do que classificou como «forma para fazer ornatos», tenha questionado a cronologia do material no seu contexto local, mas não a unidade do conjunto enquanto achado unitário, que lhe teria sido indicada por informações, que, neste momento, não nos é possível reconstituir.

Não temos razão evidente para corrigir o raciocínio de Leite de Vasconcelos e, nesta base, impõe-se a publicação do achado enquanto tal. Razões logísticas impedem o autor do presente texto de fazer uma investigação de terreno sobre o local de proveniência, provavelmente hoje já urbanizado, localizado como está entre Vila Nova de Cacela e Manta Rota, mas é tarefa que se sugere com ênfase à arqueologia do Algarve³.

Resta a questão da data da ocorrência do achado, que não é indicada especificamente em nenhum documento conhecido, tendo de ser deduzida a partir das informações vertidas nos verbetes de inventário. O facto de as duas peças do achado terem sido numeradas de forma não imediata coloca numa situação de relativa insegurança qualquer dedução. Podemos todavia tomar como seguro que a inventariação da primeira peça ocorreu após a viagem de 1905, e essa data deve, de alguma forma, dar uma indicação genérica acerca da data do achado.

2. OS ACHADOS: O VASO

2.1. Descrição

O Sr. Prof. Doutor Victor dos Santos Gonçalves descreveu o vaso da seguinte forma, que dispensa correções:

– «Vaso de forma composta, resultante da colagem de um semiesférico com uma forma troncocónica quase hiperbolóide. A carena resultante da união foi muito ligeiramente adoçada e sobre ela foram colados quatro peque-

³ O sítio, que não é citado em Veiga 1886, 275-277 (ou alhures) e não foi recolhido em Marques, 1995, deve considerar-se inédito; a pesquisa pelo topónimo não devolve qualquer resultado na base de dados do programa Endovélico (<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios>, consultado em 7 de janeiro de 2013).

nos mamilos horizontais, em oposição cruciforme. O bordo é extrovertido, como acontece frequentemente com este tipo de vasos, não apresentando um espessamento significativo. Devido ao processo de montagem manual de um vaso como este, as paredes internas não estão bem acabadas como as externas, que apresentam um cuidado alisamento. Os componentes não plásticos foram reorientados pelo alisamento, e parcialmente ocultos, mas parecem ser de dimensões pequenas e médias e ter proveniência em ambiente calcário. [...] A cozedura decorreu em meio redutor, mas quase metade do vaso arrefeceu em ambiente oxidante, sinal que a peça pode ter cozido deitada, mas com a boca fortemente inclinada.» (Maia et al., 2003, p. 237)

2.2. Paralelos formais

O mesmo autor identificou com muita clareza um paralelo formal de uma extraordinária coincidência: o vaso J.11-97 de Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz; Gonçalves, 1989, p. 57-58 e fig. 12. Há outra bibliografia sobre o sítio, mas não especificamente sobre o vaso).

Pessoalmente, acrescentaríamos a urna CB 854 do Cabeço da Bruxa (Alpiarça; Kalb e Höck, 1982, p. 67-68 e est. VI, 2; XI, 3 e XII, 3 e 4). Ora, como bem observou D. Caldeira (2012, p. 55) na sua análise da arqueologia de Alpiarça, a cronologia radiocarbónica da necrópole do Tanchoal dos Patudos, de meados do século XI à primeira metade do século IX a.C. (Vilaça et al., 1999, p. 14-15) conforta os paralelos formais destes vasos no final da Idade do Bronze, na sepultura B do túmulo

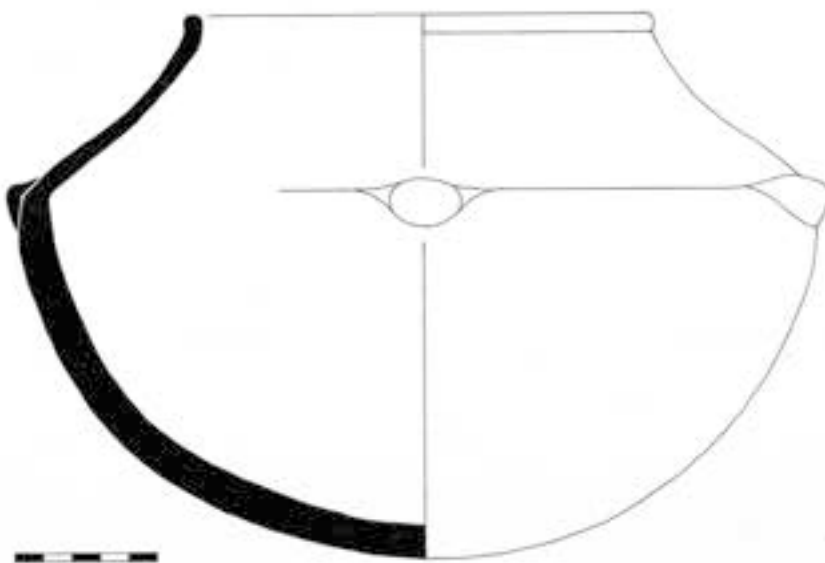


Fig. 4 – Vaso de Bornacha.

33 de Setefilla (Aubet, 1978, p. 193-194, fig. 20-2), como já A. Lorrio (2008, p. 271) tinha salientado.

Assinale-se ainda os paralelos formais deste vaso nas necrópoles de Santa Justa (Soares, 1994, p. 179-197) e Torre Velha 3 (Porfírio e Serra, 2010, p. 49-66), em Serpa.

Esta forma de vasos é assimilável à forma 5 identificada em Carrascalejo (Enríquez e Drake, 2007, p. 112-116), sítio datado radiocarbonicamente entre 1640 e 1530 b.C. (id. *ibid.*, p. 125).

Estes vasos mamilados podem ter relações com vasos decorados com incrustações metálicas, como os de Alarcos (Fernandéz, 2012, p. 55-59), datados nos séculos VII-VI a.C., graças a datações radiocarbónicas e ao paralelo recorrente desta forma com o túmulo B de Setefilla (Aubet, 1978, loc. cit.). Todavia, em Medellín, esta cerâmica com incrustações metálicas tem uma datação radiocarbónica sensivelmente mais alta, centrada nos séculos XIII-XII a.C. (Jiménez e Guerra, 2012, p. 88-91). Num ponto intermédio ficariam os vasos idênticos associados à estela I de Cortijo de la Reina (Murillo et al., 2005, p. 7-46, figs. 4 e 5), para que se deve apontar uma datação larga, entre os séculos XI e VIII a.C. (Díaz-Guardamino, 2012, p. 397-401).

Teremos portanto de alargar as datas propostas para as deposições funerárias do Monte Novo dos Albardeiros, baseadas apenas nas pontas de sovela em bronze recolhidas junto dos vasos (Gonçalves, 1989, loc. cit.), objetos cuja tipologia, por elementar, é pouco probante na hora de determinar uma cronologia e, não rejeitando uma possível datação em inícios do II.º Milénio a.C. para este conjunto de vasos, abrir muito a flecha cronológica da sua datação possível e trazê-la a nível de uma probabilidade aceitável, até à transição II.º/I.º Milénio a.C.

Esta discussão não é ociosa, pois constituindo o único indício cronológico de que dispomos (baseados sempre, como se disse, na coerência original do conjunto), enformará grande parte da análise das restantes peças e suas congéneres.

Propomos datar o achado de Bornacha, com maior probabilidade, de meados a finais do II.º Milénio a.C.

3. OS ACHADOS: A PEDRA

3.1. Descrição

A pedra de Bornacha é uma lasca de um xisto bastante denso e coeso que parece ter sofrido apenas mínimas tentativas de regularização numa das diaclases (aquela onde se iriam produzir as cavidades trabalhadas). As suas dimensões gerais são 13 cm × 9,5 cm, sendo a espessura média próxima dos 15 mm.

O aspeto mais notável da peça é a escavação de duas cavidades circulares, com cerca de 25 mm de diâmetro e 3 mm de profundidade máxima, cujo fundo foi por



Fig. 5 – Pedra de Bornacha (foto do MNA/DGPC).

sua vez gravado, de forma a produzir uma decoração constituída por um pentágono de lados côncavos e um ponto central. Entre o ponto central e os ângulos do pentágono, foram traçadas, sem grande rigor, linhas diagonais e outros traços paralelos a estas, sendo os espaços triangulares deixados por estas linhas, por sua vez, preenchidos (também sem carácter sistemático ou rigor geométrico), por pontos de menor dimensão. Os espaços entre o pentágono e o círculo escavado foram preenchidos, sempre com a mesma falta de

rigor ou sistema, por traços longitudinais ou transversais.

Sendo diferentes na sua execução concreta, esta descrição é válida para ambas as cavidades. Apenas numa delas (a da direita, se considerarmos a peça na posição em que foi inscrito o número de inventário), o bordo da cavidade escavada foi subsequentemente marcado por uma linha contínua de pequenas incisões diagonais, conferindo-lhe um aspeto «serrilhado».

3.2. Peças comparáveis

Um muito bom paralelo formal para a peça de Bornacha é uma peça proveniente do derrube de um muro de uma casa em Póvoa de Montemuro, publicada na monografia local de Castro Daire (Correia et al., 1986, p. 86-87; Silva, 2007, p. 283, e est. 80-8, p. 639).

Trata-se de uma lajeta de granito com cerca de 20 cm × 8 cm⁴, onde existem cinco cavidades distintas, das quais duas são cavidades circulares com cerca de 3 cm de diâmetro. Os fundos destas cavidades foram gravados com uma composição hexagonal, em forma de estrela com as diagonais marcadas e pontos sobre as intersecções. Também aqui uma das cavidades mostra um tratamento marginal mais complexo do que outra, neste caso sendo uma delas rodeada por uma linha em ziguezague e um fino reticulado no espaço intersticial, enquanto na outra se multiplicaram os pontos cavados no espaço correspondente.

⁴ As medidas são extratadas das várias referências, *non vidimus*. Martins, 2008, p. 41, indica tratar-se de uma peça de xisto, tal como A. Coelho Ferreira da Silva (loc. cit.), o que diverge da indicação original. Agradeço ao prof. Doutor J. L. Inês Vaz a cedência da foto aqui publicada.

Uma outra peça comparável provém de Vale de Grou, Envendos (conc. Mação), sendo atribuída à Idade do Bronze, certamente por razões de contexto, que todavia não são explicadas (Pereira, 1970, p. 167-169)⁵.

Trata-se de um pequeno bloco de pedra, com 11 cm × 7,3 cm de área e pouco mais de 3 cm de espessura, polido apenas na face superior, onde se escavaram duas depressões hemisféricas com 3,2 cm de diâmetro e 5 mm de profundidade. Uma das cavidades é lisa, na outra gravou-se uma decoração composta por dois pequenos círculos centrais, de onde partem quatro «pétalas» que atingem o círculo exterior; nos espaços entre círculo e pétalas gravaram-se triângulos opostos, pequenos traços e um pequeno círculo ligado ao círculo central por um segmento de reta, desenhando uma espécie de pecíolo.

Uma quarta peça, inédita, provém da região do Gerês⁶, sendo atribuída pelos achadores ao sítio arqueológico da Fraga do Quelhão, ou da Cidade, na freguesia de Covide, conc. de Terras do Bouro, também por vezes designado de «Calcedónia» (Silva 2007, p. 125, n.º 296 [p. 78, n.º 231, na 1.ª edição da obra, de 1986]).

A peça é um paralelepípedo de pedra com 68 × mm 35 mm × 35 mm, intencionalmente polido em cinco das suas faces e decorado por dois círculos diferentemente trabalhados na sexta. Um dos lados maiores, lateral se admitirmos como topo a face gravada com dois círculos, mostra a gravação alfabética JAP, numa



Fig. 6 – Pedra de Montemuro (foto de J. L. Inês Vaz).



Fig. 7 – Pedra de Envendos (Segundo Pereira 1970, fig. 71, 169 modificado).

⁵ Apesar dos esforços do Prof. Doutor Luís Oosterbeck e do pessoal do Museu Municipal de Mação, que muito agradecemos, a peça não foi localizada no acervo do Museu, nem encontradas referências ao seu actual paradeiro.

⁶ Devemos à Profª Doutora Ana Margarida Arruda a indicação da existência desta peça, e à generosidade e excelentes préstimos do Sr. Álvaro Pereira, aluno de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a possibilidade de aqui a referir: a peça é propriedade do Sr. Manuel Paulo, seu familiar, sendo o achado já antigo.



Fig. 8 – Pedra do Gerês (foto de H. Rendeiro, MMC/DGPC).



Fig. 9 – Pedra do Gerês; pormenor da face com cavidade e outra gravação circular (foto de H. Rendeiro, MMC/DGPC)

grafia cuidada, de maiúsculas com ápices, que nos sugere os finais do século XIX ou inícios do XX como data possível. Um dos topos menores mostra o início de um corte profundo e fino, que parece produzido por uma serra de grande dureza.

A matéria-prima do objeto⁷ é uma rocha andesítica de composição intermédia, com 52 a 66% de sílica, rica em óxidos de ferro e titânio, de grão fino a muito fino e de dureza inferior ao granito. Estas características explicam a sua seleção como material capaz de suportar um trabalho de muito detalhe e o polimento que, aparentemente, é posterior à utilização original.

De facto, parece-nos de associar à época do achado ou posteriores o polimento da peça e a gravação alfabética. O polimento parece, num ou noutro ponto, ter afetado inclusive a gravação circular.

Os dois círculos gravados são na verdade muito distintos: um deles, com 26 mm de diâmetro e cerca de 2 mm de profundidade, que constitui paralelo para

as peças que antes mencionámos, é escavado e decorado em baixo relevo com uma composição hexagonal curvilínea, com as intersecções das linhas marcadas por pontos mais profundos. O outro círculo, com 30 mm de diâmetro, mostra uma gravação inepta, que parece ter querido iniciar-se pela cópia da gravação anteriormente mencionada, mas que posteriormente se limitou a deixar cinco «pétalas» em relevo no círculo traçado. Em bom rigor, é de deixar colocada a hipótese de esta gravação ser contemporânea das restantes intervenções sobre a peça (polimento, inscrição) e não do trabalho original. Já da primeira gravação circular, a sua pertença ao mesmo tipo de trabalho da peça de Bornacha não nos deixa dúvidas.

Sumariemos, portanto, as características notáveis deste conjunto:

- A semelhança tecnoformal das quatro peças, marcada na existência de cavidades circulares decoradas por gravação, é indesmentível;

⁷ Analisada sumariamente pela Prof. Doutora Lídia Catarino, do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, a quem muito agradecemos.

- É aparente, *prima facie*, a inexistência de paralelos destes objetos: a presente notícia constitui a primeira abordagem não casuística destas peças;
- A dispersão geográfica destas peças é significativa e consistente em todo o território nacional.

Não será, por outro lado, forçar demasiado a análise estilística da decoração das peças referidas, baseadas no quadrado, no pentágono e no hexágono, com a decoração dos fundos de taças de tipo «Santa Vitória», entre as quais se conhecem composições quadrangulares, hexagonais e octogonais (Schubart, 1975, p. 40-443), reforçando a sua pertença à Idade do Bronze.

Uma quinta peça deve ser associada a este grupo, ainda que dele divirja nalguns aspetos significativos.

Trata-se de um seixo de grauaque apresentando vários sulcos e cavidades e um círculo escavado mais ou menos central, decorado⁸. Foi encontrado há anos, em trabalhos de remoção de areias no Monte Velho, junto à ponte ferroviária do Papagalo, na área da gare das Alcáçovas (conc. Viana do Alentejo). Também deste sítio seria interessante conhecer melhor a natureza e contextos cronológico-culturais presentes.

O seixo, alvo de pouco trabalho de regularização, tem forma subretangular, com 66 mm × 38 mm na sua face principal; a secção é subtriangular, com um máximo de 14 mm de espessura.

Na parte superior (observando o eixo normal da decoração principal) mostra uma cavidade de perfil cónico, interpretável como um gito para receção de material fundido, como 16 mm e um diâmetro máximo de 9 mm; na base desta cavidade existe um sulco transversal, interpretável como uma descarga de gases de fundição, com 3 mm de lado. Esta hipótese obriga a imaginar uma segunda valva do molde,

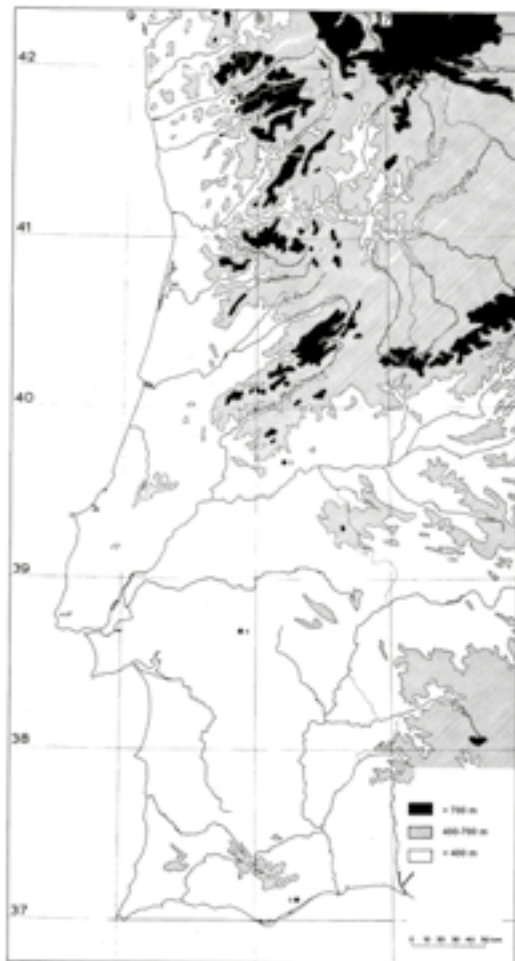


Fig. 10 – Dispersão geográfica das peças estudadas (sobre o mapa de Ribeiro et al. 1987, I, p. 169). 1 – «Calcedónia», Gerês; 2 – Montemuro, Castro Daire; 3 – Vale de Grou, Envendos, Mação; 4 – Alcáçovas, Viana do Alentejo; 5 – Bornacha, Cacula, Tavira.

⁸ O Prof. Doutor Jorge Oliveira, da Universidade de Évora deu a conhecer esta peça em <http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/msg15250.html> em 30/12/2012, incluindo uma imagem sem escala. Agradecemos os bons ofícios deste nosso colega na possibilidade que nos foi dada de entrar em contacto com os seus proprietários, os Srs. Petra e Carlos de Brito Rocha, das Alcáçovas, e o acesso que por eles, muito generosamente, nos foi dado à peça.



Fig. 11 – Padrões decorativos das peças estudadas (sem escala).



Fig. 12 – Pedra das Alcáçovas (foto do autor).

mas não são observáveis quaisquer dispositivos de fixação dessa possível segunda peça. Assinale-se, por outro lado, que existe uma apreciável diferença de patine entre o interior das cavidades do gito e do sulco e a restante peça, o que obriga a colocar a hipótese de a principal cavidade decorada e o dispositivo adequado à fundição não serem completamente solidários da elaboração original da peça (a este propósito, é também evidente que a abertura do gito destruiu parte da decoração da margem do círculo).

O círculo central decorado tem 24 mm de diâmetro. Uma banda marginal com cerca de 3 a 4 mm de largo é preenchida por traços oblíquos, vagamente radiais. Na área central são perceptíveis três motivos facilmente individualizáveis: ao alto um círculo com três pontos marcados, um dos quais se prolonga por um sulco até ao meio dos outros dois, numa composição quase antropomorfa; à esquerda uma espada (com outros traços cuja intencionalidade não é clara, nem que representação pretendem conseguir; à direita um círculo radiado. O fundo é preenchido por diversos pontos irregularmente distribuídos.

Abaixo deste círculo decorado existe ainda um outro sulco circular, danificado, com 16 mm de diâmetro.

Vista a cronologia do vaso de Bornacha e a cronologia atribuída à peça de Vale de Grou (mesmo que não se conheçam os argumentos contextuais utilizados para esta datação), é sedutor associar a decoração desta peça às estelas funerárias do Bronze do Sudoeste, a alguma arte rupestre com elas relacionada e a algumas obras de arte normalmente integradas no grande grupo das estátuas-menir e estelas antropomorfas da Idade do Bronze *in genere*.

São de recordar, especialmente três aspectos: a semelhança do primeiro motivo com as «faces oculadas» identificadas por M. V. Gomes (2011, p. 19 e 34) em menires da região de Évora; a similitude da representação da espada, tal-

vez pistiliforme, com outras representadas em estelas funerárias (cf. Celestino, 1990, p. 58-59); a presença de círculos radiados em sítios de arte rupestre galaico-atlântica (Peña e Vázquez, 1979, p. 16-17), na sequência, aliás da sua ocorrência em contextos megalíticos (Shee, 1981, p. 38-29; motivo 7 – quadro p. 23). Motivos radiados conhecem-se também em sítios amuralhados, verosimilmente da Idade do Ferro, no Norte do país (Freitas, 1990, p. 237) e são por vezes interpretados como jogos (Costas, 2009, p. 85; *contra* Fernandes, 2013, p. 22). De uma forma geral, cumpre assinalar a semelhança da decoração da peça no seu todo com o estilo figurativo presente, por exemplo, na chamada «Pedra do Cavaleiro» (Beirão, 1977, p. 345-351).

A principal diferença reside no facto de a peça, que não se trata de um fragmento de uma pedra maior, ter apenas uma gravação, e não duas como as outras, e de apresentar um dispositivo que permitiria interpretá-la como molde de fundição. No entanto, as observações que serão feitas mais à frente a propósito da presença ou ausência de paralelos em objetos conservados no registo arqueológico também se lhe aplicam.

Estamos, globalmente, perante um interessante caso de evidência disponível negligenciada pela investigação, começando desde logo pelo facto de J. Leite de Vasconcelos não ter nunca publicado a peça que recolheu no Museu; mais razões para aprofundarmos o seu estudo.

3.3. Outras peças

Como dissemos, as peças a que J. Leite de Vasconcelos se refere devem ser os moldes encontrados por Ch. Tsountas em Micenas e, segundo informações do Museu Arqueológico Nacional de Atenas, não existe nada de verdadeiramente semelhante à peça de Bornacha⁹. A semelhança encontrada por Leite de Vasconcelos deve, portanto, ter sido apenas a nível da identificação de uma funcionalidade, e não verdadeiramente um paralelo formal.

Considerações idênticas se podem tecer a propósito de peças como o molde encontrado no naufrágio de Cala San Vicenç (Maiorca) ou o molde/ferramenta de La Serreta de Alcoi (Perea e Armbruster, 2009, p. 361-367). Trata-se de peças que permitem a produção de vários objetos distintos, ou a execução de várias operações metalúrgicas diferentes, com paralelos reconhecíveis no registo arqueológico. Não constituem paralelos morfotecnológicos para as peças de Bornacha, Calcedónia, Montemuro ou Envendos e eventuais paralelismos com a peça de Alcáçovas dependeriam completamente do elemento de identificação dos objetos produzidos, que não é possível fazer.

⁹ Informação transmitida em 1/2/2013 pelo Subdiretor do Museu Arqueológico Nacional de Atenas, Dr. George Kakavas a quem agradecemos.

3.4. Funcionalidade

As peças associadas à de Bornacha estão identificadas como moldes de fundição ou matrizes para a estampagem de lâminas metálicas. Esta interpretação genérica, no entanto, não é sustentável, apesar da presença do gito na peça das Alcáçovas.

3.4.1. Moldes/matrizes micénicos

Os moldes micénicos serviram, simultaneamente, para a estampagem de pequenas peças de ouro que compunham colares ou, reunidas, vinham a formar contas ou pendentos, e para a fundição de contas em pasta vítrea que, com as primeiras, formavam colares, diademas, etc., onde o contraste cromático era intencionalmente procurado (Konstantinidi, 2001, p. 19-20; Vermeule, 1967, p. 24).

Outros moldes serviram para a produção de matrizes em cera, que posteriormente produziram objetos de adorno, por exemplo anéis (Konstantinidi e Kontakaki 2009, p. 311-319).

Sabemos que estes moldes viajaram por todo o Mediterrâneo, e o próprio material utilizado para a feitura de alguns deles disso dá testemunho (Cala San Vicenç, op. cit.), mas a característica forte reside no facto de ser possível, na maioria dos casos, encontrar, no registo arqueológico, objetos comparáveis ao que se deduz ter sido produzido nos moldes (La Serreta, id. *ibid.*).

É o que acontece também com os moldes de argila de Valcorchero, na Extremadura espanhola (Almagro, 1977, p. 90-91), e é, contrastantemente, o grande problema das peças portuguesas: não se conhece nada na arqueologia peninsular, de similar aos objetos circulares decorados que teriam saído destes moldes ou matrizes.

3.4.2. «Moldes de fundição de terminais de torques»

A identificação da peça de Castro Daire como «molde de fundição de terminais de torques» não pode colher acordo.

Tais placas teriam, em princípio, de pertencer a torques de terminais em dupla escócia (Tipo D2, Silva, 2007, p. 333-337), o que levanta três problemas: *i*) a incongruência da data destas peças com a cronologia do achado de Bornacha; *ii*) a incongruência geográfica dos achados desses torques, em geral, com os achados dos «moldes/matrizes»; *iii*) o facto de os torques de terminal em dupla escócia com placa de remate decorada conhecidos (Lebução, Paradela do Rio, Codeçais, Chaves, Rendufe [Silva, 2007, p. 349-352; Parente, 2003, p. 109]) serem decorados a buril sobre uma placa lisa, com os grânulos aplicados, nada de semelhante ao que os «moldes/matrizes» teriam produzido.

Tratar-se-ia de torques com terminais discoidais, como os de Gesteira, Alegrete ou Vila Nova de São Bento? (Armbruster e Parreira, 1993, p. 50-55, n.^{os} 7-9)

A primeira objeção desaparece, porque se reduz a um argumento *ex silentio*, uma vez que nada se conhece da cronologia destas peças; a segunda objeção desaparece, de facto; mas a terceira objeção torna-se ainda mais forte, quer em termos técnicos quer estilísticos (cf. id. *ibid.*, 50).

3.4.3. «Matrizes para ouro repuxado»

Não são conhecidas na ourivesaria do Ocidente da Península Ibérica quaisquer peças, ou elementos de peças mais complexas, que incluam um elemento laminar de estilo comparável às composições que as «matrizes» poderiam ter produzido.

Esta afirmação necessita de ser fundamentada em pormenor:

- Botões: a maioria dos botões conhecidos, quer isoladamente quer (com mais frequência) em conjuntos como os de Outeiro da Cabeça ou Fortios (Parreira e Pinto, 1980, p. 15, n.ºs 82 e 87), ou o achado mais recente, e contextualizado, do Castro dos Ratinhos (Berrocal e Silva, 2010, p. 381-388), não são, normalmente, de decoração complexa. A exceção é o botão de Bensafirim (Vilaça e Armbruster, 2012, p. 153-172) que, como foi demonstrado, foi produzido por cinzelagem usando punções decorados e não utilizando uma matriz única. O mesmo, provavelmente, aconteceu com o botão da Fonte Santa (Beirão, 1986, p. 70-71).
- Placas centrais de arrecada: nenhuma das peças recenseadas mostra qualquer similaridade com as placas conhecidas em arrecadas de corpo fechado, como as de Baião, de Paços de Ferreira (Silva, 1986, p. 260-261, n.º 526-530; Correia, 2005, p. 1216-1218) ou de Madrigalejo e Serradilla (Celestino e Blanco, 2006, p. 135-136 e p. 146-149). Há também um problema técnico, pois o rebordo que as «matrizes» inevitavelmente produziriam na borda da lâmina inviabilizaria a sua montagem no corpo da arrecada, pelo menos nos tipos que conhecemos.
- Placas ou pendentives de colar: nada do que é atualmente conhecido nesta classe de materiais como os colares do Gaio (Costa, 1966, p. 530; Alarcão e Santos, 1996, p. 239) ou de Malhada (Silva, 1986, p. 251) tem qualquer proximidade estilística e também as dimensões levantam problemas.
- Outras hipóteses: uma peça como o peitoral de Castro Marim (Correia, 2006, p. 321-337), em cuja produção se utilizou uma matriz cavada, foi mais provavelmente uma importação, do que uma produção local, e o achado de um molde (aliás, de quatro ou cinco) seria estranho; esta objeção, aliás, afasta qualquer eventual paralelo com a ourivesaria micénica de inspiração geometrizarante que se possa identificar (e que terá estado presente no raciocínio de J. Leite de Vasconcelos) e estende-se ainda a muita da ourivesaria (designadamente a do Norte da península) que ao longo das Idades do Bronze e do Ferro recorreu à estampagem de motivos circulares. Placas como as de Conímbriga (Correia, 1916, p. 301-302)

foram, também elas, estampadas ou cinzeladas com punção, mais provavelmente do que produzidas com recurso a uma matriz passiva.

Em suma, não é plausível a afirmação de que estas peças tenham servido como matrizes para produção de peças de ouro pela técnica do repuxado, quando nenhum objeto vagamente semelhante aos que elas poderiam ter produzido é conhecido.

Seriam estes objetos utilizados no trabalho de outros metais, como a prata ou o bronze, que, por fenómenos post-deposicionais, globalmente se perderam? É hipótese que terá de ser analisada com mais dados, mas que não se afigura muito provável.

3.4.4. «Molde para botões»

Sendo, porventura, a proposta de identificação funcional mais difícil de reba-ter, dado o seu carácter vago, cremos que podemos descartá-la com os mesmos argumentos acima expostos: não se conhecem materiais nem vagamente seme-lhantes àqueles que estes moldes poderiam ter produzido.

Aliás, a insegurança da própria autora (Pereira, loc. cit.) na identificação é patente na expectativa de que a peça apresentasse vestígios de um canal de alimentação da cavidade, algo que talvez tenha estado também presente no espírito de A. Coelho Ferreira da Silva (loc. cit., na 2.^a ed. 2007) quando classifica a peça de Montemuro como «valva de molde», indicando assim que crê estar perante uma peça isolada de um molde bivalve original.

Mas tal não parece ser claramente o caso de nenhuma das peças referencia-das, à exceção da peça de Alcáçovas que mostra tais dispositivos. Mas essa peça não mostra qualquer dispositivo de fixação de uma segunda valva, o que leva a colocar a hipótese de não se destinar ao vazamento de metal (talvez uma outra matéria, como cera?).

3.4.5. Outras hipóteses

O panorama acima descrito obriga, em bom rigor, a abandonar o pressu-posto da unidade do achado de Bornacha, a supor que se trata de duas peças pro-venientes de um mesmo local, mas sem relação entre si, e a procurar para as peças referenciadas uma qualquer identificação através de objetos que possam ter sido produzidos em tais moldes ou matrizes, mesmo que isto nos obrigue também a descartar a pertença da última peça mencionada, cujas características estilísticas parecem ser intrinsecamente pré-históricas, a este grupo.

O exercício, não sendo fútil, por uma questão de rigor de método, é, no entanto, improdutivo. Podemos porventura supor que estes «moldes» terão ser-vido para a fundição de ornamentos de cinturão, utilizados em contextos milita-res tardo-romanos, mas, como já foi observado a propósito das peças de Coním-

briga (Alarcão et al., 1979, p. 95-100, n.º 59), com paralelos no Norte de África (Boube, 1960, p. 350 est. 9, n.º 1). Tais objetos são sobretudo característicos do *limes* reno-danubiano (Gricourt et al., 1958, p. 313-339), pois tal é a localização preferencial dos centros de produção (James, 1988, p. 257-331); a ocorrência de moldes deste tipo de objetos na Península seria inexplicável e, de novo, não se conhecem objetos similares, seja no estilo seja na técnica.

Se alargarmos ainda mais a nossa pesquisa podemos encontrar vagos paralelos para o que poderia ter sido produzido com moldes idênticos a estas peças em elementos de arreio de época islâmica (Macías e Torres, 1998, p. 224, n.º 283), mas a placa de arreio da encosta do Castelo de Mértola, de finais do século XI ou da primeira metade do século XII, se foi diretamente fundida com a sua decoração – o que não nos parece garantido – foi-o num molde menos profundamente gravado. Podemos apontar ainda vagos paralelos, ainda posteriores, como os botões de finais do século XII ou meados do século XIII, com o símbolo dos Freires de Évora, provenientes do antigo paço episcopal dessa cidade (Barroca e Monteiro, 2000, p. 317, n.º 47), mas este exercício enferma de sérios problemas: rejeita a unidade do achado de Bornacha, que se pode julgar bem fundada nas observações de J. Leite de Vasconcelos; ignora a datação atribuída à peça de Vale de Grou, sem mais argumentos que os utilizados na sua atribuição original, e descarta a análise estilística preliminar da peça das Alcáçovas, que a atribui provavelmente a épocas pré-históricas, o que se compagina com a datação possível do vaso de Bornacha e com os paralelos das restantes nas taças de tipo «Santa Vitória».

Concluamos então: a peça de Bornacha e as com ela comparáveis não serviram para o trabalho de objetos que se conheçam diretamente no registo arqueológico em qualquer época, apesar de, alegadamente, a peça de Castro Daire ter sido sujeita a análise de vestígios e ter dado indicações da presença de prata (J. Inês Vaz, com. pes.). Tais análises não foram nunca publicadas.

3.4.6. A utilização das lascas de pedra escavadas

Se estas peças não serviram para a produção de objetos metálicos que tenham sobrevivido no registo arqueológico, certamente que a sua utilização esteve ligada ao trabalho de materiais perecíveis.

Entre estes, um candidato natural é o couro, não se adequando a forma das peças ao trabalho da madeira, não se vislumbrando como estas peças poderiam ser utilizadas no tratamento de têxteis e, devido às suas dimensões, sendo improvável que se destinassem à preparação de algum tipo de matéria comestível.

No trabalho decorativo sobre couro a referência imediata é a arte medieval e renascentista do guadamecil, que conheceu na Península Ibérica um excepcional desenvolvimento (Pereira, 2013, p. 2-29) estando documentado em Portugal pelo

menos desde 1147 (Carvalho, 1922, p. 9; pode naturalmente supor-se que a produção será de data anterior¹⁰). Certo tipo de trabalho em guadamecil, realizado nos Países Baixos a partir do século XVII, utilizou moldes em madeira para obter relevos sobre o couro, mas as peças que estamos a analisar não se adequariam a essa finalidade, pois danificariam o fino couro de oviceprídeos que era utilizado no «cordovão» (F. Pereira, com. pes.).

Pode-se sustentar que a decoração do couro por estampagem tem uma origem mais antiga, nomeadamente no período romano (Leguilloux, 2004, p. 135), sendo todavia escassos os testemunhos, e designadamente de contexto militar (cf. Gansser-Burckardt, 1942, p. 72-93).

Mas a técnica de curtimenta pré-romana seria completamente diferente da utilizada em qualquer data posterior (Forbes, 1966, p. 51-53) e, em caso de se tratar de objetos de couro de bovídeo, mais espesso, estes moldes poderiam ter servido para obter efeitos decorativos nessas peças

Os candidatos imediatos à identificação com tais objetos produzidos em couro são os escudos representados nas estelas da Idade do Bronze e os cinturões, cuja representação não é tão frequente mas que podemos até supor terem sido objetos mais comuns (menos prestigiantes e, por isso, menos representados). Por outro lado, a necessidade de valorizar o trabalho do couro na Idade do Bronze, certamente que não através das sobrevivências físicas, que serão sempre muito

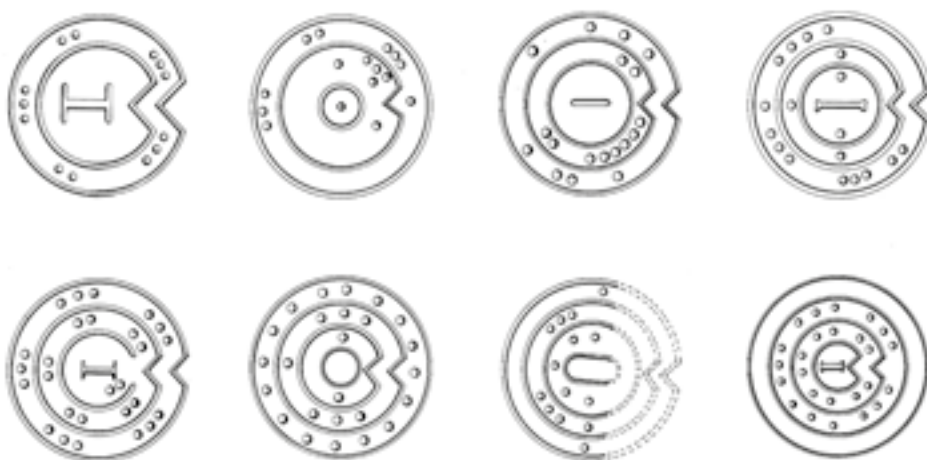


Fig. 13 – Escudos representados em estelas do Bronze Final, mostrando pontos decorativos (segundo Blázquez 1986, fig. 3, p. 197, modificado).

¹⁰ Agradeço ao Dr. Franklin Pereira a indicação desta referência, o comentário oferecido sobre a questão cronológica, bem como todas as outras informações sobre o guadamecil.

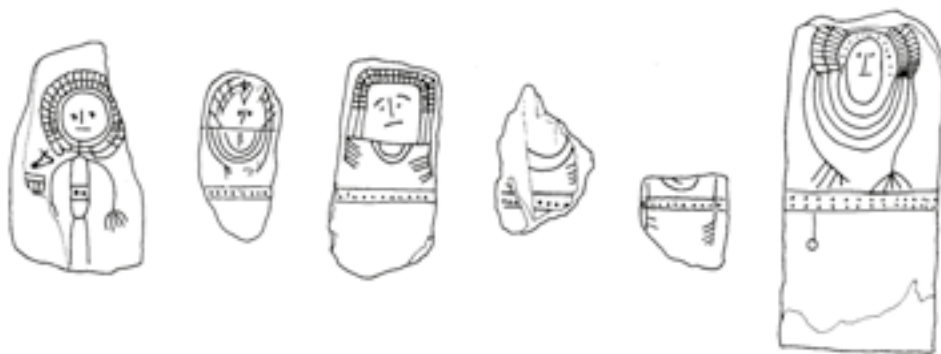


Fig. 14 – Cinturões representados em estelas do Bronze Final, mostrando pontos decorativos (segundo Almagro 1977, fig. 73, p. 196, modificado).

ocasionais, mas através do estudo dos objetos que terão sido utilizados no seu tratamento, já foi salientado (Vilaça, 2009, p. 61-84; id. 2010, p. 151-163) e, neste ponto, as sovelas do Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, loc. cit.) são também de recordar.

4. OS ESCUDOS DA IDADE DO BRONZE

4.1. Escudos de couro e madeira

Na Irlanda conhecem-se três objetos muito relevantes para a presente indagação: um escudo de madeira, outro de couro e um molde de madeira destinado à produção de escudos de couro (Coles, 1962; Uckelmann, 2012; Waddell, 2010, p. 250-252).

Estas peças desempenharam um papel essencial na produção experimental de um escudo de couro, levada a cabo e minuciosamente descrita por J. Coles (1973, p. 180-185), que retirou algumas conclusões muito interessantes e importantes para a presente investigação.

Concluiu, nomeadamente, que couros de bovídeos tratados com meios de curtimenta exclusivamente vegetais e por tecnologia simples mantinham uma grande flexibilidade, suficiente para, com muita facilidade, serem ajustados ao molde de madeira que dá ao escudo a sua configuração básica, com umbo central e nervuras, mediante a utilização de punções de madeira de ponta redonda. A maior dificuldade está em assegurar um processo, necessariamente longo, de secagem, que mantenha no escudo seco a forma impressa ao couro molhado e, *a posteriori*, na aplicação de produtos, designadamente cera, e de processos de aquecimento/arrefecimento, que endureçam a peça, conferindo-lhe resistência e reduzindo o ritmo de putrefação inevitável nestas peles curtidas por processos estritamente vegetais. Mas foi observado que a resistência de um escudo de couro

é muitíssimo superior à de um escudo de folha de bronze, como defesa quer de um ataque com lança, quer com espada (Coles, loc. cit.).

Devemos notar que o molde de escudo de Churchfield (Wadell, 2010, p. 252, fig. 7.14.2) mostra apenas três ranhuras, enquanto o escudo de couro de Cloonbrin (id. ibid. 7.14.1) mostra, nas duas zonas concêntricas delimitadas pelas ranhuras, conjuntos de três pequenas bossas, regularmente dispostas, como é visível nalgumas representações de escudos em estelas do Sudoeste peninsular (*supra* fig. 13).

A hipótese de trabalho que reúne estas peças (as arqueológicas e as experimentais) com a pedra de Bornacha e as com ela comparáveis é que estas pedras serviram para produzir, na superfície dos escudos da Idade do Bronze, decorações em relevo, pois a arqueologia experimental parece indicar que seria possível imprimir na superfície do *córión* (camada intermédia da pele do animal, que é a que interessa à produção do escudo; cf. Coles, 1973, p. 181) um alto-relevo, um positivo da decoração cortada em negativo sobre as pedras, como se demonstrou experimentalmente (cf. *infra*). Que esta técnica fosse principalmente utilizada sobre escudos de couro e não sobre escudos metálicos, explicaria porque também não se encontram paralelos para estas representações na gramática decorativa dos escudos de bronze conservados.

Todavia, talvez a questão seja mais complexa do que esta hipótese de trabalho, que peca porventura por demasiado simples.

A. Mederos (2012, p. 431) apontou muito judiciosamente as ligações heládicas dos escudos da Idade do Bronze representados nas estelas, tendo também referido, a propósito de outros elementos nelas representados, um verso da *Ilíada* (id. ibid., p. 439). Esta é uma linha de indagação que nos parece importante prosseguir a propósito do achado de Bornacha e das outras peças a que nos referimos.

4.2. Os escudos na épica homérica

A ligação mais imediata entre a épica homérica e a arqueologia dos escudos da Idade do Bronze é o escudo de Heitor: «o meu escudo de couro curtido» (*Ilíada* VII, 238-239, *apud* Lourenço, 2005, p. 155)¹¹.

Mas o mais famoso dos escudos na *Ilíada* é sem dúvida o escudo de Aquiles (*Ilíada* XVIII, 478-607, *apud* Lourenço, 2005, p. 381-385), que teria sido feito por Hefesto, e cuja descrição é especialmente interessante nos versos 474-475 (Lourenço 2005, p. 406) onde se diz que o objeto é construído a partir de cinco cama-

¹¹ Utilizámos como base preliminar de trabalho o levantamento das referências a escudos na *Ilíada* de A. Salimbeti disponível em <http://www.salimbeti.com/micenei/shields4.htm> em 10 de fevereiro de 2013. Cotejámos a tradução portuguesa da *Ilíada* de F. Lourenço (2005).

das de «bronze resistente e estanho e ouro precioso e prata». Também o escudo de Hércules no poema de Hesíodo do mesmo título (139-317, *apud* Evelyn-White, 1982, p. 229-243) é descrito poeticamente, importando para aqui a referência técnica de que a sua decoração é feita em bandas concêntricas.

Porventura mais interessante para a presente análise é o escudo de Agamemnon (*Iliada* XI, 33-35, *apud* Lourenço, 2005, p. 219), «que tinha dez círculos de bronze, e por cima vinte bossas de estanho branco e luminoso, tendo no meio uma bossa de escuro azul».

Isto poderia ser uma indicação para a explicação dos «escudos» irlandeses de muito pequena dimensão (Wadell, 2010, p. 253-254) que, nos seus cerca de 30 cm de diâmetro, talvez se pudessem interpretar como elementos de um revestimento parcial, de bronze, aplicado sobre peças maiores, de materiais perecíveis (couro).

Ora sabemos, através da descrição do escudo de Ajax, que seria produto da arte de Tíquio de Hila (*Iliada* VII, 220-223 e 245-246, *apud* Lourenço, 2005, p. 54-166), que os escudos podiam de facto combinar «o couro de sete bois» com o bronze, como também acontecia com o escudo de Idomeneu (*Iliada* XIII, 405-407, *apud* Lourenço, 2005, p. 268) «trabalhado com pele de boi e bronze brilhante».

Temos, em suma, uma larga série de indicações técnicas, que vão desde o fabrico dos escudos exclusivamente em bronze (Menelau: *Iliada* XIII, 607-608, *apud* Lourenço, 2005, p. 274), ou recorrendo a várias camadas de couro, desde as sete do mencionado escudo de Ajax, às quatro do de Teucro (*Iliada* XV, 479, *apud* Lourenço, 2005, p. 312), às construções reconhecidamente insuficientes, como a do escudo de Eneias (*Iliada* XX, 273-280, *apud* Lourenço, 2005, p. 406-407).

Não sabemos como eram construídos os escudos de Perifetes (*Iliada* XV, 645-646, *apud* Lourenço, 2005, p. 316) ou de Sarpedon (*Iliada* XII, 401-402, *apud* Lourenço, 2005, p. 254), mas, quando uma menção nos surpreende como a do escudo de Nestor (*Iliada* VIII, 192-193, *apud* Lourenço, 2005, p. 168) «cuja fama chega ao céu por ser todo feito de ouro, tanto as barras como o escudo em si», basta pensar em peças como o capacete de ouro de Leiro (Comendador, 2003) para essa surpresa já não ter razão de ser.

A épica homérica informa-nos, em suma, acerca de uma complexidade de grau muito superior, no que diz respeito à construção dos escudos, aquela que os poucos exemplos arqueológicos nos mostram; nessa medida, permite-nos enquadrar melhor as peças de que nos ocupamos no âmbito do artesanato de luxo da Idade do Bronze e, muito concretamente, sustenta a hipótese que combina a arqueologia experimental levada a cabo sobre a estrutura dos escudos e sobre a sua decoração através da existência de peças compósitas.

5. COMPROVAÇÃO EXPERIMENTAL DA HIPÓTESE

A proposta de que estas peças serviram para o trabalho do couro provocou algum ceticismo entre os que acompanharam a preparação deste artigo. Para acomodar as legítimas dúvidas, e segundo uma sugestão do já mencionado Franklin Pereira, a quem voltamos a agradecer, realizou-se uma experiência de arqueologia experimental no Laboratório de Conservação e Restauro do Museu Monográfico de Conímbriga, com a colaboração do conservador-restaurador do MMC, Pedro Sales, a quem também agradecemos.

Para tal obteve-se um positivo da cavidade decorada da peça do Gerês, utilizando silicone em pasta.

Este positivo permitiu criar uma réplica da cavidade, em poliéster (Airocoll FL) carregado com pó de pedra. Ainda que neste particular a réplica do molde não fosse perfeita, julgou-se suficiente para prosseguir a experiência, e a textura era bastante aproximada da do original.

Para a experiência, pedaços de couro curtido com produtos vegetais com espessuras variáveis de 1,1 a 2,5 mm (graciosamente cedidos por Franklin Pereira), com cerca de 5 cm, foram mergulhados em água à temperatura ambiente, durante cerca de 20 horas.

O couro molhado foi aplicado sobre o molde e pressionado, recorrendo a três métodos distintos:

- a) Pressionamento com os dedos e com punção de madeira, de ponta romba;
- b) Prensagem durante cerca de 30 minutos, com um enchimento da cavidade com material pouco duro (no caso, utilizou-se cartão);
- c) Método combinado, aplicando primeiro o método a) e seguidamente o b).



Fig. 15 – Resultados do exercício de arqueologia experimental. Da esquerda para a direita: método a), método b), método c); (foto de H. Rendeiro, MMC/DGPC).

Nos três casos acelerou-se o processo de secagem mediante a aplicação de ar quente.

O manuseamento do couro e a produção da impressão revelou-se muito fácil e até relativamente rápida. O efeito de aceleração dos tempos através da utilização de ar quente na secagem (processo que, no entanto, também poderia ter sido conseguido em período antigo) pode considerar-se negligenciável, pois o próprio pressionamento do couro contra o molde expulsa a maior parte da água absorvida por aquele, que fica apenas húmido no fim do processo.

Não se verificou a dificuldade referida por J. Coles (loc. cit.) em assegurar uma secagem estabilizada de forma a manter a consistência da forma impressa durante a secagem. A convicção retida foi de que um artífice experiente poderia produzir impressões em série sobre uma peça de couro, a um ritmo apreciável.

6. CONCLUSÃO

A referência homérica mais sugestiva, de todas aquelas cotejadas, é a do escudo de Aquiles ser «terrível e medonho» (*Iliada* XX, 259, *apud* Lourenço, 2005, p. 406), porque indica imediatamente uma função primordial dos escudos, que ultrapassa em muito a sua função de armamento defensivo: a representação de quem está por detrás dele, do seu utilizador e possuidor, presente ou passado.

M. Uckelmann (2011, p. 187-200) salientou precisamente a polivalência dos escudos da Idade do Bronze, como elementos de defesa, de aparato e de deposição ritual.

No que diz respeito à Península Ibérica, onde não se conhece nenhum escudo, conhecem-se todavia muitas representações deles, em estelas da Idade do Bronze, que os apresentam de forma proeminente, como elementos de aparato e de ritual (seja ele funerário ou de outra natureza), onde frequentemente aparecem representados pontos (que alguns arqueólogos designam em espanhol «*remaches*», mas a que o termo português «rebites» de todo não se adequa).

Devemos portanto pensar que um objeto tão representado deve ter sido relativamente comum (dentro, claro, dos limites de «comum» associado a objetos de prestígio), e não se deve estranhar que na sua produção tenha sido investido trabalho e conhecimento técnico numa escala muito significativa.

Toda a indagação relativa ao fabrico destes objetos deve, portanto, ser encarada em perspetivas muito largas e sem quaisquer apriorismos.

Os excecionais achados irlandeses e a arqueologia experimental conjugam-se para demonstrar que o couro foi matéria-prima de escudos funcionais do ponto de vista estritamente militar, como arma defensiva. A épica homérica reforça esta observação e alarga-a, quando se refere a escudos de estrutura com-

pósita, mais eficientes militarmente e fenomenologicamente distintos, por mais impressionantes.

A proposta que o achado de Bornacha, as peças com ele comparáveis e, de novo, a arqueologia experimental, nos sugerem é a de que, nestas construções compósitas, poderia incluir-se a produção de bandas com pequenos relevos circulares trabalhados. A duplicação das cavidades nas peças pode estar ligada a algum pormenor técnico de execução que assegurava a equidistância entre os relevos, facto que observamos com frequência nas representações dos escudos nas estelas; poderia ser a necessidade de assegurar a permanência dos relevos durante o processo de secagem que levava à forçosa existência de duas cavidades contíguas.

A utilização da peça das Alcáçovas, que pode de facto tratar-se de um molde de fundição, resta enigmática, pois decididamente não se conhece qualquer peça comparável; pode tratar-se de uma matriz para couro, eventualmente transformada (não saberemos com que sucesso) para uma funcionalidade diferente, que não teve sequência.

A épica homérica é também bastante insistente na utilização de vários metais, diversamente combinados entre si e com o couro. Não é portanto de descartar que as peças de que tratamos possam ter servido para a produção dos referidos relevos sobre partes metálicas que revestissem, totalmente ou em parte, a estrutura coriácea dos escudos, mas tratar-se-ia, indubitavelmente, de casos excepcionais; a não ser assim, podemos pensar que um artefacto suficientemente comum para deixar no registo arqueológico, pelo menos, cinco exemplos de «moldes», ofereceria alguma evidência do produto respetivo em material não perecível.

A pertença das peças referidas a um mesmo grupo morfotipológico parece segura, e a sua funcionalidade, se não pode ser determinada com perfeito rigor, pode pelo menos ser apontada com um alto grau de probabilidade: a produção dos relevos decorativos sobre o couro (eventualmente sobre as placas de metal de revestimentos que podem ter existido) dos escudos da Idade do Bronze que conhecemos nas representações deles nas estelas do Sudoeste peninsular.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; MOUTINHO ALARCÃO, A., e PONTE S. (1979) – *Fouilles de Conimbriga, VII. Trouvailles diverses, conclusions générales*. Paris: De Boccard.

ALARCÃO, J.; SANTOS, A. I. P. (1996) – *De Ulisses a Viriato. O Primeiro Milénio a.C.* Lisboa: MNA. Catálogo.

ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*. Madrid: CSIC. (*Bibliotheca Praehistorica Hispana*; 14).

ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R., coord. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria. 1.º volume. Do Calcolítico à idade do Bronze*. Lisboa: IMC.

- AUBET, M. E. (1978) – *La necrópolis de Setefilla en Lora del Río (Sevilla)*. Barcelona: Universidade. (Programa de Investigaciones Protohistóricas).
- BARROCA, M. J.; MONTEIRO, J. G., coord. (2000) – *Pera guerrear: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal.
- BEIRÃO, C. M. (1977) – A pedra do cavaleiro. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 345-351.
- BEIRÃO, C. M. (1986) – *Une civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (1er âge du fer)*. Paris: De Boccard.
- BERROCAL RANGEL, L.; SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura) Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana 2004-2007*. Lisboa: MNA. (Suplemento a *O Arqueólogo Português*; 6).
- BLÁZQUEZ, J. M. (1986) – La estela de Monte Blanco, Olivenza (Badajoz), y el origen fenicio de los escudos y de los carros representados en losas de finales de la Edad del Bronce en la Península Ibérica. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. Vol. 59: 153-154, p. 191-198.
- BOUBE, J. (1960) – Fibules et garnitures de ceinture d'époque romaine tardive. *Bulletin de Archéologie Marroquaine*. Casablanca. 4, p. 319-379.
- BUENO RAMIREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R.; BALBÍN BEHRMANN, R. (2011) – Identidades y estelas en el calcolítico peninsular. Memórias funerarias en la cuenca del Tajo. In VILAÇA, R., coord. – *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história*. Sabugal: Câmara Municipal, p. 37-62. Actas das IV Jornadas Raianas.
- CALDEIRA, D. L. P. (2012) – *Arqueologia de Alpiarça: o caso dos chamados «campos de urnas». Revisão, problemáticas e perspectivas*. Coimbra: Faculdade de Letras. Dissertação de mestrado.
- CARVALHO, J. M. T. (1922) – *Taxas dos ofícios mecânicos da cidade de Coimbra no ano de MDLX-XIII*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CELESTINO PÉREZ, S., (1990) – Las estelas decoradas del SW peninsular. In *La Cultura Tartésica y Extremadura*. Mérida: MNAR, p. 45-62 (*Cuadernos Emeritenses*; 2).
- CELESTINO PÉREZ, S.; BLANCO FERNÁNDEZ, J. L. (2006) – *La joyería en los orígenes de Extremadura: el espejo de los dioses*. Badajoz: Asamblea de Extremadura. (Atacina; 1).
- COITO, L. C.; CARDOSO, J. L.; MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: MNA; Verbo.
- COLES, J. (1962) – European bronze shield series. *Proceedings of the Prehistoric Society*. Cambridge. 28, p. 156-190.
- COLES, J., (1973) – *Arqueologia experimental*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- COMENDADOR REY, B. (2003) – The Leiro hoard (Galicia, Spain): the lonely find?. In *Gold und kult der Bronzezeit*. Nuremberg: Germanisches National Museum. p. 176-188.
- CORREIA, A.; ALVES, A.; VAZ, J. L. I. (1986) – *Castro Daire*. Castro Daire: Câmara Municipal.
- CORREIA, V. (1916) – Conímbriga. A camada pré-romana da cidade. *O Archeólogo Português*. Série 1, 21, p. 252-264.
- CORREIA, V. H. (2005) – A presença orientalizante a Norte do Tejo e a ourivesaria arcaica do território português. In CELESTINO PÉREZ, S., e JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2005). *El período orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterraneo Occidental*. Mérida: IAM. Vol. II, p. 1215-1224 (*Anejos de Archivo Español de Arqueología*; 35).
- CORREIA, V. H. (2006) – Peitoral de ouro proveniente de Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. S. IV, 24, p. 321-337.
- COSTA, J. M. (1966) – O tesouro fenício ou cartaginês do gaio (Sines). *Ethnos*. Lisboa. 5, p. 529-537.
- COSTAS GOBERNA, F. J. (2009) – *As pedras e os xogos. A orixe dos taboleiros de xogo galegos*. Vigo: Instituto de Estudios Vígueses.
- DIÁZ-GUARDAMINO, M. (2012) – Estelas decoradas del Bronce Final en la Península Ibérica: datos para su articulación cronológica. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2012) – *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: IAM. p. 389-416 (*Anejos de Archivo Español de Arqueología*; 62).
- ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J.; DRAKE GARCÍA, B. (2007) – *El campo de hoyos de la Edad del Bronce del Carrascalejo (Badajoz)*. Mérida: Junta de Extremadura. (*Memorias de Arqueología Extremeña*; 7).
- EVELYN-WHITE, H. G., trad. (1982) – *Hesiod. The Homeric Hymns and Homeric*. Cambridge,

- Mass.: Harvard Un. Pres; Londres: William Heinemann Ltd. (*Loeb Classical Library*).
- FERNANDES, L. (2013) – *Tabuleiros de jogo inscritos na pedra – Um roteiro lúdico português*. Lisboa: Apenas Livros.
- FERNANDÉZ RODRÍGUEZ, M. D. M (2012) – Apuntes sobre el Bronce Final y la Primera Edad del Hierro en Alarcos (Ciudad Real). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. – *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: IAM. p. 41-64. (*Anejos de Archivo Español de Arqueología*; 62).
- FORBES, R. J. (1966) – *Studies in ancient technology*. Leiden: E. J. Brill. Vol. V.
- FREITAS, A. M. (1990) – A Cerca de Ribas e a sua notável rede de muralhas. In *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*. Lisboa: IICT. Vol. 1, p. 233-250.
- GANSSER-BURCKARDT, A. (1942) – *Das Leder und seine verarbeitung in Römischen Legionslager Vindonissa*. Basileia: E. Birkhäuser.
- GOMES, M. V. (2011) – Estátuas-menires antropomórficas da Região de Évora. Novos testemunhos e problemáticas. In VILAÇA, R., coord. – *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história*. Sabugal: Câmara Municipal. p. 11-36. Actas das IV Jornadas Raianas.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). *Portugalia*. Porto. N. S., vol. IX/X, p. 49-62.
- GRICOURT, J.; FABRE, G.; MAINJONET, M.; LAFAURIE, J. (1958) – *Trésors monétaires et plaques-boucles de la Gaule Romaine*. Paris: PUF. (Suplemento de *Gallia*; XII).
- JAMES, S. (1988) – The fabricae: state arms factories of the Later Roman Empire. In COULSTON, J. C., ed. – *Military equipment and the identity of Roman soldiers. Proceedings of the fourth military equipment conference*. Oxford: A. Hands & D. Walker Ltd. (*British Archaeological Reports, International Series*; 394). p. 257-331.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J.; GUERRA MILLÁN, S. (2012) – El Bronce Final en Medellín. Estudio preliminar del corte SMRO. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., 2012: *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: IAM. p. 65-110. (*Anejos de Archivo Español de Arqueología*; 62).
- JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. (2012) – *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: IAM. (*Anejos de Archivo Español de Arqueología*; 62).
- KALB, P.; HÖCK, M. (1982) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). *Portugalia*. Porto. N.S., vol. II/III, p. 61-70.
- KONSTANTINIDI, E. M. (2001) – *Jewellery revealed in the burial contexts of the Greek Bronze Age*. Oxford: J. & E. Hedges Ltd. (*British Archaeological Reports, International Series*; 912).
- KONSTANTINIDI SYVRIDI, E.; KONTAKI, M. (2009) – Casting finger rings in Mycenaean times: two unpublished moulds at the National Archaeological Museum, Athens. *The Annual of the British School at Athens*. Cambridge. 104, p. 311-319.
- LEGUILLOUX, M. (2004) – *Le cuir et la pelleterie à l'époque romaine*. Paris: Ed. Errance.
- LORRIO, A. J. (2008) – *Qurénima: el Bronce Final del Sureste de la Península Ibérica*. Madrid: Real Academia de la Historia; Alicante: Universidad de Alicante. (*Bibliotheca Archaeologica Hispana*; 27; Anejo a la revista *Lucentum*; 17).
- LOURENÇO, F., trad. (2005) – *Homero. Ilíada*. Lisboa: Livros Cotovia.
- MACÍAS, S.; TORRES, C., coord. (1998) – *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: MNA. Catálogo.
- MAIA, M.; FERNANDES, C.; LOPES, M.; CAVACO, S., coord. (2003) – *Tavira. Território e poder*. Lisboa: MNA. Catálogo.
- MARQUES, T., coord. (1995) – *Carta Arqueológica de Portugal. Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim, Alcoutim*. Lisboa: IPPAR.
- MARTINS, C. M. B. (2008) – *As influências mediterrânicas na ourivesaria proto-histórica de Portugal*. Barcelona: EDAR.
- MEDEROS MARTÍN, A. (2012) – El origen de las estelas decoradas del Suroeste de la Península Ibérica en el Bronce Final II (1325-1150 a.C.). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. – *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: IAM. p. 417-454 (*Anejos de Archivo Español de Arqueología*; 62).
- MURILLO, J. F.; MORENA, J. A.; RUIZ LARA, D. (2005) – Nuevas estelas de guerrero procedentes

- de las provincias de Córdoba y de Ciudad Real. *Romula*. Sevilha. 4, p. 7-46.
- ORSI, P. (1897) – Nuovi materiali siculi del territorio di Girgenti. *Bullettino di Paleontologia Italiana*. Roma. N.º 1-3, p. 1-15.
- PARENTE, J. (2003) – *O castro de S. Bento (Concelho de Vila Real) e o seu ambiente arqueológico*. Vila Real: edição do autor.
- PARREIRA, R.; PINTO, C. V. (1980) – *Tesouros da arqueologia portuguesa no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*. Lisboa: IPPC.
- PEÑA SANTOS, A.; VÁZQUEZ VARELA, J. M. (1979) – *Los petroglifos gallegos. Grabados rupestres al aire libre en Galicia*. La Coruña: Edicions do Castro. (*Cuadernos del seminário de estudos cerâmicos de Sargadelos*; 30).
- PEREA, A.; ARMBRUSTER, B. (2009) – Jeweller's moulds for casting and stamping. New documents from Iron Age Iberia. In *Archaeometallurgy in Europe: 2nd International Conference, Aquileia, Italy, 17–21 June 2007: selected papers*. Milano: AIM. p. 361-367.
- PEREIRA, F. (2013) — O comércio de «couro dourado»/guadameci entre Córdoba e Lisboa: um contrato de venda de 1525. *Medievalista online* [Em linha] Lisboa. N.º 13, p. 2-29. [Consult. 12 Jan. 2013] Disponível em WWW: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>>.
- PEREIRA, M. A. H. (1970) – *Monumentos históricos do concelho de Mação*. Mação: Câmara Municipal.
- POLYCHRONOPOULOU, O. (1999) – *Archéologues sur les pas d'Homère*. Paris: Noësis.
- PORFÍRIO, E. M. B.; SERRA, M. A. P. (2010) – Rituais funerários e comensalidade no Bronze da Península Ibérica: novos dados a partir de uma intervenção arqueológica no sítio da Torre Velha 3 (Serpa). *Estudos do Quaternário*. Braga. 6, p. 49-66.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. E DAVEAU, S. (1987) – *Geografia de Portugal*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter. (*Madrider Forschungen*; 9).
- SHEE TWOHIG, E. (1981) – *The megalithic art of Western Europe*. Oxford: Clarendon Press.
- SILVA, A. C. F. (2007) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. 2.ª ed. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SOARES, A. M. (1994) – O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: AAP. p. 179-197.
- UCKELMANN, M. (2011) – «The function of Bronze Age Shields». In UCKELMANN, M.; MÖDLINGER, M. – *Bronze Age warfare: Manufacture and use of weaponry*. Oxford: Archaeopress. p. 187-200. (*British Archaeological Reports, International Series*; 2055).
- UCKELMANN, M. (2012) – *Die Schilde der Bronzezeit in Nord-, West- und Zentraleuropa*. Estugarda: Steiner. (*Prähistorische Bronzefunde* II; 4).
- VEIGA, S. P. M. E. (1886) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I.
- VERMEULE, E. T. (1967) – A Mycenaean jeweller's mold. *Boston Museum Bulletin*. Boston. 65: 339, p. 19-31.
- VILAÇA, R. (2009) – Sobre tranchets do Bronze Final do Ocidente Peninsular. *Portugalia*. Porto. N. S. 29-30, p. 61-84.
- VILAÇA, R. (2010) – On the Late Bronze Age tranchets from the Western Iberian Peninsula. In *On Pre- and Earlier History of Iberia and Central Europe. Studies in honour of Philine Kalb*. Bonn: Habelt, p. 151-163 (*Studien z. Archäologie Europas*; 11).
- VILAÇA, R.; ARMBRUSTER, B. (2012) – O disco de ouro da necrópole da Fonte velha de Bensafrim. In VILAÇA, R.; PINTO, S., coord. – *Santos Rocha. A arqueologia e a sociedade do seu tempo*. Figueira da Foz: Casino. p. 153-172.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J.; GONÇALVES, A. A. H. B. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conímbriga*. Coimbra. 38, p. 5-29.
- WADDELL, J. (2010) – *The prehistoric archaeology of Ireland*. 2.ª ed. Dublin: Wordwell Ltd.

As «*oil bottles*» de tipo fenício no território português e o consumo de substâncias aromáticas

FRANCISCO B. GOMES*

RESUMO

Tomando como ponto de partida a análise dos exemplares de *oil bottles* de tipo fenício exumados em contextos da Idade do Ferro no atual território português examinam-se as evidências disponíveis do comércio e consumo de substâncias aromáticas.

Palavras-chave: I Idade do Ferro – «*oil bottles*» – comércio fenício – substâncias aromáticas – práticas religiosas

ABSTRACT

Taking as a starting point an analysis of the Phoenician type *oil bottles* found in southern Portuguese Iron Age contexts the available evidence for the commerce and consumption of aromatic substances is examined.

Keywords: Early Iron Age – «*oil bottles*» – Phoenician commerce – aromatic substances – religious practices

* UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; bolsheiro de doutoramento da FCT, e-mail: franciscojbgomes@gmail.com

(...)
Faz votos para que seja longo o caminho.
Para que sejam muitas as manhãs de verão
nas quais com que contentamento, com que alegria
entrarás em portos vistos pela primeira vez;
para que pares em feitorias fenícias,
e para que adquiras as boas compras
coisas de nácar e de coral, de âmbar e de ébano
e essências de prazer de qualquer espécie
(...)
Konstandinos Kavafis, *Ítaca*.

1. AS OIL BOTTLES: BREVE ESTADO DA QUESTÃO

A forma cerâmica conhecida desde o trabalho seminal de W. Culican (1970) como *oil bottle* e frequentemente referenciada na bibliografia espanhola como *ampolla* constitui um elemento recorrente no repertório cerâmico nos sítios tocados pela colonização e pelo comércio fenício ao longo da bacia do Mediterrâneo (Ramón, 1982; Orsingher, 2010). Sob este designativo englobam-se peças que, apesar de uma considerável variabilidade morfológica (Ramón, 1982, p. 21-25), apresentam como traços comuns as suas pequenas dimensões, o facto de possuírem um corpo globular ou ligeiramente piriforme com um colo subcilíndrico desenvolvido e, normalmente, uma única asa (Bisi, 1970, p. 31).

Embora não contemos, até ao momento, com qualquer análise de resíduos que permita caracterizar com segurança os conteúdos destes pequenos recipientes, a investigação sobre eles desenvolvida tem assumido unanimemente o seu carácter de contentores de substâncias aromáticas – óleos, perfumes e/ou unguentos –, suportando essa assunção nas pequenas dimensões das peças (González Prats, 1982, p. 141-143), na sua particular morfologia, mas também na analogia com os *aryballoi* ou os *lekythoi aryballísticos* (Ramón, 1982, p. 18; Orsingher, 2010, p. 54-55), de produção grega e, sobretudo, Coríntia (Lambrugo, 2008), estando hoje virtualmente posta de parte a hipótese alternativa de W. Culican de que estes recipientes pudessem servir para o transporte de azeite para lucernas (Culican, 1970, p. 6). Esta interpretação ganha, além disso, uma acrescida consistência à luz de uma inscrição pintada sobre um exemplar de Cartago publicada por F. Vattioni (1995, *apud* Orsingher, 2010, nota 340) onde pode aparentemente ler-se o termo *mrr*, interpretado como «mirra».

Pode, portanto, e com certa segurança, assumir-se que estes recipientes correspondem ao correlato material do comércio a uma escala considerável, na bacia

do Mediterrâneo, de óleos e substâncias aromáticas, sem dúvida produzidos em contextos relacionados com a presença fenícia, embora a ausência de estudos sistemáticos e detalhados sobre os fabricos das próprias *oil bottles* iniba, de momento, a efetiva compreensão das áreas de produção destas e, por consequência, dos hipotéticos centros produtores – ou, pelo menos, redistribuidores – dessas substâncias.

A identificação de putativos centros produtores na fachada siro-palestinaiana (Vegas, 1999, p. 171-172), em Cartago (Ramón, 2006, p. 78-79), na Sardenha (em particular Tharros) (Ramón, 1982, p. 36) e em Malta (Groenewoud e Vidal González, 1996), bem como na própria Península Ibérica, em Ibiza (Gómez Bellard, 2000, p. 179) e, hipoteticamente, na Andaluzia Oriental (Ramón, 1999, p. 165-166) (para um síntese e comentário destes dados, *vide* Orsingher, 2010) reflete, embora de forma ainda muito condicionada, a complexidade do panorama da produção e circulação destes recipientes e, por extensão, dos seus respetivos conteúdos.

Também no atual território português a presença de exemplares integráveis nesta forma cerâmica, embora não muito numerosos – dez exemplares no total – e com uma distribuição relativamente limitada – esses exemplares provêm de apenas cinco sítios (cf. *infra*), estando a forma cerâmica em apreço ausente, até ao momento, em sítios com importantes evidências da presença e/ou do comércio fenício, como Santa Olaia (Figueira da Foz), a Alcáçova de Santarém, a Quinta do Almaraz (Almada), o Castelo de Alcácer do Sal ou o de Castro Marim – pode claramente relacionar-se com o comércio fenício no Extremo Ocidente, devendo assim valorizar-se como mais um elemento a tomar em consideração na apreciação geral do fluxo de mercadorias introduzido nos círculos culturais do ocidente peninsular aquando da inscrição destes na vasta rede de contactos e intercâmbios dinamizada pelos Fenícios.

A análise dos contextos onde se exumaram estas peças, para além de uma muito necessária leitura crono-tipológica, de resto já efetuada com notável perícia por outros investigadores com uma base de dados incomparavelmente mais extensa e expressiva do que a que subjaz a esta contribuição (Ramón, 1982, e, sobretudo, Orsingher, 2010), pode também, se não evidenciar, pelo menos indiciar o(s) tipo(s) de consumo(s) que os conteúdos destes pequenos recipientes conheceram, permitindo abordar, ainda que tentativamente, as lógicas socioculturais subjacentes a esse(s) consumo(s) (cf. Appadurai, 1986; Dietler, 2010).

2. OS EXEMPLARES DE *OIL BOTTLE* DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS: TIPOLOGIA, CRONOLOGIA E CONTEXTO

Como referido acima, conhecem-se até ao momento no atual território português apenas dez exemplares enquadráveis na forma que venho comentando, que contudo apresentam uma considerável variabilidade formal, em linha de

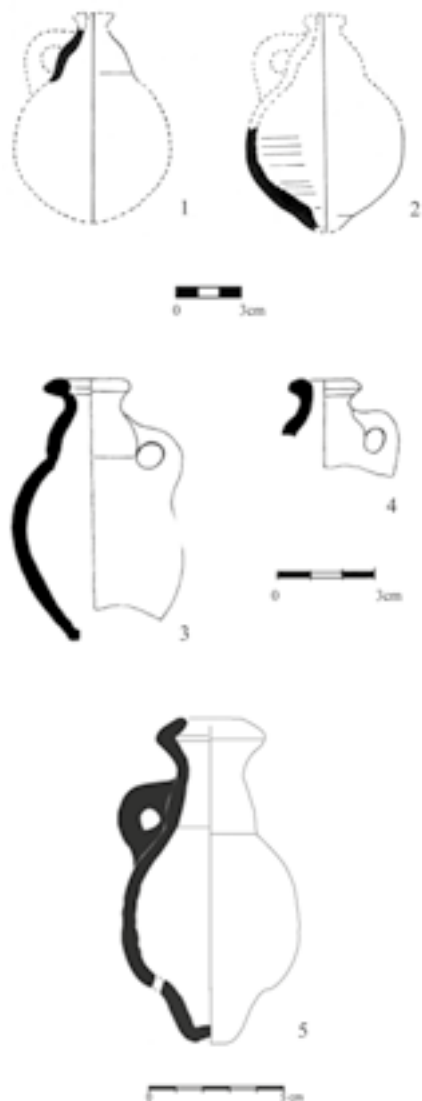


Fig. 1 – *Oil bottles* do atual território português – 1 e 2, Abul A (segundo Mayet e Silva, 2000); 3 e 4, Tavira (segundo Maia, 2000); 5, Palhais (segundo Santos et al., 2009)

resto com o que sucede com esta forma cerâmica em todo o Mediterrâneo, como tive já oportunidade de comentar.

Em Abul A (Alcácer do Sal, Setúbal), sítio onde se identificou e escavou um edifício de clara matriz exógena, oriental, fundado *ex novo* em meados do século VII a.n.e. e interpretado pelos responsáveis da intervenção no sítio como um espaço polifuncional mas predominantemente comercial, de tipo feitoria (Mayet e Silva, 2000, p. 163-167), mas a que pode alternativamente atribuir-se uma funcionalidade religiosa (Arruda e Celestino, 2009, p. 33; Gomes, 2012, p. 46-47), identificaram-se quatro exemplares desta forma cerâmica (Mayet e Silva, 2000, p. 52), tendo-se publicado as ilustrações de dois deles (*idem*, fig. 24, n.º 124; fig. 42, n.º 316).

Desses quatro exemplares, dois exumaram-se em níveis enquadrados no chamado *Horizonte IC* do sítio, que corresponde ao fim da utilização do edifício antes da sua total reestruturação, ocorrida ainda em finais do século VII a.n.e. Da peça n.º 124 (*idem*, fig. 24) exumou-se tão-somente um fragmento da parede do colo, de tendência cónica, mostrando um ressalto bem marcado relativamente ao bojo, de aparente tendência globular (fig. 1, n.º 1). Torna-se, infelizmente, impossível restituir com exatidão o perfil desta peça, o que condiciona qualquer leitura crono-tipológica; pode contudo afirmar-se com segurança, dadas as suas coordenadas contextuais a que acima aludi, que se trata de uma peça enquadrável no final do século VII a.n.e.

Um outro exemplar, apenas referenciado (Mayet e Silva, 2000, p. 52), foi exumado em estratos correspondentes à transição do *Horizonte IC/IIA*, isto é, a momentos enquadráveis entre o desmantelamento do edifício original e a construção e início da ocupação do edifício

da segunda fase, mais complexo e de maiores dimensões, ocorrida no final do século VII ou inícios do VI a.n.e.

Finalmente, o quarto exemplar (*idem*, fig. 42, n.º 316) foi exumado em níveis pertencentes ao *Horizonte IIC*, isto é, ao momento final da ocupação do edifício da segunda fase, momento em que se verifica um incêndio isolado, anterior ao desmantelamento parcial do edifício em meados do século VI a.n.e. Esta peça encontra-se representada por um fragmento de bojo de tendência globular ter-

minando em fundo convexo (fig. 1, n.º 2); tal como no caso da anteriormente comentada peça n.º 124, o estado fragmentário deste exemplar não permite uma reconstituição segura nem, como tal, considerações crono-tipológicas precisas, podendo apenas apontar-se o facto de os exemplares de fundo convexo corresponderem, por norma, a peças de cronologias avançadas dentro da diacronia da produção desta forma cerâmica, o que parece plenamente consentâneo com o contexto do século VI a.n.e. de que esta peça provém.

Quanto ao contexto funcional em que estas peças foram exumadas, podem ainda tecer-se alguns comentários adicionais. Tal como tive oportunidade de referir acima, a interpretação funcional do(s) edifício(s) de Abul A – como espaço eminentemente comercial ou predominantemente religioso – apresenta algumas dificuldades que tive já oportunidade de discutir noutra lugar (Gomes, 2012, p. 46-47; cf. tb. Arruda e Celestino, 2009); não me alongarei sobre essas hipóteses interpretativas, querendo antes reter o facto de que os próprios responsáveis pela intervenção no sítio terem aí reconhecido evidências de práticas culturais (Mayet e Silva, 2000, p. 167-168).

A presença de uma área de combustão estruturada de tipo «altar» no edifício da segunda fase (*idem*, p. 146) é uma das evidências principais da presença de práticas de tipo cultural (a que podem juntar-se outras, de índole arquitetónica e contextual, cf. Gomes, 2012, p. 46-47), sendo de reter a hipótese, já levantada por F. Mayet e C. Tavares da Silva, de que « [p]eut-être s'agit il d'une structure destinée à brulêr des essences parfumées » (Mayet e Silva, 2000, p. 146). Esta hipótese enquadra-se bem nos dados que tive oportunidade de recolher sobre as práticas de culto nos santuários da Idade do Ferro do Sul de Portugal, onde a queima de essências e perfumes está bem representada (Gomes, 2012, p. 138; para outros contextos do Mediterrâneo Central e Ocidental, cf. tb. López Rosendo, 2005; López Bertran, 2007, p. 144-151).

Parece-me assim lícito, ainda que meramente hipotético, sugerir que o tipo de substâncias aromáticas contido nas *oil bottles* exumadas no sítio de Abul A possa ter conhecido um consumo de tipo ritual(izado) no quadro de práticas religiosas que aí teriam lugar.

Relacionável, porventura, com as peças de Abul A, centro que sem dúvida jogou um papel fulcral na articulação do comércio fenício no Baixo Sado e, inclusivamente, mais além, haveria a referir uma peça até agora inédita proveniente da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) exumada durante os trabalhos de escavação realizados naquele conjunto funerário por V. Correia (1928) e atualmente depositada no Museu Nacional de Arqueologia. Este exemplar, infelizmente sem contexto preciso, encontra-se inteiro, apresentando um bordo reentrante de tendência triangular, colo troncocónico demarcado do bojo, de tendência ovoide, por um ressalto bem marcado, fundo convexo e uma única



Fig. 2 – Oil bottle do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)

asa arrancando do colo e terminando na porção superior do bojo. A pasta deste exemplar é cor de laranja clara, fina e bem depurada, apresentando como inclusões alguns nódulos de calcite e de óxidos de Ferro.

Não contamos, como referi, com coordenadas contextuais seguras para enquadrar cronologicamente esta peça, facto especialmente ingrato dada a larga diacronia de utilização da necrópole alcacerense (Arruda, 1999-2000, p. 72-86); este exemplar deverá preferencialmente, contudo, e dada a cronologia geral da forma cerâmica que

venho comentando, relacionar-se com as fases mais antigas do sítio, situadas entre o século VIII/VII e o VI a.n.e. (*idem*, p. 81; cf. tb. Paixão, 1970), sugerindo com efeito a sua morfologia uma datação centrada entre os finais do século VII a.n.e. ou inícios da centúria seguinte.

Quanto ao seu contexto funcional, e embora nos faltem, repito, dados estratigráficos finos, esta peça provém indubitavelmente de um contexto funerário, podendo ligar-se a consumos ritualizados de essências e perfumes ligadas ao tratamento do cadáver ou aos ritos fúnebres realizados no momento da cremação. A presença de outros eventuais unguentários desta necrópole, alguns dos quais todavia inéditos¹, reforça a ideia de que as substâncias aromáticas terão jogado um papel importante nas práticas funerárias ali realizadas.

Além disso, e embora os argumentos *ex silentio* tenham sempre um valor reduzido, não gostaria de deixar de notar que, até ao momento, não se identificaram peças deste tipo em contextos urbanos/domésticos sidéricos do Baixo Sado (Alcácer do Sal e Setúbal), não se registando também nenhuma presença na região de Ourique, que seria também, hipoteticamente, um dos pontos de chegada das mercadorias de tipo oriental ou orientalizante introduzidas através do Baixo Sado. Esta ausência, que naturalmente poderá vir a ser rapidamente negada por trabalhos futuros, limita de certa forma a hipótese de que as substâncias aromáticas fossem, pelo menos nas mencionadas áreas regionais, produtos de consumo regular e difundido, estando aqui limitados a contextos sacros e/ou funerários.

¹ Materiais atualmente em análise no âmbito de um projeto de estudo integral do espólio do Olival do Senhor dos Mártires (Projeto de Doutoramento financiado pela FCT – SFRH/BD/76763/2011 – *Contactos culturais e discursos identitários na Idade do Ferro «Orientalizante» e «Pós-Orientalizante» do Sul de Portugal*).

Outro pequeno conjunto de *oil bottles* foi exumado em Tavira, numa intervenção arqueológica realizada no Alto de Santa Maria, onde se recolheram pelo menos três exemplares desta forma cerâmica, dos quais se publicaram as ilustrações de dois (Maia, 2000, fig. 6), estando um terceiro referido somente no catálogo da exposição *Tavira: Território e Poder* (2003).

Nesta intervenção identificou-se um tramo de uma estrutura murária de grandes dimensões, com cerca de 4 m de espessura, interpretável como pertencendo ao horizonte «Orientalizante» de inícios da Idade do Ferro no sítio; a responsável pela intervenção e pelo estudo preliminar destes contextos avançou para a construção desta potente estrutura e para os níveis de ocupação que lhe estão associados uma cronologia centrada na segunda metade do século VIII a.n.e., datação que a análise dos materiais publicados não permite sustentar, tendo a sua reapreciação permitido propor uma cronologia centrada em meados do século VII a.n.e. (Arruda, 2005, p. 50).

Identificaram-se também nesta sondagem estruturas arquitetónicas de difícil interpretação, formando segundo a informação publicada pelo menos dois compartimentos de planta alongada (cerca de 5 m × 1,5 m) no interior dos quais se puderam individualizar pavimentos bem estruturados, correspondendo plausivelmente a solos de ocupação que poderão ser coevos da estrutura murária. Num desses pavimentos, descrito como *irregular de pequenas pedras e quase 2 m abaixo do topo preservado da M[uralha] F[enícia] 1* (Maia, 2000, p. 124), identificou-se uma *lareira estruturada (ibidem)*, que deverá corresponder a uma das estruturas descritas noutra passagem como apresentando uma «*planta quase quadrada e constituídas por uma só fieira de pedras irregulares*» (*ibidem*).

Aparentemente associada a esta estrutura de combustão, ou pelo menos nas proximidades desta, exumou-se uma *oil bottle* bastante bem conservada, apresentando um perfil praticamente completo (fig. 1, n.º 3). Trata-se de uma peça com sensivelmente 12 cm de altura, apresentando um bordo com um espessamento interno configurando um perfil côncavo muito característico em peças desta tipologia; o colo é pouco desenvolvido, com um aspeto subglobular, e encontra-se separado do bojo, de tendência igualmente globular, por um ressalto bem marcado. A asa desta peça arranca do colo e termina na porção superior do bojo. Apresenta ainda indícios de um fundo plano, simples. Esta peça pode facilmente relacionar-se com outras recolhidas por A. Orsingher na sua síntese sobre esta forma cerâmica e cronologicamente enquadráveis na segunda metade do século VII a.n.e. (Orsingher, 2010, Tav. I).

Uma outra peça desta forma provém, ao que tudo indica, de níveis identificados sob esse mesmo pavimento. Trata-se de uma peça fragmentada, de que se conservam o bordo, o colo e a asa, devendo corresponder ao n.º 26 do catálogo já referido (2003). Quanto à sua morfologia, apresenta um bordo espessado

interiormente, um colo igualmente subglobular, semelhante ao da peça anterior, não sendo possível asseverar qual a tendência geral do corpo da peça, embora plausivelmente fosse globular à semelhança do exemplar antes comentado (fig. 1, n.º 4). A asa arranca do colo e termina na porção superior do bojo. Contamos com poucos dados para estabelecer as coordenadas contextuais desta peça mas, tal como foi já sugerido, os materiais que lhe estavam associados sugerem uma cronologia centrada em meados do século VII a.n.e. (Arruda, 2005, p. 289).

Uma terceira peça desta morfologia encontra-se referenciada no já citado catálogo da exposição *Tavira: Território e Poder*, embora os dados contextuais para esta peça, de que nunca se publicou uma ilustração, sejam ainda mais escassos – contamos apenas, de facto, com a indicação de que se exumou nesta mesma intervenção, na 4.ª/5.ª camada (2003, n.º 27). Esta peça apresenta-se, ao que tudo indica, igualmente fragmentada, tendo-se conservado apenas o bojo, igualmente globular, parte do fundo, plano, e o arranque da asa. Não parece possível com estes dados avançar com nenhuma outra consideração tipológica adicional, sendo tão-somente de destacar, uma vez mais, o facto de a peça apresentar, como a peça melhor conservada de Tavira, um fundo plano, detalhe tipológico que sugere uma relativa antiguidade, podendo colocar esta peça no mesmo horizonte cronológico (segunda metade do século VII a.n.e.) que as anteriores.

Quanto ao contexto funcional destas peças, é difícil tecer qualquer comentário com base nos dados publicados. Pode, de uma forma muito genérica, assinalar-se a presença destas peças num sítio com uma ocupação sidérica claramente marcada por uma forte influência oriental, fenícia, em contextos que deverão associar-se aos momentos iniciais desse horizonte «Orientalizante», convivendo por vezes, segundo indica M. Maia (2000, p. 130), com materiais de clara tradição indígena, do Bronze Final.

Pode ainda assinalar-se, embora a título de mera curiosidade, o facto de a primeira das peças de Tavira acima comentada ter sido exumada aparentemente em associação com uma estrutura de combustão complexa – estaremos ante mais uma evidência da queima/evaporação das substâncias aromáticas contidas nestas *oil bottles*, neste caso num contexto funcional difícil de precisar? A hipótese parece, no mínimo, plausível, mas não contamos com dados para sobre ela elaborar quaisquer considerações adicionais.

Dois outros exemplares desta forma cerâmica, recentemente publicados, foram exumados no contexto de intervenções de salvaguarda realizadas no âmbito do programa de minimização de impactos da construção dos canais de rega do empreendimento do Alqueva. Ambas as peças provêm de contextos funerários identificados e escavados na região de Beja, correspondendo a necrópoles de um tipo anteriormente desconhecido mas de que, no âmbito dos referidos trabalhos de minimização de impactos, se têm vindo a identificar exemplos cada

vez mais numerosos (Santos et al., 2009; Salvador Mateos e Pereira, 2010; Arruda et al., no prelo).

De um modo geral, estes contextos funerários, onde predomina (se não é mesmo exclusiva) a inumação, contam com sepulturas em fossa, geralmente simples, escavadas na rocha, das quais algumas, sempre em número reduzido, parecem ter-se implantado em áreas circunscritas por fossos escavados igualmente no substrato rochoso, delimitando recintos de forma retangular ou subquadrangular; a maioria das sepulturas destas necrópoles parece posteriormente dispor-se em torno destes recintos, segundo lógicas que permanecem ainda por apurar.

Na necrópole de Palhais (Beringel, Beja), concretamente, pôde escavar-se parte de um destes recintos bem como quatro enterramentos, cuja relação exata com o recinto é difícil de precisar – com efeito, um desses enterramentos (Sepultura 1) parece ter-se feito diretamente no fosso que delimita o recinto (Santos et al., 2009, p. 760-763), e um outro (Sepultura 2), em fossa simples, parece sobrepor-se ao dito fosso que, como tal, estaria já preenchido no momento da sua deposição (*idem*, p. 763-769). Deve notar-se, por outro lado, que estas dificuldades de leitura são substancialmente agravadas pelo facto de esta necrópole ter sido identificada em trabalhos de acompanhamento, tendo sido parcialmente destruída pela abertura mecânica de uma vala (*idem*, p. 760).

Quanto à peça que diretamente interessa ao tema desta análise, foi infelizmente recolhida, justamente, nas terras resultantes da abertura dessa vala, pelo que desconhecemos o seu contexto de deposição, tendo-se proposto, pelo ponto em que foi recolhida, que poderia provir do enchimento do troço ocidental do fosso ou, alternativamente, do espólio da chamada Sepultura 3 (*idem*, p. 776), quase inteiramente destruída pela referida vala, mas que parece poder tratar-se de uma das deposições mais antigas do sector da necrópole que foi objeto de intervenção (*idem*, p. 770-775).

Ao que tudo indica, tratar-se-ia de uma fossa simples com um nicho lateral onde se terá depositado um vaso à *chardon*. Do espólio desta sepultura faria ainda parte uma taça de pé alto com pintura a vermelho e decoração coroplástica no bordo figurando ornitomorfos, bem como dois outros recipientes cerâmicos de que se recuperaram os fundos (*ibidem*).

Voltando à peça em análise, trata-se de um exemplar bem conservado, oferecendo um perfil completo (*idem*, fig. 15). Apresenta um bordo reentrante, formando uma acentuada concavidade no interior, e um colo cónico relativamente estreito, separado do bojo, de tendência piriforme, por um ressalto relativamente bem marcado. A porção inferior do corpo apresenta um estreitamento bastante pronunciado, terminando num fundo indicado e côncavo. Apresenta ainda a típica asa, arrancando do colo e terminando na porção superior do bojo (fig. 1, n.º 5).

A morfologia desta peça afigura-se como algo invulgar, não sendo comuns as peças com o tipo de estrangulamento do fundo que caracteriza o exemplar de Palhais; na seriação tipológica apresentada por A. Orsingher (2010) não figura nenhum exemplar que possamos aproximar de forma direta da peça em apreço, sobretudo justamente por essa particularidade morfológica, embora se possa notar que o tipo de bordo com concavidade acentuada desta peça surge com especial incidência em exemplares datados dos finais do século VII ou inícios do VI a.n.e. (*idem*, Tav. I e II; cf. tb. Ramón, 1982).

A análise preliminar do espólio desta necrópole empreendida pelos responsáveis da intervenção no sítio permitiu-lhes, justamente, avançar com uma datação de finais do século VII e século VI a.n.e. para a utilização deste contexto funerário, suportada pela tipologia de alguns dos elementos metálicos e de importação aí exumados (Santos et al., 2009, p. 782); parece pois plausível que o recipiente de que venho tratando possa adscrever-se, justamente, aos momentos finais do século VII a.n.e. ou ao início da centúria seguinte. Tal facto seria ainda consentâneo com uma associação desta peça à mencionada Sepultura 3, considerada como referi a mais antiga do conjunto, embora não seja possível assegurar essa associação como tive igualmente ensejo de mencionar.

Embora não possamos confirmar com segurança o contexto preciso da *oil bottle* de Palhais, o seu contexto genérico parece relativamente claro – trata-se de uma peça deposta num espaço funerário, podendo interpretar-se quer como espólio votivo quer talvez como parte integrante dos rituais funerários aí praticados.

Parece, pois, aceitável que a substância contida neste recipiente foi objeto neste espaço funerário de um consumo seguramente ritual(izado), com uma forte carga simbólica, ligada neste caso a concepções escatológicas que por agora nos escapam. Parece-me, por outro lado, de reter a hipótese aventada pelos responsáveis da escavação no sítio de que as taças de pé alto com decoração coroplástica, de que se exumou, além da já mencionada da Sepultura 3, pelo menos mais um exemplar, poderão estar funcionalmente relacionadas com a queima de substâncias aromáticas, o que conferiria maior consistência a esta leitura.

Idênticas considerações funcionais se podem tecer para a peça exumada na necrópole da Carlota (São Brissos, Beja) (fig. 3), igualmente identificada e escavada na sequência de trabalhos de minimização de impactos e pertencente ao tipo já comentado. Neste outro conjunto funerário foram intervencionados dois conjuntos sepulcrais de planta retangular, cada um dos quais delimitado e dividido em dois ambientes quadrangulares por fossos escavados no substrato geológico (Salvador Mateos e Pereira, 2010).

Para a presente análise, contudo, importa sobretudo que nos detenhamos no chamado Monumento 1, formado ao que tudo indica pela justaposição de dois recintos (Recintos 1 e 2) de configuração quadrangular. Cada um des-

ses recintos albergava, em posição central, uma sepultura de inumação em fossa simples (Sepulturas 2 e 3, respetivamente) (*idem*, p. 319-320). Uma curiosa particularidade deste monumento resulta da análise dos vestígios osteológicos preservados que, ainda que em considerável mau estado, permitiram atribuir o indivíduo inumado na Sepultura 2 ao sexo masculino e o da Sepultura 3 ao sexo feminino, levantando a hipótese de que se trate de um casal de estatuto social elevado (*idem*, p. 320).

Associada justamente ao indivíduo feminino da Sepultura 3 exumou-se, como único espólio votivo (preservado) uma peça do tipo que venho tratando, em tudo semelhante à peça anteriormente comentada de Palhais, para a qual constitui o melhor paralelo disponível. A peça parece apresentar um perfil globular a piriforme, bordo reentrante e um colo de tendência troncocónica, com estreitamento abaixo do bordo; a asa, de secção circular, arranca do ressalto formado por esse estreitamento e termina no bojo; o pé, segundo indicam os autores que deram a conhecer esta peça, será de morfologia anelar, aproximando-se porventura do exemplar de Palhais (*idem*, p. 322; fig. 15). A pasta, descrita apenas como clara, parece contudo, tanto quanto se pode apreciar na fotografia publicada (*idem*, fig. 15), muito semelhante à de outros exemplares antes mencionados, nomeadamente à peça do Olival do Senhor dos Mártires.

Quanto à sua cronologia, remeto para as considerações tecidas a propósito do exemplar exumado em Palhais, sendo conveniente reter ainda a proposta de enquadramento cronológico do sítio avançada pelos responsáveis da escavação, que o colocam nos séculos VII-VI a.n.e. (*idem*, p. 322), podendo para a peça em apreço estreitar-se essas balizas, colocando-a entre os finais do século VII e as primeiras décadas da centúria seguinte.

Sem repetir desnecessariamente as considerações contextuais e funcionais que antes teci para a peça de Palhais, é conveniente contudo referir, antes de terminar a análise desta peça, que tal como no caso daquela necrópole, também na Carlota se exumaram taças de pé alto e decoração plástica ornitomórfica, do tipo que antes resenhei e que podem corresponder a queima-perfumes, dado relevante, como antes disse, para a valorização do papel dos eventuais conteúdos da peça em apreço.

*

Gostaria, neste ponto, e antes de passar a uma análise mais abrangente das evidências de consumo das substâncias aromáticas contidas neste (e noutros) tipo(s) de recipiente(s), de tecer ainda algumas breves considerações sobre os



Fig. 3 – Oil bottle da necrópole da Carlota (Beja)

possíveis centros produtores das *oil bottles* do atual território português. Torna-se necessário, em primeiro lugar, reiterar que não tive oportunidade de examinar pessoalmente a maioria das peças em causa, e como tal as reflexões que a este respeito tecerei são, na melhor das hipóteses, circunstanciais, baseando-se nas descrições publicadas.

Quanto à sua produção, as peças de Abul A são descritas como possuindo *pâte beige et fine* (peça 124; Mayet e Silva, 2000, p. 72) e *pâte beige très claire* (peça 316; *idem*, p. 77); as três peças de Tavira (2003) são descritas como de pasta bege, embora se registre a presença de inclusões algo distintas de peça para peça (micas e um nódulo de cerâmica moída na peça #25, micas na peça #26 e micas e nódulos de calcite na peça #27), registando-se ainda em todos os exemplares a aplicação de aguada nas superfícies; da peça de Palhais não se publicou nenhuma descrição de pasta, mas pelo que se pode observar na fotografia publicada a peça apresenta igualmente superfícies beges claras. O único exemplar que tive oportunidade de analisar diretamente, o do Olival do Senhor dos Mártires, apresenta pasta cor de laranja clara, mas assemelha-se ao nível das inclusões detetáveis por análise macroscópica dos exemplares de Tavira; analisando, por fim, a fotografia da peça exumada na necrópole da Carlota, sinto-me tentado a aproximá-la em termos das características da pasta a este último exemplar.

Com todas as reservas que uma leitura baseada no cruzamento de dados tão diferenciados acarreta, e na ausência de análises mais detalhadas, gostaria não obstante de salientar a aparente uniformidade que pode inferir-se das descrições atrás referidas; com efeito, é possível – embora, reitero, esta proposta seja meramente hipotética – sugerir que os vários exemplares de *oil bottle* do atual território português provenham de um mesmo centro produtor.

Dadas as características das pastas que apresentam, tanto quanto me é dado a observar, notórias similitudes com produções bem caracterizadas oriundas da Baía de Cádiz pode eventualmente sugerir-se que esse centro produtor e distribuidor fosse a própria colónia fenícia de *Gadir*, facto que de resto quadraria bem com o papel articulador desde há muito reconhecido à metrópole de fundação tória no quadro do comércio fenício nos territórios do extremo Ocidente (Arteaga, 1994; Aubet, 2000), que se prolongará no tempo (Sousa e Arruda, 2010) mesmo até ao período romano (Chic García, 2004).

Este polo juntar-se-ia, assim, a outros importantes enclaves fenícios do Mediterrâneo Central e Ocidental como Tharros (Ramón, 1982, p. 36), Cartago (Ramón, 2006, p. 78-79) ou Ibiza (Gómez Bellard, 2000, p. 179) que, como tive oportunidade de referenciar nas considerações introdutórias a esta análise, parecem poder identificar-se como centros produtores de *oil bottles* e hipotéticos centros produtores, ou pelo menos redistribuidores, de substâncias aromáticas (Orsingher, 2010, p. 55-56).

3. OUTRAS EVIDÊNCIAS RELACIONADAS COM O CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS AROMÁTICAS

A análise dos contextos dos exemplares de *oil bottles* exumados em território português ensaiada no apartado anterior permite tecer algumas considerações, embora de alcance relativamente limitado pela exiguidade do conjunto e pelo facto de provirem de um número muito circunscrito de contextos, o que limita a representatividade estatística dessa análise.

Além disso, dos cinco contextos antes apresentados, um deles – o do Alto de Santa Maria, em Tavira – é de difícil leitura funcional, facto a que não é alheio o cariz da intervenção, naturalmente condicionada pelas exigências próprias de uma escavação em meio urbano. Quanto aos contextos restantes, podem funcionalmente adscrever-se a funções rituais, religiosas no caso de Abul A e funerárias no caso do Olival do Senhor dos Mártires, de Palhais e da Carlota. Tal facto parece-me, no mínimo, sugestivo, permitindo entrever uma pauta muito concreta e restrita para o consumo das substâncias aromáticas transportadas nestes recipientes. Igualmente significativa a este respeito é a ausência – até ao momento – de exemplares desta forma cerâmica em outros sítios com importantes ocupações coevas às aqui analisadas, que reforça a imagem de pautas de consumo de certa forma especializadas.

Existem, contudo, outras evidências bastante expressivas de um consumo ritual(izado) de substâncias aromáticas em contextos de culto enquadráveis na I Idade do Ferro no Sul do atual território português, como tive oportunidade de analisar de forma sucinta em trabalho recente (Gomes, 2012, p. 138), a que haveria ainda que somar outras evidências de consumo de substâncias deste tipo em outros contextos com funções mais difíceis de precisar.

Em primeiro lugar, deve referenciar-se um conjunto de outros contentores cerâmicos de distintos tipos que podem, de forma mais ou menos segura, relacionar-se com o transporte e/ou aplicação de substâncias aromáticas, de distintas produções e morfologias:

- Os chamados jarros de «boca de seta» (Peserico, 1996), muito frequentes em contextos funerários fenícios (cf. Calvo Nuñez, 2008) e interpretados como contentores de substâncias aromáticas, permitindo os seus característicos bordos alargados a sua aplicação, nomeadamente ao cadáver durante a preparação para os ritos funerários (Fletcher, 2006), estão atestados no atual território português, contando-se um exemplar inteiro e outro fragmentado provenientes dos chamados «Poços» votivos do Palácio da Galeria, em Tavira (2003, p. 250, n.º 55; Maia e Silva, 2004, p. 188) apresentando ambos o típico engobe vermelho;
- Uma peça proveniente da Alcáçova de Santarém (Arruda, 1999-2000, fig. 120, n.º 4), correspondendo ao colo e asa de um recipiente de tipo jarro cuja forma exata não pode precisar-se, igualmente revestida de engobe vermelho, e que pode

possivelmente relacionar-se, funcionalmente pelo menos, com as peças anteriormente referenciadas;

- Uma peça que pode aproximar-se de formas orientais do tipo designado por P. Bikai como *juglet* (Bikai, 1978, p. 41-43), de clara inspiração oriental, fenícia, exumada na Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Setúbal), apresentando bordo simples e corpo piriforme, com fundo convexo, em ponta, com uma só asa (Frankenstein, 1996, Lám. 59, n.º 60);
- Outras peças que, correspondendo a protótipos orientais (quer a *juglets* do tipo antes comentado quer a peças de tipo *alabastron*), correspondem já contudo a elaborações locais/regionais desses protótipos, nomeadamente:
 - Uma peça do povoado de Fernão Vaz (Ourique, Beja) muito semelhante à do Olival do Senhor dos Mártires (Correia, 2002, p. 43);
 - Uma peça de Neves I (Castro Verde, Beja), sítio que pode interpretar-se com um complexo religioso, que apresenta corpo piriforme, simples, e uma só asa, em tudo similar à de Fernão Vaz (Maia e Maia, 1987, p. 27);
 - Duas peças do também provável santuário da Azougada (Moura, Beja), ambas de produção manual, apresentando uma delas corpo piriforme e colo alto, com um marcado ressalto a meia altura deste, e uma só asa (Antunes, 2010, fig. 255, n.º 375) e a outra corpo subcilíndrico, com a parte superior estreitada formando colo pouco desenvolvido e, igualmente, uma só asa (*ibidem*, n.º 374);
 - Uma peça em cerâmica cinzenta proveniente da Rua do Rato (Alcácer do Sal, Setúbal), igualmente um provável contexto de culto de cariz comercial e ribeirinho, e atualmente em curso de publicação (Arruda et al., no prelo);
 - Duas peças da necrópole da Têra (Mora, Évora), exumadas no interior de uma urna contendo uma incineração (Mataloto, 2010-2011, fig. 8).

Além dos recipientes cerâmicos, deve ainda referir-se a presença de pequenos recipientes de pasta vítrea, tipicamente interpretados igualmente como unguentários ou anforiscos destinados ao transporte de substâncias aromáticas e cosméticas. De uma sepultura da Herdade do Gaio (Sines, Setúbal) provêm duas peças em pasta vítrea – um pequeno anforisco de pasta azul com decoração espinhada a amarelo de cádmio, com um colo alto, duas asas e um corpo piriforme terminado num pequeno pé indicado, e o fundo de um pequeno unguentário azul com decoração de linhas ondulantes a branco, de corpo cilíndrico e fundo convexo (cf. catálogo da exposição *De Ulisses a Viriato*, 1996, p. 240, n.ºs 21 e 22; Arruda, 1999-2000, p. 97). De Corvo I (Castro Verde, Beja), provavelmente um complexo religioso, provêm dois fragmentos de anforiscos ou unguentários em pasta vítrea azul, espinhada a branco, verde e amarelo (Maia e Maia, 1996, p. 88). Deve ainda referir-se um anforisco de pasta vítrea polícroma da já mencionada necrópole da

Têra (Mora, Évora), (Mataloto, 2010-2011, fig. 8), a somar a um outro fragmento bícromo, possivelmente parte de um anforisco, do mesmo conjunto funerário (Rocha, 2003, p. 126; Rocha, Duarte e Pinheiro, 2005, p. 608-609). Um outro fragmento de uma peça deste tipo, infelizmente sem contexto, provém do Cabeço de Vaiamonte (Monforte, Portalegre) (Fabião, 2001).

Outro conjunto de evidências igualmente importante do ponto de vista da análise das pautas de consumo das essências e perfumes de que venho tratando prende-se com a presença em contextos sidéricos do território português de elementos de cultura material que têm sido tradicionalmente ligados do ponto de vista funcional justamente à queima dessas substâncias.

Entre estes conta-se pelo menos um queimador de dupla taça de tipologia claramente oriental (correspondendo à Forma 14 da tipologia da cerâmica «púnica» estabelecida por A. M. Bisi, 1970, p. 33-34; cf. tb. Bikai, 1987, Plate XVII) proveniente da área dos já mencionados «Poços» votivos do Palácio da Galeria, em Tavira (cf. o já citado catálogo da exposição *Tavira...*, 2003; tb. Maia e Silva, 2004).

Poderão, porventura, incluir-se também nesta rubrica as taças de pé alto com decoração coroplástica que se vêm documentando nas necrópoles com recintos de fossos da área de Beja (Santos et al., 2009; Salvador Mateos e Pereira, 2012; Arruda et al., no prelo).

Ainda dentro do repertório cerâmico, gostaria neste ponto de discutir um tipo de recipiente que vem sendo identificado em distintos contextos sidéricos do Sul do atual território português e que, mais do que partilhar uma morfologia individualizável, tem em comum o facto de as suas paredes apresentarem múltiplas perfurações – três peças com esta característica (fig. 2, n.º 1) foram recentemente individualizadas como Forma XIII no ensaio de classificação tipológica dos materiais cerâmicos do povoado do Bronze Final/I Idade do Ferro do Castro dos Ratinhos (Moura, Beja) (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, fig. 20), peças essas provenientes da área da acrópole onde se identificou e escavou um edifício de culto de matriz fenícia (Prados Martinez, 2010), tendo-se sugerido para aquelas uma função como hipotéticos queimadores destinados à combustão de substâncias aromáticas (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 302) com base em paralelos de Huelva (Plaza de las Monjas; González et al., 2004, p. 118) a que foi atribuída essa mesma funcionalidade.

Peças com esta mesma particularidade constam igualmente dos repertórios cerâmicos de outros sítios, como Abul A (Mayet e Silva, 2000, fig. 28, n.º 166; fig. 2, n.º 2) ou Neves I (Maia, 2008, p. 358 e fig. 3; fig. 2, n.º 3), neste caso apresentando um peculiar bordo deformado; uma outra peça, depositada no Museu de Moura, provém ao que tudo indica do sítio de Cabeço Redondo (Soares, 2012). Já fora do território em apreço, parece importante do ponto de vista contextual e funcional mencionar que peças com esta mesma característica foram exumadas nos recentes trabalhos de escavação em El Carambolo (Sevilha) que permitiram

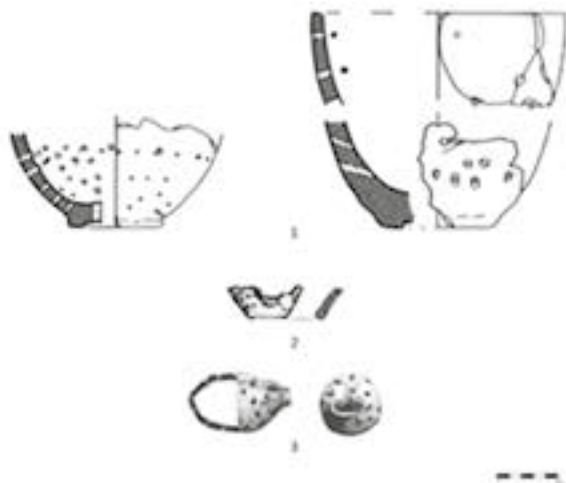


Fig. 4 – Recipientes com perfurações – 1, Castro dos Ratinhos (segundo Berrocal-Rangel e Silva, 2010); 2, Abul A (segundo Mayet e Silva, 2000); 3, Corvo I (segundo Maia, 2008)

reinterpretar as estruturas ali presentes e conhecidas desde os trabalhos de J. Mata Carriazo (1973) como um santuário de cariz oriental, fenício (Fernández Flores e Rodríguez Azogue, 2005, fig. 29).

Deve ainda, neste contexto, fazer-se menção à presença de diversos *thimyatéria* no atual território português, sendo já sobejamente conhecidos os de Safara (Almagro Gorbea, 1977, p. 245-250) e de Mourão (Correia, 1986), infelizmente sem contexto seguro, a que deve acrescentar-se uma peça de tipo cipriota proveniente do já mencionado putativo santuário da Rua do Rato (Alcácer do Sal, Setúbal) (Arruda et al., no prelo; cf. Gomes, 2012, fig. 51)

ou um exemplar, provavelmente tardio (século IV a.n.e.), exumado no Castelo da mesma cidade (Gomes, 2008, p. 75). Estas peças estariam mais propriamente relacionadas com a queima de substâncias aromáticas sólidas (López Rosendo, 2005, p. 676), mas devem considerar-se em estreita relação com o tema de que me venho ocupando.

4. ASPECTOS DO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS AROMÁTICAS NA «I IDADE DO FERRO» DO SUL DE PORTUGAL

O levantamento que nas páginas anteriores realizei, a título meramente ilustrativo, e que reúne evidências que se distribuem por um arco cronológico amplo, do século VIII ao V a.n.e., correspondendo *grosso modo* à I Idade do Ferro, permite acrescentar algumas considerações às leituras acima avançadas sobre as pautas de consumo de substâncias aromáticas em contextos sidéricos.

Com efeito, uma análise estatística simples dos contextos funcionais genéricos em que foram exumados os distintos recipientes e queimadores a que aludi nas páginas precedentes, e que constituem apesar de tudo um *corpus* estatisticamente mais representativo do que as *oil bottles* consideradas isoladamente, revelam algumas tendências que devem assinalar-se. Com efeito, tanto ao nível dos recipientes como dos elementos destinados à queima de essências e perfumes, verifica-se uma clara preponderância dos santuários – 42,9% dos recipientes e 50% dos queimadores provêm de contextos funcionalmente adscritos a práticas culturais – a que deve juntar-se uma presença igualmente significativa em contextos funerários – 35,7% dos recipientes e 31,3% dos queimadores.

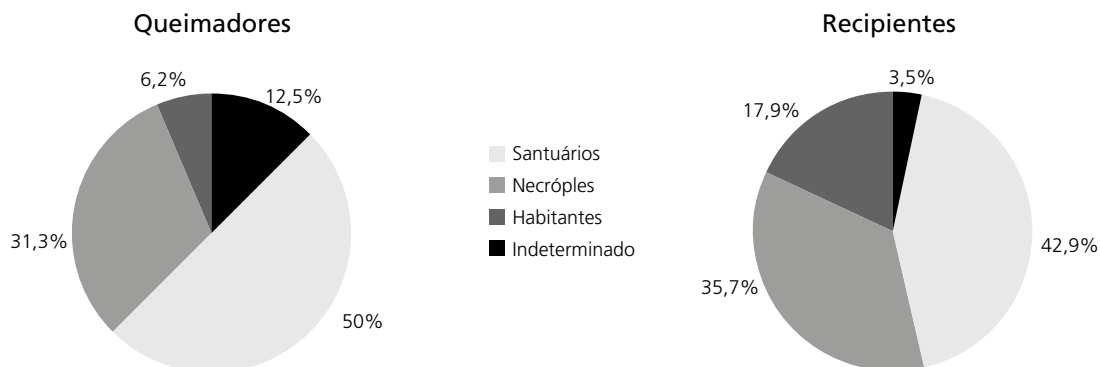


Fig. 5 e 6 – Distribuição dos recipientes e queimadores de substâncias aromáticas por tipo de contexto

A presença em contextos de *habitat* é, apesar de tudo, significativa – 17,9% e 6,2% – mas, e sem querer forçar excessivamente o argumento que venho desenvolvendo, deve considerar-se que pelo menos alguns desses sítios de *habitat* – como Tavira ou a Alcáçova de Santarém – teriam sem dúvida um preponderante papel comercial numa putativa distribuição regional destes produtos, pelo que a sua presença poderá explicar-se não só por lógicas de consumo (no sentido de utilização final de um produto) mas sim de circulação, distribuição e comércio.

À luz destes dados, parece plausível afirmar que estes produtos, de muito provável introdução oriental e que muito possivelmente fariam parte no atual território português de um pacote comercial difundido a partir de *Gadir*, conheceram uma distribuição relativamente limitada, ditada provavelmente pela existência nas sociedades sidéricas do extremo Ocidente peninsular de pautas de consumo bastante bem definidas, onde prepondera a utilização destas essências e perfumes em contextos religiosos e/ou funerários (cf. López Rosendo, 2005; López Bertran, 2007, p. 144-147).

Tal facto não exclui, naturalmente, a sua função como bens de prestígio – o seu uso aparenta ser, com efeito, bastante restrito – mas o contexto da sua utilização enquanto tal inscreve-se em estratégias de consumo predominantemente ritual(izado) que, sem dúvida, terão integrado um conjunto de práticas religiosas que pela sua natureza performativa permitiram constituir e reforçar discursos sociais e identitários em que a linguagem «cultural» oriental jogou um papel de relevo, tal como o demonstram a rápida adoção e reformulação local de práticas rituais de tipo oriental (Gomes, 2012, p. 137-139).

Com efeito, a introdução dos produtos contidos nas *oil bottles* bem como em outros tipos de recipientes de importação, como os pequenos recipientes de pasta vítrea a que aludi, parece estar associada à introdução de práticas culturais de matriz igualmente forânea, mediterrânea e oriental (López Rosendo, 2005, p. 670); estas,

contudo, foram rapidamente objeto de reformulações eminentemente locais, plenamente atestadas pela presença de recipientes muito provavelmente destinados a conter substâncias do mesmo tipo daquelas que se importavam nos contentores antes mencionados mas, neste caso, claramente de produção local/regional.

No estado atual dos nossos conhecimentos, parece difícil rastrear de forma exata o «ciclo de vida» das substâncias contidas nos recipientes aqui analisados; com o presente estudo procurei avançar com algumas contribuições para a definição dos centros abastecedores do atual território português e especialmente dos contextos específicos de consumo. As observações que tive oportunidade de apresentar nos parágrafos precedentes levantam, contudo, uma outra problemática, com a qual gostaria de concluir a presente análise.

Refiro-me concretamente à questão da possível circulação destes produtos no interior de circuitos comerciais regionais. Com efeito, e para mencionar apenas o caso das *oil bottles*, a sua distribuição é muito restrita e o grosso dos registos que recolhi dizem respeito a polos litorais, dos quais um claramente exógeno (Abul A) e outros dois fortemente orientalizados (Alcácer do Sal e Tavira), notando-se no interior a presença isolada dos exemplares de Palhais e da Carlota, que pode quiçá relacionar-se com uma rota comercial articulada em torno do Guadiana.

As evidências de consumo de substâncias aromáticas encontram-se, contudo, como tive oportunidade de ilustrar, bastante mais difundidas no território meridional português, o que sugere – dada a escassez em contextos interiores de recipientes claramente importados – prováveis lógicas de redistribuição dessas substâncias, sem dúvida ao longo dos mesmos circuitos que permitiram a introdução de bens (essencialmente sumptuários, como amuletos, elementos de adorno, indumentária e estética) nos contextos ditos «Pós-Orientalizantes» do interior alentejano (Beirão, 1986; Arruda, 2001).

A análise das *oil bottles* de tipo fenício presentes em contextos sidéricos do atual território português, a par de uma apreciação geral de outros recipientes provavelmente destinados a conter essências e perfumes, permite pois afirmar que estes produtos de clara introdução oriental conheceram no extremo Ocidente uma considerável aceitação, tendo sido integrados – à semelhança do verificado noutros contextos do Mediterrâneo Antigo (López Rosendo, 2005; López Bertan, 2007, p. 144-148) – em práticas de consumo de tipo ritual, ligadas quer ao culto quer aos ritos funerários. O seu cariz de elemento sumptuário parece claro, e as fórmulas – ainda pouco explícitas – da sua circulação e redistribuição no âmbito regional do Sudoeste peninsular constituem mais um elemento a valorizar numa análise mais vasta dos meios de contacto e das distintas modalidades das relações entre os vários grupos que na primeira metade do I milénio a.n.e. interagiram nesse território.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*. Madrid: CSIC.
- ANTUNES, A. S. T. (2010) – *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*. Lisboa: MNA.
- APPADURAI, A. (1986) – Introduction: commodities and the politics of value. In APPADURAI, A., ed., – *The Social Life of Things*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 3-63.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 5-6).
- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro Pós-Orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:2, p. 207-291.
- ARRUDA, A. M. (2005) – O I.º Milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 23, p. 9-156.
- ARRUDA, A. M.; BARBOSA, R.; GOMES, F.; SOUSA, E. (no prelo) – A necrópole da Vinha das Calças (Beringel, Beja, Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana en Época Tartésica*. Madrid: CSIC.
- ARRUDA, A. M.; CELESTINO PÉREZ, S. (2009) – Arquitectura Religiosa en Tartessos. In MATEOS CRUZ, P.; CELESTINO PÉREZ, S., eds., – *Santuarios, oppida y ciudades. Arquitectura religiosa en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*. Madrid: CSIC. p. 29-77.
- ARRUDA, A. M.; FERREIRA, M.; SOUSA, E. de; LOURENÇO, P.; LIMA, J.; CARVALHO, A. R. (no prelo) – *Contributos para o conhecimento da Idade do Ferro de Alcácer do Sal: os dados da Rua do Rato*. Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal.
- ARTEAGA, O. (1994) – La liga púnico-gaditana. Aproximación a una visión histórica occidental, para su contrastación con el desarrollo de la hegemonía cartaginesa en el mundo Mediterráneo. In *Cartago, Gadir, Ebusus y la influencia púnica en los territorios hispanos*. Ibiza: Museu Arqueològic d'Eivissa. p. 23-57.
- AUBET, M. E. (2000) – Cádiz y el comercio atlántico. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 31-41.
- BEIRÃO, C. de M. (1986) – *Une civilisation Protohistorique du Sud du Portugal – 1er Age du Fer*. Paris: Diffusion du Bocard.
- BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: MNA.
- BIKAI, P. M. (1978) – *The Pottery from Tyre*. Warminster: Arys & Phillips.
- BIKAI, P. M. (1987) – *The Phoenician Pottery from Cyprus*. Nicosia: A. G. Levantis Foundation.
- CALVO NUÑEZ, F. (2008) – *Estudio cronológico-secuencial de los materiales cerámicos de la necrópolis fenicia de Tiro Al-Bass (Libano). Campaña de 1997*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. Tese de Doutoramento. Inédita.
- CHIC GARCÍA, G. (2004) – La «Gaditanización» de Hispania. In *Las Industrias alfareras y conservas fenicio-punicas de la Bahía de Cádiz*. In *Actas de los XVI Encuentros de Historia y Arqueología*. Córdoba: Publicaciones Obra Social y Cultural CajaSur. p. 39-62.
- CORREIA, V. (1928) – Escavações realizadas na necrópole de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. *O Instituto*. Coimbra. 75:2, p. 190-201.
- CORREIA, V. H. (1986) – Um bronze tartésico inédito: o touro de Mourão. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Beja. 1, p. 33-48.
- CORREIA, V. H. (2002) – *Cola. Circuito Arqueológico*. Lisboa: IPPAR.
- CULICAN, W. (1970) – Phoenician oil bottles and tripod bowls. *Berytus*. Beirut. 19, p. 5-18.
- DE ULISSES a Viriato. *O I milénio a.C.* (1996). Lisboa: MNA.

- DIETLER, M. (2010) – Consumption. In HICKS, D.; BEAUDRY, M., eds. – *The Oxford Handbook of Material Culture Studies*. Oxford: Oxford University Press. p. 207-226.
- FERNÁNDEZ FLORES, A.; RODRÍGUEZ AZOGUE, A. (2005) – *Tartessos desvelado. La colonización Fenicia del Suroeste peninsular y el origen y ocaso de Tartessos*. Córdoba: Almuzara.
- FLETCHER, R. (2006) – The cultural biography of a Phoenician mushroom-lipped jug. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 25:2, p. 173-194.
- FRANKENSTEIN, S. (1996) – *Arqueología del Colonialismo*. Barcelona: Editorial Crítica.
- GOMES, E. (2008) – *Os ex-votos proto-históricos do Castelo de Alcácer do Sal*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Edição policopiada. 2 volumes.
- GOMES, F. B. (2012) – *Aspectos do sagrado na colonização fenícia*. Lisboa: UNIARQ.
- GÓMEZ BELLARD, C. (2000) – La cerámica fenicia de Ibiza. In BARTOLONI, P.; CAMPANELLA, L., eds. – *La ceramica fenicia di Sardegna*. Datti, problematiche, confronti. Roma: CNR. p. 175-191.
- GONZÁLEZ DE CANALES, E.; SERRANO, L.; LLOMPART, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (ca. 970-770 a.C.)*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- GONZÁLEZ PRATS, A. (1982) – Ampollas de perfume fenicias en el horizonte orientalizante de la sierra de Crevillente. *Helike*. Elche. 1, p. 139-145.
- GROENEWOUD, E. M. C.; VIDAL GONZÁLEZ, P. (1996) – Phoenician Oil Bottles from Malta. *Journal of Mediterranean Studies*. La Valetta. 6, p. 197-205.
- LAMBRUGO, C. (2008) – Les vases à parfum corinthiens en Sicile et en Grande-Grèce. In BODIOU, L.; FRÈRE, D.; MEHL, V., eds. – *Parfums et odeurs dans l'Antiquité*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes. p. 87-195.
- LÓPEZ BERTRAN, M. (2007) – *Ritualizando Cuerpos y Paisajes. Un análisis antropológico de los ritos fenicio-púnicos*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. Tese de Doutoramento. Inédita.
- LÓPEZ ROSENDO, E. (2005) – El perfume en los rituales orientalizantes de la Península Ibérica. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; CELESTINO PÉREZ, S., coords. – *El Periodo Orientalizante*. Volume I. Madrid: CSIC. p. 669-681.
- MAIA, M. (1987) – Dois larnakes da Idade do Ferro do Sul de Portugal. *Veleia*. Vitória. 2-3, p. 223-242.
- MAIA, M. (2000) – Tavira fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a. C. In GONZÁLEZ PRATS, A., ed. – *Fenicios y Territorio. Actas del II Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*. Alicante: Instituto Alicantino Juan Gil-Albert. p. 121-150.
- MAIA, M. (2008) – Reflexões sobre os Complexos Arquitectónicos de Neves-Corvo, na região central do Baixo Alentejo, em Portugal. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., coord. – *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 353-364.
- MAIA, M.; MAIA, M. (1996) – Arqueologia do couito mineiro de Neves Corvo. In REGO, M., ed. – *Mineração do Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde. p. 83-93.
- MAIA, M.; SILVA, L. F. da (2004) – O culto a BAAL em Tavira. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 20:2, p. 171-194.
- MATA CARRIAZO, J. (1973) – *Tartessos y el Carambolo*. Madrid: Dirección General de Bellas Artes.
- MATALOTO, R. (2010-2011) – Os Senhores da Terra: necrópoles e comunidades rurais do território alto alentejano nos sécs. VI-V a.C. *Arqueologia e História*. Lisboa. 60-61. p. 77-100.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul*. Portugal. Paris: Diffusion du Bocard.
- ORSINGHER, A. (2010) – Le oil bottle fenicie: analisi dei contesti e considerazione cronotipologiche. *Sarània, Corsica et Baleares Antiquae*. Roma. VIII, p. 37-69.
- PAIXÃO, A. C. (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. Novos elementos para o seu estudo*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. Tese de Licenciatura em História. Edição policopiada.
- PESERICO, A. (1996) – *Le brocche «a fungo» fenicie nel Mediterraneo. Tipologia e cronologia*. Roma: CNR.

- PRADOS MARTÍNEZ, F. (2010) – La Arquitectura sagrada: Un santuario del siglo IX a.C. In BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, a.C., – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: MNA. p. 259-276.
- RAMÓN, J. (1982) – Cuestiones de comercio arcaico: frascos fenicios de aceite perfumado en el Mediterráneo central y occidental. *Ampurias*. Barcelona. 44, p. 17-41.
- RAMÓN, J. (1999) – La cerámica fenicia a torno de Sa Caleta (Eivissa). In GONZÁLEZ PRATS, A., ed. – *La cerámica fenicia en Occidente: centros de producción y áreas de comercio*. Alicante: Universidad de Alicante. p. 149-214.
- RAMÓN, J. (2006) – Comercio y presencia cartaginesa en el extremo occidente y Atlántico antes de las guerras púnicas. In COSTA RIBAS, B.; FERNÁNDEZ, H. J., eds. – *Economía y finanzas en el mundo fenicio-púnico de Occidente*. Eivissa: Museo Arqueologic d'Eivissa i Formentera. p. 69-106.
- ROCHA, L. (2003) – O monumento megalítico da I Idade do Ferro do Monte da Tera (Pavia, Mora): Sectores 1 e 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:1, p. 121-129.
- ROCHA, L.; DUARTE, C.; PINHEIRO, V. (2005) – A necrópole da 1ª Idade do Ferro do Monte da Têra, Pavia (Portugal): dados das últimas intervenções. In CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, J., eds. – *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 605-614.
- SALVADOR MATEOS, R.; PEREIRA, J. A. (2010) – A «Necrópole» da Carlota (São Brissos, Beja) no contexto cultural da I.ª Idade do Ferro do Baixo Alentejo: dados preliminares. In DEUS, M. de, ed. – *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Município de Almodôvar, p. 317-330.
- SANTOS, F.; ANTUNES, S.; GRILO, C.; DEUS, M. de (2009) – A necrópole da I Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência no Baixo-Alentejo. In PÉREZ MACÍAS, J. A.; ROMERO BOMBA, E., eds., – *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Universidad de Huelva. p. 746-804.
- SOARES, R. M. (2012) – *O Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado em Arqueologia. Edição Policopiada.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2010) – A Gaditanição do Algarve. *Mainake*. XXXII: 2, p. 951-974.
- TAVIRA: *Território e Poder* (2003). Lisboa: MNA.
- VATTIONI, F. (1995) – Iscrizione fenicio-punica su vasetto scoperto a Cartagine. *Römische Mitteilungen*. Roma. 102, p. 426-466.
- VEGAS, M. (1999) – Phoniko-punische Keramik aus Karthago. In RAKOB, F., ed. – *Karthago III. Die Deutschen Ausgrabungen in Karthago*. Mainz am Rhein: Phillip von Zabern. p. 93-219.

Lápides islâmicas da necrópole do *Ribāt* da Arrifana (Aljezur)

CARMEN BARCELÓ*, ROSA VARELA GOMES**, MÁRIO VARELA GOMES***

RESUMO

O *ribāt* da Arrifana é já considerado por muitos investigadores que se dedicam ao estudo da presença islâmica medieval no Ocidente como uma das mais importantes descobertas arqueológicas do século XXI. Paulatinamente, dois dos signatários (R. V. G. e M. V. G.) têm ali dirigido campanhas anuais de escavações, com diferente fôlego, mas que vêm contribuindo para o melhor conhecimento daquele sítio excepcional, não só pelos testemunhos que conserva como pela possibilidade de os podermos cruzar com diversa informação literária.

Estudam-se agora duas epígrafes funerárias, surgidas durante as escavações arqueológicas, uma delas já anteriormente dada a conhecer.

Uma das estelas referidas (A) assinalava a sepultura de Ibrāhīm bn ‘Abd al-Malik, falecido em 1069 da nossa era. Esta pode ter constituído uma espécie de monumento funerário fundador da necrópole do *ribāt*, embora o seu texto indique período algo anterior ao atribuído à constituição daquele. Este aspeto explica-se por Ibn Qasī ter criado o seu *ribāt* junto de «alcaria importante», conforme escreveu Ibn al-Khatīb, ou ter sido a lápide para ali trasladada, dado pertencer a indivíduo tido como virtuoso ou possuindo carisma (*baraka*).

O segundo monumento epigráfico (B) indicava o sepulcro de um filho de Ibrāhīm bn Sulaymān bn Hayyān, falecido em 1148 da nossa era. Trata-se das únicas estelas islâmicas, com inscrição incisa em letra cúfica simples, encontradas

* Docente do Departamento de Filologia Catalana da Faculdade de Filologia, da Universidade de Valência, Avenida de Blasco Ibáñez 32, 46010 Valencia, e-mail: carme.barcelo@uv.es

** Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, Avenida de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, e-mail: rv.gomes@fcsh.unl.pt

*** Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, Avenida de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa. Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes, e-mail: mv.gomes@fcsh.unl.pt

erguidas *in situ*, no atual território nacional, e das que, com função funerária, apresentam maior texto.

Palavras-Chave: Arqueologia islâmica – *ribāt* – necrópole – inscrições funerárias.

ABSTRACT

The *ribāt* of Arrifana is already considered one of the most important archaeological discoveries of the twenty-first century by many investigators that are dedicated to the study of the Medieval Islamic presence in the Western Europe. Two of the authors (R. V. G. and M. V. G.) have directed excavation campaigns there, with different breadths that have come to contribute to a better understanding of that exceptional site; not only through testimonies that remains but also through the possibility of comparing them with diverse literary information.

At the moment, two funerary epigraphs are being studied which arose during the archaeological excavations, one that had previously been known of.

One of the two stelae referenced (A), marked the grave of Ibrāhīm bn ‘Abd al-Malik, who passed away in 1069 AD. This may have constituted a kind of funerary monument founder of the *ribāt* necropolis, although its text indicates something prior to the period that contributed to its formation. This aspect is explained by Ibn Qasī as having created his *ribāt* next to an ‘important village’, as was written by Ibn al-Khatīb, or the tombstone was transferred there, as it belonged to an individual that was considered virtuous or charismatic (*baraka*).

The second epigraphic monument (B) indicated the grave of a son of Ibrāhīm bn Sulaymān bn Hayyān, who died in 1148 AD. These are unique being the only Islamic stelae with incised inscriptions in simple kufic script found erected *in situ*, in the current national territory, and of which, having a funerary function, they show larger texts.

Keywords: Islamic Archaeology – *ribāt* – necropolis – funerary inscriptions.

1. A DESCOBERTA

A nona campanha de escavações arqueológicas dirigida por dois dos signatários (R. V. G. e M. V. G.) no *ribât* da Arrifana, situado na península denominada Ponta da Atalaia, ocorrida na segunda metade do mês de agosto de 2009, pretendia melhor estudar as estruturas do Sector 4 daquele complexo edificado, de que se têm dado a conhecer os resultados sucessivamente alcançados (Antunes, 2007; Barceló Torres, Gomes e Gomes 2011; Callapez, 2007, 2011; Gomes, 2006; Gomes e Gomes, 2002; 2004; 2005; 2005a; 2005b; 2006; 2007; 2011; 2011a; 2012). Na prossecução de tais objetivos investigaram-se duas mesquitas e espaço situado entre elas, tal como área adjacente, no lado nascente, onde também existiam indícios de construções (fig. 1).

De facto, ali foram postos a descoberto restos de edificação, contendo depósito para água, ou para ali assentar grande talha, e zona rebaixada no solo, junto à entrada, assim como bancada, mostrando tanto as paredes como o chão de tal equipamento serem bem revestidos com massa de areia e cal, muito rica neste último componente. Trata-se, segundo a nossa interpretação e principalmente esteados em paralelos hodiernos, de sala dedicada à lavagem e tratamento dos cadáveres (*bayt al-janaez*) que, conforme descreveremos, seriam sepultados na necrópole (*maqbara*) que ocupa espaço anexo a sudoeste.

Durante a décima campanha de trabalhos, efetuada na segunda quinzena de julho e todo o mês de agosto de 2011, continuou-se a escavação da zona da necrópole, tendo-se, até ao presente, detetado sessenta e duas sepulturas (fig. 2).

A necrópole desenvolvia-se no sentido nordeste-sudoeste, encontrando-se algumas das suas sepulturas adossadas às *qiblas* das duas mesquitas ali existentes e outras, ainda com a mesma orientação, foram sucessivamente encostadas a sepulturas mais antigas, em uma das quais (sepultura 4), se encontrava, erguida *in situ*, a estela A, objeto do presente estudo.

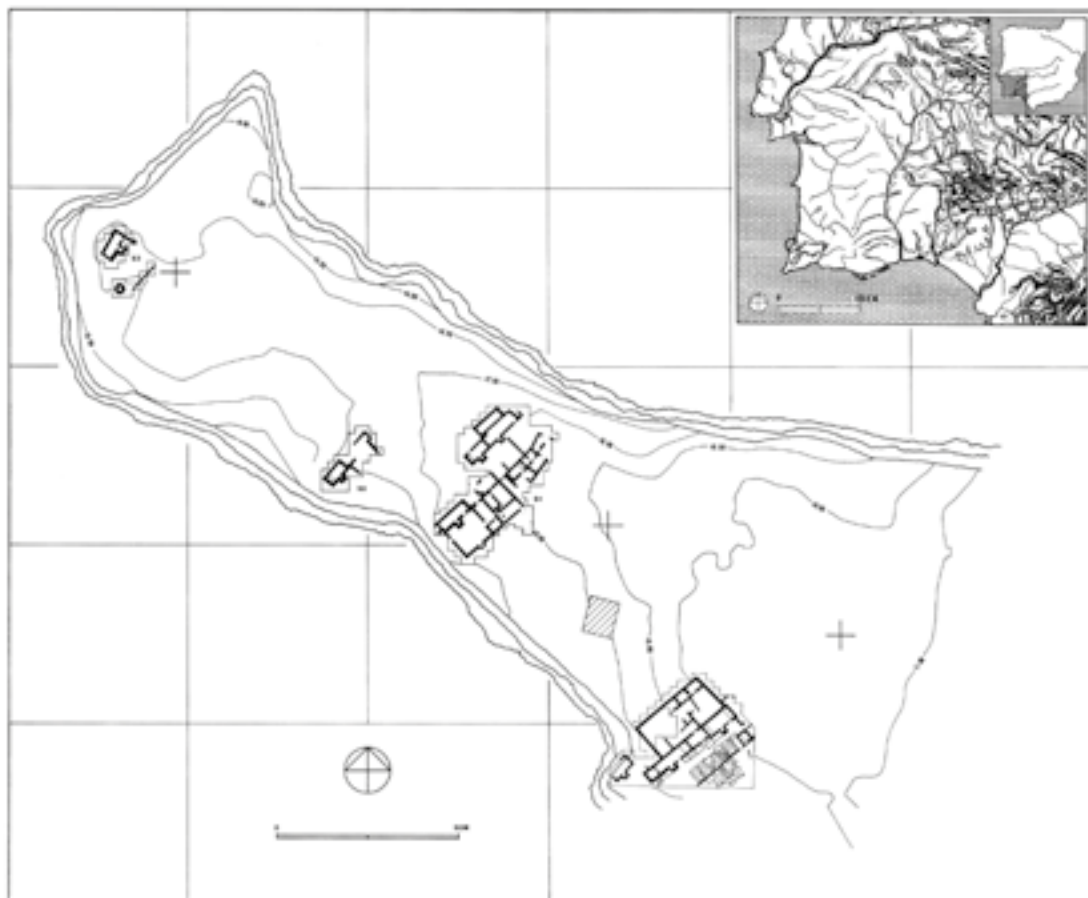


Fig. 1 – Ribât da Arrifana. Estruturas descobertas (seg. R. e M. V. Gomes).

A segunda estela (B) assinalava sepultura (54) adossada a outra e esta à *qibla* de mesquita, na extremidade sudoeste da necrópole.

Um muro cercava, no lado nascente, o *ribât* e parte da necrópole, desconhecendo-se a totalidade das sepulturas que primitivamente a constituíam, dados os limites impostos pela área investigada.

As sepulturas encontram-se orientadas no sentido nordeste-sudoeste e será esta a disposição dos cadáveres, que nelas foram depositados em *decubitus* lateral, com a cabeça dirigida para aquela segunda direção e a face voltada para sudoeste (Meca), aspetos que a escavação ulterior de algumas fossas funerárias e a existência de restos osteológicos puderam confirmar¹.

Ao nível do solo as sepulturas destacam-se por mostrarem *tumuli*, delimitados por muretes de pedra, muito baixos, por vezes apenas contando com uma

¹ Trabalhos ocorridos no verão de 2014.



Fig. 2 – Planta das estruturas do Sector 4, com indicação das estelas epigrafadas (A e B) (seg. R. e M. V. Gomes).

fiada de pequenos blocos e lajetas, sendo o interior daqueles preenchido com pedras miúdas e terra batida.

Em *tumuli* de maiores dimensões observaram-se algumas pedras, formando couraça, contendo elementos maiores ao centro.

2. A ESTELA A (SEP. 4)

Encontrava-se no canto sudeste da sepultura 4, calçada através de coroa, constituída por pedras de pequenas dimensões, consolidada com massa de terra e cal. A face epigrafada estava voltada para noroeste. A sepultura apresentava *tumulus*, medindo 2,56 m de comprimento, 1,32 m de largura e 0,21 m de altura.

Conforme descrevemos em outro estudo (Barceló, Gomes e Gomes 2011, p. 149), a estela corresponde a laje de rijo xisto-grauváquico, possuindo contorno subtrapezoidal, dado o terço proximal apresentar bordo oblíquo, sendo o esquerdo mais acentuado, de modo a facilitar a sua fixação ao solo (fig. 3).

Aquele suporte mostra cor cinzenta escura, algo acastanhada (10R 2.5/1)² e finos veios oblíquos de quartzo branco, reconhecendo-se as duas faces maiores (anverso e reverso) naturalmente alisadas, dado aproveitarem direções de clivagem, o que também acontece em sectores dos bordos, embora não possamos pôr de parte a hipótese de neles ter havido alguma regularização artificial. Mede 0,675 m de altura, 0,500 m de largura no terço distal e 0,042 m de espessura máxima.

A natureza petrográfica do monólito que descrevemos indica tratar-se de elemento exógeno ao local onde foi encontrado, originário de ocorrências que se localizam a cerca de uma dezena de quilómetros, tanto para nordeste como para sudeste. Todavia, a julgar não só pelas características pétreas como pelas dimensões desta lápide, é bem possível que ela reutilize esteio de cista da Idade do Bronze, talvez mesmo procedente de necrópole, há muito parcialmente violada, que escavámos no Vale da Telha, situada a dois quilómetros em linha reta do *ribât* da Arrifana.

A face epigrafada, a que faltam dois pequenos sectores da superfície original, no lado direito e esquerdo do bordo distal, apresenta densa rede de incisões filiformes, anteriores à gravação dos textos árabes (figs 4 e 5).

Ali se reconhece pequeno reticulado, escalariforme, conjuntos de múltiplos segmentos retos e imagem quadrangular, medindo 0,075 m de lado, provida de medianas e diagonais, sendo afim das que servem como tabuleiros a jogos de mesa, nomeadamente com o conhecido como alquerque de três. Estes têm origens pré-romanas e foram muito difundidos durante a Idade Média. O Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, conserva estela funerária com inscrição árabe, de 486 H./1093 J.C., encontrada em Nossa Senhora da Cola (Ourique, Beja), que na zona proximal do anverso, destinada à sua fixação ao solo, apresenta tabuleiro do antigo jogo do alquerque de nove (Borges, 1998, n.º 290). Aliás, no *ribât* da Arrifana têm sido identificadas malhas ou marcas de jogo, utilizadas em tais entretenimentos (Gomes e Gomes, 2007, p. 107-109).

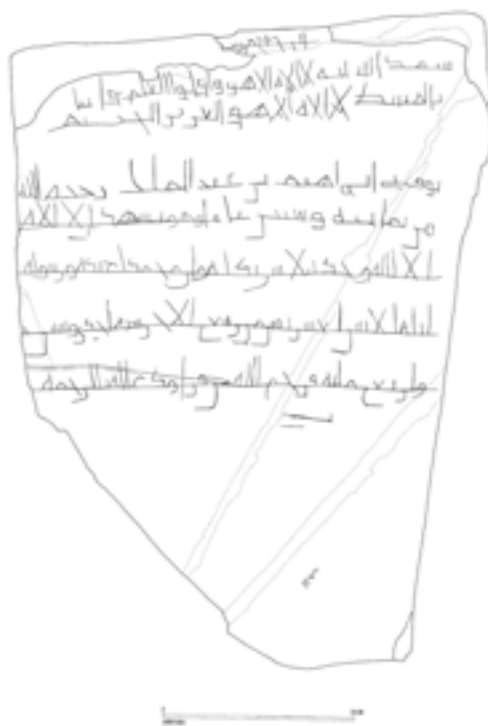


Fig. 3 – Decalque da estela epigrafada A, do *ribât* da Arrifana (seg. M. V. Gomes).

² Os índices cromáticos referem-se às *Munsell Soil Color Charts* (1977) e, por isso, devem entender-se como aproximados.



Fig. 4 – Decalque dos grafitos de estela epigrafada A, do ribât da Arrifana (seg. M. V. Gomes).



Fig. 5 – Estela epigrafada A, do ribât da Arrifana (foto: J. Paulo Ruas).

2.1. A epígrafe

O campo epigráfico corresponde às superfícies distal e mesial do anverso da estela, enquanto a superfície proximal integrava o volume destinado à sua fixação ao solo, conforme referimos (fig. 5).

As letras utilizadas correspondem ao alfabeto árabe de estilo cúfico simples e do tipo anguloso, tendo sido incisas, com fina ponta metálica e depois regularizadas por abrasão. A altura média do *alif* é de 0,026 m.

O texto distribui-se por oito linhas horizontais e só a primeira se encontra amputada, conservando apenas pequeno sector central. Na extremidade proximal, da mesma face, observa-se palavra, gravada obliquamente, que não seria visível quando a estela estivesse erguida.

Quase não existem espaços entre as três primeiras linhas, embora entre a terceira e a quarta linha o espaço seja amplo, encontrando-se as restantes linhas igualmente bem separadas. Da quinta à oitava linhas o texto passou a ser ordenado por traços horizontais incisos, mostrando erro de direção no último daqueles, embora corrigido.

Edição do texto árabe (as restituições e algumas referências encontram-se entre parêntesis):

- 1 [بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ] م
- 2 شهد الله أنه لا إله إلا هو وأولوا العلم قائما
- 3 بالقسط لا إله إلا هو العزيز الحكيم
- 4 توفي إبراهيم بن عبد الملك رحمه الله
- 5 من ثمانية وستين عاما وهو يشهد أن لا إله
- 6 إلا الله وحده لا شريك له وأن محمدا عبده ورسوله
- 7 ليلة الاثنين لعشر بقين من ربيع الآخر سنة إحدى وستين
- 8 وأربع مائة فرحم الله من قرأ ودعا له بالرحمة

Tradução:

- 1 [Em nome de Deus,] Clemente e Misericor[dioso].
- 2 «Deus testemunha, e com Ele [os anjos e] os homens dotados de ciência, que não há outro deus senão Ele, trabalhando
- 3 com equidade. Não há outro Deus senão Ele, o Poderoso, o Sábio» [Alcorão III, 18]
- 4 Morreu Ibrāhīm bn ‘Abd al-Malik – ; Deus tenha piedade dele! –
- 5 aos sessenta e oito anos, dando testemunho de que não há outro deus
- 6 que Deus, único, sem par e de que Maomé é seu servidor e seu enviado,
- 7 na noite de segunda-feira, a dez por ficar do último *rabi’* do ano sessenta e um
- 8 e quatrocentos [15 de fevereiro de 1069] ; Deus tenha piedade de quem recite uma oração e peça para ele a misericórdia!

Ao centro da extremidade proximal, com direção inclinada e com letras mais pequenas do que as usadas no epitáfio, gravou-se a palavra *šahida* («deu testemunho»). Esta palavra inicia-se na parte mais baixa da estela e desenvolve-se em direção ao lado direito daquela.

2.2. Comentário epigráfico

A restituição da primeira linha é hipotética, dado que o modo de a representar, centrada em relação às restantes, é pouco habitual nos epitáfios andaluzes. Não se deve descartar que aquela esteja incompleta, já que houve perda de material do suporte, nos lados esquerdo e direito, pelo que será muito arriscado restituí-la sem informação segura.

A partir de metade da quinta linha o lapicida começou a traçar segmentos retos que servem de base à escrita, talvez com a intenção de manter a horizontalidade do texto e de melhor o ordenar. Trata-se de aspeto que se repete em

inscrições andaluzas e portuguesas, sobretudo nas encontradas em ambientes rurais mas também se documenta em epitáfios, em relevo, como na estela do rei de Maiorca, al-Murtadà, datada em 486 H./1094 J.C. (Barceló, 2006; 2010). Parece, ainda, que se traçou linha orientadora na primeira frase do texto funerário, embora se encontre quase desaparecida.

A qualidade da pedra utilizada, pela sua dureza, fez com que se tornasse muito difícil imprimir às letras traços suaves e bem travados, o que permite agora descobrir a forma habitual em que se desenvolvia o movimento da mão quando o seu autor desenhava algumas delas. Esta particularidade é difícil de detetar em inscrições realizadas sobre materiais mais brandos, tanto obtidas com a técnica de incisão, como nas efetuadas em relevo.

No que concerne às dimensões da lápide, é provável que se relacionem com módulos métricos usuais no mundo islâmico medieval, concretamente com o cúbito (*dirā'*) ou braça de, aproximadamente, 0,60 m (Barceló, 1998, p. 66, 67).

Como se aprecia através da tradução e edição do texto árabe, trata-se de estela funerária, que demarcava a sepultura, ou cenotáfio, de um homem chamado Ibrāhīm bn 'Abd al-Malik, de que não foi possível encontrar qualquer referência em crónicas e dicionários biográficos andaluzes. Os nomes próprios conservados nos epitáfios islâmicos da Península Ibérica poucas vezes se podem identificar com os onomásticos de textos literários das mesmas épocas. Este aspeto constitui facto frequente pelo que, de momento, não é possível fazer conjeturas sobre a trajetória da vida do falecido.

Além do nome do defunto e da data de óbito, a inscrição informa sobre a sua idade e o sexo: um homem de 68 anos, o que permite situar o seu nascimento no ano 393 da Hégira; quer dizer que veio ao mundo cerca do ano 1002 da nossa era. Este dado regista-se, com relativa frequência, nos epitáfios do mundo islâmico, embora não seja habitual nos andaluzes que se conhecem³.

O texto completo do epitáfio confirma a descrição que se fez sobre a estrutura destes monumentos funerários andaluzes do Período das Taifas (Barceló 1998, p. 79-85).

Também as alusões e citações corânicas são habituais neste tipo de inscrições. Além do mais, se não fosse suficiente o contexto em que surgiu a lápide, esta reúne todas as características dos epitáfios das zonas rurais do Al-Andalus: pedra da região, campo epigráfico que ocupa a metade superior do suporte e extremidade proximal pontiaguda, com objetivo de a fixar à terra, inscrição incisa, letra cúfica simples, de tipo anguloso e estrutura do texto diferente da conhecida nas áreas urbanas (Barceló, 1990, p. 44-49). A lápide comparte estas características

³ Um dos primeiros testemunhos é o acima referido epitáfio do rei al-Murtadà de Maiorca, falecido em 486 H./1094 J.C. (Barceló, 2006; 2010).

com outras oito, da mesma época (segunda metade do século XI), conservadas em Portugal, todas elas procedentes de zonas rurais (Labarta e Barceló, 1987; Barceló, Gomes e Gomes, 2010, p. 154; Barroca, 2000, n.ºs 9, 10, 11, 20, 47, 48, 57, 59).

O texto árabe funerário está correto, com exceção da citação corânica, em que o lapicida omitiu «e os anjos» (*wa-l-malā'ika*), no final da linha 2. Também falta o traço inclinado que caracteriza a letra *kāf* (na voz *al-hakīm*, no final da linha 3), talvez devido a esquecimento. Todavia, existe um aspeto que chama a atenção: tratando-se de texto único e seguido, o espaço interlinhas deixado entre a terceira e a quarta linhas é demasiado amplo; além do mais, o tipo caligráfico usado nas três primeiras linhas é claramente distinto do que se utilizou no epitáfio propriamente dito, que se inicia na quarta linha.

Tal circunstância permite colocar a seguinte hipótese: o epitáfio gravou-se no século XI, somente com cinco linhas, começando no que hoje é a quarta linha. O texto que surge nas três primeiras linhas (quer dizer, o versículo corânico e a *basmala* restituída) foi gravado por outra mão em data incerta; talvez por algum personagem que considerou imperdoável que no epitáfio não se tivesse incluído a piedosa *basmala*, com a que todo o bom muçulmano começa um discurso, neste caso funerário; ou talvez por alguma outra razão de carácter religioso ou da atividade do artífice, menos fácil de determinar.

Não obstante, pode-se conjecturar alguma coisa. Talvez a lápide fosse utilizada para nela gravar um versículo corânico que inclui, por duas vezes, a profissão de fé em uma divindade única. Alcorão III, 18 (em outras vulgatas 16, uma formulação da crença muçulmana que expõe a *šahāda* simples), seguido outras vezes do começo do versículo 19 que declara «com certeza a religião, por Deus, é o Islão», propagou-se entre teólogos e comentaristas de tendência *mu'tazili*, em apoio da sua doutrina porque também faz alusão aos homens dotados de ciência e é comum encontrá-lo nos epitáfios islâmicos (Blair, 1998, p. 198, 216), e está documentado em terras do Al-Andalus em vários epitáfios do Período Almorávida, entre eles o da filha de um emir da dinastia, falecida em 496 H./1103 J.C. (Lévi-Provençal, 1931, n.ºs 24, 142, 145; Ocaña Jiménez, 1964, n.ºs 31, 43, 74, 75; Martínez Núñez, 1996, n.ºs 2, 3).

Quando se terá realizado essa inserção corânica? A resposta apenas pode ser dada através da análise profunda do tipo caligráfico usado. Afortunadamente o texto inclui quase todo um leque de signos, alguns repetidos. Há certos traços que situam o seu desenho no Período Almorávida, possivelmente nos inícios da entrada daquela dinastia no Al-Andalus, sobretudo dada a presença de letras (por exemplo o traço 4) que, todavia, mantêm características da Época Taifa (Barceló, 2009, p. 141b). Também a palavra *šahida*, que aparece em posição invertida na base do epitáfio, corresponde ao Período Almorávida, mas algo ulterior ao texto que o encabeça; aspetos que demonstram ter a realização do texto, que se observa na lápide, três momentos distintos (figs 6 e 7).

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|---|---|---|---|---|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|--|--|---|
| | 18 | | | | | | | 9 | 6 | | | | | | | | | | |
| | الله | س | ق | ر | | | | | | ر | ك | | | | | | | | A |
| | الله | | و | ا | م | ل | | ق | ر | ل | ر | | ح | ر | | | | | I |
| | خ | | و | ه | ا | ل | | ه | ل | ل | ر | | ح | ك | خ | ا | | | M |
| | خ | ا | و | ا | ر | ا | | ك | خ | | ر | ح | | | | | | | F |

Fig. 6 – Alfabeto da epígrafe, da estela A, do ano 461H (A = isolada; I = inicial; M = média; F = final) (seg. C. Barceló).

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|--|----|---|---|--|--|--|--|--|--|--|--|---|
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 12 | 8 | 6 | | | | | | | | | I |
| | خ | خ | ق | ا | ل | ق | | | | | | | | | | | | | M |
| | خ | خ | ق | ا | ل | ق | | | | | | | | | | | | | F |

Fig. 7 – Alfabeto da epígrafe das linhas 2 e 3 da estela A (A = isolada; I = inicial; M = média; F = final) (seg. C. Barceló).

Trata-se de estela funerária cujo texto principal foi datado em 461 H./1069 J.C., e a que se juntou fragmento do Corão, entre 485 e 495 H./1094-1102 J.C., tal como a pequena anotação, na base do monólito, talvez antes de 505 H./1112 J.C.

3. A ESTELA B (SEP. 54)

Encontrava-se erguida, no lado sudeste da sepultura 54, fixada ao solo através de coroa de pequenas pedras, imbricadas e argamassadas com terra. A sepultura estava adossada a outra (sep. 55) e esta à *qibla* da mesquita situada na extremidade sudoeste da necrópole. O seu *tumulus* media 2,12 m de comprimento, 0,70 m de largura e 0,20 m de altura.

Corresponde a laje de grauaque, possuindo contorno trapezoidal, dado o terço proximal mostrar bordo oblíquo, de modo a facilitar a sua fixação ao solo (figs 8 e 9).

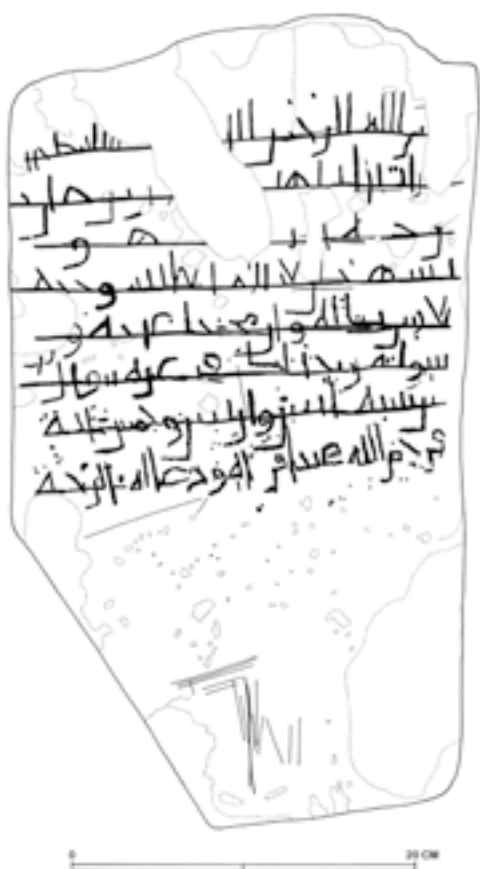


Fig. 8 – Decalque da estela epigrafada B do *ribât* da Arrifana (seg. M. V. Gomes).



Fig. 9 – Estela epigrafada B, do *ribât* da Arrifana (foto: J. Paulo Ruas).

É possível que aproveite dormente de antiga mó manual, de cor cinzenta (2.5YR 4/0), medindo 0,480 m de altura, 0,270 m de largura máxima, no terço distal, e 0,070 m na maior espessura.

A face epigrafada, a que faltam dois pequenos sectores da superfície original, no lado direito e central esquerdo do bordo distal, estava dirigida para sudeste. Esta oferece longo texto, ocupando as superfícies distal e mesial, distribuído por oito linhas horizontais, onde apenas a última não mostra traço orientador. As linhas retas servem de base à escrita, talvez com a intenção de manter a horizontalidade do texto e de melhor o ordenar. Não se traçou, conforme referimos, linha orientadora na última frase do texto, aspeto que se repete em inscrições procedentes da Andaluzia e de Portugal, sobretudo nas encontradas em ambientes rurais, como acontece na estela anteriormente descrita e, em particular, em exemplares do Período Almorávida.

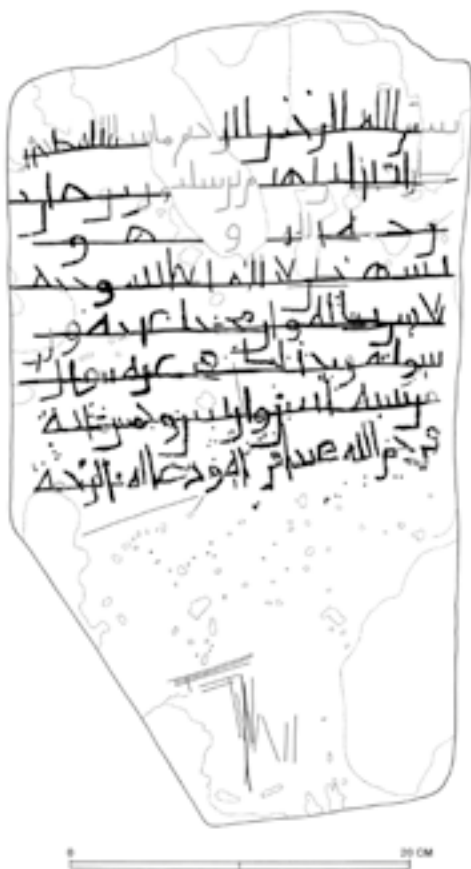


Fig. 10 – Restituição do texto da estela B, do ribât da Arrifana (seg. C. Barceló).

| | | | | | | | | | | |
|------|---|---|---|---|---|----|---|---|---|---|
| الله | و | ه | و | ر | ز | ال | ر | ح | ر | ا |
| الله | | ه | و | ز | و | و | و | و | و | و |
| و | و | و | و | و | و | و | و | و | و | و |
| و | و | و | و | و | و | و | و | و | و | و |

Fig. 11 – Alfabeto da epígrafe, da estela B, do ano 542 H (A = isolada; I = inicial; M = média; F = final) (seg. C. Barceló).

irregular. As letras e as palavras encontram-se muito apertadas na primeira linha e o artífice deixou grandes espaços vazios entre as quatro palavras da terceira linha.

O artífice executou a gravação das letras e das linhas com instrumento metálico afiado, de ponta fina e redonda, possuindo cerca de 0,0025 m de diâmetro.

A face epigrafada expõe muitas marcas de golpes e esquecimentos que só em duas zonas podem reproduzir sinais gráficos ou pontos diacríticos da escrita árabe (fig. 11). O uso de pontos diacríticos na escrita cúfica é observável em quirate cunhado em nome de Ibn Qasī, de Beja (Antunes e Sidarus, 1993, figs. 1a, 1b), existindo notícias de que também surgem em outras inscrições (Barceló, 2004).

Na área proximal observam-se várias incisões filiformes, constituindo dois conjuntos quase perpendiculares entre si.

3.1. A epígrafe

O campo epigráfico corresponde às superfícies distal e mesial do anverso da estela, enquanto a superfície proximal integrava o volume destinado à fixação ao solo, conforme referimos.

No que concerne às dimensões da lápide, encontram-se paralelos, desde logo, na estela A do mesmo arqueossítio e em outras inscrições de zonas portuguesas e andaluzas, de diversos períodos do Al-Andalus (Barceló, 1998, p. 66, 67), sendo provável a sua dependência com o módulo métrico denominado cúbito.

O texto distribui-se por oito linhas horizontais, bem ordenadas, ainda que a separação entre elas não seja ampla. Somente nas três primeiras linhas é que as palavras estão separadas de modo

O lapicida começou a gravura suavemente, golpeando com mais força nas quatro últimas linhas, onde os traços são mais visíveis. As três primeiras linhas perderam partes do texto, devido a pequenas lacunas e escamamentos da superfície da pedra que, principalmente, produziu destruição de parte do sector central da epígrafe (fig. 10).

As letras árabes correspondem ao alfabeto de estilo cúfico simples. A altura média do *alif* é de 0,019 m.

Edição do texto árabe (as restituições e algumas referências encontram-se entre parêntesis):

- 1 [بسـ]م الله الرحمن الرحيم ما شاء الله هاذ قبر
- 2 [طـ]راف بن إبراهيم بن سليمان بن حيان
- 3 رحمه الله [و]هو
- 4 يشهد أن لا إله إلا الله وحده
- 5 لا شريك له وأن محمدا عبده ور
- 6 سوله وهلك في غرة شوال
- 7 من سنة اثنين وأربعين وخمس مائة
- 8 فرحم الله عبدا قرأه ودعا له بالرحمة

Tradução:

- 1 [Em nome de Deus,] Clemente, Misericor[dioso. j Seja o que que]r Deus!
Esta é a sepultura de
- 2 [Ṭa]rif (?) bn Ibrāhī[m bn Sulay]man bn Hayyān
- 3 – j Deus tenha piedade dele! – Ele
- 4 deu testemunho de que não há outro deus que Deus, único,
- 5 sem par e de que Maomé é seu servidor e seu en-
- 6 viado. Morreu no início do *šawwāl*
- 7 do ano quarenta e dois e quinhentos [23 de fevereiro – 3 março 1148]
- 8 j Deus tenha piedade de quem recite uma oração para ele e peça para ele a misericórdia!

3.2. Comentário epigráfico

Como se aprecia, através da tradução e edição do texto árabe, trata-se de estela funerária, que demarcava a sepultura de um homem. Reúne as características dos epitáfios das zonas rurais do Al-Andalus, tal como a lápide A: pedra da região, campo epigráfico na metade superior do suporte e extremidade proximal pontiaguda, inscrição incisa e letra cúfica simples, de tipo anguloso.

O texto completo deste epitáfio confirma a descrição que se fez sobre a estrutura destes monumentos funerários andaluzes do Período Almorávida, diferente da conhecida nas áreas urbanas (Barceló, 1998, p. 80). Neste tipo de inscrições são habituais as citações do credo islâmico o *šahāda*. Não obstante, a restituição de parte da primeira linha é hipotética, porém formulamos a proposta de suprir com uma oração conhecida ([*mā šā*]’a *Allāh*), embora pouco habitual nos epitáfios andaluzes, por ter cabimento no espaço perdido.

Devido à destruição parcial ou ao desaparecimento dos traços, a restituição do nome próprio completo é hipotética em algumas partes. Na genealogia do falecido, o nome do pai é Ibrāhī[m]. A este nome devia seguir-se a palavra «filho» [bn] e o nome do avô, que pode ter sido [Sulay]man; embora com a possibilidade de interpretação [’Ut]man (com *scriptio defectiva* habitual na epigrafia do Al-Andalus nos dois nomes Sulaymān e ’Utmān), optou-se pelo primeiro porque a pessoa que gravou a epígrafe usou módulo de separações, permitindo aceitar o nome selecionado com a justificação dos espaços entre palavras. Pelo contrário, se a escolha fosse o segundo nome próprio, ficaria demasiado espaço vazio, sem justificar, entre as palavras.

No princípio da linha pode-se interpretar [Ta]rīf, nome próprio atestado em algumas personagens do al-Andalus. Não temos segurança completa sobre a interpretação pois embora se aprecie com clareza o desenho 5f, depois parece haver um traço 2i ou 1a, seguido do que poderia ser um carácter 10f. O dano sofrido pela pedra naquele ponto impede decidir, com absoluta segurança, a sequência dos signos.

Também não foi possível encontrar em crónicas e dicionários biográficos andaluzes dados ou referências sobre o defunto, cujo nome e genealogia completa pode ser o que se restituiu: Tarīf bn Ibrāhīm bn Sulayman bn Hayyān.

Conforme escrevemos em relação à estela A, acontece com muita frequência não se poder relacionar as personagens citadas nos epitáfios da Península Ibérica com aqueles que obtiveram o mérito de figurar nos textos árabes, tanto devido às suas virtudes intelectuais ou pela sua participação ativa na vida política andalusa. Não é fácil, portanto, fazer conjeturas sobre o *curriculum* do falecido, mas pode especular-se com a possibilidade de se tratar de indivíduo pertencente a família sem relação com árabes ou berberes, já que não se registou o nome da tribo.

Se bem que a onomástica dos defuntos normalmente aparece muito simplificada nas estelas funerárias encontradas em áreas rurais do al-Andalus, quer dizer apenas com nome próprio e patronímico, no presente caso ela é bastante completa. Apesar de se poder argumentar que a inclusão de outros ascendentes sugeriria que existia na povoação vários indivíduos com o onomástico Ibrāhīm bn Sulaymān ou que os Hayyān formavam um grupo familiar com certa entidade, o que é certo é que no Período Almorávida os antropónimos que se utilizam

nas inscrições são cada vez mais longos, inovando assim os costumes de outras épocas.

A lápide, agora dada a conhecer (B), oferece as mesmas características tipológicas de outras, da primeira metade do século XII, conservadas em Portugal e em Espanha. Mas a escrita incisa aparece em poucas das procedentes de zonas rurais, de que só subsistem lápide de Cáceres, com epitáfio de mártir em 498 H./1105 J.C. (Rosselló Bordoy, 1978, n.º 3), estela funerária do ano 504 H./1111 J.C., conservada em Borriana (Castellón) (Barceló, 1998, n.º 33), epitáfio de 549 H./1154 J.C., encontrado em Arjona (Jaén) (Lévi-Provençal, 1931, n.º 156) e fragmento de mármore, descoberto no Pinoco da Serra de São Mamede, com seis linhas de escrita ilegível (Mendes e Borges, 1991). A semelhança da escrita da estela B com aquelas é, por demais, evidente (fig. 11).

Todavia, existe aspeto que merece comentário: o uso do verbo *halaka* e não *tuwuffiya* e *māta*, mais habituais em epitáfios do Al-Andalus, ou do menos documentado *īstahada*. Prova-se o uso em textos epigrafados andaluzes dos séculos IX e X, como são os grafitos que se conservam no Parador Nacional de Mérida (Badajoz), onde se pode ler *gayr hālak wa-lā mafqūd* («em vida e em morte»), uma antiga expressão dos primeiros séculos do Islão (Barceló, 2001, p. 109). O Alcorão usa o verbo *halaka* em relação com a repartição de heranças.

4. CONCLUSÕES

As duas lápides funerárias epigrafadas do *ribāt* da Arrifana são as primeiras surgidas sobre túmulos, ou *in situ*, em Portugal, sendo das raras cujas epígrafes se encontram quase íntegras. Elas constituem inscrições com características próprias e algumas diferenças relativamente a outras estelas do Al-Andalus do mesmo período.

No texto da estela A, a que faltam pequeníssimos sectores da primeira linha, foi possível reconhecer que terá sido elaborado em três momentos distintos, embora dois deles no Período Almorávida. Assim, foi primeiramente gravado o texto mais longo, com cinco linhas, e que ocupa o centro do campo epigráfico, depois as três primeiras linhas correspondendo a *basmala* e ao Alcorão, sendo, por fim, inserida a palavra invertida em relação às restantes, na superfície proximal do monólito e que se encontrava soterrada quando aquele estivesse ereto.

Torna-se difícil sabermos se o epitáfio, reutilizado em tempos mais modernos que a data consignada na lápide, estava *in situ* no local onde se edificou o *ribāt* ou foi para ali trasladado, de pequena alcaria situada próxima. Recordemos que Ibn al-Hatīb (1313-1379) refere na *Kitāb a'māl al-a'lām* (Lévi-Provençal, 1934, p. 286) o facto de Ibn Qasī ter fundado o seu *ribāt* junto de *qarya ġalla* ou «alcaria importante» (Coelho, 1973, p. 252; Lopes, 1910; Picard, 2000, p. 93, 94).

Não obstante, tanto a eleição do texto corânico, como a tipologia da letra usada nas três primeiras linhas da inscrição, indicam que foram realizadas nos dois primeiros decénios da instalação almorávida na Península, entre 485 e 505 H./1092-1112 J.C.

Por outro lado, a transladação da lápide A, tida como assinalando sepultura de indivíduo virtuoso, para o *ribât*, tal qual santa relíquia onde passasse a assinalar cenotáfio, não seria de estranhar no contexto místico daquele lugar, que estimamos fundado em cerca de 1130, ou seja sessenta anos depois da morte do indivíduo cuja sepultura o epitáfio assinalava. A palavra *shahida* («deu testemunho»), gravada na superfície proximal do epitáfio, que a análise epigráfica indica corresponder à intervenção escrita mais recente, abona esta interpretação.

A estela B indicava o sepulcro de homem adulto, provavelmente do círculo próximo a Ibn Qasī ou um dos seus *murīdīm*, que atacaram o castelo de Mértola gritando *tahlīl y takbīr*, isto é, repetindo «não há outra divindade que Deus» e «Deus é grande», segundo relatou Ibn al-Abbār na obra *al-Hulla al-siyarā'*.

Outros túmulos da necrópole do *ribât* da Arrifana possuíam as cabeceiras assinaladas através de pequenas estelas anepígrafas (*sahid*), correspondendo a pequenas lajes ou a grandes seixos achatados de grauvaque, aspeto que assinalava claramente a diferença de estatuto em relação a quem foi memorizado através de estelas epigrafadas.

Só a continuação dos trabalhos arqueológicos no *ribât* da Arrifana poderá esclarecer sobre a presença de outras epígrafes funerárias ou a total constituição e caracterização da necrópole, para o que muito contribuirá a escavação integral das largas dezenas de sepulturas ali existentes.

Este projeto foi financiado pela Max van Berchem Foundation, criada em 1973 em memória de Max van Berchem (1863-1921), o fundador da Epigrafia Árabe. Com sede em Genebra, o objetivo da Fundação é promover o estudo da Arqueologia, História, Geografia, Arte, Epigrafia, Religião e Literatura Islâmicas e Árabes.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, M. T. (2007) – Ribât da Arrifana – Estudo arqueozoológico. In *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur: Câmara Municipal de Aljezur. p. 83-86.
- ANTUNES, M. T.; SIDARUS, A. (1993) – Mais um quirate cunhado em Beja em nome de Ibn Qasī e Abu Talib al-Zuhri (Alcaria Longa – Baixo Alentejo). *Arqueologia Medieval*. Mértola. 2, p. 219-223.
- BARCELÓ, C. (1990) – Estrutura textual de los epitafios andalusíes (siglos IX-XIII). In *Homenaje a Manuel Ocaña Jiménez*. Córdoba: Diputación Provincial. p. 41-54.

- BARCELÓ, C. (1998) – *La escritura árabe en el País Valenciano. I. Inscripciones Monumentales*. Valencia: Universidad de Valencia.
- BARCELÓ, C. (2001) – Columnas arabizadas en santuarios del Occidente islámico. In *La Islamización de la Extremadura Romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. p. 87-137.
- BARCELÓ, C. (2004) – Los escritos árabes de la rábida de Guardamar. In *Fouilles de la Rábida de Guardamar I. El ribât Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1992)*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 131-145.
- BARCELÓ, C. (2006) – Un epitaffio islamico proveniente da Maiorca portato a Pisa come trofeo di guerra?, *Quaderni di Studi Arabi. Nuova Serie*. Roma. I, p. 55-68.
- BARCELÓ, C. (2010) – L'epitafi del rei mallorquí Ibn Aglab conservat a Pisa. *Butlletí de la Societat Arqueològica Lul·liana*. Palma de Mallorca. 66, p. 279-298.
- BARCELÓ, C.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2011) – Estela funerária epigrafada, do ribât da Arrifana (Aljezur). In *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências. p. 147-156.
- BARROCA, M. J. (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422) – Vol. III Anexos, Índices, Bibliografia e Estampas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BLAIR, S. S. (1998) – *Islamic Inscriptions*, Edinburgh: Edinburgh University Press.
- BORGES, A. G. M. (1998) – Epigrafia árabe no Gharb. In *Portugal Islâmico. Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 227-255.
- CALLAPEZ, P. M. (2007) – Fauna malacológica do ribât da Arrifana – Análise preliminar. In *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur: Câmara Municipal de Aljezur. p. 87-90.
- CALLAPEZ, P. M. (2011) – Estudo zooarqueológico dos invertebrados do Ribât da Arrifana (Aljezur, Portugal). Sua relação com as comunidades marinhas litorais e com hábitos alimentares no Algarve muçulmano no século XII. In *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa. p. 165-186.
- COELHO, A. B. (1973) – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Seara Nova. Vol. III.
- GOMES, M. V. (2006) – Ibn Qasí – Memória, do pensamento e acção, do mestre sufi da Arrifana. *Al-Rihana*. Aljezur. 2, p. 17-44.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2011) – O ribât da Arrifana. Entre Cristãos e Muçulmanos no Gharb. In *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*, Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências. p. 137-146.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2004) – O ribât da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 483-573.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2004a) – El ribât de Arrifana (Aljezur, Algarve); identificación y primeros trabajos. In *Fouilles de la Rábida de Guardamar I. El ribât Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1992)*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 239-245.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2005) – O ribât da Arrifana (século XII). Resultados de três campanhas de escavações. *Al-Rihana*. Aljezur. Vol. 1, p. 41-71.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2005a) – O ribât da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2003 – Sector 1. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2, p. 471-533.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2005b) – A *djihâd* no Extremo Sudoeste Peninsular – O recém-identificado ribât da Arrifana (século XIII). *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa. 16, p. 141-159.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2006) – O ribât da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados das escavações arqueológicas no Sector 3 (2003/2004). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, p. 329-352.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2007) – *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur: Câmara Municipal de Aljezur.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2011) – O ribât da Arrifana, no contexto espiritual e político, entre

- o *Gharb* e o *Maghreb*. In *Congresso Internacional de História: Portugal e o Magrebe/4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar. p. 17-37.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2012) – Arrifana, Ribât da (Aljezur). In *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas. p. 44, 45.
- LABARTA, A; BARCELÓ, C. (1987) – Inscriciões árabes portuguesas: situación actual. *Al-Qantara*. Madrid. VIII, p. 395-420.
- LEVI-PROVENÇAL, É. (1931) – *Inscriptions Arabes d'Espagne*. Leyde; Paris: E. J. Brill et E. Larose.
- LEVI-PROVENÇAL, É. (1934) – *Fragments Historiques sur les Berbères au Moyen Age: extraits inédites d'un recueil anonyme compilé en 712-1312 et intitulé Kitab-Mafakhir al-barbar*. Rabat: Éditions Felix Moncho.
- LOPES, D. (1910) – Os árabes nas obras de Alexandre Herculano. *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, n.º 3:1, p. 50-273.
- MARTÍNEZ NÚÑEZ, M. A. (1996) – Estelas funerárias de época almorávide aparecidas en Córdoba. *Miscelánea de Estudios Árabes y Hebraicos*. Granada. 45, p. 133-146.
- MENDES, A. J. S. C.; BORGES, A. G. M. (1991) – A lápide árabe da Serra de S. Mamede, *Ibn Maruán*. *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, n.º 1, p. 59-65.
- NYKL, A. R. (1946) – Arabic Inscriptions in Portugal. *Ars Islamica*. 11, p. 167-183.
- OCAÑA JIMÉNEZ, M. (1964) – *Repertorio e Inscriciones Árabes de Almería*. Madrid; Granada: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- PICARD, C. (2000) – *Le Portugal Musulman (VIIIe-XIIIe Siècle)*. Paris: Maisonneuve et Larose.
- ROSSELLÓ BORDOY, G. (1978) – Lápidas árabes de Cáceres y Orihuela. *Mayurqa*. Palma de Maiorca. 17, p. 39-46.

Moeda islâmica no Olival do Parque (Alfange, Santarém) e a degradação de emissões monetárias em reinos de Taifas

MIGUEL TELLES ANTUNES*, TÂNIA MANUEL CASIMIRO**

RESUMO

Escavações aquando da construção de uma moradia em Olival do Parque (Alfange – Santarém), em área sobranceira ao rio Tejo, evidenciaram, entre outras, uma estrutura habitacional com fossas próximas cheias de detritos. Numa foi encontrada uma panela em cerâmica, quase completa, contendo uma moeda a seguir descrita.

A moeda é uma fração de dirham de cobre, e não de bilhão, emitida em Badajoz pelo último soberano desta Taifa, al-Mutawakkil. Corresponde a uma das emissões de uma primeira parte do reinado, entre 460 e 461 AH e, com dúvida, até 465 AH, 1073 AD.

O limite cronológico inferior é bastante rigoroso. A moeda pode ter sido utilizada mais tarde, embora deva ter passado a desuso ainda no mesmo reinado ou, por maioria de razão, após a extinção da Taifa de Badajoz (1094 AD) e o subsequente advento da dominação almorávida.

O estudo comparativo evidencia a degradação (e desvalorização) dos *dirhams* de Badajoz, certamente em consequência do declínio económico que antecedeu o colapso deste reino, o que é corroborado pela pioria das moedas de ouro (frações de dinar) a partir de emissões de boa qualidade; uma, representada em Santarém, na Porta do Pão, é reestudada e interpretada aqui em comparação com outros exemplares. As raras moedas islâmicas destes tempos até agora conhecidas são perfeitamente compatíveis com a integração de Santarém no Reino de Badajoz; e não sugerem o que seja sobre a hipotética independência de Santarém como

* Academia das Ciências de Lisboa, Rua da Academia das Ciências, 19, 1249-122 Lisboa; CICEGE, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e-mail: migueltellesantunes@gmail.com

** Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, Avenida de Berna, 26-C, 1069-064 Lisboa, e-mail: tmcasimiro@fch.unl.pt

Taifa aparte, ou a existência de quaisquer outras pequenas Taifas no ocidente do Al-Andaluz.

Palavras-chave: Fração de *dirham* – Olival do Parque – al-Mutawakkil – cronologia – degradação da moeda.

ABSTRACT

Excavations held at a building site at Olival do Parque (Alfange, Santarém, Portugal), just facing the Tagus river, exposed the foundations of an Islamic house (among others) besides several, nearby ditches full of detritus. One of the latter yielded a nearly complete pottery pan containing the coin described in this paper.

The coin is a copper (and not billion) fractional dirham issued at Badajoz by al-Mutawakkil, the last king of that Taifa Kingdom. It corresponds to one of the emissions from the beginning of his reign between 460 and 461 AH (and doubtfully until 465 AH or 1073 AD).

The lower time limit is quite accurate. However the coin may have been in use until somewhat later. It perhaps would be replaced during the same reign or, with stronger reason, after the fall of the Badajoz Taifa (1094 AD) and the subsequent domination by the Almoravids.

Comparative study of microprobe analyses shows that dirhams issued by the Badajoz Taifa during his last ruler's reign were entirely debased and made of nearly pure copper, this being certainly related to an important economic crisis before the same reign's final breakdown.

This is further corroborated by the debasement of gold coins (fractional dinars), at first made from high gold contents' alloys, and later from much poorer, low gold contents' ones. Among the former, a good specimen that was found quite nearby at Porta do Pão (Santarém) is revised and interpreted here in comparison with other specimens.

The so far known, rare Islamic coins from these times are perfectly in agreement with Santarém's integration in the Badajoz Taifa kingdom. They suggest nothing at all about the hypothetical independence of Santarém as a distinct Taifa, or on the existence of any other small Taifas in the western part of the Al-Andaluz.

Keywords: Fractional dirham – Olival do Parque – al-Mutawakkil – chronology – coin debasement.

O SÍTIO DE ALFANGE¹

Durante os trabalhos de acompanhamento da construção de uma moradia unifamiliar em Olival do Parque (Alfange – Santarém), entre 2 de novembro e 16 de dezembro de 2010, financiados pelo proprietário, foram descobertos testemunhos arqueológicos de época islâmica. A intervenção, da responsabilidade de Telmo Silva e Tânia Casimiro, foi efetuada pela ARPA – Arqueologia e Património, L.^{da}

A área estava referenciada como de elevado potencial arqueológico devido à descoberta de um silo nas proximidades, aquando da abertura de uma estrada, obrigando ao acompanhamento arqueológico de qualquer interferência.

A intervenção arqueológica decorreu em área sobranceira ao Rio Tejo, com as coordenadas: Latitude, 39° 13' 34,46" ou 39.226238, Longitude, 8° 40' 40,32" ou 8.677866. Foram identificados alicerces de diversas estruturas, de taipa ou de pedra. Dentre as construções, foi reconhecida uma estrutura habitacional, subretangular, com paredes de taipa e cujo telhado seria de telha; com efeito, foram encontrados numerosos fragmentos de telha, tanto no interior como fora do compartimento.

No seu interior há uma grande lareira, a ocupar um nicho devidamente construído para o efeito. Esta solução arquitetónica, pouco conhecida na zona centro do nosso país, tem paralelos em Siyâsa, Múrcia (Navarro-Palazón e Jiménez-Castillo, 1996). A esta casa estavam associados dois buracos de poste, equidistantes, no exterior da parede onde se abriria a porta, os quais podem ter suportado um pequeno alpendre.

Nas imediações foram identificadas várias fossas preenchidas por detritos, incluindo conjuntos de cerâmicas e fauna, interpretados como pequenas áreas

¹ Por Tânia Casimiro.

de despejo. Num desses conjuntos foi encontrada uma panela quase completa (figs. 1 e 2), globular, com caneluras no bojo, lábio de secção semicircular e fundo plano. A pasta, homogénea e compacta, apresenta elementos micáceos e de quartzo; granulometria média a fina. As paredes, negras, revelam claramente cozedura em ambiente redutor. O diâmetro do bordo é de 124 mm, sendo de 6 mm a espessura média das paredes. A altura total do recipiente é de 161 mm.

A panela foi recolhida em bloco. No seu interior, escavado aquando do tratamento dos materiais, apareceu um único objeto, a moeda agora dada a conhecer, a qual, aliás, fornece datação bastante precisa.

A tipologia daquele recipiente é semelhante à de outros que têm sido identificados em Santarém, em contextos da primeira metade do século XII (Viegas e Arruda, 1999), anteriores, portanto, à conquista de Santarém pelas forças cristãs. A cronologia formal encontra-se ainda em conformidade com a restante cultura material identificada no Olival do Parque – em que taças, caçoila, cântaros e jarrinhas apontam para os últimos tempos da ocupação islâmica naquela cidade.

O aparecimento de moedas em contextos islâmicos é raro em Santarém, sendo o numisma recolhido em Alfange o segundo identificado, por ora; o primeiro foi um dinar do século XI, encontrado nas escavações da Ribeira, junto da Porta do Pão (Batata, Barradas e Sousa, 2004, p. 72).



Fig. 1 – Panela globular *in situ*. Continha a moeda da Taifa de Badajoz aqui estudada. Globular cooking pot *in situ*. It contained the fractional dirham from Badajoz Taifa Kingdom studied here. Olival do Parque (Alfange – Santarém). Foto de/Photograph by Telmo Silva.



Fig. 2 – A mesma panela. Forma globular com caneluras no bojo, lábio de secção semicircular e fundo plano. The same pan, globular shape with a grooved surface, semicircular opening and flat bottom. Desenho, vista lateral e secção/Drawing, lateral view and section. Escala gráfica/Scale, 10 cm. Desenho de/Drawing by Ana Filipa Ferreira.

1. ESTUDO NUMISMÁTICO²

1.1. Introdução

Escavações levadas a cabo em Alfange (Santarém), no Olival do Parque, pela arqueóloga Tânia Manuel Casimiro permitiram encontrar um vaso de cerâmica contendo uma moeda islâmica. O contexto permitiu considerar o nível de proveniência como dos séculos XI-XII. A moeda foi-nos comunicada para identificação, em 21 de março de 2013, pela descobridora.

No que concerne a dados históricos, utilizámos elementos que constam de uma síntese recente (Sidarus, no prelo).

Toda a área está repleta de vestígios islâmicos ou moçárabes, com realce para topónimos:

- Santarém, شذترين (Xantarín), derivado de *Santaren* (baixo latim) referindo Santa Iria. Manteve-se, em especial, por ter permanecido capital de *kura* (região), tal como Coimbra, por se ter submetido celebrando um pacto; o que permitiu salvar a larga autonomia e manter estruturas sociais e económicas. Islamização e imigração de islâmicos de outras regiões foram limitadas. Daí a importância de moçárabes. O contexto favoreceu atividades intelectuais, mesmo sob domínio da dinastia aftácida, reinante na taifa de Badajoz.
- Alfange, الخنجر al-Ḥanjar, «Especie de Espada, ou faca larga, e curta» (Sousa, 1830, p. 37-38), que prossegue «Tambem he nome de hum bairro em Santarém, que fica á borda do Tejo». Segundo nota infrapaginal (idem, p. 38): alfange, derivado de الحذش al-Ḥanx, cobra ou víbora, é o nome do vale a Sul de Santarém. Por aí se subia para a cidade utilizando um caminho sinuoso, «serpenteando».

1.2. Descrição

1.2.1. Carateres gerais

Acompanhavam o espécime as indicações seguintes:

«Sond. | Quad: Pote 2 | U.E. [1] | Data: 3/11/2010»

O exemplar (figs. 3 e 4) apresenta revestimento superficial verde, de malaquite, que abrange a totalidade da moeda. Sem remoção parcial não permite observar o aspeto da liga que, em princípio e de acordo com a bibliografia, deveria ser de bilhão, liga Ag/Cu com menos de 50% Ag (ver adiante análises e conclusões).

FORMA: irregular, aliás evidenciada pelas legendas inscritas em campo circular, incompleto. Grosseiramente quadrangular, com dois bordos maiores, algo curvos, em bisel. A cunhagem terá incidido num disco demasiado pequeno para

² Por Miguel Telles Antunes.



Fig. 3a – Fração de *dirham* de al-Mutawakkil, último rei da Taifa de Badajoz – **Anverso**. Foto de/Photo by T. M. Casimiro Fractional dirham from al-Mutawakkil, the last King of Badajoz – **Obverse**.



Fig. 3b – Fração de *dirham* de al-Mutawakkil, último rei da Taifa de Badajoz – **Reverso**. Foto de/Photo by M. T. Antunes. Fractional dirham from al-Mutawakkil, the last King of Badajoz – **Reverse**. Escala em/Scale in mm.

os cunhos; os bordos laterais retilíneos, quase paralelos, de secção quase vertical, parecem resultar de corte com tesoura.

DIMENSÕES (mm) e PESO (g)

Medidas foram tomadas com craveira eletrónica (precisão de 0,01 mm), cerca de uma dezena para cada caso. O peso foi determinado em balança eletrónica (precisão de 10^{-4} g), arredondando ao centígrama.

Comprimento máximo, 10.3.

Largura máxima, 15.9.

Dimensão entre os extremos do maior limite curvo, 15.8.

Idem do menor limite curvo, 14.3.

Dimensão máxima do maior limite retilíneo, 7.2.

Idem do menor limite retilíneo, 6.7.

Espessura, 1.24.

PESO, com a peça ligeiramente limpa de ganga para melhor identificar as legendas, 1.05.

1.2.2. Legendas

Se completo, o espécime teria legendas em quatro linhas, no anverso e no reverso. Haveria legendas periféricas onde constariam elementos religiosos, local de cunhagem e data, não conservados.

Recorremos como literatura fundamental às obras clássicas de Codera y Zaidin (1879, nova impressão, 1977), Lavoix (1891, reimpressão 1977), Vives y Escudero (1893, nova impressão 1978) e Gómez (1992). Também utilizámos as de Album (1998) e García *et al.* (2000).

ANVERSO

Não restam vestígios interpretáveis de legendas periféricas. As partes entre [] faltam ou não estão expressas. Antecipamos o preenchimento de partes da legenda não conservadas em resultado da conclusão do estudo que segue.

| | | |
|-----------------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| الحاجب | al-Ḥājib | O Chanceler, Primeiro-ministro |
| لا اله الا | Lā llāh illā | Não [há] Deus senão |
| [الله و حد] | [Allā waḥ]dahu | Deus, só Ele (único) |
| Falta (fora do 'flan') مجد الدولة | – Devia ser Majd al-Daula | – Glória do Estado |

REVERSO

Vestígio reduzido, ilegível, de legenda periférica.

| | | |
|-------------------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Falta (fora do 'flan'), mas المتوكل | – Falta, mas al-Mutawakkil | – O que confia [em Deus] |
| الامام عبدالله | al-Imām cAbd Allāh | O Pontífice Servo de Deus |
| الموید بالله | al-Mu'ayyad bi-llāh | O fortalecido por Deus |
| على الله | calà-Allāh | O Deus |

Característica notável do ponto de vista cronológico, assinalável desde já: o elemento 'alà-Allāh só foi utilizado em moedas de al-Mutawakkil entre 460 e 465 AH (Gomez, 1992, p. 228).

2.3. Contexto histórico

A escrita, em caracteres cúficos evolucionados, exclui os fūlūs do tempo dos Governadores do Al-Andaluz até os primeiros do Califado, no princípio do reinado de 'Abd al-Raḥman III. A produção de fūlūs (*fahls*, no singular, moedas de cobre) seria retomada no derradeiro reino islâmico peninsular, o de Granada, mas estes são muito diferentes; nenhuma confusão é possível.

Assim, é grande a probabilidade de se tratar de um *dirham*, a moeda mais comum do Amirado e Califado. Manteve-se de prata de boa liga até algo além da revolução (*Fitna*) de 399 AH ou 1008-1009 AD. Esta fragmentou o al-Andaluz em reinos dissidentes, as primeiras taifas (os mais importantes em **negrito**): **Badajoz**, Silves, Santa Maria al-Ḥarūn (Faro), Huelva, **Sevilha**, Carmona, Córdova, **Toledo**, **Granada**, Málaga, Ronda, **Algeciras**, **Almería**, **Múrcia**, Denia, Elota, **Valência**, Cuenca, Tortosa, Maiorca, Lérida, Calatayud, Tudela, **Saragoça** e outros.

[Nota: ao indicar a data relativamente à Hégira (em 16 de Julho de 622 AD) é de notar que, dada a duração diferente (ano árabe, AH, lunar, com 354 dias), não há equivalência exata com os anos solares de 365 ¼ dias, os AD; exemplo, 399 AH começou em 5 de setembro de 1008 e terminou em 24 de agosto de 1009].

Crescentes dificuldades económicas, potenciadas por guerras, por exemplo entre Badajoz e Sevilha, conjugadas com a pressão dos cristãos de que algumas taifas eram tributárias, impuseram a pioria das ligas de ouro: às vezes reduzidas a eletro (mais prata que ouro), ou com cada vez mais cobre, que chegou a ser largamente maioritário (Antunes e Pais, 1997). Rareiam os dinares; a moeda de ouro, quando a há, não passa, na maioria dos casos, de frações de dinar sem peso nem liga certos.

Quanto aos *dirhams*, a moeda mais corrente desde o Amirado, a liga de prata passou a bolhão cada vez mais aviltado, até só cobre. Verificámos com uma série do Califa Hammúvida, Yahyà al-Muṭali Billāh: primeiro, redução do módulo e peso, depois, empobrecimento.

No caso em estudo, não se tratando de moeda de ouro, que tenderia a ter maior expansão, surgem como mais possíveis as taifas vizinhas: Badajoz, Sevilha e Toledo, governadas respetivamente por soberanos das dinastias dos Banū al-Aṭṭas (Aftácidas), dos Banū ‘Abbād (Abbádidas) e dos Banū Dū-l-Nūn (Dul-Núnidas). Embora *a priori* menos prováveis, não deixámos de estabelecer comparações com *dirhams* de outras, i.e. Algeciras, Granada, Valência, Denia e Saragoça, mas as diferenças levam a dispensar análise mais pormenorizada.

Na proximidade de Santarém, estava-se em plena taifa de Badajoz. Independentes após a desapareção de Ḥiṣām II, derrubado, substituído no califado (e decerto assassinado) por Suleyman al-Muṭāṣṣin e os berberes que o apoiavam, prosseguiram guerra, em regra desfavorável, com Sevilha e, esporadicamente, com Toledo.

O rei Muḥammad al-Muẓaffar (437-455 AH, 1045-1063 AD) combateu Fernando Magno (I) de Leão e Castela, que conquistou Coimbra (1064). O rei de Badajoz passou a pagar tributo.

A al-Muẓaffar sucedeu o filho, Yahya al-Manṣūr. Porém, a sucessão foi contestada pelo irmão, governador de Évora, Abū Ḥafṣ ‘Umar al-Mutawakkil, o qual se proclamou independente. Nesta guerra civil foram apoiados, respetivamente, pelos reis de Toledo e Sevilha.

À morte de Yahya al-Manṣūr em 460 AH, 1067 AD, o irmão ficou isolado no poder. Perderia Coria (471 AH, 1078 AD) para Afonso VI, a quem Toledo se rendeu (478 AH, 1085 AD). Daí o associar-se a Toledo e Sevilha no apelo de socorro ao almorávida Yūsuf ben Taṣṣīn, que combateu os cristãos – com êxito parcial na batalha de Zalaca, mas insucesso na, ainda mais importante do ponto de vista estratégico, reocupação de Toledo.

Yūsuf eliminou reis de taifas, incluindo os que para ele haviam recorrido. Assim, o último rei sevilhano, o célebre político e poeta al-Muṭamid, foi destronado (484 AH, 1091 AD), perdendo filhos e bens para se finar, prisioneiro, em Marrocos.

Na conquista almorávida de Sevilha participou al-Mutawakkil, em aliança contra os rivais sevillhanos, no intuito de conservar o reino. De nada lhe valeu. Sitiado em Badajoz por Yūsuf, pediu auxílio a Afonso VI, cujas forças não chegaram a tempo. Prisioneiro, foi executado com dois dos filhos (487 AH, 1094 AD).

A taifa de Badajoz emitiu frações de dinar e *dirhams* supostamente de bolhão, a par de, no fim, pequenas moedas de prata segundo padrão almorávida (quirates).

A taifa de Sevilha, a mais rica, produziu dinares excelentes e numerosas frações de dinar, raros *dirhams* de prata e do que geralmente é considerado como «bolhão», escassos hoje em dia.

Entretanto, a taifa de Toledo emitiu de início frações de dinar de boa qualidade, mas a liga aviltou-se a ponto de ter muito mais cobre que ouro (Antunes e Pais, 1997). As moedas eram minúsculas. Toledo produziu *dirhams* e frações.

2.4. Identificação

1.ª HIPÓTESE: TAIFA DE TOLEDO

A fórmula de legenda detetada não ocorre em nenhuma das moedas dos soberanos de Toledo citadas no elenco, particularmente abrangente, de Vives y Escudero (1893):

al-Zāfir Abū Muḥammad Ismā‘īl (428?- 435 AH, 1036? – 1043 AD),

al-Ma‘mūn Abū-l-Ḥasan Yaḥyà I (435-467 AH, 1043-1075 AD),

al-Qādir Yaḥyà II (467-478 AH, 1075-1085 AD).

A moeda em estudo não indica local de cunhagem, por falta da legenda periférica.

Em conclusão, podemos afirmar que a moeda **não foi batida em qualquer das localidades sob domínio dos Dul-Núnidas**: Toledo, Medina Toledo, Cuenca, Medina Cuenca, Medina Córdoba, Valência, Medina Valência. Também não nas moedas dos mesmos soberanos em que não foi indicado local de cunhagem.

A hipótese «Toledo» está eliminada.

2.ª HIPÓTESE: TAIFA DE SEVILHA

Quanto aos Abbáidas, com base em Sevilha, designada por ‘al-Andaluz’ pelos dois primeiros:

al-Qāḍi Abū-l-Qāsim Muḥammad (414-433 AH, 1023-1041 AD),

al-Mu‘taḍid bi-llāh Abū-‘Amr ‘Abbād (433-461 AH, 1042-1069 AD),

al-Mu‘taḥid Abū-l-Qāsim Muḥammad (461-484 AH, 1069-1091 AD). As localidades onde foi batida moeda em nome deste último foram al-Andalus, Medina Sevilha, Medina Córdoba, Múrcia, Medina Múrcia.

As raras cunhagens do primeiro rei são em nome do Califa Ḥiṣām II, pelo que são fáceis de distinguir. **Não lhes corresponde.**

São frequentes as cunhagens do segundo rei. Ora, a segunda linha da legenda do reverso: al-Imâm ʿAbd Allāh, é incompatível com todas as emissões de al-Muʿtaḍid, porque este persiste em invocar um Califa desaparecido (Ḥiṣām II) e não um Califa teórico, indefinido, designado apenas como «servo de Deus» (ʿAbd Allāh). Confirma **esta eliminação** a quarta linha, ʿalā-Allāh, nunca presente nas moedas do mesmo.

São frequentes moedas do terceiro rei, mais as de ouro (dinares, frações de dinar) que as de prata e bolhão/cobre. Podem ser compatíveis as duas primeiras linhas do anverso, nalgumas moedas até a terceira. Há diferenças no reverso: em nenhuma das muitas moedas recenseadas aparece isolada, em baixo, a legenda « ʿalā-Allāh». Esta designação acompanha sempre o nome do rei al-Muʿtaḍid ʿalā-Allāh. Assim, é de rejeitar o último abbávida como sendo o invocado.

A moeda em estudo não foi batida no âmbito da taifa de Sevilha. **Esta hipótese está eliminada.**

3.ª HIPÓTESE: TAIFA DE BADAJOZ

Governaram (o primeiro*) e reinaram:

Sabur al-ʿĀmirī * (404-413 AH, 1014-1023 AD), não parece ter cunhado moeda,

al-Manṣūr ʿAbd Allāh (413-437 AH, 1023-1046 AD), não terá cunhado moeda,

al-Muẓaffar Muḥammad ben ʿAbd Allāh (437?- 455 AH, 1045?-1063 AD),

al-Manṣūr bi-llāh Yaḥyà ben Muḥammad (455-460 AH, 1063-1067 AD),

al-Mutawakkil Abū Ḥafṣ ʿUmar (460-487 AH, 1067-1094 AD).

Os últimos nunca invocam Ḥiṣām II. Conhecem-se pequenas moedas de ouro.

Quanto a al-Manṣūr bi-llāh Yaḥyà, há *dirhams* de cobre, mas não com al-Muʿayyad bi-llāh. Alguns, quando dizem «al-Ḥājib» ao cimo do reverso, referem sempre «al-Imām ʿAbd-Allāh» na linha imediatamente abaixo – outra diferença notória. Não se trata de al-Manṣūr bi-llāh Yaḥyà.

Há *dirhams* de cobre de al-Mutawakkil, além de pequenas moedas de prata semelhantes aos quirates almorávidas, traduzindo a influência destes durante os últimos tempos do reino de Badajoz.

No caso em apreço, falta o nome do governante ao cimo da legenda do campo do reverso. Porém, as outras linhas condizem perfeitamente, incluindo al-Muʿayyad bi-llāh e, em baixo, ʿalā-Allāh. Esta associação é muito peculiar. A invocação ʿalā-Allāh só é referida nos Aftácidas em moedas de al-Mutawakkil (Lavoix, 1891, n.ºs 417 e 418:144-145).

Outra fração de *dirham* (col. M.T.A.), mostra a mesma disposição das legendas e caligrafia aparentemente idêntica, possivelmente do mesmo abridor de cunhos. Veem-se as linhas em falta:

- No anverso, em baixo, 'Majd al-Daulah (مجد الدولة) = «Glória do Estado» [Maÿd al-Daula segundo Gomez, 'Machdo-d-Daulah segundo Codera y Zaidín (1879, p. 147, 263)];
- No reverso, em cima, falta a 1.^a linha com al-Mutawakkil, a que se segue al-Imâm 'Abd-Allâh.

Dirhams de al-Mutawakkil, apenas dois do tipo em duas linhas no campo do anverso e reverso (moeda 2 do gráfico a seguir) são referidos em García et al. (2000, p. 185-186).

De al-Mutawakkil, vimos um exemplar completo, encontrado em Mértola. Mostra a legenda periférica incompleta e regista al-Andaluz (Badajoz) como origem.

Dirhams das primeiras emissões deste soberano são conhecidos dos anos 460, 461 e, com dúvida, 463 e 465 AH (Vives y Escudero, idem, p. 153; Gómez, idem, p. 230). Já se tinha visto que 'alâ-Allâh indica o intervalo 460-465 AH.

Não há motivos para verificar *dirhams* de outras taifas.

Está resolvido o problema da identificação (v. Conclusões).

2.5. Pesos e dimensões

As moedas da Taifa de Badajoz parecem mal conhecidas em Portugal. Nenhuma foi referida nas coleções do Museu Numismático Português/Casa da Moeda – v. Figanier (1949).

Registemos (Tabela 1) pesos e dimensões de *dirhams* de al-Mutawakkil:

- A fração em estudo (*);
- Outra fração, quadrangular (**);
- Três completos, circulares (coleção M.T.A.).

Indicam-se as classificações segundo Vives y Escudero (1), Gómez (2) e Album (1998) (3).

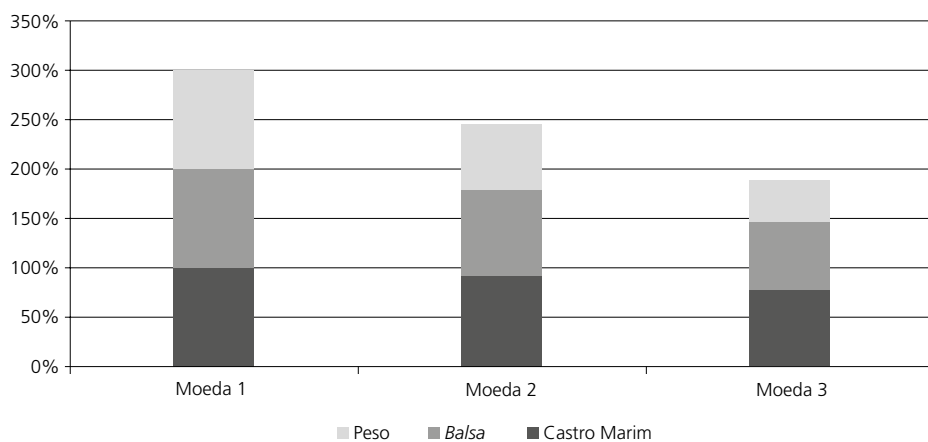
| (*) Dimensões (mm) – máxima x mínima Diâmetros máximo e mínimo Espessura, máxima e mínima | Peso (g) | Classificação (1, 2, 3) | Observações |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (*) 15.91 x 10.20 1.21 x 1.15 | 1.05 | N.º 1006: 153 N.º 69: 229-230 N.º 400 B: 35 – 'Fractional dirham' | Peça em estudo de Alfange, Santarém Cobre revestido de malaquite; Disco cortado, aspeto quadrangular |
| (**) 15.13 x 14.60 1.56 x 1.44 | 1.88 | Idem, - N.º 1006: 153 'Fractional dirham' | Cobre, sem cobertura de malaquite, limpa, indícios de desgaste e abrasão, campo em parte esmagado; data não conservada mas 460 – ?465 AH. Disco cortado, aspeto quadrangular. Localização desconhecida. |

| | | | |
|----------------------------------------------------------------------|------|-------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 25.57 × 23.59 1.31 × 1.17 (Moeda 1 no gráfico, a maior) | 3.82 | N.º 1006: 153 N.º 69: 229-230 N. 400 A: 35 – Dirham | Cobre, quase completo, algum esmagamento, impressão nítida, data não conservada; encontrada em Mértola (oferta do Coronel J. A. de Carvalho Fernandes) |
| 23.14 × 22.15 1.22 × 0.91 (Moeda 2 no gráfico) | 3.00 | N.º 1007: 153 Não referido N.º 400 A: 35 – <i>Dirham</i> | Campos do av. e reverso totalmente legíveis, em duas linhas; data não conservada, mas avançada no reinado, ? post – 465 AH; Cobre. Localização desconhecida. |
| 19.64 × 18.90 0.93 × 0.77 (Moeda 3 no gráfico) | 1.57 | N.º 1010: 154 N.º 70: 229-230 N.º 400 A: 35 – Dirham | Campos do av. e rev. inteiramente legíveis, data não conservada, tardia no reinado, talvez ainda mais que o precedente. Cobre. Localização desconhecida. |

Tabela 1 – *Dirhams* e frações de Olival do Parque (Alfange) e da Coleção M.T.A.

Percentagens calculadas com base: – nas médias das dimensões e espessuras, máxima e mínima para cada caso; – e no peso de *dirhams* (moedas 1, 2, 3) de sucessivas emissões em nome de al-Mutawakkil (tabelas 2 e 3):

| | Moeda 1 | Moeda 2 | Moeda 3 |
|-----------|---------|---------|---------|
| Dimensão | 100 % | 92.1 % | 78.5 % |
| Espessura | 100 % | 86.3 % | 68.5 % |
| Peso | 100 % | 78.5 % | 41.1 % |

Tabela 2 – Variações de dimensão, espessura e (sobretudo) peso em três *dirhams* cunhados em nome de al-Mutawakkil, tomando como 100% os valores referentes à moeda maior.Tabela 3 – *Dirhams* de Al-Mutawakkil (moedas 1, 2, 3 acima indicadas). Comparações baseadas nos valores referentes ao maior, tomados por 100 %

Mesmo com a ressalva de dispormos de poucos espécimes, são evidentes (tabela 3) as sucessivas reduções dos módulos, espessuras e, sobretudo e mais acentuadamente (como era expectável), pesos.

Tudo isto a par da pioria da liga, de boa prata no Califado, nem sequer de bolhão, só cobre (v. capítulo seguinte). Aponta no mesmo sentido o corte das peças metálicas, reduzidas a pequenas partes da área dos cunhos e, por conseguinte, a pesos menores. O metal retirado poderia ser reaproveitado.

As emissões de *dirhams* de metal pobre, conjugados com a raridade das pequenas moedas de ouro, indicam claramente uma situação de crise na taifa de Badajoz, cada vez mais acentuada.

2.6. Composição química das ligas dos *dirhams*

Desde os primeiros tempos, os *dirhams* eram moedas islâmicas de prata descendentes da *dracma* dos Sassânidas (Irão), que conservavam, modificado, o termo grego δραχμή. Eram excelentes, pela qualidade da liga e requinte da cunhagem, os dos Califas Omíadas, continuados pelos Abácidas.

Há raros *dirhams* dos Governadores do Al-Andaluz em nome dos Califas do Oriente. Manteve-se boa qualidade durante o Amirado resultante da vinda de 'Abd Al-Raḥman I, al-Dājil – o imigrante –único Omíada que escapou ao massacre perpetrado pelos Abácidas. Quase não houve cunhagens de prata em tempos de crise, sobretudo em tempos do Amīr 'Abd-Allāh (275-300 AH, 888-912 AD).

A emissão de bons *dirhams*, retomada com 'Abd-r-Raḥman III, prosseguiu até à revolução de 399 AH (1008 AD). Manteve-se nos últimos Califas, Omíadas e Hammúdidas, de Al-Andaluz. Destes, o derradeiro Califa Hammúdidá, Yaḥyá Al-Mu'talī (412-413 AH; 416-417 AH ou 1021-1022 AD; 1025-1026 AD), ter-se-á visto compelido a desvalorizar a moeda: a *dirhams* normais sucedem outros de módulo e peso inferiores mas liga aparentemente boa, e a estes outros de liga pior. Este processo acentua-se com os pretensos «Califas» Hammúdidas de Málaga, Ceuta e Algeciras. Verificaram-se evoluções semelhantes noutros reinos de Taifas: à prata sucedem bilhões e, enfim, o cobre.

As análises seguintes dizem respeito à moeda de Olival do Parque e outras de al-Mutawakkil, acima referidas. Foram objeto de 2 ou 3 análises em pontos diferentes do mesmo exemplar, uns onde a liga estivesse bem exposta e outros com ganga, resultante de contaminações a cobrir a superfície. Há diferenças.

Foram detetados os seguintes elementos, indicados com o respetivo N.º atómico: C 6, O 8, Na 11, Mg 12, Al 13, Si 14, P 15, S 16, Cl 17, K 19, Ca 20, Fe 26, Cu 29, Zn 30, As 33, Sn 50.

Aproveitámos o ensejo para estabelecer comparações entre as ligas dos *dirhams* da taifa de Badajoz acima referidos recorrendo a microscópio eletrónico

de varrimento Hitachi S-3700N acoplado a espectrómetro de energia dispersiva Bruker X Flash 5010.

Os resultados constam da tabela 4.

Procedeu-se a análise em pontos (P1, P2, P3) do exemplar menos coberto por crostas de alteração, portanto em melhores condições para caracterizar a liga, e eventualmente noutros pontos com manifesta alteração. **Acentuámos os valores próximos de 10% ou mais.**

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|-----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| Cu | 29 | K | 79.43 | 96.81 | 97.52 | 2.18 |
| <i>Sn</i> | 50 | L | 2.17 | 2.65 | 1.43 | 0.10 |
| <i>Cl</i> | 17 | K | 0.32 | 0.39 | 0.70 | 0.04 |
| <i>Si</i> | 14 | K | 0.12 | 0.15 | 0.33 | 0.04 |
| <i>S</i> | 16 | K | 0.01 | 0.01 | 0.02 | 0.00 |
| <i>P</i> | 15 | K | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| | | Σ = | 82.05 | 100.00 | 100.00 | |

Tabela 4 – Composições de *dirhams*. Olival do Parque, *Ponto 1*

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|-----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| Cu | 29 | K | 40.17 | 60.66 | 47.66 | 1.13 |
| Si | 14 | K | 13.16 | 19.87 | 35.32 | 0.59 |
| Sn | 50 | L | 6.49 | 9.81 | 4.12 | 0.23 |
| <i>P</i> | 15 | K | 2.12 | 3.20 | 5.15 | 0.12 |
| <i>Ca</i> | 20 | K | 1.80 | 2.72 | 3.39 | 0.09 |
| <i>Fe</i> | 26 | K | 1.37 | 2.07 | 1.85 | 0.08 |
| <i>S</i> | 16 | K | 0.61 | 0.92 | 1.43 | 0.05 |
| <i>Cl</i> | 17 | K | 0.51 | 0.76 | 1.07 | 0.05 |
| | | Σ = | 66.22 | 100.00 | 100.00 | |

Olival do Parque, *Ponto 2*

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|-----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| Cu | 29 | K | 44.22 | 61.96 | 48.18 | 1.24 |
| Si | 14 | K | 17.07 | 23.92 | 42.08 | 0.76 |
| Sn | 50 | L | 6.18 | 8.66 | 3.61 | 0.22 |
| <i>Fe</i> | 26 | K | 1.69 | 2.38 | 2.10 | 0.09 |
| <i>Ca</i> | 20 | K | 1.47 | 2.06 | 2.54 | 0.08 |
| <i>Cl</i> | 17 | K | 0.46 | 0.65 | 0.90 | 0.05 |
| <i>S</i> | 16 | K | 0.27 | 0.38 | 0.59 | 0.04 |
| | | Σ = | 71.36 | 100.00 | 100.00 | |

Fração de *dirham*, parece *Vives 1000*, *Ponto 1*

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|-----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| <i>Cu</i> | 29 | K | 29.08 | 43.39 | 26.46 | 0.84 |
| <i>Si</i> | 14 | K | 23.07 | 34.42 | 47.49 | 1.02 |
| <i>Al</i> | 13 | K | 6.67 | 9.96 | 14.30 | 0.36 |
| <i>Fe</i> | 26 | K | 3.67 | 5.48 | 3.80 | 0.14 |
| <i>K</i> | 19 | K | 1.66 | 2.48 | 2.45 | 0.08 |
| <i>Mg</i> | 12 | K | 1.47 | 2.20 | 3.50 | 0.12 |
| <i>Ca</i> | 20 | K | 1.39 | 2.07 | 2.00 | 0.08 |
| | | Σ = | 67.01 | 100.00 | 100.00 | |

Fração de *dirham*, parece Vives 1000, Ponto 2

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|-----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| <i>Cu</i> | 29 | K | 82.82 | 99.25 | 98.69 | 2.27 |
| <i>Cl</i> | 17 | K | 0.49 | 0.58 | 1.04 | 0.05 |
| <i>K</i> | 19 | K | 0.10 | 0.12 | 0.20 | 0.03 |
| <i>Ca</i> | 20 | K | 0.04 | 0.05 | 0.07 | 0.00 |
| | | Σ = | 83.45 | 100.00 | 100.00 | |

Dirham (Mértola), Vives 1000, Ponto 1

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|-----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| <i>Cu</i> | 29 | K | 27.54 | 38.11 | 32.11 | 0.80 |
| <i>Fe</i> | 26 | K | 23.87 | 33.03 | 31.67 | 0.68 |
| <i>Ca</i> | 20 | K | 9.58 | 13.26 | 17.71 | 0.31 |
| <i>Zn</i> | 30 | K | 6.71 | 9.28 | 7.60 | 0.24 |
| <i>Si</i> | 14 | K | 2.15 | 2.97 | 5.67 | 0.13 |
| <i>P</i> | 15 | K | 0.93 | 1.29 | 2.23 | 0.07 |
| <i>Cl</i> | 17 | K | 0.92 | 1.28 | 1.93 | 0.06 |
| <i>K</i> | 19 | K | 0.57 | 0.79 | 1.08 | 0.05 |
| | | Σ = | 72.27 | 100.00 | 100.00 | |

Dirham (Mértola), Vives 1000, Ponto 2

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|-----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| <i>Cu</i> | 29 | K | 85.50 | 98.64 | 98.23 | 2,35 |
| <i>As</i> | 33 | K | 0.60 | 0.69 | 0.58 | 0.08 |
| <i>Cl</i> | 17 | K | 0.58 | 0.67 | 1.19 | 0.05 |
| <i>Na</i> | 11 | K | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.24 |
| | | Σ = | 86.68 | 100.00 | 100.00 | |

Dirham, Vives 1007, Ponto 1

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|-----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| <i>Cu</i> | 29 | K | 46.52 | 71.19 | 59.83 | 1.31 |
| <i>Ca</i> | 20 | K | 3.15 | 4.82 | 6.43 | 0.13 |
| <i>Cl</i> | 17 | K | 3.12 | 4.77 | 7.19 | 0.14 |
| <i>Si</i> | 14 | K | 3.03 | 4.64 | 8.82 | 0.16 |
| <i>Sn</i> | 50 | L | 2.16 | 3.30 | 1.49 | 0.10 |
| <i>P</i> | 15 | K | 1.91 | 2.92 | 5.04 | 0.11 |
| <i>K</i> | 19 | K | 1.61 | 2.47 | 3.37 | 0.08 |
| <i>As</i> | 33 | K | 1.59 | 2.44 | 1.74 | 0.13 |
| <i>S</i> | 16 | K | 1.48 | 2.27 | 3.78 | 0.09 |
| <i>Al</i> | 13 | K | 0.76 | 1.17 | 2.32 | 0.07 |
| | | Σ = | 65.35 | 100.00 | 100.00 | |

Dirham, Vives 1007, Ponto 2

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|-----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| <i>Cu</i> | 29 | K | 85.51 | 99.60 | 99.79 | 2.35 |
| <i>Sn</i> | 50 | L | 0.34 | 0.40 | 0.21 | 0.05 |
| | | Σ = | 85.86 | 100.00 | 100.00 | |

Dirham, Vives 1010, Ponto 1

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|-----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| <i>Cu</i> | 29 | K | 54.92 | 80.66 | 66.07 | 1.51 |
| <i>Si</i> | 14 | K | 10.63 | 15.61 | 28.94 | 0.49 |
| <i>Ca</i> | 20 | K | 0.87 | 1.28 | 1.67 | 0.06 |
| <i>K</i> | 19 | K | 0.87 | 1.28 | 1.70 | 0.06 |
| <i>Fe</i> | 26 | K | 0.36 | 0.53 | 0.50 | 0.04 |
| <i>Al</i> | 13 | K | 0.25 | 0.37 | 0.71 | 0.05 |
| <i>S</i> | 16 | K | 0.09 | 0.14 | 0.22 | 0.03 |
| <i>Cl</i> | 17 | K | 0.08 | 0.12 | 0.17 | 0.03 |
| <i>Mg</i> | 12 | K | 0.01 | 0.01 | 0.03 | 0.00 |
| <i>P</i> | 15 | K | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| | | Σ = | 68.09 | 100.00 | 100.00 | |

Dirham, Vives 1010, Ponto 2

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|-----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| <i>Cu</i> | 29 | K | 45.92 | 79.51 | 68.55 | 1.28 |
| <i>Ca</i> | 20 | K | 3.68 | 6.37 | 8.70 | 0.14 |
| <i>Cl</i> | 17 | K | 3.39 | 5.86 | 9.06 | 0.15 |
| <i>S</i> | 16 | K | 1.76 | 3.04 | 5.19 | 0.10 |
| <i>K</i> | 19 | K | 1.19 | 2.06 | 2.88 | 0.07 |
| <i>Si</i> | 14 | K | 0.82 | 1.42 | 2.77 | 0.07 |
| <i>Al</i> | 13 | K | 0.36 | 0.63 | 1.28 | 0.05 |
| <i>P</i> | 15 | K | 0.35 | 0.61 | 1.07 | 0.05 |
| <i>Fe</i> | 26 | K | 0.30 | 0.51 | 0.50 | 0.04 |
| | | Σ = | 57.76 | 100.00 | 100.00 | |

Dirham, Vives 1010, Ponto 3

Tentámos *a priori* testar as ligas no sentido de saber:

- Se corresponderiam a bolhão;
- Se haveria indícios de latão (*Cu* + ~10% *Sn*, mais duro que o cobre só);
- Ou *Cu* + ~5.5% *Zn* + ~1.7% *Sn* + ~1.3% *Pb*, muito moldável, para estatuária [outros bronzes com *Sn*, *P* e *Al* não interessam aqui];
- Quais as contaminações e seu eventual significado.

Os resultados justificam as conclusões apresentadas adiante.

2.7. Degradação correlativa do ouro de Badajoz

A degradação da moeda também afeta as emissões de ouro. Interessa verificar se haveria algum paralelismo ao que foi observado com os *dirhams*.

No caso de Badajoz, as condições nunca foram muito favoráveis. Apenas temos conhecimento de dois dinares (Gómez, 1992, p. 224-225) de Al-Andaluz 439 e 441 AH, com um possível soberano Jalid o qual, pelas datas, parece sobrepor-se a al-Muzaffar (437? – 455 AH).

Ambos estes dinares incluem referência a uma personalidade desconhecida, de nome Mu'afaq. Fora estes, o relativamente pouco ouro amoedado de Badajoz limita-se a frações de dinar, de que dispomos (Col. M.T.A.) de três exemplares:

- Fração de dinar de ouro aparentemente de boa liga, provavelmente do primeiro al-Aftácida, al-Manşūr 'Abd Allāh (413-437 AH). Corresponde, apenas com troca das linhas 2.^a e 3.^a do reverso, ao n.º 1383 de Vives, que a considera incerta e a refere a Mu'afaq (Vives, idem, p. 225). Anverso, Profissão de Fé e, em cima *مق* (Mu), em baixo *ق* ('afaq); reverso, importante – em três linhas, al-Imām Hixām/ Amīr al-Muminin/ al-Mu'ayyad bi-llāh.

Restam fragmentos de legendas periféricas sem elementos acerca do local de cunhagem e data; a do anverso mostra o início ... بِسْمِ اللّٰهِ ضَرْب (Em nome de Deus foi batido ...). A invocação do desaparecido Califa Hixâm II confere-lhe carácter antigo, sem dúvida anterior aos dinares referidos por Gómez. É, portanto, anterior a 439 AH, onde, como nas moedas ulteriores, é invocado um Califa indeterminado, 'Abd-Allâh. Peso: 1.30 g.

- Fração de dinar, incompleta, do último al-Aftácida, al-Mutawakkil (460-487 AH). Ouro algo pálido. Foi encontrada na vertente Sul do Castelo de Palmela (março de 1996). É o n.º 1001 de Vives (idem, p. 152). As legendas são as indicadas por Vives (*loc. cit.*). Peso tal qual: (>) 1.36 g.
- Fração de dinar de perfil grosseiramente quadrangular, cortado, de al-Mutawakkil. Ouro com aspeto acobreado. Pela liga, lembra moedas semelhantes da taifa de Toledo em fase avançada de degradação das emissões. N.º 1001 de Vives. Peso: 1.65 g.

As análises foram efetuadas nas condições laboratoriais das concernentes aos *dirhams*. Dadas a homogeneidade da liga e ausência de alteração, cada análise foi efetuada num só ponto (tabela 5).

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| Au | 79 | L | 92.07 | 95.53 | 91.23 | 2.69 |
| Ag | 47 | L | 3.52 | 3.66 | 6.37 | 0.14 |
| Cu | 29 | K | 0.78 | 0.81 | 2.40 | 0.05 |
| | | Σ = | 96.37 | 100.00 | 100.00 | |

Tabela 5 – Composição de frações de dinar

Fração de dinar de (?) al-Manşūr 'Abd Allâh, afirm do n.º 1383 de Vives
Muito boa liga (ca. 23 quilates), pouca prata, muito pouco cobre (quase vestigial).

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| Au | 79 | L | 92.34 | 92.76 | 82.67 | 2.69 |
| Ag | 47 | L | 2.35 | 2.36 | 3.84 | 1.76 |
| Cu | 29 | K | 4.86 | 4.88 | 13.49 | 1.76 |
| | | Σ = | 99.55 | 100.00 | 100.00 | |

Fração de dinar de al-Mutawakkil, proveniente de Palmela, n.º 1001 de Vives
Muito boa liga (ca. 22 quilates), inferior à precedente, menos prata, algum cobre (excedendo a prata).

| Elemento | N.º atómico | Série | % peso não normalizado | % peso normalizado | % átomos | Erro peso% (1 sigma) |
|----------|-------------|-------|------------------------|--------------------|----------|----------------------|
| Au | 79 | L | 46.30 | 47.02 | 23.16 | 1.38 |
| Ag | 47 | L | 6.34 | 6.44 | 5.79 | 0.23 |
| Cu | 29 | K | 45.82 | 46.54 | 71.05 | 1.26 |
| | | Σ = | 98.46 | 100.00 | 100.00 | |

Fração de dinar de al-Mutawakkil, quadrangular, n.º 1001 de Vives
Liga pobre (ca. 11 quilates), pouca prata, quase tanto cobre como ouro, menos de metade de ouro.

A sequência cronológica é clara: a fração de dinar de (?) al-Manşūr ‘Abd Allāh é obviamente a mais antiga, seguindo-se as de al-Mutawakkil: a de Palmela e, enfim, a de forma quadrangular e liga mais pobre. Esta evidencia paralelismo com a evolução das cunhagens de ouro (ou melhor, de «ouro») da Taifa de Toledo, onde às frações de dinar iniciais, de boa liga, sucedem outras cada vez mais pobres e com percentagens crescentes de cobre, que chegam a exceder largamente as do ouro (Antunes e Pais, 1997).

Em suma: pese embora o pequeno número de amostras (compreensível, porque se trata de moedas escassas ou raras), evidencia-se a manutenção de ligas de boa qualidade, ca. de 23 e 22 quilates, a que sucedem outras da ordem de apenas 11 quilates. Como em Toledo, a degradação recorria cada vez mais ao cobre, denotando a grande escassez de prata evidenciada pela evolução das ligas dos *dirhams*.

Torna-se óbvio o paralelismo com a evolução monetária de Toledo. Sevilha, reino mais rico, manteve até tarde excelentes dinares e frações, mas a prata, e mesmo o cobre dos raros *dirhams*, tornaram-se escassos.

Deixamos de lado a adoção pelo reino de Badajoz de pequenas moedas de prata – quirates – de tipo adotado pelos almorávidas, quando já estavam aliados a estes; já não se trata propriamente de moedas típicas das taifas.

A degradação das emissões de ouro dos alaítidas corrobora, portanto, a dos respetivos *dirhams*.

2.8. Evidência adicional em Santarém

Tem interesse registar a ocorrência de uma moeda de ouro em Santarém, em escavações na Praça Oliveira Marreca (Porta do Pão) (Batata, Barradas e Sousa, 2004a, 2004b). Classificam-na como dinar, dando uma leitura «Com a ajuda de Ahmed El Hassani, [...]». Reconhecem-se os nomes das personalidades invocadas e indica-se o século XI como cronologia. São dados o peso (0.7 g) e N.º de inventário: POM2 694, mas não as dimensões. São referidas interpretações: a moeda «[...] é posterior ao ano 441 H (1063 AD) e que é rara, existindo apenas uma dezena destas moedas em todo o mundo». Citam o Professor Alberto Canto

(Universidad Autonoma, Madrid): «a moeda deve ser anterior ao reino de Yahya Al-Mansur, mas da taifa de Badajoz».

Apresentaremos de seguida o estudo numismático a que procedemos.

Observação óbvia, preliminar, é a de que não é um dinar, mas outrossim uma *fracção de dinar* («fractional dinar»). Não foram realizadas análises; pesem embora as limitações, admitimos que se trate de moeda em ouro de boa qualidade, como indicia a cor – tal como a mostram as figuras. Contorno subcircular, irregular; pequenas falhas na periferia. As legendas do anverso e reverso são como segue (nossa leitura). Não restam vestígios de legendas periféricas.

| | | |
|---------------------------------------------|--------------|-------------------------|
| Pequeno tubérculo; vestígio de outra linha? | — | — |
| لا اله الا | Lā llāh illā | Não [há] Deus senão |
| الله و حده | Allā waḥdahū | Deus, só Ele (único) |
| موق | Mu'afaq | [Nome de personalidade] |

ANVERSO

| | | |
|----------------|--------------------|--------------------------------|
| الحاجب | al-Ḥājib | O Chanceler, Primeiro-ministro |
| الامام عبدالله | al-Imām cAbd Allāh | O Pontífice Servo de Deus |
| امير المؤمنين | Āmīr al-Mūminīn | Príncipe dos Crentes |
| خالد | Khalid | [Personalidade desconhecida] |

REVERSO

O nome Mu'afaq é sobremaneira interessante. Ao compulsar todo o extenso trabalho de Vives y Escudero (1893, reimpressão 1978), verificamos que figura constantemente em *todas* as moedas de Yahya al-Manṣūr, rei de Badajoz, n.ºs 991 a 999. Além destas, apenas em moedas *por ele consideradas incertas*, o n.º 1383 citando o há muito desaparecido Califa Hišām II, sem data; e o n.º 1384, referindo o Califa cAbd Allāh e o Ḥājib Khalid. Nenhuma destas duas personalidades citadas, desconhecidas, aparece em quaisquer moedas califais ou de outras taifas. Era o estado então atual de conhecimentos.

Houve, entretanto, desenvolvimentos. Gómez (1992, p. 224-228) figura dois dinares simultaneamente com os nomes Mu'afaq, no anverso, e al-Ḥājib Khalid, no reverso. Ambos mostram a localização, al-Andalus. O primeiro, que invoca o Califa Hišām II, data de 439 AH; o segundo, com referência a um Califa cAbd Allāh indeterminado, de 441 AH. Notando que as moedas de Badajoz referiam comumente al-Andalus significando Badajoz, às vezes Madīna Baṭalyaūs. As moedas em causa são de Badajoz e estão relacionadas com personalidade (Mu'afaq) relevante no reinado do alaftácida Yahya al-Manṣūr. Por outro lado, é conferida relevância a um Ḥājib de nome Khalid que, segundo Gómez (ibidem, p. 224-225),

«[...] en II A figura un desconocido, 'ḥāyib Jalid', que posiblemente debió reinar también en esta taifa en los años 439 y 441 AH. En todas ellas en I A encontramos el nombre de 'Mu'afaq', que reaparece después en las monedas de Yaḥya».

2.9. Conclusões

a) Fração de *dirham* de Olival do Parque

1. Esta moeda é uma fração de *dirham* de cobre emitida em Badajoz pelo último soberano aftácida, al-Mutawakkil, rei entre 460 e 487 AH, 1067-1094 AD. Corresponde a uma das emissões de uma primeira parte do reinado, o que permite restringir aquele intervalo a 460 e 461 AH e, com dúvida, até 465 AH, ou seja, 1073 AD. Temos, pois, um lapso de tempo de apenas dois anos com possível extensão a quatro: 1067-1068 AD, até ?1073. Estamos perante um limite inferior bastante rigoroso.
2. A fração de *dirham* em estudo corresponde ao n.º 69 de Gómez (1992, p. 230, dado como de bolhão, lámina 63, al-Andaluz 461 AH); ou seja, o n.º 1006 de Vives y Escudero (1893, p. 152), identificação conseguida mesmo na falta do nome do rei.
3. Nos sítios mais libertos de ganga dos *dirhams*, predomina *Cu* quase puro (%): 96.81, no ex. em estudo; 99.25; 98.64; 99.60 em ex. de comparação. Ao invés, na moeda mais alterada verificou-se o teor máximo de 44.22% *Cu*.
4. As análises nunca revelaram *Ag*, pelo que não se trata de bilhão, nem no Olival do Parque nem em todos os de comparação.
5. O estudo comparativo evidencia a degradação dos *dirhams* de Badajoz, certamente em consequência do declínio económico que antecedeu o colapso final: é importante notar que, em vez de serem de bilhão, como se diz na generalidade das obras de referência, as análises mostram, pura e simplesmente, que se trata de moedas de cobre, indicando que degradação já se verificava muito antes do termo da taifa.
6. Ausência ou presença discreta de *Sn* não apontam para bronze; a presença talvez seja atribuível a contaminação pela proximidade de estanho. Semelhante processo teria ocorrido quanto ao *Fe* (suscetível de existir em maiores quantidades nos solos e objetos) e *Zn*, num só caso.
7. As *S* poderiam representar impurezas resultantes da extração de *Cu* a partir de sulfuretos, frequentemente associados a arsenopirite; o *S*, também pode provir de matéria orgânica.
8. Enfim, *Na*, *Mg*, *Al*, *K* e, sobretudo, *Si* indicariam contaminações com ambientes locais, enquanto *P* pode ter sido introduzido em associação com outros elementos ou derivar de restos ósseos. Em casos de contaminação, as análises diferem bastante.

b) Fração de dinar da Porta do Pão

9. Resulta certamente de uma emissão da taifa de Badajoz, que englobava Santarém e muito mais. A data não consta; é pouco anterior ao reinado de al-Manşūr, que se admite entre 455 e 460 AH. Quanto ao limite inferior, aparentemente após a desistência da arcaica e errónea invocação de Hişām II, ainda ocorre em 439 AH.

10. Ensaaios paralelos sobre frações de dinar alaftácidas evidenciam ligas de boa qualidade, ca. de 23 e 22 quilates, decaindo para ligas de apenas 11 quilates. Como em Toledo, a degradação recorria cada vez mais ao cobre, que excede o ouro em percentagem, denotando escassez de prata. Estes factos corroboram as observações acerca dos *dirhams*.

11. A fração de dinar de Santarém data de entre 440 e 455 AH, reinando o alaftácida al-Muzaffar (437?-455 AH), se é que, entretanto, o Ḥājjib Khalid não exerceu o reinado, ao menos entre 439 e 441 AH; data provavelmente da primeira parte daquele período e em conclusão, sem certeza, de 441 AH ou 1049 AD.

12. A fração de dinar antecede, pois, a da fração de *dirham* aqui descrita. Ambas estão de acordo com a admitida inserção de Santarém na Taifa de Badajoz; no estado atual dos conhecimentos, nada aponta para que Santarém tenha constituído uma taifa aparte, ou para quaisquer hipotéticas mini-taifas do ocidente peninsular.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Rosa Varela Gomes, pelas suas intervenções acerca da moeda encontrada em Olival do Parque; ao Prof. Adel Sidarus, por informações sobre Santarém e a sua região.

As análises das moedas foram efetuadas recorrendo ao microscópio eletrónico de varrimento Hitachi S-3700N acoplado a espectrómetro de energia dispersiva Bruker X Flash 5010, no Centro HERCULES da Universidade de Évora, sendo operadores Luís Dias e o Prof. José Mirão. No decurso deste processo, registamos igualmente a boa cooperação da Prof.^a Ausenda Balbino, da mesma Universidade.

A todos consignamos os melhores agradecimentos.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUM, S. (1998) – *A Checklist of Islamic Coins*. Second Edition. Santa Rosa, CA: Published by STEPHEN ALBUM. 151 p.
- ANTUNES, M. T.; PAIS, J. (1997) – Debasement of gold coinage in the al-Andalus under the Muluk al-Tawa'if (Taifas Kings – 5th Century H./ XI Century AD). *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa/ Classe de Ciências*. Tomo XXXVI, p. 257-278, 3 est.
- BATATA. C.; BARRADAS, E.; SOUSA, V. (2004a) – Novos vestígios da presença islâmica em Santarém. In *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578)*. Santarém: Câmara Municipal. p. 68-77.
- BATATA. C.; BARRADAS, E.; SOUSA, V. (2004b) – Dinar. In *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578)*. Santarém: Câmara Municipal, p. 119. Ficha de Catálogo 40.
- CODERA Y ZAIDIN, F. (1879) – *Tratado de Numismática Árabe-Española*. Reimpressão. Madrid: Librería de M. Murillo. XXI + 319 p. + 24 láminas + 54 p. (Cecas Árabe-Españolas).
- FIGANIER, J. (1949) – *Moedas árabes: Inventário e descrição. I Parte – Da criação do emirado espanhol à conquista de Granada (711-1492)*. Lisboa: Casa da Moeda; Museu Numismático Português. 105 + 4 p.
- CANTO GARCÍA, A.; IBRAHIM, T. IBN HAFIZ; ESCUDERO MARTÍN, F. (2000) – *Monedas andaluzas*. Madrid: Real Academia de la Historia. 378 p. Catálogo del Gabinete de Antigüedades.
- GÓMEZ MEDINA, A. (1992) – *Monedas Hispano-Musulmanas*. Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos; Diputación Provincial de Toledo. 549 p.
- LAVOIX, H. (1891) – *Catalogue des Monnaies Musulmanes de la Bibliothèque Nationale. Espagne et Afrique*. [S.l.]: Arnaldo Forni Editore. 572 p. Reimpressão de 1977.
- NAVARRO-PALAZÓN, J.; JIMÉNEZ-CASTILLO, P. (1996) – Estudio sobre once casas andaluzas de Siyâsa. *Memorias de Arqueología*. Murcia. 5, p. 526-595.
- SIDARUS, A. (no prelo) – *Shantarîn, fronteira ambivalente islamo-cristã*. In *Actas do Congr. Comem. da conquista cristã de 1147*. Santarém: Câmara Municipal.
- SOUSA, Fr. JOÃO DE (1830) – *Vestigios da Lingoa Arabica em Portugal, ou Lexicon Etymologico das palavras, e nomes portugueses, que tem origen arabica*. Anot. por Fr. Joze de Santo Antonio Moura Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias. 204 p.
- VIEGAS, C.; ARRUDA, A. (1999) – Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, p. 105-186.
- VIVES Y ESCUDERO, A. (1893) – *Monedas de las Dinastías Árabe-Españolas*. Juan R. Cayon, editor numismático. Reimpressão. Madrid: Establecimiento Tipografico de Fortanet; Impresor de la Real Academia de la Historia. 553 p. (Colección *Obras Maestras de la Numismática Española*).

Cerâmica Islâmica do Ġarb al-Andalus. Contextos sócio-territoriais de distribuição*

SANDRA CAVACO**, JAQUELINA COVANEIRO, ISABEL CRISTINA FERNANDES, SUSANA GÓMEZ, MARIA JOSÉ GONÇALVES, MATHIEU GRANGÉ, ISABEL INÁCIO, GONÇALO LOPES, CONSTANÇA SANTOS, JACINTA BUGALHÃO, HELENA CATARINO***

RESUMO****

Apresentamos uma síntese da informação publicada sobre a cerâmica islâmica do Ġarb al-Andalus (por enquanto apenas de Portugal) objetivando a existência de contextos sócio-territoriais, em conformidade com grupos cerâmicos coerentes no que respeita à forma, às técnicas de fabrico e à ornamentação. Um fator especialmente interessante é o contexto socioeconómico dos sítios de proveniência dos materiais, verificando-se uma acentuada diferença entre contextos rurais e urbanos, principalmente em períodos cronológicos mais recuados, que se atenua no final do domínio islâmico.

Palavras-chave: Cerâmica islâmica – Ġarb al-Andalus – distribuição – evolução – técnicas.

* O Grupo de Trabalho CIGA – Cerâmica Islâmica do Ġarb al-Andalus – está a desenvolver uma síntese dos conhecimentos disponíveis sobre a cerâmica islâmica do Ġarb al-Andalus, com o objetivo de verificar a existência de grupos cerâmicos coerentes no que respeita à distribuição geográfica, forma, técnicas de fabrico e ornamentação. Um fator especialmente interessante a equacionar é o contexto socioeconómico dos sítios de proveniência dos materiais em estudo, verificando-se uma acentuada diferença entre contextos rurais e urbanos, mais intensa em períodos cronológicos mais recuados e mais ténue no final do domínio islâmico. *E-mail*: ciga.portugal@gmail.com

** Autora correspondente, Sandra Cavaco, *e-mail*: scavaco@cm-tavira.pt/Câmara Municipal de Tavira/CEAUCP-CAM.

*** Endereços de *e-mail* e filiação institucional dos restantes autores: jcovaneiro@cm-tavira.pt/Câmara Municipal de Tavira/CEAUCP-CAM; isacrisff@gmail.com/Museu Municipal de Palmela/CEAUCP-CAM; susanagomez@sapo.pt/investigadora do Programa Ciência 2008/FCT/CEAUCP-CAM; maria.goncalves@cm-silves.pt/Câmara Municipal de Silves/CEAUCP-CAM; mathieu.grandg@gmail.com/Universidade Paris 1/FCT/CEAUCP-CAM; isabelminacio@gmail.com/CEAUCP-CAM; g.simoelopes@gmail.com/CEAUCP-CAM; constancavs@gmail.com/CEAUCP-CAM; jacintabugalhao@gmail.com/DGPC/FCT/JUNIARQ/CEAUCP-CAM; hccatarino@fl.uc.pt/FLUC/CEAUCP-CAM.

**** Agradecemos a Catarina Coelho a sua colaboração na correção de gráficos e na revisão final do texto.

ABSTRACT

We present a synthesis of the published data on the Islamic pottery from the Ġarb al-Andalus (limited to Portugal), defining the existence of socio-territorial contexts, in accordance with ceramic groups consistent in form, manufacturing techniques and ornamentation. An especially interesting factor is the socio-economic context of the sites where the materials come from, verifying a marked difference between rural and urban contexts, especially for earlier periods, which fade at the end of the Islamic period.

Keywords: Islamic Ceramics – Ġarb al-Andalus – distribution – evolution – techniques.

INTRODUÇÃO

A Arqueologia islâmica no território português registou maior desenvolvimento apenas nas últimas décadas, embora sejam ainda escassos os projetos de investigação para este período. O Grupo CIGA (Cerâmica Islâmica do Ğarb al-Andalus) surge com o objetivo de sistematizar e divulgar a informação dispersa e segmentada existente sobre a cerâmica islâmica no atual território português. Verifica-se uma grande disparidade na qualidade da informação disponível decorrente: do reduzido conhecimento da cerâmica islâmica; da dificuldade da maioria dos arqueólogos em reconhecê-la; de áreas geográficas sem informação e da falta de uniformização na terminologia e nos critérios de representação gráfica. A necessidade de definir a funcionalidade dos objetos, as diferentes realidades produtivas no tempo e no espaço, a distribuição e o comércio com outras regiões, a criação de categorias cronológicas úteis e a elaboração de estudos de síntese são o grande móbil congregador deste projeto.

Com base nas lacunas existentes fixou-se como primeiro objetivo a criação de um *corpus* da cerâmica islâmica do Ğarb al-Andalus, para o qual foi concebida uma base de dados que utiliza terminologia uniformizada e critérios predefinidos de representação gráfica (Bugalhão *et al.*, 2010) para identificar grupos cerâmicos coerentes, numa abordagem morfológica, técnica e ornamental. A reunião destes dados permitir-nos-á elaborar uma base cartográfica diacrónica da distribuição cerâmica, conduzindo à identificação de centros produtores locais, regionais ou suprarregionais e de rotas de circulação, reconstituindo redes de comércio regional. A definição de produções através da análise de pastas ajudar-nos-á, também, a aprofundar estes objetivos.

Este *corpus* é alimentado, apenas, por objetos ou coleções já publicados (fig. 1) ou na posse científica dos autores. Nesta seleção serão prioritários os objetos pro-

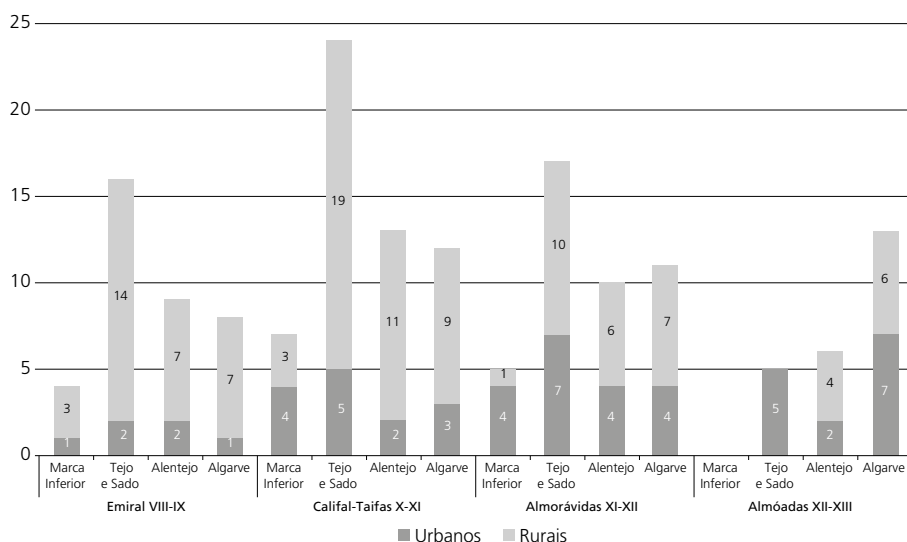


Fig. 1 – Quadro dos sítios arqueológicos com referências a cerâmicas islâmicas publicadas.

venientes de contextos estratigraficamente fiáveis, evitando-se, na medida do possível, peças com atribuição cronológica duvidosa ou de proveniência desconhecida.

Com base nesses estudos, apresentamos agora uma primeira aproximação à distribuição cronológica e territorial da cerâmica. Em termos cronológicos distinguimos quatro fases: emiral, califal/taifas, almorávida e almóada, correspondentes a divisões discutíveis, nem sempre ajustáveis aos contextos em estudo, mas que nos servem como categorias de interpretação, úteis para ordenar a informação disponível. Utilizaram-se quatro grandes unidades territoriais correspondentes a realidades geográficas e históricas de longa duração (Marca Inferior, Estuários do Tejo e Sado, Alentejo e Algarve), distinguindo em cada uma a proveniência urbana ou rural dos conjuntos cerâmicos.

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O atual território português esteve sob domínio islâmico durante cinco séculos (de 712/715 a 1248/1250), durante os quais a sua história e geografia se moldaram aos diferentes ciclos políticos de al-Andalus e às oscilações de «fronteiras» decorrentes dos avanços e recuos da *Reconquista* cristã. Neste espaço, que os muçulmanos designaram do Ġarb al-Andalus, espaço geográfico de Ocidente, incluía-se a antiga Lusitânia e a área mais ocidental da Bética (até Niebla/Huelva), estendendo-se, portanto, para além da atual fronteira de Portugal. Neste ocidente islâmico, o território setentrional foi nomeado de *al-Taġr al-Ġarbī* ou *al-Adnā*, «Marca Inferior», amplo espaço fronteiriço mais permeável à *Reconquista*.

O Ġarb «português», conquistado pelos exércitos árabes entre 712 e 715, sob comando de Mūsā b. Nuṣayr e 'Abd al-'Azīz, foi submetido por pactos de capitulação (Lisboa, Santarém e Coimbra) e pela força das armas (Beja e Ossonoba/Faro), sendo que a maior parte do território continuou cristão/moçárabe e apenas as cidades ocupadas pela força tiveram presença de grupos árabes e governadores militares, como foi o caso de Abū-Salāma em Beja (Picard, 2000, p. 25) e de al-Yamānī em Ossonoba, estabelecendo-se os iemenitas sobretudo na cidade de Silves (Domingues, 1997, p. 70). Mas, durante as primeiras décadas de ocupação – e perante a ausência de vestígios exógenos –, podemos inferir não ter havido substanciais ruturas na cultura material, nem nas estruturas de povoamento, subsistindo os centros urbanos preexistentes, os pequenos casais agrícolas dispersos, herdeiros de antigas *villae*, e os núcleos de povoamento em altura. Será na sequência da revolta dos berberes na Galiza (em 740/743) e da vinda das tropas sírias, que novos grupos – *jund* do Egipto – se estabelecem no sul do Ġarb. Contudo, também para estes não há ainda o concordante registo arqueológico.

Em 752 estabelecem-se as primeiras províncias administrativas, sendo que, para o nosso território, apenas é indicada a *kūra* (distrito ou província militar) de Beja, onde anos depois (763-764), opondo-se a 'Abd al-Raḥmān I (755/756-788), se desfraldam as bandeiras negras dos Abássidas, que se revoltam no Ġarb. Com o novo emir surgiram novas províncias militarizadas, como é o caso da *kūra* de Ossonoba, só agora autónoma de Beja. No entanto, também para a 2.^a metade do século, no atual estado da investigação, são inexistentes os vestígios arqueológicos em Beja e Ossonoba, aparecendo, porém, alguns registos materiais em Silves. Se no sul, com maior informação textual sobre a presença árabe, tem sido difícil identificá-la no terreno, mais problemático se torna esse reconhecimento no norte e centro do País, onde apenas Coimbra é referida por cronistas e geógrafos árabes. Acresce o facto de esta cidade nunca ter sido sede de *kūra* mas sim de um '*amal*, com conceito de «província» governada por um '*amil* (como o *agens* romano ou visigótico), cuja função principal seria arrecadar os impostos. E seria nessa função que a cidade era, no século IX, governada por berberes da tribo Maṣmūda, de que se destaca um Banū Dānis, que perdeu a cidade, em 878, quando esta foi tomada por Hermenegildo Guterres, ao serviço do rei astur-leonês.

Nos finais do século IX, também no Ġarb se estendem as revoltas da 1.^a *Fitna* que assolaram o al-Andalus, nomeadamente, as de Ibn Marwān e alguns dos seus companheiros de luta pela autonomia em relação a Córdoba. No espaço mais setentrional, as fontes indicam que o rebelde de Mérida se terá fortificado em Laḡdāniya (Idanha-a-Velha), mas o registo arqueológico tarda em reconhecer vestígios deste período. No sul, refira-se 'Abd al-Malik, que se instala em Beja e fortifica Mértola, e Yahà b. Bakr, em Ossonoba, Šantamariya al-Ġarb (Faro), onde mandou reforçar as muralhas. Para esta fase final do período emiral (transição

século IX/x), são mais sólidas as menções textuais a cidades e fortificações (particularmente no *Muqtabis II* de Ibn Ḥayyān), ocorrendo alguns registos arqueológicos consentâneos, mormente com o advento das cerâmicas vidradas.

Com a chegada de 'Abd al-Raḥmān III ao poder é relevante a sua ação pacificadora sobre os territórios sublevados, o restabelecimento das fronteiras. No sul do Ġarb, destaca-se, em primeiro lugar, a recuperação de Évora (atacada, em 913, por Ordonho II) invocada numa epígrafe, datada de 914/915, que comemora a reconstrução da cidade. Em Beja, o rebelde 'Abd al-Malik é destituído do poder e toda a sua família deportada para Córdoba, tendo sido nomeado novo governador e edificada uma *qaṣaba* para sua residência (Crónica de 'Arib, XXVI, p. 6). O emir seguiu depois para Faro (terá aí chegado em agosto de 919), onde Yahyà b. Bakr se entregou pacificamente e, por conseguinte, manteve o governo da região (ibid, XXVII, p. 2). Por fim, estabeleceu o califado, em 929, e procedeu à organização interna nomeando governadores no Ġarb «português», nomeadamente em Santarém, Lisboa, Alcácer do Sal, Évora, Beja e Ossonoba. Quanto à recuperação dos territórios de «fronteira», refira-se o facto de Coimbra continuar sob domínio cristão até às campanhas de al-Manṣūr (986 e 987) e de ter-se realizado, em 936, uma campanha militar na qual se recuperou o castelo de Trancoso. Esta fortificação, porém, regressa ao poder cristão (sendo indicada, em 950, no testamento de D. Flâmula), para voltar ao domínio califal, em 981, nas campanhas de al-Manṣūr, simultaneamente com Viseu. Será, portanto, na época califal que as fontes históricas e arqueológicas revelam maior informação, corroborada por numerosos registos de cerâmicas (mormente as decoradas em verde e manganés), presentes não só nas principais cidades e fortificações, mas também em muitos povoados rurais.

Nos inícios do século XI, com a guerra civil que se instala em Córdoba (1009/1031), vários grupos oligárquicos regionais, que exerciam funções administrativas, afirmam a sua autonomia, o que leva à queda do califado. Formam-se principados independentes – os reinos de taifas –, de entre os quais se destacam, no território atualmente português: o de Mértola, com Ibn Tayfūr; o de Silves, com os Banū Muzayn e o de Šantamariyya al-Ġarb com os Banū Hārūn. Mas depressa acabam por ser anexados à grande taifa dos Abádidas de Sevilha, cujo território incluía também o distrito de Beja (terra natal do rei poeta al-Muṭamid). Por seu turno, o reino taifa de Badajoz, sob governo dos Aftássidas, incluía, em «Portugal», as seguintes cidades e distritos: Elvas, Évora, Alcácer do Sal, Lisboa, Sintra, Santarém, Egitânia, Coimbra e Viseu. Mas a fragmentação de al-Andalus e as lutas internas entre os régulos taifas deram novo fôlego à *Reconquista* para sul do Douro e permitiram a Fernando Magno, rei de Leão, conquistar Lamego (e Tarouca), Balsemão e S. Martinho dos Mouros (em 1055/1057), Viseu, Penalva, Seia (em 1057/1058) e Coimbra (em 1064). Sob o domínio taifa de Sevilha e de Badajoz,

as cidades, castelos e povoações rurais do Ġarb ter-se-ão desenvolvido e assiste-se a uma fase de grande dinamismo na produção de cerâmicas (mormente as decoradas em verde e manganés e em corda seca).

Coincidindo com o período taifa, os almorávidas levam a cabo a unificação religiosa e política do Magreb ocidental, estabelecem a sua capital em Aġmât (1067), fundam Marrakech (1070) e criam um império berbere. Perante as crescentes perdas a norte, os reinos de taifas sentem-se impotentes para impedir o avanço cristão. Após a conquista de Toledo (1085), os reis de Badajoz e de Sevilha pedem auxílio aos almorávidas, o que leva à intervenção de Yūsuf b. Tašfin na Batalha de Zallāqa (1086). Ao sucesso obtido seguem-se as conquistas dos reinos taifas: Sevilha cai em 1091 e al-Muʿtamid é deportado para Aġmât, onde morre em 1095; a anexação de Badajoz dá-se em 1094 e, no mesmo ano, os Almorávidas ocupam Lisboa. Al-Andalus converte-se em província, com capital em Sevilha, e o califa 'Ali b. Yūsuf ainda empreende, em 1117, campanhas sobre Torres Novas, Penela e Coimbra, mas sem sucesso. Assim, o Ġarb da 1.^a metade do século XII contava (segundo al-Idrīsī) com as seguintes províncias: Balāta, correspondente ao Ribatejo e Estremadura a norte do Tejo, com as importantes cidades de Santarém e Lisboa; *al-Qaṣr*/Alcácer, no Alentejo e Estremadura espanhola, com Alcácer do Sal, Évora, Beja, Badajoz, Mérida e Cória; *al-Faqr*, relativa ao extremo sul do Ġarb, com Silves e Mértola. Em todas estas cidades, assim como noutros núcleos urbanos e rurais, a arqueologia tem revelado importantes vestígios deste período, que coincide, por exemplo, com a difusão de cerâmicas decoradas a corda seca total e o início das estampilhadas.

Os meados do século XII são pautados por lutas internas e novo avanço cristão. Os Muridūn revoltam-se no Ġarb, em 1143/1145 e precipitam o fim dos Almorávidas. Ibn Qasī subleva-se em Mértola, com o apoio tácito dos governadores de Silves e Beja, e os almóadas (grupo religioso berbere convertido em movimento político-militar) são chamados a intervir. Entretanto, zeloso pela independência do Ġarb, Ibn Qasī alia-se a Afonso Henriques, pelo que é assassinado em Silves, e a crise que se instala vem a favorecer o primeiro rei de Portugal que conquista, em 1147, Santarém, Sintra, Lisboa, Palmela e Alcácer do Sal. Perante a instabilidade (segundas taifas, de efémeras autonomias), os almóadas conquistam Sevilha (em 1147) e voltam a reunificar, a partir de 1150/1156, o cada vez mais reduzido território de al-Andalus. No sul do Ġarb, depois de submeter Cacela, o exército de Abū Ya'qūb Yūsuf I (1163-1184) conquista a cidade taifa de Tavira, que se manteve em autonomia até 1167/1168. O emir ainda realiza uma campanha contra Santarém, sem sucesso, e morre no regresso a Sevilha. Por sua vez, Ya'qūb al-Manšūr (1184-1199), herdeiro de um vasto e próspero império, desloca-se a al-Andalus (1190/1191 e 1195) para fazer frente aos avanços castelhanos e portugueses: em 1189, o rei Sancho I, com auxílio de uma frota de cruzados,

apoderou-se de Silves e outras fortificações do Algarve litoral, que em 1191 regressam ao domínio almóada. Anos depois, reforçam-se as defesas de Silves. O período almóada, de grande dinamismo económico e construtivo e de grande unidade cultural (patente também na grande homogeneidade das produções cerâmicas) tem o seu momento de apogeu na vitória de Alarcos (1195). Mas novas crises internas ocorrem (em al-Andalus e no Magreb) e o retrocesso começa com o desastre de Navas de Tolosa (1212). Outras autonomias se estabelecem (terceiras taifas), nomeadamente no reduzido ocidente islâmico, onde Ibn Maḥfūz se torna régulo de Niebla e Silves. Porém, o fôlego renovado cristão depressa leva à queda deste principado, cabendo ao rei Afonso III a conquista definitiva do Algarve (1248/1250) e capitulando Niebla em 1262.

2. ASPETOS CRONOESPACIAIS DA CERÂMICA DO ĠARB AL-ANDALUS

2.1. Período Emiral (séculos VIII-IX)

São ainda muito frágeis os conhecimentos sobre a cerâmica dos dois primeiros séculos de presença islâmica no território português. Por um lado, nos sítios referidos pelas fontes escritas neste período (Egitânia, Beja ou Ossonoba), não foram encontrados, ainda, níveis estratigráficos desta época. Por outro lado, a ausência de estratigrafias com amostras significativas impede a identificação de sequências tipológicas próprias do nosso território que sirvam de referência.

2.1.1. Meio Urbano

Na Marca Inferior, apenas Conímbriga e Coimbra apresentam cerâmicas de época emiral embora em número reduzido (Catarino e Santos, 2012). Podemos salientar púcaros de fabrico manual e de torneado lento e ainda caneluras no colo e/ou no bojo, que se inscrevem em protótipos islâmicos, por vezes associados a padrões decorativos próprios dos modelos cristãos, tal como as asas puncionadas. A matriz islâmica está melhor representada na cerâmica pintada, com motivos decorativos a branco, apresentando-se a decoração no colo e bojo de panelas, púcaros, bilhas e cântaros. Os motivos predominantes são bandas horizontais e verticais, por vezes formando reticulado largo, séries de três bandas verticais entrecortadas por horizontais, traços oblíquos e segmentos de círculo.

Nos estuários do Tejo e Sado, apenas se constatarem cerâmicas emirais nos castelos de Palmela e de Alcácer do Sal (Bugalhão e Fernandes, 2012), onde se encontram cerâmicas comuns tanto manuais como a torno, pintadas a vermelho e incisas. Registe-se a identificação em Lisboa de um fragmento de cerâmica vidrada, em melado no interior e castanho-chocolate sobre motivos incisos no exterior, de tipo «Pechina», indício das ainda mal conhecidas cerâmicas emirais

desta cidade. Em Palmela, ocorrem também as pintadas a preto, impressas, com aplicações plásticas e vidrados em verde e melado esverdeado. Em Alcácer do Sal, registam-se igualmente cerâmicas vidradas.

No Alentejo, identificaram-se escassas cerâmicas emirais em Évora e em Mértola (Gómez, Grangé e Lopes, 2012). Reconhecem-se, sobretudo, painéis de perfil em S, globulares com colo cilíndrico, canelado ou não, em geral de asa única a torno, e jarrinhas globulares com colo cilíndrico e pintura a vermelho ou a branco. Contamos com dois fragmentos de jarrinho vidrado em melado no interior e castanho-chocolate sobre motivos incisos no exterior, com paralelos em Pechina, Almeria (Acién e Martínez, 1989) que testemunham os primeiros intercâmbios extrarregionais no século IX.

Para o Algarve, os testemunhos existentes referem-se a Silves (Gomes, 1988), não isentos de polémica (Catarino, et al., 2012). São identificadas cerâmicas manuais e a torno, frequentemente ornamentadas com pintura a branco, preto ou vermelho ou com aplicações plásticas. Também em Silves, encontramos dois exemplares de jarrinho vidrado em melado no interior e castanho-chocolate sobre motivos incisos no exterior, de tipo «Pechina».

2.1.2. Meio Rural

Os sítios emirais em âmbito rural são mais abundantes. A norte do Tejo encontramos exemplares em Trancoso (Ferreira, Lobão e Catarino, 2012), Ega em Condeixa-a-Nova (Revez, 2012) e Leiria (Catarino e Santos, 2012). No primeiro local, ocorrem painéis de perfil em S, púcaros de fabrico manual, decorados com caneluras, incisões (ondulados e em ziguezague) e caneluras, ou ténues aplicações plásticas alternando com impressões, por vezes com uma banda horizontal pintada a branco. Na Ega, as escavações revelaram cerâmicas do século IX de pastas escuras e grosseiras, fabricadas a torneado lento. Da torre de menagem do Castelo de Leiria, provêm testemunhos de inícios do Califado, ou mesmo do Emirato. São de referir escassos fragmentos de cerâmica comum, mormente cântaros e púcaros, destacando-se a decoração em caneluras e pintada a branco.

Nos estuários do Tejo e Sado documentou-se uma intensa ocupação rural, mas apenas foram publicadas as cerâmicas emirais do Alto do Senhor da Boa Morte e Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira), Alto do Cidreira e Caparide (Cascais), Alto da Queimada e Moinho da Fonte do Sol (Palmela) e Gruta do Forte do Cavalo, Lapa do Jerónimo e Serra da Azoia (Sesimbra) (Bugalhão e Fernandes, 2012). Em Castanheira do Ribatejo, Serra da Azoia, Gruta do Forte do Cavalo, Moinho da Fonte do Sol e Alto da Queimada há cerâmicas a torno que convivem com produções manuais, e com motivos incisos, neste último sítio. As produções a torno apresentam, ocasionalmente, pintura branca na Gruta do Forte do Cavalo e no Alto do Senhor da Boa Morte, onde também se registam motivos incisos.

Os sítios rurais emirais do Alentejo são poucos (Gómez, Grangé e Lopes, 2012). Na área de implantação da barragem do Alqueva foram identificados sítios de cronologia incerta, na transição entre a Antiguidade Tardia e o período Califal. São sítios muito pobres, como Cabeçana 4, Monte Roncão 13, Monte Roncanito 13 e Roncanito 10, em Reguengos de Monsaraz (Marques et al.), que forneceram fabricos manuais ou torneados irregulares, de pastas muito pouco depuradas, de produção local, predominando os grandes contentores de alimentos e as painéis de perfil em S. Um candil vidrado a verde do Monte Roncanito 10, que constitui um elemento completamente excepcional no conjunto das cerâmicas destes sítios rurais, poderá ser emiral. No Alentejo Litoral, o Castelo das Bouças e o Cemitério de Odemira/Várzea da Salamoia documentaram fragmentos de cerâmica rosada de textura friável, painéis de perfil em S e caçoilas de fundo plano, manuais; painéis a torno de base convexa; talhas com impressões de cordas; e cântaros, jarrinhas e bilhas de torneado rápido que podem apresentar pintura vermelha ou preta. No território de Mértola, dois pequenos casais rústicos (Queimada e Raposeira) têm ocupação dos séculos VII-X. O espólio cerâmico é muito reduzido, consistindo em fragmentos de *terra sigillata* clara e cerâmica comum de fabrico manual e a torno.

No Algarve, localizam-se vários sítios rurais, alguns fortificados (Catarino et al., 2012). No Algarve Oriental, no Castelo das Relíquias (Alcoutim), verifica-se o domínio de cerâmica manual (potes e tampa circular com pega superior) e de torneado lento. Os motivos decorativos são caneluras no colo de púcaros e um fragmento de superfícies vidradas a verde, com paralelos em Pechina. No Castelo Velho de Alcoutim, o repertório formal inclui peças de fabrico manual e torno de rotação irregular, decorações com caneluras, incisões (ondulados e zigzague) e cordões plásticos. Destaca-se ainda um fragmento de vidrado verde claro sobre decoração incisa (tipo «Pechina?»). Na cidade romana de Balsa (Torre de Ares, Tavira), registaram-se bordos de potes ou painéis de perfil em S, que podem reportar-se a uma fase entre a Antiguidade Tardia e os inícios da Alta Idade Média. A *villa* de Milreu (Faro) forneceu um conjunto de cerâmicas manuais, a torneado lento e rápido. Algumas peças de pastas claras (bilha e candis) têm motivos geométricos pintados a castanho. Em Tejo do Praio (Loulé), exumaram-se cerâmicas dos séculos IX-XI que incluem painéis, púcaros e jarrinhas, por vezes com pintura a branco, preto ou castanho sobre pastas claras. No Cerro da Vila (Loulé), documentam-se cerâmicas filiadas numa tradição tardo-romana: jarros trilobados, bilhas de bordo canelado e caçoilas com perfil contracurvado. No Algarve Ocidental, apenas no Castelo de Alferce (Monchique) e no sítio de Barradas (Lagos) surgiram cerâmicas manuais e a torno, as quais podem conter pintura vermelha, motivos incisivos ou aplicações plásticas, e em Alferce pintura a preto (fig. 2).



Fig. 2 – Cerâmica de época emiral (séculos VIII-IX). Identificação dos sítios rurais: 1. Trancoso; 2. Ega; 3. Leiria; 4. Alto do Senhor da Boa Morte; 5. Castanheira do Ribatejo; 6. Alto do Cidreira; 7. Caparide; 8. Alto da Queimada; 9. Moinho da Fonte do Sol; 10. Setúbal; 11. Troia; 12. Gruta do Forte do Cavalo; 13. Serra da Azoia; 14. Torrão; 15. Santa Catarina de Sítimos; 16. Monte Roncanito (vários); 17. Cabeçana 4; 18. Castelo de Vale de Gaios; 19. Castelo das Bouças; 20. Cemitério de Odemira; 21. Queimada; 22. Raposeira; 23. Castelo das Relíquias; 24. Castelo Velho de Alcoutim; 25. Balsa; 26. Milreu; 27. Tejo do Praio; 28. Cerro da Vila; 29. Castelo de Alferce; 30. Barradas.

2.2. Período Califal-Taifa (séculos X-XI)

A facilidade de identificação das cerâmicas de época califal-taifa permitiu o reconhecimento de um maior número de sítios deste período, continuando a predominar os sítios rurais.

2.2.1. Meio Urbano

Na Marca Inferior (Catarino e Santos, 2012), destacam-se Coimbra e Conímbriga, esta última já em franca decadência. Predominam a cerâmica comum, pintada, sobretudo a branco, alguns motivos de caneluras, incisões e punções, estas relacionadas com a *Reconquista*. Em Coimbra, ocorre ainda cerâmica vidrada melada, melada com traços de manganés, verde e manganés, corda seca parcial e total e, ainda, dois fragmentos de louça dourada. Em Santarém (Convento de São Francisco), recolheram-se cerâmicas dos séculos X-XI, com pouca variedade formal, produzidas a torno mas rudimentares, e escassos exemplares vidrados. Predominam as panelas, uma delas com asas puncionadas, decoração frequente a norte. Ocorre também decoração pintada a branco, incisões, cordões plásticos e um fragmento de verde e manganés.

Nos estuários do Tejo e Sado, documenta-se a presença califal-taifa em vários núcleos urbanos com destaque para Lisboa e Palmela (Bugalhão e Fernandes, 2012). Em Lisboa, foram identificados diversos contextos de época taifa que forneceram abundante loiça de cozinha, mesa e armazenamento, em cerâmica comum e pintada a branco; tigelas vidradas a melado, verde e castanho; tigelas e jarrinhas pintadas a vermelho e em verde e manganés, jarrinhas, jarros e garrafas em corda seca parcial. Para todos estes grupos (à exceção do verde e manganés) estão documentadas produções locais que coexistiam com importações. Também se regista cerâmica califal-taifa no Castelo de Sintra: um conjunto de peças de verde e manganés, cerâmicas pintadas a branco e a vermelho e algumas de corda seca (Coelho, 2012). No Castelo de Palmela, o panorama é mais completo, incluindo, para além dos tipos decorativos documentados em Lisboa, a corda seca total. Especial destaque merece uma tigela com motivo antropomórfico a verde e manganés. No Castelo de Alcácer do Sal, registaram-se cerâmicas pintadas a branco ou a vermelho e materiais vidrados que convivem com produções a verde e manganés e corda seca total e parcial.

No Alentejo, as principais cidades apresentam materiais deste período exce- tuando, estranhamente, Beja (Gómez, Grangé e Lopes, 2012). Em Moura, o espólio é diminuto, observando-se tigelas a verde e manganés, vidradas a melado e manganés e uma bilha e uma jarrinha meladas com traços de manganés. Em Évora, regista-se cerâmica pintada a branco, vidrados melados, melado e manganés, verde e manganés e corda seca parcial. Em Mértola, destacam-se os motivos de pintura branca, regra geral, com traços finos, e raros exemplares de pintura vermelha ou preta, fruto do fabrico local, associados a tigelas com vidrado melado,

ou combinando fundo branco ou melado com motivos em manganés, copos e jarrinhas em corda seca parcial, e cerâmicas vidradas a verde e manganés.

No Algarve, documentam-se cerâmicas de época califal-taifa em Faro e Silves (Catarino et al., 2012), onde se destacam as painéis de corpo canelado e pintura a branco, tampas com e sem decoração pintada, tigelas meladas e a melado e manganés, ou com decoração a branco, copos e jarrinhas com pintura branca, e candis que podem apresentar decoração a corda seca parcial. Em Silves, verifica-se um leque diversificado de formas e decorações, entre as quais pintura a branco, vermelho ou preto, motivos incisos ou aplicações plásticas, vidrados a branco ou melado, por vezes combinando motivos em manganés ou verde e manganés.

2.2.2. Meio Rural

A Norte do Douro merece destaque um candil, sem contexto arqueológico, datado do século x, encontrado na Croca (Pedrantil, Penafiel). Possui depósito bitroncocónico, bem como asa que arranca do interior do bordo. No castelo de Trancoso, registam-se cerâmicas comuns, sobretudo formas fechadas com pintura a branco (Ferreira, Lobão e Catarino, 2012). Destaca-se um exemplar com caneluras e pintura em finos traços horizontais e verticais, intercalados com séries de pontos, e um jarro com decoração incisa sob vidro verde-escuro. No Paço da Ega (Condeixa-a-Nova), predominam as formas fechadas a torno, algumas com pintura a branco (Revez, 2012). O mesmo se verifica no Castelo da Sertã e na Gruta do Caldeirão (Tomar). Em Torres Novas, são referidas cerâmicas a torno, frequentemente com pintura a branco e a vermelho, e cerâmicas vidradas.

Nos estuários do Tejo e Sado registam-se muitos sítios rurais com ocupação neste período: Torres Vedras, Alto do Senhor da Boa Morte e Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira), Vale Casal Mourão (Mafra), Colares (Sintra), Alcabideche e Alto do Cidreira (Cascais), Quinta de Castros e Murfacém (Almada), Alto da Queimada e Moinho da Fonte do Sol (Palmela), Gruta do Forte do Cavalo, Lapa do Fumo, Lapa do Jerónimo, Praia dos Coelhos e Porto da Baleeira (Sesimbra), o Castelo de Coina-a-Velha e Setúbal (Setúbal) e Troia (Grândola) (Bugalhão e Fernandes, 2012). Na maior parte destes sítios, estão presentes cerâmicas pintadas a branco, sendo rara a pintura a vermelho que encontramos em Mafra, Alto da Queimada, Alto do Senhor da Boa Morte, Setúbal e Almada. O verde e manganés e a corda seca parcial registam-se no Alto da Queimada e no Alto do Senhor da Boa Morte.

No Alentejo, os sítios rurais são escassos, bem como os materiais deste período (Gómez, Grangé e Lopes, 2012). No Castelo de Juromenha (Alandroal), as cerâmicas datadas dos séculos x-xi são fragmentos melados, melados e manganés, um candil melado e um fragmento de verde e manganés. Na região de Reguengos de Monsaraz, refira-se o Monte Roncanito 10 e o Monte Roncanito 18 e Cid Almeida em Moura, com cerâmicas manuais e a torno. No Castelo de Noudar (Barrancos),

destacam-se duas jarrinhas, uma de corda seca parcial, outra com motivos incisos e alguns fragmentos de verde e manganés. No Castro da Cola (Ourique), foi encontrada cerâmica comum, ocasionalmente com cordão digitado, pintura vermelha ou branca e vidrados melados e a verde e manganés. Em Serpa, destacam-se o Castelo e a *villa* de Cidade das Rosas onde este período está representado por cerâmica comum, ocasionalmente com motivos incisos, pintada a branco ou a vermelho, e vidrados: melados, brancos, melados com motivos a manganés e verde e manganés. No sítio fortificado de Vale de Gaios, foram evidenciadas cerâmicas comuns e um pequeno fragmento de tigela melada com traços de manganés. No *hişn* de Mesas do Castelhinho (Almodôvar), recolheram-se painéis e púcaros idênticos aos de Mértola e Alcoutim. As jarrinhas e púcaros apresentam motivos pintados a branco, preto ou vermelho com traços finos. As tigelas são meladas, meladas com motivos em manganés e verde e manganés. Registou-se uma jarrinha em corda seca parcial. Na região de Mértola, os sítios de Raposeira e Costa 2 tinham cerâmica comum e, o primeiro, fragmentos melados.

No Algarve, observa-se uma ocupação continuada desde o período anterior, havendo a acrescentar os sítios de Monte Canelas (Lagos) e Alcaria de Aljezur (Catarino et al., 2012). No Castelo das Relíquias, destacam-se para esta fase as decorações em verde e manganés, em corda seca parcial e em melado, combinado ou não, com traços a manganés. O Castelo Velho de Alcoutim inclui um diversificado repertório formal e decorativo: caneluras, meandros incisos e zigzag, cordões plásticos, pintura a branco, negro ou vermelho. Nas peças vidradas há decoração a verde e manganés, corda seca parcial e melado claro e traços a manganés. Os Alcaria de Odeleite (Castro Marim) testemunharam cerâmica comum, uma talha decorada com cordões digitados, cerâmica vidrada melada, alguma com pintura a manganés, a verde e manganés e fragmentos de candis, alguns com pingos verdes e outros em corda seca parcial. Em Vale do Boto (Castro Marim), podemos apontar cerâmicas incisivas, pintadas, sobretudo a branco e vidrados melados, sem ou com decoração a manganés, verde e manganés e corda seca. Em Balsa (Tavira), destacam-se dois candis, um fragmento de panela e um púcaro globular, estes dois últimos com motivo digitado pintado. De salientar uma pequena bilha de corpo canelado e superfícies meladas e um candil incompleto, melado com escorrimentos de pintura. No sítio de Tejo do Praio, foram exumadas formas de cozinha e de mesa que podem apresentar pintura a branco, a preto ou avermelhado, vidrados melados, por vezes com decoração a manganés, verde e manganés e corda seca. No Cerro da Vila, destacam-se as tigelas vidradas meladas, com decoração a manganés ou em verde e manganés e jarrinhas e painéis com decoração pintada a branco. Os sítios de Monte Canelas e Barradas (Lagos) e Alcaria de Aljezur apresentam cerâmicas torneadas, frequentemente com pintura a branco, preto ou vermelho ou com motivos incisos, e alguns vidrados: melado e manganés em Lagos e verde e manganés no Monte Canelas (fig. 3).



Fig. 3. Cerâmica de época califal/taifa (séculos x-xi). Identificação dos sítios rurais: 1. Croca; 2. Trancoso; 3. Ega; 4. Sertã; 5. Gruta do Caldeirão; 6. Torres Novas; 7. Torres Vedras; 8. Alto do Senhor da Boa Morte; 9. Castanheira do Ribatejo; 10. Vale Casal Mourão; 11. Colares; 12. Almoçageme; 13. Freiria; 14. Alto do Cidreira; 15. Alcabideche; 16. Quinta de Castros; 17. Alto da Queimada e Moinho da Fonte do Sol; 18. Gruta do Forte do Cavalo e Lapa do Fumo; 19. Troia; 20. Praia dos Coelhos; 21. Porto da Baleeira; 22. Castelo de Coina-a-Velha; 23. Setúbal; 24. Juromenha; 25. Monte Roncanito (vários); 26. Noudar; 27. Castro da Cola; 28. Serpa; 29. Cidade das Rosas; 30. Castelo de Vale dos Gaios; 31. Mesas do Castelinho; 32. Raposeira; 33. Costa 2; 34. Castelo das Relíquias; 35. Castelo Velho de Alcoutim; 36. Alcaria de Odeleite; 37. Vale do Boto; 38. Balsa; 39. Tejo do Praio; 40. Cerro da Vila; 41. Barradas; 42. Monte Canelas; 43. Alcaria de Aljezur.

2.3. Período Almorávida (finais do século XI – primeira metade do século XII)

O *Ġarb al-Andalus* é especialmente ilustrativo para identificar as expressões materiais da primeira metade do século XII, pois foi durante este período que as suas principais cidades foram definitivamente inseridas na esfera de domínio cristão, abundando os contextos estratigráficos de abandono, bem datados por volta de 1147, data da conquista de Lisboa.

2.3.1. Meio Urbano

São especialmente relevantes as cerâmicas deste período no vale do Tejo, com importantes conjuntos do fim da ocupação islâmica da região (Catarino e Santos, 2012, e Bugalhão e Fernandes, 2012). A Alcáçova de Santarém revelou um conjunto cerâmico considerável, de ampla diversidade formal e decorativa. Algumas peças vidradas foram decoradas a verde e manganés e a corda seca parcial e total. A pintura a branco é maioritária, estando também presentes a decoração incisa e as caneluras. Em Sintra, documentam-se cerâmicas pintadas a branco e a vermelho aliadas a peças em corda seca total e parcial. O conjunto de Lisboa é o mais notável, destacando-se os contextos de produção, nos quais se documenta cerâmica comum, pintada a branco e a vermelho, vidrada (tigelas carenadas e candis de bico facetado), por vezes sobre estampilha, e corda seca parcial. Nas cerâmicas encontradas nesta cidade documentam-se, também, objetos vidrados a verde, branco ou melado, sendo que estes dois últimos podem aparecer combinados com motivos em manganés, em verde e manganés e em corda seca total. Salientam-se os exemplares que combinam vidrado melado com traços em manganés, com motivos estampilhados sob o revestimento vítreo. Nos Castelos de Palmela e Alcácer do Sal, encontramos um diversificado conjunto de cerâmicas com presença de decorações pintadas a branco, vermelho ou preto e vidradas a verde, branco, melado ou castanho, por vezes aliadas com traços em manganés, em verde e manganés e em corda seca total e parcial.

No Alentejo, documenta-se cerâmica deste período sobretudo em Évora, Beja, Moura e Mértola (Gómez, Grangé e Lopes, 2012). Em Évora e Moura, recolheram-se apenas fragmentos de tigelas de corda seca total e vários candis que, por vezes, apresentam corda seca parcial.

As cerâmicas de Beja são um candil e várias tigelas vidradas em melado e melado e manganés. É assinalável o espólio do século XII de Mértola, especialmente a coleção de corda seca total, mas também candis de bico muito facetado, painéis com carenas pronunciadas no ombro e caçoilas carenadas. Entre as técnicas decorativas dominam a pintura a branco, vermelho ou preto, a corda seca parcial e total, os vidrados melados, por vezes combinando com traços de manganés, subsistindo ainda o verde e manganés. Surgem os primeiros exemplares de reflexo metálico.

No que ao Algarve diz respeito, as principais cidades apresentam conjuntos importantes deste período (Catarino et al., 2012). Em Tavira, sobressai o denominado Vaso de Tavira que convive com cerâmica comum pintada a branco, vermelho ou preto, vidrada a melado (com ou sem traços de manganés), candis e cerâmica com decoração em corda seca. Para Faro, aumenta a diversidade tipológica e funcional, a par de uma uniformidade de técnicas decorativas, predominando a pintura. Em Loulé, ao diversificado repertório formal associa-se alguma cerâmica manual e, sobretudo, peças decoradas com pintura a branco. Para os vidrados, destaque para as tigelas carenadas que podem apresentar decoração interna a manganés. Também em Silves, o conjunto é técnica e formalmente diversificado, evidenciando-se a cerâmica vidrada em múltiplas combinações: branco, branco e verde, branco e manganés, melado, melado e manganés, verde e corda seca total e parcial. De salientar, ainda, tigelas decoradas a verde e manganés com motivos de estilo esquemático, muito característicos da primeira metade do século XII.

2.3.2. Meio Rural

No período Almorávida assistimos, aparentemente, a uma redução do número de sítios rurais. Alguns casais rústicos desaparecem, tendo continuidade apenas os núcleos de maiores dimensões.

Nos estuários do Tejo e Sado documentam-se os sítios de Alto do Senhor da Boa Morte (Vila Franca de Xira), Vale Casal Mourão (Mafra), Caparide e Cascais (neste concelho), Quinta de Castros (Almada), Lapa do Fumo, Castelo de Sesimbra, Setúbal e Creiro (Setúbal), com presença de pintura a branco, à exceção da Quinta de Castros e Creiro. As cerâmicas pintadas a vermelho aparecem apenas em Vale Casal Mourão e Quinta de Castros. As vidradas surgem unicamente na Quinta de Castros, Lapa do Fumo e Creiro; corda seca parcial em Cascais e no Alto do Senhor da Boa Morte e, finalmente, ocorrem estampilhas no Alto do Senhor da Boa Morte e na Quinta de Castros.

No Alentejo, assistimos a uma situação semelhante, com sítios de época califal-taifa a desaparecer, sendo de momento escassos os contextos deste período (Gómez, Grangé e Lopes, 2012). No Castelo de Juromenha, regista-se um fragmento de candil vidrado melado e um fragmento em corda seca total. No Castelo de Noudar, foram descobertas painéis bitroncocónicas com carena pronunciada no ombro, fragmentos de corda seca total e uma jarrinha de corda seca parcial. No Castelo de Serpa, para além de fragmentos pintados a branco ou com motivos incisos, destaque para as tigelas vidradas em melado, em melado ou branco com motivos em manganés e jarrinhas em corda seca parcial e em vidrado verde. Na Cidade das Rosas, os elementos mais destacados são a cerâmica pintada a branco ou a vermelho, fragmentos em corda seca total ou parcial e vidrados a branco ou melado, por vezes combinados com motivos em manganés. Alcaria Longa (Mér-

tola) forneceu cerâmica comum e/ou pintada a branco, vidrada a melado, melado com motivos em manganés e verde. Especial destaque para candis em corda seca parcial. No Castelo de Vale de Gaios (Odemira), destacam-se as caçoilas carenadas de bordo extrovertido com inflexão marcada.

No Algarve, também desaparecem alguns sítios de época califal-taifa mas surgem alguns assentamentos novos (Catarino *et al.*, 2012). No Castelo das Relíquias e no Castelo Velho de Alcoutim, algumas peças vidradas a melado com decoração a manganés, nomeadamente uma tigela com motivo epigráfico e uma jarrinha de corda seca com filtro, datarão deste período. No Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), evidenciam-se fragmentos de tigelas vidradas meladas, podendo apresentar traços a manganés. Nos Alcariaais de Odeleite, regista-se cerâmica vidrada melada, alguma com pintura a manganés, uma tigela de corda seca total e fragmentos de candis, alguns com pingos verdes, outros em corda seca parcial. No Vale do Boto (Castro Marim), as cerâmicas apresentam um amplo repertório formal e variedade de fabricos que incluem fragmentos de taças decoradas a corda seca e um fragmento de tigela com estampilhas sob o vidrado melado com segmentos de círculo em manganés, combinação técnica que só encontramos em Lisboa. Em Balsa, destacam-se uma bilha de corpo canelado e superfícies meladas e um candil com vestígios de melado e escorrimentos de pintura. Na Alcaria do Cerro da Mesquita (São Brás de Alportel), a cerâmica apresenta motivos pintados a negro, superfícies vidradas a melado, por vezes com decoração a óxido de manganés ou corda seca total. Por último, no Castelo da Nave (Monchique) e no Ribat da Arrifana (Aljezur), estão presentes as produções com pintura branca, os motivos incisos e os vidrados em melado (fig. 4).

2.4. Período Almóada (segunda metade do século XII – primeira metade do século XIII)

Nesta última etapa o *Ġarb* «português» encontra-se reduzido aos territórios a sul do Tejo, predominando os núcleos urbanos e os rurais fortificados. O panorama cerâmico é tipologicamente muito variado mas simultaneamente homogéneo. Algumas formas e técnicas ornamentais encontram-se em todos os sítios, como os motivos estampilhados e a caçoila conhecida na bibliografia espanhola como de *costillas*, muito característica em época tardo-almóada. No último quartel do século XII, são abandonados os candis e em época tardo-almóada só encontramos as candeias, ocasionalmente sobre pé alto.

2.4.1. Meio Urbano

Com a recuperação do estuário do Sado pelos almóadas, a Península de Setúbal mantém-se na esfera do al-Andalus até aos finais do século XII (Bugalhão e Fernandes, 2012). No Castelo de Palmela, surgiram cerâmicas pintadas a branco



Fig. 4 – Cerâmica de época almorávida (finais do século XI – primeira metade do século XII). Identificação dos sítios rurais: 1. Vale Casal Mourão; 2. Cascais; 3. Frielas; 4. Caparide; 5. Alapraia; 6. Alcabideche; 7. Alto do Senhor da Boa Morte; 8. Castelo de Sesimbra; 9. Lapa do Fumo; 10. Setúbal; 11. Castelo de Coina-a-Velha; 12. Creiro; 13. Quinta de Castros; 14. Almada; 15. Castelo do Torrão; 16. Juromenha; 17. Noudar; 18. Serpa; 19. Cidade das Rosas; 20. Castelo de Vale dos Gaios; 21. Alcária Longa; 22. Castelo das Relíquias; 23. Castelo Velho de Alcoutim; 24. Montinho das Laranjeiras; 25. Alcaria de Odeleite; 26. Vale do Boto; 27. Balsa; 28. Cerro da Mesquita; 29. Castelo da Nave; 30. Ribat da Arrifana.

e a vermelho, associadas a vidrados verdes e estampilhados, um deles com a *hamsa*. No Castelo de Alcácer do Sal, encontramos um repertório variado de cerâmicas comuns e pintadas a branco. Nas cerâmicas vidradas, destacam-se os estampilhados sob vidrado melado e verde. De assinalar a presença de um candil de disco impresso, fragmentos de cerâmica esgrafitada e uma peça moldada com reflexo metálico.

Pouco sabemos das cerâmicas almóadas de Évora (Gómez, Grangé e Lopes, 2012), facto explicado pelo reduzido período de tempo que a cidade se manteve sob domínio almóada. Até à data apenas se constata talhas estampilhadas. O conjunto mais completo de Beja data deste período e integra caçoilas carenadas brunidas, ocasionalmente com várias asas verticais, jarrinhas de pasta branca com paredes de casca de ovo e filtro, jarras e tigelas vidradas a branco, verde, melado e melado com motivos a manganés, fragmentos de corda seca total, uma candeia de pé alto, talhas estampilhadas, em alguns casos com vidrado verde. O espólio de Mértola constitui o conjunto mais completo do *Ġarb al-Andalus*. No âmbito formal merece destaque as talhas e respetivos suportes e tampas. Surgem dois tipos novos de painéis: de corpo globular, muito difundidas e de corpo troncocónico, características de Mértola. Destacam-se, também, pela sua profusão, a caçoila de *costillas*, a novidade dos vidrados em peças de cozinha e a generalização dos fogareiros e os pequenos alguidares de pequenos pés cónicos. As tigelas apresentam carenas acusadas e pé anelar alto e diagonal. Outra inovação é a lanterna, fechada com um orifício frontal. Encontram-se aqui todas as técnicas ornamentais documentadas no período.

No Algarve, assiste-se neste período ao crescimento populacional e urbano (Catarino et al., 2012). Em Cacela Velha, identificam-se caçoilas de *costillas*, com ou sem vidrado e uma jarrinha com carena pronunciada no ombro. No que concerne à ornamentação, estão presentes a pintura a branco, a incisão, as caneluras, os vidrados e as estampilhas. É grande o repertório cerâmico almóada de Tavira, onde estão presentes candeias (por vezes sobre pé elevado), caçoilas de *costillas* e cerâmica comum com pintura a branco, a vermelho ou a negro. Merecem especial destaque as peças vidradas a verde (por vezes estampilhadas) e a melado (por vezes com motivos pintados a manganés), um bocal de poço com motivos epigráficos e vegetalistas realizados em corda seca total. Os materiais de Faro consistem em grandes talhas vidradas a verde, caçoilas vidradas a castanho, tigelas meladas com decoração a manganés, cerâmicas a corda seca parcial, ou vidradas a melado ou verde, e candis por vezes melados. Em Loulé, refiram-se caçoilas carenadas com duas asas e de *costillas*, bules (podendo apresentar pintura a branco), tigelas hemisféricas ou carenadas e pé anelar, meladas, (com ou sem motivos a manganés), cântaros com caneluras e fundo em ônfalo, candis, fogareiros, pequenos potes de asas múltiplas, com ou sem vidrado castanho ou

pintura a branco e, finalmente, as talhas estampilhadas, normalmente cobertas por vidro verde. Em Albufeira, são de assinalar igualmente bules, caçoilas de *costillas* e talhas estampilhadas. No que concerne à decoração, estão presentes as caneluras, a pintura a branco ou preto e os vidrados verdes e melados, alguns com pintura a óxido de manganés. Por último, em Silves, documenta-se um variadíssimo repertório formal ornamentado com um leque alargado de técnicas entre as quais se destaca a pintura a branco, a preto e a vermelho, motivos incisos e aplicações plásticas sobre os grandes recipientes, corda seca total e parcial, todas as combinações de vidro (branco, melado e verde, por vezes cobrindo temas incisos ou estampilhados, e bicromáticos em branco e manganés, branco e verde ou melado e manganés) e o reflexo metálico, por vezes sobre temas moldados.

2.4.2. Meio Rural

O povoamento muda, neste período, no Alentejo (Gómez, Grangé e Lopes, 2012) e no Algarve (Catarino *et al.*, 2012), surgindo novos aglomerados de dimensões consideráveis e, sobretudo, estabelecimentos fortificados.

No Alentejo, o Castelo de Montemor-o-Novo forneceu fragmentos de cerâmica comum com traços de pintura branca e de talha com motivos estampilhados de rosetas e *hamsa*. No Castelo de Juromenha, registou-se a asa de um copo vidro verde com motivo estampilhado. No Castelo de Noudar, documentam-se fragmentos de talha com motivos estampilhados, painéis bitroncocónicos com pronunciada carena no ombro, caçoilas com superfícies brunidas e um cantil. No Castelo de Aljustrel, encontramos cerâmica comum, em muitos casos pintada a branco ou vermelho, vidrados melados ou verdes, ocasionalmente com temas incisos ou estampilhados sob o revestimento vítreo. São frequentes as caçoilas de *costillas*. O conjunto do Castro da Cola caracteriza-se pela presença de motivos estampilhados, ocasionalmente com revestimentos vítreos e decorações em corda seca total.

No Algarve, a Aldeia dos Mouros (Vaqueiros, Alcoutim) revelou uma bilha com escorridos de vidro verde, corda seca parcial, tigelas vidradas meladas e decoração a manganés. No Montinho das Laranjeiras, ocorre igualmente cerâmica vidrada, nomeadamente tigelas carenadas em melado escuro com traços de manganés. Do fim da ocupação dos Alcarias de Odeleite, destacam-se uma talha com cordões plásticos e estampilhas, peças meladas, algumas com pintura a manganés, uma tigela decorada com estampilhado sob vidro melado e caçoilas de *costillas*. No Vale do Boto, destacam-se as tigelas carenadas vidradas, por vezes com traços em manganés. Alguns materiais de Balsa são enquadráveis nesta fase, caso de dois bocais de cântaro e de uma bilha. No Castelo de Salir (Loulé), marcam presença as caçoilas de *costillas*, as talhas estampilhadas, os potes quase cilíndricos e de caneluras, jarrinhas de casca de ovo e as candeias, ocasionalmente de pé alto.



Fig. 5 – Cerâmica de época almóada (segunda metade do século XII – primeira metade do século XIII). Identificação dos sítios rurais: 1. Creiro; 2. Montemor-o-Novo; 3. Juromenha; 4. Noudar; 5. Aljustrel; 6. Castro da Cola; 7. Aldeia dos Mouros; 8. Montinho das Laranjeiras; 9. Alcarias de Odeleite; 10. Vale do Boto; 11. Castelo de Salir; 12. Castelo de Paderne; 13. Arge; 14. Ribat da Arrifana; 15. Castelo em Aljezur.

A nível ornamental, regista-se a pintura a branco e preto e vidrados, por vezes com traços a manganés, estampilhas ou incisões. No Castelo de Paderne (Albufeira), há um conjunto coeso de cerâmicas entre as quais as caçoilas carenadas (incluídas as de *costillas*), tigelas vidradas meladas ou verdes, por vezes com motivos estampilhados, pequenos potes de corpo troncocónico, cântaros, ocasionalmente com fundo em ônfalo ou/e decorados a manganés, fragmentos de talhas estampilhadas vidradas a verde e um pequeno alguidar/bacia em corda seca. No sítio de Arge (Portimão), documenta-se um conjunto diversificado de cerâmicas pintadas a branco, vermelho ou preto, vidrados melados ou verdes, associados em alguns casos a motivos a manganés ou temas estampilhados. Finalmente, um panorama semelhante encontra-se no *Ribat* da Arrifana e no Castelo em Aljezur (fig. 5).

ASPETOS TÉCNICOS E ORNAMENTAIS DA CERÂMICA DO ĠARB AL-ANDALUS

Na sequência da análise dos conjuntos cerâmicos identificados no âmbito geográfico e cronológico em estudo, podem delinear-se algumas conclusões relativamente às categorias técnicas e ornamentais em presença.

A cerâmica manual e de torneado lento é geralmente associada à produção local, pouco sofisticada tecnologicamente, mas surge sempre relacionada com outras produções. Da análise efetuada, confirma-se que a frequência destas peças é mais incidente no período emiral e em contextos rurais (por vezes com decoração incisa de motivos ondulados no ombro) embora também surja nas restantes fases e nas cidades.

A cerâmica comum, naturalmente, apresenta uma disseminação cronológica e geográfica total, o que impede qualquer tipo de abordagem analítica. Mesmo nos casos em que a sua presença não está referenciada na bibliografia, pressupõe-se a sua existência. Trata-se de uma categoria técnica de consumo alargado, produzida decerto em todas as olarias locais, com recurso a conhecimentos e tradições autóctones e com assimilação permanente de influências exteriores, nomeadamente nas cidades.

A cerâmica com decoração incisa surge no Ġarb desde o período emiral. Alcança a sua maior expressão geográfica no período califal-taifa, tanto em contextos rurais como urbanos. Parece reduzir um pouco a sua presença nos períodos seguintes, restringindo-se essencialmente às cidades. Refere-se a produções locais e regionais. Os motivos são ondulados e ziguezague.

A cerâmica decorada com aplicações plásticas surge por todo o território em estudo, tanto em ambiente urbano como rural, apresentando expressão modesta em todas as fases, com algum crescimento no período almóada. Refere-se essencialmente a produções locais e regionais.

A cerâmica pintada a branco é considerada o elemento mais distintivo da cerâmica islâmica no Ġarb, sendo um dos «fósseis indicadores» da presença de ocupação neste período. Apesar de aqui tratados de forma global e geral, sob a denominação de pintura a branco, engloba-se uma grande variedade de estilos, motivos e formas, que estão longe de constituir um conjunto uniforme ao longo dos cinco séculos em estudo. Por outro lado, já há muito se vislumbra que, em muitos casos (nomeadamente em meios rurais), os conjuntos cerâmicos islâmicos não incluem cerâmica pintada a branco, verificando-se a necessidade de aprofundar o estudo da origem, difusão (cronológica e geográfica) e evolução técnica e estilística desta categoria. As produções mais antigas poderão ser importadas e de consumo esporádico mas, nas fases seguintes, as cerâmicas são essencialmente de produção local e regional e destinam-se ao consumo alargado das populações urbanas e, em alguns casos, rurais. Por vezes, apresenta também decoração incisa ou com aplicações plásticas, numa situação que parece referir-se a especificidades pontuais da produção local, sem que para já se lhes possa atribuir algum significado ao nível da incidência cronológica e geográfica. No período emiral, verifica-se uma escassa ocorrência desta cerâmica. A difusão alargada desta técnica decorativa no Ġarb parece ocorrer no período califal-taifas, com maior incidência na região de Lisboa e estuário do Sado. De salientar a ausência de pintura a branco em alguns sítios rurais. No período almorávida, observa-se um aumento da incidência desta técnica relativamente ao panorama anterior. Esta realidade sugere uma difusão a partir de circuitos comerciais no período califal-taifa, à qual se seguiu, no período almorávida, uma crescente implantação de centros oleiros localizados nas principais cidades para abastecimento preferencial das mesmas e dos territórios sob sua influência. Este modelo foi já verificado na cidade de Lisboa (Bugalhão et al., 2008, p. 132). No período almóada, praticamente todos os sítios estudados registam a presença de pintura a branco. Há ainda a referir que esta técnica e este repertório decorativo persistem nos territórios *reconquistados*, sendo habitualmente considerados de «tradição islâmica». Os temas decorativos são predominantemente pinceladas, dedadas e geométricos (bandas de traços paralelos horizontais, verticais, oblíquos e ondulados, reticulado, semicirculares e espirais) a partir de época almorávida (fig. 6).

A cerâmica pintada a vermelho é uma categoria técnica associada a importações e a produções regionais, em ambos os casos de consumo não alargado. Esta loiça surge no Ġarb desde o período emiral, durante o qual a sua presença se restringe ao estuário do Sado (Palmela e Alcácer de Sal), Mértola e Algarve, essencialmente em contexto urbano (com algumas exceções no Algarve). No período califal-taifa, a pintura a vermelho surge em cerca de metade dos sítios estudados, penetrando nas cidades do estuário do Tejo (Santarém e Lisboa), com indícios de uma razoável distribuição nos territórios rurais dos estuários de



Fig. 6 – Cerâmica pintada a branco. Identificação dos sítios rurais: 1. Trancoso; 2. Belmonte; 3. Ega; 4. Leiria; 5. Sertã; 6. Torres Novas; 7. Torres Vedras; 8. Castanheira do Ribatejo; 9. Alto do Senhor da Boa Morte; 10. Vale Casal Mourão; 11. Frielas; 12. Colares; 13. Igreja de São Vicente de Alcabideche; 14. Villa romana do Alto do Cidreira; 15. Cascais; 16. Caparide; 17. Almada; 18. Castelo de Coina-a-Velha; 19. Lapa do Fumo; 20. Gruta do Forte do Cavallo; 21. Alto da Queimada; 22. Castelo de Sesimbra; 23. Setúbal; 24. Noudar; 25. Castelo de Aljustrel; 26. Castro da Cola; 27. Cidade das Rosas; 28. Serpa; 29. Mesas do Castelinho; 30. Alcaria Longa; 31. Castelo Velho de Alcoutim; 32. Montinho das Laranjeiras; 33. Odeleite; 34. Vale do Boto; 35. Tejo do Praio; 36. Cerro da Vila; 37. Castelo de Salir; 38. Nave; 39. Arge; 40. Monte Canelas; 41. Barradas; 42. Castelo de Aljezur; 43. Ribat da Arrifana; 44. Alcaria de Aljezur.

Lisboa e Sado. No Alentejo, pontua apenas em alguns aglomerados urbanos, ao contrário do verificado no Algarve onde apresenta, nesta fase, uma distribuição reduzida e indiferenciada entre a cidade e o campo. Os motivos ornamentais são também geométricos (principalmente reticulados, ondulados, pintas e círculos, a cheio em Silves). No período almorávida, principalmente a Norte do Tejo e no Alentejo, observa-se alguma regressão no consumo de cerâmicas pintadas a vermelho, à exceção de Lisboa e sua região de influência, onde continua a registar-se uma boa distribuição ao nível urbano e rural. Esta diferença poderá explicar-se com a existência de uma produção regional de cerâmica pintada a vermelho nos vales do Tejo e Sado (Dias et al., 2008, p. 162; 2009, p. 513). Continuam a encontrar-se reticulados, traços horizontais e verticais, semicírculos e fitomórficos. No período almóada, a pintura a vermelho continua a registar baixas ocorrências nomeadamente em Palmela e em algumas cidades do Alentejo e Algarve. Os temas neste último período usam traços largos, maioritariamente verticais e espirais.

A cerâmica pintada a preto é uma categoria técnica de distribuição reduzida e consumo selecionado. No período emiral, surge apenas no Alentejo e Algarve. Na fase califal-taifa, a distribuição continua reduzida. No período almorávida, a pintura a preto surge apenas em Silves, Mértola, Palmela e, pela primeira vez, em Lisboa (de importação: Dias et al., 2001, p. 277; 2008, p. 162). No período almóada, alcança a sua expressão máxima, surgindo no Algarve e em Mértola. Concluindo, poderemos estar em presença de importações e, nas fases mais antigas, de «experiências técnicas» locais. A partir do período almorávida, estende-se pelos principais centros urbanos do Tejo, Sado, Mértola e Algarve, região onde se difunde mais alargadamente sob domínio almóada.

A cerâmica estampilhada surge a partir do período almorávida, com fraca ocorrência em cidades dos estuários do Tejo e Sado, Alentejo e Algarve. No período almóada, ganha grande expressão em todo o Ġarb. Os motivos são geométricos, fitomórficos, zoomórficos, epigráficos, arquitetónicos e a *hamsa*.

A cerâmica vidrada é outro dos elementos distintivos da cerâmica islâmica no Ġarb, englobando uma grande variedade de fabricos ao longo de um período alargado de tempo. É uma técnica inicialmente importada, que sofreu múltiplos desenvolvimentos materiais quer a nível das cerâmicas importadas, quer a nível das produções regionais e locais do Ġarb. Mais uma vez, após as importações mais antigas surgem, nas fases seguintes, as cerâmicas de produção local e regional, destinando-se ao consumo alargado das populações urbanas e, conforme as fases, rurais. No período emiral, as cerâmicas vidradas são raras e correspondem a importações de tipo «Pechina». No período califal-taifa, esta categoria técnica alcança uma difusão mais significativa, com pouca expressão na Marca Inferior, mas com razoável distribuição em sítios urbanos e rurais dos estuários do Tejo e

Sado, Alentejo e Algarve. Esta realidade prolonga-se pelo período almorávida. No período almóada, surgem cerâmicas vidradas em quase todos os sítios.

A cerâmica vidrada melada constitui o grupo mais representativo apresentando com frequência decoração a óxido de manganés. A sua divulgação acontece sobretudo a partir do período califal-taifa, no Alentejo e Algarve. Na fase almorávida, continua a surgir com frequência nas cidades a Norte do Tejo e nos estuários do Tejo e Sado, enquanto no Alentejo e Algarve ocorre também em ambiente rural. Na fase almóada, tanto no Alentejo como no Algarve, a distribuição é essencialmente urbana, mantendo-se um maior equilíbrio na distribuição territorial algarvia. Os motivos decorativos no período califal-taifas consistem em segmentos de círculo secantes e tangentes, diversos temas fitomórficos e epigráficos. Este leque ornamental só se vê alargado em época almóada com a introdução de um particular estilo floreado.

A cerâmica vidrada verde tem uma expressão menor, incidindo especialmente no período almorávida e principalmente almóada, um pouco por todo o território do Ğarb, mas com maior presença nos centros urbanos.

A cerâmica vidrada estampilhada (verde e, menos frequentemente, melada) ocorre apenas nas fases almorávida e almóada. Em Lisboa (onde é produzida) e Vale do Boto, pode aparecer associada a decoração a manganés. Reproduz os mesmos temas da cerâmica estampilhada não vidrada.

Frequência idêntica é registada pela cerâmica vidrada castanha, menos abundante nas fases emiral (apenas no Algarve e em Mértola), califal-taifa (Lisboa, Mértola e cidades do Algarve) e almorávida (apenas nas cidades dos estuários do Tejo e Sado). No Alentejo e Algarve, aumenta ligeiramente de frequência no período almóada, surgindo no Algarve também em sítios rurais.

A cerâmica vidrada a branco, a branco com manganés e a branco e verde regista uma menor distribuição. Ocorre ocasionalmente em Lisboa e nas cidades do Sul, desde o período califal-taifa, com temas e traços irregulares ou temas epigráficos, aumentando ligeiramente de expressão no período almóada.

Concluindo, a partir do período califal-taifa, no Sul do Ğarb, os oleiros locais utilizam esta técnica, abastecendo as cidades e uma parte dos sítios rurais. Esta situação está já comprovada arqueologicamente no Algarve e Lisboa. As análises arqueométricas de Lisboa documentam a produção de cerâmica vidrada monocroma e bicroma (melada, verde, branca, melada e manganés) e estampilhada vidrada.

As primeiras produções de verde e manganés surgem por todo o Ğarb no período califal-taifa, sobretudo nas cidades e em numerosos sítios rurais do Alentejo e Algarve. Os temas ornamentais são muito diversificados: antropomórficos, zoomórficos, epigráficos, vegetalistas e geométricos. No período almorávida, esta produção regista uma distribuição limitada, incidindo, sobretudo em cidades



Fig. 8 – Cerâmica vidrada em corda seca parcial.



Fig. 9 – Cerâmica vidrada em corda seca total.

própria cidade, ainda não está determinado (Gomes et al., 2009, p. 401) (fig. 9).

A cerâmica dourada é uma importação de consumo limitado e ocorrência muito esporádica em cidades importantes do Ġarb, aparecendo um fragmento fatimida em Silves, e dois de época taifa tardia de Coimbra, e em Alcácer do Sal, Mértola, Tavira e Silves, em período almóada.

As cerâmicas douradas a molde são de consumo limitado e ocorrência muito esporádica em Alcácer do Sal, Mértola, Tavira e Silves, na fase almóada.

A cerâmica esgrafitada (por vezes associada à corda seca parcial) regista uma realidade em tudo idêntica à da cerâmica dourada.

CONCLUSÕES

Da síntese acima apresentada podemos deduzir que, para o período islâmico antigo – 1.ª fase emiral –, continuam a conhecer-se poucos vestígios materiais que possam indicar concretamente estabelecimentos fundados no século VIII e só muito recentemente se têm vindo a conhecer as cerâmicas do século IX. Estas caracterizam-

-se por frequentes fabricos manuais e/ou a torneado lento, num leque reduzido de formas, maioritariamente fechadas (grandes contentores ou talhas e potes ou painéis de perfil em S). As técnicas decorativas dominantes são as aplicações plásticas, os meandros incisivos (a pente ou com estilete) e as impressões, sendo ainda pouco representativas as decorações pintadas. Nos finais da época emiral, aparecem os primeiros vidrados, ainda em reduzidas ocorrências, assinaladas em Lisboa, em Mértola, em Silves e no Castelo das Relíquias.

Será apenas com o estabelecimento do califado de Córdoba – século X e 1.º quartel do XI – que começam a conhecer-se relativamente bem as produções cerâmicas, que coincidem com a época em que o desenvolvimento económico e cultural de al-Andalus se estendeu a todas as províncias, facto que se reflete numa maior representatividade de sítios com cerâmicas deste período. Ao crescente uso do torneado rápido associa-se uma maior variedade formal e de técnicas decorativas, mormente os vidrados com destaque para o verde e manganés. A cultura material dos reinos de taifas prolonga os tipos de fabrico e os modelos decorativos anteriores, tornando-se crescente a difusão das peças decoradas a verde e manganés e a corda seca parcial.

É de notar que na Marca Inferior, designadamente em Coimbra, coexistem modelos decorativos pintados associados a decorações puncionadas próprias das cerâmicas cristãs da *Reconquista*, nomeadamente nas asas com o exemplar mais a sul registado em Santarém.

No curto espaço de tempo de domínio almorávida, não é fácil distinguir produções e modelos decorativos exclusivos deste período. No entanto, dos dados até agora obtidos, constata-se que perduram cerâmicas da fase anterior (verde e manganés e corda seca parcial), acrescentando-se decorações em corda seca total a partir de finais do século XI e, sobretudo, no século XII. Também aparecem as primeiras estampilhas, principalmente em cartelas no fundo de tigelas vidradas, ocasionalmente em melado com traços de manganés.

Com o estabelecimento do domínio almóada nota-se, a partir da segunda metade do século XII, uma enorme diversidade formal que corresponde, em parte, a um significativo aumento da especialização funcional dos objetos cerâmicos. Esta diversificação une-se, frequentemente, a uma certa standardização das formas por todo o território do al-Andalus. Pela primeira vez, surgem em meios urbanos formas de cozinha vidradas. Associados aos protótipos gerais encontramos tipos de carácter local/regional, indicando âmbitos de distribuição mais restritos face a produtos de importação que, regra geral, aparecem apenas nos núcleos urbanos (esgrafitados e reflexo metálico).

No momento final da ocupação islâmica, notamos como as decorações policromáticas diminuem a favor das combinações de duas cores e da monocromia. Em contrapartida, aumentam as técnicas em relevo (estampilhado, incisão e

molde). Em consequência, a diversidade técnica é enorme: temas incisos, cordão digitado, motivos estampilhados ou aplicados com molde, pintura a branco, preto ou vermelho, vidrados verdes, brancos ou melados, todos eles combinados com motivos ornamentais em manganês ou incisos e estampilhados sob o vidrado, vidrados policromáticos em verde e manganês, corda seca total e parcial, reflexo metálico e esgrafitados importados do Šarq al-Andalus. Associada a esta mudança nas técnicas, encontramos uma renovação da iconografia, incrementando-se o uso de motivos geométricos e de temas novos como a *ħamsa* (mão).

Por fim, note-se que em todo o território do Algarve existe maior diversidade formal e técnica em todos os períodos, decorrente do dinamismo mercantil das suas cidades e de uma secular vinculação ao Mediterrâneo.

Julho de 2012

BIBLIOGRAFIA

- ACIÉN ALMANSA, M.; MARTÍNEZ MADRID, R. (1989) – Cerámica islámica arcaica del sureste de al-Andalus. *Boletín de Arqueología Medieval*. Madrid. 3, p. 123-135.
- 'ARIB (1992) – *La Crónica de 'Arib sobre Al-Andalus*. Introd. e notas de J. Castilla Brazales. Granada: Memoria del Sur.
- BUGALHÃO, J. [et al.] (2009) – La production céramique islamique à Lisbonne: conclusions du projet de recherche POILIX. In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo. Ciudad Real-Almagro del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006*. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval. Tomo I, p. 373-398.
- BUGALHÃO, J. [et al.] (2010) – CIGA: Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Ġarb al-Ġandalus. *Xelb*. Silves. 10, p. 455-476. Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve.
- BUGALHÃO, J.; FERNANDES, I. C. (2012) – A cerâmica islâmica nos Estuários do Tejo e Sado. *Arqueologia Medieval*. Porto. 12, p. 71-90.
- CATARINO, H.; SANTOS, C. (2012) – Cerâmicas Islâmicas da Marca Inferior em território português. *Arqueologia Medieval*. Porto. 12, p. 7-14.
- CATARINO, H. [et al.] (2012) – A cerâmica islâmica do Algarve. *Arqueologia Medieval*. Porto. 12, p. 145-168.
- COELHO, C. (2012) – A cerâmica verde e manganês do Castelo de Sintra. *Arqueologia Medieval*. Porto. 12, p. 91-107.
- DIAS, M. I. [et al.] (2001) – Arqueometria de cerâmicas islâmicas das regiões de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal (Portugal): caracterização química e mineralógica. In *Ġarb Sítios islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR; Mérida: Junta de Extremadura. p. 257-281.
- DIAS, M. I. [et al.] (2008) – A produção de cerâmicas no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica. Primeiros resultados arqueométricos. *Promontoria Monográfica*. Faro. 11, p. 157-167. Actas do 4.º Congresso de Arqueologia Peninsular.
- DIAS, M. I. [et al.] (2009) – Evolução das tecnologias de produção cerâmica dos séculos XI a XVI na cidade de Lisboa. In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval. Tomo II, p. 963-966.
- DOMINGUES, J. (1997) – *Portugal e o Al-Andalus*. Lisboa: Hugin Editores. (Biblioteca de estudos árabes; 2).

- FERREIRA, M. C.; LOBÃO, J. C.; CATARINO, H. (2012) – Cerâmicas altomedievais do Castelo de Trancoso – uma primeira abordagem. *Arqueologia Medieval*. Porto. 12, p. 15-31.
- GOMES, A. [et al.] (2009) – A cerâmica vidrada da Alcáçova do Castelo de S. Jorge. In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval. Tomo I, p. 399-404.
- GOMES, R. V. (1988) – Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves. *Xelb*. Silves. 1, 294 p.
- GÓMEZ, S.; GRANGÉ, M.; LOPES, G. (2012) – A cerâmica islâmica no Alentejo. *Arqueologia Medieval*. Porto. 12, p. 109-120.
- MARQUES, J. [et al.] (2014) – *Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o rio Degebe e a ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos medieval e moderno)*. Beja: EDIA. 491 p. (Memórias d’Odiviana, 2.ª série; 13).
- PICARD, C. (2000) – *Le Portugal musulman (VIIIe – XIIIe siècles). L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose. 422 p.
- REVEZ, A. L. (2012) – Trabalhos arqueológicos no projecto de recuperação do Paço da Ega (2007-2009). *Arqueologia Medieval*. Porto. 12, p. 41-57.

Normas de redacção

1. Apresentação do texto

Original impresso e em disquete tendo em consideração o seguinte:

1.1. Texto em ficheiro Word.

1.2. Texto batido a 2 espaços.

1.3. Parágrafos recolhidos.

1.4. Resumos, bibliografia e legendas das ilustrações, em páginas à parte.

1.5. Resumo em português que o editor fará traduzir para língua inglesa. Se o autor preferir apresentar o resumo em língua francesa, o editor não se responsabiliza pela tradução.

1.5.1. A seguir aos resumos incluir até 5 palavras-chave que caracterizem o conteúdo do artigo.

1.6. A revista utiliza o sistema de notas infrapaginais e bibliografia no final do artigo.

1.6.1. As notas incluirão apontamentos breves e questões relacionadas com o texto original, sendo numeradas sequencialmente com números em expoente.

1.6.2. A bibliografia no final do artigo é impressa em duas colunas e é uma listagem organizada por ordem alfabética de todos os autores citados ao longo do texto. Os autores espanhóis devem ser referenciados pelo penúltimo apelido.

1.7. Cada original deverá apresentar a seguinte uniformização de critérios no que respeita a:

1.7.1. Título do artigo. Exemplo:

A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora

1.7.2. Subtítulo (1). Exemplo:

1. ESTUDO DE COLECCÇÕES

1.7.3. Subtítulo (1.1). Exemplo:

1.1. Antas da Mitra

1.7.4. Subtítulo (1.1.1). Exemplo:

1.1.1. A placa MEV 5230

1.8. Assinalar no texto o local ideal para entrar cada ilustração, de modo a respeitar-se, tanto quanto possível, a ideia do autor (tendo em conta o critério de que a ilustração deve aparecer depois do texto a que se refere).

2. Referências bibliográficas

São redigidas de acordo com a Norma Portuguesa de 1994 (NP 405-1). No caso de correspondência e documentos electrónicos deve seguir-se, respectivamente, a Norma Portuguesa de 2000 (NP 405-3) e a Norma Portuguesa de 2002 (NP 405-4).

2.1. Abreviaturas

2.1.1. Solicita-se a utilização exclusiva de abreviaturas nos nomes próprios dos autores.

2.1.2. Quando a bibliografia inclui 2 ou mais autores com o mesmo apelido, os respectivos nomes serão indicados por extenso.

2.1.3. Os títulos das publicações periódicas não deverão ser abreviados.

2.2. Autoria

2.2.1. Quando a responsabilidade da obra for partilhada até um máximo de 3 autores, são todos referenciados.

2.2.2. Quando a responsabilidade da obra é partilhada por mais de três autores indica-se apenas o nome do primeiro, seguido da expressão [et al.].

2.2.3. Os editores literários e compiladores podem ser tratados como autores, desde que apareçam destacados na página de título. Neste caso, devem acrescentar-se ao nome, as abreviaturas ed. lit. ou compil.

2.3. Dados da publicação

2.3.1. No caso do local de edição e/ou editor não virem referenciados na publicação, utilizam-se as seguintes expressões:

Ex: [S.l.: s.n.], 1980

Paris: [s.n.], 1990

[S.l.]: Hachette, 1986

2.3.2. Se o ano da publicação não vier mencionado, indica-se a data de impressão, *copyright* ou depósito legal:

Ex: imp. 1987 cop. 1990 D. L. 1980

2.4. Série ou colecção

2.4.1. A série ou colecção, em que a obra está incluída, é apresentada como aparece no documento, no fim da referência:

Ex: (Documents d'Archéologie Française; 33).

2.5. Exemplos:

Monografias:

ALARCÃO, J. de (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América. 139 p.

LISBOA Subterrânea (1994). Lisboa: Soc. Lisboa 94, Museu Nacional de Arqueologia; Milão: Electa. 278 p. Catálogo.

Contribuições em monografias:

HEINZ, C.; THIÉBAULT, S.; VERNET, J.-L. (1993) – Gestion et dégradation de la forêt préhistorique méditerranéenne. In *Le Néolithique au Quotidien*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme. p. 12-18. (Documents d'Archéologie Française; 39).

DAVEAU, S. (1994) – A foz do Tejo, palco da história de Lisboa. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Soc. Lisboa 94, MNA; Milão: Electa. p. 24-30. Catálogo.

DELIBES DE CASTRO, G.; SANTONJA, M. (1987) – Sobre la supuesta dualidad Megalitismo/Campaniforme en la Meseta Superior española. In WALDREN, W. H.; KENNARD, R. C., eds. *lits.- Bell Beakers of the western Mediterranean. Definition, interpretation, theory and new site data. The Oxford International Conference (1986)*. Oxford: B. A. R., p. 173-206. (BAR International Series; 331 i).

Artigos de publicações em série:

ALVES, F. J. S. [et. al.] (1988-1989) – A armadilha de pesca da Época Romana descoberta na Praia de Silvalde (Espinho). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 6/7, p. 187-226.

CARDOSO, J. L. (1995) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35: 1, p. 115-129. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular.

No caso de ser uma revista com volume e número, a referência será feita da seguinte maneira:

CARDOSO, M. (1965) – A perda frequente de espécimes preciosos da nossa joalheria arcaica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 75:1-4, p. 153-168.

Correspondência e manuscritos:

HELENO, M. – *Caderno de campo n.º 8* [Manuscrito]. 1952. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.

SARMENTO, F. M. – [Carta] 1881 Maio 20, Guimarães [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. 1881. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. CoRJ LV 3124/20708.

Material cartográfico:

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 339 [Material cartográfico]/ Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1: 25000. – Lisboa: S. C. E., 1970.

Documentos electrónicos:

THACKER, P. T.; BROOKS, B. E.; PEREIRA, C. M. C. (2002) – Detecting Paleolithic Activity Areas Through Electrical Resistivity Survey: An Assessment from Vale de Óbidos, Portugal. *Journal of Archaeological Science* [Em linha]. London. 29:6, p. 563-570. [Consult. 30 Jun. 2003]. Disponível em WWW: URL:<http://www.sciencedirect.com>

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARTE RUPESTRE, VILA REAL, 1998 – *Atravessando Fronteiras* [CD-ROM]. Vila Real: UTAD.

3. Citações

A citação permite identificar a publicação onde se obteve a ideia, o excerto, etc. Entre a citação e a referência bibliográfica do documento respectivo, deve existir uma correspondência exacta.

3.1. A forma adoptada pela revista é colocar no texto, entre parênteses, o nome do autor, o ano da publicação e, se necessário, o ou os números das páginas citadas. Se o nome do autor vier integrado no texto deverá colocar-se, entre parênteses, o ano e os números das páginas.

Exemplos: (Encarnação, 1984, p. 132-137)
(Jones e Smith, 1986, p. 93)

3.2. Se a bibliografia contiver vários documentos do mesmo autor e editados no mesmo ano, acrescenta-se ao ano de publicação uma letra (a, b, c, ...) na citação e na referência bibliográfica.

Exemplo: «Já em 1963 tinha sido achado por J. Fragoso de Lima (1963a) ...»

3.3. Quando uma obra é citada várias vezes ao longo do texto, pode optar-se pela utilização da abreviatura ob. cit. ou op. cit.

Exemplos: «apesar da opinião contrária de F. Poplin (ob. cit., p. 15)...»
(Bouchud, op. cit., p. 25)

3.3. Sempre que um documento não tenha sido consultado pelo autor e que a citação seja feita por intermédio de outro autor, devem-se anteceder as citações pela abreviatura Cit. por (citado por) ou *Apud* (segundo, conforme).

4. Apresentação de datas

4.1. A revista adopta as regras constantes da proposta sobre referência de datas de radiocarbono aprovada no 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto: Sociedade de Antropologia e Etnologia, 1995. v. 6. (Trabalhos de Antropologia e Etnologia; 35: 2)).

4.2. Na citação de datas resultantes da aplicação de outros métodos, devem indicar-se os mesmos elementos requeridos para a referência de datas de radiocarbono (laboratório, número da datação, data obtida e margens de erro), seguidos das siglas que usualmente identificam o respectivo método (TL, U/Th, etc.). Nestes casos, em que a convenção de equivalência BP = 1950 não é seguida e também não se utiliza ou não faz sentido a distinção entre “datas convencionais” e “datas reais”, devem ser referidas a anos de calendário, segundo o sistema tradicional português: a.C. (antes de Cristo), d.C. (depois de Cristo).

4.3. A referência a grandezas cronológicas (ex.: III milénio, século IV, terceiro quartel do século II, etc.), não reportadas expressamente a nenhuma data específica de radiocarbono, como tal identificada, ou aquelas que realizem a síntese de datas obtidas por métodos diferentes, seguirão o sistema tradicional português: a.C. (antes de Cristo) e d.C. (depois de Cristo).

4.4. De um modo geral, aconselha-se vivamente, quando tecnicamente possível, a utilização do sistema de referência tradicional português (a.C. / d.C.), *no pressuposto de que o mesmo corresponde necessariamente a datas reais de calendário* e obriga, portanto, no caso de datações de radiocarbono, à prévia calibração das datas convencionais obtidas.

5. Apresentação das ilustrações

5.1. Os originais devem permitir uma redução ao tamanho da mancha, salvo quando se considere absolutamente indispensável recorrer a desdobrável. A mancha é de 19 cm x 12,4 cm, devendo ser incluído nela o espaço ocupado pela legenda composta.

5.2. A revista é impressa a uma cor, pelo que a reprodução de desenhos e fotografias será igualmente feita a uma cor. São aceites diapositivos, ou provas em papel, a cores ou preto e branco e em qualquer formato.

5.3. Ao realizarem-se os desenhos, é necessário ter em consideração a espessura dos traços e o tamanho de números ou letras de forma a ficarem bem legíveis, nas reduções.

5.4 As imagens em formato digital (desenhos ou fotografias) deverão ter uma resolução mínima de 300 dpi para uma dimensão mínima igual à largura da mancha (12,4 cm) e ser entregues gravadas em CD , DVD ou disquete, nos formatos PSD, JPG, TIFE, RAW, EPS ou vectorial EPS. Todas as imagens deverão ser acompanhadas de um prova impressa a preto.

5.5 Desenhos ou fotografias, quadros e gráficos deverão ser numerados sequencialmente pelo seguinte critério:

5.5.1 Desenhos ou fotografias

Fig. 1, 2 ...

Nas figuras deverá figurar uma escala gráfica.



5.5.2 Quadros

Quadro 1, 2 ...

5.5.3 Gráficos

Gráfico 1, 2 ...

5.6 Os autores deverão usar como base cartográfica cópias de mapas já existentes, evitando desenhar mapas próprios.

5.7 No caso do artigo informar sobre estações bem determinadas, a 1ª figura (não numerada) deverá localizá-las sobre um mapa da Península Ibérica ou outro que seja apropriado.

6. Quadros e tabelas

Os títulos dos quadros e tabelas devem ser centrados, os dados restantes devem ser alinhados à esquerda e não se devem colocar filetes ao alto. Exemplo:

QUADRO I

DATAÇÕES DE radiocarbono relacionadas com contextos lampniformes da Estremadura e do Sudoeste de Portugal

| Ref. do Laboratório | Tipo de amostra | Contexto arqueológico | Data convencional de 14C (anos BP) | Data calibrada | |
|---------------------|-----------------|-----------------------|------------------------------------|------------------------------------------|---------------------|
| | | | | Método de distribuição de probabilidades | |
| | | | | 1 σ (cal BC) | 2 σ (cal BC) |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... |

7. Entrega dos originais

Só serão aceites para publicação os originais apresentados segundo as normas de redacção da revista, iniciando-se apenas, a composição de originais que estejam completos:

- a) Resumo em português, em inglês e/ou em francês, com indicação de três a cinco palavras-chave para indexação;
- b) Texto original;
- c) Bibliografia;
- d) Legendas das ilustrações;
- e) Ilustrações.

8. Correção de provas

Deverão utilizar-se os sinais convencionais estabelecidos pela Norma Portuguesa de 1987 (NP-61).

8.1. As alterações ao texto original, deverão ser evitadas, pois os seus custos terão que ser debitados aos autores.

8.2. O revisor de provas utiliza a cor encarnada. Pede-se ao autor que utilize uma cor diferente.

ISSN 0870-094X

50003




MUSEU
NACIONAL DE
ARQUEOLOGIA

INCM
IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA